

Programa Operacional Regional do Alentejo

Relatório Anual de Execução 2014





Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 - 2013

Relatório de Execução Anual 2014

Objetivo: Convergência

Código CCI 2007PT161PO004

Decisão de Aprovação da Comissão: C(2007) 4685, de 09-10-2007

Alteração à Decisão de Aprovação da Comissão: C(2011) 9361, de 15-12-2011

Alteração à Decisão de Aprovação da Comissão: C(2012) 8998, de 05-12-2012

Alteração à Decisão de Aprovação da Comissão: C(2014) 7041, de 02-10-2014

SUMÁRIO EXECUTIVO

Programa

O Programa Operacional Regional do Alentejo – 2007-2013, adiante designado de INALENTEJO, está integrado no Quadro de Referência Estratégica Nacional e constitui um instrumento de aplicação da política europeia de coesão na região.

O INALENTEJO integra-se no objetivo “Convergência”, e foi aprovado pela Decisão C(2007) 4685, de 9 de outubro, alterado pela Decisão C(2011) 9361, de 15 de dezembro, pela Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro, e pela Decisão C(2014) 7041, de 2 de outubro.

A última decisão consubstancia a reprogramação do PO que permitiu integrar a elegibilidade associada à rede secundária de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através do reforço das “Ações de Valorização e Qualificação Ambiental”, no montante de 76 M€, através da libertação de verbas de outras tipologias, no âmbito de uma gestão prudente e criteriosa do *overbooking*, ou por via da possibilidade de reprogramação no final de 2015 para ajustar a programação entre eixos, prevista nas regras de encerramento. Através desta decisão, foi ainda aprovado o reforço da taxa de cofinanciamento das operações associadas à assistência técnica.

Execução Física

A análise da realização física do PO teve como base fundamental os dados referentes aos indicadores comuns (CE), complementada pelos indicadores comuns nacionais e indicadores de eixo, tendo sido considerados não só os valores contratados, mas também os referentes à execução das intervenções que se encontram finalizadas ou em condições de serem usufruídas pelos destinatários.

Será importante destacar o dinamismo verificado, nalgumas áreas, nomeadamente, ao nível do incremento na execução de operações:

- o indicador comum comunitário ICC-8 “*n.º de novas empresas (start-up) apoiadas*” com 9 empresas apoiadas numa meta prevista de 27 empresas, contudo o n.º de empresas contratadas ascende a 30, tendo em conta o número significativo de operações aprovadas nos últimos concursos encerrados nos últimos dias de 2013;
- de forma idêntica nos podemos referir, ao indicador de eixo 12 “*N.º de micro e pequenas empresas apoiadas*”, que no final de 2014 evidenciava 161 empresas associadas a operações concluídas, numa meta prevista de 350. No entanto, pelo mesmo motivo mencionado no ponto supra, as operações contratadas associadas ao indicador ascendem a 839, o que garante seguramente a superação da meta no final do PO;
- ICN-Tri-014 – para além dum significativo acréscimo nas operações contratadas de “*equipamentos sociais*” (de 82 para 116), importa destacar o incremento na execução, que passou de 50% para 71%. Na mesma linha estão os “*equipamentos culturais*”, com a

execução de 21 das 24 operações contratadas. Nos *“equipamentos desportivos”*, será de destacar que os 35 projetos aprovados, já se encontram finalizados. Nas *“unidades de saúde”* mantêm-se as 68 operações, verificando-se um esforço ao nível da execução, com 56 já concluídas (82%);

- ICN-Tri-015 – Neste indicador regista-se o apoio a 72 (mais 1 operação) *“Centros Escolares do 1.º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”*, estando 56 concluídos (78%), verificando-se ao nível das *“escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico”* uma taxa de execução de 50%. Esta análise deve ser complementada com o indicador ICC-37, *“n.º de alunos que beneficiam das intervenções”*, com uma execução de 15.881, mas tendo em consideração as operações ainda em curso estima-se atingir os 21.978, superando a meta de 17.270.
- o indicador ICC-16, *“N.º de Km de estradas reconstruídas e remodeladas”*, apresenta uma realização efetiva de 978, superior à meta 900, pese embora em encerramento estima-se atingir os 1.134 km tendo em conta as operações contratadas ainda em curso.

Execução Financeira

O ano de 2014 representou 5,56% do valor de FEDER aprovado no INALENTEJO, sendo a taxa de compromisso (FEDER aprovado / FEDER programado) no final do ano de 110,86%, com um valor de FEDER aprovado de 946,7 M€.

O montante de aprovações mencionado superou a dotação financeira do Programa Operacional, tendo a mesma sido efetuada, em todos os eixos, em *overbooking*. De salientar que o *overbooking* em causa corresponde a aprovação não condicionada, o que permitiu a possibilidade de contratar, executar e efetuar os pagamentos associados, conforme previsto no Despacho do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional e do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, de 8 de março de 2013, no caso do sistema de incentivos, e na Deliberação da CMC dos POR, de 28 de junho de 2013, no caso dos eixos 2 e 3.

De modo a obter um montante de *overbooking* que constitua uma reserva de aprovação que permita a plena execução do envelope financeiro alocado ao INALENTEJO, nos termos do previsto na Deliberação da CMC de 28, de junho de 2013, foi aberto em 2014 um aviso de concurso em regime de aprovação condicionada. A aprovação condicionada, implica nos termos dos n.º 6 e 7 da referida Deliberação que:

“6. A aprovação de operações acima dos limites de programação de forma condicionada deve ser explicitamente mencionada na decisão de aprovação e no contrato de financiamento, sendo condicionada à existência de disponibilidades financeiras, apenas apuradas em sede de encerramento do programa e de pagamento de saldo por parte da Comissão Europeia.

7. As disponibilidades financeiras em cada eixo prioritário são apuradas, em definitivo, em sede de encerramento do programa e de pagamento de saldo por parte da Comissão Europeia.”

A aprovação das operações em regime de *overbooking* condicionado não é condição para o beneficiário aceder de imediato ao financiamento do INALENTEJO, existindo a possibilidade de acesso ao financiamento caso se verifique a existência de disponibilidades apuradas em sede de encerramento do programa.

No final de 2014 a taxa de execução do INALENTEJO ascendeu a 75,18%, face ao programado. De referir que a execução alcançada teve em conta a perda de execução das operações transitadas para o POFC na sequência da reprogramação aprovada neste ano.

O ano de 2014 apresenta um contributo de 20,13% do valor FEDER executado, resultante tanto dos elevados níveis de execução das operações, como do esforço realizado pela estrutura técnica do INALENTEJO.

Em termos de execução por eixos verifica-se que o eixo com melhor desempenho é o eixo 3, com uma taxa de 88%, o eixo 1 encontra-se alinhado com o PO, 75%, embora muito condicionado pela elevado número de operações aprovadas nos últimos dias de 2013 e em curso no ano de 2014 e 2015. O eixo 2 evidencia um menor desempenho, com uma taxa de execução de 50%, decorrente do reforço da dotação em 76 M€ decorrente da já mencionada reprogramação do PO aprovada em outubro de 2014, referente à rede secundária de rega do EFMA.

A AG do INALENTEJO em 2014 manteve a opção de utilizar o mecanismo *top-up* numa lógica de antecipação de pagamento aos beneficiários com uma majoração, face à taxa de comparticipação, de 10 pp., ao invés de aumentar a taxa de cofinanciamento, por considerar importante o aumento de liquidez dos beneficiários, conseguindo ainda abranger um maior número de operações.

No que respeita às formas de financiamento o PO apresenta uma distribuição tripartida entre as ajudas não reembolsáveis, com 96% do n.º de operações aprovadas, as ajudas (empréstimo, bonificação de juros, garantias) com aplicação exclusiva às operações do Sistema de Incentivos à empresas (eixo 1), com 4.34% do n.º de operações aprovadas, e outras formas de financiamento referente à operação da iniciativa JESSICA.

Da análise dos valores apresentados na dimensão tipo de território, verifica-se uma forte concentração do n.º de operações e, consequentemente, FEDER aprovado na dimensão Aglomeração Urbana (59% do n.º de operações aprovadas), resultante em grande parte dos investimentos estruturantes nas áreas da educação, saúde, reabilitação urbana e também da influência do investimento e operações do eixo 1 (área empresarial).

A execução do INALENTEJO até ao final de 2014 analisada pela natureza dos beneficiários os grupos evidencia que os organismos da administração local (inclui municípios e suas associações) apresentam a maior percentagem do FEDER executado (53% do FEDER executado), seguindo-se do

setor empresarial (inclui empresas públicas ou privadas, associações comerciais e empresariais) com 28% do FEDER executado.

No que concerne à dimensão atividade económica constata-se que a Competitividade, inovação e conhecimento apresenta maior relevância com mais de 188 M€ de FEDER executado. Esta dimensão é a que apresenta maior cobertura do território da NUT II, abrangendo todos os concelhos exceto Alandroal. Merece ainda destaque a Regeneração urbana, com FEDER executado superior a 126 M€ e uma cobertura bastante significativa do território, com programas estratégicos/planos de ação aprovados uniformemente nas diferentes regiões, sendo ao nível das operações aprovadas que as NUT III com maior relevância correspondem ao Alentejo Central e ao Baixo Alentejo, com 75 e 70 operações aprovadas, respetivamente;

O encerramento de operações mereceu especial atenção da AG no ano de 2014 encontrando-se concluídas e em fase de conclusão 1.258 operações (58% do total), sendo que destas, sem ter em conta o sistema de incentivos às empresas, 805 (64%) se encontram concluídas fisicamente.

Até ao final de 2014 foram efetuadas transferências de 676,39 M€, correspondendo os pagamentos aos beneficiários a 79,2% do programado.

No que se refere à regra n+2, que procede à anulação automática de qualquer parte de uma autorização orçamental que não tenha sido utilizada para a realização de pagamentos intermédios no segundo ano seguinte ao da autorização orçamental, foi superada a meta, com uma taxa de cumprimento de 105,60%

Organismos Intermédios no âmbito das Subvenções Globais

Os valores das taxas de execução das CIM, que registaram acréscimos, relativamente ao ano anterior, que se situaram entre 6 e os 7 pontos percentuais, com exceção da CIMAC em que o valor se manteve, registam valores sempre superiores a 80%, como se pode constatar pelos valores que a seguir se indicam:

- CIM Baixo Alentejo: taxa de realização – 91%;
- CIM Alentejo Central: taxa de realização – 88 %;
- CIM Alentejo Litoral: taxa de realização – 91%;
- CIM Alto Alentejo: taxa de realização – 89%;
- CIM Lezíria do Tejo: taxa de realização – 85%.

Durante o ano de 2014 foram pagos aos promotores das operações integradas na contratualização 8,6 M€, pelo que o total acumulado no final do ano era de 164 M€, o que corresponde a 89,5% do FEDER comprometido. Durante o ano de 2014, continuou a registar-se uma aproximação entre as

taxas de realização e de pagamento, sendo a diferença entre elas de 1,5%, o que considera com muito aceitável.

Compliance assessment

No último trimestre de 2014 foi revista e atualizada para a versão 5.0 da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, do INALENTEJO, que teve em consideração seguintes aspetos:

- Criação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão;
- Adaptação à orgânica das CIM na sequência da publicação da Lei N.º 75/2013;
- Alterações aos Contratos de Delegação de competências com subvenção global com as CIM;
- Integração no SIGPOA de diversas check-list utilizadas no processo de análise, decisão e acompanhamento das candidaturas e operações;
- Atualização da regulamentação relacionada com o Programa;
- Possibilidade dos documentos de despesa e quitação serem submetidos via SIGPOA;
- Alterações sugeridas pelos organismos intermédios.

A versão atualizada foi submetida à apreciação da Inspeção-Geral de Finanças, não tendo as alterações introduzidas suscitado dúvidas ou questões àquela entidade.

Verificação no local

À semelhança dos anos anteriores foi aprovado um plano anual de verificações no local para 2014, sem inclusão de operações do sistema de incentivos, tendo estas sido alvo de plano específico, com uma amostra constituída por 10 operações representado um montante de despesa verificado no local de aproximadamente 7,2M€, correspondendo a 6% do incremento da despesa validada no ano.

Foi em 2014 que foi para o terreno o plano de verificações no local, aprovado em 2013, referente a operações do sistema de incentivos. O plano incluía 10 operações, encontrando-se em fase de elaboração dos relatórios finais após audiência prévia dos interessados.

A AG estabeleceu, ainda no âmbito dos sistema de incentivos, um plano de verificações no local a realizar pelos OI, utilizando para o efeito os instrumentos próprios do sistema de informação dos incentivos, através dos relatórios técnicos de visita.

Em suma, as 60 ações concluídas com verificação no local e despacho de decisão final, representam um total de despesa no montante de 67,2 M€, e um esforço total de 8% da despesa validada no programa até final de 2014, que foi de 839,9 M€. Das 42 ações em curso no final de 2014, 3 tem relatório final em janeiro de 2015, 12 estão em fase de emissão de relatório final e 27 em execução, sendo 26 do Sistema de Incentivos (Organismos Intermédios – relatórios técnicos de visita).

No final de 2014, a taxa de esforço correspondente às verificações efetuadas no âmbito das ações de verificação no local, face à despesa validada foi de 8,0%.

Em matéria de informação e divulgação e apenas no ano de 2014 foram produzidas e divulgadas 15 *newsletters*, foram publicadas 1.158 notícias relacionadas com o INALENTEJO, foram levadas a cabo 7 campanhas de promoção e divulgação, para além de outras ações como produção e divulgação de folhetos e vídeos, sessões públicas de assinatura de contratos, participações em feiras, entre outras. O PO está presente nas redes sociais, mais concretamente no *Facebook*, com mais de 5.300 visitantes.

O ano de 2014 ficou igualmente marcado pelo arranque do PORTUGAL2020, sendo que a Autoridade de Gestão teve de assegurar a normal execução do INALENTEJO, ao mesmo que tempo que participou ativamente com a CCDR Alentejo no exercício de programação que culminou com a aprovação do Programa Operacional Regional do Alentejo (2104/2020). ALENTEJO2020, através da Decisão C(2014) 10163 final, de 18 de dezembro.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	I
ÍNDICE GERAL	VII
ÍNDICE DE TABELAS	X
ÍNDICE DE FIGURAS	XII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIII
INTRODUÇÃO	1
1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	2
1.1. ORGANIZAÇÃO DO INALENTEJO – OBJETIVOS E PRIORIDADES, ÁREAS DE INTERVENÇÃO E BENEFICIÁRIOS	3
1.2. GOVERNAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	9
1.2.1. AUTORIDADE DE GESTÃO	11
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	15
2.1. REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS	15
2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA OPERACIONAL	15
2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA OPERACIONAL	20
2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS	31
2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS ALVO	41
2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO	45
2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA	46
2.2. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO	56
2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS	62
2.4. MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	67
2.4.1. MUDANÇAS NO CONTEXTO REGULAMENTAR	84
2.4.1. MUDANÇAS NO CONTEXTO REGULAMENTAR	84
2.5. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006	86
2.6. COMPLEMENTARIDADE	86
2.6.1. COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS	86
2.6.2. INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA – JEREMIE E JESSICA	88
2.7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	92
2.7.1. ACOMPANHAMENTO	92
2.7.1.1. AUTORIDADE DE GESTÃO	92
2.7.1.2. OUTRAS PARCERIAS	103
2.7.1.3. VERIFICAÇÕES NO LOCAL	108
2.7.1.4. OUTRAS AUDITORIAS AO INALENTEJO	117
2.7.2. AVALIAÇÃO	120
2.7.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	122

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	129
3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	129
3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	130
3.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA	136
3.1.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS.....	137
3.1.4. PROJETO DEMONSTRATIVO	138
3.2. EIXO PRIORITÁRIO 2 – VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	142
3.2.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	142
3.2.2. ANÁLISE QUALITATIVA	147
3.2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS.....	150
3.2.4. PROJETO DEMONSTRATIVO	151
3.3. EIXO PRIORITÁRIO 3 – COESÃO LOCAL E URBANA.....	155
3.3.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	156
3.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA	160
3.3.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS.....	164
3.3.4. PROJETO DEMONSTRATIVO	165
3.4. EIXO PRIORITÁRIO 4 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	169
3.4.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS	169
3.4.2. ANÁLISE QUALITATIVA	171
3.4.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS.....	171
3.4.4. PROJETO DEMONSTRATIVO	172
4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS	174
4.1. GRANDES PROJETOS.....	174
4.2. PROJETOS AMBIENTAIS	174
5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	175
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	177
7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2014	193
GLOSSÁRIO.....	196
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	200
ANEXO I – REALIZAÇÃO FÍSICA DOS INDICADORES COMUNS NACIONAIS.....	205
ANEXO II – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-14.....	213
ANEXO III – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR REGULAMENTO ESPECÍFICO ATÉ 31-12-14	217
ANEXO IV – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR NUT III ATÉ 31-12-14.....	221
ANEXO V – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR TEMA PRIORITÁRIO	225
ANEXO VI – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA (FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO).....	229
ANEXO VII – INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE	237

ANEXO VIII – RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA – INDICADORES DE EIXO – ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 84/2009.....	241
ANEXO IX – RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS – ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 846/2006.....	251
ANEXO X – OPERAÇÕES APROVADAS POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-14	257
ANEXO XI – REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA/CALENDÁRIO DE CONCURSOS POR EIXO PRIORITÁRIO.....	301
ANEXO XII – PROCESSO DE SELEÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-14	311
ANEXO XIII – FICHA DE GRANDE PROJETO	315
ANEXO XIV – PROCESSO FICHA DE PROJETO AMBIENTAL.....	315
ANEXO XV – QUADRO AUXILIARES.....	317

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1: Apresentação do Programa	2
Tabela 1.2: Estrutura de Eixo - INALENTEJO	6
Tabela 1.3: Alteração de indicadores	7
Tabela 1.4: Dos objetivos específicos do PO aos objetivos específicos do eixo	8
Tabela 1.5: Organização do Programa Operacional Regional	8
Tabela 1.6: Plano Financeiro do PO Alentejo	9
Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)	15
Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2014	20
Tabela 2.3: Operações Aprovadas	24
Tabela 2.4: Operações concluídas e em conclusão	26
Tabela 2.5: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários	28
Tabela 2.6: Realização Financeira	29
Tabela 2.7: Pagamentos Intermediários de 2014	29
Tabela 2.8: Certificação de despesa e pedidos de pagamento, enviados à CE em 2014	30
Tabela 2.9: Cumprimento da regra do "n+3" relativa a 2014	30
Tabela 2.10: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento	31
Tabela 2.11: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Tipo de Território	32
Tabela 2.12: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Atividade Económica	33
Tabela 2.13: Aprovações e execução financeira por NUT III	34
Tabela 2.14: Aprovações e execução financeira - Grupo Alvo	41
Tabela 2.15: Áreas de investimento – Temas Prioritários	47
Tabela 2.16: Reembolsos SI	54
Tabela 2.17: Indicadores do Impulso Jovem	56
Tabela 2.18: Estágios profissionais	56
Tabela 2.19: Auxílios minimis	59
Tabela 2.20: Monitorização do descompromisso FEDER	65
Tabela 2.21: Organização territorial	69
Tabela 2.22: Componentes do crescimento demográfico	70
Tabela 2.23: VAB (106 €) – Portugal, Alentejo e NUT III - 2012 e 2013	80
Tabela 2.24: Contributo da Intervenção de outros Programas Operacionais no Alentejo	87
Tabela 2.25: Execução IEF	91
Tabela 2.26: JESSICA – projetos contratados e em formalização região Alentejo	91
Tabela 2.27: Decisão da CCS 29-10-2013	94
Tabela 2.28: Decisão da CCS 17-01-2014	94
Tabela 2.29: Decisão da CCS 12-09-2014	95
Tabela 2.30: Valores contratualizados no âmbito da Subvenção Global	100
Tabela 2.31: Análise qualitativa e quantitativa dos valores de aprovação no âmbito da Subvenção Global	101
Tabela 2.32: Programa de Ação - Turismo	104
Tabela 2.33: Plano de Ação de 2014 – sem Sistema de Incentivos	110
Tabela 2.34: Plano de Ação de 2014 Sistema de Incentivos	112
Tabela 2.35: Universo de projetos	113
Tabela 2.36: Plano de Ação de 2014 RVT por OI	113
Tabela 2.37: Despesa objeto de verificação no final de 2014, por eixo prioritário	115

Tabela 2.38: Ações de verificação no local – consequências financeiras	115
Tabela 2.39: Auditorias realizadas em 2014	117
Tabela 2.40: Auditorias com despacho de decisão final em 2014	118
Tabela 2.41: Cronograma de execução	120
Tabela 2.42: Indicadores de monitorização das recomendações da AAE	126
Tabela 3.1: Eixo prioritário 1 – Aprovação	131
Tabela 3.2: Aprovação por Regulamento Específico	131
Tabela 3.3: Tipologia de operação	132
Tabela 3.4: Realização física do eixo prioritário 1	133
Tabela 3.5: Regulamento Específico – Promoção e Capacitação Institucional	136
Tabela 3.6: Eixo prioritário 2 – Aprovação	143
Tabela 3.7: Eixo 2 - Aprovação por Regulamento Específico	144
Tabela 3.8: Eixo 2 - Tipologia de operação	145
Tabela 3.9: Realização física do eixo prioritário 2	145
Tabela 3.10: Situação dos avisos – Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	147
Tabela 3.11: Situação dos avisos - Património Cultural	148
Tabela 3.12: Situação dos avisos - Saúde	148
Tabela 3.13: Eixo prioritário 3 - Aprovação	156
Tabela 3.14: Eixo prioritário 3 - Aprovação por Regulamento Específico	157
Tabela 3.15: Eixo prioritário 3 - Tipologia de operação	158
Tabela 3.16: Realização física do eixo prioritário 3	158
Tabela 3.17: Regulamento Específico - Reabilitação Urbana	161
Tabela 3.18: Regulamento Específico – Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2.º e 3.º ciclo)	161
Tabela 3.19: Regulamento Específico – Infraestruturas e equipamentos desportivos	161
Tabela 3.20: Regulamento Específico – Equipamentos para a Coesão Local	161
Tabela 3.21: Eixo prioritário 4 – Aprovação	169
Tabela 3.22: Eixo prioritário 4 – Execução	169
Tabela 3.23: Realização física do eixo prioritário 4	170
Tabela 3.24: Situação dos avisos – Assistência Técnica	171
Tabela 5.1: Eixo Prioritário 4 – Assistência Técnica	175
Tabela 5.2: Assistência Técnica, aprovações e execução por tipologia de beneficiário	175
Tabela 5.3: Tipologia de despesa elegível aprovada	176
Tabela 6.1: Tipologia de despesa/domínio	190
Tabela 6.2: Ações de natureza diversa desenvolvidas em 2014	191
Tabela 6.3: Plano de Comunicação	192
Tabela 7.1: Taxas 2013 e 2014	195

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional	2
Figura 1.2: Árvore de objetivos	3
Figura 1.3: Interação organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo	11
Figura 1.4: Organograma Base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO	11
Figura 2.1: Distribuição do FEDER executado por NUT III	35
Figura 2.2: Distribuição do FEDER executado por concelho - Competitividade, Inovação e Conhecimento	37
Figura 2.3: Distribuição do FEDER executado por concelho - Educação	37
Figura 2.4: Distribuição do FEDER executado por concelho - Saúde	38
Figura 2.5: Distribuição do FEDER executado por concelho - Equipamentos para a Coesão Local	38
Figura 2.6: Distribuição do FEDER executado por concelho - Política de Cidades	39
Figura 2.7: Distribuição do FEDER executado por concelho - Ambiente	39
Figura 2.8: Distribuição do FEDER executado por concelho - Cultura e Património	40
Figura 2.9: Distribuição do FEDER executado por concelho - Mobilidade	40
Figura 2.10: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Administração Local	42
Figura 2.11: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Organismos da Administração Central Desconcentrada	42
Figura 2.12: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Setor Empresarial	43
Figura 2.13: Distribuição do FEDER executado por NUT III - IPSS e Fundações	43
Figura 2.14: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Outros Setores	44
Figura 2.15: NUTS III - ALENTEJO	68
Figura 2.16: Arquitetura geral do SIGPOA; Módulos e integração com outros sistemas	99
Figura 2.17: Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica	123
Figura 3.1: Eixo 1 - Distribuição FEDER executado por NUT III	133
Figura 3.2: Eixo 2 - Distribuição FEDER executado por NUT III	144
Figura 3.3: Eixo 3 - Distribuição FEDER executado por NUT III	157
Figura 3.4: Eixo 4 - Distribuição FEDER executado por NUT III	170
Figura 6.1: Logomarca	178
Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO, O Alentejo Mudou	179
Figura 6.3: Campanhas de promoção e divulgação	181
Figura 6.4: Campanhas de promoção e divulgação	181
Figura 6.5: Campanhas de promoção e divulgação	182
Figura 6.6: Newsletter	183
Figura 6.7: Meios materiais - folheto	183
Figura 6.8: Mostra de trabalhos "tradições e saberes do Alentejo"	184
Figura 6.9: Roteiros pelos territórios de baixa densidade	185
Figura 6.10: Assinatura de contratos de financiamento de iniciativa municipal	185
Figura 6.11: Assinatura de contratos de financiamento – Coesão Local	186
Figura 6.12: Assinatura de contratos de financiamento – Património Cultural	186
Figura 6.13: Campanha Dia da Europa 2014	186
Figura 6.14: Newsletter Dia da Europa	186
Figura 6.15: <i>Open Days 2014 - workshop "Raw materials"</i>	188
Figura 6.16: Feiras	188

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Aprovação anual do INALENTEJO - FEDER	20
Gráfico 2.2: Execução anual do INALENTEJO - FEDER	21
Gráfico 2.3: Compromisso financeiro a 31-12-2014	22
Gráfico 2.4: Avisos de Concurso 31-12-2014	22
Gráfico 2.5: Dinâmica de Concursos em 31-12-2014	22
Gráfico 2.6: Avisos de Concurso encerrados 31-12-2014	23
Gráfico 2.7: Avisos de Concurso decididos 31-12-2014	23
Gráfico 2.8: Variação de aprovação líquida por eixo prioritário	23
Gráfico 2.9: Incremento de candidaturas	23
Gráfico 2.10: Taxa de aprovação líquida	23
Gráfico 2.11: Taxa de aprovação real	23
Gráfico 2.12: Incremento do investimento elegível aprovado	25
Gráfico 2.13: Projetos concluídos e em conclusão por eixo	27
Gráfico 2.14: Distribuição por universo de análise	27
Gráfico 2.15: Expressão de projetos concluídos e em conclusão no universo das operações aprovadas	27
Gráfico 2.16: Projetos concluídos e em conclusão no universo de operações aprovadas de eixo	27
Gráfico 2.17: Execução financeira e pagamentos aos beneficiários	28
Gráfico 2.18: FEDER executado e pago versus FEDER aprovado	28
Gráfico 2.19: Incremento da execução	29
Gráfico 2.20: Incremento de pagamentos aos beneficiários	29
Gráfico 2.21: Cumprimento da regra do N+3 / N+2	31
Gráfico 2.22: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão - formas de financiamento	31
Gráfico 2.23: Distribuição projetos aprovados por dimensão - formas de financiamento	31
Gráfico 2.24: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão - tipo de território	32
Gráfico 2.25: Distribuição projetos aprovados por dimensão - tipo de território	32
Gráfico 2.26: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III	34
Gráfico 2.27: Distribuição FEDER executado por NUT III	34
Gráfico 2.28: Distribuição do FEDER aprovado per capita	35
Gráfico 2.29: Distribuição do FEDER aprovado por km ²	35
Gráfico 2.30: Projetos aprovados por grupos alvo	44
Gráfico 2.31: Evolução anual de projetos aprovados por grupos alvo	44
Gráfico 2.32: Evolução anual de aprovação FEDER por grupos alvo	45
Gráfico 2.33: Evolução anual de execução FEDER por grupos alvo	45
Gráfico 2.34: Distribuição de projetos por áreas – Temas Prioritários	47
Gráfico 2.35: Fundo aprovado por áreas – Temas Prioritários	47
Gráfico 2.36: Variação da programação/aprovação/execução por áreas de investimento – Temas Prioritários	47
Gráfico 2.37: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	48
Gráfico 2.38: Sociedade da informação	48
Gráfico 2.39: Transportes	49
Gráfico 2.40: Energia	49
Gráfico 2.41: Proteção do ambiente e prevenção de riscos	50
Gráfico 2.42: Turismo	50
Gráfico 2.43: Atividades culturais	51

Gráfico 2.44: Reabilitação urbana e rural	51
Gráfico 2.45: Investimentos em infra-estruturas sociais	52
Gráfico 2.46: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	52
Gráfico 2.47: Assistência técnica	52
Gráfico 2.48: Temas prioritários	52
Gráfico 2.49: Variação da população residente no Alentejo - 1991/2013	69
Gráfico 2.50: Variação da população residente no Alentejo - 2012/2013 por NUT III	69
Gráfico 2.51: Componentes do crescimento demográfico Portugal vs Alentejo 2012/2013	70
Gráfico 2.52: Grupos funcionais - Alentejo 2012 vs 2013	71
Gráfico 2.53: Índice de envelhecimento - NUT II e III	71
Gráfico 2.54: Taxa de mortalidade infantil - Alentejo 2003 a 2013	72
Gráfico 2.55: Pensionistas da Segurança Social por mil hab. em idade ativa Portugal vs Alentejo 2004 a 2013	72
Gráfico 2.56: Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem e setor de atividade económica 2013/ 2014	73
Gráfico 2.57: Enfermeiros por 1000 hab. Alentejo vs. Portugal 2003 a 2013	73
Gráfico 2.58: Médicos por 1000 hab. Alentejo vs. Portugal 2003 a 2013	73
Gráfico 2.59: Médicos Especialistas por 1000 hab. Alentejo vs. Portugal 2003 a 2013	73
Gráfico 2.60: Diplomas do ensino superior por 1.000 hab - Alentejo vs Portugal	74
Gráfico 2.61: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário – Alentejo vs Portugal	74
Gráfico 2.62: Taxa de retenção e desistência no ensino básico	75
Gráfico 2.63: Taxa de participação em cursos de dupla certificação no ensino secundário	75
Gráfico 2.64: População ativa e empregada Alentejo 2011 a 2014	76
Gráfico 2.65: População ativa por nível de instrução – Alentejo 2012-2014	76
Gráfico 2.66: Taxa de emprego 2012-2014	77
Gráfico 2.67: Taxa de desemprego 2012-2014	77
Gráfico 2.68: Taxa de desemprego por sexo 2014	77
Gráfico 2.69: Indicador local de desemprego registado NUT III 2014	77
Gráfico 2.70: Desempregados por nível de ensino - Alentejo - 2014	78
Gráfico 2.71: Desempregados por tipo de desemprego - Alentejo - 2014	78
Gráfico 2.72: Desempregados por sexo - Alentejo - 2014	79
Gráfico 2.73: Desempregados por duração do desemprego - Alentejo - 2014	79
Gráfico 2.74: Taxa de variação do PIB 2000/2011 e 2013 (provisional)	79
Gráfico 2.75: Taxa de crescimento do PIB per capita - Portugal, Alentejo e NUT III 2012/2013	79
Gráfico 2.76: Índice de disparidade do PIB per capita – Países da UE – 2013	80
Gráfico 2.77: Índice de disparidade do PIB per capita (EU27=100) – 2005 e 2013 (Valor previsional)	80
Gráfico 2.78: VAB - taxa de variação – Portugal, Alentejo e NUT III - 2012/2013	80
Gráfico 2.79: Estrutura nacional do VAB – 2013	81
Gráfico 2.80: Estrutura regional do VAB Alentejo – 2013	81
Gráfico 2.81: Rácio de crédito vencido das famílias	81
Gráfico 2.82: Rácio de crédito vencido das famílias – habitação, consumo e outros	81
Gráfico 2.83: Demografia das empresas 2012	82
Gráfico 2.84: Demografia das empresas - Taxa de natalidade setorial 2012	82
Gráfico 2.85: Comércio externo – Alentejo	82
Gráfico 2.86: Exportações e importações de bens por principais tipos de produtos – Alentejo – 2013	82
Gráfico 2.87: Proveitos de aposento dos estabelecimentos hoteleiros	83

Gráfico 2.88: Taxa de ocupação, camas em estabelecimento hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos	83
Gráfico 2.89: Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros	84
Gráfico 2.90: Agentes de animação turística	84
Gráfico 2.91: Fundo Comunitário aprovado por PO no Alentejo	88
Gráfico 2.92: Fundo Comunitário executado por PO no Alentejo	88
Gráfico 2.93: Dotação Contratualização no Eixo 1	101
Gráfico 2.94: Dotação Contratualização no Eixo 2	101
Gráfico 2.95: Dotação Contratualização no Eixo 3	101
Gráfico 2.96: Distribuição FEDER por CIM	101
Gráfico 2.97: N.º de candidaturas aprovadas	101
Gráfico 2.98: Ponto de situação das ações de verificação no local	114
Gráfico 2.99: Distribuição da despesa total validada por eixo prioritário	115
Gráfico 2.100: Distribuição da despesa verificada no local por eixo prioritário	115
Gráfico 2.101: Distribuição da despesa verificada no local por NUT III	114
Gráfico 2.102: Supervisão CIM por eixo	119
Gráfico 2.103: Supervisão por CIM	119
Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à Programação	132
Gráfico 3.2: Grau de compromisso global face à Programação	143
Gráfico 3.3: Grau de compromisso global face à Programação	156
Gráfico 3.4: Grau de compromisso global face à Programação	169
Gráfico 5.1: Assistência Técnica	175

INTRODUÇÃO

O relatório anual de execução do Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO relativo ao ano de 2014 foi elaborado tendo em vista dar cumprimento ao disposto no art. 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho de 2006, que determina o seu envio até 30 de junho de 2014, à Comissão Europeia após aprovação da Comissão Acompanhamento. No que concerne ao conteúdo e estrutura, este documento obedece ao estipulado no Anexo VI ao Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro, e Regulamento (CE) n.º 832/2010, de 17 de setembro, que alteraram o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, foi também tido em consideração o determinado na legislação nacional, nomeadamente o estipulado no Decreto-Lei 312/2007, de 17 de setembro, com redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 74/2008, de 22 de abril.

As orientações da AD&C para elaboração dos relatórios anuais, bem como as recomendações feitas pela Comissão Europeia na aceitação do relatório de execução de 2013, foram tidas em consideração na preparação deste documento.

O intuito deste relatório é a prestação de contas à Comissão Europeia, aos membros da Comissão de Acompanhamento do Programa e ao público em geral, relativa ao ano de 2014, devendo como tal, constituir-se como um instrumento de apoio à gestão, pelo que nele são descritos os aspetos mais relevantes, nomeadamente o progresso registado na execução do programa e a identificação das dificuldades e estrangulamentos que no período em análise condicionaram o desenvolvimento do programa, bem como as soluções encontradas para os mitigar.

O relatório anual de execução do INALENTEJO relativo ao ano de 2014 mantém uma estrutura de 7 capítulos, semelhante à dos relatórios dos anos anteriores. No primeiro destes procede-se de uma forma genérica à apresentação do PO, referindo os objetivos, estratégias, organização, dotações financeiras e modelo de gestão e acompanhamento.

Nos capítulos 2 e 3 é feita de forma detalhada a análise da execução física e financeira do PO e de cada um dos eixos que o integram. Foram tidos em consideração nesta análise o grau de compromisso e de execução das dotações financeiras e o nível de concretização dos diferentes tipos de indicadores, sendo também identificados os obstáculos que durante o período a que se reporta o relatório se levantaram à sua concretização e as iniciativas desenvolvidas para os ultrapassar.

A análise à assistência técnica prestada pelo programa está reportada no capítulo 5 deste relatório e, no capítulo 6, dá-se conta das atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano no que se refere às atividades de divulgação e informação.

As principais conclusões do que foi o desempenho do programa no ano de 2014 e as perspetivas para 2015, estão reportadas no capítulo 7.

Integra ainda o documento um conjunto de anexos, em que se disponibiliza com detalhe toda a informação de base relativa à execução física e financeira do PO ao longo do período em análise.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Tabela 1.1: Apresentação do Programa

Programa Operacional do Alentejo	Objetivo: Convergência
	Zona Elegível: NUT II Alentejo
	Período de Programação: 2007 - 2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT161PO004
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Alentejo
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2014
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 02-06-2015

As grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Alentejo, no horizonte do ciclo de programação 2007-2013, designadas “Alentejo 2015”, foram materializadas com atenção a duas motivações básicas:

- uma, ligada ao esforço de renovação do modelo económico, visando uma aceleração significativa da competitividade e atratividade económica da região;
- outra, ligada ao esforço de consolidação, racionalização e valorização dos investimentos estruturantes já realizados.

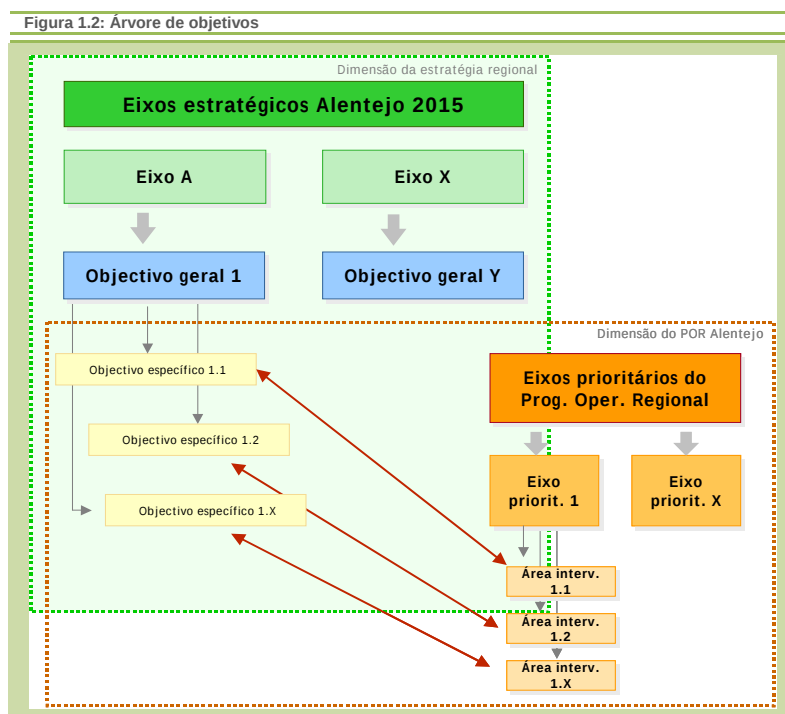
O modelo proposto para a passagem da estratégia ao programa operacional regional procura consagrar as grandes orientações comunitárias e nacionais, acolhendo especialmente as motivações de concentração temática e financeira, de apropriação estratégica regional mais descentralizada e de rearticulação entre competitividade e coesão para alcançar níveis mais elevados de progresso em matéria de convergência.

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional



O PO encerra assim um conjunto de objetivos decorrentes da estratégia “Alentejo 2015”, os quais se organizam, atendendo ao respetivo grau de importância para a estratégia e ao seu carácter operativo.

Deste modo, a cadeia de objetivos inerente à estratégia regional pode ser subdividida em objetivos gerais, específicos e operacionais.



1.1. Organização do INALENTEJO – objetivos e prioridades, áreas de intervenção e beneficiários

As significativas alterações socioeconómicas verificadas na região e no país, determinaram que, visando antecipar previsíveis dificuldades de execução, por força de restrições orçamentais, a AG do INALENTEJO tenha apresentado, até ao momento, três propostas de reprogramação, devidamente enquadradas nas orientações gerais definidas para a revisão do QREN e com fundamento nas disposições previstas no artigo 33.º Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

A primeira, designada de Reprogramação Técnica, foi apresentada em junho de 2011 e aprovada pela Decisão C(2011) 9361 final, de 15 de dezembro, que alterou a Decisão C(2007) 4685, de 9 de outubro.

Esta reprogramação que manteve intacta a matriz estratégica e os objetivos gerais do PO integrou as seguintes alterações:

- aumento da taxa de cofinanciamento comunitário dos eixos prioritários de investimento público para 85%;
- reforço da dotação financeira prevista para os sistemas de incentivos no eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento;

- concentração com encerramento da elegibilidade no POVT, dos investimentos relativos a escolas até ao 3.º ciclo (incluindo requalificação de escolas do 2.º e 3.º ciclo); equipamentos desportivos; ações inovadoras de desenvolvimento urbano.
- simplificação da estrutura de eixos prioritários, através da redução de 6 para 4 eixos, com a manutenção do eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento e com a criação dos eixos:
 - o Valorização do espaço regional (eixo 2);
 - o Coesão local e urbana (eixo 3);
- extinção dos eixos: Desenvolvimento urbano; Conetividade e articulação territorial; Qualificação ambiental e valorização do espaço rural; Governação e capacitação institucional;
- redução dos montantes programados para a assistência técnica;
- revisão dos indicadores de realização e de resultado.

Uma segunda reprogramação, apresentada pela AG do INALENTEJO em julho de 2012, foi aprovada pela Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro, e visou:

- reforçar os apoios ao emprego e aos desempregados, promovendo em particular a empregabilidade dos jovens;
- reforçar os recursos destinados a estimular o investimento das empresas;
- adequar a alocação de fundos às condições de concretização física e financeira dos investimentos públicos em projetos de infraestruturas.

A concretização dos objetivos visados materializou-se pela:

- transição para o POVT dos compromissos assumidos com operações nas tipologias incluídas nas áreas de intervenção: ciclo urbano da água; otimização da gestão de resíduos; prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (materiais). Transitaram para o POVT, após a data de aprovação da reprogramação de 2012 pela Comissão Europeia, todas as operações aprovadas que não tinham ainda sido objeto de transição na reprogramação de 2011 do Programa. Esta transição foi operacionalizada no decurso do ano de 2013;
- adequação de outras elegibilidades dos PO, designadamente no que respeita ao financiamento das medidas da iniciativa impulso jovem;
- reforçar o contributo do fundo JESSICA, dada a sua transição do POVT para os POR da Convergência;
- reforçar as taxas de cofinanciamento, como forma de acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental;

- Foram tomadas medidas que, não resultando diretamente desta reprogramação, visaram acelerar a execução das operações promovidas por entidades públicas, nomeadamente o reforço de tesouraria aos beneficiários através da aplicação de um reforço da taxa de cofinanciamento em 10 p.p., até ao limite de 95%, a todos os pagamentos a efetuar em 2012 e 2013 no âmbito de operações aprovadas, à exceção dos promotores beneficiários no âmbito dos sistemas de incentivos e dos instrumentos de engenharia financeira, limitado ao montante de fundo aprovado.

Esta medida será por força do Reg. (CE) 1297/2013, de 11 de dezembro, aplicada durante todo o período de vigência do Programa.

A terceira reprogramação apresentada à Comissão Europeia, após consulta escrita da Comissão de Acompanhamento concluída em 24-06-2014, e aprovada pela Decisão C (2014) 7041, de 2 de outubro, visou criar condições de elegibilidade no eixo - Valorização do Espaço Regional para o financiamento da rede secundária de rega do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

A proposta apresentada fundamentou-se no contributo da rede secundária de rega do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva para:

- promover a atenuação e adaptação às alterações climáticas;
- a prevenção, controlo e luta contra a desertificação;
- promover reforço da segurança alimentar e
- relançar uma nova dinâmica económica.

A concretização do preconizado por esta reprogramação determinou:

- a alteração da programação financeira através do reforço da dotação do eixo 2 – Valorização do espaço regional - por contrapartida da diminuição do montante afeto ao eixo 1;
- transição de operações aprovadas no eixo 1 nas tipologias relativas aos Sistemas de Incentivos para POFC.

As reprogramações do POR do Alentejo 2007-2013 introduziram alterações na estrutura e designação dos eixos prioritários. Atualmente o programa está estruturado nos quatro eixos seguintes:

1. Competitividade, inovação e conhecimento;
2. Valorização do espaço regional;
3. Coesão local e urbana;
4. Assistência técnica.

As reprogramações introduziram também alterações nas tipologias de investimento apoiado e na sua distribuição por eixo; a tabela 1.2 permite avaliar a evolução registada entre a versão inicial e a que resultou da última reprogramação.

Tabela 1.2: Estrutura de eixo – INALENTEJO

Alteração à Decisão de Aprovação da Comissão: C(2012) 8998, de 5 de dezembro		Decisão de Aprovação da Comissão: C(2007) 4685, de 09 de outubro	
ALENT 1 – Competitividade, inovação e conhecimento	Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME	ALENT 1 – Competitividade e, inovação e conhecimento	Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME
	Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico		Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico
	Incentivos à inovação		Incentivos à inovação
	Sistema de incentivos de apoio local a microempresas		Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento
	Apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional		Apoio a ações coletivas
	Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento		Apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas
	Execução do sistema de apoios à modernização administrativa		Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística
	Promoção e capacitação institucional		Energia
	Execução do sistema de apoio a ações coletivas		Economia digital e sociedade do conhecimento
	Sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas	ALENT 2 – Desenvolvimento urbano	Política de cidades – redes
	Sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística		Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana
	Sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia		Mobilidade territorial
ALENT 2 – Valorização do espaço regional	Energia	ALENT 3 – Conetividade e articulação territorial	Iniciativa comunitária JESSICA
	Economia digital e sociedade do conhecimento		Requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar
			Valorização e animação do património cultural
	Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	ALENT 4 – Qualificação ambiental e valorização do espaço rural	Infraestruturas e equipamentos de saúde
	Ações de valorização e qualificação ambiental		Mobilidade territorial
	Ações de valorização do litoral		Rede de equipamentos culturais
	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – imateriais		Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)
	Valorização e animação do património cultural		Gestão ativa de espaços protegidos e classificados
	Infraestruturas e equipamentos de saúde		Ações de valorização e qualificação ambiental
ALENT 3 – Coesão local e urbana	Rede de equipamentos culturais		Ações de valorização do litoral
	Política de cidades – redes		Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – ações materiais
	Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana		Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – ações imateriais
	Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano		Ciclo urbano da água – “vertente em baixa”
	Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2.º e 3.º ciclo)		Otimização da gestão de resíduos e melhoria do comportamento ambiental
	Mobilidade territorial		Reabilitação locais contaminados
	Infraestruturas e equipamentos desportivos	ALENT 5 – Governança e Capacitação Institucional	Valorização económica em espaço rural
ALENT 4 – Assistência Técnica	Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)		Apoio à modernização administrativa
	Iniciativa JESSICA	ALENT 6 – Assistência Técnica	Promoção e capacitação institucional
	Ações de assistência técnica		Ações de assistência técnica

Apesar de não terem alterado de forma substancial os objetivos gerais do PO, as reprogramações determinaram a reestruturação dos eixos e tornaram imprescindível uma revisão de alguns dos indicadores e o ajustamento das suas metas, melhorando a evidência das realizações e resultados das operações cofinanciadas pelo INALENTEJO.

Esta revisão visou a conciliação dos indicadores com as alterações financeiras e de conteúdo do INALENTEJO, decorrentes das reprogramações, sem dissimular a falta de concretização e alcance dos objetivos e metas definidas. Houve ainda a intenção de melhorar a sua monitorização, bem como, a harmonização entre os vários tipos de indicadores (comuns nacionais e comuns comunitários).

A listagem dos indicadores de eixo que resultou do ajustamento acima referido, pode ser consultada no anexo VIII, no entanto, apresenta-se no quadro seguinte os indicadores que foram retirados e os que foram inseridos, bem como os respetivos eixos em que se enquadram:

Tabela 1.3: Alteração de indicadores	
Indicadores eliminados (reprogramação técnica)	
Eixos anteriores	Designação do indicador
ALENT-01	Índice de sobrevivência de empresas criadas
ALENT-01	% das áreas de inovação empresarial apoiadas que, 2 anos após a conclusão do projeto, têm taxa de ocupação acima de 50%
ALENT-03	Diminuição da distância-tempo entre centros urbanos (em %) nos troços intervencionados
ALENT-03	N.º unidades de saúde familiar apoiadas
ALENT-03	População adicional servida por unidades de saúde familiar apoiadas
ALENT-04	N.º postos de trabalho criados
ALENT-04	N.º intervenções apoiadas
ALENT-04	N.º praias com bandeira azul apoiadas
ALENT-04	Área abrangida por ações de reabilitação e descontaminação ambiental (há)
ALENT-04	N.º ações de valorização de áreas extrativas
ALENT-05	Serviços públicos (regionais e autárquicos) disponíveis on-line
ALENT-05	% hóspedes estrangeiros nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros
Indicadores novos (Reprogramação Técnica)	
Novos eixos	Designação Indicador
ALENT-02	População servida por unidades de saúde apoiadas
ALENT-02	N.º unidades de saúde apoiadas
ALENT-03	Alunos abrangidos por escolas do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados
ALENT-03	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e /ou ampliados /requalificado
Indicadores eliminados (reprogramação técnica)	
ALENT-03	Escolas do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliados/requalificados
ALENT-03	Escolas do ensino secundário construídos e /ou ampliados / requalificados
Indicadores novos (Reprogramação estratégica)	
Eixo	Designação do indicador
ALENT-01	N.º de estágios apoiados
ALENT-01	N.º de estagiários integrados
ALENT-01	N.º de ativos abrangidos em ações de formação
ALENT-01	N.º de ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão
ALENT-01	N.º de iniciativas de criação de emprego apoiadas
ALENT-01	Pessoas abrangidas por iniciativas de criação de emprego apoiadas
Indicadores eliminados (Reprogramação estratégica) (1)	
Eixo	Designação do indicador
ALENT-01	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimentos de água intervencionados
ALENT-01	km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar / intervencionar) nos sistemas de baixa e alta
Indicador novo (Reprogramação – 2014)	
Eixo	Designação do indicador
ALENT-02	Nº de hectares irrigados

(1) Estes dois indicadores foram eliminados, na sequência da transição da elegibilidade da tipologia para o POVT, no entanto neste Relatório, ainda se manteve o seu registo até à efectiva transição das operações em causa

A cada um dos quatro eixos prioritários, corresponde um conjunto de objetivos específicos do PO, que estão diretamente associados conforme apresentado na tabela 1.4.

Tabela 1.4: Dos objetivos específicos do PO aos objetivos específicos do eixo (síntese programática)

Eixo Prioritário	Objetivos específicos do PO	Objetivos específicos do Eixo
Competitividade, inovação e conhecimento	Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo	Incentivar a criação de empresas inovadoras Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
	Aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial Apoiar atividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico
	Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas	Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em setores intensivos em conhecimento e tecnologia Apoiar os setores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transacionável Reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais Promover a qualificação, o emprego e a empregabilidade
	Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters	Promover a densificação do relacionamento empresarial através de ações coletivas
	Constituir uma rede regional de centros tecnológicos	Dinamizar a transferência de "Know-how" das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial
	Reforçar a rede regional de parques empresariais	Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial
	Reforçar as conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC	Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais Reforçar a informatização e modernização da administração pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a administração pública, através da reorganização dos serviços
	Dinamizar a captação de investimento para a região	Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação de IDE qualificantes e para a atividade turística
	Beneficiários: empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica; entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME; entidades do SCTN; associações empresariais; centros tecnológicos; entidades sem fins lucrativos e com personalidade jurídica internacional vocacionadas para atividades de I&DT; instituições públicas com atividades de I&D; instituições do ensino superior universitário e politécnico; laboratórios do Estado; instituições privadas sem fins lucrativos; municípios e associações de municípios; sociedades gestoras de capitais maioritariamente públicos; parques de ciência e tecnologia; entidades públicas e privadas sem fins lucrativos vocacionadas para atividades de divulgação científica e tecnológica; instituições de ensino e centros de investigação e desenvolvimento (centros de I&D); entidades da administração pública central do Ministério da Educação; Agência para a Modernização Administrativa; entidades coletivas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos.	
Valorização do Espaço Regional	Gerir eficientemente os recursos hídricos	Preservar, valorizar e salvaguardar os recursos naturais, incluindo a melhoria da qualidade e quantidade da água para abastecimento público
	Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental	Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo
	Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos	Valorizar e ordenar a orla costeira Intensificar a redução, reciclagem e reutilização de resíduos Sólidos urbanos
	Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços de proximidade na área da saúde Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública
	Beneficiários: organismos nacionais e regionais da Secretaria de Estado da Cultura; municípios e associações de municípios; entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias; fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos; hospitais e outras instituições do Serviço Nacional de Saúde; organismos do Ministério da Saúde; Instituto Nacional de Emergência Médica; entidades públicas mediante acordo estabelecido com organismos do Ministério da Saúde; entidades da administração central e instituições sem fins lucrativos; serviços e organismos dos Ministérios do ambiente e do ordenamento do território e Ministério da economia e do emprego; organismos da administração central descentralizada; associações humanitárias de bombeiros.	
Coesão Local e Urbana	Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	Melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais e desportivos Reforçar e qualificar a oferta do ensino pré-escolar, básico e básico integrado
	Promover o desenvolvimento urbano sustentável	Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas
	Reforçar a competitividade e atratividade do sistema urbano	Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação interurbana inovadoras
	Reforçar a mobilidade inter-regional, através da melhoria das infraestruturas e dos sistemas de transportes	Melhorar a articulação da rede viária regional Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes de passageiros
	Beneficiários: municípios e associações de municípios; serviços da administração central; associações empresariais; empresas privadas no quadro de parcerias público-privadas lideradas por entidades públicas ou no quadro do regime de auxílios de Estado; Instituições de ensino e formação profissional; Centros de I&D; empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos; operadores de transporte público de passageiros; organismos da administração pública; empresas ou associações de empresas públicas ou com capitais maioritariamente públicos; instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas.	

A dotação financeira comunitário alocada a cada um dos eixos prioritários do programa e a distribuição das áreas de intervenção por cada um deles é a que consta da tabela 1.5.

Tabela 1.5: Organização do Programa Operacional Regional

Eixo Prioritário	Áreas de Intervenção	ME	FEDER
Competitividade, inovação e conhecimento	Incentivos à inovação		
	Incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico		
	Incentivos à qualificação e internacionalização de PME		
	Apoio a ações coletivas		
	Economia digital e sociedade do conhecimento		
	Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento		
	Apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional		
	Infraestruturas científicas e tecnológicas		
	Áreas de acolhimento empresarial e logística		
	Parques de ciência e tecnologia		
	Energia		
	Promoção e capacitação institucional		
	Apoios à modernização administrativa		
	Apoio à promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade		

Tabela 1.5: Organização do Programa Operacional Regional (cont.)		M€
Eixo Prioritário	Áreas de Intervenção	FEDER
Valorização do Espaço Regional	Rede de equipamentos culturais	112
	Saúde	
	Património cultural	
	Ações de valorização do litoral	
	Ações de valorização e qualificação ambiental	
	Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	
Coesão Local e Urbana	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (imateriais)	400
	Mobilidade territorial e urbana	
	Reabilitação e requalificação urbana (inclui a Iniciativa JESSICA)	
	Redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial	
Assistência Técnica	Assistência técnica	23
Total		853

Tabela 1.6: Plano financeiro do PO Alentejo (€)							
Eixo Prioritário	Fundo Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento total	Taxa de Cofinanciamento	Contribuição BEI
	(a)	(b)=(c)+(d)	C. Público nacional (c)	C. privado nacional (d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a) / (e)	
1- Competitividade, inovação e conhecimento	318.130.622	106.043.540	16.981.6836	89.061.857	424.174.163	75,00%	3.000.000
2 - Valorização do Espaço Regional	112.327.074	19.822.425	19.822.425	0	132.149.499	85,00%	4.000.000
3 - Coesão Local e Urbana	400.076.282	70.601.697	59.452.966	11.148.731	470.677.979	85,00%	12.000.000
4 - Assistência Técnica	23.400.000	4.129.412	4.129.412	0	27.529.412	85,00%	0
Total	853.933.978	200.597.074	100.386.486	100.210.588	1.054.531.052	80,98%	19.000.000

1.2. Governação do Programa Operacional

O modelo de governação consagrado no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, compreende os níveis de atuação global do QREN, de cada um dos Fundos Comunitários e de cada um dos Programas Operacionais.

A Agência de Desenvolvimento e Coesão, criada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, assumiu as competências que estavam atribuídas ao IFDR, IGFSE e Observatório do QREN, nomeadamente as de Autoridade de Certificação e as que estavam atribuídas aquelas entidades, enquanto membros da Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO.

Ao nível dos Programas Operacionais Regionais, a governação compreende:

- **Órgão de direção política** - Comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente (CMC), tendo em consideração a orgânica do atual Governo, definida no Decreto-Lei n.º 97/2013, de 21 de agosto, é presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional e composta pela Ministra da Agricultura e do Mar, Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Ministro da Saúde, Ministro da Educação e Ciência, Ministro da Economia, Secretário de Estado Adjunto e Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado da Cultura, Secretário de Estado da Administração Local;

Nos termos do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro, as competências da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente passaram, a partir da entrada em vigor daquele diploma, a ser exercidas pela CIC Portugal 2020 – Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020.

A CIC Portugal 2020 é integrada por um membro do Governo de cada área ministerial, sendo coordenada pelo ministro responsável pela área do desenvolvimento regional. Pelo despacho n.º 13710/2014 de 3 de Novembro de 2014, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 219 de 12 de Novembro de 2014 o Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, delegou a coordenação da CIC Portugal 2020 no Secretário de Estado do desenvolvimento Regional.

- **Órgão de aconselhamento estratégico** – Comissão de Aconselhamento Estratégico - CAE;
- **Órgão de gestão** – Autoridade de Gestão do PO Alentejo – AG - composta pelos seguintes órgãos:
 - o **Comissão Diretiva – CD;**
 - o **Secretariado Técnico – ST.**

Que reporta às seguintes Autoridades Nacionais:

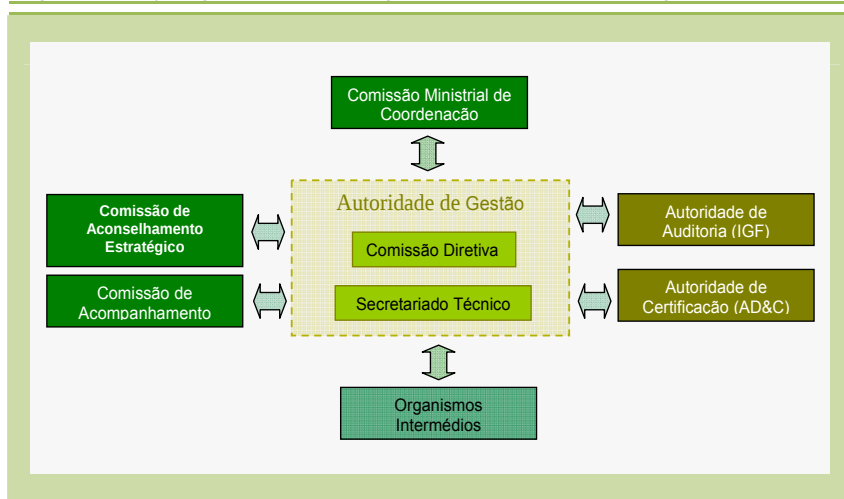
- **Autoridade de Certificação** - AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão.
- **Autoridade de Auditoria** - IGF – Inspeção-Geral de Finanças;
- **Comissão Técnica de Coordenação do QREN;**
- **Órgão de acompanhamento – Comissão de Acompanhamento – CA** – composta pelo Gestor do INALENTEJO, que preside e pelos seguintes membros: um representante de cada membro da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional; os restantes membros da Comissão Diretiva do INALENTEJO; um representante de cada um dos seguintes organismos intermédios: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP, E.P.E.); Turismo de Portugal, I.P.; Agência de Inovação, SA (AdI); Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI); Associações de Municípios/Comunidades Intermunicipais (como Organismos Intermédios, no âmbito da Contratualização), um representante da Autoridade de Certificação do FEDER (AD&C); um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses; um representante da Associação Nacional de Freguesias; quatro representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente; um representante da área de igualdade de género; os membros da Comissão de Aconselhamento Estratégico; três representantes de entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade, com representatividade regional; os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP; o Presidente do Conselho da Região; um representante da Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

A CA integra ainda os seguintes elementos a título consultivo, sem direito a voto: representantes da Comissão Europeia; um representante do BEI e do FEI; um representante da CCDR do Alentejo e um representante da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, responsáveis pelos respetivos Planos Regionais de Ordenamento do Território; bem como, mediante proposta do seu Presidente, representantes de entidades públicas com competências

específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, de personalidades ou de especialistas.

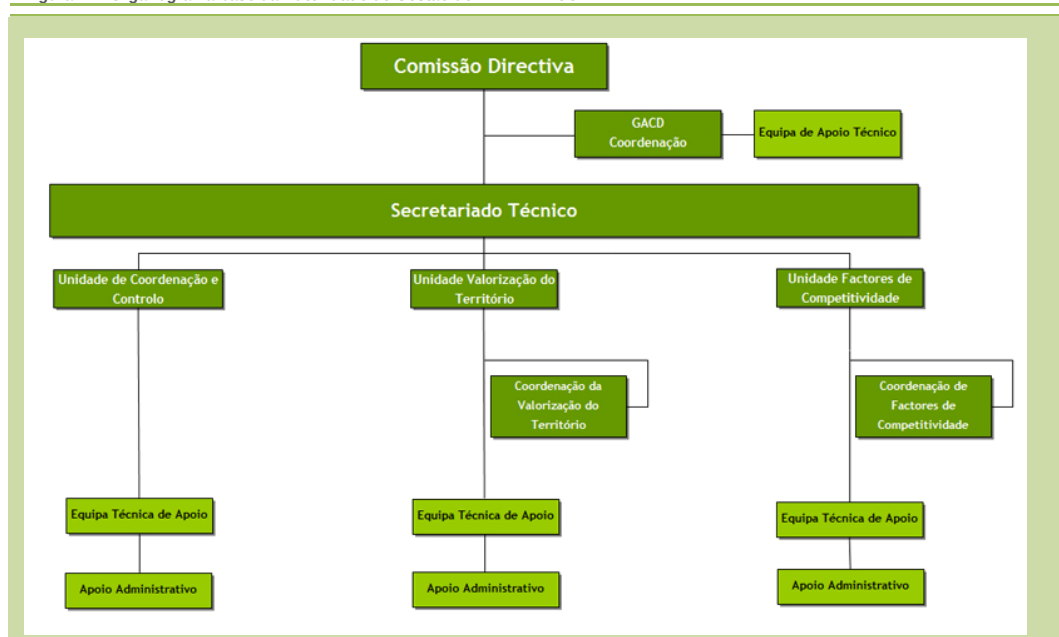
Os membros com estatuto de observador, sem direito de voto, são os seguintes: representantes da Autoridade de Auditoria, do Gabinete de Planeamento Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e do Mar e das Autoridades de Gestão dos PO Temáticos e PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Figura 1.3: Interação organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo



1.2.1. Autoridade de Gestão

Figura 1.4: Organograma base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO



A Autoridade de Gestão do INALENTEJO integra a CD e o secretariado técnico.

As competências, os direitos e as obrigações da Comissão Diretiva do INALENTEJO transitaram, nos termos do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de Setembro, para a CD do Programa Operacional Alentejo 2020, designada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014 de 16 de dezembro, e constituída pelo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nomeado pelo Despacho n.º 15 009/2014, de 1 de dezembro (D.R., 2.ª série, n.º 239, de 11 de dezembro) que, por inerência, preside e por dois vogais executivos, sendo um deles nomeado mediante indicação da Associação Nacional dos Municípios.

O secretariado técnico é composto por três unidades orgânicas, coordenadas por secretários técnicos, cuja distribuição de funções/competências é efetuada do seguinte modo:

- **Unidade de Coordenação e Controlo:** centra-se em duas áreas: esta unidade reporta diretamente à Comissão Diretiva, garantindo assim o cumprimento do princípio da segregação de funções:
 - o área da coordenação que tem a função de coordenar aspetos de natureza transversal, como seja, o sistema de informação do Programa; a articulação entre o Programa e as autoridades de gestão de outros Programas Operacionais e os organismos intermédios de natureza setorial, bem como, com a Autoridade de Certificação;
 - o área do controlo interno, relativa ao controlo interno e auditorias. Esta unidade acompanha e articula com a Autoridade de Auditoria e outras entidades com competência nesta área.
- **Unidade de Valorização do Território,** relativa aos domínios de intervenção da agenda “valorização do território”, os quais se inserem nos eixos 2 e 3 do Programa, lidera as unidades orgânicas constituídas no seio da equipas multidisciplinar para a análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas, para além da articulação com os organismos intermédios;
- **Unidade Fatores de Competitividade,** relativa às áreas de intervenção da agenda “fatores de competitividade” e “assistência técnica”, inseridas nos eixos 1 e 4 do Programa, lidera as unidades orgânicas constituídas no seio da equipa multidisciplinar, para a análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas, para além da articulação com os organismos intermédios.

A atual estrutura do secretariado técnico inclui, ainda, três coordenações específicas (equipas de projeto):

- Coordenação fatores de competitividade, dependente da Unidade Fatores de Competitividade
- Coordenação valorização do território, dependente da Unidade de Valorização do Território;
- Gabinete de apoio à Comissão Diretiva do INALENTEJO, dependente da Comissão Diretiva

Em cada área de intervenção, a direção das atividades a desenvolver, incluindo as de acompanhamento técnico-estratégico, está atribuída a cada um dos secretários técnicos.

No seio da equipa multidisciplinar das unidades Valorização do Território e Fatores de Competitividade, as equipas de trabalho são subdivididas, garantindo-se o cumprimento do princípio da segregação de funções, já que, para cada aviso de concurso, um determinado técnico só poderá exercer uma das tarefas: análise (condições de seleção, análise de mérito, apreciação técnica, contratação pública), acompanhamento de execução (pedidos de pagamento, verificações físicas) ou verificação no local (administrativas, financeiras e físicas).

Funções da CCDR Alentejo

Nos termos previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, a Autoridade de Gestão solicita o apoio dos serviços da CCDR Alentejo, bem como de outras entidades externas, em sede de análise de candidaturas, quer para a obtenção de pareceres, quer para a avaliação de mérito das mesmas.

No caso da CCDR Alentejo, e sem prejuízo de diversos funcionários do quadro poderem vir a desempenhar uma colaboração estreita com o secretariado técnico, sempre que se revela adequado, é estabelecida uma forte articulação nos seguintes domínios:

- planeamento e desenvolvimento regional;
- apoio às autarquias locais;
- ordenamento do território;
- ambiente.

O apoio administrativo e financeiro à AG do INALENTEJO é assegurado pela CCDR Alentejo, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril.

Organismos Intermédios:

Nos termos dos art.º 61.º a 64.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO delegou competências no que respeita à gestão dos Sistemas de Incentivos e contratualizou uma subvenção global com as Comunidades Intermunicipais.

Gestão dos Sistemas de Incentivos:

Visando a gestão dos Sistemas de Incentivos foram, em 30 de junho de 2008, celebrados os protocolos de delegação de competências entre a AG do INALENTEJO e as seguintes entidades públicas:

- Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI);
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP);

- Turismo de Portugal (TP);
- Agência de Inovação (AdI).

Contratualização com Associações de Municípios / CIM com base nas NUT III:

Visando concretizar a opção estratégica configurada no modelo de governação do QREN, de garantir a participação das associações de municípios na gestão, foram celebrados, em 22 de dezembro de 2008, contratos de delegação de competências com subvenção global, entre a AG do PO do Alentejo e as Associações de Municípios/CIM desta região, definidas territorialmente com base nas NUTIII (CIMAL, CIMBAL, CIMAC, CIMAA, CIMLT), nos termos previstos na Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 68/2008.

Na sequência do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, assinado em 9 de março de 2010, foram avocadas pela AG, parte das competências delegadas, nomeadamente, as relativas a decisão de aceitação e aprovação das candidaturas, validação de despesa e formalização de pedidos de pagamento, estas alterações foram consagradas por adendas aos contratos assinadas em 19 de março de 2010.

Em 2014 foram assinadas adendas aos contratos de delegação com subvenção global estabelecidos com as CIM, que introduziram as alterações induzidas pelo Deliberação da CMC dos Programas Operacionais Regionais de 5 de Abril de 2011, que determinou a atualização das dotações financeiras e pela Lei n.º 75/2013 de Setembro de 11 de Novembro, que a aprovou o estatuto das entidade intermunicipais.

2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.1. Realização e Análise dos Progressos

Neste ponto efetua-se uma análise sobre a realização física do Programa Operacional, com base na evolução registada nos Indicadores Comuns Comunitários e Indicadores Comuns Nacionais, bem como, uma análise quantitativa e qualitativa do progresso ao nível dos diversos aspetos financeiros, nomeadamente, compromisso, aprovação, execução e pagamentos. Por outro lado, apresenta a repartição do financiamento com base na dimensão do tipo de território, pela dimensão da atividade económica, e ainda por grupos-alvo e temas prioritários.

2.1.1. Realização física do Programa Operacional

A análise da realização física do Programa Operacional, terá como base fundamental os dados referentes aos Indicadores Comuns Comunitários, constantes da tabela 2.1, efetuando uma análise dos resultados obtidos, nomeadamente, uma análise global qualitativa dos progressos realizados.

A definição das metas a nível nacional, foi estabelecida em função de propostas apresentadas pelas autoridades de gestão de cada PO, sendo que, os valores definidos para as metas no âmbito do INALENTEJO são as que constam do quadro seguinte, realçando-se, no entanto, a dificuldade de estipular metas relativamente à criação de emprego, e mesmo a impossibilidade no que respeita à repartição por sexos (nomeadamente ao nível do Sistema de Incentivos).

Importa referir que, as metas inscritas são as resultantes do último exercício de atualização do contributo de cada PO para as metas globais, efetuado em novembro de 2013.

Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)										
Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
1	Empregos criados	Realização Contratada	SI -1453 Out.Reg-158 Total – 1.611	SI -3965 Out.Reg-881 Total – 4.846	SI -3650 Out.Reg-2328 Total – 5.978	SI - 4136 Out.Reg-2848 Total – 6.984	SI - 4335 Out.Reg-3042 Total – 7377	SI - 4545 Out.Reg-3042 Total – 7587		7.587
		Realização Executada				3	SI - 240 Out.Reg-1743 Total – 1983	SI - 998 Out.Reg-1743 Total – 2.741		2.741
		Metas							4.900	
2	dos quais : homens	Realização Contratada	SI – n.d. Out.Reg- 62	SI – n.d. Out.Reg- 450	SI-n.d. Out.Reg- 1030	SI-n.d. Out.Reg- 1219	SI-n.d. Out.Reg-1273	SI-n.d. Out.Reg-1273		--
		Realização Executada				2	816	816		--
		Metas							n.d. **	
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada	SI – n.d. Out.Reg- 96	SI – n.d. Out.Reg- 431	SI – n.d. Out.Reg-1298	SI – n.d. Out.Reg-1629	SI – n.d. Out.Reg-1769	SI – n.d. Out.Reg-1769		--
		Realização Executada				1	927	927		--
		Metas							n.d. **	
4	N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada	4	8	21	28	55	63		63
		Realização Executada					5	8		8
		Metas							50	
5	N.º de projetos de cooperação empresas – instituições de investigação	Realização Contratada	2	1	2	2	2	3		3
		Realização Executada								
		Metas							2	
6	Empregos na investigação criados	Realização Contratada	13	167	232	246	142	142		142
		Realização Executada								
		Metas							60	
7	N.º de projetos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada	30	121	220	305	334	633	839	839
		Realização Executada				17	29	73	161	161
		Metas							700	
8	N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	4	10	26	46	25	30	30	30
		Realização Executada				1	1	7	9	9
		Metas							27	

Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano) (cont.)											
Indicadores			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)											
9	Empregos criados em projetos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada		1.453	3.961	3.991	4.136	4.335	4.545		4.545
		Realização Executada						240	998		998
		Metas								2.700	
10	Investimento induzido (em ME) (****)	Realização Contratada	15,6	163,9	130,2	325	327	396	368		368
		Realização Executada					12,1	45	70		70
		Metas								400	
11	N.º de projetos (sociedade de informação)	Realização Contratada	9	12	33	42	42	42	42		42
		Realização Executada			2	10	21	30			30
		Metas								30	
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	61.451	65.734	65.734	65.734	65.734	65.734	65.734		65.734
		Realização Executada						65.734	65.734		65.734
		Metas								65.000	
13	N.º de projetos (Transportes)	Realização Contratada	16	38	85	119	135	146			146
		Realização Executada			76	99	110	131			131
		Metas								120	
14	N.º de km de novas estradas	Realização Contratada	3,7	3,7	7,3	8,2	10,1	10,1			10,1
		Realização Executada						4,5	5,9		5,9
		Metas								9	
16	N.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada	69,5	501,9	752,2	845,7	1.016,7	1.134,2			1.134,2
		Realização Executada			493	762,1	830,4	978,1			978,1
		Metas								900	
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização Contratada	n.d.	2.700	19.423	19.423	19.423	19.423	19.423		19.423
		Realização Executada						19.423	19.423		19.423
		Metas								18.000	
23	N.º de projetos (energias renováveis)	Realização Contratada	n.d.	5	46	79	81	81			81
		Realização Executada			6	22	48	64			64
		Metas								75	
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interconectados (***)	Realização Contratada	740	1.664	2.594	2.594	n.a				n.a
		Realização Executada									
		Metas								n.a	
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interconectadas	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a				n.a.
		Realização Executada									
		Metas								n.a.	
27	N.º de projetos de Resíduos Sólidos (***)	Realização Contratada	5	12	18	21	n.a				n.a
		Realização Executada									
		Metas								n.a	
28	N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	1	1	1	1	1	2			2
		Realização Executada						1			1
		Metas								1	
29	Área reabilitada (em Km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.			n.d.
		Realização Executada									
		Metas								n.a	
31	N.º de projetos (Prevenção de riscos) (****)	Realização Contratada	5	8	14	14	9	9			9
		Realização Executada			5	5	1	8			8
		Metas								7	
32	População que beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações (****)	Realização Contratada	661.545	767.679	767.679	767.679	66.420	66.420			66.420
		Realização Executada					541.499	54.780	66.420		66.420
		Metas								65.420	
33	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações (***)	Realização Contratada	n.d.	661.545	767.679	767.679	767.679	112.159	112.159		112.159
		Realização Executada					541.499	88.019	112.159		112.159
		Metas								112.159	
34	N.º de projetos (Turismo) (****)	Realização Contratada	2	10	67	102	90	145	135		135
		Realização Executada				12	12	16	62		62
		Metas								100	
35	N.º de empregos criados (em ETI) (****)	Realização Contratada	n.d.	24	208	1.596	1.097	1.112	903		903
		Realização Executada						25	384		384
		Metas								n.d.	
36	N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada	29	37	46	67	74	76	77		77
		Realização Executada				32	47	53	58		58
		Metas								70	
37	N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	7370	9.497	12.250	18.119	21.564	21.813	21.978		21.978
		Realização Executada				7.485	12.283	13.538	15.881		15.881
		Metas								17.270	
38	N.º de projetos (saúde)	Realização Contratada	6	33	42	57	61	61	61		61
		Realização Executada				13	37	41	49		49
		Metas								65	
39	N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atratividade das cidades	Realização Contratada	n.d.	6	13	116	126	128	150		150
		Realização Executada				16	53	105	134		134
		Metas								100	
40	N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	14	15	15	15		15
		Realização Executada				2	2	6	9		9
		Metas								15	
41	N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização Contratada	29	40	53	111	131	148	150		150
		Realização Executada				37	81	112	124		124
		Metas								135	

Notas: n.a. Não Aplicável ao INALENTEJO; n.d. Não disponível; (*) Metodologia de cálculo em consolidação; (**) Indicador para o qual se propõe não se definir uma meta; (***) Elegibilidade da tipologia transitou para o POVT em 2013 (Reprogramação dez/12); (****) A redução em relação ao ano anterior resulta da transição de operações para o POFC (no âmbito da reprogramação de 2014) bem como da rescisão de operações.

A visão correta do desempenho do INALENTEJO na concretização dos seus objetivos, a partir da análise dos indicadores definidos, poderá, em parte, ficar comprometida, tendo em conta alguma dificuldade, que existe na operacionalização da metodologia de cálculo nalguns indicadores.

Neste campo, será de realçar a dificuldade/entrave em obter determinados elementos que permitam, numa forma cabal, responder aos indicadores estabelecidos, refira-se como exemplo:

- obtenção de dados a partir do sistema de informação, no que concerne aos regulamentos dos Sistemas de Incentivos (SIQREN), como é o caso dos indicadores n.º 2 e 3, nos quais não é possível obter os dados da criação de emprego, repartidos por género, sendo que, os dados que neles constam respeitam às restantes operações, cujo registo/cálculo dos indicadores são obtidos através do SIGPOA (Sistema de Informação do PO Alentejo);
- não são apresentados dados relativos aos Indicadores n.º 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24 e 30 (citados no anexo IX), por não se enquadrarem em tipologias de projeto previstas no INALENTEJO, ou por não estar consolidada a sua metodologia de cálculo. Também a partir de 2013 (Reprogramação Estratégica de 2012), passaram a não ter elegibilidade no POR Alentejo, as tipologias que se enquadram nos indicadores n.º 25 e 27.
- a metodologia estabelecida, determina que o contributo das operações para a construção dos indicadores, só ocorra quando estas já se encontrem com contrato celebrado (até 31-12-2014) e ao nível da execução que as operações estejam devidamente concluídas (relatório final de encerramento). No entanto, atendendo a recomendações da Comissão Europeia, neste relatório, quando possível é reportada informação sobre a execução, que reflete o contributo das intervenções que se encontram finalizadas ou em condições de serem usufruídas pelos destinatários independentemente dos projetos respetivos se encontrarem financeiramente concluídos, de forma a obter um conhecimento mais aproximado do nível de concretização deste Programa. Contudo, sempre que possível, foram inseridos os dados relativos a operações já finalizadas.
- Será importante referir que decorrente da Reprogramação Estratégica de dezembro de 2012, a elegibilidade das operações que contribuíam para os indicadores n.º 25 (ciclo urbano da água, vertente em baixa) e n.º 27 (resíduos sólidos) foram transferidas para o POVT. Nos indicadores n.º 31, 32 e 33, os valores inscritos referem-se às ações imateriais que mantiveram a elegibilidade no PO.

No ano de 2014, destaca-se o dinamismo verificado, nalgumas áreas, nomeadamente, ao nível do incremento na execução de operações, bem como, alguns pontos críticos em termos do cumprimento das metas estabelecidas:

- Dum modo geral, os valores dos indicadores registaram um incremento, no entanto, importa fazer referência aos indicadores n.º 10 “Investimento Induzido”, n.º 34 “N.º de projetos (turismo)” e n.º 35 “N.º de empregos criados (em ETI)”, nos quais se verificou uma redução na

sequência da transição de operações para o POFC (no âmbito da reprogramação de 2014), bem como, da rescisão de operações.

- “n.º de projetos de I&DT”(indicador n.º 4) passou de 55 operações contratadas para 63, sendo que destas, só se encontram concluídos 8 projetos (cerca de 13% de execução), estando ainda distante da meta prevista (50);
- O indicador n.º 11, “N.º de projetos (sociedade de informação)” já atingiu a meta, embora se encontre com 71 % de execução;
- “n.º de projetos de transportes” (indicador n.º 13), continuou a crescer, passando de 135 operações contratadas para 146, sendo que destas, já se encontram concluídas 131, o que se traduz em cerca de 90% de execução, tendo inclusivamente já sido superada a meta de 120 projetos;
- “n.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas”, passou de 1.016,7 km para 1.134,2 km (Indicador n.º 16), continuando a manter um bom nível de execução com 978,1 km, superando a meta de 900 km; verificou-se também uma pequena alteração ao nível de *novas estradas* (Indicador n.º 14) com 58% de execução;
- na área das *energias renováveis*, é de referir uma alteração significativa ao nível da execução (indicador n.º 23). Mantendo-se a aprovação nos 81 projetos, a execução apresenta uma taxa de 79% contra 60%, em 2013;
- os projetos de *prevenção de riscos* (indicador n.º 31), encontram-se praticamente concluídos, 8 em 9 projetos, sendo que a meta já foi ultrapassada (7 projetos);
- A meta foi superada no indicador n.º 32 “População que beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações” e atingida no indicador n.º 33 “População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações);
- ao contrário do que ocorreu no ano transato é de registar um decréscimo no “n.º de projetos de turismo”, de 145 para 135 (indicador n.º 34), bem como, no indicador 35 “n.º de empregos criados”, resultante de rescisões de operações e da transição de operações para o POFC;
- no indicador n.º 39 – “N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades”, será de destacar o incremento na concretização de operações, passando para uma taxa de 89%, tendo sido já superada a meta definida;
- no “N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias” (indicador n.º 40) verificou-se uma melhoria ao nível da execução (60%);
- o indicador n.º 41 – “N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão” passou para uma taxa de execução de 83 %.

Como complemento, importa fazer referência aos Indicadores Comuns Nacionais – ICN (Anexo I) sendo de referir o seguinte:

- os indicadores ICN-TRI-005, ICN-Anual-009 e ICN-Anual-010, não são aplicáveis ao INALENTEJO, tendo em conta os Regulamentos Específicos; bem como o ICN-TRI-011, a partir de 2013, na sequência da Reprogramação Estratégica de dezembro de 2012;
- a metodologia do Indicador ICN-Anual-017, não se encontra consolidada pelo que é “não disponível”;
- no âmbito do Sistema de Incentivos, os indicadores n.º ICN-TRI-002 e ICN-Anual-004, apresentam uma redução, que resultou de rescisões de operação e da transição de operações para o POFC (âmbito da Reprogramação de 2014) sendo cada situação descrita, por indicador, no referido anexo;

Destacam-se, ainda, alguns aspetos mais importantes ao nível da sua evolução:

- acréscimo no “*n.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (SI)*” (ICN-TRI-001), mantendo, no entanto, uma taxa de execução relativamente baixa, rondando os 19% (161 dos 839 projetos).
- de forma idêntica nos podemos referir, ao indicador ICN-Anual-002 “*Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia*”, que embora tenha um maior n.º de empresas apoiadas (passou de 174 para 236) apresenta conclusão em apenas 37 projetos;
- no indicador ICN-TRI-002 “*Investimento total nos projetos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos*”, verifica-se um redução (passando de 396 M€ para 367 M€) situação que decorre do facto dos novos projetos aprovados, apresentarem uma dimensão financeira menor do que os rescindidos no ano e os transitados para o POFC, no âmbito da Reprogramação de 2014. Esta situação, também, teve reflexos ao nível do ICN-Anual-004- “*Empresas apoiadas em setores de produção transacionável e internacionalizável*”, com a redução de 8 projetos;
- o n.º de “*ações coletivas*” (ICN-TRI-007), passam de 31 para 35 projetos, no entanto, só 11 se encontram concluídos ;
- o indicador ICN-Anual-016 - “*n.º de projetos-piloto de eficiência energética*”, apresenta uma melhoria na taxa de execução (88%);
- ICN-Tri-014 – para além dum significativo acréscimo nas operações contratadas de “*equipamentos sociais*” (de 82 para 116), importa destacar o incremento na execução, que passou de 50% para 71%. Na mesma linha estão os “*equipamentos culturais*”, com a execução de 21 das 24 operações contratadas. Nos “*equipamentos desportivos*”, será de destacar que os 35 projetos aprovados, já se encontram finalizados. Nas “*unidades de saúde*”

mantêm-se as 68 operações, verificando-se um esforço ao nível da execução, com 56 já concluídas (82%);

- *ICN-Tri-015 – Neste indicador regista-se o apoio a 72 (mais 1 operação) “Centros Escolares do 1.º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar”, estando 56 concluídos (78%), verificando-se ao nível das “escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico” uma taxa de execução de 50%.*
- *De referir, ainda, que nos indicadores ICN-AAE-006 e ICN-Anual-029, a redução (-1) decorre do facto da “Rede Urbana Economias Criativas, rede inter-regional apresentada ao MaisCentro, que incluía o Alentejo, o Centro, Lisboa e o Norte”, não ter tido concretização no Alentejo, pois o Município de Montemor-o-Novo desistiu da (única) candidatura por falta de maturidade na fase de assinatura de contrato”;*

2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

O ano de 2014 representou 5,65% do valor de FEDER aprovado no INALENTEJO, sendo a taxa de compromisso (FEDER aprovado / FEDER programado) no final do ano 110,86% com um valor de FEDER aprovado de 946,66 M€. A análise deste valor marca claramente o ano de 2010 como o pico da curva de aprovação, invertida em 2013 com o intuito de assegurar um montante de aprovação que permita uma plena execução do PO.

Ainda em consequência dos resultados da equipa conjunta de descompromisso municipal, da operação limpeza e da Reprogramação Estratégica do QREN, aprovada no final de ano 2012, no ano de 2014 verificou-se um aumento no valor das aprovações face ao ano 2012, embora menos que em 2013, tendo-se verificado um crescimento nos eixos 2,3 e 4 e redução das aprovações no eixo 1, o crescimento de FEDER aprovado foi de 53,52 M€.

Gráfico 2.1: Aprovação anual do INALENTEJO – FEDER

(€)

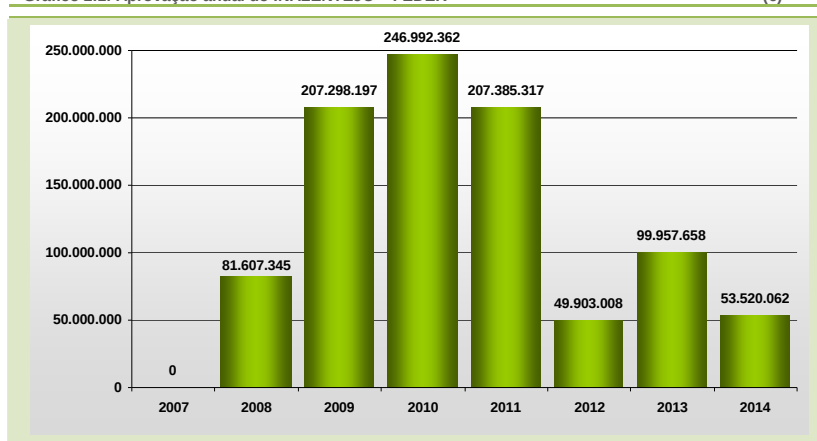


Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2014 (€)

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			Execução * (EX)		
	Inv. total elegível	Despesa Pública	Fundo	Inv. total elegível	Despesa Pública	Fundo	Inv. total elegível	Despesa Pública	Fundo
INALENTEJO	1.043.864.386	962.802.118	853.933.978	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946
Eixo Prioritário 1	333.507.496	263.482.493	250.130.622	456.937.773	312.301.198	295.194.323	288.707.187	200.228.562	188.302.379
Eixo Prioritário 2	216.855.383	216.855.383	184.327.075	236.162.458	234.860.534	189.681.114	115.488.832	115.322.760	91.431.693
Eixo Prioritário 3	465.972.096	454.934.830	396.076.281	535.470.418	533.064.158	438.384.883	425.618.881	424.290.047	347.955.922
Eixo Prioritário 4	27.529.412	27.529.412	23.400.000	26.506.094	26.506.094	23.403.630	16.484.434	16.484.434	14.333.951

Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2014 (€) (cont.)

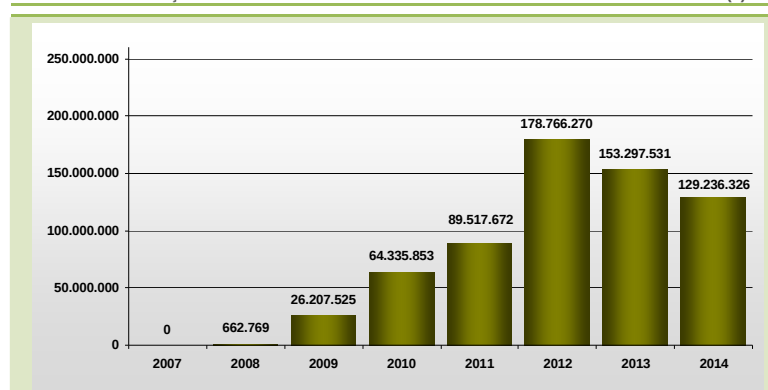
Eixo Prioritário	Fundo pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
INALENTEJO	676.260.410	6.419.788	56.542.058	613.298.563	110,86%	75,18%	67,82%	71,44%	105,33%
Eixo Prioritário 1	204.652.865	6.419.788	19.671.115	178.561.961	118,02%	75,28%	63,79%	69,33%	108,68%
Eixo Prioritário 2	91.580.379	0	9.418.349	82.162.029	102,90%	49,60%	48,20%	48,28%	100,16%
Eixo Prioritário 3	365.090.258	0	26.654.737	338.435.521	110,68%	87,85%	79,37%	83,28%	104,92%
Eixo Prioritário 4	14.936.908	0	797.856	14.139.052	100,02%	61,26%	61,25%	63,82%	104,21%

* Execução corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela AG e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na aceção do artigo 87.º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa efetivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.

O valor FEDER correspondente à despesa validada até ao final de 2014 é de 642,02M€ incluindo os adiantamentos certificáveis, mantendo o crescimento verificado desde 2012, em que este valor era 359,5 M€. O ano de 2014 apresenta assim um contributo de 20,13% do valor FEDER executado, resultante tanto dos elevados níveis de execução das operações, como do esforço realizado pela estrutura técnica do INALENTEJO, de forma a aumentar a validação documental e processual da despesa apresentada pelos beneficiários.

Gráfico 2.2 : Execução anual do INALENTEJO – FEDER

(€)

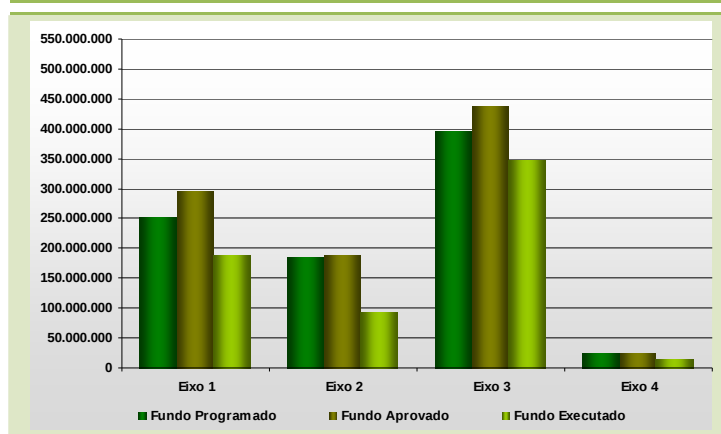


Verifica-se no gráfico 2.3 que a aprovação, atinge valores muito significativos face ao valor programado, nomeadamente no eixo 1 e 3 com valores de aprovação superiores ao programado. Estes valores têm como enquadramento a reprogramação ocorrida, que reforçou a dotação do eixo 2 com dotação do eixo 1 de forma a possibilitar a aprovação dos projetos da rede secundária do EFMA.

Verifica-se também que o eixo 4 apresenta um maior equilíbrio entre o valor aprovado no final do ano e o valor executado, dada a natureza anual das operações. Importa sublinhar que os valores de aprovação já apresentam as correções resultantes do encerramento de 321 operações, sendo que o valor total aprovado resulta da utilização do valor executado das operações encerradas.

Gráfico 2.3: Compromisso financeiro a 31-12-2014

(€)

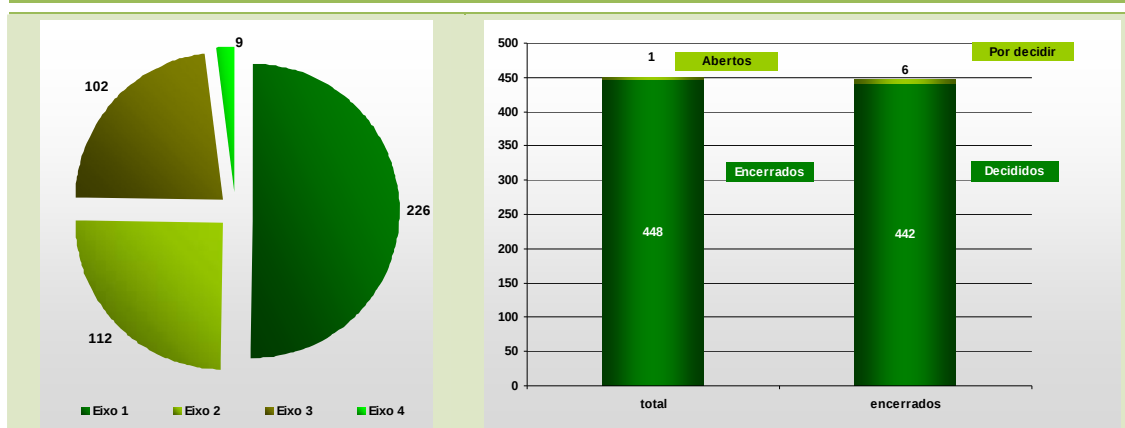


Dinâmica de Avisos de Concurso

Até ao final de 2014 foram abertos um total de 449 Avisos de Concurso, sendo que apenas 1 se encontrava aberto a essa data (PC contínuo: Inovação – regime especial)¹, tendo em 2014 sido abertos e encerrados 10 concursos.

Gráfico 2.4: Avisos de concurso 31-12-2014

Gráfico 2.5: Dinâmica de concursos em 31-12-2014



Destaca-se também, o eixo 1, como sendo o que mais concursos abriu até ao final do ano 2014 com 226 concursos, dos quais no final do ano só 1 se mantinha aberto (regime especial) e 225 já decididos, correspondendo 128 ao sistema de incentivos.

¹ Inovação - Projetos do regime especial: São projetos de especial interesse para a economia nacional, pelo seu efeito estruturante para o desenvolvimento, diversificação e internacionalização da economia portuguesa, e/ou de setores de actividade, regiões e áreas consideradas estratégicas. Devem corresponder a uma despesa mínima elegível de 25 M€ são sujeitos a um processo negocial específico, precedido da obtenção de pré-vinculação do Órgão de Gestão quanto ao incentivo máximo a conceder, em contrapartida da obtenção de metas económicas e obrigações adicionais, a assegurar pelos promotores no âmbito do correspondente contrato de concessão de incentivos.

Gráfico 2.6: Avisos de concurso encerrados 31-12-2014

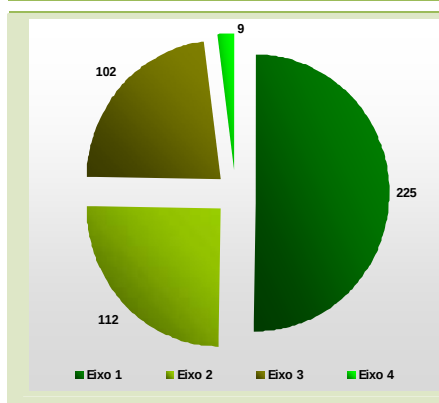
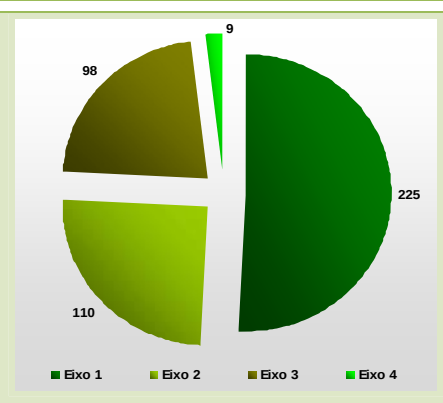


Gráfico 2.7: Avisos de concurso decididos 31-12-2014



Aprovações e Taxas de Compromisso

As 121 candidaturas apresentadas no ano de 2014 representam um contributo de 2,74% das submetidas ao INALENTEJO até aquela data, as 249 admitidas, um contributo de 8,03% e a redução de 85 nas aprovadas, uma quebra de -3,92%. Considerando que das 3.102 candidaturas admitidas até 31-12-2014, foram aprovadas 2.168, constata-se que a taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas), foi de 70%.

Gráfico 2.8: Variação de aprovação líquida por eixo prioritário (n.º)

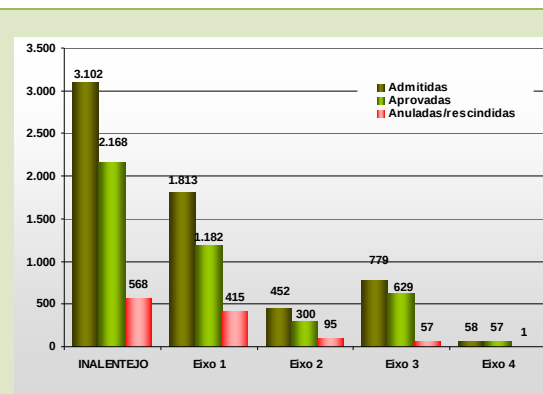


Gráfico 2.9: Incremento de candidaturas (n.º)

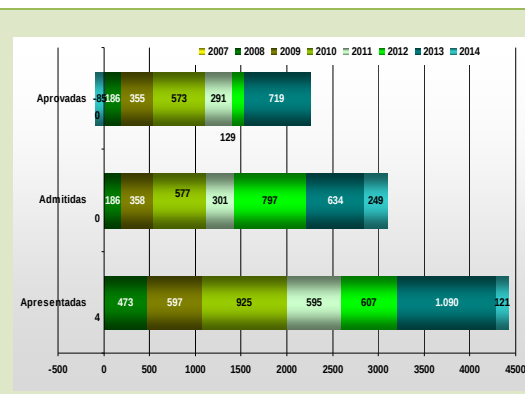


Gráfico 2.10: Taxa de aprovação líquida (n.º candidaturas)

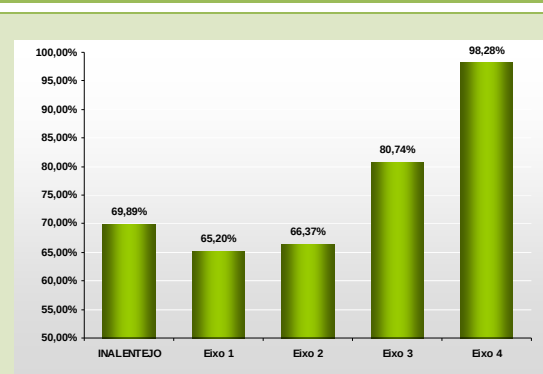
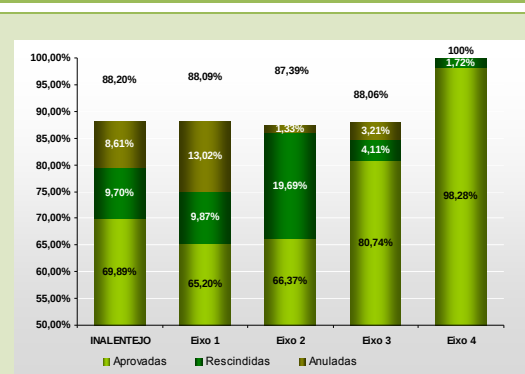


Gráfico 2.11: Taxa de aprovação real (n.º candidaturas)



Considerando o conceito de taxa de aprovação líquida, conforme definido no anexo XII:

Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) = Taxa calculada com informação relativa às candidaturas aprovadas/candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Candidaturas admitidas = Total de candidaturas apresentadas que cumprem os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, são aceites pela AG para integrar o processo de seleção. (em análise técnica, aprovadas, não aprovadas, anuladas, rescindidas)

Torna-se necessário para uma melhor preceção da seletividade no processo de aprovação uma outra análise, já que são expurgadas das aprovadas todas as operações que, embora tenha tido decisão de aprovação por parte da AG, não foram iniciadas (anuladas²) ou, embora contratualizadas, não foram concluídas (rescindidas³).

Assim, no gráfico 2.11 verifica-se que a seletividade do processo de aprovação atinge os 88,20% das candidaturas admitidas.

Se por um lado verificamos que ao nível do eixo 1 a quebra da aprovação (operações anuladas e rescindidas) é de 25,99%, este valor nos restantes eixos é significativamente mais baixo, resultado da natureza dos investimentos e dos beneficiários apoiados no eixo, maioritariamente privados.

A exceção do eixo 2 decorre do processo de transição de operações para o POVT na sequência do processo de reprogramação do QREN.

O valor da taxa de seletividade real resulta em grande parte da qualidade das candidaturas apresentadas, do seu mérito e dos procedimentos desenvolvidos pela equipa técnica do INALENTEJO.

Tabela 2.3: Operações aprovadas (€)

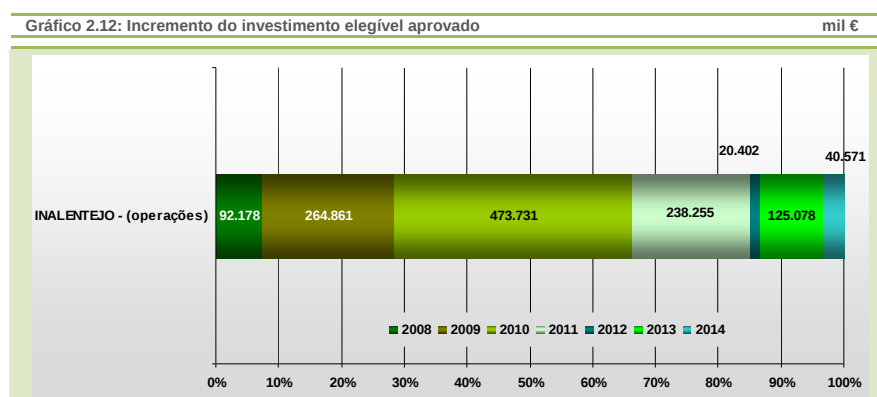
Eixo Prioritário	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER
Eixo 1	527.298.110	456.937.773	312.301.198	295.194.323
Eixo 2	263.927.317	236.162.458	234.860.534	189.681.114
Eixo 3	604.886.643	535.470.418	533.064.158	438.384.883
Eixo 4	27.163.001	26.506.094	26.506.094	23.403.630
Total	1.423.275.072	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949

O investimento total das operações aprovadas pelo INALENTEJO era, a 31 de dezembro, de 1.423,3 M€, a que corresponde um investimento elegível de 1.255,1 M€ e uma comparticipação FEDER de 946,66 M€, a uma taxa de comparticipação média de 75,43%.

A taxa de compromisso, no mesmo período, atingiu os 110,86% face ao total programado, sendo os maiores contributos para este valor do eixo 1 e 3 com taxas de compromisso, respetivamente, de 118,02% e 110,68%.

² Candidatura aprovada e cuja comunicação de cofinanciamento teve lugar, mas que, por iniciativa do beneficiário ou por incumprimento legal, não celebra o respetivo contrato.

³ Candidatura aprovada com revogação da decisão de cofinanciamento após a celebração de contrato, independentemente de a decisão ter sido promovida pelo beneficiário ou pela AG ou órgão equiparado.



A análise gráfica permite mais uma vez verificar o grau de compromisso da dotação do INALENTEJO, onde se verificam compromissos iguais ou superiores a 100%, em todos os eixos do programa.

A AG do INALENTEJO considera uma boa prática de gestão a aprovação de operações acima dos limites de programação, designada por overbooking, como garantia da plena execução do programa, importa relevar que este overbooking tem enquadramento superior.

No caso do eixo 1 – competitividade, inovação e conhecimento, o montante de overbooking apresentava um valor superior ao previsto no Despacho do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional e do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, de 8 de março de 2013, dada a redução dos valores de dotação resultantes da reprogramação do PO.

Considerando os 122% da dotação do sistema de incentivos propostos no referido despacho, e embora em 31-12-2014 o FEDER aprovado apresentasse um valor de 173,8M€, a quebra das operações que se encontram em processo de rescisão repõe os valores da aprovação nos limites definidos para o overbooking.

Ao abrigo do Deliberação da CMC dos POR, de 28 de junho de 2013, foi aprovado um overbooking no eixo 2, dentro dos limites definidos para aprovações não condicionadas, para atender às quebras registadas com a anulação total ou parcial de operações, que prevê, para este eixo, um overbooking até 14,06% (25,9 M€).

A referida Deliberação define ainda o limite até 10,57% (42,3 M€) no eixo 3 estando aprovado um overbooking, dentro dos limites definidos para aprovações não condicionadas. O overbooking não condicionado permite à AG a contratação das operações, bem como a validação da despesa apresentada e respetivos pagamentos.

No entendimento desta AG, os montantes aprovados acima da programação, no final do ano de 2014, visam promover um overbooking prudente e proporcional.

Operações concluídas e em conclusão

Tendo em conta o ano de reporte do presente relatório, importa também apresentar uma análise do grau de conclusão e encerramento das operações. Nesta análise são assinaladas por eixo 4 classes de operações concluídas ou em conclusão:

- Projetos encerrados com saldo pago: trata-se de operações concluídas com saldo final pago, ou seja, correspondendo ao estado 9 da dos reportes de monitorização operacional e financeira.
- Projetos encerrados com relatório final (AG): trata-se de operações com relatório aprovado pela AG mas sem saldo final pago.
- Projetos concluídos fisicamente: trata-se de operações fisicamente concluídas (em funcionamento, ou em condições de entrarem em funcionamento) mas que aguardam encerramento financeiro no beneficiário ou na AG⁴.
- Projetos concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final): trata-se de operações concluídas física e financeiramente, cujo relatório final foi já submetido à AG, mas ainda não foi aprovado, com despesa validada ou por validar na AG.

Tabela 2.4: Operações concluídas e em conclusão (€)

Eixo Prioritário	N.º Proj.	Aprovado		Executado	
		Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
Eixo Prioritário 1	455	171.217.163	122.797.596	148.831.615	106.886.267
Encerrados com saldo pago	215	65.112.974	42.071.703	65.112.974	42.071.703
Encerrados com relatório final (AG)	4	1.049.210	821.797	1.039.656	815.587
Concluídos fisicamente*	144	67.030.966	55.078.516	56.091.419	46.163.200
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	92	38.024.012	24.825.580	26.587.566	17.835.777
Eixo Prioritário 2	232	112.565.365	88.175.909	88.767.796	69.701.824
Encerrados com saldo pago	21	3.449.605,35	2.570.906,70	3.449.605,35	2.570.906,70
Encerrados com relatório final (AG)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Concluídos fisicamente	202	107.040.727	84.008.811	83.334.873	65.589.794
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	9	2.075.032,55	1.596.190,77	1.983.317,13	1.541.122,33
Eixo Prioritário 3	524	416.289.254	339.091.509	370.350.514	301.352.090
Encerrados com saldo pago	65	27.654.716	23.410.110	27.654.716	23.410.110
Encerrados com relatório final (AG)	0	0	0	0	0
Concluídos fisicamente	432	378.794.029	307.806.370	334.756.737	271.609.482
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	27	9.840.507	7.875.027	7.939.059	6.332.496
Eixo Prioritário 4	47	18.162.191	15.437.863	14.181.248	12.054.061
Encerrados com saldo pago	20	3.125.049	2.656.292	3.125.049	2.656.292
Encerrados com relatório final (AG)	0	0	0	0	0
Concluídos fisicamente	27	15.037.141,	12.781.570	11.056.197	9.397.768
Concluídos física e financeiramente (a aguardar relatório final)	0	0	0	0	0
Total PO	1.258	718.233.973	565.502.877	622.131.172	489.994.241

Da análise da tabela 2.4. podemos verificar que é o eixo 3, que apresenta o maior número de operações concluídas e em conclusão, ou seja, ao dispor das populações. É também importante não limitar a análise do eixo 1 aos valores disponibilizados, já que como anteriormente foi referido os projetos concluídos fisicamente não incluem operações do SI.

⁴ Para a obtenção destes não foram contabilizadas operações SI, já que esta informação não consta em SIQREN, uma vez que apenas temos conhecimento do encerramento físico com a entrega do pedido de transferência final (que constitui a situação seguinte – projetos concluídos física e financeiramente)

Nos gráficos seguintes podemos ver a distribuição das operações concluídas e em conclusão por eixo, por universo de análise e comparativamente às operações aprovadas.

Gráfico 2.13: Operações concluídas e em conclusão por eixo (n.º)

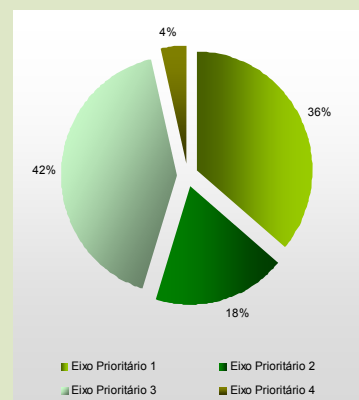


Gráfico 2.14: Distribuição por universo de análise (n.º)

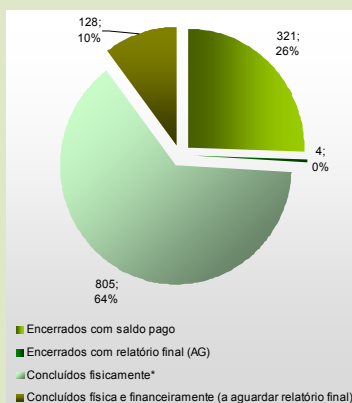
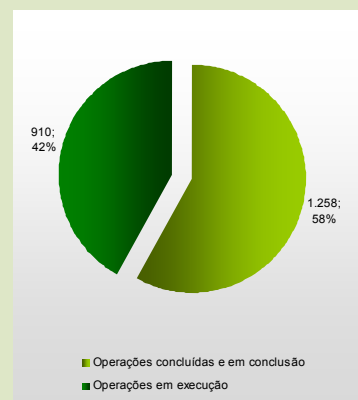
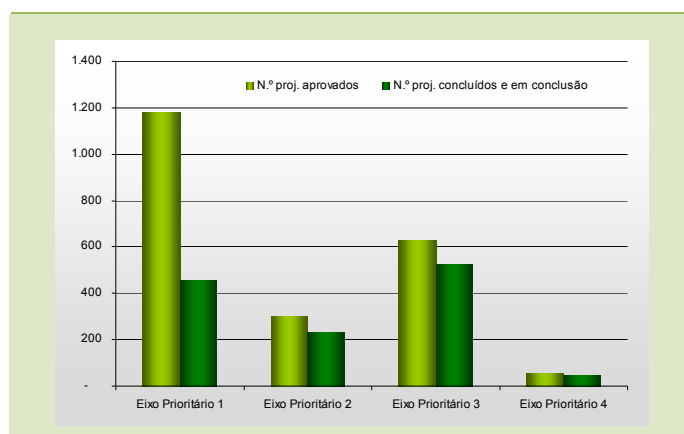


Gráfico 2.15: Expressão de projetos concluídos e em conclusão no universo de operações aprovadas do PO



Da análise do gráfico seguinte podemos verificar que em número a comparação entre operações concluídas e em conclusão e as aprovadas é bastante representativa da fase de encerramento em que o PO se encontra, mais uma vez a análise do eixo 1 é parcial pois não inclui as operações concluídas fisicamente dos SI.

Gráfico 2.16 Operações concluídas e em conclusão no universo de operações aprovadas por eixo



Os fatores identificados pela AG que consubstanciam dificuldades relacionadas com o processo de encerramento das operações variam de natureza e de origem, podemos assim salientar:

- A crise económica que teve consequências não só na execução financeira das operações pelos efeitos sentidos nos beneficiários, mas também ao nível dos fornecedores e empresas de empreitadas de construção e obras públicas.
- Dificuldades na compatibilização dos procedimentos de encerramento das operações e a produção da documentação a apresentar, são exemplo disso os processos de revisão de

preços, a emissão dos autos de receção provisórias e a elaboração das contas finais das empreitadas.

- Dificuldades na correta instrução do processo de encerramento por parte dos beneficiários.
- Falta de capacidade técnica/operacional de alguns beneficiários para lidar com todos os procedimentos desenvolvidos ao longo da vida de uma operação, nomeadamente na utilização de sistemas informáticos e na instrução da candidatura/operação nas suas diferentes fases.
- O elevado número de reprogramações que ocorreram nas operações, muitas resultantes das dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
- Dimensão da estrutura técnica da AG que desempenha funções em todo o processo da vida de uma candidatura, o que implica um elevado número médio de processos a acompanhar em fase de candidatura/execução/encerramento.
- Alterações ocorridas ao longo do período de programação do PO, ao nível dos regulamentos específicos, normativos de enquadramento dos diferentes procedimentos, reprogramações de taxa de comparticipação e outras alterações decorrentes das reprogramações a que o PO foi sujeito.

Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários

O total de despesa paga pelos beneficiários, apresentada ao INALENTEJO e validada pela estrutura técnica até ao final do ano 2014, manteve a tendência de crescimento tendo atingindo 846,30 M€ a que corresponde uma despesa pública de 756,33 M€ e uma contribuição FEDER de 642,02 M€, sendo a taxa de realização (executado/aprovado) de 67,82%.

Tabela 2.5: Execução financeira e pagamentos aos beneficiários (€)

Eixo Prioritário	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo executado	Fundo Pago
Eixo 1	250.130.622	295.194.323	188.302.379	204.652.865
Eixo 2	184.327.075	189.681.114	91.431.693	91.580.379
Eixo 3	396.076.281	438.384.883	347.955.922	365.090.258
Eixo 4	23.400.000	23.403.630	14.333.951	14.936.908
Total	853.933.978	946.663.949	642.023.946	676.260.410

Gráfico 2.17: Execução financeira e pagamentos aos beneficiários (€)

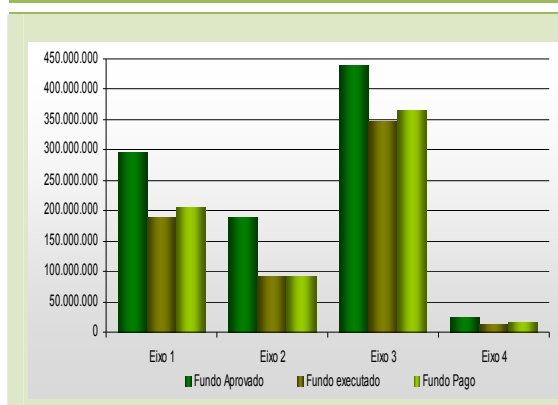
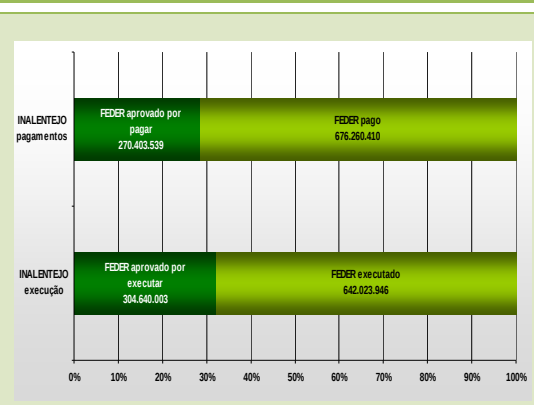


Gráfico 2.18: FEDER executado e pago vs. FEDER aprovado



Em termos de pagamentos aos beneficiários, o ano de 2014 representa um contributo de 16,16%, sendo que a taxa de pagamento passou de 62,58% para 71,44%.

Gráfico 2.19: Incremento da execução

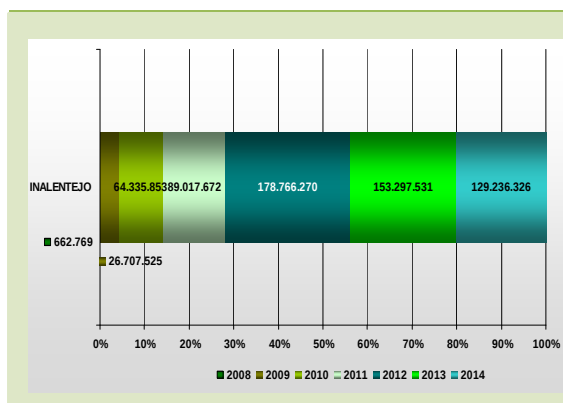


Gráfico 2.20: Incremento de pagamentos aos beneficiários

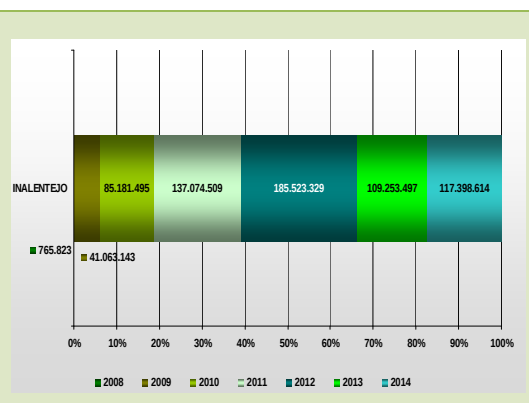


Tabela 2.6: Realização financeira					(€)
Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução * (%)
	1	2	3	4	5=3/1
Eixo Prioritário 1	333.507.496	333.507.496	248.142.063	174.210.758	74,40%
FEDER	250.130.622	250.130.622			
Eixo Prioritário 2	216.855.381	216.855.381	95.917.069	95.769.061	44,23%
FEDER	184.327.075	184.327.075			
Eixo Prioritário 3	465.972.097	465.972.097	403.909.819	402.707.217	86,68%
FEDER	396.076.281	396.076.281			
Eixo Prioritário 4	26.677.981	26.677.981	15.348.501	15.348.501	57,53%
FEDER	23.400.000	23.400.000			
Total PO	1.043.012.954	1.043.012.954	763.317.452	688.035.536	73,18%

* A taxa de execução apresentada tem por base os valores de despesa certificada

No dia 18 de dezembro de 2014 procedeu-se ao envio à Comissão Europeia do certificado e declaração de despesa do 21.º pedido de certificação de despesas do INALENTEJO. A despesa total certificada ascendeu a 763,32 M€, a que correspondeu um pedido de reembolso de FEDER de 27,6 M€.

A totalidade do montante transferido pela comissão até 31-12-2014 foi de 723,28 M€, dos quais 658,11 M€ correspondem a reembolsos, incluindo transferências a título de top-up.

A AG optou por reforçar os mecanismos de antecipação de pagamento em 10 pp., ao invés de aumentar a taxa de cofinanciamento, por considerar importante o aumento de liquidez dos beneficiários abrangendo o maior número de operações possível.

No ano de 2014, foram solicitadas as seguintes pagamentos intermédios nos termos do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006:

Tabela 2.7: Pagamentos intermédios de 2014			(€)
Data de certificação	Despesa Certificada (acumulada)	FEDER transferido	
02-02-2014	672.245.355	45.879.242	
25-03-2014	687.582.287	9.454.291	
24-06-2014	687.760.386	4.337.348	
10-07-2014	710.680.537	20.442.686	
13-10-2014	734.082.455	19.085.693	
18-12-2014	763.317.452	27.569.245	
Valor acumulado 2013	763.317.452	126.768.505	

Tabela 2.8: Certificação de despesa e pedidos de pagamento, enviados à CE em 2014(valores acumulados) (€)

Código Eixo Prioritário	2014			Total Acumulado		
	Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE	Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Total Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE
			Total			Total
ALENT-07	47 468 793	34 877 474	34 877 474	248 142 063	174 210 758	174 210 758
ALENT-08	16 464 661	16 316 653	15 641 428	95 917 069	95 769 061	89 825 900
ALENT-09	77 251 391	76 990 561	73 388 821	403 909 819	402 707 217	379 326 326
ALENT-10	2 573 063	2 573 063	2 860 782	15 348 501	15 348 501	14 748 677
Total	143 757 907	130 757 751	126 768 505	763 317 452	688 035 536	658 111 660

Regra N+2

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, estabelece que é automaticamente anulada, pela Comissão, a parte de uma autorização orçamental relativa a um PO que não tenha sido utilizada até 31 de dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental (n+2).

No mesmo regulamento define-se ainda que, para um conjunto de Estados-Membros, no qual se inclui Portugal, cujo PIB entre 2001 e 2003 foi inferior a 85% da média da UE-25, o prazo referido é de três anos, para as autorizações orçamentais de 2007 a 2010 (n+3).

De acordo com a alteração introduzida pelo Regulamento (UE) n.º 539/2010, de 16 de junho, ao nível da definição dos prazos para a anulação automática de autorizações, a primeira vez em que a Comissão Europeia aferiu se os Programas Operacionais de Portugal cumpriram a regra que pode levar à anulação automática de verbas relativas ao período de programação 2007-2013 foi no ano 2011.

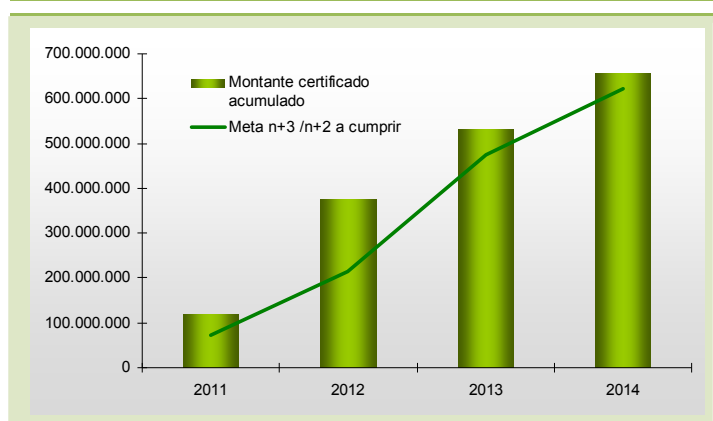
Neste contexto, no ano de 2014 a meta de valor certificado à CE para cumprimento da regra n+2, era de 622,66 M€, o INALENTEJO superou esse objetivo com 105,69%.

No que respeita aos Estados-Membros cujo PIB entre 2001 e 2003 tenha sido inferior a 85 % da média da UE-25 relativamente ao mesmo período o prazo referido mencionado no parágrafo anterior, vai até 31 de dezembro do terceiro ano seguinte ao da autorização orçamental anual de 2007 a 2010.

Tabela 2.9: Cumprimento da regra «n+3» relativa a 2013, com despesa certificada até ao final do ano (€)

Ano	Meta n+3 /n+2 a cumprir	Montante certificado acumulado	% da Meta n+3 /n+2
31-12-2011	73.529.935	119.230.489	162,15%
31-12-2012	214.614.312	375.340.280	174,90%
31-12-2013	474.127.951	531.343.155	112,02%
31-12-2014	622.655.469	658.111.660	105,69%

Gráfico 2.21: Cumprimento da regra do n+3 / n+2



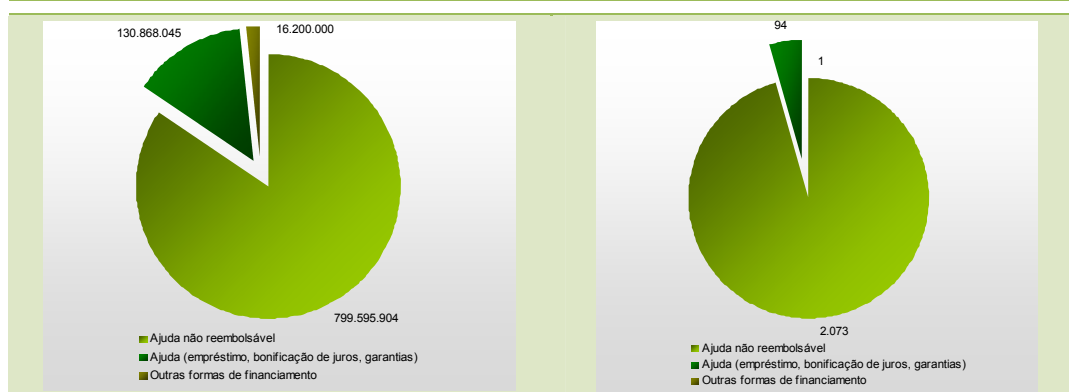
2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

Dimensão Formas de Financiamento

A 31-12-2014, o INALENTEJO apresenta, no que respeita às formas de financiamento uma distribuição tripartida entre as ajudas não reembolsáveis (1), com 95,62% dos projetos aprovados, ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias) (2), em que a aplicação se apresenta exclusiva em projetos do eixo 1, nomeadamente do SI Inovação e SII&DT com 4,34% e outras formas de financiamento com a operação da iniciativa JESSICA.

Tabela 2.10: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento					FEDER
Código	Designação	Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	€	€	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	2.073	799.595.904	535.677.420	66,99%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	94	130.868.045	90.146.525	68,88%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	0	0	0	
4	Outras formas de financiamento	1	16.200.000	16.200.000	100,00%
TOTAL		2.168	946.663.949	642.023.946	67,82%

Gráfico 2.22: FEDER aprovado por Forma de Financiamento (€) Gráfico 2.23: Projetos aprovados por Forma de Financiamento (n.º)



Dimensão Tipo de Território

Tendo em conta os conceitos utilizados (orientação técnica CTC QREN n.º1/2009 de 21 de maio), verifica-se a seguinte repartição da contribuição comunitária por dimensão tipo de território:

- aglomeração urbana – 59,32% dos projetos aprovados, correspondendo a 53,50% da comparticipação comunitária aprovada;
- regiões de fraca e muito fraca densidade populacional – 30,40% dos projetos aprovados a que corresponde 35,05% da comparticipação comunitária aprovada;
- zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional) – 4,57% dos projetos aprovados, correspondendo a 3,87% da comparticipação comunitária aprovada;
- não se aplica – 5,72% dos projetos aprovados, correspondendo a 7,57% da comparticipação comunitária aprovada.

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação N.º Proj.	Montante	Execução Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	1.286	506.506.699	344.902.010	68,09%
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	659	331.836.685	215.643.029	64,98%
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	99	36.622.436	26.285.052	71,77%
00	Não aplicável	124	71.698.129	55.193.855	76,98%
TOTAL		2.168	946.663.949	642.023.946	67,82%

Na análise dos valores apresentados na tabela 2.11, verifica-se uma forte concentração do n.º de operações e, consequentemente, FEDER aprovado na dimensão 01-Aglomeração Urbana, este diferencial resulta em grande parte dos investimentos estruturantes nas áreas da educação, saúde, reabilitação urbana e também da influência do investimento e operações do eixo 1 (área empresarial). Deve-se realçar que a dimensão territorial é obtida pelos concelhos em que a operação tem abrangência.

Gráfico 2.24: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Tipo de Território (€)

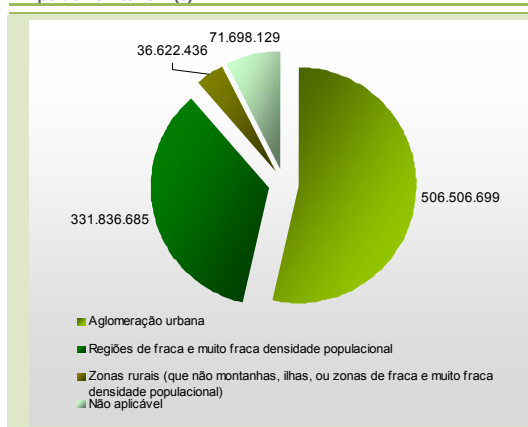
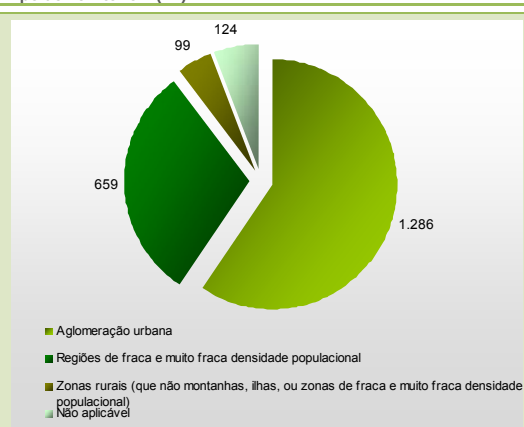


Gráfico 2.25: Distribuição projetos aprovados por dimensão Tipo de Território (n.º)



Dimensão Atividade Económica

No final de 2014 a repartição da contribuição comunitária por dimensão de atividade económica era a que se espelha na tabela seguinte, mantendo-se como principais as seguintes:

- administração pública – 20,16% dos projetos aprovados, que representa 24,09% da comparticipação comunitária aprovada e 77,43% de taxa de execução;
- atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas – 17,02% dos projetos aprovados, que representa 6,80% da comparticipação comunitária aprovada;
- construção – 16,61% dos projetos aprovados que representa 32,10% da comparticipação comunitária aprovada;
- ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais – 15,41% dos projetos aprovados, que representa 11,72% da comparticipação comunitária aprovada.

De salientar nesta análise, que o código de dimensão atividade económica resulta da CAE da operação, e não do beneficiário.

Tabela 2.12: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Atividade Económica (€)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	6	81.624	7.493	9,18%
02	Pesca	0	0	0	
03	Indústrias alimentares e das bebidas	84	6.848.186	2.904.380	42,41%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	3	472.225	69.446	14,71%
05	Construção de material de transporte	4	755.880	341.960	45,24%
06	Indústrias transformadoras diversas	120	48.937.994	34.940.411	71,40%
07	Extração de produtos energéticos	0	0	0	
08	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	12	1.517.060	1.179.849	77,77%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	2	342.587	174.496	50,93%
10	Correios e telecomunicações	0	0	0	
11	Transportes	29	4.640.033	3.942.656	84,97%
12	Construção	360	303.842.904	193.515.952	63,69%
13	Comércio por grosso e a retalho	218	13.401.982	7.101.662	52,99%
14	Hotéis e restaurantes	82	65.096.274	43.284.821	66,49%
15	Atividades financeiras	1	16.200.000	16.200.000	100,00%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	369	64.393.351	37.509.769	58,25%
17	Administração pública	437	228.070.457	176.601.529	77,43%
18	Educação	63	51.705.953	39.488.060	76,37%
19	Atividades de saúde humana	9	12.897.662	11.405.119	88,43%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	334	110.911.533	64.826.537	58,45%
21	Atividades associadas ao ambiente	7	13.006.734	5.744.710	44,17%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	
00	Não aplicável	28	3.541.508	2.785.095	78,64%
TOTAL		2.168	946.663.949	642.023.946	67,82%

NUT III

O valor FEDER aprovado até ao final de 2014 de 946,66 M€ verificou-se que:

- Lezíria do Tejo – com 15,20% do FEDER aprovado e 17,05% do FEDER executado;
- Alto Alentejo – com 18,89% do FEDER aprovado e 19,72% do FEDER executado;
- Alentejo Central – com 24,81% do FEDER aprovado e 24,29% do FEDER executado;
- Baixo Alentejo – com 21,89% do FEDER aprovado e 18,77% do FEDER executado;
- Alentejo Litoral – com 9,57% do FEDER aprovado e 10,12% do FEDER executado;
- Não regionalizável – com 9,42% do FEDER aprovado e 9,89% do FEDER executado.

Tabela 2.13: Aprovações e execução financeira por NUT III (€)

NUT III	Aprovação			Execução			Pagamentos FEDER
	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER	
Alentejo Litoral	147.395.654	105.201.402	90.632.646	107.556.291	74.861.775	64.977.293	69.825.637
Alto Alentejo	230.855.649	207.275.030	178.817.516	160.985.194	147.530.781	126.586.239	136.547.269
Alentejo Central	314.872.715	263.269.757	234.854.582	203.374.607	175.936.399	155.946.630	165.680.426
Baixo Alentejo	254.918.962	246.761.882	207.260.355	147.955.424	144.415.148	120.488.346	124.436.785
Lezíria do Tejo	188.137.637	167.029.507	143.898.246	140.386.845	127.903.559	109.496.296	113.444.015
Multi-região Convergência	2.105.028	2.029.045	2.029.045	1.065.452	1.056.975	1.056.975	1.056.975
Não regionalizável	116.791.098	115.165.360	89.171.558	84.975.521	84.621.166	63.472.166	65.269.302
Total	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	676.260.410

Gráfico 2.26: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III

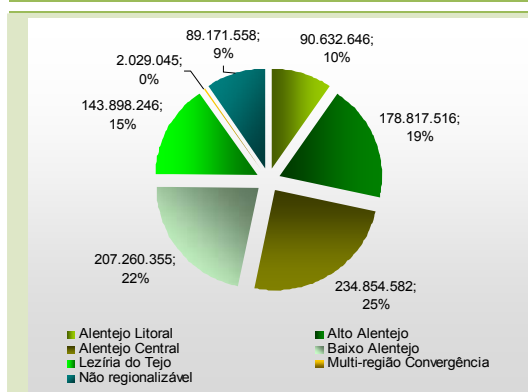
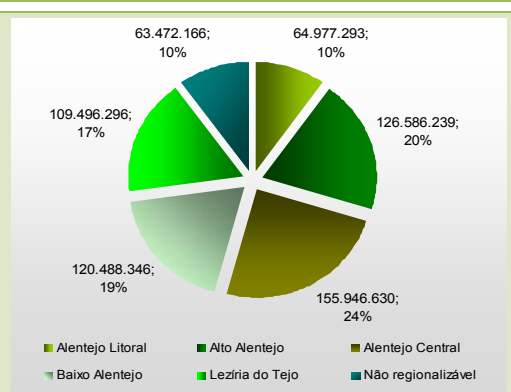


Gráfico 2.27: Distribuição FEDER executado por NUT III



Na análise por NUT III, verifica-se que o Alentejo Central apresenta a maior percentagem de FEDER aprovado, com 25%, e de FEDER executado com 24%.

Como forma de análise, os gráficos abaixo apresentam os níveis de FEDER aprovado *per capita* e por km² e a sua distribuição por NUT III.

Gráfico 2.28: Distribuição do FEDER aprovado *per capita*

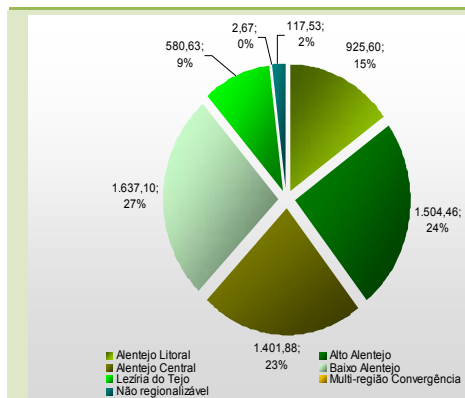


Gráfico 2.29: Distribuição do FEDER aprovado por km²

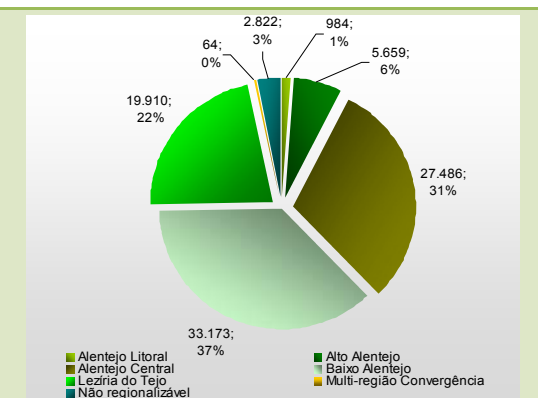


Figura 2.1: Distribuição do FEDER executado por NUT III



As diferenças verificadas, relativamente à percentagem de aprovação, resultam não só das diferentes dinâmicas regionais (social, económica, geográfica, etc.), mas em grande parte da natureza dos

investimentos feitos, observa-se que é o Alentejo Central que apresenta uma maior percentagem no montante aprovado com 24,81%. Neste contexto pode verificar-se que:

- Competitividade, inovação e conhecimento – o Alentejo Central e a Lezíria do Tejo continuam a ser as NUT III que mais apresentam operações aprovadas, respetivamente, 346 e 353, nesta análise não se pode separar o facto de serem as duas regiões com mais população e com maior número de empresas instaladas. No entanto, quando falamos de contrapartida média por operação as duas regiões apresentam valores muito diferentes 316.588€ e 148.371€ respetivamente. Verifica-se também que as operações nesta área que apresentam valores médio da contrapartida mais elevados são não regionalizáveis, 1.014M€.
- Educação – a Lezíria do Tejo continua a ser a NUT III com maior número de operações aprovadas com 26, realça-se que a população residente é superior em cerca de 39% relativamente à segunda região com maior população o Alentejo Central que apresenta 14 operações aprovadas. Verifica-se também que o Alto Alentejo apresenta o valor médio de financiamento por operação mais elevado, 2.651M€.
- Saúde – a NUT III com maior número de operações aprovadas é o Alentejo Central com 11, nesta área realçam-se os 21 projetos não regionalizáveis, ou seja com abrangência em mais que uma NUT III do Alentejo, no valor de 16,8 M€;
- Regeneração urbana – o número de programas estratégicos/planos de ação aprovados nas diferentes regiões é muito uniforme, sendo ao nível das operações aprovadas que verificam duas NUT III com maior relevância, o Alentejo Central apresenta 75 operações aprovadas e o Baixo Alentejo com 70;
- Ambiente – nesta área continua a ser a NUT III Baixo Alentejo a região que apresenta maior número de intervenções, 45, maioritariamente nas áreas da educação e qualificação ambiental, sendo o valor médio de financiamento por operação de 1.506M€, valor claramente influenciado pelas operações desenvolvidas pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.;
- Cultura e património – a NUT III com mais operações aprovadas nesta tipologia é, o Alentejo Central (30 operações), em oposição à Lezíria do Tejo com 9 operações
- Mobilidade – nesta área a NUT III Alto Alentejo continua a região com mais operações aprovadas (55) e um valor médio de FEDER por operação de 587.706€, contrapondo com o Alentejo Litoral com um valor médio de FEDER aprovado de 724.158€, para 14 operações.

As figuras seguintes permitem uma melhor visualização da distribuição geográfica do investimento nas 8 áreas acima analisadas.

Os valores apresentados correspondem ao FEDER executado por concelho, permitindo uma visualização das dinâmicas concelhias.

Figura 2.2 : Distribuição do FEDER executado por concelho - Competitividade, inovação e conhecimento

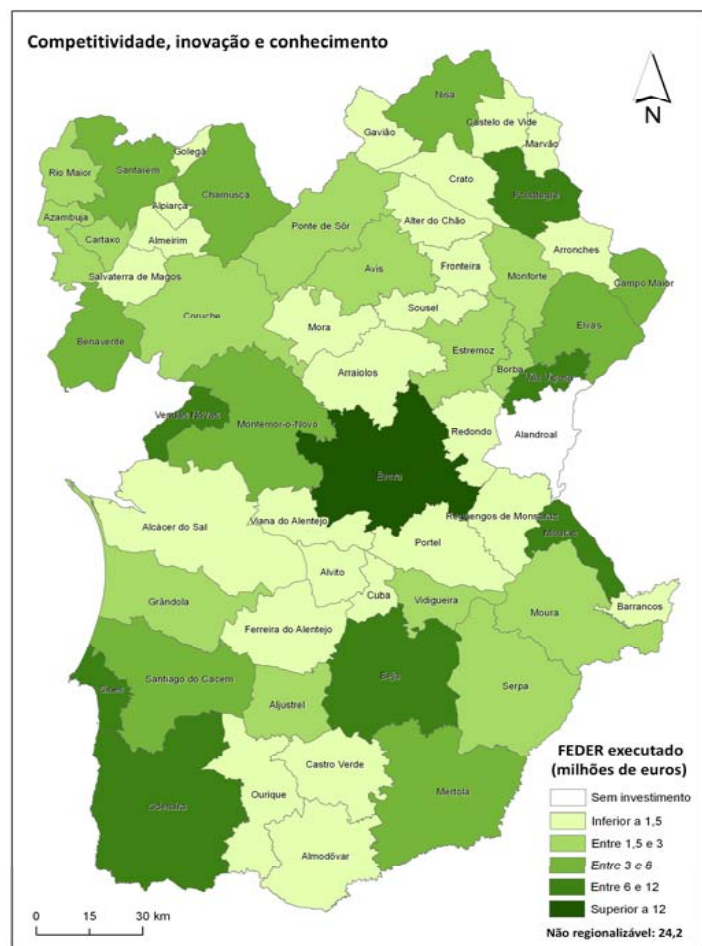


Figura 2.3: Distribuição do FEDER executado por concelho - Educação

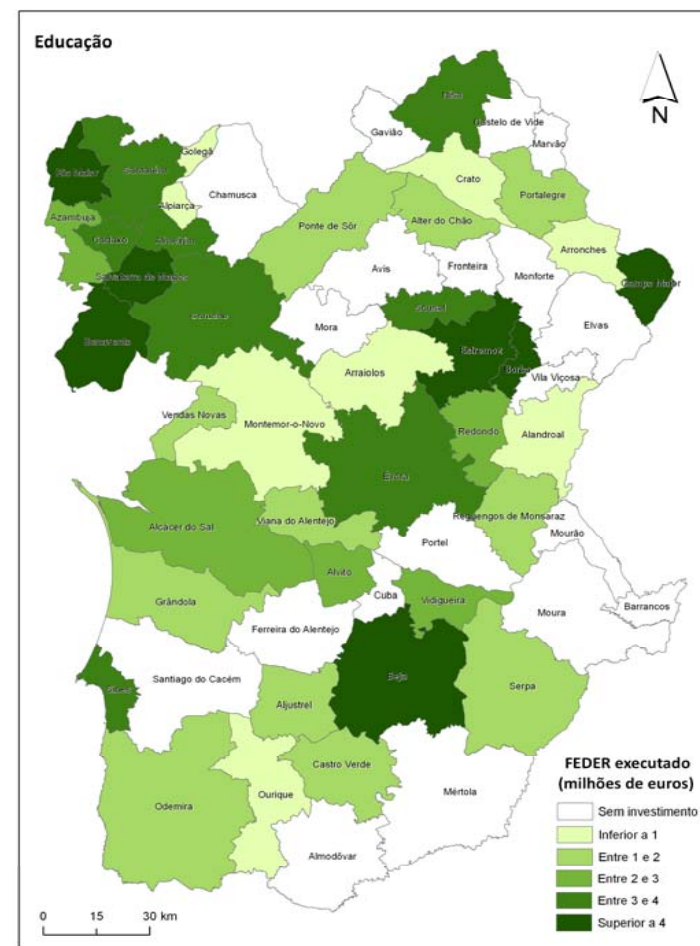


Figura 2.4: Distribuição do FEDER executado por concelho - Saúde

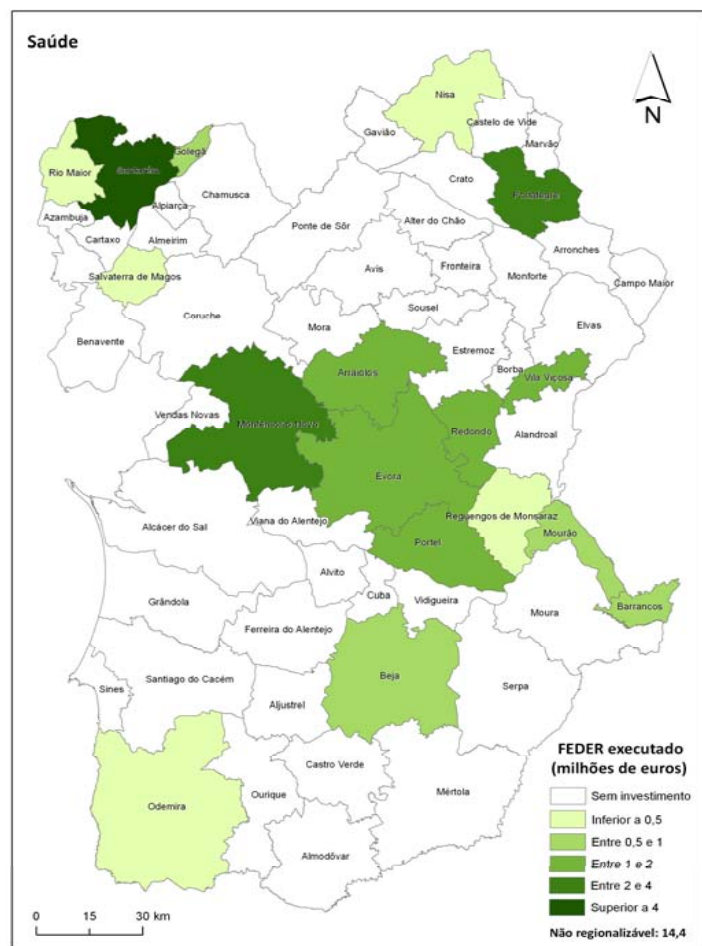


Figura 2.5: Distribuição do FEDER executado por concelho - Equipamentos para a coesão local

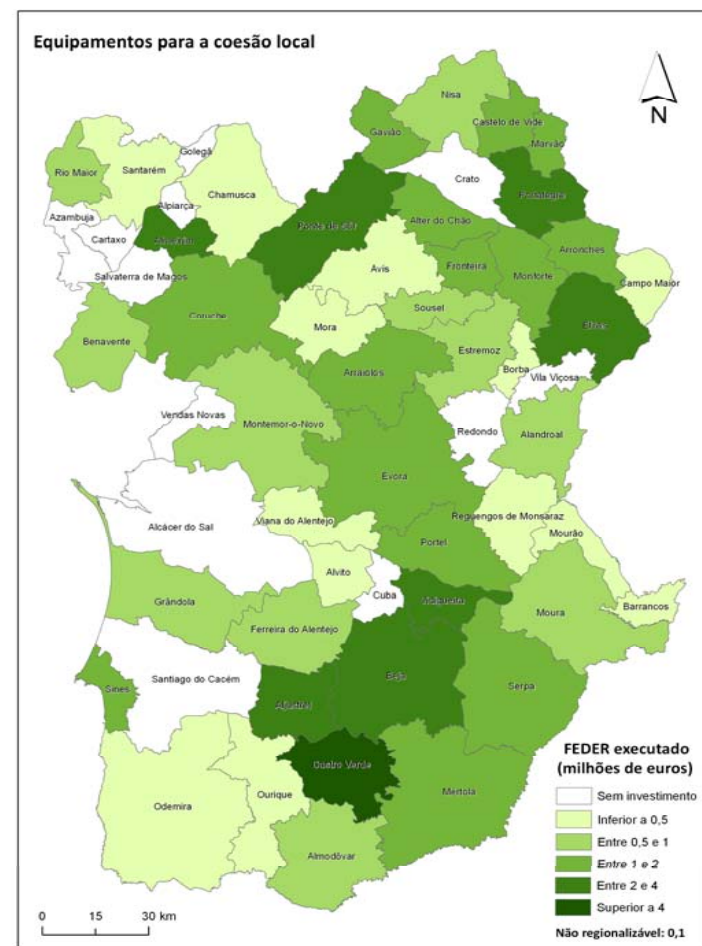


Figura 2.6: Distribuição do FEDER executado por concelho - Política de cidades

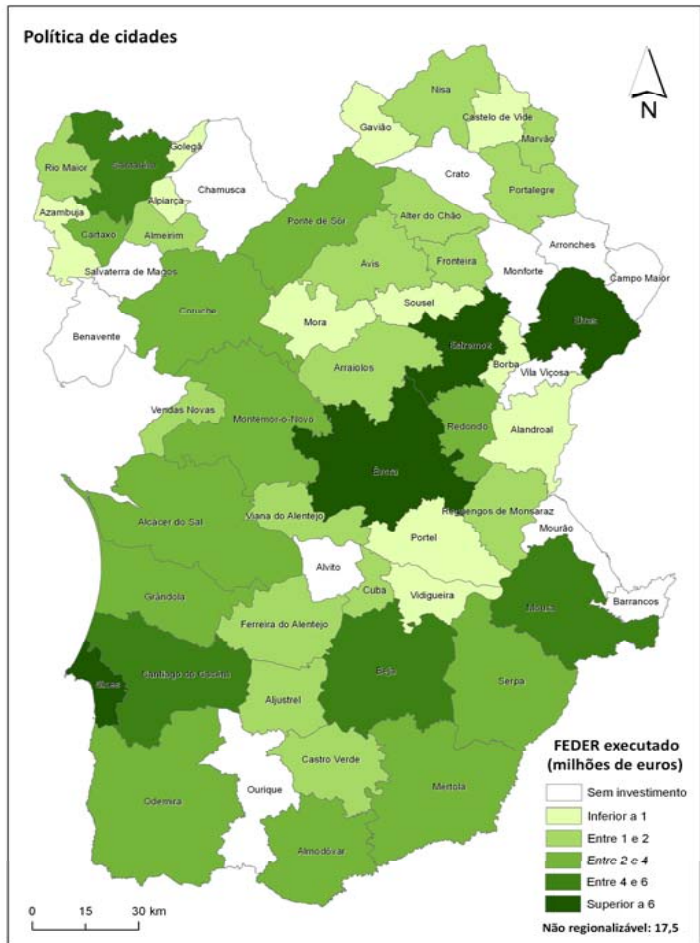


Figura 2.7: Distribuição do FEDER executado por concelho - Ambiente

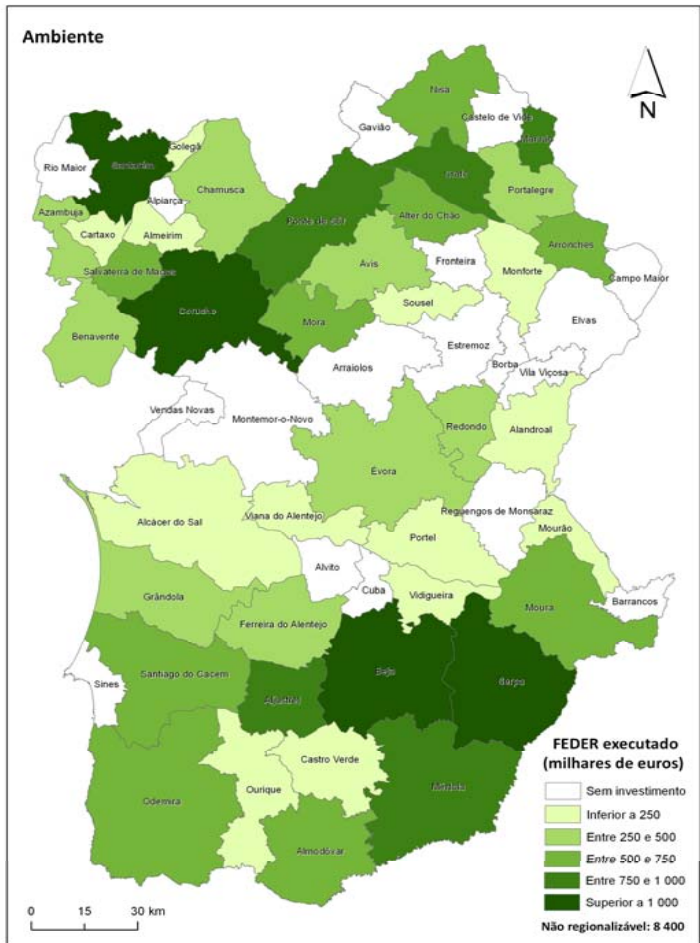


Figura 2.8: Distribuição do FEDER executado por concelho - Cultura e Património

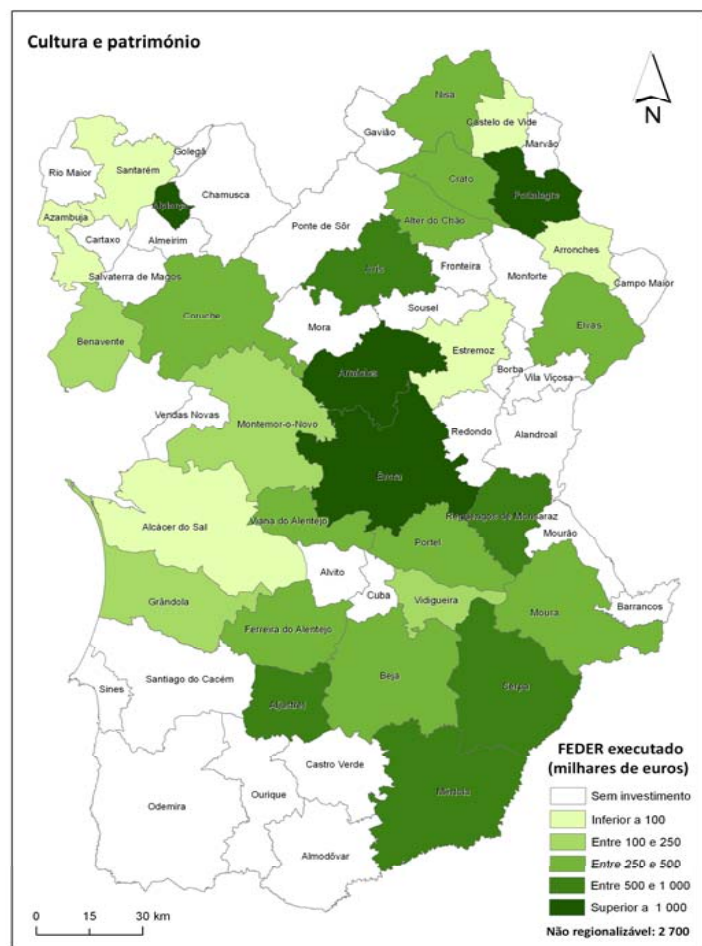
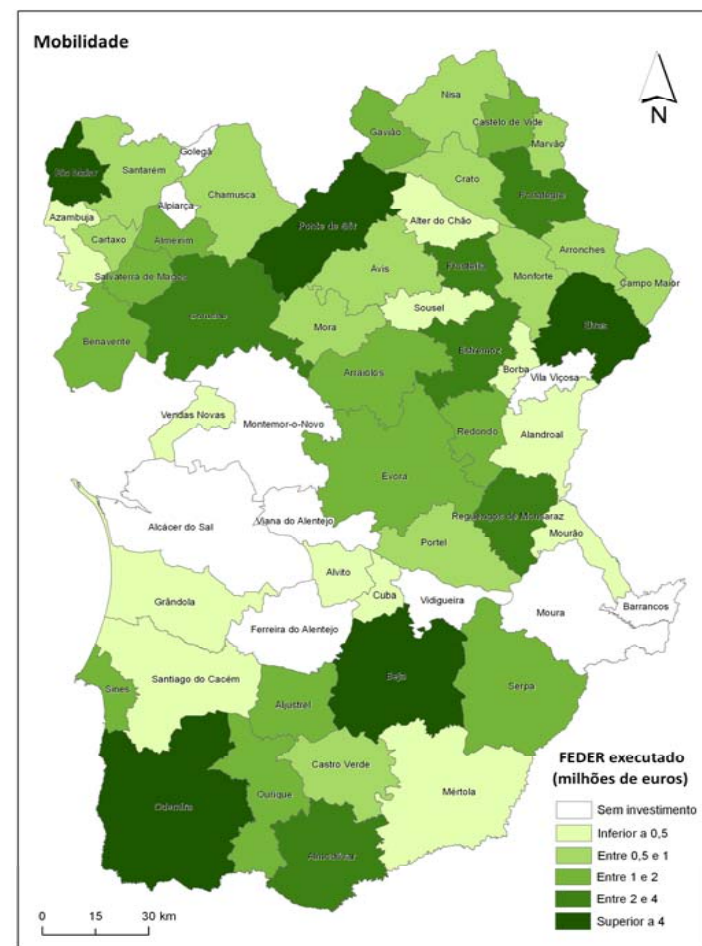


Figura 2.9: Distribuição do FEDER executado por concelho - Mobilidade



2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Tabela 2.14: Aprovações e execução financeira - grupo alvo (€)

Grupos Alvo	n.º de projetos	FEDER aprovado	FEDER executado	FEDER pago
Setor Empresarial	948	315.939.377	176.871.475	185.127.011
Organismos da Administração Central Desconcentrada	127	74.450.240	54.020.335	52.950.730
Administração Regional / Local	742	434.477.868	343.519.558	357.239.667
Fundações e IPSS	274	92.954.185	54.600.277	64.877.239
Outros	77	28.842.280	13.012.301	16.065.762
Total Geral	2.168	946.663.949	642.023.946	676.260.410

Importa salientar que no INALENTEJO os apoios concedidos às empresas, através do sistema de incentivos, destinam-se a pequenas ou micro empresas, pelo que estas assumem 100% dos apoios concedidos.

Da análise feita aos projetos aprovados no âmbito do INALENTEJO até ao final de 2014 podemos salientar, pela natureza dos beneficiários os grupos alvo seguintes:

- setor empresarial: inclui empresas públicas ou privadas, associações comerciais e empresariais;
- organismos da administração central desconcentrada;
- organismos da administração local: inclui municípios e suas associações;
- fundações e IPSS: inclui fundações e instituições particulares de solidariedade social;
- outros: inclui instituições do ensino superior, centros de I&D, etc..

O setor empresarial, que em 2014 apresentava 948 operações aprovadas, é o setor com maior número de aprovações e uma percentagem de FEDER aprovado, executado e pago aos beneficiários de 33%, 28% e 27%, respetivamente.

Ao setor administração local corresponde o segundo maior valor de operações aprovadas (742), é também o grupo que apresenta maior percentagem de FEDER aprovado, executado e pago aos beneficiários 46%, 54% e 53%, respetivamente.

O grupo organismos da administração central desconcentrada apresenta 127 operações aprovadas com um FEDER de 74,5 M€.

Com operações maioritariamente no âmbito dos equipamentos para a coesão local o grupo das fundações e instituições particulares de solidariedade social apresenta 274 operações aprovadas com um FEDER de 92,9M€.

Nas figuras e gráficos seguintes apresenta-se o FEDER executado por grupo alvo, e a sua distribuição geográfica por NUT III.

Figura 2.10: Distribuição do FEDER executado por NUT III – Administração local



Figura 2.11: Distribuição do FEDER executado por NUT III – Organismos da administração central desconcentrada



Figura 2.12: Distribuição do FEDER executado por NUT III – Setor empresarial



Figura 2.13: Distribuição do FEDER executado por NUT III – IPSS e fundações



Figura 2.14: Distribuição do FEDER executado por NU III – Outros setores

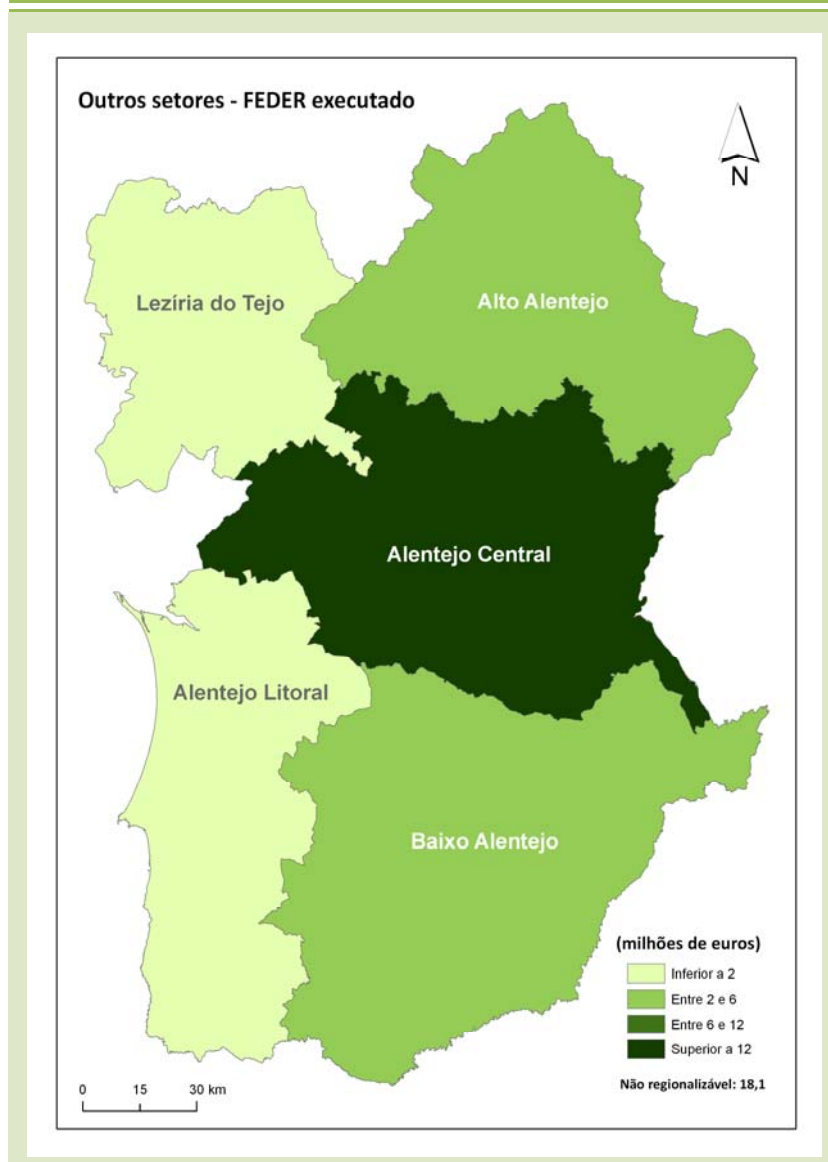


Gráfico 2.30: Projetos aprovados por grupos alvo

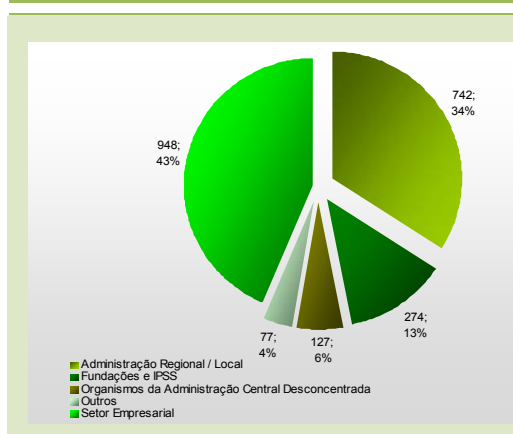


Gráfico 2.31: Evolução anual do n.º de projetos aprovados por grupos alvo

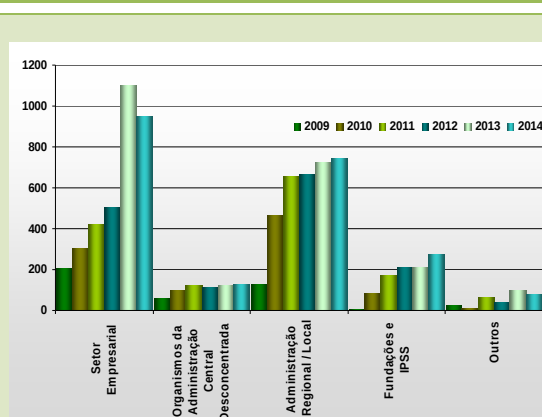


Gráfico 2.32: Evolução anual de aprovação FEDER por grupos alvo

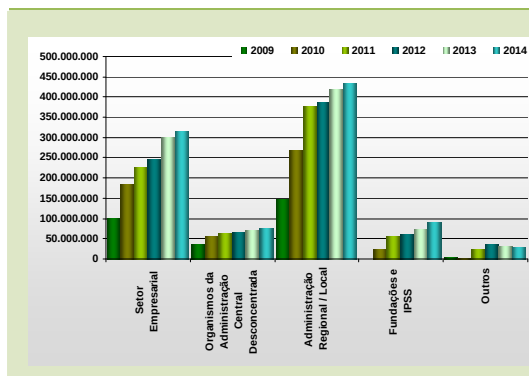
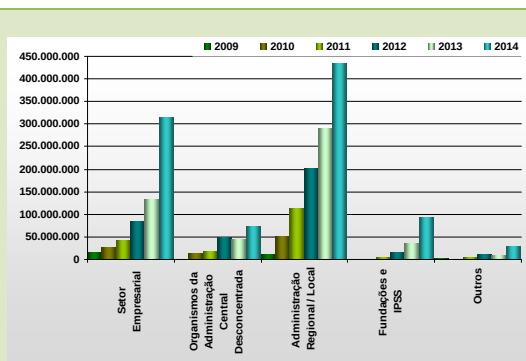


Gráfico 2.33: Evolução anual de execução FEDER por grupos alvo



2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

No ano de 2014, e em resultado das ações de verificação no local realizadas, foi restituído o montante total FEDER de 13.595,01€, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho. Esta restituição resultou da necessidade de correção financeira em três operações, traduzida na anulação parcial da participação pública nessas operações, por despesas não imputáveis às operações.

Na sequência de auditorias realizadas pela Autoridade de Auditoria, foi restituído o montante total FEDER de 276.005€, como aplicação de correção financeira em cinco operações, traduzida na anulação parcial da participação pública nessas operações, por não cumprimento de procedimentos de contratação pública, por despesas não imputáveis ao projeto e por despesa fora de prazo de elegibilidade.

Essas consequências financeiras são relativas a quatro auditorias, sendo duas aos sistemas de gestão e controlo do INALENTEJO e outras duas aos sistemas de gestão e controlo dos organismos intermédios com contratos de delegação de competências com subvenção global celebrados com o INALENTEJO.

Assim, temos:

- Relatório n.º 2010/1739 com duas operações e FEDER restituído no valor de 55.906€,
- Relatório n.º 2011/1148, abrangendo uma operação e um montante FEDER restituído de 113.689€,
- Relatório n.º 2012/1256, com uma operação e restituição FEDER no valor de 103.359€,
- Relatório n.º 2013/1501, com uma operação e um FEDER restituído no valor de 3.051€.

Por uma ação de controlo à intervenção das Comunidades Intermunicipais como organismos intermédios do INALENTEJO, realizada pela Autoridade de Certificação, Informação n.º 12/286, foi restituído o montante FEDER de 120.319€, como aplicação de correção financeira numa operação, traduzida na anulação parcial da participação pública nessa operação, por não cumprimento de procedimentos de contratação pública.

Em resultado de auditorias a operações (1/2011/SC1/ALENTEJO e 1/2013/SC1/ALENTEJO), realizadas pela estrutura de apoio segregada da AD&C foi restituído o montante total FEDER de 686.541€, como aplicação de correção financeira em quatro operações, traduzida na anulação parcial da participação pública nessas operações, por não cumprimento de procedimentos de contratação pública e por despesas não imputáveis ao projeto.

Foi ainda restituído o montante total FEDER de 554.952€, traduzido na restituição dos pagamentos já efetuados, por motivo de desistência, cancelamento, reanálises negativas de despesa ou outras anomalias registadas em vinte e três operações diversas.

No total foi restituído ou reutilizado um montante total de FEDER de 1.651.408€.

No último exercício de certificação de despesas de 2014 foi suspenso, a título preventivo, pela Autoridade de Certificação (AC) um montante que rondou os 26.448.694€, dos quais 18.320.799€ referentes a uma auditoria do Tribunal de Contas (29/2013), sendo 18.231.750€ relativos a subcontratação injustificada detetada numa operação dos Sistemas de Incentivos (SI) n.º ALENT-07-0203-FEDER-019289 – Produção de Pectinas da Fruta – Pektikos, Lda. e 89.049€ por incorreção na contratação pública noutra operação fora dos SI. A título de informação é de referir que atualmente o montante de 18.231.750€ já foi considerado como regularizado pela AC deixando de integrar o conjunto de despesas suspensas preventivamente.

Outro montante significativo, suspenso preventivamente pela AC (6.247.156€), é resultante de auditoria da Autoridade de Auditoria (AA) ao Organismo Intermédio / Turismo de Portugal (Relatório n.º 2014/1942 de 18-11-2014), cujo plano de ação se encontra em execução, em três operações, de forma a que seja devidamente delimitado o erro sistémico associado à verificação da correta aplicação do artigo 275º do CCP, relativamente às operações enquadráveis nos contratos de delegação celebrados com o Turismo de Portugal.

As restantes verbas suspensas referem-se a ação de controlo da Unidade de Certificação (431.671€), despesa irregular apurada pela AG no âmbito de verificações no local (183.407€), auditoria da AA aos OI / CIM (48.643€), auditoria a operações (despesas de 2011, 2012 e 2013), bem como correções adicionais decorrentes da supervisão da atividade de controlo sobre despesas de 2013 (57.893€) e ainda ajustamento do montante de contrapartida nacional declarada em excesso no âmbito da operação JESSICA (1.159.125€)

2.1.6. Análise qualitativa

A análise realizada tem como referência os objetivos e metas definidas no início do período de programação e na reprogramação que deu origem à Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro, quanto à repartição do investimento pelas grandes áreas definidas, temas prioritários e earmarking, apresentando-se nas tabelas seguintes os valores de FEDER programados, aprovados e executados assim como o número de projetos aprovados. De salientar que a análise do *earmarking* é feita com base nos temas com programação no INALENTEJO.

Foram também calculadas as taxas de aprovação e de realização (ex/ap), pode observar-se que as áreas dos transportes, sociedade de informação, turismo e investimento em infraestruturas sociais são as que apresentam maior taxa de realização.

Tabela 2.15: Áreas de investimento – Temas Prioritários							
(€)							
N.º	Áreas – Temas Prioritários	Programado	Aprovado		Tx. AP/PR	Fundo Executado	Tx. EX/AP
			N.º	Fundo			
1	Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	204.019.697	926	232.238.385	113,83%	141.287.476	60,84%
2	Sociedade da informação	33.820.912	86	33.940.808	100,35%	27.828.748	81,99%
3	Transportes	69.510.692	138	86.163.576	123,96%	71.221.048	82,66%
4	Energia	7.162.068	84	8.473.763	118,31%	5.845.510	68,98%
5	Proteção do ambiente e prevenção de riscos	17.102.450	81	20.688.350	120,97%	13.107.586	63,36%
6	Turismo	11.484.886	65	15.768.201	137,30%	11.599.442	73,56%
7	Atividades culturais	28.561.504	102	45.026.967	157,65%	23.593.701	52,40%
8	Reabilitação urbana e rural	225.856.197	272	221.453.560	98,05%	139.789.678	63,12%
9	Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	0	0	0	0,00%	0	
10	Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade	0	0	0	0,00%	0	
11	Investimento em infraestruturas sociais	218.654.570	281	241.611.400	110,50%	183.342.971	75,88%
12	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	13.643.746	67	16.797.374	123,11%	9.504.870	56,59%
13	Assistência Técnica	24.117.256	66	24.501.566	101,59%	14.902.916	60,82%
TOTAL Temas Prioritários		853.933.978	2.168	946.663.949	110,86%	642.023.946	67,82%
TOTAL Earmarking		609.539.114	1.474	639.122.973	104,85%	428.710.890	67,08%

Apenas na área temática da reabilitação urbana e rural é que se verifica uma taxa de aprovação inferior a 100% e as áreas temáticas aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários e melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade mantêm taxas de aprovação nulas, em consonância com o programado.

Gráfico 2.34: Distribuição de projetos por Áreas – Temas Prioritários

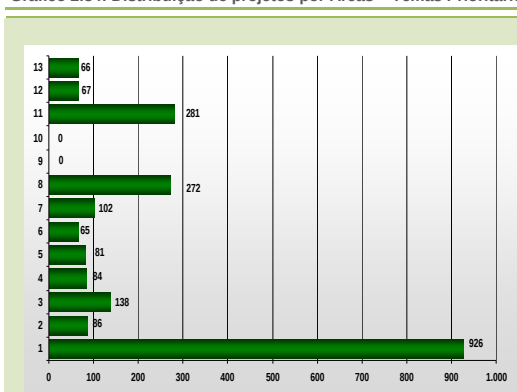


Gráfico 2.35: Fundo aprovado por Áreas – Temas Prioritários (€)

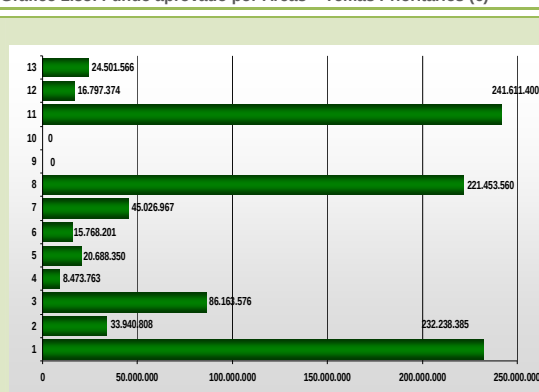
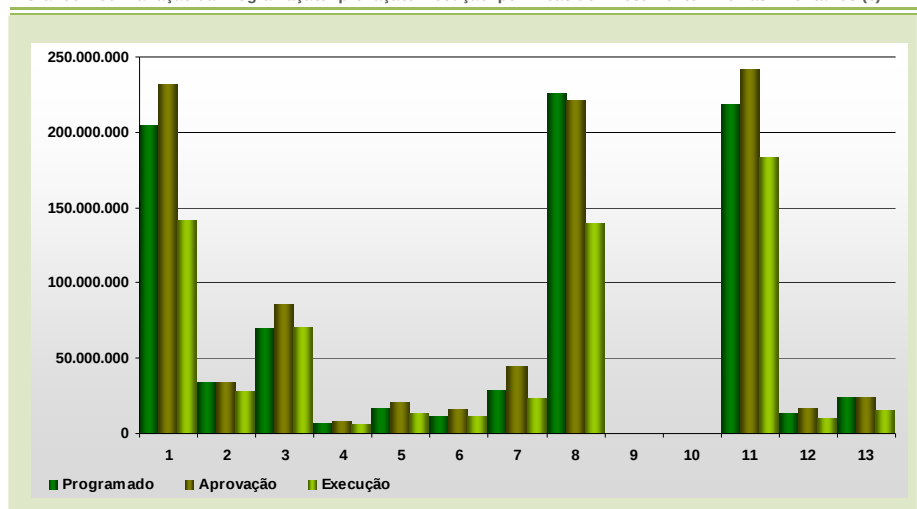


Gráfico 2.36: Variação da Programação/Aprovação/Execução por Áreas de investimento – Temas Prioritários (€)



Os valores de aprovação correspondentes aos temas prioritários de *earmarking* correspondem a 104,85% dos montantes programados para o programa.

Da análise do anexo V, pode-se salientar:

- Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo:

- o taxa de aprovação de 113,83% e taxa de realização 60,84%;

Incluem-se neste tema prioritário projetos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, bem como projetos de I&DT no âmbito do apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas, projetos de entidades do SCTN, bem como o apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica. A baixa taxa de realização é justificada pela aprovação de uma parcela significativa do investimento durante o ano 2013, tendo no entanto o valor da taxa de realização praticamente duplicado no ano de 2014.

- o todos os temas prioritários incluídos nesta área de investimento são temas *earmarking*;

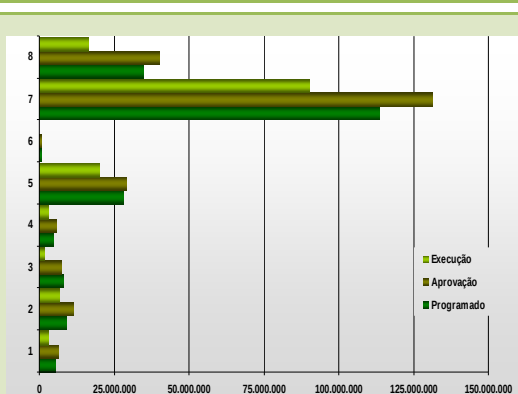
- Sociedade da informação:

- o taxa de aprovação de 100,35% e taxa de realização 81,99%;

A procura deste tipo de apoios foi muito significativa, sobretudo no âmbito de projetos integrados na economia digital e sociedade do conhecimento, promovidos essencialmente por entidades privadas sem fins lucrativos, bem como por projetos de modernização administrativa, promovidos por municípios e comunidades intermunicipais.

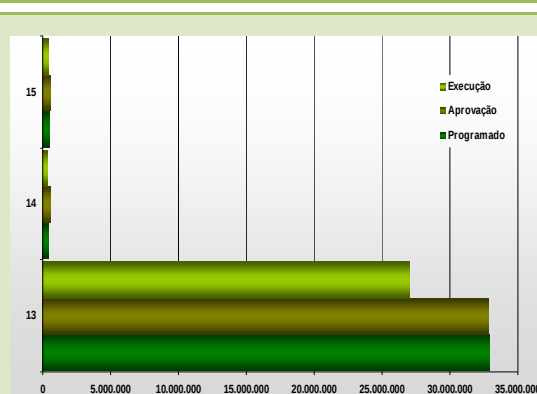
- o todos os temas programados são *earmarking*.

Gráfico 2.37: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo (€)



1 - Atividades de IDT em centros de investigação
 2 - Infraestruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica
 3 - Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopólos, etc.)
 4 - Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)
 5 - Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas
 6 - Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adoção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)
 7 - Investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)
 8 - Outros investimentos em empresas

Gráfico 2.38: Sociedade da informação (€)



13 - Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)
 14 - Serviços e aplicações para PME (comércio eletrónico, educação e formação, redes, etc.)
 15 - Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME

■ Transportes:

- o taxa de aprovação de 123,96% e taxa de realização 82,66%, sendo uma das áreas com maior taxa de realização;
- o na área dos transportes o tema *earmarking* 29 - (aeroportos) apresenta uma taxa de aprovação de 125,68% e de realização de 81,19%.

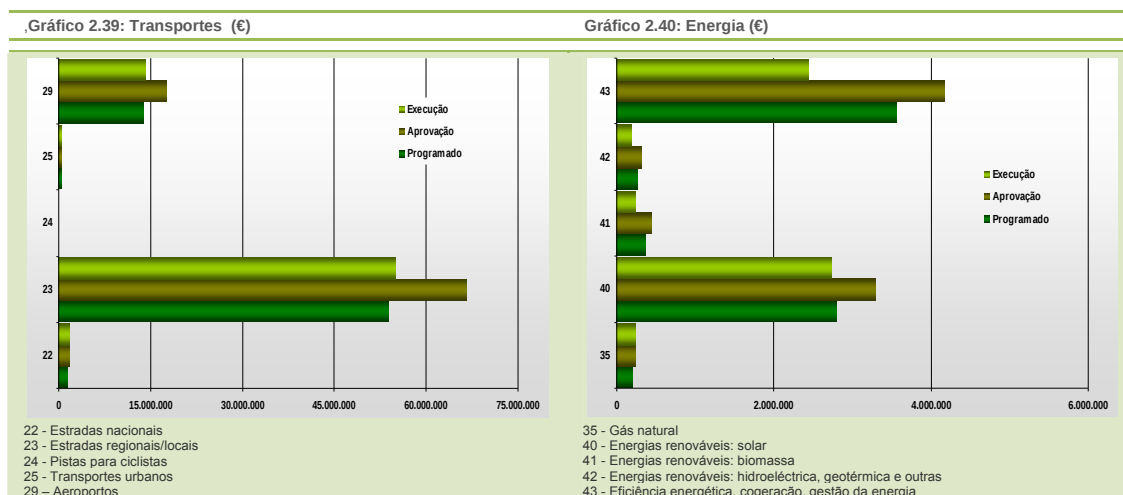
Trata-se de área de investimento com uma forte participação no processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais - NUT III, dado que se tratam de intervenções que têm os municípios como beneficiário potencial mais relevante, e têm como principais objetivos a melhoria da circulação de pessoas e de mercadorias, a promoção da coesão territorial, a qualificação e integração dos espaços regionais e o reforço da competitividade empresarial e da articulação urbana. Sendo uma área de intervenção em que a ação municipal é relevante e em que são mobilizados recursos financeiros mais significativos a respetiva taxa de realização acompanha este desempenho.

A melhoria das acessibilidades inter e intrarregionais – constitui uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional. Motivo pelo qual o tema prioritário “estradas regionais/locais” tem tanta relevância apresentando uma taxa de aprovação de 123,58% do programado.

■ Energia:

- o taxa de aprovação de 118,31% e taxa de realização 68,98%;

- o Os temas *earmarking* apresentam aprovação acima dos 100%;



■ Proteção do ambiente e prevenção de riscos:

- o taxa de aprovação de 120,97% e taxa de realização 63,36%;
- o o tema *earmarking* 53 – prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinadas a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos) apresenta uma taxa de aprovação de 118,62%.

A valorização do espaço/território Alentejo é prosseguida com a operacionalização de intervenções em áreas temáticas prioritárias, que contribuem para a sua afirmação como região ambientalmente sustentável.

Inclui operações nas áreas da promoção da biodiversidade e proteção da natureza e na prevenção de riscos, nomeadamente a elaboração dos planos de gestão das regiões hidrográficas projetos de dimensão significativa, embora não significativos no cômputo global do programa, considerando as diferentes tipologias de intervenções abrangidas por este domínio.

■ Turismo:

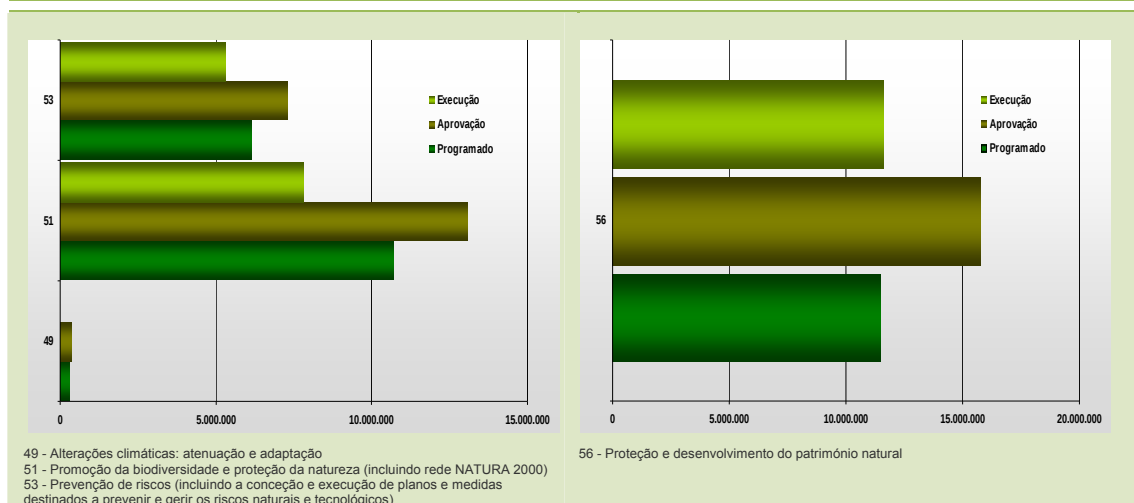
- o taxa de aprovação de 137,30% e taxa de realização 73,56%;

Inclui projetos focados na envolvente económica e empresarial no setor do turismo, não incluindo a vertente de investimento produtivo (investimentos apoiados no âmbito do sistema de incentivos), sendo expetável uma boa taxa de realização final destas operações e de um contributo muito significativo para as metas do programa.

- o nesta área de investimento não estão programados temas *earmarking*.

Gráfico 2.41: Proteção do ambiente e prevenção de riscos (€)

Gráfico 2.42: Turismo (€)



■ Atividades culturais:

- o taxa de aprovação de 157,65% e taxa de realização 52,40%;
- o nesta área de investimento não estão programados temas *earmarking*.

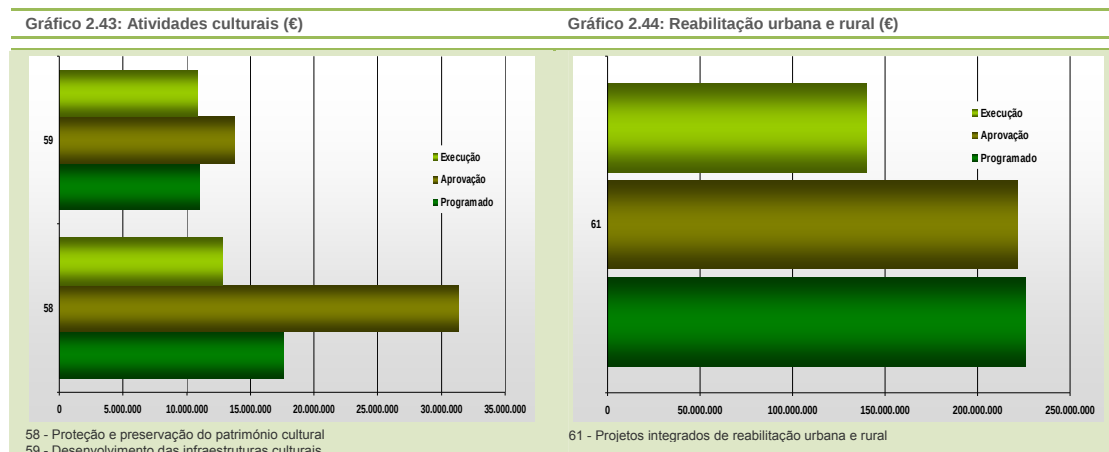
As diferenças registadas na taxa de realização, relativamente ao compromisso, refletem, ainda alguma complexidade de intervenções abrangidas por este tema em que o volume de suporte documental da despesa apresentada torna mais moroso o processo da sua validação de despesa.

■ Reabilitação urbana e rural:

- o taxa de aprovação de 98,05% e taxa de realização 63,12%;
- o nesta área de investimento só tem programação e execução o tema 61 – projetos integrados de reabilitação urbana e rural (tema *earmarking*), com 272 operações aprovadas.

Com efeito o processo de implementação das intervenções enquadráveis neste domínio foi, para além de moroso, muito exigente do ponto de vista organizacional – realização de acordos de parceria, de programas e planos estratégicos - o que ocasionou uma demora significativa no processo de apresentação de candidaturas e respetiva aprovação. Foram também introduzidas diversas alterações ao longo deste processo que originou a necessidade de realização de diversas reprogramações e alterações de programas e planos.

Considera-se, nesta fase, que as intervenções estão consolidadas e que se verifica um esforço para a conclusão das diferentes intervenções e no cumprimento dos objetivos programados.



■ Investimentos em infraestruturas sociais:

- o taxa de aprovação de 110,50% e taxa de realização 75,88%;
- o o tema 75 – o único tema *earmarking* - infraestruturas de ensino, apresenta uma taxa de aprovação no final de 2014 de 99,72% e de realização de 79,94%.

São muito diversificadas as intervenções abrangidas por este domínio, pois vão desde as infraestruturas de ensino e de saúde às intervenções de apoio à infância, terceira idade e pessoas com dificuldades de integração. A taxa de aprovação relativamente elevada pretende garantir níveis adequados de coesão social e territorial através da conclusão das correspondentes redes de equipamentos: rede escolar, rede social (em particular, os equipamentos potenciadores de uma melhor conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal) e rede de cuidados de saúde.

Também neste caso, e no que se refere às IPSS, existe sempre alguma dificuldade inicial de se adaptar às exigências normativas dos financiamentos (ex. contratação pública) resultando alguma morosidade acrescida na realização das intervenções.

■ Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local:

- o taxa de aprovação de 123,11% e taxa de realização 56,59%;

Os projetos em causa visam essencialmente o reforço e capacitação institucional da região, e dos seus produtos, numa ótica de reforço da envolvente económica e empresarial, na perspetiva de posicionar o Alentejo como uma região de forte identidade e potenciadora de desenvolvimento competitivo e sustentável.

- o nesta área de investimento não foram programados temas *earmarking*.

Gráfico 2.45: Investimentos em infraestruturas sociais (€)

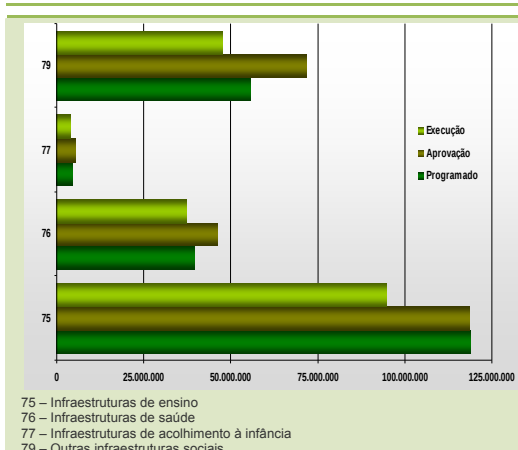
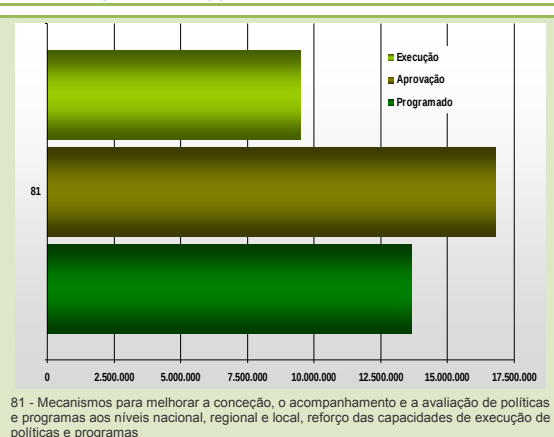


Gráfico 2.46: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local (€)



Assistência técnica:

- o taxa de aprovação de 101,59% e taxa de realização 60,82%, muito próxima da programação apropriada para as operações desta natureza;
- o nesta área de investimento não foram programados temas *earmarking*.

Gráfico 2.47: Assistência técnica (€)

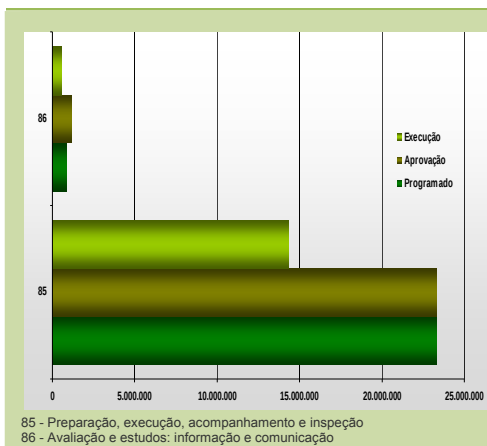
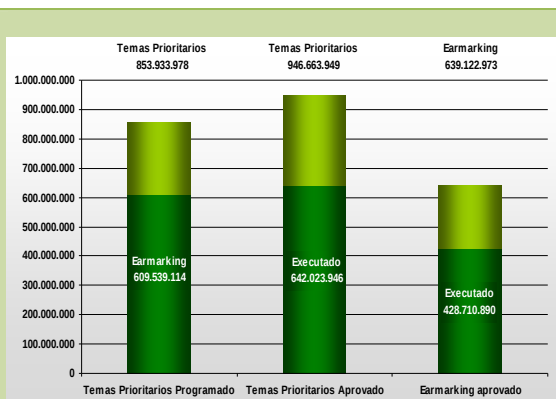


Gráfico 2.48: Temas prioritários



Ajudas reembolsáveis

Nos termos do n.º 2, do artigo 2.º do anexo da portaria n.º 263/2014 de 16 de dezembro é referido que “constituem reembolsos os montantes correspondentes ao incentivo de natureza reembolsável, deduzido do prémio de realização, quando aplicável, bem como todos os outros encargos financeiros suportados pelas empresas beneficiárias”. Por outro lado, cabe ainda aos respetivos OI, no uso das competências delegadas de contratação, acompanhar o cumprimento dos planos de reembolsos, autorizar os planos de regularização de prestação dos planos de reembolso quando aplicável e ainda apreciar e submeter à aprovação da autoridade de gestão os termos da renegociação contratual estabelecidos também quando aplicável.

Tabela 2.16: Reembolsos nos SI (€)

Sistema de Incentivos / PO	Incentivo Reembolsável		Reembolso	
	Pago	Previsto (para reembolso)*	Efetinado	Tx.
SI I&DT	0	0	0	0
SI Inovação	90.966.840,34	84.857.014,20	2.382.157,24	2,81%
SI Qualificação PME	0	0	0	0
TOTAL	90.966.840,34	84.857.014,20	2.382.157,24	2,81%

* não inclui os prémios de realização estimados associados ao incentivo reembolsável já pago.

No que diz respeito ao INALENTEJO, e tendo como referência 31-12-2014, a taxa de reembolso fica abaixo dos 3% e apenas se aplica ao instrumento associado ao sistema de incentivos à inovação, como se poderá verificar pela tabela acima. Contudo, convirá lembrar que, e apesar de esta taxa ser relativamente baixa, o plano de reembolsos previsto vai até 2023, sendo expectável, por isso, alguma recuperação nos próximos anos se tivermos em conta a taxa de execução dos sistema de incentivos às empresas aquela data.

Impulso Jovem – apoio ao empreendedorismo

O programa Impulso Jovem assenta em quatro pilares de apoio à empregabilidade:

- estágios profissionais;
- apoios à contratação;
- apoio ao empreendedorismo;
- formação profissional.

Os apoios ao empreendedorismo visam dinamizar a capacidade de concretizar ideias de negócio por parte dos jovens, enquanto alternativa ao trabalho por conta de outrem e à renovação do tecido empresarial português em áreas diferenciadoras e inovadoras.

As operações em curso no âmbito do Impulso Jovem, com o apoio do INALENTEJO, integram-se no regulamento específico SIAC (Sistema de Apoio às Ações Coletivas) e respondem ao quarto Pilar, compreendendo medidas integradas no programa estratégico para o empreendedorismo e a inovação (+e+i) e no "Plano Estratégico de Iniciativas à Empregabilidade Jovem e Apoio às PME".

Essas operações são promovidas pelo IAPMEI, CASES e IPDJ.

O **Passaporte para o Empreendedorismo**, criado pela Portaria n.º 370-A/2012, de 15 de novembro, constitui a operação gerida pelo IAPMEI, destinada a jovens qualificados que apresentem projetos de elevado potencial de crescimento.

Aos jovens empreendedores selecionados é atribuída uma bolsa mensal no valor de 691,70€ durante um período mínimo de 4 meses e até ao máximo de 12 meses, com uma avaliação intercalar no final do primeiro período.

Os projetos aprovados têm também acesso a uma rede de mentores para aconselhamento empresarial aos empreendedores.

O **COOPJOVEM**, promovido pela CASES, surge como um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, previsto pela Portaria n.º 432-E/2012, de 31 de dezembro, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas ou desenvolver projetos de investimento que envolvam a criação líquida de postos de trabalho em cooperativas agrícolas existentes, como forma de promoção de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do seu próprio emprego e a definição do seu trajeto de vida.

São destinatários desta iniciativa todos os jovens com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos, que possuam, pelo menos, o 9.º ano de escolaridade, com referência à data da apresentação da candidatura, e que pretendam constituir uma nova cooperativa que integre pelo menos 5 cooperadores, com um máximo de 9.

São também destinatários os jovens com idade compreendida entre os 18 e os 40 anos que possuam, pelo menos, o 9.º ano de escolaridade, com referência à data da apresentação da candidatura, e que pretendem criar, com o limite máximo de nove jovens agricultores, uma cooperativa agrícola ou uma nova secção em cooperativas agrícolas já existentes que tenham até 10 trabalhadores.

O COOPJOVEM contempla os seguintes apoios:

- Bolsa com o valor máximo mensal de 1,65 vezes o indexante dos apoios sociais para jovens com ensino superior completo, o valor máximo de 1,3 vezes o indexante dos apoios sociais para jovens com o ensino secundário completo e o valor máximo de uma vez o indexante dos apoios sociais para jovens sem o ensino secundário completo, a atribuir por um período mínimo de 2 meses e até ao máximo de 6 meses.
- Assistência técnica que visa promover o desenvolvimento de competências dos jovens, designadamente nas áreas da estruturação de ideias e de arquitetura de negócio e da sua capacitação na estruturação do projeto cooperativo, na implementação de ações e políticas de planeamento estratégico, na gestão estratégica do negócio, na antecipação de necessidades e expectativas de mercado, no relacionamento com todas as partes interessadas, na tomada de decisões e no exercício da liderança.
- Crédito ao investimento que consiste numa linha bonificada e garantida, nos termos da tipologia MICROINVEST prevista na Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro.

A **Rede de Perceção e Gestão de Negócios** constitui uma rede, prevista na Portaria n.º 427/2002, de 31 de dezembro, gerida pelo IPDJ, que visa:

- estimular o espírito empreendedor, criativo e inovador dos jovens, incentivando-os a desenvolver soluções empreendedoras, dando resposta a necessidades identificadas;
- capacitar os jovens com as competências necessárias à execução de soluções empreendedoras; apoiar a constituição de iniciativas empresariais de jovens;
- monitorizar e apoiar a evolução e o desempenho das empresas de jovens constituídas no âmbito da Rede.

Destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, à data da submissão da candidatura, com o curso do ensino secundário ou qualificação equivalente já concluído(a).

A iniciativa prevê:

- Apoio ao desenvolvimento de ideias e projetos.
- Apoio à criação de empresas por jovens.
- Desenvolvimento de projetos empreendedores no espaço associativo jovem.
- Criação de associações de jovens direcionadas à promoção do empreendedorismo.
- Criação de gabinetes de apoio aos jovens empreendedores no contexto do espaço associativo jovem.

No final de 2014 o Impulso Jovem apresentava os seguintes indicadores:

Tabela 2.17: Indicadores do Impulso Jovem

Promotor		1.ª Fase		2.ª Fase	
		Previsto	Executado	Previsto	Executado
IAPMEI	Passaporte para o empreendedorismo	150	55	75	48
CASES	COOPJOVEM	90	66	72	61
IPDJ	Rede de percepção e gestão de negócios	56	25	-	-

No tocante aos **Estágios Profissionais**, o INALENTEJO tem intervenção através dos projetos conjuntos do SI Qualificação PME (Passaportes 3i: Passaporte Emprego Industrialização, Passaporte Emprego Inovação e Passaporte Internacionalização).

Aprovados e em curso, neste âmbito, encontram-se as operações promovidas pela Associação Industrial Portuguesa (AIP) e Núcleo Empresarial da Região de Santarém (Nersant), acompanhados pelo Organismo Intermédio IAPMEI, com o ponto de situação infra descrito:

Tabela 2.18: Estágios profissionais

N.º de Proj.	Promotor	Inv. Total	Inv. Elegível	Incentivo	N.º de Estágios (previsto)	N.º de Estágios (contratos assinados em 2013)
ALENT-07-0401-FEDER-036979	AIP CCI	626.517,64	626.370,06	599.662,40	50	42
ALENT-07-0401-FEDER-036977	Nersant	1.708.919,17	1.478.657,97	1.429.382,40	113	105

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

A garantia da compatibilidade com as políticas comunitárias (concorrência, mercados públicos, ambiente,...) tem sido uma preocupação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO, em todas as iniciativas e procedimentos desenvolvidos.

Em todos os procedimentos, constantes da respetiva Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e Manual de Procedimentos do INALENTEJO, manuais e guias de apoio técnico, check-list, bem como avisos de abertura de concursos e outros, é possível comprovar esta preocupação.

Mercados Públicos

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO tem em particular atenção ao cumprimento das regras dos mercados públicos, pelo que procede à verificação do cumprimento das suas regras para todos os procedimentos desenvolvidos no âmbito da contratação pública das operações que apoia. Dependendo do grau de maturidade esta verificação ocorre na fase de análise das candidaturas para os procedimentos já desenvolvidos, ou durante o acompanhamento da execução das operações, nomeadamente aquando da apresentação dos pedidos de pagamentos. Para permitir esta verificação os promotores preenchem uma check-list que é submetida via sistema de informação incluindo toda a documentação inerente ao procedimento.

A análise do secretariado técnico é evidenciada através do preenchimento de check-list próprias para este efeito, também disponibilizadas no Sistema de Informação, e resulta da análise dos documentos disponibilizados pelo beneficiário, visando-se nas análises efetuadas todas as matérias consideradas sensíveis designadamente:

- fracionamento de despesa;
- adaptação de procedimentos em função do valor dos contratos;
- trabalhos a mais;
- correta utilização dos critérios de adjudicação;
- audiência prévia.

A verificação destes procedimentos compreende os documentos de legislação nacional em vigor até 29 de julho de 2008, (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março, e Decreto-Lei n.º 223/01, de 09 de agosto) e do código dos contratos públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 janeiro, que transpõe as Diretivas Comunitárias n.º 2004/17/CE e 2004/18/CE.

As check-list estão em atualização contínua decorrente das alterações introduzidas ao Código dos Contratos Públicos, nomeadamente com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008 de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro, Portaria n.º 9/2012, de 10 de janeiro, Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março.

Auxílios de Estado

No âmbito do INALENTEJO, são concedidas ajudas ao abrigo de três Sistemas de Incentivos – SI Qualificação e Internacionalização PME, SI Inovação e SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas – integrados na Agenda da Competitividade e aplicados pelo Programa Temático Fatores de Competitividade e pelos restantes PO Regionais. No respeito pelas regras

Comunitárias que determinam que em termos de concorrência, os regimes de auxílios de Estado, sejam notificados à Comissão Europeia, para mero conhecimento ou para aprovação de acordo com as suas características, foram em devido tempo, aqueles Sistemas de Incentivos, notificados à Comissão Europeia e mereceram o respetivo enquadramento em termos de regras de concorrência e face à tipologia de despesa.

O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, com enquadramento no âmbito dos Auxílios de Estado (2006/C 323/01) autorizado pelo Auxílio Estatal n.º 780/07, de 08-08-2007 – Decisão C (2008) 2902, de 17 de junho.

O Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e o Sistema de Incentivos à Inovação foram autorizados nos termos do Regulamento (CE) n.º 1628/2006, da Comissão, para enquadramento dos auxílios regionais (XR 60/2008), dos auxílios às PME (XS 73/2008) e dos auxílios à formação profissional (XT - 70/2008).

Estes três Sistemas de Incentivos integram-se atualmente no Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de agosto, sendo o respetivo enquadramento comunitário: SA.32240.

O respeito pelas normas e procedimentos comunitários aplicáveis às operações desenvolvidas pelas micro e pequenas empresas privadas cofinanciadas a nível regional, pela AG do INALENTEJO, está assegurado pela aplicação dos normativos que se encontram previstos na regulamentação nacional e que regem os apoios às empresas, nomeadamente nos Regulamentos Específicos dos Sistemas de Incentivos, que são os documentos legais de enquadramento destes auxílios.

As ajudas a conceder a componentes do investimento que não se enquadrem nos Regulamentos Comunitários referidos só podem ocorrer no respeito pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro, auxílios de *minimis*. A possibilidade do Estado Membro conceder auxílios de *minimis* obriga a que a sua aplicação seja feita em moldes transparentes e que esteja assegurado o cumprimento dos limites máximos de apoio.

Em virtude da legislação aprovada em 2009, no âmbito das políticas de combate à crise, e tendo em consideração a Comunicação da Comissão Europeia – (2009/C 16/01), foi publicada a Portaria n.º 70/2011, de 9 de fevereiro, sistematizando os limites de acumulação dos auxílios de *minimis*, aplicáveis ao período compreendido entre 01-01-2011 e 31-12-2013. Assim, para as candidaturas apresentadas até 31-12-2010, os auxílios atribuídos no decurso de 2011 tiveram como limite de acumulação o valor de 500 mil€, revelando para efeitos de cálculo todos os apoios concedidos ao abrigo do regime de *minimis* entre 2008 e 2011. Para as candidaturas apresentadas a partir de 01-01-2011 o limite a aplicar voltou a situar-se, em regra, nos 200 mil€.

A AD&C é a entidade nacional responsável pelo registo dos auxílios de *minimis* concedidos, ao abrigo do Reg. (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro.

Todo o processo de verificação da compatibilidade dos auxílios de *minimis*, é verificado antes da contratualização dos incentivos, pela AG, observando os procedimentos seguintes:

- o organismo intermédio, através de ferramenta informática, FACI, procede às validações;
- o parecer do OI a apresentar à Comissão de Seleção, identifica a componente de *minimis* no incentivo proposto;
- a AG do POFC, na sua qualidade de coordenadora da rede de sistema de incentivos, envia a informação relevante para o AD&C;
- Decisão definitiva da AG após comunicação do resultado no que respeito dos auxílios de *minimis*.

Para determinar se um auxílio é ou não compatível com o mercado comum ao abrigo do Regulamento n.º 800/2008, de 6 de agosto, é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio e, por conseguinte, o montante do auxílio expresso em equivalente-subvenção.

Os auxílios de *minimis* concedidos entre 2008-2014 no âmbito do INALENTEJO são caracterizados pelos seguintes valores:

- 825 registos;
- 491 empresas;
- 10.041.417€ de montante concedido.

Podem também ser concedidas ajudas ao abrigo do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas com o enquadramento comunitário SA.32122 (2010N) e no âmbito da iniciativa JESSICA com o enquadramento comunitário SA.35049 (12/X).

A informação do registo central de auxílios de *minimis* no período 2008-2014 no que concerne ao INALENTEJO é a que consta do quadro seguinte:

Tabela 2.19: Auxílios de <i>minimis</i>			
Regime de auxílios	Apoios Concedidos PO Alentejo (2008-2014)		
	n.º de Empresas	n.º de registos	Montante (€)
SI Apoio Local a Microempresas (SIALM)	100	122	2 152 290,35€
SI I&DT/Projetos em Co-promoção	2	2	11 247,88€
SI I&DT/Projetos Individuais	20	39	90 529,91€
SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	31	55	157 002,61€
SI Inovação/Inovação Produtiva	68	124	658 182,83€
SI Inovação/Projetos do Regime Especial	2	3	68 808,67€
SI Qualificação PME/Projecto Individual e de Coop.	223	387	6 568 441,01€
SI Qualificação PME/Projetos Conjuntos	45	93	334 913,88€
Total	491	825	10 041 417,14€

Igualdade de Oportunidades

Uma das dimensões estratégicas da política comunitária é a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, sejam estas homens ou mulheres, portadoras ou não de deficiência ou de diferentes raças ou etnias, religiões e credos, idade ou orientação sexual.

Importa salientar a obrigatoriedade do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre igualdade de oportunidades.

Embora a tradução desta dimensão não seja claramente assinalada nalguns regulamentos específicos, que pela sua natureza têm um efeito neutro na sua aplicação, são identificáveis no INALENTEJO diversas interações com esta prioridade transversal, podendo evidenciar-se nos diferentes eixos, intervenções apoiadas com contributo directo ou indirecto para a promoção daquele desígnio, nomeadamente:

Eixo 1: em sede de sistemas de incentivos, no âmbito do SI Inovação, em que foi criada uma dotação orçamental específica para “empreendedorismo feminino”, de modo a incentivar as mulheres a assumirem um papel de maior protagonismo e liderança na atividade empresarial. Encontra também expressão no SI Qualificação PME, que apoia a definição e implementação de planos de igualdade com contributo para a conciliação da vida profissional com a vida familiar. De referir que estão a ser apoiados 9 projetos que são considerados como empreendedorismo feminino. Estes projetos somam um investimento total de 12,9 M€, a que corresponde um investimento elegível e incentivo de, respetivamente, 12,3 M€ e 8,4 M€. Destes projetos, um deles é promovido por pequena empresas e os restantes por microempresas em áreas dos serviços, turismo e indústria.

Eixo 2: as operações aprovadas no âmbito do regulamento específico da saúde privilegiaram o apoio a equipamentos/infraestruturas públicas facilitadoras do acesso da população sem qualquer discriminação aos cuidados de saúde podendo assim ser entendidas como contributo directo para a igualdade de acesso e oportunidades.

Eixo 3: as tipologias de operações abrangidas pelas parcerias para a regeneração urbana incluem a requalificação socio-urbanística, focalizada na vertente da inclusão social, sendo de referir ainda que as intervenções de qualificação de espaço público e edificado, deverão garantir a melhoria qualificada das acessibilidades físicas, assegurando o acesso das pessoas com mobilidade reduzida.

Na área de intervenção – “rede de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial” são incluídos equipamentos de apoio à infância, deficiência, terceira idade e a grupos desfavorecidos, que têm repercussões sobre a igualdade de oportunidades, nomeadamente no que se refere à criação de condições de acesso por parte das mulheres ao mercado de trabalho.

No domínio da proteção e inclusão social, o contributo para a oferta de equipamentos e serviços destinados a grupos etários/sociais específicos, designadamente, crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência, emigrantes, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas penais executadas na comunidade, entre outros, tende a garantir a inclusão social com forte repercussão sobre a igualdade de oportunidades e não discriminação.

No âmbito das verificações de gestão, nomeadamente, das verificações no local, existe um campo específico na respectiva *check-list* dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta dimensão estratégica.

Está divulgado no *site* do INALENTEJO um documento produzido pela AD&C, enquanto entidade coordenadora do FEDER e Fundo de Coesão, e Comissão para a Igualdade de Género, que evidência os direitos e deveres dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como das entidades

empregadoras. De igual forma, foi incorporado nos relatórios de verificação física um campo específico para a temática das acessibilidades, enquanto fator determinante para a igualdade de oportunidades.

Verifica-se, da análise dos valores de realização física (tabela 2.1) um certo equilíbrio na criação de emprego, nomeadamente 46,8% de homens e 53,2% de mulheres, sendo que a análise é feita excluindo o SI já que o SI QREN não recolhe os dados do emprego repartidos por género.

Política Ambiental

Considerando que um dos princípios-chave da política de coesão é a conformidade de todos os projetos com a legislação comunitária, e que uma parte importante dessa legislação se relaciona com o ambiente, uma outra preocupação da AG do INALENTEJO é o controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da execução do PO.

O Regulamento Geral FEDER e FC estabelece para as operações, como condição geral de admissão, o dever de cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e, como condição geral de aceitação, o regulamento refere ainda o dever de verificarem a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental, nomeadamente ao nível dos instrumentos Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Foi elaborado pela AD&C, enquanto entidade coordenadora do FEDER e Fundo de Coesão, e a APA um referencial com as normas comunitárias e nacionais no domínio do ambiente.

Ainda no âmbito desse trabalho conjunto foi desenvolvida uma check-list específica para esta matéria.

A AD&C efetuou ainda um levantamento junto da IGAMAOT e demais entidades com competência na matéria, com vista à partilha de informação sobre a aplicação contraordenações ambientais, nomeadamente as previstas nas alíneas c) e h) do art. 30.º do Decreto-Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com a redação que lhe foi dada pela Lei 89/2009, de 31 de agosto, que priva as entidade com infrações graves e muito graves do acesso ao financiamento comunitário. Neste levantamento concluiu-se pela não existência de qualquer aplicação de sanções acessórias em causa.

De referir também, a um nível mais global, a integração de um representante de organizações não governamentais da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO.

De salientar que se verificam contactos (não formalizados) entre elementos dos Secretariados Técnicos e os departamentos, serviços e técnicos pertencentes, nomeadamente, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH), às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), e ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Em termos de regras ambientais, no processo da admissibilidade das operações, ou em sede de apresentação do 1.º pedido de pagamento, os beneficiários já deverão dispor dos pareceres de

entidades externas à AG, exigíveis de acordo com a tipologia da operação e previstos em regulamentos específicos ou em orientações técnicas gerais e específicas do INALENTEJO, quando aplicável.

Neste contexto, destaca-se também que a própria avaliação de mérito das candidaturas, submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, que inclui como critério de seleção o enquadramento do projeto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente as verificações no local, existe um campo específico na respetiva check-list dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária.

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

Autoridade de Gestão

Num contexto marcado nos anos mais recentes, por restrições orçamentais que as entidades do setor público têm vindo a enfrentar, bem como por dificuldades de acesso ao crédito a que tem estado sujeita a generalidade dos potenciais beneficiários, quer sejam públicos ou privados, não obstante os reflexos positivos da implementação de medidas adotadas anteriormente, como sejam o reforço das taxas de cofinanciamento, o mecanismo de adiantamento top-up, a própria linha INVESTE QREN, muitos beneficiários enfrentaram ainda em 2014 alguns constrangimentos, com consequências ao nível da capacidade de execução das suas operações.

Assim, em 2014 algumas operações apresentaram ainda baixos níveis de execução, evidenciando atrasos face aos cronogramas inicialmente previstos e aprovados, com reflexos ao nível do próprio Programa Operacional.

Esta situação tem merecido particular atenção por parte da AG, promovendo na medida do possível uma articulação direta junto dos beneficiários, a par de alguma pressão sobre a capacidade de execução das operações em si, materializada nomeadamente através das notificações e acompanhamento em sede de “bolsa de observação” do INALENTEJO, medida complementar ao processo de acompanhamento.

No âmbito do Segundo Memorando de Entendimento, celebrado em 10-02-2011, entre o Governo e a ANMP, que veio estabelecer um conjunto adicional de iniciativas tendentes a dar continuidade à promoção da execução dos investimentos de iniciativa municipal, e mais concretamente na sequência da monitorização das respetivas Iniciativas 8 - “eliminar compromissos sem capacidade de execução” e 9 - “promover/ substituir compromissos com baixa capacidade de execução nos POR”, a AG do INALENTEJO tem vindo a apurar e a acompanhar periodicamente desde essa fase, através da sua “bolsa de observação”, as operações nas seguintes situações:

- aprovadas há mais de 6 meses sem contrato de financiamento assinado;

- contratadas há mais de 6 meses sem apresentarem qualquer pedido de pagamento;
- contratadas há mais de 6 meses com níveis de execução financeira inferiores a 10%;
- as operações com execução financeira apresentada superior a 10% e inferior a 95% do fundo comunitário aprovado, sem apresentação de novo pedido de pagamento há mais de 3 meses e sem apresentação de relatório final da operação.

Iniciada em 2011, a monitorização destas situações através da “bolsa de observação” tem vindo a ser aplicada às diversas tipologias de beneficiários, não se limitando à esfera da iniciativa municipal, no intuito de identificar e eliminar compromissos sem capacidade de execução, e de acompanhar mais proximamente as operações que revelam fraca capacidade de execução, procurando obter informação sobre o estado efetivo de execução física e financeira das mesmas e identificar se o investimento aprovado ainda será concretizado no todo ou em parte, e se existe necessidade de proceder à sua reprogramação no intuito de melhor o adequar às circunstâncias reais de execução do investimento.

Por um lado, este acompanhamento em sede de “bolsa de observação” tem permitido libertar FEDER comprometido, em operações sem ou com fraca capacidade de execução, por via de anulações/rescisões ou reprogramações financeiras em baixa, e por outro tem contribuído para ultrapassar alguns constrangimentos em operações com fraca capacidade de execução, promovendo a articulação entre a AG e os beneficiários, na identificação concreta dos problemas e na procura de soluções adequadas.

No ano de 2014, foi feito o apuramento/atualização da “bolsa de observação”, com corte reportado a 06 de janeiro, 13 de maio e 15 de novembro, donde resultou um total de 120 operações notificadas, num conjunto de 80 beneficiários. Relativamente à “bolsa de observação” com corte a 15 de novembro, as notificações iniciais de incumprimento foram efetuadas ainda em 2014, tendo também sido dado início à fase dos respetivos contraditórios, no entanto, a fase de decisão e respetivas notificações ocorreu já em janeiro de 2015.

Regularmente foi também efetuado *follow up* das situações notificadas, encontrando-se as mesmas maioritariamente regularizadas à data atual.

Numa perspetiva de reforço do controlo no que concerne ao cumprimento das regras incidentes sobre os pagamentos efetuados a título de adiantamento contra-fatura, a AG procedeu ao envio de comunicação circular a todos os beneficiários, no final de janeiro de 2014, a sensibilizar para o assunto e a alertar para a necessidade de regularização das situações de incumprimento. Durante o mês de fevereiro foi dado início ao processo de monitorização das situações de incumprimento a este nível, tendo havido uma resposta muito positiva por parte dos beneficiários, na regularização das situações existentes, através da apresentação à AG dos comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento dos adiantamentos. Em março de 2014, para as situações cujo incumprimento se mantinha (8 operações), foram efetuadas notificações formais. Posteriormente, em junho de 2014 foi efetuado novo apuramento das operações em incumprimento, donde resultou a notificação formal de 7 operações, no início de julho de 2014. Assim, foram notificadas durante o ano

de 2014, um conjunto de 15 operações de 13 beneficiários diferentes, sendo que parte delas foram regularizadas, enquanto o acompanhamento das restantes situações prolongou-se para 2015.

A preocupação com o encerramento de operações e a sensibilização dos beneficiários nesse sentido, embora já presente anteriormente, foi em 2014 que a mesma se intensificou. A este nível, salienta-se que em março de 2014, a AG apurou a listagem das operações com relatório final no estado “criado” em SIGPOA há mais de 3 meses, e procedeu ao envio de e-mails aos beneficiários das operações identificadas, solicitando a submissão dos mesmos de modo a criar condições para o efetivo encerramento das operações. As referidas comunicações abarcaram um conjunto de 120 operações, num total de 67 beneficiários. A preocupação crescente da AG com a questão do encerramento e esta sensibilização junto dos beneficiários direcionada a situações em concreto, teve claros reflexos ao nível incremento do n.º de operações encerradas em 2014. De referir que até 31-12-2013 haviam sido encerradas 20 operações, na sua grande maioria de assistência técnica, enquanto que no decorrer do ano de 2014 foram encerradas 301 operações.

No capítulo da Monitorização do Descompromisso FEDER, nos termos do memorando de acordo celebrado em 28-05-2012, entre o Governo e a ANMP, as partes concordaram que, no quadro de um acompanhamento sistemático da execução de todas as operações do QREN, se procedesse conjuntamente à avaliação contínua da capacidade de concretização por parte dos municípios dos projetos por eles promovidos, nos calendários programados.

Tendo em vista a concretização plena do acordo alcançado, foi aprovado o Despacho Conjunto n.º 11670/2012 do Ministro de Estado e das Finanças, do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e do Ministro da Economia e do Emprego, de 8 de agosto, que criou uma equipa conjunta de monitorização da execução dos compromissos dos municípios.

Esta equipa iniciou os seus trabalhos em agosto de 2012, mês a partir do qual passou a ser efetuado o acompanhamento e reporte mensal dos descompromissos totais e parciais, de acordo com a metodologia de trabalhos estabilizada para o efeito.

Deste modo, numa perspetiva de fornecer informação relevante de apoio à tomada de decisão, e de assegurar o acompanhamento permanente da execução, a AG manteve o exercício de monitorização mensal do descompromisso, quer ao nível das entidades de âmbito municipal (mantendo o universo de entidades cujas operações haviam sido inseridas no âmbito dos trabalhos da equipa conjunta), quer ao nível não municipal (por opção da própria AG), incidindo sobre as restantes entidades beneficiárias do PO.

No decorrer de 2014, foi apurado o montante global de 10,1 M€ de descompromisso municipal (FEDER), dos quais, perto de 6 M€ resultantes de anulações e rescisões e cerca de 4,1 M€ relativos a descompromissos parciais decorrentes de reprogramações em baixa.

No âmbito não municipal, foi registado no ano de 2014, um nível de descompromisso FEDER de 6,3M€, dos quais, 2,9 M€ resultantes de anulações/rescisões e 3,4 M€ correspondentes a reprogramações em baixa.

O FEDER liberto com encerramentos de operações durante o ano de 2014, cifrou-se em cerca de 1,3M€. Este valor não é mais elevado, por via das reprogramações financeiras de operações, que vão ajustando os valores aprovados ao investimento realizado.

No caso particular dos sistemas de incentivos, o montante FEDER associado a anulações/rescisões, em 2014, foi de sensivelmente 31,5 M€.

No capítulo do descompromisso verificado no ano de 2014, acresce ainda aos valores acima, o FEDER associado às operações que transitaram para o COMPETE, no âmbito da reprogramação do PO aprovada em 2014, num total de 16 operações (no âmbito dos SI) às quais correspondeu o montante de cerca de 36 M€.

Tabela 2.20: Monitorização do Descompromisso FEDER

Período	Descompromisso Municipal			Descompromisso não Municipal (AG)			Descompromisso Sistemas Incentivos	FEDER Liberto Encerramentos (AG)	Transição POVT (reprog. PO 2012)	Transição COMPETE (reprog. PO 2014)	Totais
	Anulações Rescisões	Reprog. em baixa	Sub-total	Anulações Rescisões	Reprog. em baixa	Sub-total	Anulações Rescisões				
2012	15,28	1,31	16,60	4,39	1,38	5,77	8,98	0,05	-	-	31,40
2013	3,15	5,19	8,34	1,88	2,50	4,38	30,73	0,04	17,88	-	61,37
2014	5,99	4,16	10,15	2,92	3,39	6,31	31,55	1,35	-	36,05	85,40
Totais	24,43	10,66	35,09	9,19	7,26	16,45	71,26	1,45	17,88	36,05	178,17

Em 2012, a reprogramação estratégica do QREN e em concreto do INALENTEJO, tinha um objetivo, que acabou por não integrar a proposta final submetida à Comissão Europeia e, como tal, não vertida na Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro, que era o objetivo de integrar o financiamento da rede secundária de rega de Alqueva através do INALENTEJO. Este assunto viria a ser retomado no ano seguinte, sendo de salientar que neste contexto, a Comissão Europeia entendeu que deveria ser efetuada uma avaliação ambiental sobre os eventuais efeitos significativos no ambiente, de acordo com a Diretiva 2001/42/CE, de 27 de junho. Concluída a tramitação da Avaliação Ambiental Estratégica dos novos investimentos EFMA relativos à Rede Secundária de Rega, no âmbito do INALENTEJO, esta foi submetida à Comissão Europeia, em 07-11-2013, não tendo havido qualquer decisão sobre o assunto no ano de 2013. Essa ausência de decisão criou fortes constrangimentos na gestão das disponibilidades do Programa Operacional e da gestão do overbooking.

Entretanto, no ano de 2014, foi assumido um compromisso pelo Governo Português em articulação com a Comissão Europeia – DG REGIO, no sentido de assegurar a conclusão da rede secundária de rega de Alqueva no atual período de programação, com um financiamento de 76 M€ no âmbito do INALENTEJO e de 89 M€ do POVT, situação que conduziu a uma reprogramação de cada um dos PO envolvidos.

No caso concreto do PO Alentejo, a reprogramação em causa envolveu os 40 M€ (FEDER) que já haviam sido previstos na proposta de reprogramação submetida à Comissão Europeia em maio de 2013, e um reforço de dotação de 36 M€ (FEDER) resultante da transição de um conjunto de operações para o COMPETE, libertando assim a verba correspondente no PO regional. De referir que, esta reprogramação contemplou ainda duas outras questões: a revisão de indicadores ao nível do eixo 1 e um ajustamento ao nível do eixo 4 (assistência técnica) através do reforço da taxa de cofinanciamento. A transição de operações para o COMPETE implementada em 2014 envolveu um total de 16 operações.

Autoridade de Auditoria e Controlo

O Relatório Anual da Inspeção-Geral de Finanças sobre avaliação global do teste ao funcionamento do sistema comum constituído pelos Programas Operacionais Fatores de Competitividade e Regionais refere:

“Com base no exame mencionado supra, considero que, no período em questão, os sistemas de gestão e de controlo estabelecidos para sistema comum em apreço, que integra os programas operacionais identificados no anterior ponto 1, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, e da secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, consequentemente, dar garantias razoáveis de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade, exceto no que diz respeito ao seguinte:

a) Em resultado das auditorias aos sistemas de gestão e controlo e de operações foram identificados procedimentos de controlo interno por parte das entidades envolvidas na gestão e na certificação das despesas que carecem de algumas melhorias, tendo sido propostas recomendações a adotar pelas entidades auditadas. Algumas daquelas recomendações, embora mitigadas ainda não foram implementadas, parcial ou totalmente, conforme se resume no anterior ponto 7 do relatório anual de controlo anexo;

b) Estimo que as exceções referidas não tenham tido outro impacto no total das despesas declaradas a financiamento comunitário durante o ano financeiro de 2013, para além do que se encontra referido nos pontos 4, 5 e 8 do relatório anual de controlo, em anexo, a propósito dos erros identificados do Continente e Regiões Autónomas – FEDER conclui genericamente o seguinte: nas auditorias aos sistemas e de operações.

Anote-se que a despesa confirmada como erro nas auditorias de operações foi entretanto corrigida pela autoridade de certificação nas declarações apresentadas à Comissão, o que reduz significativamente o risco residual.

Em face do exposto, entendo que as deficiências por satisfazer afetam apenas moderadamente os requisitos essenciais do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo da globalidade dos programas operacionais que integram o sistema comum aqui em apreciação, pelo que os mesmos devem ser classificados na Categoria 2, conforme previsto na Nota de Orientações sobre uma metodologia comum para avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-membros (documento COCOF 08/0019/00).

Sem afetar a opinião anterior, considero dever salientar o seguinte:

No período de 24 a 28 de novembro, a Comissão Europeia efetuou uma missão enquadrada na monitorização das autoridades de auditoria abrangidas pela notificação em conformidade com o artigo 73.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, da qual apenas conheço as conclusões preliminares transmitidas em reunião realizada no fim do trabalho junto das autoridades nacionais. Todavia, essas

conclusões preliminares levam-me a admitir a ausência de situações com impacto materialmente relevante no funcionamento dos sistemas de gestão e controlo do presente sistema comum.”

Este relatório no ponto “Acompanhamento das actividades dos anos anteriores” identifica especificamente, ao referir o INALENTEJO, as insuficiências seguintes:

“Quanto aos Programas Operacionais Regionais do Centro, do Alentejo e do Algarve merece particular destaque a recomendação formulada no sentido das autoridades de gestão em causa promoverem o estrito cumprimento do definido nas suas descrições dos sistemas de gestão e controlo, designadamente no tocante à Iniciativa JESSICA.”

Das conclusões do relatório anual da IGF foi, nos termos da alínea e) do art. 65.º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de julho, dado conhecimento aos membros da Comissão de Acompanhamento através de mensagem de correio eletrónico de 10-02-2015.

A taxa de erro apurada para o conjunto de operações cofinanciadas pelo FEDER, cuja despesa foi certificada à CE, é para o sistema comum composto pelos PO Compete e Regionais 1,34%.

2.4. Mudanças no contexto da execução do programa operacional

A evolução da economia em Portugal é muito condicionada pela conjuntura da União Europeia, nomeadamente no quadro da União Económica e Monetária. O ano de 2014 foi marcado pela conclusão e saída do Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF (acordado com a UE e o FMI em maio 2011), sem ter de recorrer a assistência financeira externa adicional, recuperando o acesso ao financiamento nos mercados de dívida internacionais. Após três anos do Programa, a economia portuguesa registou progressos importantes na correção de um conjunto de desequilíbrios macroeconómicos, tendo o país ficado sujeito às novas regras de governação orçamental e macroeconómica da União Europeia, na fase pós – Programa.

Outro marco importante a referenciar em 2014 foi a preparação do ciclo de fundos para 2020 – PORTUGAL 2020 - enquadrado na estratégia europeia, baseada em três prioridades que se reforçam mutuamente: um crescimento inteligente, um crescimento sustentável e um crescimento inclusivo.

No entanto, apesar do país ter conseguido entrar numa nova fase, a economia portuguesa continua a manifestar várias fragilidades, nomeadamente ao nível de elevados índices de desemprego e de endividamento, pelo que para inverter esta situação será urgente que o país assista a um crescimento sustentado do produto.

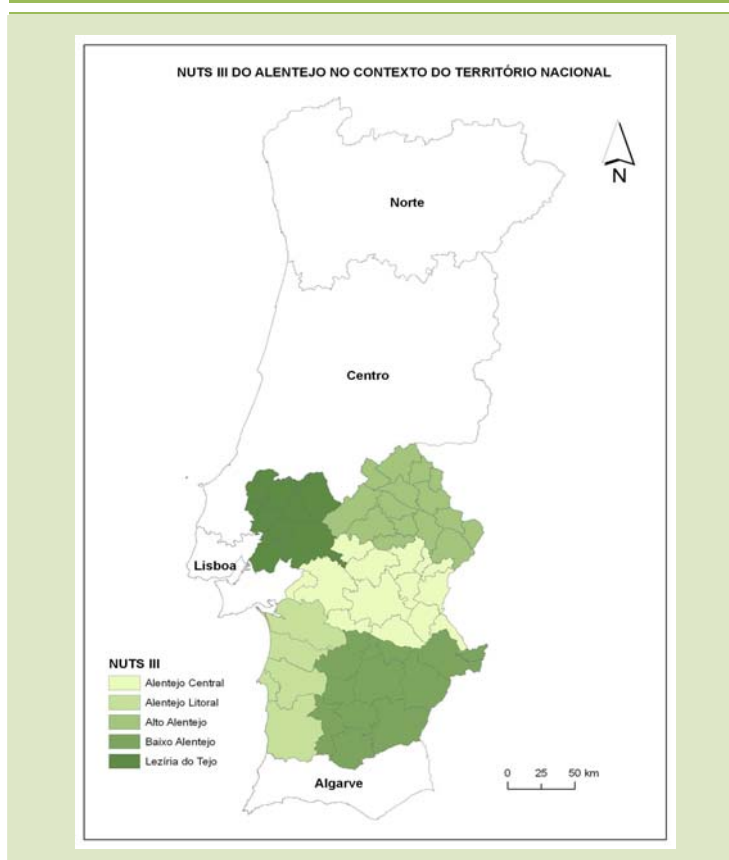
A situação da região Alentejo, não é muito diferente da situação do país, apresentando mesmo alguns indicadores sócio económicos com valores mais desfavoráveis que os valores médios nacionais, salientando-se o elevado índice de envelhecimento da população como um dos indicadores estruturais mais condicionadores da possível evolução favorável de outras variáveis.

É preciso não esquecer que a crise económica e financeira se constituiu como outra grande condicionante, que influenciou a disponibilidade dos promotores e alterou as suas prioridades, com

alguns atrasos na execução dos respetivos projetos. No entanto, o INALENTEJO é um dos instrumentos mais relevantes que contribuiu para a coesão regional e impulsionou a evolução favorável de vários indicadores regionais. Estando este Programa já em fase de conclusão, e tendo o futuro da região como horizonte, há que continuar a valorizar e promover a capacidade de atração do Alentejo como fator preponderante para o seu desenvolvimento, nomeadamente no que concerne à vertente empresarial e à competitividade económica, baseadas na inovação e no conhecimento; a implementação de um conjunto de medidas integradas de empregabilidade regional assentes nos recursos endógenos do território, nos produtos e serviços de base local; a constituição de redes interinstitucionais que visem a cooperação com outras regiões a nível nacional e internacional e que permitam dar visibilidade ao território e viabilizar iniciativas de desenvolvimento mais exigentes do ponto de vista dos recursos e das competências de suporte; a transição para uma economia de baixo teor de carbono.

Alterações no contexto do Território e População

Figura 2.15: NUT III - Alentejo



Para melhor compreensão das mudanças ocorridas na região, no contexto do Programa Operacional Regional, tendo em conta a situação macroeconómica do país, no presente capítulo apresenta-se a evolução e análise do comportamento de alguns indicadores.

O Alentejo é a região portuguesa de menor densidade populacional. Apresenta valores ligeiramente inferiores aos 24 hab/Km², enquanto que a média nacional se situa nos 113 hab/Km². Esta situação decorre da evolução demográfica que tem sido marcada por um constante decréscimo da população, que se distribui por uma área superior a 34% do território nacional.

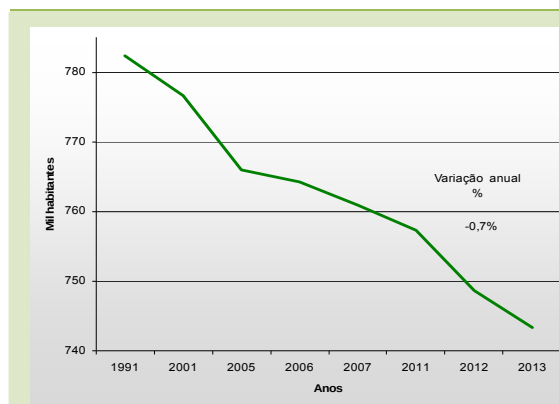
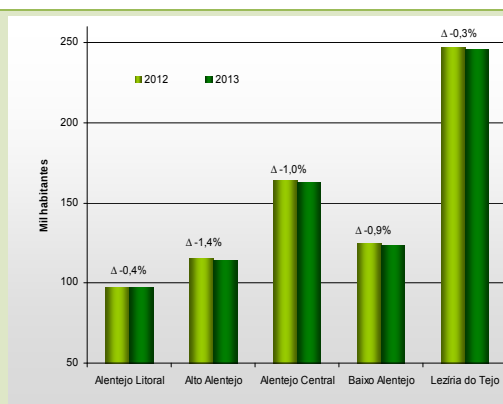
No último ano, a população sofreu uma redução de -0,7%, o que corresponde a uma perda efetiva de 5.393 habitantes, acentuando-se, assim, o quantitativo bastante diminuto da população alentejana que não ultrapassa os 743.306 residentes, efetivo que corresponde a 7,1% da população nacional.

O decréscimo da população é um fenómeno que remonta aos anos cinquenta do século passado e corresponde a uma característica extensível a praticamente todo o território regional. A dinâmica regressiva, que se verificou no último ano, foi bastante acentuada no Alto Alentejo e no Alentejo Central (-1,4 e -1,0% respetivamente), moderada no Baixo Alentejo (-0,9%), embora acima da média regional, e reduzida no Alentejo Litoral (-0,4%) e na Lezíria do Tejo (-0,3%), subregião que beneficia da proximidade à área metropolitana de Lisboa.

No âmbito da distribuição populacional pelo território, a tendência regressiva da população do Alentejo tem sido acompanhada por um processo de concentração demográfica, que se vem manifestando há algumas décadas, ao mesmo tempo que se caracteriza pelo facto de a população se situar, maioritariamente, nos lugares de maior dimensão.

Tabela 2.21: Organização territorial

Unid. Territorial	População 2013 (hab)	Var. 2012/2013	Área (Km ²)	Densidade populacional (hab/Km ²)
Portugal	10.427.301	-0,6	92.090,1	113,2
Alentejo	743.306	-0,7	31.550,9	23,6
Alentejo Litoral	97.030	-0,4	5.303,4	18,3
Alto Alentejo	113.947	-1,4	6.247,9	18,2
Alentejo Central	162.512	-1,0	7.227,9	22,5
Baixo Alentejo	123.598	-0,9	8.544,6	14,5
Lezíria do Tejo	246.219	-0,3	4.272,8	57,6

Gráfico 2.49: Variação da população residente no Alentejo – 1991 a 2013
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011, atualizados a 2013Gráfico 2.50: Variação da população residente no Alentejo – 2012/2013 por NUT III
Fonte: INE – Infoline

Da evolução demográfica recessiva que vem acontecendo no contexto regional, sobressai, como principal condicionador da diminuição da população, a quebra dos níveis da fecundidade, patente na

diminuição considerável dos nascimentos no Alentejo e no acentuado envelhecimento da estrutura demográfica. Estes fatores conjugados contribuem para uma região onde, há mais de uma década, morrem mais pessoas do que aquelas que nascem. No último ano, o saldo natural registou um valor negativo de -0,65%, bastante superior à média nacional que, embora também negativa, se ficou pelos -0,23%.

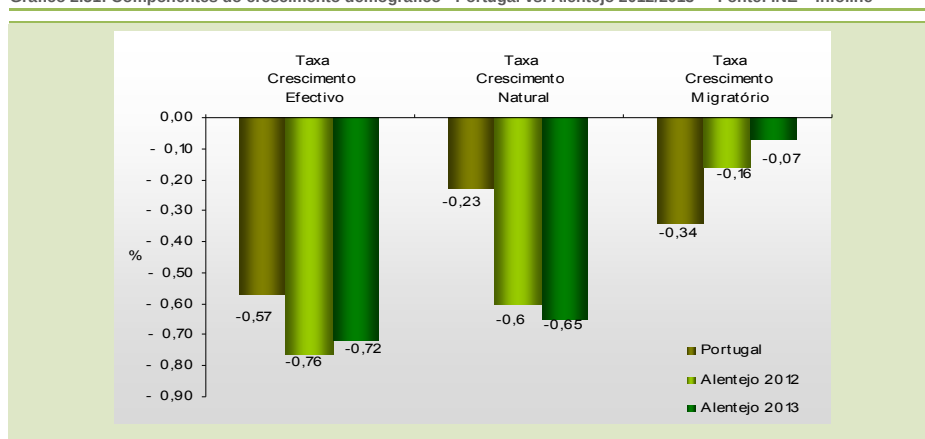
A dinâmica migratória contribuiu também para a regressão demográfica. A capacidade atrativa regional tem-se vindo a reduzir e, no último ano, o Alentejo registou já um saldo negativo entre as entradas e as saídas de população, ainda que ligeiramente baixo (-0,07%), sendo de realçar, de modo positivo, o facto de este saldo ser menor que a média nacional (-0,34%).

Aquele valor esconde alguma diferenciação do fenómeno migratório no contexto intrarregional. Evidenciam-se o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo, com atratividade demográfica líquida positiva (0,19 e 0,21% respetivamente), contrariamente às restantes NUTS III, que se caracterizam por saldos negativos na relação entre as entradas e as saídas de população. De entre estas, é o Alto Alentejo que apresenta o saldo migratório mais negativo (-0,43%) tendo atingido, no último ano, um valor superior à média nacional.

Tabela 2.22: Componentes do crescimento demográfico 2013 Fonte: INE – Infoline

Unid. Territorial	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório
Portugal	-0,57	-0,23	-0,34
Alentejo	-0,72	-0,65	-0,07
Alentejo Litoral	-0,39	-0,59	0,19
Alto Alentejo	-1,37	-0,94	-0,43
Alentejo Central	-0,99	-0,60	-0,39
Baixo Alentejo	-0,88	-0,79	-0,09
Lezíria do Tejo	-0,30	-0,51	0,21

Gráfico 2.51: Componentes do crescimento demográfico - Portugal vs. Alentejo 2012/2013 - Fonte: INE – Infoline



De salientar que, se a baixa natalidade tem reflexos imediatos na diminuição da população jovem, as migrações, ao convocarem para a saída os efetivos mais jovens da população ativa, e os com maior nível de qualificações, são também um *handicap* significativo para a dinamização e melhoria da capacidade produtiva regional.

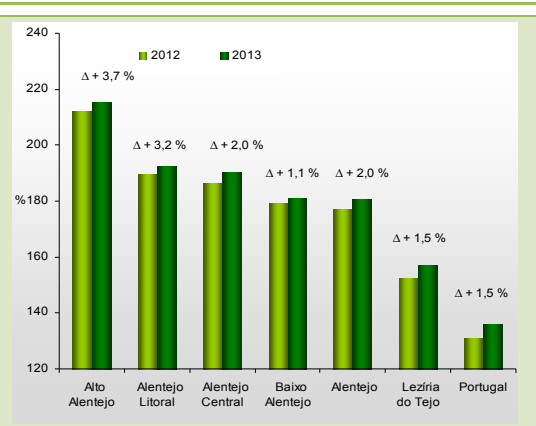
A estrutura demográfica do Alentejo tem sido condicionada pela redução dos níveis da fecundidade, com efeitos na diminuição do número de nascimentos. No último ano, a população jovem, com menos de 15 anos, sofreu um decréscimo muito significativo (-1,9%), o que se reflete no acentuar do envelhecimento na base da estrutura etária. Isto associado ao aumento da esperança de vida, que se manifesta num aumento de população nas idades mais avançadas, de tal forma que o Alentejo se transformou na Região mais envelhecida do País.

Os idosos, com 65 e mais anos, representam já mais de ¼ da população, muitos deles com elevados níveis de dependência. Este grupo populacional registou um aumento de 0,1%, o que, numa estrutura demográfica muito envelhecida, provoca consequências relevantes ao nível da procura de serviços e de equipamentos sociais. O *Índice de envelhecimento* sofreu um agravamento de 2,0%, atingindo a relação de 181 idosos por cada 100 jovens, valor superior em mais de 50% relativamente à média nacional (136).

Gráfico 2.52: Grupos funcionais – Alentejo - 2012 vs 2013
Fonte: INE – Infoline



Gráfico 2.53: Índice de envelhecimento - Portugal, NUT II e III - 2012/2013 - Fonte: INE – Infoline



No contexto subregional o grau de envelhecimento da população apresenta algumas variações, sendo a Lezíria do Tejo a subregião menos envelhecida, pese embora ter registado o maior aumento relativo do *Índice de Envelhecimento* (3,2%), que se situa em valores bastante superiores à média nacional. O Alto Alentejo acentuou a sua condição de NUT III mais envelhecida, havendo mesmo a referir a existência de concelhos onde, por cada jovem com menos de 15 anos, residem mais de 4,6 idosos com 65 e mais anos, como é o caso do concelho de Gavião.

Contexto Social

Tendo em atenção a crise económica e financeira que assolou o país e a região, é perfeitamente expetável que a degradação de algumas condições sociais e de desenvolvimento da população se reflitam agora na evolução de alguns indicadores. Isto pode verificar-se no incremento registado no último ano ao nível da mortalidade infantil (cresceu mais de 25%), dando continuidade à evolução no sentido negativo que já se verificou no ano transato. O Alentejo passou a ser a região do continente com maiores valores de mortalidade infantil (3,4‰), bastante acima da média nacional (2,9‰).

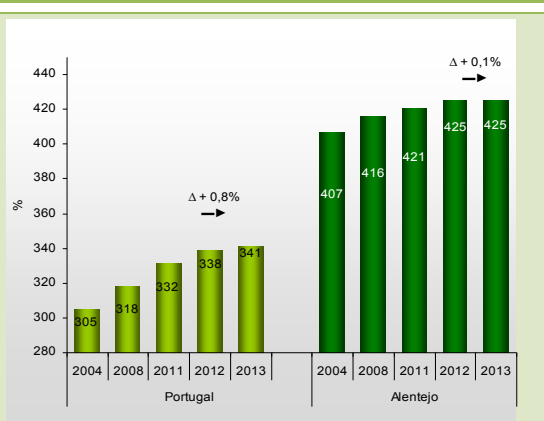
Este indicador é muito influenciado pelas condições socioeconómicas da população que, nos últimos anos, registaram uma deterioração significativa. O rácio de pensionistas por ativos tem vindo a aumentar. No último ano, este indicador aumentou 0,1%, à semelhança do que se passa no contexto nacional, certamente condicionado pelo efeito da crise económica, mas principalmente devido ao crescimento que se tem verificado na população idosa. No Alentejo este rácio atingiu os 425 pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa, enquanto que a média nacional se situa nos 341.

Apesar do aumento continuado que se vem registando nos rendimentos da população alentejana, é possível verificar que, quer o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem é inferior à média nacional (757€ vs 818€), quer o valor médio anual das pensões não chega a 90% do valor que se verifica no país (4.362€ vs 4.928€).

Gráfico 2.54: Taxa de mortalidade infantil – Alentejo 2003 a 2013
Fonte: INE – Infoline



Gráfico 2.55: Pensionistas da segurança social por 1.000 hab em idade ativa Portugal vs. Alentejo 2004 a 2013 - Fonte: INE – Infoline



Mesmo assim, a população residente continua a ter níveis de rendimento inferiores à média nacional, quer os auferidos pela população ativa, quer os que se destinam aos pensionistas. No último ano, o rendimento dos trabalhadores sofreu uma redução de -0,9% com incidência nos diferentes setores de atividade económica, à exceção do setor primário que beneficiou de um crescimento de 6%.

Ainda no contexto social, evidencia-se também a diferenciação negativa do Alentejo face aos valores médios nacionais das condições de saúde, patente quer em termos de recursos de saúde quer no que respeita ao pessoal médico e de enfermagem. No entanto, apesar da região Alentejo estar ainda abaixo dos valores nacionais da dotação em termos de pessoal médico e de enfermagem, é de salientar a continuidade da evolução favorável destes indicadores na região.

No que se refere ao pessoal de enfermagem, a diferença relativamente aos valores nacionais assume um carácter estrutural, mas, no último ano, a afetação de pessoal de enfermagem no Alentejo cresceu relativamente mais que a média nacional (3,7 e 1,6% respetivamente). Na Região, o número de enfermeiros passou de 5,4 para 5,6 por 1.000 habitantes, enquanto que a média nacional de situou nos 6,3 enfermeiros por 1.000 habitantes.

Gráfico 2.56: Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem e setor de atividade económica 2013/ 2014 - Fonte: INE infoline

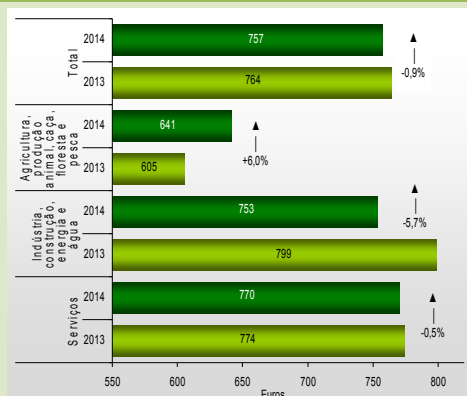
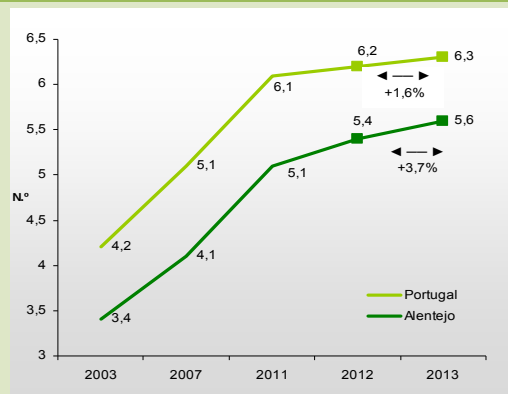


Gráfico 2.57: Enfermeiros por 1.000 habitantes - Alentejo e Portugal 2003 a 2013 - Fonte: INE - Infoline



No caso de pessoal médico a situação é bastante mais grave de tal forma que a dotação destes profissionais de saúde no Alentejo se ficou por cerca de metade da média nacional (2,4 vs 4,3 médicos por 1.000 habitantes, respetivamente). Isto apesar de, no último ano, o Alentejo ter registado um crescimento de 4,3%, bastante superior ao incremento nacional que se ficou pelos 2,4%.

A insuficiência de pessoal médico no Alentejo é também bastante evidente quando se analisa a situação relativamente aos médicos especialistas, sendo igualmente semelhante a discriminação dos valores face à média nacional. Na região o número de médicos especialistas por 1.000 habitantes não atinge metade da média nacional (1,6 vs 3,2, respetivamente). Mesmo assim, o Alentejo, no último ano, viu a dotação deste pessoal médico aumentada em 8,3%.

Gráfico 2.58: Médicos por 1.000 habitantes - Alentejo e Portugal 2003 a 2013 - Fonte: INE - Infoline

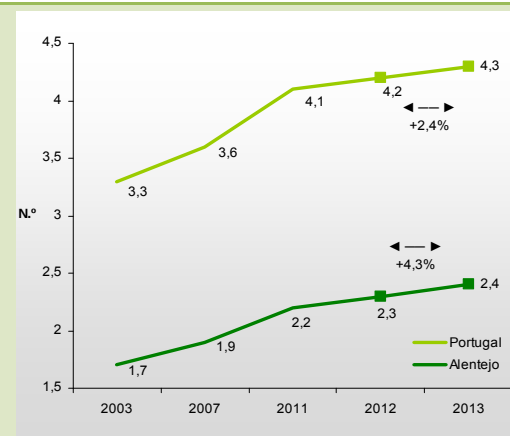
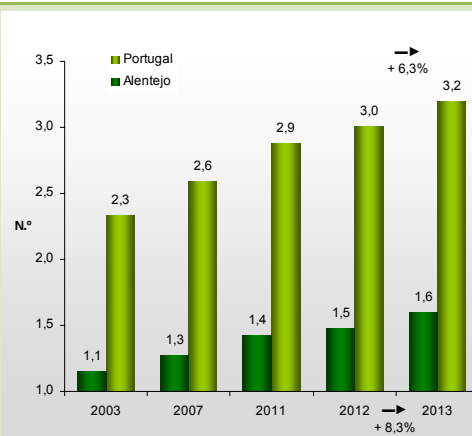


Gráfico 2.59: Médicos especialistas por 1.000 habitantes - Alentejo e Portugal 2003 a 2013 - Fonte: INE - Infoline



Alterações de contexto no âmbito dos níveis de ensino da população

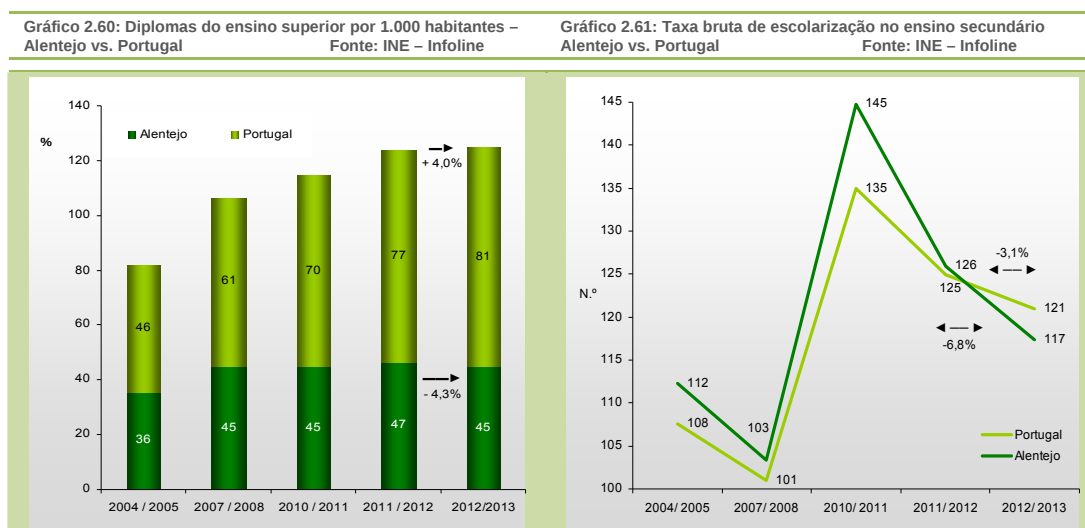
As baixas qualificações da população residente no Alentejo têm sido ao longo dos tempos um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da região, nomeadamente pelos efeitos que provoca no apetrechamento futuro das qualificações profissionais dos recursos humanos regionais. Esta situação

ainda se torna mais preocupante quando se verifica que o Alentejo representa a região do país onde os residentes têm menores níveis de escolaridade.

Os últimos tempos caracterizaram-se por aumentos consideráveis dos níveis de escolaridade, em particular nos grupos etários mais jovens e nos níveis secundário e superior, embora com valores ainda abaixo das médias nacionais. Também no capítulo da qualificação dos recursos humanos, a região vinha a evidenciar melhorias significativas no nível de habilitações escolares da população ativa, com aumentos consideráveis nos níveis de formação superior e com reduções na proporção dos ativos que possuem níveis escolares mais baixos.

Contudo, no último ano assistiu-se a uma inflexão desta trajetória de aumento das habilitações e das qualificações atribuídas pelo ensino profissional, que manifesta na generalidade do país e, com mais intensidade, na Região Alentejo. No que respeita à formação superior, certamente fruto das dificuldades em que se encontram as instituições universitárias e politécnicas regionais, assistiu-se a uma redução da proporção dos detentores de formação superior, que se refletiu numa diminuição de -4,3% do número de diplomados por 1.000 habitantes. Este indicador, na Região e no último ano, caiu de 47 para 45, valor bastante abaixo da média nacional que é de 81 diplomados por 1.000 habitantes.

Os níveis de escolaridade do ensino secundário inverteram também a tendência crescente, iniciando uma trajetória regressiva que já vem de 2010/2011. No último ano, intensificou-se esta tendência decrescente, de tal forma que a taxa bruta de escolarização no ensino secundário sofreu uma redução de -6,8%, variação superior à média nacional, que pouco ultrapassou os -3%.



No ensino básico a tendência de sentido negativo foi semelhante, isto é, a partir de 2011 inverteu-se a evolução positiva que se vinha registando. Esta inflexão aparece refletida na subida da taxa de retenção e desistência, que ao nível do ensino básico, no último ano, registou um aumento de 3,5%, tendo passado de 11,4 para 11,8%, valor superior à média nacional que se situa nos 10,4%.

Referência final para a estabilização daqueles indicadores no ensino secundário, beneficiando certamente do aumento da procura dos cursos de dupla certificação. Na verdade, parece haver uma crescente capacidade do tecido económico regional para absorver a população ativa enquadrada nos níveis de qualificação do ensino secundário profissional. A esta situação não será alheio o facto das escolas profissionais terem vindo a adequar a sua oferta formativa à evolução constante das tendências do mercado de trabalho e do emprego.

Gráfico 2.62: Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular
Fonte: INE – Infoline

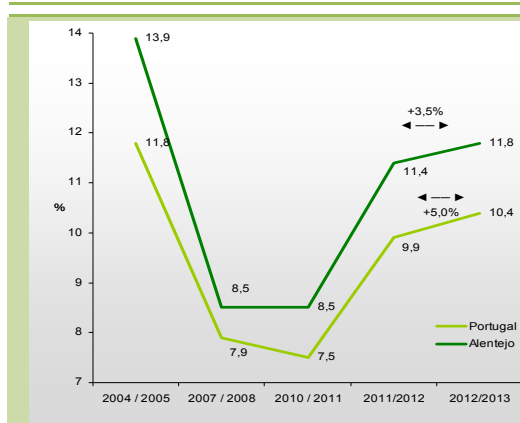
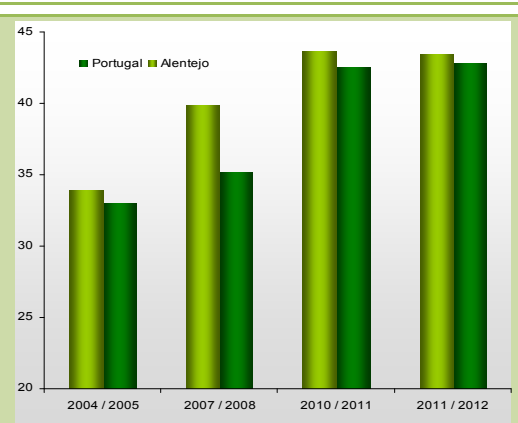


Gráfico 2.63: Taxa de participação em cursos de dupla certificação ensino secundário
Fonte: INE – Infoline



Alterações de contexto no âmbito do emprego/desemprego

A variação do efetivo dos recursos humanos regionais tem acompanhado a evolução recessiva que se têm vindo a verificar na população residente no Alentejo. No último ano, verificou-se uma evolução negativa da força de trabalho regional. Na verdade, a população ativa evidenciou um decréscimo de -0,3%, sendo de referenciar o facto deste valor ser inferior à média nacional (-1,1%). A população ativa regional passou de 359 para 357,9 milhares, de 2013 para 2014.

Contudo, este decréscimo não afetou de igual forma toda a estrutura da população ativa, sendo de realçar o crescimento que se verificou nos ativos mais qualificados, quer nos possuidores de habilitações escolares de nível secundário, que em 2014 cresceram 6,4%, quer, particularmente, nos ativos diplomados de nível superior que evidenciaram uma subida muito considerável, a rondar os 5%.

Neste contexto, o decréscimo verificado na população ativa regional incidiu unicamente sobre a população com qualificações escolares até ao ensino básico. Os analfabetos registaram o maior decréscimo percentual (-12,2%), enquanto que os recursos humanos com habilitações escolares enquadradas no ensino básico sofreram a maior redução em números absolutos, 8.400 pessoas, que correspondem a um decréscimo de -4,2%.

Apesar do decréscimo continuado da população ativa, o ano transato inverteu a tendência continuada de diminuição da população empregada. Em 2014 os ativos a desempenharem uma profissão aumentaram num quantitativo de 8.300 indivíduos o que representam a criação de novos postos de trabalho, em número que corresponde a um crescimento homólogo de 2,8%.

A redução da população ativa e o aumento da população empregada traduziu-se num crescimento da taxa de emprego, em 2014, de 1%, um pouco acima da média nacional que se ficou nos 0,8%. Esta taxa, que ao longo do tempo se tem situado abaixo da média nacional, sofreu no ano transato uma maior aproximação àquele valor, situando-se no final de 2014 nos 47,7%, que compara com 50,6% da média nacional.⁵ No último trimestre do ano voltou a evidenciar variações negativas.

Gráfico 2.64: População ativa e empregada – Alentejo 2011 a 2014
Fonte: INE. Inquérito ao emprego

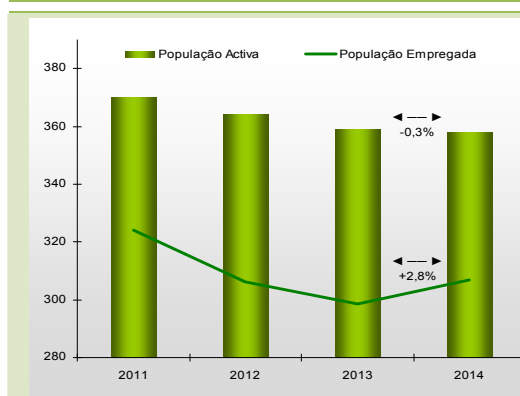
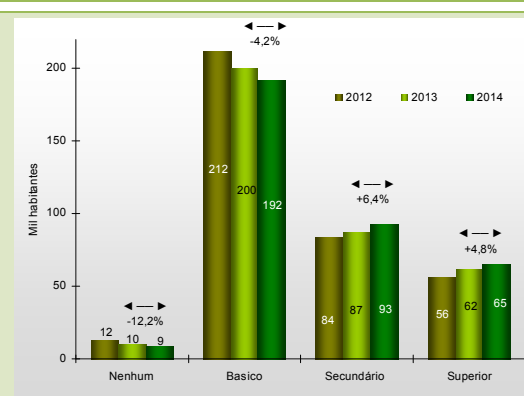


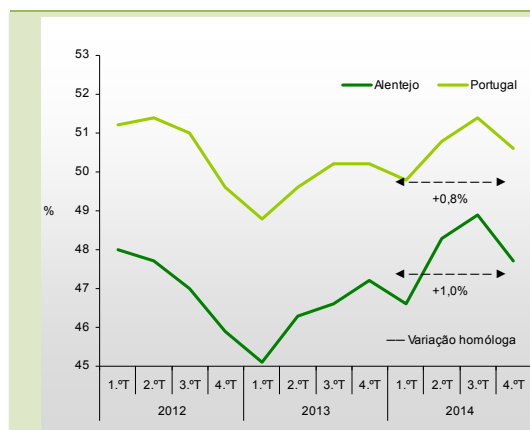
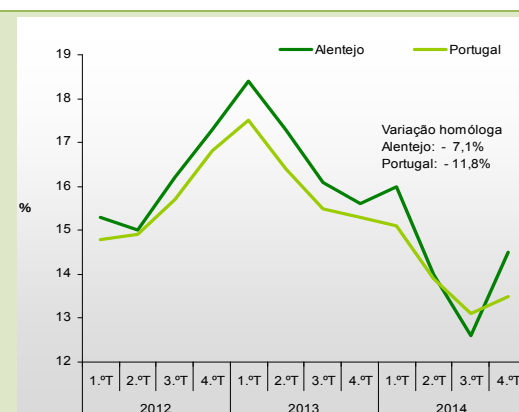
Gráfico 2.65: População ativa por nível de instrução – Alentejo - 2012 a 2014
Fonte: INE. Inquérito ao emprego



O Alentejo, que no passado se caracterizava pela incidência das taxas de desemprego mais elevadas do país, resistiu, numa primeira fase, desde o despoletar da crise económica até ao final de 2011, apresentando valores de desemprego consideravelmente menores que as restantes regiões do país, em particular de Lisboa, Algarve e Madeira, ficando apenas à frente da região Centro. Em 2012, a situação deteriorou-se e a evolução do desemprego no Alentejo assumiu uma maior intensidade passando a atingir valores superiores à média nacional.

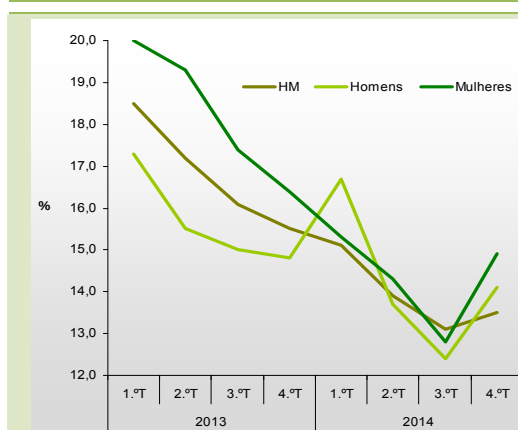
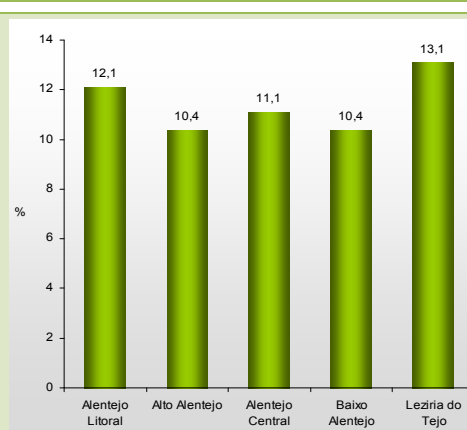
Em 2014 registou-se uma tendência positiva, em particular no primeiro semestre, durante o qual a taxa de desemprego no Alentejo voltou a assumir valores inferiores à média nacional. Pese embora, a tendência crescente que se verificou no final do ano, a variação anual homóloga da taxa de desemprego no Alentejo correspondeu a um decréscimo de -7,1%. Contudo, no final de 2014, a taxa de desemprego regional voltou a aumentar, atingindo os 14,5%, valor superior à média nacional que se ficou nos 13,5%.

⁵ Taxa de emprego reportada à população ativa total

Gráfico 2.66: Taxa de emprego - 2012 a 2014
 Fonte: INE - Inquérito ao emprego

 Gráfico 2.67: Taxa de desemprego - 2012 a 2014
 Fonte: INE - Inquérito ao emprego


O decréscimo do desemprego regional que se verificou no ano de 2014 evidenciou-se, de forma semelhante, tanto na população ativa masculina como na feminina, o que acentua o carácter estrutural daquele fenómeno, perfeitamente indexado à crise económica que assola o país e a região. É por isso que esta evolução não alterou a tendência para a maior incidência do desemprego nas mulheres, patente na taxa de desemprego feminino, que no final de 2014 atingia os 14,9%, enquanto que nos homens aquele valor era de 14,1%.

No que respeita aos desempregados e segundo os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em termos absolutos, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Alentejo sofreu uma diminuição homóloga considerável. Durante o ano de 2014, passou de 43.604 para 37.227 inscritos, o que reflete um decréscimo de 6.377 desempregados, próximo dos -15%.

 Gráfico 2.68: Taxa de desemprego por sexo - 2014
 Fonte: INE - Inquérito ao emprego

 Gráfico 2.69: Indicador Local de Desemprego Registrado - NUT III 2014
 IEFP - Estatísticas concelhias do emprego


Em termos subregionais, as zonas mais afetadas pelo desemprego são aquelas que no passado recente apresentaram maior dinamismo socioeconómico. Na verdade, no último ano, o desemprego manifestou uma maior incidência na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral, com valores superiores à média regional, e afetou menos o Alto e o Baixo Alentejo.

Por outro lado, em 2014, no Alentejo, cerca de 60% dos inscritos nos serviços de emprego regionais possuíam níveis de escolarização que não ultrapassavam o ensino básico. Ao mesmo tempo, de uma forma positiva, a população desempregada com maior formação escolar continuava a ser a menos afetada pelo desemprego. Os desempregados inscritos possuidores de habilitação escolar de nível superior não ultrapassavam os 8%.

No ano de 2014, verificou-se um ligeiro aumento da população desempregada à procura do primeiro emprego, relativamente ao período homólogo anterior, passando de 9 para 11%. Mesmo assim, continua a evidenciar-se a associação entre os elevados níveis de desemprego e a atual crise económica, patente no facto de 89% dos desempregados se encontrarem à procura de novo emprego.

Ao mesmo tempo, assistiu-se a um agravamento do desemprego estrutural, patente no crescimento dos desempregados de longa duração, inscritos nos serviços de emprego há mais de 1 ano, e que representam já 43% do total dos inscritos naqueles serviços.

Gráfico 2.70: Desempregados por nível de ensino – Alentejo 2014
Fonte: IEFP – Estatísticas concelhias do emprego

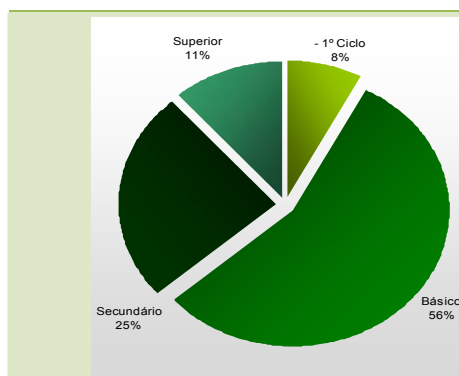
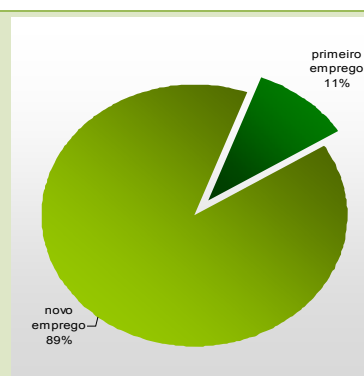
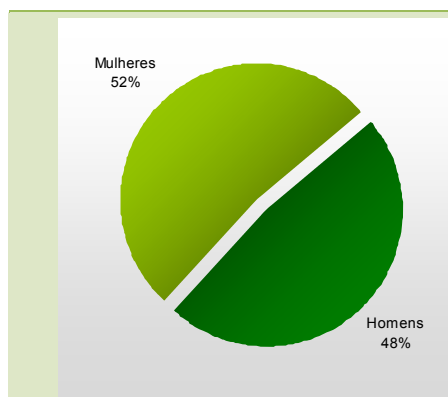
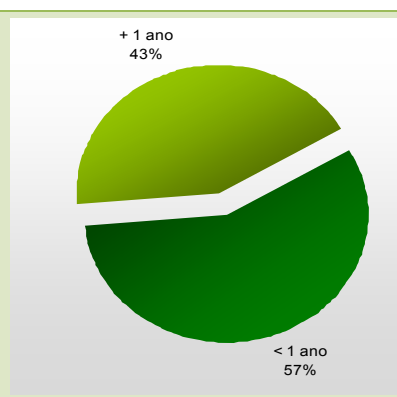


Gráfico 2.71: Desempregados por tipo de desemprego - Alentejo 2014
Fonte: IEFP – Estatísticas concelhias do emprego



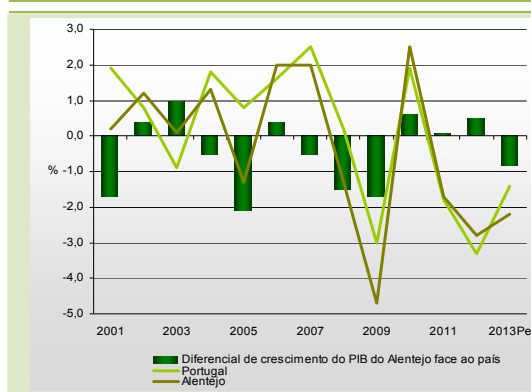
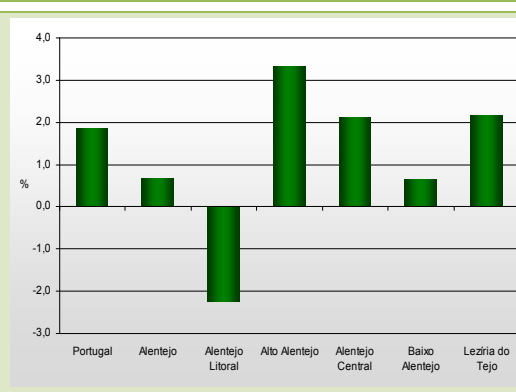
A transversalidade dos seus efeitos na retração do mercado de trabalho, que se verificou no ano transato, encontra-se patente no facto do efetivo de desempregados se repartir de modo semelhante entre homens e mulheres, como já se referiu, com ligeira preponderância para os desempregados do sexo feminino (52%). Isto mostra que a maior participação da mulher no mercado de trabalho, que nos últimos anos contribuiu de forma significativa para o aumento da população ativa, é igualmente acompanhada por um risco superior de desemprego.

Gráfico 2.72: Desempregados por sexo – Alentejo 2014
IEFP – Estatísticas concelhias do EmpregoGráfico 2.73: Desempregados por duração do desemprego - Alentejo 2014
IEFP – Estatísticas concelhias do Emprego

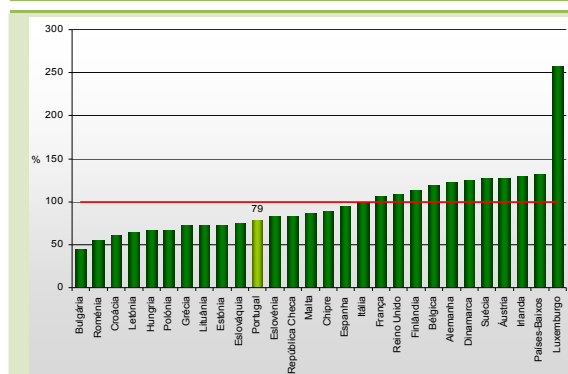
Alterações no contexto da economia e das empresas

A taxa de variação do PIB total no Alentejo, de 2000 a 2012, mostra uma oscilação quase permanente, com valores que em grande parte do período são positivos. Embora a taxa de variação do PIB do Alentejo face ao país seja inferior nalguns anos, é de referir que em 2012 a taxa de crescimento do PIB da região, ainda que negativa, seja superior à registada a nível nacional.

Os dados preliminares do PIB per capita de 2013, relativos ao país, são da ordem de 16,4 mil €, enquanto que o Alentejo, no mesmo ano, apresenta o valor de 15,1 mil €.

Gráfico 2.74: Taxa de variação do PIB – 2001/2011 e 2013 (valores preliminares)
Fonte: INEGráfico 2.75: Taxa de crescimento do PIB per capita – Portugal, Alentejo e NUT III – 2012/2013
Fonte: INE

O valor do PIB per capital regional é inferior, como já foi referido, ao valor atingido a nível nacional, havendo, no entanto, algumas assimetrias subregionais. Assim, é de salientar que o Alentejo Litoral se destaca fortemente das restantes subregiões, ao atingir um valor bastante mais elevado, da ordem de 21,8 mil €, e que, em termos das subregiões nacionais, apenas é ultrapassado pela grande Lisboa.

Gráfico 2.76: Índice de disparidade do PIB per capita - Países da EU - 2013
 Fonte: EUROSTAT

 Gráfico 2.77: Índice de disparidade do PIB per capita (EU28=100) - 2005 e 2013 (Valor previsional)
 Fonte: INE

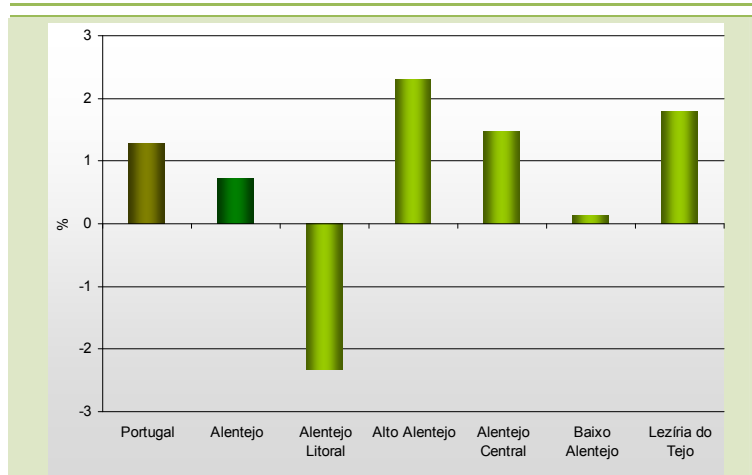

O VAB regional contribui em 6,5% para o VAB total.

 Tabela 2.23: VAB (106 €) – Portugal, Alentejo e NUT III- 2012 e 2013
 Fonte: INE (dados 2013 previsionais)

NUT	2012 (Pe)	2013 (Pe)
Portugal	148.561,2	150.464,7
Alentejo	9.838,2	9.908,1
Alentejo Litoral	1.902,3	1.858,4
Alto Alentejo	1.231,4	1.259,7
Alentejo Central	2.035,1	2.064,9
Baixo Alentejo	1.676,1	1.678,3
Lezíria do Tejo	2.993,2	3.046,8

Os dados comparativos do VAB entre 2012 e 2013, revelam um aumento na maioria das NUT III, mantendo a Lezíria do Tejo os valores mais elevados e apenas um decréscimo no Alentejo Litoral. Comparando as taxas de variação, a região revela uma variação positiva menos acentuada que a do país. No Alentejo, o Alentejo Litoral é o único a apresentar variação negativa e o Alto Alentejo revela a variação positiva mais acentuada.

Gráfico 2.78: VAB - taxa de variação – Portugal, Alentejo e NUT III - 2012/2013 (dados previsionais) Fonte: INE



Da análise das componentes setoriais do VAB regional, verifica-se a manutenção relativa do peso da agricultura, que supera significativamente a sua proporção a nível nacional. São, no entanto, os serviços que apresentam maior peso regional, com 65% do total, aumentando a sua proporção face a anos anteriores. A nível nacional ainda é mais vincada a terciarização da economia, ampliando ainda mais o já elevado peso dos serviços.

Gráfico 2.79: Estrutura Nacional do VAB – 2013 Fonte: INE

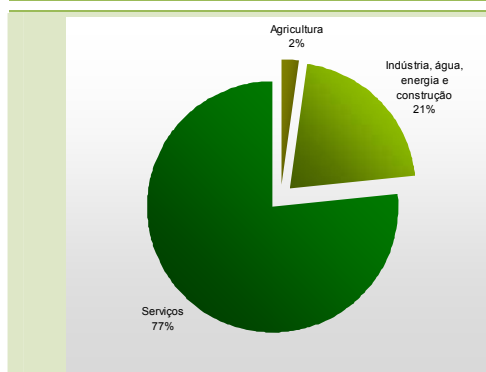
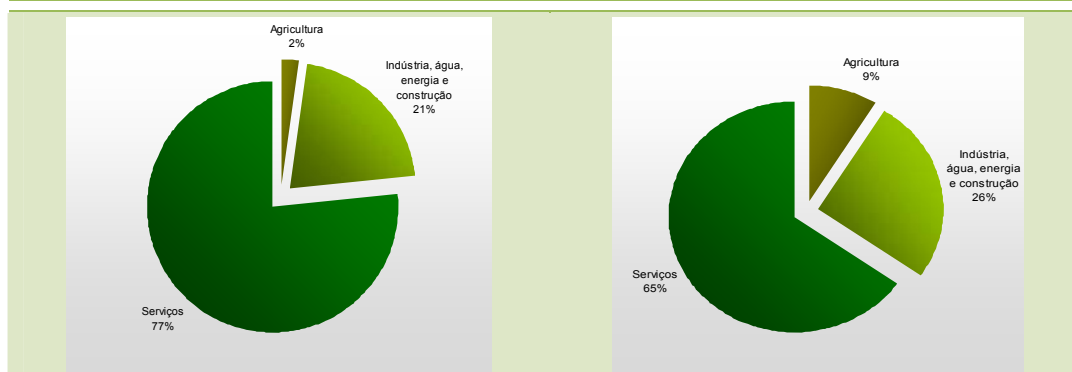


Gráfico 2.80: Estrutura Regional do VAB Alentejo – 2013 Fonte: INE



O rácio de crédito vencido nas famílias no Alentejo, de 5,8%, é superior ao do país (4,9%) e em ambos os casos, com tendência crescente relativamente ao ano anterior. O rácio de crédito vencido relativamente ao consumo e outros é de igual proporção em Portugal e no Alentejo, manifestando crescimento face ao ano anterior. No que respeita à habitação, o rácio de crédito vencido é mais elevado no Alentejo, sendo, no 4º trimestre de 2014, superior ao do país em 0,4 pontos percentuais.

Gráfico 2.81: Rácio de Crédito Vencido das Famílias Fonte: Banco de Portugal

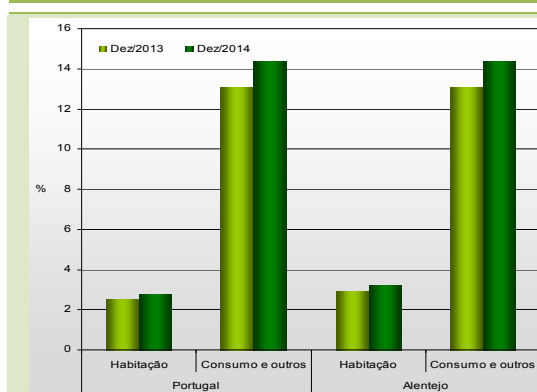
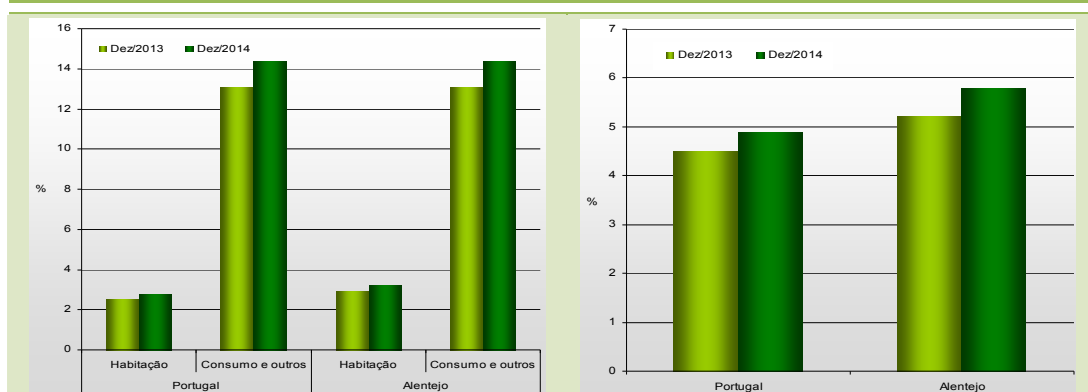


Gráfico 2.82: Rácio de Crédito Vencido das Famílias, Habitação, Consumo e Outro Fonte: Banco de Portugal



A taxa de natalidade das empresas manteve o valor de 12% na região, proporção ligeiramente inferior à observada em Portugal (12,5%). De salientar que o Alentejo Central apresenta a maior dinâmica de nascimento de empresas, com uma taxa que ronda o valor nacional. Também a sobrevivência das empresas a dois anos, no Alentejo e suas subregiões, é genericamente inferior à do país, com exceção do Alentejo Central e ainda com maior significado no Alto Alentejo, em que mais de metade das empresas criadas nos dois últimos anos mantêm-se em atividade.

Ao nível sectorial, a taxa de natalidade das empresas no setor da construção, no Alentejo, ainda que apresente um diferencial de pouca expressão, é superior à nacional.

Gráfico 2.83: Demografia das empresas 2012
Fonte: INE

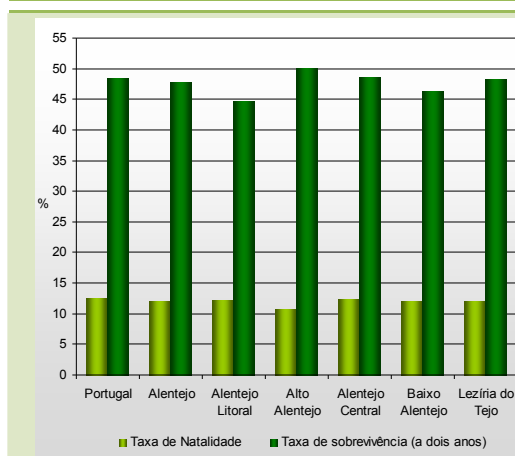
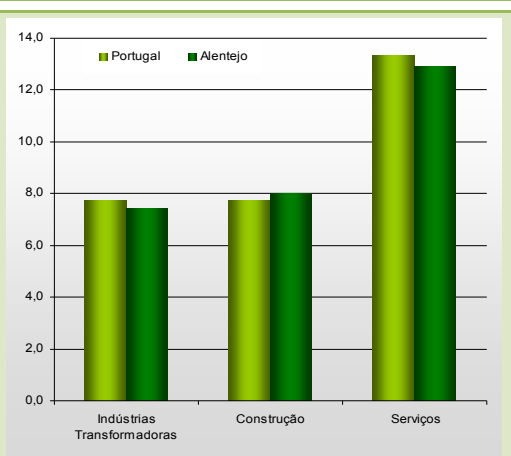


Gráfico 2.84: Demografia das empresas – Taxa de natalidade setorial - 2012
Fonte: INE



Da análise do comércio externo regional verifica-se que as exportações do Alentejo apresentam uma tendência de crescimento continuada no tempo, com um volume sempre superior ao das importações, situação que verifica um reforço no último ano. Embora as importações e as exportações registem simultaneamente um acréscimo positivo, a taxa de crescimento destas face ao ano anterior é claramente superior à registada nas primeiras.

É de referenciar o facto do saldo da balança comercial na região, em 2014, continuar a ser positivo, com um aumento muito significativo no último ano, superior a 80 M€.

Gráfico 2.85: Comércio externo – Alentejo
Fonte: INE

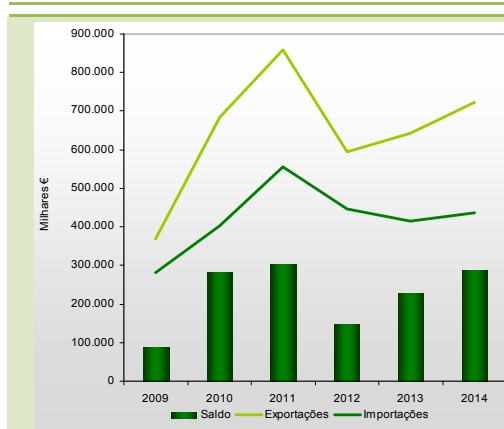
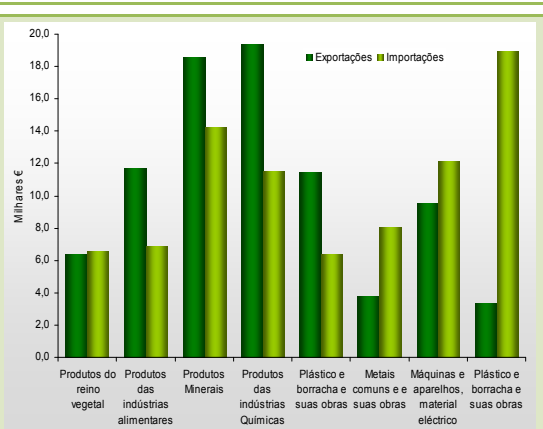


Gráfico 2.86: Exportações e Importações de bens por principais tipos de produtos Alentejo – 2013 (provisório)
Fonte: INE



O destino das saídas de bens das empresas do Alentejo é, essencialmente, a Espanha (27%), país que também é responsável pelo maior volume de vendas para o Alentejo e com quem se estabelece uma balança comercial regional deficitária, apesar de, na sua totalidade, o Alentejo apresentar um saldo positivo da ordem de 286 M€.

Alterações no contexto do turismo

O turismo, considerado um dos setores estratégicos para a economia nacional e um dos mais importantes na dinâmica de criação de emprego, também no Alentejo, tem reforçado a sua importância, traduzida na variação positiva dos principais indicadores, com destaque para o aumento em 16,9% de proveitos em 2014, face ao período homólogo (dez de 2013).

O aumento verificado nos indicadores da atividade turística na região, referentes aos proveitos de aposento e à taxa líquida de ocupação/cama, continua a evidenciar índices de sazonalidade significativos, com o pico nos meses de agosto e setembro e menor incidência no mês de janeiro.

Gráfico 2.87: Proveitos de aposento dos estabelecimentos hoteleiros (€)- Fonte: INE

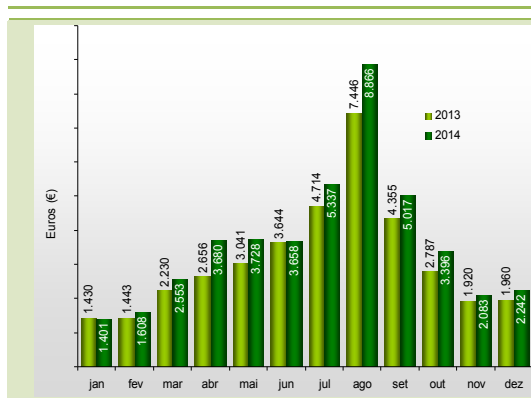
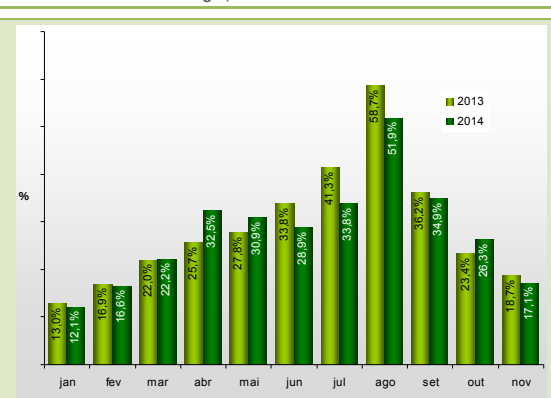


Gráfico 2.88: Taxas de ocupação cama em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos (%) Fonte: Turismo de Portugal, IP



Perante as características únicas e de excelência do Alentejo, o turismo tem assumido um papel importante no estreitamento de relações entre diferentes setores económicos regionais, conjugando os recursos naturais, o ambiente, a cultura e o território, e estruturando vetores diferenciadores e atrativos, de qualidade reconhecida a nível nacional e internacional, de que são exemplos, entre outros, o Cante - classificado como Património Cultural Imaterial da Humanidade, a “Cidade-Quartel Fronteira de Elvas e suas Fortificações” enquanto Património Mundial e Reguengos de Monsaraz selecionada para capital europeia do vinho em 2015.

De acordo com o estudo de “Caracterização da Procura Turística – Alentejo”⁶ os turistas que procuram o Alentejo fazem-no essencialmente através de plataformas digitais, revelando ser consumidores informados, que sabem o que procuram, com preferências e hábitos variados e que na sua maioria valorizam experiências, que reforçam a importância do turismo enquanto um dos setores estratégicos para o desenvolvimento do Alentejo. Esta dinâmica traduz-se no aumento de cerca de 15,8% de dormidas na região em 2014 face ao período homólogo (dez 2013) e demonstra uma crescente consolidação do setor.

⁶ http://www.observatorioturismoalentejo.pt/images/files/caracterizacao%20da%20procura%20turistica%20alentejo_final2012.pdf

A tendência positiva da procura continua centrada no mercado ibérico, principal mercado emissor de turistas para a região (no conjunto, em 2013, representava 76% do total das dormidas da região), seguido dos mercados de França e da Alemanha. A região tem conseguido criar uma variedade de produtos turísticos que conjugam a oferta hoteleira de qualidade com a animação turística, traduzindo-se no aumento do número de hóspedes totais de 14,7% em 2014 face ao período homólogo (dez 2013).

Relativamente aos agentes de animação turística, no Alentejo estão registadas 149 empresas, incluindo 114 de animação turística e 35 operadores marítimos turísticos, num total nacional de 2.136. No Alentejo, estes agentes de animação turística contribuem para a diversificação e estruturação da oferta turística regional e estão localizados maioritariamente no Alentejo Litoral e no Alentejo Central

Gráfico 2.89: Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros NUT III
 Fonte: INE

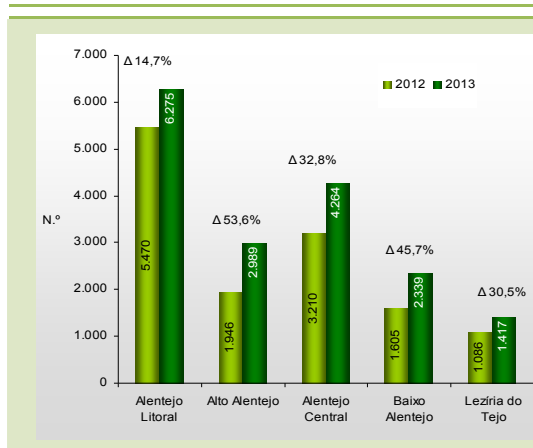
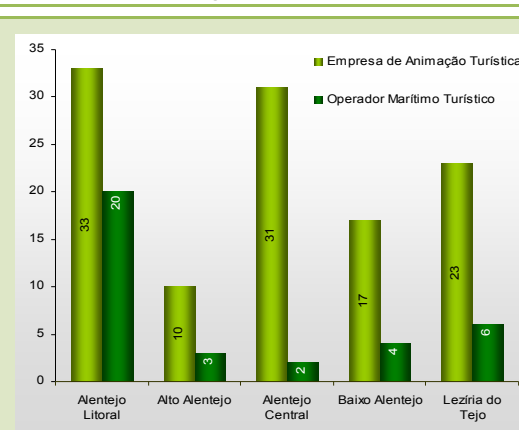


Gráfico 2.90: Agentes de Animação Turística
 Fonte: Turismo de Portugal dez-2014



2.4.1. Mudanças no contexto regulamentar

2.4.1. Mudanças no contexto regulamentar

As alterações no contexto regulamentar foram durante 2014 bastante reduzidas, como era expetável dado que este foi o penúltimo ano de execução do PO ao que acresce o facto de no ano transato ter sido publicado o normativo relativo ao encerramento.

As mudanças ocorridas visaram fundamentalmente o aperfeiçoamento de alguns Regulamentos Específicos, nomeadamente para integrar as alterações resultantes da terceira reprogramação do PO, alteração das condições de financiamento do Empréstimo Quadro contratado entre o BEI e a República Portuguesa e definição da transição de competências os órgãos de governação do INALENTEJO para o ALENTEJO 2020.

Alterações aos Regulamentos específicos:

- Alteração do Regulamento Específico Ações de Valorização e Qualificação Ambiental pela deliberação aprovada por consulta escrita à CMC dos PO Regionais do Continente em 04-07-2014;
- Alteração do Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos, pela deliberação, aprovada por consulta escrita, da CMC dos PO Regionais do Continente em 20-02-2014;
- Alteração do Regulamento Específico da Assistência Técnica, pela deliberação, aprovada por consulta escrita, da CMC dos PO Regionais do Continente em 20-06-2014;
- Alteração do Regulamento Específico Reabilitação Urbana pela deliberação, aprovada por consulta escrita, da CMC dos PO Regionais do Continente em 20-02-2014;
- Portaria n.º 261/2014, de 16 de dezembro - primeira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas, aprovado pela Portaria n.º 68/2013, de 15 de fevereiro;
- Portaria n.º 262/2014 de 16 de dezembro - terceira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação), aprovado pela Portaria n.º 1464/2007, de 15 de novembro;
- Portaria n.º 263/2014 de 16 de dezembro - aprova o Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN;

Condições de financiamento do empréstimo quadro (EQ)

- Despacho n.º 7896/2014 dos Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade; atualização das condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 2.ª tranche do empréstimo-quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI);
- Despacho n.º 8417/2014 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e a da Secretária de Estado do Tesouro, que fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito dos montantes disponíveis da 1.ª e 2.ª tranche do empréstimo quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Alteração aos órgãos de gestão

- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro – aprova o modelo de governação dos PO para o período de programação 2014-2020;
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014 de 16 de dezembro – designa o presidente e os vogais da Comissão Diretiva do Alentejo 2020;
- Despacho n.º 15207/2014 da Presidência do Conselho de Ministros – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - Delegação de competências nos Secretários Técnicos e Coordenadores do INALENTEJO.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

No INALENTEJO não se verificou qualquer alteração substancial ocorrida ao nível das operações que tenha afetado a sua natureza ou as suas condições de execução ou tenha proporcionado uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público em resultado quer, de uma mudança na natureza da propriedade de uma infraestrutura, quer da cessação de uma atividade produtiva.

2.6. Complementaridade

2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

Os princípios de repartição de responsabilidades entre os Fundos Estruturais, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER, e o Fundo Europeu das Pescas – FEP encontram-se definidos no ponto V.12 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 3 de julho, que aprova o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Também o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, prevê no seu artigo 2.º que a coordenação, monitorização e gestão do QREN e dos PO Temáticos são articuladas entre as operações cofinanciadas pelo FEDER, pelo Fundo de Coesão e FSE, e as apoiadas pelo FEADER.

Assim, em 2 outubro de 2008, foi celebrado um Protocolo de Articulação FEDER e FEADER, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN (FEDER) e do PRODER (FEADER). Este protocolo delimita os campos de intervenção do FEDER e FEADER, e estabelece procedimentos de acompanhamento e troca de informação das operações cofinanciadas, bem como a avaliação e vigência do protocolo.

Nos termos do Enquadramento Nacional, a gestão dos Sistemas de Incentivos envolve a articulação entre entidades nacionais e regionais, a qual é repartida, regra geral, da seguinte forma: ao POFC está associado o financiamento de projetos promovidos por médias e grandes empresas, enquanto que aos PO Regionais está associado o financiamento de projetos promovidos por micro e pequenas empresas.

Tendo em conta este fim último da atuação de cada um dos PO, a verdade é que a gestão global dos sistemas de incentivos às empresas tem uma gestão partilhada entre os PO Regionais e o POFC. Com efeito, a porta de entrada de todos os projetos, independentemente de serem promovidos por micro, pequenas, médias ou grandes empresas, é a mesma.

Esta indicação é especialmente útil, na medida em que os PO, através de protocolos específicos, delegaram competências de análise e acompanhamento dos projetos nos Organismos Intermédios, como sejam, AICEP, Turismo de Portugal, IAPMEI e ADI.

Uma vez delegadas competências de análise e acompanhamento, aqueles Organismos passaram a ter acesso ao sistema de informação já referido.

A decisão de aprovação das candidaturas apenas culmina com a aprovação final por cada AG no que diz respeito às candidaturas que estão associadas à sua área de influência e tendo em atenção o estatuto da empresa.

A Comissão de Selecção, sendo um instrumento de gestão dos sistemas de incentivos às empresas, tem também autonomia para elaborar orientações de gestão e orientações técnicas que servem de apoio às funções inerentes a cada um dos intervenientes na rede dos sistemas de incentivos às empresas.

Nota para o facto de, mais uma vez, se assumir a gestão partilhada entre os PO Regionais e o PO Temático POFC apenas para os instrumentos dos sistemas de incentivos às empresas. Em todos os outros instrumentos que fazem parte de cada um dos PO (quer este seja temático ou regional) a gestão pertence apenas à respectiva AG.

Em relação à execução das agendas valorização do território e fatores de competitividade, tem sido estabelecida a articulação com a agenda do potencial humano, bem como a coordenação em alguns níveis de intervenção, procurando garantir uma efetiva consistência das ações e dos apoios possíveis no INALENTEJO e no POPH.

Os regulamentos específicos do SI Inovação, do SI Qualificação e Internacionalização de PME, o sistema de apoio à modernização administrativa - SAMA e os sistemas de apoio a ações coletivas - SIAC, prevêem o cofinanciamento de ações formativas na condição de as mesmas serem integradas e específicas a projetos de investimento FEDER, ou seja a utilização do princípio de projeto integrado.

O apoio à atividade económica através de auxílios estatais, e como já se referiu anteriormente concedida pela aplicação dos três sistemas de incentivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Programa Setorial Nacional – POFC, ou pelos Programas Regionais. Na distribuição dos investimentos pelos programas são tidos em consideração, de uma forma geral, a dimensão empresa promotora e a localização da sede ou do estabelecimento em que se vai realizar a operação.

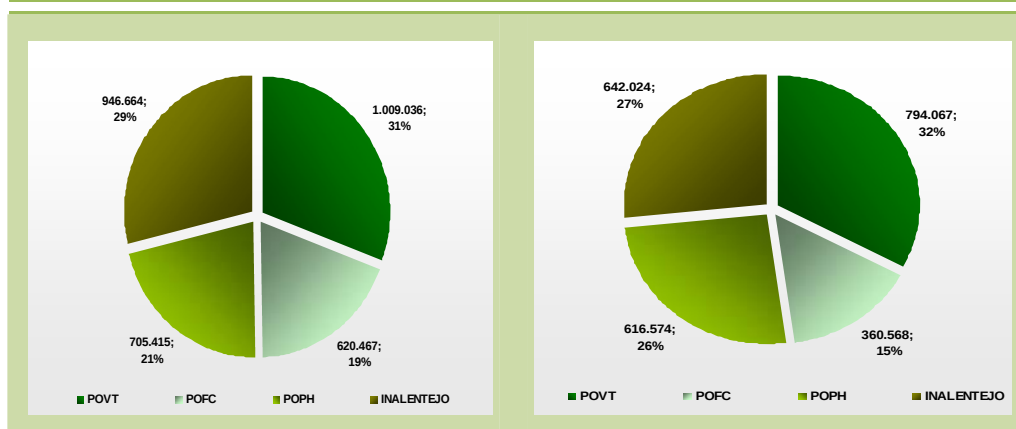
O contributo dos Programas Operacionais na região Alentejo, até 31-12-2014, resume-se no quadro e gráficos seguintes, onde se destaca o INALENTEJO e o POVT com valores aproximados dos 30% do fundo aprovado na NUT II – Alentejo num total de 947 M€ e 1.009 M€, respetivamente.

Tabela 2.24: Contributo da intervenção de outros Programas Operacionais no Alentejo							mil €
PO Temáticos	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Aprovado	% de aprovação no Alentejo	Investimento Elegível Executado	Fundo Executado	Ex/Ap. (%)	% de execução no Alentejo
POVT	1.131.366	1.009.036	30,75%	880.746	794.067	78,70%	32,90%
POFC	1.695.479	620.467	18,91%	983.387	360.568	58,11%	14,94%
POPH	976.917	705.415	21,50%	854.685	616.574	87,41%	25,55%
INALENTEJO	1.423.275	946.664	28,85%	846.299	642.024	67,82%	26,60%
Total	5.227.037	3.281.582	100,00%	3.565.117	2.413.233	73,54%	100,00%

A comparticipação comunitária atribuída ao conjunto de candidaturas aprovadas da NUT II - Alentejo, representa 14% do total nacional.

Gráfico 2.91: Fundo Comunitário aprovado por PO no Alentejo

Gráfico 2.92: Fundo Comunitário executado por PO no Alentejo



Da análise relativa à origem do FEDER executado, constata-se que é o POVT que contribui com a maior parcela, aproximadamente 33%, enquanto o POFC, com cerca de 15% regista o valor mais baixo, contribuindo o INALENTEJO e o POPH cerca de 26% cada.

Por outro lado, o peso da região Alentejo em cada um dos Programas é o seguinte:

- POFC – 15% (620 M€) ; POPH – 10% (705 M€); POVT – 22% (1.009 M€)

2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira – JEREMIE e JESSICA

A Iniciativa JESSICA (*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*) foi concebida pela Comissão Europeia em conjunto com o Banco Europeu de Investimentos e, visa apoiar os Estados-membros a utilizar mecanismos de engenharia financeira para financiar investimentos de reabilitação urbana, com recurso a fundos QREN (FEDER por via dos PO + CN por via da DGTF), alavancados por outros recursos, nomeadamente pelos Fundos de Desenvolvimento Urbano, responsáveis pela implementação da iniciativa.

O funcionamento desta iniciativa baseia-se numa lógica de “revolving funding”, ou seja utilização de apoios reembolsáveis através de empréstimos em detrimento do habitual financiamento a fundo perdido, pelo que todos os projetos deverão ter associada uma abordagem de rentabilidade económica.

Na criação do JESSICA Holding Fund Portugal (JHFP), no montante de 132,5 M€, cuja gestão é assegurada pelo BEI, participaram os Programas Operacionais regionais, o PO Valorização do Território, utilizando meios financeiros com origem no FEDER e o Ministério das Finanças (DGTF) que assegurou a componente nacional do financiamento, nos termos do Funding Agreement assinado em 20-07-2009.

As atividades dos FDU, regem-se pelos acordos operacionais assinados entre o BEI e os FDU:

- BPI assinado em 11-10-2011
 - o 1ª adenda assinada em 17-07-2012

- o 2ª adenda assinada em 09-10-2013
 - o 3ª adenda assinada em 01-01-2014
- CGD assinado em 11-10-2011
 - o 1ª adenda assinada em 16-11-2012
 - o 2ª adenda assinada em 28-01-2013

Com a Decisão da Comissão C (2012) 8998, de 05-12-2012, que altera a Decisão C (2007) n.º 4685, relativa à reprogramação estratégica, a participação FEDER no JESSICA HF, por via do PO ALENTEJO / INALENTEJO, veio a ser reforçada em 6,2 M€, totalizando actualmente 16,2 M€.

No INALENTEJO o JHFP é o único instrumento financeiro utilizado, sendo a iniciativa implementada através do eixo 3 – Coesão local e urbana.

No que se refere à implementação do instrumento, esta assenta na existência dos seguintes órgãos:

- Comité de Investimento: o órgão de definição estratégica do JHFP é o comité de investimento que tem representantes nomeados pelas entidades contribuidoras;
- Gestor do JHFP: o Banco Europeu de Investimento é o gestor técnico do JHFP, operacionalizando todas as decisões estratégicas emanadas do Comité de Investimento e apoiando na relação a jusante, com os FDU e os destinatários finais e a montante, com as autoridades de gestão, autoridades certificadoras e comissão europeia;
- Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU): é o veículo encarregue de receber as verbas do JHFP e aplicar as mesmas em projetos. Os FDU seleccionados para o desembolso dos fundos JESSICA são o Banco BPI, o consórcio CGD/IHRU e Turismo de Portugal, sendo este último sem incidência territorial no Alentejo.

Os FDU são pessoas coletivas constituídas expressamente para o efeito ou "blocos financeiros" autónomos no seio de uma instituição financeira, que têm por objetivo encaminhar financiamentos para a concretização de projetos urbanos. Para além da componente FEDER o FDU aloca um conjunto de recursos financeiros próprios, verificando-se assim um efeito de alavancagem em termos de investimento total da participação FEDER.

Antes de conceder a aprovação, o FDU garantirá que o beneficiário final (ou seja, as empresas, parcerias público-privadas, projetos ou qualquer pessoa coletiva ou individual que recebam investimentos reembolsáveis) está em condições de cumprir os regulamentos nacionais e da União Europeia aplicáveis, especialmente no que respeita às regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia, normas de informação e publicidade e aos procedimentos de contratação/contratação pública.

Os FDU podem investir num conjunto variado de projetos, com destaque para os domínios da reabilitação e regeneração urbanas, eficiência energética e energia renovável em áreas urbanas,

revitalização económica de áreas urbanas direccionada para PME e empresas inovadoras, disseminação de tecnologias de informação e comunicação em áreas urbanas incluindo banda larga e infraestrutura sem fios.

No âmbito das responsabilidades da Autoridade de Gestão, deu-se continuidade ao processo de preenchimento/aprovação de listas de controlo administrativo relativo ao JHFP.

Este controlo administrativo assenta em dois tipos de verificação. Por um lado a verificação e acompanhamento documental da informação prestada pelo JHFP, através dos relatórios de progresso semestrais e anuais, da Relação Final de Custos e das demonstrações financeiras auditadas e, por outro lado através de ações de verificação o local às operações, controlo esse já introduzido no Plano de Ações de Verificação no Local de 2014.

Nesse sentido na reunião n.º 347 da Comissão Directiva realizada a 07-11-2014, foi aprovada a check-list de verificação administrativa da Autoridade de Gestão, tendo essa verificação como período de referência dezembro de 2013.

No que concerne ao Plano de Ações de Verificação no Local de 2014, e dando resposta às recomendações da IGF, caíram na amostra duas operações (Parque Fotovoltaico Concentração em antigo aterro/Glinter e Moov Hotel Évora/Endutex - Hotéis, Sociedade Unipessoal, Lda). A verificação no local será efectuada com recurso a um procedimento de aquisição de serviços externos, cuja data de abertura do mesmo foi 16-12-2014, tendo sido adjudicado à empresa DFK & Associados, SROC, SA, em conformidade com decisão de adjudicação de 26-12-2014. Os trabalhos no terreno iniciaram-se já em 2015.

A Autoridade de Gestão assegurou a sua participação nas reuniões regulares do Comité de Investimentos, na reunião técnica promovida pela Agência com as demais Autoridades de Gestão envolvidas na implementação da iniciativa e no evento anual do JESSICA HF.

A Autoridade de Gestão participou ainda:

- no acompanhamento da implementação da iniciativa através da permanente disponibilidade na troca de informação sobre a aplicação dos normativos em vigor com o gabinete do JHFP;
- na verificação das transferências para o JHFP, através do processo de validação de despesa da respetiva operação (ALENT-09-0698-FEDER-000978);
- no envio e confirmação de informação quando solicitado para os auditores externos ao BEI;
- no envio e confirmação de informação quando solicitado para os auditores externos à Agência;
- na divulgação da iniciativa na página de internet do INALENTEJO;
- na elaboração de contributos para a documentação de base/relatórios/auditorias/regulamentação de suporte à implementação da iniciativa e encaminhamento, em permanência, dos potenciais beneficiários para o gabinete JHFP;
- evento anual JESSICA.

Do ponto de vista financeiro em 2014 não se registou qualquer transferência FEDER para o JHFP, dado que a globalidade da participação do INALENTEJO já havia sido transferida nos anos anteriores.

Tabela 2.25: Execução IEF

IEF	Produto	Compromissos do PO (Montantes)						Transferências do PO (Montantes)					
		HF		IEF		Destinatários finais		HF		IEF		Destinatários finais	
		PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo	PO	Fundo
CGD	Empréstimo	6.200.000	6.200.000	8.860.705	6.200.000	3.345.000	2.340.559	6.200.000	6.200.000	5.005.033	3.503.453	2.422.935	1.716.422
	Capital Próprio /Capital Risco												
	Garantias												
	Outros Produtos Financeiros												
	TOTAL	6.200.000	6.200.000	8.860.705	6.200.000	3.345.000	2.340.559	6.200.000	6.200.000	5.005.033	3.503.453	2.422.935	1.716.422
BPI	Empréstimo	17.705.382	10.000.000	17.705.382	10.000.000	7.620.000	4.303.776	17.705.382	10.000.000	7.900.000	4.461.920	5.240.221	2.959.677
	Capital Próprio /Capital Risco												
	Garantias												
	Outros Produtos Financeiros												
	TOTAL	17.705.382	10.000.000	17.705.382	10.000.000	7.620.000	4.303.776	17.705.382	10.000.000	7.900.000	4.461.920	5.240.221	2.959.677

A informação apresenta-se de uma forma mais detalhada no Anexo VI deste relatório.

Do ponto de vista da implementação regional da iniciativa verifica-se que se encontravam assinados e em execução 9 contratos da responsabilidade de cada um dos FDU, a que corresponde uma participação do JHFP no valor de 9,38 M€. Os contratos assinados repartem-se pelas áreas da cultura, energia, equipamentos sociais, turismo e fundo imobiliário, sendo o sector do turismo que absorve mais de metade dos fundos. Da componente JESSICA contratada foram desembolsados para os destinatários finais 6,96 M€, ou seja cerca de 74% dos montantes contratados já se encontram desembolsados.

Tabela 2.26: JESSICA Projetos contratados e em formalização a 31-12-2014 - Região Alentejo

Fase	FDU	Concelho	Tipo	Promotor	Descrição	Investimento total (€)	Tranche JESSICA (€)	Tranche FDU (€)	TOTAL JESSICA (€)
Projetos Contratados	BPI	Évora	Cultura	Fundação Eugénio Almeida	Recuperação de património arquitectónico e histórico e criação de novo equipamento cultural	7.200.000	1.650.000	1.650.000	3.300.000
	BPI	Évora	Turismo	Endutex - Hotéis, Sociedade Unipessoal, Lda.	Hotel B&B Reabilitação de edifício no centro histórico para instalação de hotel	4.900.000	1.700.000	1.700.000	3.400.000
	BPI	Évora	Cultura	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro	Reabilitação da Capela dos Ossos	3.996.000	900.000	600.000	1.500.000
	BPI	Évora	Turismo	Vila Galé Évora, SA	Construção de hotel junto à muralha da Cidade	15.306.000	2.100.000	2.100.000	4.200.000
	BPI	Vários	Turismo	Grupo Pestana Pousadas, S.A.	Reabilitação de imóveis turísticos	3.385.000	1.270.000	1.270.000	2.540.000
	Sub-totais (BPI)					34.787.000	7.620.000	7.320.000	14.940.000
	CGD	Évora	Energia	Glintt	Parque Fotovoltaico Concentração em antigo aterro	3.790.000	1.197.369	1.077.631	2.275.000
	CGD	Monforte	Eq. Social	Fundação Vaquinhas e Velez do Peso	Lar de terceira idade	1.520.616	157.895	142.105	300.000
	CGD	Portalegre	Eq. Social	Associação Amigos da 3.ª Idade	Lar de terceira idade	1.589.043	289.474	260.526	550.000
	CGD	Campo Maior	Eq. Social	Centro de Dia e Lar N. Sra. Da Graça dos Degolados	Lar de terceira Idade	1.755.302	115.790	104.210	220.000
	Sub-totais (CGD contratados)					8.654.961	1.760.527	1.584.473	3.345.000
	Totais Projetos Contratados					43.441.961	9.380.527	8.904.473	18.285.000
Projetos Formalizados	BPI	Évora	Turismo	Évorahotel, SA	Reabilitação do edificio e restyling do hotel	1.000.000	500.000	500.000	1.000.000
	BPI	Borba	Eq. Social	União Misericórdias	Projecto União das Misericórdias	1.000.000	500.000	500.000	1.000.000
	BPI	Évora	Energia	Grupo Infraventus	Projecto RESUN	5.300.000	2.650.000	2.650.000	5.300.000
	BPI	Évora	Energia	Grupo Infraventus	Projecto HELIOS	5.300.000	2.650.000	2.650.000	5.300.000
	BPI	Évora	Comércio	FEA	Nova Adega Convento Cartuxa	4.500.000	1.250.000	1.250.000	2.500.000
	BPI	Serpa	Eq. Social	SCM Serpa	Projecto de reabilitação de instalações	1.000.000	500.000	500.000	1.000.000
	BPI	Évora	Eq. Social	Universidade Évora	Residência estudantes	2.050.000	1.640.000	410.000	2.050.000
	BPI	Vendas Novas	Comércio	SPV	Supermercado	1.750.000	750.000	750.000	1.500.000
	BPI	Mora	Eq. Social	SCM Mora	Remodelação lar idosos	2.000.000	500.000	500.000	1.000.000
	Sub-totais (BPI)					23.900.000	10.940.000	9.710.000	20.650.000
	CGD	Sines	Turismo	Transcamo II - Soc. Imobiliária Lda	Parque de Campismo	1.700.000	210.526	210.526	421.053
	CGD	Montemor-o-Novo	Eq. Social	Associação das Obras São Vicente de Paulo	Lar de terceira idade	1.000.000	347.369	312.631	660.000
	Sub-totais (CGD)					2.700.000	557.895	523.157	1.081.053
Totais					26.600.000	11.497.895	10.233.157	21.731.053	

No âmbito Comité de Investimento do JESSICA Holding Fund Portugal (que a AG integra), prevê-se a realização de um estudo destinado a avaliar o impacto social, económico, financeiro e territorial do instrumento financeiro JESSICA 2007-2013 em Portugal no seu estado atual de execução.

Com base nos resultados deste exercício de avaliação, será em tempo oportuno possível também deve elaborar e fundamentar considerações sobre o legado e os potenciais impactos do programa JESSICA na região Alentejo.

2.7. Acompanhamento e avaliação

2.7.1. Acompanhamento

2.7.1.1. Autoridade de Gestão

Em 2014, a AG continuou a privilegiar os contactos diretos com os beneficiários, cimentando uma relação de proximidade, com as vantagens recíprocas que daí advêm. Manteve também a aposta no acompanhamento regular das operações por via da “bolsa de observação”, o que tal como descrito mais detalhadamente atrás no ponto 2.3, permitiu por um lado libertar verbas em operações com nítidas dificuldades de execução, abrindo possibilidade para que essas verbas possam vir a ser utilizadas em operações com efetivas condições de execução, e por outro lado contribuiu para ultrapassar alguns constrangimentos, na sequência da articulação desenvolvida entre a AG e os beneficiários, na procura das melhores soluções possíveis para os problemas/dificuldades identificados. Pelo exposto, a AG considera que estes constituem exemplos de boas práticas de gestão, pelo que tem mantido esta filosofia de trabalho em 2015.

A fase de encerramento em que o PO se encontra, motiva da parte da Comissão Diretiva, o desenvolvimento de ações que possibilitem absorver integralmente a dotação financeira que lhe está afeta, foi neste sentido que promoveu durante o primeiro semestre do ano, reuniões com todos os promotores, cujas operações apresentem sinais de incapacidade de execução.

Para além do normal acompanhamento do PO, o ano de 2014 ficou marcado pela aprovação da 3.^a reprogramação do Programa através da Decisão C(2014) 7041, de 2 de outubro, que visou criar condições para a conclusão da rede secundária de rega do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através da abertura no programa de elegibilidades para aqueles financiamentos no eixo 3 - valorização do espaço regional.

Ao nível do acompanhamento específico do PO, manteve-se a prática de divulgação dos resultados da monitorização semanal/quinzenal da execução do PO, junto de todo o ST do INALENTEJO.

Orientações de Gestão e Normas Técnicas

Foram ainda emitidas normas técnicas de gestão/deliberações da CD, internas à gestão do Programa:

- Norma Técnica n.º 1/2014, de 06-03-2014: Metodologia de verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública em SIGPOA;

- Deliberação da CD (Extrato de ata n.º 313 de 26-02-2014): Reprogramações Temporais;
- Deliberação da CD (Extrato de ata n.º 319 de 11-04-2014): Prazo para a aceitação de contraditório em SIGPOA – decisões de aceitação/admissibilidade e de aprovação.

Empréstimo Quadro do Banco Europeu de Investimento – QREN-EQ

Em novembro de 2010, foi celebrado um contrato de Empréstimo-Quadro (*framework loan*), entre o Governo Português e o Banco Europeu de Investimento (BEI) para o financiamento da contrapartida nacional de operações aprovadas a cofinanciamento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FC). Este contrato, no valor de 450 M€, constituiu a 1.ª primeira tranche de um empréstimo, cujo valor global ascendeu aos 1.500 M€.

Em dezembro de 2011, foi celebrado um segundo contrato com o BEI, no valor de 600 M€, o qual constitui a 2.ª tranche (INVESTE QREN) do mesmo Empréstimo-Quadro.

As duas tranches que Portugal contratou, em 2010 e em 2011, com o BEI destinaram-se a impulsionar a execução do QREN, com uma linha de crédito com condições mais favoráveis que o mercado bancário, com o objetivo de financiar a contrapartida nacional de projetos aprovados no âmbito do QREN, cofinanciados pelo FEDER ou FC.

Através do Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril, foram fixadas as condições de acesso e utilização dos financiamentos no âmbito do referido empréstimo quadro.

Em 2013, dado que existiam valores disponíveis da 1.ª tranche (orientada para o financiamento da contrapartida nacional pública, resultantes de desistências ou de revisões em baixa) e valores ainda não alocados da 2.ª tranche, foi necessário estabelecer, através do Despacho n.º 10005/2013, de 22 de julho, as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito dos referidos montantes disponíveis (destinatários, tipologias de investimento e prazos) mantendo-se as regras definidas no Despacho n.º 6572/2011.

Assim, de acordo com o novo despacho, os montantes disponíveis do QREN-EQ, foram orientados para o apoio aos investimentos aprovados para cofinanciamento pelo FEDER e FC, no âmbito do QREN, através do financiamento parcial da contrapartida nacional de operações promovidas por empresas não financeiras públicas participadas maioritariamente pelo setor público (até 27 M€), de operações promovidas por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do setor empresarial local nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro (até 80M€), e de operações promovidas por entidades que integram o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), universidades e instituições universitárias (até 20M€).

O período de candidaturas decorreu de 16 de agosto a 5 de Setembro de 2013, e a 1.ª Decisão da Comissão de Coordenação e Supervisão (CCS), através de procedimento de consulta escrita, lançado em 11 de outubro e concluído em 28-10-2013.

A decisão sobre as candidaturas da região Alentejo, embora condicionada a aprovação ex-post pelo BEI, resume-se no quadro seguinte, a decisão subsequente ocorreu somente em janeiro de 2014:

Tabela 2.27: Decisão da CCS 29-10-2013

PO Alentejo	Total			Pedidos de Financiamento PIDDAC *			Pedidos de Financiamento reembolsável		
	N.º	Montante solicitado	Montante atribuído	N.º	Montante solicitado	Montante atribuído	N.º	Montante solicitado	Montante atribuído
Elegível	11	982.458,11	982.458,11	9	842.739,48	842.739,48	2	139.718,63	139.718,63
Não elegível	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Para decisão posterior	13	2.029.457,25	0,00	0	0,00	0,00	13	2.029.457,25	0,00
Total	24	3.011.915,36	982.458,11	9	842.739,48	842.739,48	15	2.169.175,88	139.718,63

* Os 9 pedidos de financiamento PIDDAC dizem respeito a operações relativas à componente SCTN do Despacho n.º 10005/2013 no âmbito da 2.ª tranche do empréstimo quadro

Em 17-01-2014, o procedimento acima referido teve a sua conclusão com a decisão dos restantes pedidos de financiamentos reembolsáveis (identificados para decisão posterior:

Tabela 2.28: Decisão da CCS 17-01-2014

PO Alentejo	Pedidos de Financiamento Reembolsável		
	N.º	Montante solicitado	Montante atribuído
Elegível	3	479.003,69	328.933,69
Não elegível	10	1.550.453,56	0,00
Total	13	2.029.457,25	328.933,69

A intervenção da AG, no corrente ano, assentou no estabelecido no Despacho n.º 6572/2011, nomeadamente:

- Envio de listagem com as propostas de financiamento da contrapartida nacional de operações inscritas em PIDDAC, da responsabilidade de entidades beneficiárias da administração central, com parecer sobre a verificação das condições de elegibilidade das operações em causa (iniciativa da AG);
- Envio de parecer sobre a verificação das condições de elegibilidade das operações, para as quais, foi apresentado pelo beneficiário um pedido de financiamento reembolsável;
- Após a Decisão da CCS, a AG procede à notificação das entidades, que recaiu sobre os respetivos pedidos de financiamento reembolsável.

Durante o ano de 2014 serão de referir os seguintes aspetos:

- Em 12-02-2014, em Lisboa, decorreu uma reunião técnica sobre o Empréstimo-Quadro BEI, sobre o ponto de situação e metodologias e procedimentos a implementar.
- No que se refere ao investimento destinado às empresas, assinala-se a republicação do despacho n.º 12748/2012 relativo à 2.ª tranche, por via do Despacho n.º 7896/2014, de 5 de junho, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, através do qual se procedeu à atualização das condições de acesso ao INVESTE QREN, com o objetivo de potenciar o seu efeito positivo e, assim, conceder um maior estímulo ao relançamento do investimento produtivo e da atividade económica.

- Em 30-06-2014 foi publicado o Despacho n.º 8417/2014, de 5 de junho, dos Srs. Secretários de Estado do Tesouro e do Desenvolvimento Regional, que veio fixar as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito dos montantes disponíveis da 1.ª e 2.ª tranches do empréstimo-quadro. Este diploma procurou operacionalizar o mecanismo de financiamento complementar das operações aprovadas no âmbito do QREN, por via do financiamento da contrapartida nacional das respetivas entidades beneficiárias. A inovação centra-se no facto (previsto no n.º 11) do acesso ao financiamento decorrer de forma contínua, até que existam disponibilidades financeiras. Essa situação levou a que o processo de análise dos pedidos de financiamento decorra com uma periodicidade mensal, com base nos pedidos submetidos pelas entidades beneficiárias durante o mês anterior, e que através do sistema são disponibilizadas à AG para análise. Em termos de procedimentos deve ter-se em conta o n.º 12 do referido despacho, bem como, os prazos previstos no anexo 5. De referir, ainda, que a submissão de pedidos PIDDAC são da responsabilidade das AG e não são solicitados pelos respetivos beneficiários (como no caso dos pedidos reembolsáveis).

Numa 1.ª fase, no PO Alentejo não se verificou a submissão de pedidos reembolsáveis, somente de pedidos de financiamento para a componente PIDDAC, submetidos pela AG até 18-08-2014. A AD&C elaborou uma proposta (conjunta de todos os PO) apresentada à CCS para decisão em 28 de agosto, tendo sido aprovada (de forma condicionada e proposta a decisão do BEI) através de procedimento de consulta escrita aos membros da CCS, em 12-09-2014, e reportado em 10-10-2014, conforme o quadro seguinte:

Tabela 2.29: Decisão da CCS 12-09-2014

PO Alentejo	Total			Pedidos de Financiamento PIDDAC			Pedidos de Financiamento reembolsável		
	N.º	Montante solicitado	Montante atribuído	N.º	Montante solicitado	Montante atribuído	N.º	Montante solicitado	Montante atribuído
Total	15	1.061.299,63	1.061.299,63	15	1.061.299,63	1.061.299,63	0	0,00	0,00

Em dezembro de 2014, foi registado no sistema QREN-EQ, um pedido de financiamento reembolsável, no âmbito do PO Alentejo, por parte do beneficiário “Fundação Robinson, cujo processo prosseguiu já durante o ano de 2015.

Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

No último trimestre de 2014 foi revista e atualizada para a versão 5.0 da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, do INALENTEJO, que teve em consideração seguintes aspetos:

- Criação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão;
- Adaptação à orgânica das CIM na sequência da publicação da Lei n.º 75/2013;
- Alterações aos Contratos de Delegação de competências com subvenção global com as CIM;
- Integração no SIGPOA de diversas check-list utilizadas no processo de análise, decisão e acompanhamento das candidaturas e operações;

- Atualização da regulamentação relacionada com o Programa;
- Possibilidade dos documentos de despesa e quitação serem submetidos via SIGPOA;
- Alterações sugeridas pelos organismos intermédios.

A versão atualizada foi submetida à apreciação da Inspeção-Geral de Finanças, não tendo as alterações introduzidas suscitado dúvidas ou questões àquela entidade.

Sistema de Informação e Gestão do PO Alentejo

O sistema de informação e gestão do INALENTEJO, cujo desenvolvimento tem sido assegurado pela Universidade de Évora com o apoio de técnicos da CCDR Alentejo e da AG, visa suportar o INALENTEJO no âmbito do QREN e tem como principal objetivo suportar as diversas operações e fases de um projeto, tal como definidas no “modelo conceptual do SIGPOA”, de 07-03-2008, bem como todos os fluxos de informação e atores identificados, assegurando:

- a desmaterialização de documentos e tramitação processual;
- um sistema de acesso e de segurança fiável e robusto, garantindo um registo histórico de operações e de alterações de dados;
- o acompanhamento e monitorização das diversas fases dos projetos pelos vários intervenientes envolvidos no processo;
- disponibilizar mecanismos de produção de relatórios e indicadores de gestão bem como mecanismos de pesquisa robustos e eficazes;
- a integração com outros sistemas, preferencialmente sob a forma de web services;
- assegurar a realização de ações de formação quer para utilizadores quer para administração do SIGPOA, bem como a documentação necessária.

O sistema utiliza tecnologia *open-source*, devidamente testada e referenciada pelo mercado com elevados padrões de qualidade e respeitando as normas e *standards* e tendo sido igualmente tidas em consideração todas as recomendações legais atualmente em vigor no que concerne a usabilidade e acessibilidade.

Arquitetura do sistema

O sistema assenta numa base de dados relacional em *PostgreSQL*, solução *open-source* que não pressupõe quaisquer custos de licenciamento, para além de oferecer garantias de segurança, fiabilidade e escalabilidade.

No desenvolvimento do SIGPOA, recorreu-se a tecnologia *open-source* baseada em *PHP*, e metodologia *MVC (Model View Controller)*, através da *framework Cake*, tecnologia com provas dadas a nível mundial e de eleição entre programadores da área. O sistema é disponibilizado através de interfaces *web*, garantindo-se a compatibilidade com os *browsers* mais comuns.

Através da metodologia MVC (*Model View Controller*) a *farmework Cake* relaciona-se com a base de dados relacional *PostgreSQL*.

O sistema disponibiliza ainda um módulo de ajuda *on-line* contextual, bem como de mecanismos colaborativos de ajuda *off-line* para submissão de dúvidas e *report* de anomalias e mecanismos de alerta e notificação.

Infraestrutura e segurança do sistema

Arquitetura física

A infraestrutura de suporte tem como pressuposto a separação física entre a componente aplicacional e a componente de base de dados, através da utilização de servidores distintos. Desta forma, em caso de perda de performance as aplicações estão preparadas para escalar de uma forma fácil, bastando para isso reforçar a capacidade de qualquer dos servidores aos existentes. O mesmo princípio se aplica, quer para as bases de dados, quer para os conteúdos/documentos a armazenar, pois em qualquer dos casos o redimensionamento do espaço em disco não comprometerá o funcionamento da componente aplicacional.

Quanto a conectividade, e no que concerne apenas ao SIGPOA, uma vez que o acesso ao sistema se faz exclusivamente via *web* e através de ligações seguras, apenas o servidor aplicacional está acessível, não só de dentro da rede da CCDR Alentejo, mas igualmente a partir de qualquer computador ligado à internet. Já a ligação entre os diversos servidores instalados (bases de dados, documental, aplicacional) é assegurada através da rede interna da CCDR Alentejo.

Segurança

A arquitetura prevê uma total redundância dos dados ao nível físico, através do recurso a sistemas *RAID* (*Redundant Array of Independent Drives*). Do mesmo modo foram implementados mecanismos de *backup* e *restore* e efetuados testes de *disaster recovery* que garantem a menor indisponibilidade do sistema correspondente ao tempo de reposição.

A comunicação entre os clientes (*browser*) e os servidores aplicacionais é garantida através de canais de comunicação seguros através do protocolo *HTTPS* (*HyperText Transfer Protocol Secure*), com encriptação de 256 *bits* com hierarquia de confiança válida. Deste modo, garante-se que os dados são transmitidos através de uma conexão criptografada e que se verifica a confidencialidade e integridade dos dados entre o servidor e o cliente através de certificados digitais.

Relativamente aos *backups* do sistema, estão atualmente a ser mantidas réplicas *on-line* da base de dados e do código do SIGPOA, sendo realizados *backups* diários, semanais e mensais. Os *backups* diários do código, ficheiros e base de dados são enviados para o servidor de backups mantido pela CCDR Alentejo. O sistema de cópias de segurança implementado insere-se no esquema de seguranças para *TAPE* existente na CCDR Alentejo, acrescido de dois níveis complementares:

- suporte em *TAPE* associado a um sistema *ROBOT MSL 2024*;

- suporte físico de discos *FATA* existente na solução *EVA*;
- suporte por alojamento remoto (na infraestrutura do Évora Distrito Digital)

O código é gerido por um sistema de controlo de versões alojado num servidor da Universidade, sendo possível em qualquer momento restaurar a última versão do código ou qualquer versão anterior. Os documentos carregados no *ALFRESCO* são salvaguardados pelos *backups* deste sistema. O acesso é assegurado através de um login e *password* encriptadas e de ligações seguras em *https*.

Foi efetuada uma simulação de *Disaster Recovery* do SIGPOA, tendo como objetivo principal medir o tempo de restauro total deste, em caso de desastre.

Para a execução da referida simulação, foi seguido o guia de restauro do SIGPOA e foram contabilizados os tempos de cada passo referido no mesmo.

Neste *Disaster Recovery* tentou-se reproduzir o sistema atual ao invés de, simplesmente disponibilizar o sistema. Nesse sentido, foram criadas duas máquinas virtuais, uma com sistema operativo *Linux Debian Lenny* com servidor *web Apache* e a segunda com o mesmo sistema operativo suportando o sistema de gestão de base de dados *PostgresSql 8.4*.

Em suma, pode concluir-se que a CCDR Alentejo está apta a repor todo o SIGPOA em caso de catástrofe ou avaria das máquinas de produção em tempo útil e com garantia de que a qualidade do serviço (QOS) e integridade da informação não serão afetados.

Módulos desenvolvidos

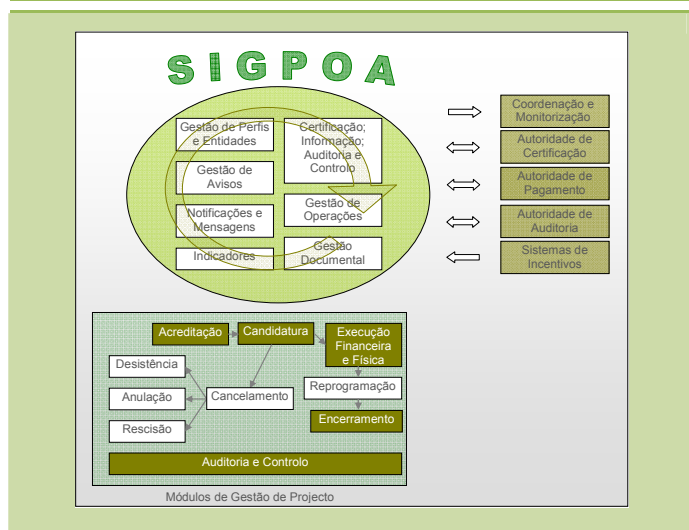
Os módulos em produção permitem garantir que a AG do INALENTEJO cumpre a totalidade dos requisitos do Anexo III do Regulamento (CE) n.º 1826/2006, de 8 de dezembro.

A gestão de devedores observa o modelo conceptual e as disposições normativas aplicáveis, e os procedimentos de contingência identificados pelo AD&C na norma IFDR n.º 2/2008 – sistema contabilístico de dívidas FEDER e FC, de 16 de outubro.

A figura seguinte ilustra os módulos disponíveis, em duas perspetivas:

- módulos de gestão do projeto (correspondendo ao ciclo de vida de um projeto desde a fase de candidatura)
- módulos de gestão do programa

Figura 2.16: Arquitetura geral do SIGPOA, módulos e integração com outros sistemas



Foram sendo introduzidas ao longo dos anos algumas alterações tendo em vista a melhoria ou a disponibilização de novas funcionalidades do SIGPOA, nomeadamente:

- reformulação do processo de análise e validação de despesa;
- reformulação das propostas de pagamento;
- módulo das reprogramações AG (reprogramações temporais, de alteração de taxa de cofinanciamento e de taxa de défice de financiamento);
- inclusão das check-list e respetiva análise dos procedimentos de contratação pública;
- reformulação dos relatórios de verificação física e o relatório final da operação;
- inclusão da check-list das questões ambientais;
- propostas de recuperação de adiantamento;
- propostas de recuperação de dívida e propostas de rescisão.

Articulação com outros SI

SIGAC/IFDR: assegurada através de uma VPN *lan-to-lan* entre a rede privada em que se encontra o SIGPOA e a rede privada do AD&C, tendo sido completamente automatizado o processo de comunicação entre os dois sistemas através de *webservices* de acordo com a especificação do AD&C assegurando as seguintes funcionalidades:

- certificação de despesa
- monitorização mensal
- registo de dívidas

SIEP/IFDR (pagamentos): O SIGPOA assegura a produção automática de um ficheiro em formato txt com a informação relativa aos pagamentos a exportar.

Sistemas de incentivos/POFC (consulta de operações): assegurada através de uma VPN *lan-to-land* entre as redes em que se encontram os dois sistemas. Pela invocação dos *web services* disponibilizados pelo POFC é já possível aceder a toda a informação disponibilizada para importação para o SIGPOA (tabelas auxiliares) em formato *xml*, quer para posterior tratamento quer para inclusão em relatórios ou para consulta direta no SIGPOA de dados agregados (p.e. anexos de certificação e monitorização).

No módulo de gestão de dívidas e de auditoria e controlo, permite também a integração com os registos de dívidas dos sistemas de incentivos.

Organismos Intermédios no âmbito das Subvenções Globais

Através de adendas aos contratos de subvenção global assinadas em setembro de 2014, entre a AG do INALENTEJO e cada um das CIM, foi fixado o valor final das dotações financeiras dos contratos de delegação de competências com subvenção global. O montante FEDER contratualizado passou a ser 183.590.483€ o que corresponde a 21,5% da dotação do programa. No final do mês de dezembro de 2014 o montante comprometido era de 183.274.926€, valor muito próximo da dotação financeira FEDER contratualizada (99,8%), aproximadamente 1M€ inferior ao registado na mesma data do ano anterior. Esta diferença resulta fundamentalmente da libertação dos saldos de execução gerados pelas operações concluídas e encerradas que neste período registou um aumento bastante significativo.

Tabela 2.30: Valores contratualizados no âmbito da Subvenção Global						€
CIM	FEDER Contratualizado	Aprovação		Execução		Pagamentos FEDER
		Investimento Elegível	FEDER	Investimento Elegível	FEDER	
Lezíria do Tejo	52.658.367	61.775.528	52.509.199	52.769.090	44.853.727	45.412.588
Alentejo Litoral	19.547.616	22.939.532	19.498.602	20.834.642	17.709.446	18.204.286
Alto Alentejo	46.444.048	55.068.179	46.534.191	48.949.332	41.360.080	42.382.099
Alentejo Central	36.289.470	42.540.900	36.159.765	37.446.947	31.829.905	33.012.923
Baixo Alentejo	28.650.982	33.615.493	28.573.169	30.728.869	26.119.539	25.423.977
Subvenção Global	183.590.483	215.939.632	183.274.926	190.728.881	161.872.697	164.435.873

O peso dos montantes contratualizados por eixo com as CIM, assumem expressões diferentes na dotação global de cada um dos eixos, registando um valor máximo de 33% no eixo 3 e um mínimo de 10% no eixo 2, representando a dotação do eixo 1 aproximadamente 13%. Esta relação mantém-se na distribuição do compromisso de cada uma das CIM por eixo, representando o montante assumido com as operações integradas no eixo 3, valores bastante elevados, que com exceção da CIMBAL (49%) são sempre superiores a 65%, sendo na CIMAL de 95%.

Gráfico 2.93: Dotação contratualização no eixo 1

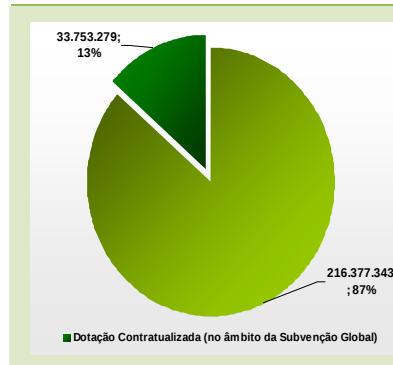


Gráfico 2.94: Dotação contratualização no eixo 2

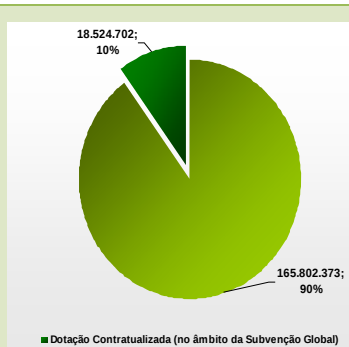
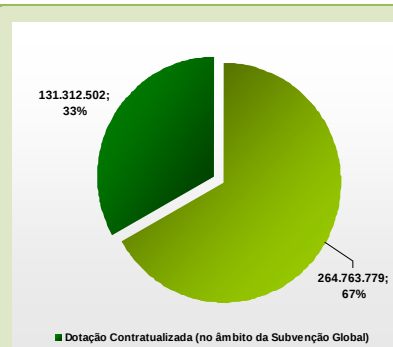


Gráfico 2.95: Dotação contratualização no eixo 3



A distribuição do compromisso da subvenção global por CIM, apresenta valores que variam entre 28,6% da CIMLT e 10,7% na CIMAL, enquanto a CIMAA comprometeu 25,3% do valor total, a CIMBAL e CIMAC comprometeram 15,6% e 19,8% respetivamente.

Gráfico 2.96: Distribuição FEDER por CIM (€)

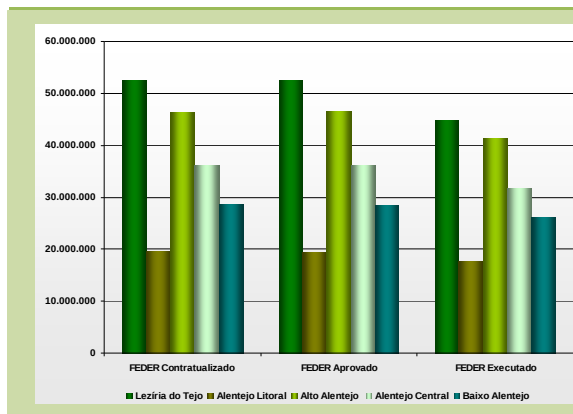


Gráfico 2.97: N.º de candidaturas aprovadas

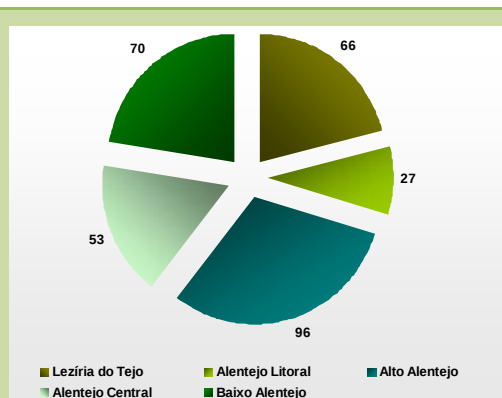


Tabela 2.31: Análise qualitativa e quantitativa dos valores de aprovação no âmbito da Subvenção Global

		€				
		Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Total
INALENTEJO	N.º	1.182	300	629	57	2.168
	Inv. Elegível	456.937.773	236.162.458	535.470.418	26.506.094	1.255.076.743
	FEDER	295.194.323	189.681.114	438.384.883	23.403.630	946.663.949
Lezíria do Tejo	N.º	21	4	41		66
	Inv. Elegível	9.781.143	5.196.611	46.797.773		61.775.528
	FEDER	8.313.972	4.417.120	39.778.107		52.509.199
	%	2,82%	2,33%	9,07%		5,55%
Alentejo Litoral	N.º	2	2	23		27
	Inv. Elegível	776.715	122.631	22.040.186		22.939.532
	FEDER	660.208	104.237	18.734.158		19.498.602
	%	0,22%	0,05%	4,27%		2,06%
Alto Alentejo	N.º	14	13	69		96
	Inv. Elegível	7.033.960	6.779.580	41.254.639		55.068.179
	FEDER	5.803.663	5.762.643	34.967.885		46.534.191
	%	1,97%	3,04%	7,98%		4,92%
Alentejo Central	N.º	5	13	35		53
	Inv. Elegível	9.471.482	5.216.219	27.853.199		42.540.900
	FEDER	8.050.760	4.433.786	23.675.219		36.159.765
	%	2,73%	2,34%	5,40%		3,82%
Baixo Alentejo	N.º	29	12	29		70
	Inv. Elegível	12.709.782	4.425.753	16.479.957		33.615.493
	FEDER	10.803.315	3.761.890	14.007.964		28.573.169
	%	3,66%	1,98%	3,20%		3,02%

O FEDER validado registou durante o ano de 2014 um acréscimo de aproximadamente 11 M€, o que determinou que a taxa de realização (FEDER validado/FEDER aprovado) tenha registado um

acréscimo de aproximadamente 7 pontos percentuais e passado em 31-12-2014 para 88%, valor que também corresponde à taxa de execução (FEDER validado/dotação FEDER).

Os valores das taxas de execução das CIM, que registaram acréscimos, relativamente ao ano anterior, que se situaram entre 6 e os 7 pontos percentuais, com exceção da CIMAC em que o valor se manteve, registam valores sempre superiores a 80%, como se pode constatar pelos valores que a seguir se indicam:

- CIM Baixo Alentejo: taxa de realização – 91%;
- CIM Alentejo Central: taxa de realização – 88 %;
- CIM Alentejo Litoral: taxa de realização – 91%;
- CIM Alto Alentejo: taxa de realização – 89%;
- CIM Lezíria do Tejo: taxa de realização – 85%.

Durante o ano de 2014 foram pagos aos promotores das operações integradas na contratualização 8,6 M€, pelo que o total acumulado no final do ano era de 164 M€, o que corresponde a 89,5% do FEDER comprometido. Durante o ano de 2014, continuou a registar-se uma aproximação entre as taxas de realização e de pagamento, sendo a diferença entre elas de 1,5%, o que considera com muito aceitável.

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento tem desenvolvido as suas actividades de acordo com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril.

Assim, durante o ano de 2014, realizou-se uma reunião da Comissão de Acompanhamento, nos termos do disposto no artigo 5.º do respectivo Regulamento Interno de Funcionamento.

Para além disso, verificaram-se comunicações / prestação de informação, como a seguir se indica, por ordem cronológica:

- Informação sobre o Relatório Anual de Controlo (IGF), e-mail de 13-01-2014;
- 11.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento – realizada em 17-07-2014, em Évora, no Évora Hotel, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 1. Informações
 2. Relatório de Execução de 2013
 - 2.1. Apresentação
 - 2.2. Análise e decisão
 3. Ponto de situação do INALENTEJO a 15-06-2014

4. Proposta de reprogramação entre Eixos do Programa Operacional

5. Alentejo 2020

6. Diversos

- Consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento, em 17-06-2014, dos documentos relativos à Reprogramação do PO Regional do Alentejo, sendo colocado para apreciação/decisão a alteração ao Programa e a nota justificativa;
- Informação (e-mail de 02-06-2014) sobre a aprovação da Consulta Escrita em 27-06-2014;
- Informação sobre a aceitação, pela Comissão Europeia, do Relatório de Execução do INALENTEJO de 2014, aprovado pela CA na 11.ª reunião (e-mail de 06-08-2014);
- Informação (e-mail de 06-10-2014) sobre a aprovação da Reprogramação do INALENTEJO (2014), pela Decisão da Comissão Europeia n.º C(2014) 7041 de 02-10-2014
- Informação sobre a aprovação da ata da 11.ª reunião (e-mail de 16-10-2014);

Formação

Durante o ano de 2014, o secretariado técnico do INALENTEJO teve oportunidade de participar, entre outras, nas seguintes ações de formação:

- Orçamento do Estado para 2014 e Reforma do IRC. Encerramento de Contas de 2013: 21 de janeiro;
- Segurança e Higiene no Trabalho: 4 de junho;

No conjunto, entre seminários, workshops e ações de formação foram frequentadas 14 iniciativas pelo secretariado técnico do INALENTEJO

2.7.1.2. Outras Parcerias

Tendo em consideração o enquadramento na regulamentação nacional e comunitária e o previsto no INALENTEJO, foram constituídas um conjunto de parcerias de carácter regional para desenvolverem programas e planos de ação visando a prossecução dos objetivos nomeadamente nas áreas da política de cidades, nas EEC – PROVERE, na transferência de tecnologias e no turismo.

Turismo

No âmbito do regulamento específico, promoção e capacitação institucional foi dinamizada uma parceria através da aprovação de um programa de ação, envolvendo 6 entidades:

- Turismo do Alentejo, ERT;
- Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo;

- ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.;
- Turismo Terras do Grande Lago Alqueva;
- Turismo do Alentejo Litoral;
- Turismo de Lisboa e Vale do Tejo.

No âmbito da parceria constituída com vista ao aumento da visibilidade turística do Alentejo, durante o ano de 2014 foi dada execução às operações integrantes do Programa de Ação, aprovadas em 2012,

Recorda-se que o programa de ação em causa tem como principais objetivos: dotar os parceiros de know-how e conteúdos para a promoção turística do Alentejo; modernizar os instrumentos de marketing; incentivar à articulação de políticas e estratégias regionais de desenvolvimento turístico; reforçar a notoriedade do Alentejo.

Tabela 2.32: Programa de ação – Turismo		(€)
Designação da operação	Beneficiário Responsável	Investimento elegível aprovado
Estudos prévios de preparação à elaboração do PA	Turismo do Alentejo, E.R.T.	31.440,00
Reforço da promoção do Alentejo nos mercados internacionais	Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo – Turismo do Alentejo	456.145,00
Conceção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alentejo	Turismo do Alentejo, E.R.T.	1.024.727,30
Conceção e desenvolvimento de um filme turístico-promocional sobre o Alentejo	Turismo do Alentejo, E.R.T.	92.237,70
Conceção e desenvolvimento de uma linha de conteúdos de apoio à dinamização do investimento empresarial	ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	200.000,00
Conceção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alqueva	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva	146.332,00
Promoção turística do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva	52.065,00
Total		2.290.694,00

De acordo com os termos da aprovação (e consequente reprogramação para aumento da taxa de comparticipação, nos termos a alteração do Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional) o montante de FEDER afeto à realização das operações identificadas no programa de ação aprovado é de mais de 1,9 M€.

Até ao final do ano 2014 o programa de ação em causa apresentava já uma taxa de execução de praticamente de 100%.

Sistema Regional de Transferência de Tecnologia

No âmbito dos regulamentos específicos: sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia e sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas foi promovida uma parceria através da aprovação, em 2011, de um programa estratégico, envolvendo 21 entidades e um conjunto integrado de projetos, denominado “sistema regional de transferência de tecnologia”, que se revê no conceito geral de “valor em rede”, numa aposta que assenta no desenvolvimento e qualificação das competências existentes na região, reforçadas e impulsionadas pelas suas redes nacionais e internacionais e vocacionadas para o mercado, tendo como principal valência o desenvolvimento de

produtos e serviços inovadores e de qualidade que diferenciem e promovam a região, através da sua dinâmica empresarial e reforço do empreendedorismo.

O programa estratégico resultante desta parceria tem como principais objetivos:

- afirmação do Alentejo enquanto região inovadora e com fortes competências na área tecnológica e científica;
- criação de um ambiente propício à inovação e à transferência de conhecimento vocacionado para o mercado;
- constituição de alianças estratégicas com outros centros do conhecimento a nível nacional e internacional que permitam o desenvolvimento e a partilha de conhecimento do sistema regional de transferência de tecnologia e fortaleçam a relação academia/sociedade;
- aumento da competitividade empresarial por via da integração tecnológica e da inovação e criação de valor acrescentado e aumento da competitividade regional;
- sustentabilidade de estruturas de apoio e suporte;
- revitalização urbana – afirmar os centros urbanos enquanto pólos de desenvolvimento sustentável através do recurso à inovação e assente nas áreas da ciência e tecnologia.

Em setembro de 2012 foram aprovadas 27 candidaturas integrantes do Programa de Ação, num montante de investimento total de cerca de 21 M€ e uma comparticipação FEDER de mais de 15 M€.

O ano 2014 foi marcado pela forte execução das operações integrantes do Programa de Ação, dando origem a uma execução global no final do ano de cerca de 65%.

No que respeita à parceria relativa ao SRTT – Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, a Autoridade de Gestão, para além da intervenção inicial de aprovação da mesma, enquanto Programa Estratégico, passível de ser objecto de financiamento no Programa Operacional Regional, em função da consonância dos seus objetivos com os objetivos específicos do próprio PO, ressalva-se a participação regular da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e da Autoridade de Gestão nas reuniões do Conselho Estratégico do SRTT. Neste fórum, a Autoridade de Gestão tem oportunidade de acompanhar os trabalhos da parceria para além dos que são evidenciados em sede de cada uma das operações, bem como de manifestar o seu entendimento quanto ao percurso percorrido pela parceria e ao futuro da mesma, atendendo à necessidade de manter os objetivos aprovados e mesmo a sua alavancagem futura.

Estratégia de Eficiência Coletiva – PROVERE

No âmbito das parcerias constituídas como PROVERE, cabe essencialmente à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional o acompanhamento das actividades desenvolvidas. Ainda assim, a Autoridade de Gestão, articula este acompanhamento da parceria por via da execução da operação da equipa de gestão de cada um dos PROVERE.

Visando a formulação de visões estratégicas para o desenvolvimento em territórios de baixa densidade, e a elaboração de planos integrados de desenvolvimento, incluindo os planos de ação que os corporizam, o estabelecimento das parcerias necessárias para a sua concretização e estimular o surgimento de programas de valorização económica de recursos endógenos enquanto estratégia de valorização económica de base territorial, foi desenvolvido um longo processo, que teve início em maio de 2008 e culminou em junho de 2009, com os despachos de reconhecimento das parcerias que a seguir se indicam:

- **“Reinventar e Descobrir – Da Natureza à Cultura”** - *Promotor Líder: Associação de Municípios do Litoral Alentejo*

Visa afirmar o Alentejo Litoral e Costa Vicentina como um destino de turismo e lazer em que se interligam e complementam as características naturais e de biodiversidade e iniciativas de animação e valorização para fruição do território como um todo.

- **“O montado de sobro e cortiça”** - *Promotor Líder: Município de Coruche*

Visa a procura de novas aplicações práticas, nomeadamente para a utilização da cortiça, valorizando-a enquanto produto natural, com valor biológico e com um balanço positivo na economia de carbono. No que respeita à valorização do montado, com esta EEC pretende-se a busca de novas soluções ao nível silvícola tendo em vista a preservação das espécies, possibilidade de novas utilizações da cortiça e desenvolvimento de maior flexibilidade na produção de soluções por forma a encontrar/criar novos mercados.

- **“Zona dos Mármoreos”** - *Promotor Líder: Município de Borba*

O programa de ação apresentado assume o mármore como recurso económico multidimensional. Enquanto recurso endógeno o mármore revela enorme plasticidade, não limitando a sua relevância à dimensão produtiva. Neste contexto, é assumido como recurso criativo, paisagístico, histórico e milenar e também como recursos turístico. É feita uma forte aposta no turismo industrial e criativo.

- **“InMotion: Alentejo Turismo e Sustentabilidade”**- *Promotor Líder: Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo*

Com base na noção de turismo sustentável, pretende-se afirmar o Alto Alentejo e concelhos adjacentes do Alentejo Central como um destino de turismo e lazer recorrendo a um conjunto de intervenções que combina a qualificação dos recursos com a promoção/fixação de iniciativas de animação para fruição do território como um todo.

A parceria em causa, inicialmente liderada pelo ICNB – Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, transitou em 2013 para a liderança da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, conforme decidido pelos membros do consórcio constituído.

▪ **“A Cultura Avieira a Património Mundial” - Promotor Líder: Instituto Politécnico de Santarém**

Com base no conceito da Cultura Avieira e na preparação de candidatura a património nacional (numa perspetiva de mais tarde vir a ser qualificado como património europeu), pretende-se afirmar a Cultura Avieira como tal e nesta sequência desenvolver atividades turísticas e de lazer recorrendo a um conjunto de intervenções que combinam a qualificação de um conjunto de recursos imateriais (saberes) com a qualificação física de recursos, com a promoção/fixação de iniciativas de animação e produtos turísticos visando a fruição do território como um todo.

▪ **Programa Demonstrativo: “Valorização dos recursos silvestres do mediterrâneo – uma estratégia para as áreas de baixa densidade do sul de Portugal” - Promotor Líder: Município de Almodôvar.**

A área de intervenção desta EEC abrange áreas dominadas por sistemas florestais ou dos denominados espaços florestais não arborizados (matagais) na região do Baixo Alentejo e Algarve. Estas áreas florestais e/ou de matos, apresentam geralmente uma fraca vocação agrícola e encontram-se tradicionalmente associadas à exploração agrícola ou pecuária, subsistindo essencialmente através de medidas de incentivo financeiro.

Esta estratégia de intervenção baseia-se na valorização dos recursos silvestres, ou dos recursos florestais não lenhosos (RFNL), como uma via para o desenvolvimento integrado das áreas de baixa densidade do sul de Portugal e conservação dos recursos naturais dos ecossistemas presentes nessas áreas, através da aposta em inovadoras tecnologias de produção/ transformação e/ou conservação e da constituição de uma escala económica estruturante, a partir de um trabalho de concentração da oferta e da procura de novos mercados (nacionais e internacionais).

Esta EEC assenta assim no facto de existir, ao nível do mercado, uma elevada apetência para o consumo de produtos gourmet e de qualidade, provenientes de formas de fabrico tradicional ou artesanal, que podem ser produzidos nestas regiões. Atualmente estes recursos têm, no Sul de Portugal, uma utilização marginal, em que as mais-valias económicas da sua exploração raramente ficam na região de proveniência. Por outro lado, a sua rentabilidade é geralmente inferior ao seu potencial, devido à falta de conhecimentos no que diz respeito às tecnologias de transformação e conservação destes recursos, ou às lacunas na comercialização e marketing. É fundamental incentivar formas de utilização destes recursos, que permitam a valorização económica dos recursos endógenos, através da aposta nas mais recentes tecnologias, que conciliem a inovação com o saber-fazer tradicional, desenvolvendo produtos de alto valor acrescentado. Neste sentido, esta EEC contempla como projecto âncora a constituição de um centro de excelência para a valorização dos recursos silvestres, a constituir-se como uma estrutura empresarial que servirá de âncora a todo um conjunto de investimentos (produção e transformação dos RFNL, turismo temático, investigação sectorial, formação especializada), que pretendem ser dinamizados em todo o território desta EEC.

O plano de ação em causa continuou a demonstrar em 2014 uma muito boa implementação no território, através de uma real parceria entre atores privados e atores públicos, reconhecida já como

diferenciadora e determinante para o crescimento de uma estrutura empresarial nova e projetada para mercados de futuro.

2.7.1.3. Verificações no Local

Enquadramento

De acordo com o artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, a AG é responsável pela gestão e execução do programa operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, e relevando em especial a alínea b):

“Verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços cofinanciados, e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efetuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais; verificações no local de determinadas operações podem ser efetuadas por amostragem, de acordo com regras de execução a aprovar pela Comissão nos termos do n.º 3 do artigo 103.º”;

O artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, refere que as verificações a realizar pela AG incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações.

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, define o modelo de governação do QREN e dos respetivos programas operacionais, regulando no seu artigo 49.º a responsabilidade das AG dos PO no âmbito da implementação de um sistema de controlo interno, que previna e detete as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objetivos que presidem à auditoria do QREN.

Para concretizar as funções que lhe estão cometidas, as AG dos PO devem implementar um sistema de controlo interno que previna e detete as situações de irregularidade e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas.

Estes procedimentos não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco, a efetuar pela autoridade de auditoria (IGF) e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR – Atual AD&C).

A informação transmitida pelas AG às autoridades de certificação constitui um elemento essencial para a certificação das despesas declaradas à Comissão Europeia, podendo as insuficiências nos procedimentos de controlo interno inviabilizar aquela certificação.

No âmbito do INALENTEJO, de acordo com a respetiva descrição do sistema de gestão e controlo, as verificações no local são realizadas por uma equipa pluridisciplinar segregada, ao nível da Unidade de Coordenação e Controlo, área de controlo.

As verificações no local das operações incidem em três aspetos fundamentais: documentais, financeiros e técnicos/físicos, e assentam no preenchimento de uma série de instrumentos de controlo, nomeadamente, um questionário check-list próprias.

Cada verificação no local dá origem a um relatório que evidencia as verificações efetuadas, os seus resultados/conclusões, e as medidas a adotar para correção das anomalias eventualmente detetadas, o qual é objeto de decisão, e posterior notificação ao beneficiário e às estruturas de gestão e acompanhamento da operação para efeitos de cumprimento de eventuais recomendações.

Os objetivos centram-se na verificação da conformidade dos procedimentos de gestão desenvolvidos por todas as unidades intervenientes no ciclo de vida das operações, e das condições de regularidade e elegibilidade das despesas.

Plano de Ação de 2014 (Sem Sistema de Incentivos)

No âmbito do Plano de Atividades para 2014, foi apresentada uma proposta de Plano Anual de Verificações no Local, a realizar pela UCC área de controlo, enquanto estrutura de controlo interno segregada, contribuindo para o cumprimento das competências da Autoridade de Gestão do INALENTEJO.

Esta proposta de Plano Anual de Verificações no Local, sem sistemas de incentivos que iriam ser objeto de plano próprio, complementa as vertentes de coordenação das ações de verificação no local de projetos incluídos nos sistemas de incentivos, de follow-up das Recomendações resultantes das anteriores ações de verificação no local concluídas, bem como das eventuais auditorias com Relatório Final realizadas pelas outras entidades com competência nesta matéria (Autoridade de Auditoria, Autoridade de Certificação, Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR, outras).

Assim, pretendeu-se a realização de um novo conjunto de ações de verificação no local, de acordo com uma amostra de operações, representativa e abrangente, a incidir sobre os procedimentos adotados pela Autoridade de Gestão e desenvolvidos pelas várias estruturas de gestão, incluindo as EAT das CIM, no âmbito do processo de delegação de competências com subvenção global celebrado entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e as AM/CIM, de forma a confirmar a sua coerência com o definido na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo aprovado, bem como junto dos respetivos Beneficiários das operações selecionadas.

A definição deste Plano Anual de 2014 obrigou a uma prévia definição da metodologia de seleção da amostra de projetos, tendo como base a Monitorização Operacional e Financeira (MOF), de dezembro de 2013 e assentando nos seguintes critérios:

- População – Seleção de operações com despesa validada igual ou superior a 50% do aprovado no ano n-1;
- Método de seleção da amostra – Amostragem envolvendo a divisão das operações por Unidades de Análise (OI/CIM e AG/UFC/UVT). Excluem-se da amostra as operações que já foram objeto de verificação no local e/ou de auditorias anteriores ou em curso.
- Dimensão da amostra, recorrendo ao software IDEA – Data Analysis Software:

- o Em cada um dos estratos (OI/CIM e AG/UFC/UVT), as ações de verificação obedeceram aos seguintes pressupostos de seleção:
 - Por Unidade de Análise, foi selecionada uma operação, recorrendo ao método de amostragem aleatória estratificada, pertencente ao segundo estrato que engloba operações com despesa validada superior a 1 milhão de euros, de modo a manter o nível de materialidade dentro dos parâmetros (2%-5%) – 7 operações;
- o Para diversificar ainda mais a amostra, foi selecionada aleatoriamente 1 operação do universo considerado;
- o Face a recomendações expressas pela Inspeção-Geral de Finanças, foi incluída ainda uma operação de Assistência Técnica recorrendo igualmente ao método de amostragem aleatória estratificada e a operação ALENT-09-0698-FEDER-000978 - Iniciativa JESSICA, do JESSICA Holding Fund.

As verificações iriam incidir em cada operação sobre uma amostra mínima de 45% de despesa validada, ajustada à necessidade de manter um esforço de controlo entre os 2% e 5%.

Expressão da Amostra

Face à aplicação dos critérios referidos, a amostra ficou constituída por um conjunto de 10 operações, conforme quadro seguinte, representando no final um montante de despesa verificada no local, a rondar os 7,2 M€, correspondendo a 6% do incremento da despesa validada no ano de 2014 no INALENTEJO, sem os Sistemas de Incentivos:

Tabela 2.33: Plano de Ação de 2014 (sem Sistema de Incentivos)

Regulamento	Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	Unidade de Análise	Data do Despacho de decisão final	Despesa validada à data da verificação	Despesa verificada no local	%
INALENTEJO total geral						15.105.077,82	7.228.438,43	47,9%
Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento						3.701.453,04	1.854.771,53	50,1%
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	ALENT-07-0725-FEDER-001567	Museu do Café Delta – Centro de Interpretação, Divulgação Científica e Tecnológica e Promoção Turística	Delta Ciência e Desenvolvimento	UFC	29-01-2015	3.701.453,04	1.854.771,53	50,1%
Eixo 2 – Valorização do espaço regional						2.252.793,78	431.988,21	19,2%
Património Cultural	ALENT-08-0347-FEDER-000489	Casa Museu dos Patudos	Município de Alpiarça	CIMLT	Falta Relatório Final	2.252.793,78	431.988,21	19,2%
Eixo 3 – Coesão local e urbana						7.415.050,69	4.132.921,74	55,7%
Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana	ALENT-09-0141-FEDER-001625	Aquisição e Reabilitação do Palácio dos Marquês de Praia e Monforte	Município de Estremoz	UVT	18-12-2014	1.698.530,91	950.920,50	56,0%
Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	ALENT-09-0240-FEDER-001057	PROMOINVEST – Rede de Promoção Empresarial	Município de Vendas Novas	UVT	12-01-2015	240.415,01	240.415,01	100,0%
Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	ALENT-09-0344-FEDER-000647	Escola EB1/JI no Porto Côvo	Município de Sines	CIMAL	04-11-2014	1.021.644,74	611.681,30	59,9%
Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	ALENT-09-0344-FEDER-000984	Centro Escolar de Ensino Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Viana do Alentejo	Município de Viana do Alentejo	CIMAC	05-11-2014	1.895.599,21	886.849,81	46,8%
Equipamentos para a Coesão Local	ALENT-09-0356-FEDER-000640	Centro de Acolhimento Temporário	Município de Arronches	CIMAA	20-01-2015	1.010.828,38	547.948,17	54,2%
Equipamentos para a Coesão Local	ALENT-09-0356-FEDER-001050	Lar para Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário em Santa Bárbara de Padrões	Município de Castro Verde	CIMBAL	19-12-2014	1.548.032,44	895.106,95	57,8%
Iniciativa Comunitária JESSICA	ALENT-09-0698-FEDER-000978	Iniciativa JESSICA	JESSICA Holding Fund	UVT	Em execução			
Eixo 4 – Assistência Técnica						1.735.780,31	808.756,95	46,6%
Ações de Assistência Técnica	ALENT-10-0173-FEDER-001776	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental - Ano 2012	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	UFC	Falta Relatório Final	1.735.780,31	808.756,95	46,6%

Das 10 ações incluídas neste plano de ação, 4 foram objeto de despacho de decisão final em 2014.

Plano de Ação de 2014 (Sistema de Incentivos)

Em aditamento ao previsto no Plano Anual de Ações de Verificação no Local do ano de 2013, e às conclusões / recomendações da IGF, face à necessidade de serem incrementadas as ações de verificação no local às Medidas dos Sistemas de Incentivos, foi efetuada uma proposta de plano a decorrer em 2013 e 2014, com recurso a uma aquisição de serviços externa, abrangendo verificações nos organismos intermédios (OI) e nos beneficiários, com utilização dos mesmos instrumentos aprovados no INALENTEJO para os outros eixos/medidas.

No final de 2013 ainda não havia parecer prévio à aquisição de serviços por parte da Secretaria de Estado da Administração Pública, pelo que o plano apenas teve o seu início no terreno em 2014.

Este plano foi elaborado considerando os seguintes pressupostos:

- Origem do Universo da despesa – MOF de junho de 2013;
- Projetos com despesa validada até junho de 2013 de valor igual ou superior a 50% do aprovado;
- Não incluir projetos com ações de verificação no local já realizadas.

Com base nestes pressupostos foram constituídas duas listagens, incluindo numa os projetos em execução e a outra os projetos encerrados, sendo a amostra definida em função dos seguintes critérios:

- Manter o nível de materialidade dentro dos parâmetros (2%-5%) da despesa validada nestas Medidas no ano anterior;
- Selecionar aleatoriamente 6 projetos em execução e 2 projetos encerrados, recorrendo ao software IDEA – Data Analysis Software.

Face à aplicação dos critérios referidos, a amostra foi constituída inicialmente por um conjunto de 8 projetos. A esta proposta foram acrescentados mais dois projetos, sendo um resultante das conclusões da auditoria do Tribunal de Contas n.º 29/2013, 2.ª Seção e que apontava para irregularidades, sendo posteriormente substituído por outro no plano, após se verificar que para aquele projeto deveriam ser desencadeados outros mecanismos adequados, incluindo proposta de resolução contratual, deixando de fazer sentido a integração no Plano Anual de ações de verificação no local 2013/2014.

Assim, em face do que antecede e dos montantes envolvidos foi selecionada a operação de maior dimensão financeira para tentar perfazer o nível de materialidade pretendido.

Foi ainda incluída uma nova ação de verificação no local a um projeto, resultante da aprovação pela Comissão Diretiva do INALENTEJO de uma reapreciação da decisão final anterior e eventual revisão da revogação proposta.

Expressão da Amostra

Tabela 2.34: Plano de Ação de 2014 Sistema de Incentivos

Regulamento	Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	Unidade de Análise	Data do Despacho de decisão final	Despesa validada à data da verificação	Despesa verificada no local	%
INALENTEJO total geral – Sistema de Incentivos						8.275.616,64	8.275.616,64	100,00
Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	ALENT-07-0201-FEDER-000727	Criação de portal para gestão de rede de escritórios associados e relacionamento com o cliente	PONTO ÓPTIMO CONSULTORES, LDA	IAPMEI	Falta Relatório Final	209.943,01	209.943,01	100,0%
Inovação/Empreendedorismo Qualificado	ALENT-07-0203-FEDER-002772	Turismo equestre na Região do Ribatejo	Coudelaria Henrique Abecasis, Lda	TP	Falta Relatório Final	141.127,28	141.127,28	100,0%
Inovação/Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-003699	Reforço de competências e sistemas endógenos, técnicos, engenharia de produtos e serviços	CÉSAR CASTELÃO & FILHOS, LDA	IAPMEI	Falta Relatório Final	589.457,41	589.457,41	100,0%
Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	ALENT-07-0201-FEDER-003973	Incremento da competitividade da empresa pela aposta em fatores dinâmicos de competitividade	Ouplan - Fabricação e Comercialização de Máquinas Unipessoal, Lda	AICEP	Falta Relatório Final	75.375,11	75.375,11	100,0%
Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	ALENT-07-0401-FEDER-005854	Export sabores e histórias de azeite	DITERRA - COMÉRCIO AGRO-INDUSTRIAL, LDA	IAPMEI	Falta Relatório Final	44.657,04	44.657,04	100,0%
Inovação/Empreendedorismo Qualificado	ALENT-07-0203-FEDER-006918	TTR - TRANSACTIONAL TRACK RECORD	ZUVI NOVA, SA	IAPMEI	Falta Relatório Final	326.550,03	326.550,03	100,0%
Inovação/Inovação Produtiva	ALENT-07-0203-FEDER-013281	Atividades turísticas desportivas: aéreas e náuticas	GET HIGH - SERVIÇOS AÉREOS, UNIPESSOAL, LDA	TP	Falta Relatório Final	1.635.071,68	1.635.071,68	100,0%
Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	ALENT-07-0401-FEDER-017623	Definição e consolidação da estratégia de internacionalização da DFJ Vinhos	DFJ VINHOS, SA	AICEP	Falta Relatório Final	345.560,50	345.560,50	100,0%
Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	ALENT-07-0401-FEDER-022100	Qualificação e Internacionalização	TRACOS DE MIM - DECORAÇÕES, LDA	AICEP	Falta Relatório Final	301.694,17	301.694,17	100,0%
Inovação/Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-022347	RESORT L'AND RESERVE	LAND RESERVE, SA	TP	Falta Relatório Final	4.606.180,41	4.606.180,41	100,0%

As 10 ações incluídas neste plano de ação encontram-se em fase de elaboração de Relatório Final, após audiência prévia dos interessados.

Plano de Ação de 2014 (Sistema de Incentivos – OI – relatórios técnicos de visita)

Considerando a necessidade de um maior envolvimento dos Organismos Intermédios (IAPMEI, AICEP, TP e ADi) e o definido no Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos – QREN, cabe à Autoridade de Gestão do INALENTEJO estabelecer, igualmente, um Plano de Verificações no Local a realizar pelos OI, utilizando para o efeito os instrumentos próprios do Sistema de Informação dos Incentivos, tais como, os Relatórios Técnicos de Visita (RTV).

A definição deste Plano Anual de 2014 obrigou a uma prévia definição da metodologia de seleção da amostra de projetos, tendo como base a Monitorização Operacional e Financeira (MOF), não definitiva, de dezembro de 2013 e assentando nos seguintes critérios:

- População – Todos os projetos com despesa validada igual ou superior a 50% do aprovado no ano n-1 e não concluídos, dado que para estes o Organismo Intermédio deverá, no caso dos projetos de investimento maioritariamente de natureza corpórea, assegurar a realização de uma visita ao local do projeto, após a receção do pedido de encerramento do investimento.
- Método de seleção da amostra – Amostragem envolvendo a divisão dos projetos por Organismos Intermédios (a ADi não registou qualquer projeto na população). Excluíram-se da amostra os projetos que já tinham sido objeto de verificação no local, exceto o projeto ALENT-07-0403-FEDER-003526 - ZMAR ECO CAMPING RESORT do beneficiário MULTIPARQUES A CÉU ABERTO - CAMPISMO E CARAVANISMO EM PARQUES, SA, dada a sua dimensão, e

porque numa anterior realização de uma ação de verificação no local, o projeto não registava qualquer despesa validada.

- Dimensão da amostra – Em cada um dos estratos (OI), as ações de verificação obedeceram aos seguintes pressupostos de seleção:
 - o Por OI foi selecionada uma amostra aleatória estratificada de 10 projetos que envolviam a divisão dos projetos em dois estratos, cada um com 5 projetos. O primeiro estrato seria obtido incrementando a despesa validada no limite inferior dos projetos em 1 M€ e o segundo para os restantes projetos. A amostra dos projetos deveria ainda representar, no mínimo, um esforço de controlo de 5% da despesa validada por OI na população, devendo a dimensão da amostra considerar que as verificações iriam incidir em cada projeto sobre uma amostra mínima de 20% de despesa validada. Caso se conclui-se pela inexistência de representatividade da amostra poderiam, a título complementar, ser selecionados projetos fora dos pressupostos previstos. Esta seleção foi efetuada recorrendo ao software IDEA – Data Analysis Software.

O Universo dos projetos foi o seguinte:

Tabela 2.35: Universo dos projetos		
Organismo Intermédio	N.º de projetos	Despesa Validada (€)
AICEP	18	26.817.888,60
IAPMEI	48	15.047.115,69
TP	10	6.197.007,55
Total	76	48.062.011,84

Expressão da Amostra

A afetação dos projetos da amostra por OI foi a seguinte:

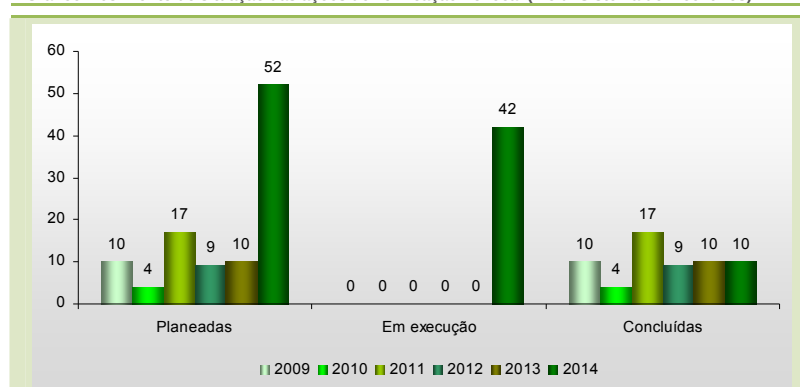
Tabela 2.36: Plano de Ação de 2014 RTV por OI								
Regulamento	Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	OI	Data Envio RTV à AG	Despesa validada à data da verificação	Despesa verificada no local	%
INALENTEJO total geral IAPMEI						0,00	0,00	
Inovação Empreend.	ALENT-07-0203-FEDER-017792	Projecto 3w dynamics	3w Dynamics, Unipessoal, Lda	IAPMEI	Em execução			
Qualif. PME Vale Inov.	ALENT-07-0401-FEDER-018908	Enquadramento técnico e ambiental da empresa.	Frazão & Rosário, Lda	IAPMEI				
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-026855	Glowood invest	Glowood - Indústria Sa	IAPMEI				
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-027067	Extração e comercialização de mármore portugueses	Granoguli, Lda	IAPMEI				
Qualif. PME Vale Inov.	ALENT-07-0401-FEDER-006163	Nobre desenvolvimento	José Brígida Pereira Nobre, Salsicharia E Talho	IAPMEI				
Qualif. PME Vale Inov.	ALENT-07-0401-FEDER-003835	Enquadramento técnico e ambiental da exploração de areia	Mudareias - Extração E Lavagem De Inertes Unipessoal, Lda	IAPMEI				
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-007610	Transformação industrial de cortiças para fabrico de aglomerados puros e compostos, em cortiça, para soluções de isolamento, revestimento e underlayment reve	Robcork - Valorização De Produtos De Cortiça, Sa	IAPMEI				
Inovação Empreend.	ALENT-07-0403-FEDER-013519	Criação da empresa sir - sociedade ibérica de renovação de barricas	Sir - Soc. Ibérica De Renovação De Barricas, Lda	IAPMEI				
Qualif. PME Vale Inov.	ALENT-07-0401-FEDER-004547	Gestão ambiental - melhoria de eficiências	Soc. Panificadora Costa & Ferreira, Lda	IAPMEI				
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-017978	Produção de carbonato de cálcio ultra-fino (cortes inferiores a 5 microns)	Vitaliano Adrião Casinhas, Lda	IAPMEI				

Tabela 2.36: Plano de Ação de 2014 RTV por OI (cont.)

Regulamento	Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	OI	Data Envio RTV à AG	Despesa validada à data da verificação	Despesa verificada no local	%				
INALENTEJO total geral AICEP						28.940.334,24	24.921.815,63	86,1%				
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0201-FEDER-021679	Croudcare internacional	Croudcare, Sa	AICEP	Em execução							
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0201-FEDER-017691	Desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing e comercialização com vista à promoção da empresa nos mercados externo	Emiátomo - Projetos E Manutenção Industrial, Lda	AICEP								
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0401-FEDER-016309	Internacionalização da globalcoop	Globalcoop - Cooperativa Agrícola Transnacional, Crl	AICEP								
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0401-FEDER-018293	E.xample	Itexample, A.C.E.	AICEP								
Inovação Reg. Especial	ALENT-07-0403-FEDER-003526	ZMAR ECO CAMPING RESORT	Multiparques A Céu Aberto - Campismo e Caravanismo em Parques, Sa	AICEP	26-12-2014	28.940.334,24	24.921.815,63	86,1%				
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0201-FEDER-026022	Promoção da competitividade da empresa por via da aposta em investimentos em fatores dinâmicos de competitividade com vista a uma maior inserção no mercado externo	Ouplan - Fabricação E Comercialização De Máquinas Unipessoal, Lda	AICEP	Em execução							
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0401-FEDER-017511	Azeites com classe	Polistock - Soc. Agro-Pecuária Turística E Imobiliária Sa	AICEP								
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0201-FEDER-003918	Projecto de internacionalização e desenvolvimento estrutural	Terraval - Avaliação E Consultadoria Imobiliária, Lda	AICEP								
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0201-FEDER-016124	Performance internacional	Winperformance, Lda	AICEP								
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0201-FEDER-025025	Win to win - consolidar e inovar	Winresources, Lda	AICEP								
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0401-FEDER-022100	Qualificação e Internacionalização	Traços De Mim - Decorações, Lda.	AICEP								
Inovação Produtiva	ALENT-07-0203-FEDER-019289	Produção de produto pioneiro no país- pectinas de fruta utilizando tecnologia de ponta	Pektikos, Lda	AICEP								
INALENTEJO total geral TP									2.537.514,90	537.411,26	21,2%	
Qualif. PME Vale Inov.	ALENT-07-0401-FEDER-030907	Consultoria em comercialização e marketing turístico	Savatur - Turismo Em Espaço Rural, Lda	TP	Em execução							
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-026860	Requalificação de empreendimento, equipamento e serviços por via da introdução de factores de inovação	Sivo, Soc. Imobiliária Da Varzea Da Ourada, Lda	TP								
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-026563	Vitoria hotel design	Bernardino A Cabeça, Sa	TP								
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-017842	Hotel rural torre de palma	Torre De Palma, Lda	TP								
Inovação Produtiva	ALENT-07-0403-FEDER-017602	Quinta das cabeças do reguengo	Cabeças Do Reguengo, Lda	TP	07-07-2014	918.330,94	188.011,58	20,5%				
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0401-FEDER-017212	Instalação de sistema solar térmico e de eficiência energética em turismo rural	Alfredo Rocha Moreira Da Silva	TP	12-08-2014	8.952,02	8.952,02	100,0%				
Inovação Empreend.	ALENT-07-0403-FEDER-013293	Hotel rural de 4 estrelas "estábulo de são leonardo"	Lunion, Lda	TP	07-08-2014	1.117.047,74	235.993,95	21,1%				
Inovação Empreend.	ALENT-07-0403-FEDER-013109	Criação de empresa dotada de recursos físicos, técnicos e humanos qualificados	Dias Distintos Turismo Rural, Lda	TP	Em execução							
Qualif. PME Indiv./Coop.	ALENT-07-0201-FEDER-012847	Modernização e internacionalização da world skills, Lda	World Skills -, Lda	TP					01-09-2014	166.372,46	35.794,30	21,5%
Inovação Produtiva	ALENT-07-0203-FEDER-012044	Centro hípico com restaurante	Espaço Equestre - Animação Turística E Actividades Hípicas de Estremoz, Lda	TP					08-08-2014	326.811,74	68.659,41	21,0%

Assim, no final de 2014, a totalidade do trabalho desenvolvido com ações de verificação no local pode sintetizar-se do seguinte modo:

Gráfico 2.98: Ponto de situação das ações de verificação no local (inclui Sistema de Incentivos)



As 60 ações concluídas com verificação no local e despacho de decisão final, representam um total de despesa no montante de 67,2 M€, e um esforço total de 8% da despesa validada no programa até final de 2014, que foi de 839,9 M€. Das 42 ações em curso no final de 2014, 3 tem relatório final em janeiro de 2015, 12 estão em fase de emissão de relatório final e 27 em execução, sendo 26 do Sistema de Incentivos (Organismos Intermédios – relatórios técnicos de visita).

No final de 2014, a taxa de esforço correspondente às verificações efetuadas no âmbito das ações de verificação no local, face à despesa validada no respetivo eixo prioritário àquela data, apresenta a seguinte expressão em tabela e em gráfico:

Tabela 2.37: Despesa objeto de verificação no final de 2014, por eixo prioritário				(€)
Eixos Prioritários	Despesa Validada	Despesa verificada no local	Taxa de Esforço	
Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	282.287.398	35.810.476	12,7%	
Eixo 2 – Valorização do espaço regional	115.488.832	7.996.162	6,9%	
Eixo 3 – Coesão local e urbana	425.618.881	23.376.009	5,5%	
Eixo 4 – Assistência Técnica	16.484.434	89.585	0,5%	
Totais	839.879.546	67.272.232	8,0%	

Gráfico 2.99: Distribuição da despesa total validada por eixo prioritário

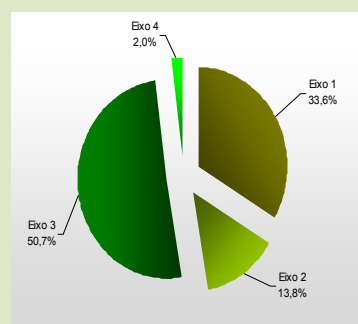


Gráfico 2.100: Distribuição da despesa verificada no local por eixo prioritário

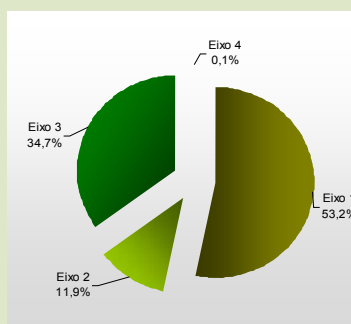
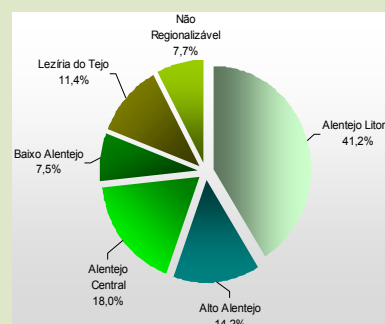


Gráfico 2.101: Distribuição da despesa verificada no local, por NUT III



No que se refere à abrangência geográfica das ações de verificação no local realizadas, ao nível das NUT III, a sua distribuição encontra-se expressa no respetivo gráfico.

Consequências Financeiras

Nas ações de verificação no local concluídas em 2014, foram registadas consequências financeiras em três operações no montante de 15.994€, por despesas não imputáveis ao projeto.

Tabela 2.38: Ações de verificação no local – consequências financeiras

Eixo Prioritário	Execução Elegível à data das verificações			Execução Elegível Controlada no local			Despesa Irregular/ anomalias		
	Custo Total Elegível	Despesa Pública Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	Despesa Pública Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	Despesa Pública Total Elegível	FEDER
1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	4.128.495,12	4.022.737,76	3.419.327,10	2.727.959,22	2.727.959,22	2.318.765,34	15.994,13	15.994,13	13.595,01
Totais	4.128.495,12	4.022.737,76	3.419.327,10	2.727.959,22	2.727.959,22	2.318.765,34	15.994,13	15.994,13	13.595,01

Em termos acumulados, até ao final de 2014, a despesa não elegível decorrente das ações de verificação no local ascendeu a 973.915€.

Principais conclusões / Recomendações

Como principais conclusões das ações de verificação no local em 2014, podemos apontar as seguintes situações de não conformidade:

- deteção de despesas irregulares relacionadas com despesas não imputáveis ao projeto, descontos, devoluções e anulações e alterações ao projeto aprovado;
- falta de metodologia que permita identificar de forma inequívoca os fundamentos que determinam os custos indiretos e a sua aderência com a realidade;
- não cumprimento na totalidade das regras de publicitação aprovadas para o INALENTEJO;
- falta de evidência da titularidade ou direito de uso dos terrenos;
- não completamente assegurada a acessibilidade a cidadãos com necessidades especiais, designadamente, ao nível do funcionamento dos elevadores instalados;
- falta de apuramento do montante de eventuais receitas geradas pelos projetos e do cálculo do défice de financiamento;
- não cumprimento de alguns procedimentos de contratação pública.

Nas recomendações decorrentes das ações de verificação no local, continua a não existir um padrão definido, embora as principais recomendações estejam relacionadas com as conclusões anteriormente referidas, e com a necessidade de cumprimento das disposições definidas.

Irregularidades

O n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE, EURATOM) n.º 2988/95, de 18 de dezembro, refere que “constitui irregularidade qualquer violação de uma disposição de direito comunitário que resulte de um ato ou omissão de um agente económico que tenha ou possa ter por efeito lesar o orçamento geral das Comunidades ou orçamentos geridos pelas Comunidades, quer pela diminuição ou supressão de receitas provenientes de recursos próprios cobradas diretamente por conta das Comunidades, quer por uma despesa indevida”.

A alínea h) do artigo 58º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, determina que os sistemas de gestão e controlo dos programas operacionais devem prever “procedimentos de informação e acompanhamento relativamente a irregularidades e à recuperação dos montantes indevidamente pagos”.

Por outro lado, a alínea f) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, refere que a autoridade de certificação de um PO é responsável em particular por “manter a contabilidade dos montantes a recuperar e dos montantes retirados na sequência da anulação, na totalidade ou em parte, da participação numa operação. Os montantes recuperados devem ser restituídos ao orçamento geral da União Europeia antes do encerramento do programa operacional, mediante dedução à declaração de despesas seguinte”.

No caso de as irregularidades incidirem sobre montantes inferiores a 10.000€ a cargo do orçamento geral das Comunidades Europeias (n.º 1 do artigo 36º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro), a AG só transmitirá à AD&C as informações previstas no processo de comunicação de irregularidades se a Comissão Europeia as solicitar expressamente.

A comunicação de irregularidades ao Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) está consagrada nos art.º 27º a 36º (secção 4) do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro.

No ano de 2014, existiram três comunicações ao OLAF de despesas irregulares no montante total de 108.898€, resultante de duas ações de verificação no local realizadas pela equipa pluridisciplinar segregada, ao nível da unidade UCC, área de controlo, no montante de 38.967€ e uma no montante de 69.931€ proveniente de uma auditoria da IGF enquanto Autoridade de Auditoria.

2.7.1.4. Outras Auditorias ao INALENTEJO

No ano de 2014, registaram-se as seguintes auditorias ao INALENTEJO:

Tabela 2.39: Auditorias realizadas em 2014				
Entidades	Tipologia	Operações		
		Código	Designação	Executor
AD&C	Ação de controlo de qualidade às Verificações no Local	ALENT-07-0201-FEDER-000478	Reforço de competências distintas	Fabrisés - Produtos Químicos, Lda
		ALENT-07-0726-FEDER-000017	Implementação do Sistema de Gestão Documental	Município de Sines
		ALENT-08-0348-FEDER-000325	Construção do Centro de Saúde de Vila Viçosa	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP
		ALENT-09-0344-FEDER-000372	Construção do Centro Escolar de Samora Correia	Município de Benavente
		ALENT-09-0356-FEDER-001045	Requalificação Urbana e Funcional de Bairros Periféricos de Elvas - Bairro da Raposeira/Belhó	Município de Elvas
AD&C	Auditoria a operações	ALENT-09-0550-FEDER-000353	Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.º Sra. Machede)	Município de Évora
		ALENT-07-0365-FEDER-001734	ILUPub - Melhoria da Eficiência Energética da Iluminação Pública - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
		ALENT-08-0348-FEDER-000922	Melhoria das condições de saúde - Rastreio organizado da retinopatia diabética na Região Alentejo	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP
		ALENT-09-0344-FEDER-001465	Reconstrução da Escola EB1 da Mata em Estremoz	Município de Estremoz
		ALENT-07-0128-FEDER-002021	Passaporte para o empreendedorismo	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
AD&C	Ação de Controlo à Despistagem de Duplicação de Ajudas entre Programas Operacionais - PO FEDER/FC	ALENT-07-0128-FEDER-002020	COOPJOVEM - Programa de Apoio ao Empreendedorismo	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
		ALENT-07-0128-FEDER-002022	Rede de Percepção e Gestão de Negócios do Plano Estratégico Impulso Jovem	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
		ALENT-08-0232-FEDER-001945	Conservação e valorização do Litoral Alentejano no concelho de Odemira	Polis Litoral Sudoeste
		ALENT-08-0352-FEDER-001865	Culturbre - componente Alentejo	A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra
		ALENT-07-0128-FEDER-002021	Passaporte para o empreendedorismo	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
IGF	Auditoria para a revisão dos sistemas de gestão e controlo associados às Comunidades Intermunicipais, enquanto organismos intermédios do Programa Operacional Regional do Alentejo	ALENT-07-0403-FEDER-013266	Tapada da Mata Eco Resort, Hotel SPA 4*	Tapada da Mata - Investimentos Hoteleiros e Turísticos, Lda.
IGF	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do Turismo de Portugal (TP), I.P., enquanto organismo intermédio dos Programas Operacionais, Fatores de Competitividade e Regionais do Continente	ALENT-09-0550-FEDER-001795	Beneficiação do Caminho Municipal 1120	Município de Portel
IGF	Auditoria temática aos sistemas de gestão e controlo do QREN Programas Operacionais FEDER e FC	ALENT-07-0403-FEDER-001279	Construção de um hotel de 5 estrelas em Vila Viçosa	Jardimajestic, Lda
IGF/AG do INALENTEJO	Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do Turismo de Portugal, I.P., enquanto organismo intermédio dos Programas Operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente - Monitorização da implementação das recomendações de auditoria. Informação N.º 2014/1942 de 18-11-2014	ALENT-07-0403-FEDER-005135	Aldeamento turístico das Valadas - L'and Vineyards	Sousa Cunhal - Turismo SA
		ALENT-07-0403-FEDER-022347	Resort l'and reserve	Land Reserve, Sa
		ALENT-07-0403-FEDER-026535	Criação/implementação do conjunto turístico São Lourenço do Barrocal	Sao Lourenço do Barrocal - Investimentos Turísticos Imobiliários, SA
		ALENT-07-0403-FEDER-039452	Criação do hotel Eborim 4 estrelas	Lux Mundi - Empreendimentos Hoteleiros, Lda
		ALENT-07-0635-FEDER-001734	ILUPub-Melhoria da eficiência energética da iluminação pública	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
IGF	Supervisão da atividade de controlo sobre operações – Estrutura Segregada da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP - Amostra de 2014, sobre as despesas certificadas em 2013	ALENT-07-0365-FEDER-001465	Reconstrução da escola EB1 da Mata de Estremoz	Município de Estremoz
		ALENT-08-0348-FEDER-000922	Melhoria das Condições de Saúde - Rastreio Organizado da Retinopatia Diabética na Região Alentejo	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP

No ano de 2014, as auditorias ao INALENTEJO com implicações ao nível da elegibilidade da despesa, foram as seguintes:

Tabela 2.40: Auditorias com despacho de decisão final em 2014

Entidade	Tipologia	Relatório / Amostra			
		N.º Operações	Despesa Certificada	Despesa Auditada	Despesa Condicionada
AD&C	Ação de controlo de qualidade das verificações no local I/304/2014	6	3.843.260	3.843.260	431.671
AD&C	Auditoria a operações I/2014	3	1.665.044	1.665.044	Correções Financeiras (Despesa)
IGF	Supervisão da atividade de controlo sobre operações – Estrutura Segregada da AD&C – amostra de 2014, sobre as despesas certificadas em 2013				10.668
					657

No ano de 2014, nas auditorias iniciadas e concluídas neste ano (despacho de decisão final) apenas em três operações existe montante definido referente a despesa auditada representando o valor de 5.508.304€ na Ação de Controlo de Qualidade das Verificações no Local I/304/2014 (AD&C), na auditoria a operações I/2014 (AD&C) e na supervisão da atividade de controlo sobre operações – estrutura segregada da AD&C – amostra de 2014, sobre as despesas certificadas em 2013 (IGF).

Na Ação de Controlo de Qualidade das Verificações no Local a seis operações (I/304/2014) a despesa auditada ascendeu a 3.843.260€ tendo determinado para uma operação, o valor de 431.671€ de despesa condicionada (valor definitivo a apurar aquando do encerramento da operação).

Na auditoria a 3 operações I/2014 (AD&C) e na supervisão da atividade de controlo sobre operações – estrutura segregada da AD&C – amostra de 2014, sobre as despesas certificadas em 2013 (IGF) a despesa auditada elevou-se a 1.665.044€ e foram apuradas em duas operações, despesas irregulares no montante de 11.325€, representando uma taxa de erro de 0,68%.

Supervisão às CIM

No cumprimento do previsto na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO, no que concerne à obrigação de refazer as análises técnicas das candidaturas e apreciação dos pedidos de pagamento, no âmbito das operações abrangidas pelas CIM, a AG definiu (fevereiro de 2011) um conjunto de procedimentos de forma a assegurar a conformidade do processo de apreciação das candidaturas e de apreciação dos pedidos de pagamento, para o período em que vigorar a avocação de competências. Importa referir que, em outubro de 2012, se procedeu a um ajustamento na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, no que respeita à definição da amostra de supervisão (seleção por CIM, de 1 em 20 PP, em vez de 1 em 7 PP). A amostra da fase de aceitação/aprovação consistiu na reanálise de 17 candidaturas, concluída em 2012.

Relativamente à reapreciação dos pedidos de pagamento (PP), até ao final do ano de 2014, a amostra (estabelecida pela UCC) recaiu sobre 259 PP, e já foram alvo de supervisão, pelos respetivos Secretariados Técnicos (Unidade de Fatores de Competitividade e da Unidade de Valorização do Território) cerca de 189 PP, sendo que, durante o ano de 2014, se procedeu à supervisão de 35 PP, conforme gráficos seguintes com a respetiva distribuição por eixo e por CIM.

Gráfico 2.102: Supervisão CIM por eixo

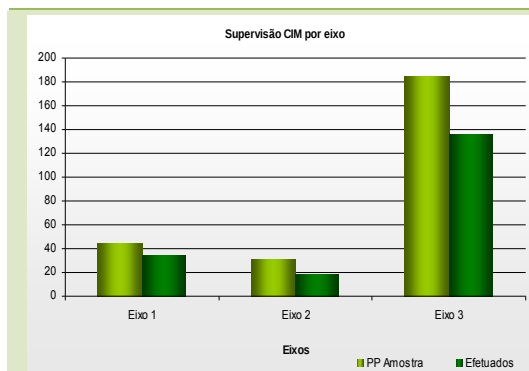
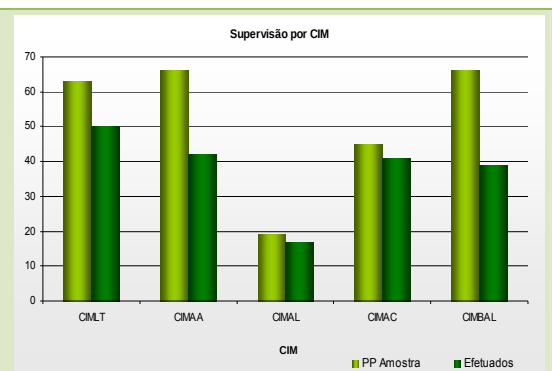


Gráfico 2.103: Supervisão por CIM



Supervisão OI dos Sistemas de Incentivos

As funções delegadas nos OI, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, estão sujeitas a ações de supervisão desenvolvidas pelo Secretariado Técnico – UFC, conforme previsto na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO e na Norma Técnica n.º 4/2013.

As ações de supervisão são desenvolvidas para as candidaturas / operações que integram a amostra, por OI (estabelecida pela UCC) em cada uma das fases do ciclo de vida das operações. Importa referir que a amostra foi definida a partir de 2013, tendo a concretização das supervisões, em todas as fases, decorrido durante o ano de 2014.

Definição da amostra no ano de 2013 - supervisão decorreu durante o ano de 2014:

- Fase de análise e decisão das candidaturas – 45 candidaturas (atualização mensal)
- Fase de execução dos projetos - 11 operações (atualização semestral, sendo que em 2013, foi feita a recuperação de histórico, com um mínimo de 10 operações)
- Fase de encerramento dos projetos (atualização semestral):
 - o Encerramento do investimento – 6 operações
 - o Encerramento do projeto – 3 operações
 - o Encerramento contratual (estado das operações não permite, ainda, constituir amostra)

Definição da amostra no ano de 2014, estando a supervisão ainda a decorrer:

- Fase de análise e decisão das candidaturas – Não se verificaram condições para estabelecer amostra, uma vez que não houve decisão de avisos.
- Fase de execução dos projetos – 2 operações
- Fase de encerramento dos projetos:
 - o Encerramento do investimento – 6 operações
 - o Encerramento do projeto – 5 operações
 - o Encerramento contratual (estado das operações não permite, ainda, constituir amostra)

2.7.2. Avaliação

Os regulamentos comunitários, a legislação nacional e os PO fornecem um enquadramento necessário à definição e aplicação do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO 2007-2013.

A nível nacional, o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, define o modelo de governação do QREN e dos respectivos PO, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das várias funções, entre as quais a de avaliação. Neste contexto, o Plano Global de Avaliação é aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sob proposta do Observatório do QREN, e os Planos de Avaliação dos PO são objecto de apreciação e aprovação pelas respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação, e integrados no Plano Global de Avaliação do QREN.

O Plano de Avaliação do INALENTEJO, elaborado em conformidade com a alínea f) do n.º 1 do art.º 8º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de abril, foi aprovado em 26-02-2009. Tendo em conta que os referidos Planos foram elaborados segundo uma perspectiva dinâmica, flexível e adaptativa em função das necessidades de informação para a gestão, contemplando um processo regular de revisão e consequente actualização dos exercícios de avaliação.

Nesta perspectiva e integrada na 1.ª revisão do PGA, aprovada em dezembro de 2010 pela CMC do QREN, foi alterado o Plano de Avaliação do INALENTEJO, sendo introduzidos alguns ajustamentos.

A 2.ª Revisão do PGA do QREN ocorreu em dezembro de 2011, e a 3.ª revisão em novembro de 2012, tendo-se verificado alteração no Plano de Avaliação do INALENTEJO, no âmbito da implementação da Avaliação Intercalar ao nível da calendarização (lançamento e realização)

O Plano de Avaliação do INALENTEJO englobou os seguintes exercícios de avaliação, conforme o cronograma:

Tabela 2.41: Cronograma de execução

Ano	2009				2010				2011				2012			
Trimestre	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
1 - Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN no período 2007-2013																
2 - Avaliação intercalar do INALENTEJO para o período 2007-2012																

Legenda

	Fase de lançamento		Fase de execução		Conclusão
--	--------------------	--	------------------	--	-----------

1 - O exercício de Avaliação Operacional, centrou-se na verificação do modo como a programação física e financeira e os compromissos em matéria de gestão, acompanhamento, controlo e informação do programa estão a ser prosseguidos e a traduzir-se nos resultados e, sobretudo, nos impactes pretendidos, tendo em atenção as condições de eficácia e eficiência promovidas para se atingirem esses resultados e impactes (ou seja, decorrentes designadamente, da operacionalização do modelo de governação e de gestão do Programa).

O processo de aquisição do exercício de “Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN”, ficou concluído no 3.º trimestre de 2009, sendo adjudicada à “Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.” Este exercício de avaliação consistiu na apresentação dos relatórios inicial, preliminar e final, tendo este último sido aprovado em 30-06-2010.

Entretanto, tendo em conta o imperativo de proceder à divulgação dos resultados da avaliação, bem como proceder ao follow-up das recomendações propostas, foi articulada no seio da Rede de Avaliação do QREN, uma linha de actuação comum em termos do planeamento da divulgação dos resultados. Assim, foi elaborado um quadro com as recomendações, a sua aceitação ou não, bem como as principais iniciativas a promoverem com vista à sua implementação.

2 - Dando cumprimento ao Plano de Avaliação (3.º aditamento), foi aberto em 07-08-2012, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, um procedimento por ajuste directo, com convite a três entidades (n.º 05/2012) para a aquisição de serviços para a realização da Avaliação Intercalar do INALENTEJO.

O contrato foi celebrado em 14-09-2012, com o “Instituto de Estudos Sociais e Económicos, CRL”, tendo o Relatório Final obtido o parecer favorável do Grupo de Acompanhamento em 27-12-2012.

O documento apresentou conclusões / recomendações (estratégicas e operacionais) para o período de vigência do INALENTEJO, bem como algumas recomendações (estratégicas e operacionais) para o novo período de programação.

Por outro lado, importa, ainda, referir a realização duma avaliação ex-post, pela Comissão Europeia, na qual pretende examinar em que medida os recursos foram utilizados, a eficácia e eficiência da programação dos fundos, o seu impacte socioeconómico, identificando os fatores que contribuem para o êxito ou o insucesso da execução dos programas operacionais, bem como as boas práticas.

Assim, em 2014, será de salientar a colaboração, no âmbito da avaliação ex-post, no estudo intitulado: “*Ex-post evaluation of Cohesion Policy programmes (2007-2013)*”, promovido pela *DG Regio and Urban Policy*:

1- *Data collection and Quality Assessment*”, coordenado, em Portugal pelo Centro de Estudos Geográficos – IGOT- Universidade de Lisboa - A presente avaliação surge no contexto de aprofundar o conhecimento sobre os resultados da política de coesão, nomeadamente no que diz respeito à preparação do sistema de informação, com vista a uma melhoria do sistema que enquadra a reforma dos fundos no âmbito do novo período de programação. Numa fase inicial (abril e maio) foi solicitada informação relativa aos indicadores e à estrutura de execução financeira, sendo complementada com uma entrevista visando obter elementos sobre:

- Dificuldades na implementação do programa, associadas à diferença entre o previsto e o executado;

- Seleção dos indicadores chave, considerados mais relevantes na expressão do desempenho do programa

Posteriormente, em outubro, foi solicitado contributo no sentido do esclarecimento de questões relacionadas com os valores de indicadores comunitários (nomeadamente ao nível da execução) apresentados no Relatório de Execução de 2013.

2 - *“Ex-post evaluation on tourism and culture”* - Noutra vertente da avaliação ex-post, a DG Regio and Urban Policy, contratou a um consórcio liderado por IRS (Istituto per la Ricerca Sociale) e CSIL (Centro de Estudos Industriais), um levantamento com o objetivo de avaliar a eficácia do apoio do FEDER, no âmbito da cultura e turismo, visando aferir as estratégias de investimento nas áreas referidas, bem como os resultados obtidos. Assim, foi solicitado, em dezembro de 2014, o preenchimento dum questionário on-line, com o intuito de recolher os dados preliminares qualitativos e quantitativos sobre as referidas áreas de investimento (nomeadamente com os dados de alguns indicadores físicos e financeiros). Resposta que só se materializou em janeiro de 2015.

2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do INALENTEJO

A Monitorização Ambiental Estratégica

No âmbito do relatório de execução relativo a 2010 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FC, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN (atual AD&C) – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PO Alentejo, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao PO Alentejo (inscritas no Relatório Ambiental da AAE ⁷).

O capítulo apresentado no relatório de execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE ⁸.

A metodologia adoptada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 08-01-2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente

⁷ A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

⁸ De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

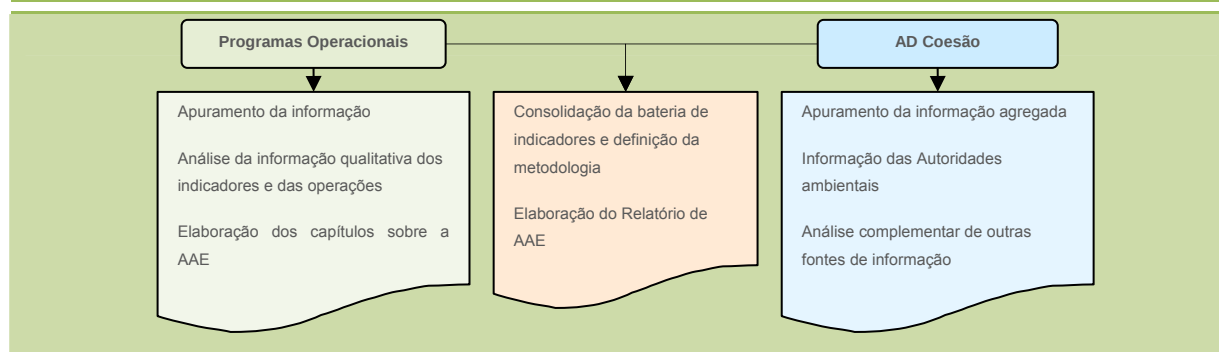
decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efectuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no website daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Quarto Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objecto de divulgação pública.

Consolidação do Sistema de Monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Figura 2.17: Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica



No reporte referente a 2010 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos⁹. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

9

Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energético

Conclusões do Exercício de 2014 e ajustamentos introduzidos

No ano de 2010, procedeu-se a uma normalização de conceitos e procedimentos, que ainda se mantêm, no sentido de aferir e articular as metodologias necessárias para a recolha de informação ao nível das operações, de forma a permitir melhorar o apuramento dos dados.

Importa mencionar as entidades com responsabilidades em matérias ambientais e que intervêm em diversas fases do ciclo da vida das operações, assim, conforme já referido no ano anterior:

- Pareceres da Direção de Serviços de Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- Pareceres da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e da Administração Hidrográfica do Tejo;
- Pareceres da Agência Portuguesa do Ambiente;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil no âmbito dos projetos de Proteção de Riscos Naturais e Tecnológicos;
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP, no âmbito da Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados que intervêm ao nível da Rede Natura.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização ambiental estratégica.

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objetivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíssem, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO nos mencionados objetivos estratégicos.

- Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do INALENTEJO (Indicadores de MEA e Anexo VII)
 - o No objetivo estratégico “Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos”, será de realçar o contributo dos projetos aprovados no INALENTEJO, no que respeita à “população servida pelas lojas do cidadão/centros multi-serviços e balcões únicos”, com um valor de população de 539.678, que significam cerca de 70% da população da região Alentejo, não se verificando alteração em relação ao ano anterior.

- o “Garantir a universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis”, deve ser avaliado tendo em conta que esta não constitui uma área prioritária de intervenção deste PO. Ainda assim, e com base no indicador “população servida pelas unidades de saúde apoiadas” destaca-se que com os projetos apoiados pelo INALENTEJO, este Programa contribui para o acesso à totalidade da população da região, uma vez que, entre outros, abarcam os hospitais distritais. Situação que já se verificava nos anos anteriores, não se verificando, em 2014, a aprovação de novos projetos.
 - o A prossecução do objetivo estratégico “Garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições do ensino”, constitui um dos domínios com particular peso nos apoios no INALENTEJO, que com os seus apoios, contribuiu para que 21.978 alunos fossem abrangidos no âmbito de escolas da educação pré-escolar e da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico (17.649), e alunos em escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino (4.329), com cerca de 77 projetos de educação. Entende-se igualmente que com as intervenções na requalificação da rede de escolas atrás referidas, o INALENTEJO, contribui igualmente para a “Redução da pobreza e promoção da equidade, igualdade de oportunidades e da coesão social”, objetivo estratégico no qual se enquadram também, infra-estruturas e equipamentos desportivos e de cariz social, atingindo-se, 150 projetos, em 2014;
 - o O indicador da população beneficiada por intervenções de regeneração urbana ou requalificação urbana apoiadas, no valor de 270.753 traduz o contributo do INALENTEJO, para a “Promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano”, verificando-se um acréscimo em relação ao ano anterior;
 - o “Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água” constituía um objetivo estratégico, sendo este avaliado através do indicador do “*n.º de pessoas servidas por sistemas de abastecimento de água em resultado dos projetos apoiados*”. Importa realçar que a elegibilidade deste tipo de operações transitou para o POVT, no âmbito da reprogramação técnica do INALENTEJO, aprovada a 15-12-2011 (impossibilitando novas aprovações) as restantes operações (cuja execução permaneceu em 2012 neste PO) transitaram para o POVT, durante o ano de 2013, dando sequência ao definido na reprogramação estratégica do INALENTEJO, aprovada pela CE em 05-12-2012.
- Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com **base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE:**

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o objetivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

A AG do INALENTEJO, para as recomendações de carácter geral que constam da agenda da Valorização do Território, demonstra particular atenção a esta matéria, prestando a informação recolhida no âmbito das operações contratadas até final de dezembro de 2014.

O quadro seguinte sintetiza as recomendações gerais em matéria de AAE:

Tabela 2.42: Indicadores de monitorização das recomendações da AAE

Recomendação	Designação do Indicador	Unidade	Operações Contratadas até 31-12-2014
R1	Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)	%	20 %
R2	Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2)	%	46 %
R2	Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)	%	17 %
R3	(I 4) e (I 5)	%	n.d.
R4	Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I6)	%	76 %
R4	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	%	82 %
R5 e R6	(I 8), (I 9), (I 10) e (I 11)		n.d.
R7	Rácio de projetos de infra-estruturas contemplando a adopção de práticas de concepção, construção e gestão sustentável (I 12)	%	0%
R8	Nº de operações de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13)	Nº	267
R 8	Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	Nº	767.679
R9	Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de protecção ambiental	%	26 %
R10	Rácio de projetos de regeneração/requalificação de construções e infra-estruturas	%	59 %

Recomendações Gerais

Recomendação (R1): *Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos.*

Apesar de todos os regulamentos aplicados no INALENTEJO preverem a aplicação da legislação ambiental e de ordenamento do território, a aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados na maioria dos Regulamentos critérios de selecção com ponderações ambientais.

A aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados em cerca de 20% (437/2.160) dos projetos contratados.

Recomendação (R2): *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos.*

As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 46% do total elegível, incluem nomeadamente, estudos e planos necessários à implementação das operações, bem como ações demonstradoras do uso eficiente dos recursos, ações de mobilização que promovam um melhor conhecimento junto da população, bem como ações de monitorização ambiental, obtendo-se a percentagem de 46 % (989/2.160) no Indicador 2 e no Indicador 3, a percentagem de 17% (243 M€ /1.417 M€).

Recomendação (R7): Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas.

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adopção de práticas que visam a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de protecção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 M€. Sendo assim, no INALENTEJO os investimentos em infra-estruturas com construção sustentável ou gestão ambiental, e no montante definido, não têm representatividade, sendo que não existe alteração em relação ao ano transacto.

Recomendação (R8): As ações de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de ações de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem.

Os dois indicadores que sustentam esta recomendação visam quantificar por um lado, todas as operações que promovem em exclusivo ações destinadas à divulgação, comunicação e formação ambiental que foram apoiadas pelo Programa, e por outro lado, a totalidade dos cidadãos que beneficiaram das mesmas, e que abrangem respectivamente, 267 iniciativas, existindo mais 9 operações do que em 2013 (I13), verificando-se o consequente acréscimo no (I14) n.º de pessoas beneficiadas, atingindo a totalidade da população.

Recomendação (R9): Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proativa na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa.

Tendo como objetivo medir a prevenção em detrimento da cura, as operações aprovadas no âmbito deste critério incluem medidas que apontem para a redução de poluição e resíduos tóxicos na fonte de origem, medidas preventivas no que respeita à erosão costeira, bem como medidas que anatem o uso eficiente de recursos. Assim, no rácio proposto no Indicador 15, obtém-se a percentagem de 26% (112/433).

Recomendação (R10): Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas

Numa lógica de reconstruir e requalificar as infraestruturas já existentes em detrimento da construção de novas, incluem-se fundamentalmente, como tipologias de intervenção, os equipamentos estruturantes do sistema urbano, a requalificação da rede escolar e a mobilidade territorial e de Regeneração Urbana, obtendo-se o rácio de 59% (567/963).

Relativamente a dois indicadores: “Alterações do uso do solo induzidas pelos projetos apoiados” e “Afetação de ecossistemas sensíveis para conservação da natureza” importa referir que se encontra em desenvolvimento o estudo para a sua aferição, contratado ao agrupamento “Simbiente, ecosphere e Addition”, cujos objetivos são:

- o Identificar as metodologias de cálculo e apuramento dos 2 indicadores acima citados, que constituem indicadores de monitorização de Avaliação Ambiental Estratégica do QREN, tendo por base a necessidade do cumprimento das disposições comunitárias em matéria de ambiente;
- o Analisar a contribuição do QREN para os seguintes objetivos de Avaliação Ambiental Estratégica:
 - Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
 - Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
 - Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas.

Neste momento a equipa de avaliação encontra-se a desenvolver o trabalho de campo para o terceiro e último Relatório de Avaliação, cuja conclusão se prevê que ocorra no 3.º trimestre de 2015.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, inovação e conhecimento

A agenda operacional Fatores de Competitividade do QREN, onde se insere o eixo 1, assume como objetivo central a contribuição para a promoção de níveis de crescimento económico que assegurem a retoma sustentada da trajetória de convergência real da economia do Alentejo com Portugal e a União Europeia, baseada na competitividade da região, das empresas e dos territórios.

O eixo 1, representa aproximadamente 29% da dotação financeira do PO e engloba, por um lado, os incentivos às empresas previstos no programa, e por outro lado, um conjunto de tipologias de financiamento direcionadas para entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos, na ótica da melhoria da envolvente económica.

De notar que o peso da dotação financeira do eixo 1 sofreu um decréscimo significativo, de 37% em 2013, para 29% em 2014, em resultado da reprogramação a que o PO foi sujeito, com transferência de operações para o COMPETE no total de 36M€.

Importa assim destacar as articulações e o contributo dos objetivos de eixo para os objetivos do INALENTEJO:

- incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo;
- aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos;
- apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas;
- promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters;
- constituir uma rede regional de centros tecnológicos;
- reforçar a rede regional de parques empresariais;
- reforçar as conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC;
- dinamizar a captação de investimento para a região.

Dos objetivos específicos do eixo 1:

- incentivar a criação de empresas inovadoras;
- incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
- promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial;
- apoiar atividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico;
- incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas;

- promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em setores intensivos em conhecimento e tecnologia;
- apoiar os setores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transacionável;
- reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais;
- promover a densificação do relacionamento empresarial através de ações coletivas;
- dinamizar a transferência de *know-how* das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial;
- incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial;
- promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais.
- reforçar a informatização e modernização da administração pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais;
- facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a administração pública, através da reorganização espacial dos serviços;
- aumentar a notoriedade internacional da região para a captação e IDE qualificante e para a atividade turística.

No ano 2013 foi criado adicionalmente o Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM), integrado no Programa Valorizar, traduzido num instrumento de política pública de apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego, com maior presença relativa em territórios de baixa densidade, primando pela agilidade de procedimentos, pela eficiência na gestão e pela eficácia nos resultados.

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

À semelhança dos anos 2012 e 2013, o ano 2014 pautou-se pelo esforço do cumprimento dos prazos de decisão nos avisos postos a concurso, em termos de apreciação de candidaturas, bem como de recuperação dos prazos de validação da despesa apresentada e dos prazos de pagamento.

Durante o ano 2014, acentuou-se também o ritmo de execução dos projetos apoiados no âmbito do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas. Este instrumento de apoio contribuiu para imprimir maior dinamismo à actividade económica da região, com particular incidência em territórios de baixa densidade, tendo revelado impactos muito significativos em matéria de criação líquida de emprego, face à dimensão financeira dos projetos (até 25 mil€) e atendendo à dotação orçamental

relativa alocada a estes incentivos. Em termos acumulados, registamos, em 2014, a criação de 130 postos de trabalho, que correspondem a 75 mulheres e 55 homens.

Tendo presente os princípios de agilização e simplificação subjacentes à atribuição destes apoios, sublinha-se ainda a alteração do Regulamento do SIALM em dezembro 2014, com vista a uma maior celeridade nos pagamentos no âmbito do emprego criado.

Considerando as alterações dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as comunidades intermunicipais resultantes do processo de avocação que ocorreu no primeiro semestre do ano de 2010, continuaram a ser concretizados em 2014 os objetivos definidos relativos à verificação e supervisão dos processos inerentes a operações/ pedidos de pagamento no âmbito da contratualização.

Tabela 3.1: Eixo Prioritário 1 – Aprovação					
Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2014 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.043.864.386	853.933.978	1.255.076.743	946.663.949	110,86%
FEDER		853.933.978		946.663.949	110,86%
Eixo Prioritário 1	333.507.496	250.130.622	456.937.773	295.194.323	118,02%
Eixo Prioritário 2	216.855.383	184.327.075	236.162.458	189.681.114	102,90%
Eixo Prioritário 3	465.972.096	396.076.281	535.470.418	438.384.883	110,68%
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	26.506.094	23.403.630	100,02%

O esforço de encerramento de avisos de concurso e convites culminou no final do ano numa taxa de compromisso do eixo 1 de 118,02% face ao programado para o período 2007-2013, através da aplicação do exercício de *overbooking* autorizado para o eixo.

Os níveis de compromisso atingidos pelo eixo 1 podem ser verificados nos quadros abaixo:

Tabela 3.2 : Aprovação por regulamento específico		
Designação de Eixo Prioritário Regulamento Específico	Aprovação	
	n.º	FEDER
Eixo Prioritário 1	1.182	295.194.323
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Inovação	94	130.868.045
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	34	7.257.193
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	616	35.679.822
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas	98	2.207.220
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Ações Coletivas	35	9.830.202
Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	33	11.936.837
Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	9	5.150.718
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional	8	7.092.289
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	21	9.831.145
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	27	24.543.762
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	11	5.622.602
Regulamento Específico Energia	73	6.750.356
Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional	91	23.165.307
Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	32	15.258.824

O peso principal do compromisso do eixo assenta no Sistema de Incentivos à Inovação, não deixando de ser também relevante o compromisso conjunto das tipologias relacionadas com os investimentos da envolvente dos sistemas de incentivos às empresas.

Tabela 3.3 : Tipologia de operação

Tipologia de operação	Execução		Adiantamentos certificáveis – montante fundo	Pagamentos		Total	Taxas	
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado		Adiantamentos não certificáveis	Reembolso		execução (EX/PR)	pagamento (PG/AP)
Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	29.529.625	15.517.340	280.685	3.078.818	15.236.655	18.596.159	58,83%	42,70%
Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	5.305.360	3.563.153	465.808	24.045	3.097.345	3.587.198	66,96%	42,68%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	157.854.171	90.146.525	5.673.295	4.964.796	84.473.230	95.111.321	94,59%	64,55%
Sistema de Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas	1.061.005	788.702	0	263.521	788.702	1.052.223	22,53%	35,73%
Apoio a entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional	2.435.067	2.069.807	0	372.651	1.929.164	2.301.816	41,23%	40,18%
Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento	5.349.249	3.507.865	0	845.079	3.466.438	4.311.517	66,74%	62,39%
Execução do sistema de apoios à modernização administrativa	14.896.726	12.539.640	0	511.082	12.081.275	12.592.357	76,13%	82,18%
Promoção e capacitação institucional	17.909.854	14.904.505	0	2.847.357	14.483.442	17.330.799	66,82%	64,34%
Execução do sistema de apoio a ações coletivas – SIAC	6.752.182	5.332.724	0	2.494.528	5.212.708	7.707.235	54,01%	54,25%
Sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas	7.141.400	6.000.076	0	643.463	4.814.383	5.457.846	61,50%	61,03%
Sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística	19.831.627	16.815.415	0	1.722.911	16.575.394	18.298.305	68,31%	68,51%
Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia	1.485.338	1.262.537	0	1.074.218	1.262.537	2.336.756	18,50%	17,80%
Energia	6.103.591	4.843.880	0	454.685	4.672.398	5.127.083	64,40%	71,76%
Economia digital e sociedade do conhecimento – EDSC	13.051.992	11.010.209	0	373.960	10.468.291	10.842.250	91,84%	92,24%
Eixo Prioritário 1	288.707.187	188.302.379	6.419.788	19.671.115	178.561.961	204.652.865	77,85%	63,79%

A taxa de execução o eixo 1 apresenta um valor de 63,79%. No entanto, a sua análise deve ser efetuada de forma separada, consoante se trate de uma taxa de execução relativa aos incentivos às empresas previstos no programa, que no computo das tipologias sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME, sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico, incentivos à inovação e Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas ronda os 46,4%, ou se trate de tipologias de financiamento, direcionadas para entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos, na ótica da melhoria da envolvente económica (todas as restantes), com uma taxa de execução a rondar os 61,5%, decorrente do aumento significativo do compromisso dos sistemas de incentivos às empresas, fruto da abertura de avisos de concurso em overbooking.

Em 31-12-2014 os Sistemas de Incentivos (inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, qualificação e internacionalização) apresentavam uma taxa de compromisso de 137% e uma taxa de execução, face à respetiva dotação, de 86%, correspondente a um fundo pago de 109.227M€. Encontravam-se aprovados 744 projetos, dos quais 743 contratados e 161 encerrados.

Nas figuras 3.1 e 3.2 pode observar-se a incidência do eixo 1 ao nível das NUT III.

Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à programação

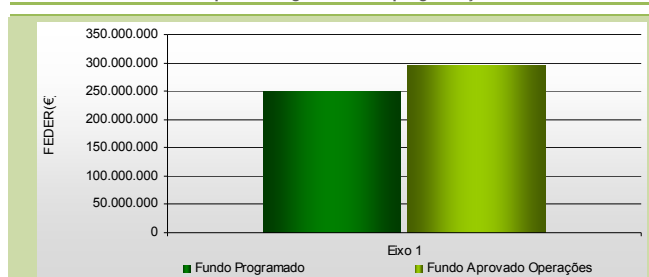


Figura 3.1: Eixo 1 – distribuição do FEDER executado por NUT III

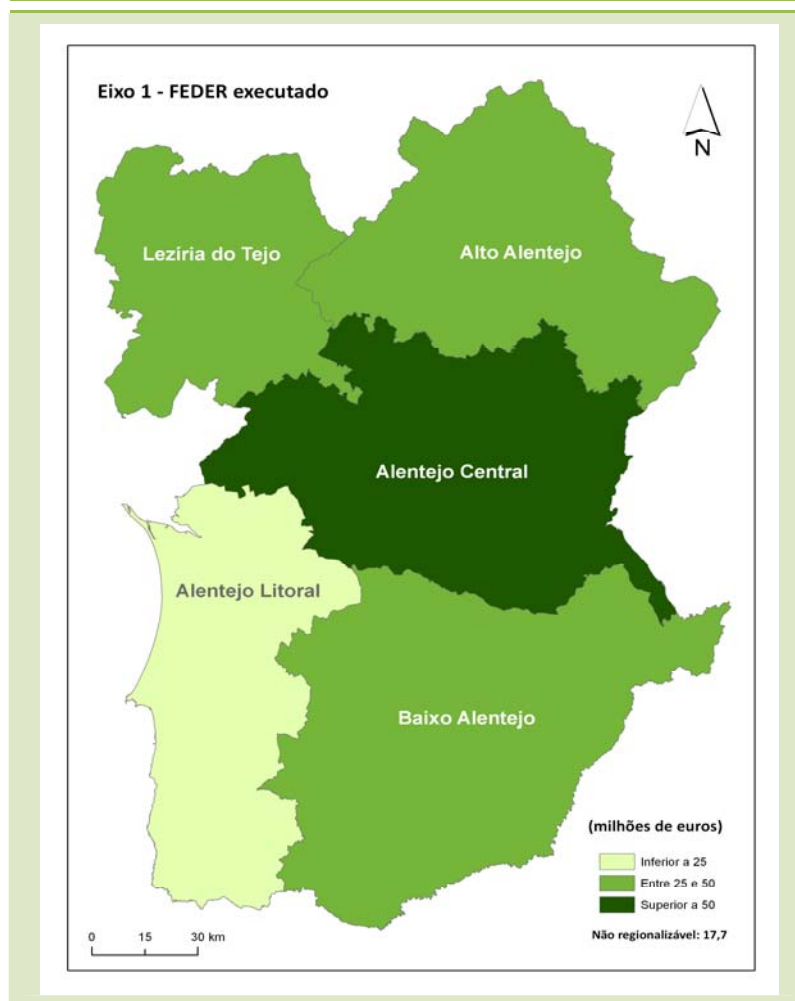


Tabela 3.4 : Realização física do eixo prioritário 1

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006										
2-N.º de Empresas criadas	Realização Contratada		10	22	46	25	30	30		30
	Realização Executada				1	1	7	9		9
	Metas			50					60	60
	Valor de Referência									
3-Empresas criadas nos setores com potencial de crescimento (%)	Realização Contratada		20%	32%	15%	12%	27%	33%		33%
	Realização Executada						22%	23%		23%
	Metas			25%					30%	30%
	Valor de Referência									26%
4-N.º Start-ups (tecnológicas) criadas (*)	Realização Contratada		0	3	7	12	18	20		20
	Realização Executada						2	2		2
	Metas			12					12	12
	Valor de Referência									
5-N.º de PME envolvidas em ações de cooperação apoiadas	Realização Contratada		0	1	4	4	4	4		4
	Realização Executada							0		0
	Metas			40					20	20
	Valor de Referência									n.a.
6-Relevância das atividades I&D em consórcio	Realização Contratada		0%	22%	11%	8%	13%	17%		17%
	Realização Executada									
	Metas			7%					15%	15%
	Valor de Referência									19%
7-N.º Ações de cooperação apoiadas	Realização Contratada		0	1	2	2	2	3		3
	Realização Executada									0
	Metas			4					8	8
	Valor de Referência									
8-Incentivo à inovação produtiva	Realização Contratada		72%	90%	83%	78%	81%	77%		77%
	Realização Executada					35%	78%	75%		75%
	Metas			45%					80%	80%
	Valor de Referência									41%
9-VAB gerado em setores com potencial de crescimento	Realização Contratada		27,4%	11%	29%	13%	13%	17%		17%
	Realização Executada									
	Metas			15%					20%	20%
	Valor de Referência									31% e 41%
10-Orientação para a produção transacionável e internacionalizável	Realização Contratada		72%	80%	81%	93%	80%	87%		87%
	Realização Executada					38%	81%	84%		84%
	Metas			50%					75%	75%
	Valor de Referência									

Tabela 3.4 : Realização física do eixo prioritário 1 (cont.)

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006										
11-Orientação para mercados internacionais	Realização Contratada		3,7	3,6	11,8	3,9	6,4	7,3		7,3
	Realização Executada									
	Metas			1,5					3,2	3,2
	Valor de Referência									n.a.
12- N.º de Micro e pequenas empresas apoiadas	Realização Contratada		125	226	285	339	633	839		839
	Realização Executada					37	73	161		161
	Metas			140					350	350
	Valor de Referência									
13 –N.º de PME envolvidas em ações coletivas apoiadas	Realização Contratada		79	79	1.305	1.634	1.701	1.821		1.821
	Realização Executada					131	132	632		632
	Metas			80					1000	1000
	Valor de Referência									n.a.
14-N.º Ações coletivas apoiadas	Realização Contratada		4	9	17	19	31	35		35
	Realização Executada				1	6	10	11		11
	Metas			4					25	25
	Valor de Referência									
15-N.º Patentes Registradas por 1.000.000 hab.	Realização Contratada		0	0,000316	0,000506	0,000561	0,000687	0,000691		0,000691
	Realização Executada									
	Metas			10					15	15
	Valor de Referência									6
16-N.º Infraestruturas tecnológicas apoiadas	Realização Contratada		0	0	3	28	30	30		30
	Realização Executada						4	8		8
	Metas			2					4	4
	Valor de Referência									
18-N.º áreas de inovação empresarial apoiadas	Realização Contratada		2	8	16	22	25	39		39
	Realização Executada				5	10	16	20		20
	Metas			5					12	12
	Valor de Referência									
19- % empresas apoiadas com presença na Internet e acesso à banda larga	Realização Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada									
	Metas			40%					50%	50%
	Valor de Referência									n.a.
20-N.º Projetos apoiados de promoção da economia digital	Realização Contratada		3	11	26	37	37	37		37
	Realização Executada				11	15	22	28		28
	Metas			20					26	26
	Valor de Referência									
48- N.º de projetos de modernização administrativa (serv. Públ.) apoiados	Realização Contratada	2	7	8	22	22	22	24		24
	Realização Executada				3	7	9	18		18
	Metas			12					22	22
	Valor de Referência									
49- População servida por lojas de cidadão e centros multiserviços	Realização Contratada		70,3%	70,3%	70,3%	70,3%	70,3%	70,3%		70,3%
	Realização Executada							33,0%		33,0%
	Metas			30%					70%	70%
	Valor de Referência									0%
50- N.º de lojas do cidadão e centros multiserviços apoiados	Realização Contratada		40	40	49	49	49	49		49
	Realização Executada					3	16	23		23
	Metas			15					45	45
	Valor de Referência									
52- N.º ações promocionais apoiadas	Realização Contratada		n.d.	3	28	41	111	137		137
	Realização Executada				6	10	61	72		72
	Metas			8					30	30
	Valor de Referência									
63- N.º de estágios apoiados	Realização Contratada					n.d.	163	163		163
	Realização Executada						42	147		147
	Metas								163	163
	Valor de Referência									
64- N.º de estagiários integrados	Realização Contratada					n.d.	113	113		113
	Realização Executada							0		0
	Metas								113	113
	Valor de Referência									
65 – N.º de ativos abrangidos em ações de formação	Realização Contratada					n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada									
	Metas								10.204	
	Valor de Referência									
66 – N.º de ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão	Realização Contratada					n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada									
	Metas								9.184	
	Valor de Referência									
67 – N.º de iniciativas de criação e emprego apoiadas	Realização Contratada					n.d.	72	96		96
	Realização Executada									
	Metas								1.686	
	Valor de Referência									
68 – Pessoas abrangidas por iniciativas de criação de emprego apoiadas	Realização Contratada					n.d.	109	145		145
	Realização Executada						48	130		130
	Metas								3.371	
	Valor de Referência									
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
1	Empregos criados	Realização Contratada	SI – 1453 O. Reg- 12 Total-1.465	SI – 3.965 O. Reg-352 Total-4.317	SI – 3.650 O. Reg- 709 Total- 4359	SI – 4.136 O. Reg- 817 Total- 4953	SI – 4.335 O. Reg-820 Total-5155	SI – 4.545 O. Reg-820 Total-5365		SI – 4.545 O. Reg-820 Total- 5365
		Realização Executada					SI – 240 O. Reg- 572 Total- 812	SI – 998 O. Reg- 572 Total- 1.570		SI – 998 O. Reg- 572 Total- 1.570
2	dos quais : homens	Realização Contratada	SI – n.d. O. Reg- 6	SI – n.d. O. Reg-203	SI – n.d. O. Reg- 390	SI – n.d. O. Reg- 451	SI – n.d. O. Reg- 455	SI – n.d. O. Reg- 455		--
		Realização Executada					SI – n.d. O. Reg- 334	SI – n.d. O. Reg- 334		
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada	SI – n.d. O. Reg- 6	SI – n.d. O. Reg-149	SI – n.d. O. Reg- 319	SI – n.d. O. Reg- 366	SI – n.d. O. Reg- 365	SI – n.d. O. Reg- 365		--
		Realização Executada					SI – n.d. O. Reg-238	SI – n.d. O. Reg-238		
4	N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada	4	8	21	28	55	63		63
		Realização Executada					2	8		8
5	N.º de projetos de cooperação empresas –instituições de investig.	Realização Contratada	2	1	2	2	2	3		3
		Realização Executada								
6	Empregos na investigação criados	Realização Contratada	13	167	232	246	142	142		142
		Realização Executada								
7	N.º de projetos de apoio	Realização Contratada	30	121	220	305	334	633		839
		Realização Executada				17	29	73		161
8	N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	4	10	26	46	25	30		30
		Realização Executada				2	1	7		9

Tabela 3.4 : Realização física do eixo prioritário 1 (cont.)

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
9	Empregos criados em projetos de apoio direto ao investimento das PME	Realização Contratada	1.453	3.961	3.991	4.136	4.335	4545		4.545
		Realização Executada					240	998		998
10	Investimento induzido (em M€)	Realização Contratada	15,6	163,9	130,2	325	339	396	368	368
		Realização Executada				12,1	45	70		70
11	N.º de projetos (sociedade de inform.)	Realização Contratada	9	12	33	42	42	42		42
		Realização Executada			2	10	21	30		30
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	61.451	65.734	65.734	65.734	65.734	65.734		65.734
		Realização Executada					65.734	65.734		65.734
23	N.º de projetos (energias renováveis)	Realização Contratada	n.d.	5	46	79	81	81		81
		Realização Executada			6	22	48	64		64
34	N.º Projetos (turismo)	Realização Contratada	0	50	80	63	112	96		96
		Realização Executada						35		35
35	N.º empregos criados ETI (Turismo)	Realização Contratada	0	178	1.549	1050	1009	798		798
		Realização Executada						297		297

n.d. – não disponível ; n.a – não aplicável; (*) No indicador de eixo nº4 foi retificado o valor da execução do ano de 2013

Dos indicadores que constam na tabela (na componente indicadores de eixo), poderemos realçar uma ligeira quebra no indicador 8 – incentivo à inovação produtiva –, quando comparado com o ano anterior. Tendo em conta a fórmula de cálculo que lhe está associada, contrariamente aos projetos enquadrados no sistema de incentivos à qualificação cuja aprovação aumentou – e, por conseguinte, os valores contratados e executados – os valores associados ao sistema de incentivos à inovação desceram. Com efeito, as aprovações no âmbito do sistema de incentivos à inovação não compensaram os projetos anulados ao longo de 2014 (os quais já contavam com pagamentos efetuados na ordem dos 2,2 M€ e com um incentivo associado acima dos 16,1 M€) e ainda com a transferência de projetos para o COMPETE os quais totalizavam um montante de incentivo na ordem dos 39M€. Por estas razões, a estrutura do indicador foi afetada o que significou um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior.

De notar também que, embora o indicador 4 tenha subido ainda que ligeiramente, o número de empresas criadas (indicador 2) manteve-se devido à anulação, no mesmo número, de projetos no âmbito do sistema de incentivos ao empreendedorismo.

Os indicadores associados à capacidade de internacionalização (indicador 10 e 11) melhoraram ligeiramente motivados, em grande parte, pela procura que excedeu as expectativas do último aviso de concurso do sistema de incentivos à qualificação e internacionalização. O indicador n.º10 melhorou ligeiramente na medida em que se verificou uma enorme procura no sistema de incentivos à qualificação, em particular no último aviso de concurso. Convém recordar que este aviso estava orientado para os mercados externos e os projetos deveriam prever pelo menos um peso de 15% do volume de negócios internacional no volume de negócios total. Se tivermos em atenção: i) a obrigação do cumprimento logo nas projeções indicadas no formulário de candidatura; ii) que em 2014 foram assinados 50 contratos de financiamento com promotores no âmbito deste aviso e iii) que em projetos, inclusivamente, já contavam no fim do ano com execução, perceber-se-á a ligeira melhoria associada ao indicador no ano de 2014. Esta situação é tanto mais importante, uma vez que será, em grande parte, através das exportações que as empresas poderão aumentar o volume de negócios e manter a capacidade de criação de postos de trabalho. Neste sentido, também o indicador comum 1 melhorou substancialmente num mercado de trabalho ainda com taxas de desemprego elevadas.

Em termos gerais, crê-se que os indicadores mostram os efeitos positivos dos diversos instrumentos de política pública que têm sido utilizados na região ao longo deste quadro de apoio. Estes instrumentos de intervenção pública são tanto mais importantes uma vez que tentam imprimir comportamentos contraciclicos nas variáveis económicas de âmbito regional.

Considera-se que o contributo do eixo 1 para a promoção da igualdade entre homens e mulheres foi, em termos genéricos, positivo tendo em conta que os dados apurados até final de 2014 não denotam a existência de critérios discriminatórios no acesso ao emprego.

Considera-se ainda que, na generalidade, o valor dos indicadores do eixo permite concluir que os objetivos globais do programa são alcançados.

3.1.2. Análise qualitativa

No decurso de 2014, promoveu-se a continuidade da aplicação da generalidade dos instrumentos de financiamento, na sequência da apreciação e decisão de um conjunto significativo de candidaturas submetidas a avisos de concurso no quadro dos regulamentos específicos dos sistemas de incentivos às empresas, sistema de incentivos de apoio local a microempresas (SIALM), sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística (SAAEL) e promoção e capacitação institucional (PCI).

Situação dos Avisos Abertos de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

▪ Regulamento específico - Promoção e capacitação institucional

Tabela 3.5: Regulamento Específico – Promoção e capacitação institucional												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-27-2014-01	17-03-14	31-03-14	08-05-14	38	5	717.767	2	388.837	2	388.837	2	386.957

Os convites públicos publicitados em 2014 no âmbito do regulamento específico promoção e capacitação institucional possibilitaram o apoio a operações promovidas por outras entidades públicas e outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.

Sublinha-se, no contexto dos convites públicos em causa, o enfoque dado à preparação de parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento territorial, e a promoção de projetos inovadores com elevado efeito demonstrativo incidindo nos domínios da informação de apoio ao desenvolvimento, considerando a necessidade de preparação da estratégia de intervenção regional para o próximo período de programação, incluindo em áreas determinantes para o desenvolvimento do território.

Outras decisões:

Em 2014 foi ainda concluída a decisão dos avisos de concurso e convites encerrados em dezembro de 2013, nomeadamente um aviso de concurso SAAAEL – Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento e Logística e um convite no âmbito do PCI – Promoção e Capacitação Institucional, donde resultou, apenas a aprovação de uma operação no valor de 843.780€, a que corresponde um FEDER de 624.600€, respeitante ao desenvolvimento de um ecossistema integrado de atratividade empresarial e de acesso a serviços partilhados nas Zonas de Acolhimento Empresarial (ZAE) do Alentejo Central enquadrada no SAAAEL.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

Apesar de alguns constrangimentos que possam permanecer no acesso ao financiamento da componente privada dos projetos promovidos por empresas, registou-se em 2014 uma melhoria substancial na execução dos projetos contrariando, de alguma forma, as dificuldades verificadas em anos anteriores. Simultaneamente, Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios, têm continuado a desenvolver um importante trabalho de proximidade tendo em vista garantir a sustentabilidade dos projetos, nomeadamente pela localização de fontes de financiamento de capitais próprios que não somente o crédito bancário.

3.1.4. Projeto demonstrativo

SISTEMA DE INCENTIVOS**IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO**

Designação	Projecto 3W Dynamics		
Beneficiário	3W Dynamics, Unipessoal, Lda		
Investimento da operação	Investimento Total		819.974€
	Investimento Elegível		376.180€
	FEDER		244.517€

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

A empresa 3W Dynamics, Unipessoal LDA., foi constituída em 18-01-2011, tendo iniciado a atividade em 24-01-2011.

O projecto visa disponibilizar soluções numa plataforma dinâmica e ajustável a qualquer atividade, denominada STERNA.

A STERNA Advanced Business Process Optimization, com recurso a tecnologias de GIS (Geographical Information System) e Track & Trace, permite a visualização georreferenciada de todos os dados do negócio de uma empresa, incluindo pontos de venda, processos de fabrico, logística, dados de marketing e vendas. É uma plataforma que permite visualizar on-line os indicadores de gestão relacionados com a mobilidade do negócio.

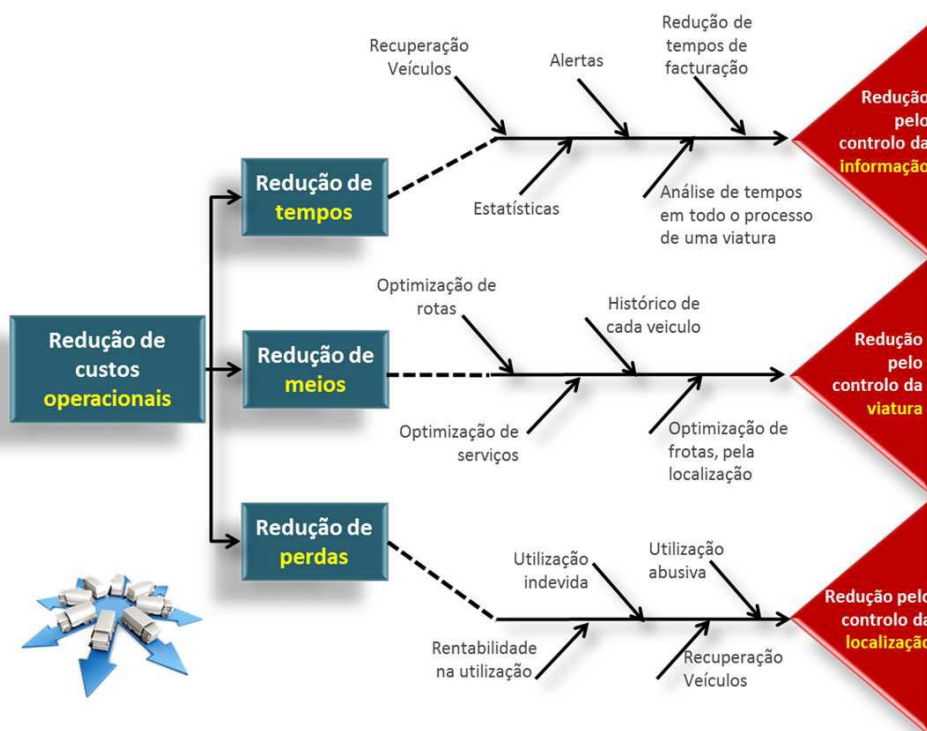
A plataforma integra as mais avançadas soluções de Track & Trace, (sistemas de identificação que permitem o acompanhamento da movimentação dos produtos, desde as matérias primas, até aos produtos acabados prontos para venda, passando pela fase de distribuição, até ao cliente final), com as plataformas de gestão (ERP, CRM) para que a gestão de meios e distribuição possa gerir, otimizar processos, rotas, reduzir custos de combustível, otimizar a condução, evitar roubos, aumentar a segurança dos condutores, planear entregas e reagir on-line a contactos de clientes, enviando directamente para o veículo uma informação ou uma ação urgente.

A STERNA, permite planear o menor tempo em trajetos ou carreiras, planeando as melhores rotas, gerindo as equipas, tarefas, mercadorias, armazéns, entregas e carregamentos, pontos de vendas, obtendo alertas e toda a informação necessária para detectar custos desnecessários de uma forma simples e avançada automaticamente. Permite garantir a qualidade das mercadorias, segurança dos bens, pessoas e veículos. Interligando com sistemas de facturação, entregas, call center, gestão de recursos e logística de armazenagem. Desta forma, as diversas áreas da empresa (marketing, vendas, distribuição, fabrico, exploração, manutenção, financeiras, entre outras) podem usufruir de uma única plataforma georreferenciada.

O projeto inseriu-se na modalidade de Projecto Individual na tipologia de empreendedorismo qualificado previsto no n.º 3 do aviso de abertura de Concurso N.º 05/SI/2010, referente ao Sistema de Incentivos à Inovação e na alínea d) do art.º 5º do regulamento do SI inovação.

SISTEMA DE INCENTIVOS

FOTOGRAFIAS



SISTEMA DE APOIO A INFRAESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação	MICRA.lab		
Beneficiário	Universidade de Évora		
Investimento da operação	Investimento Total		934.001€
	Investimento Elegível		914.941€
	FEDER		776.934€

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O investimento em causa, aprovado no âmbito do regulamento específico Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, visa valorizar e reforçar o impacto e a capacidade de resposta da infraestrutura HERCULES às solicitações da sociedade e do tecido económico e empresarial. Este reforço terá forte impacto no âmbito da valorização do património e nas áreas industriais, do ambiente, da biotecnologia e dos recursos geológicos, contribuindo para a valorização tecnológica, internacionalização e incremento de mais-valias da atividade económica nacional, em especial na região Alentejo e nas regiões limítrofes. As capacidades de investigação e de prestação de serviços do laboratório HERCULES devem melhorar pela introdução de novos métodos e novas tecnologias, no âmbito da microscopia e da microanálise, permitindo aceder à composição química e molecular de volumes micrométricos.

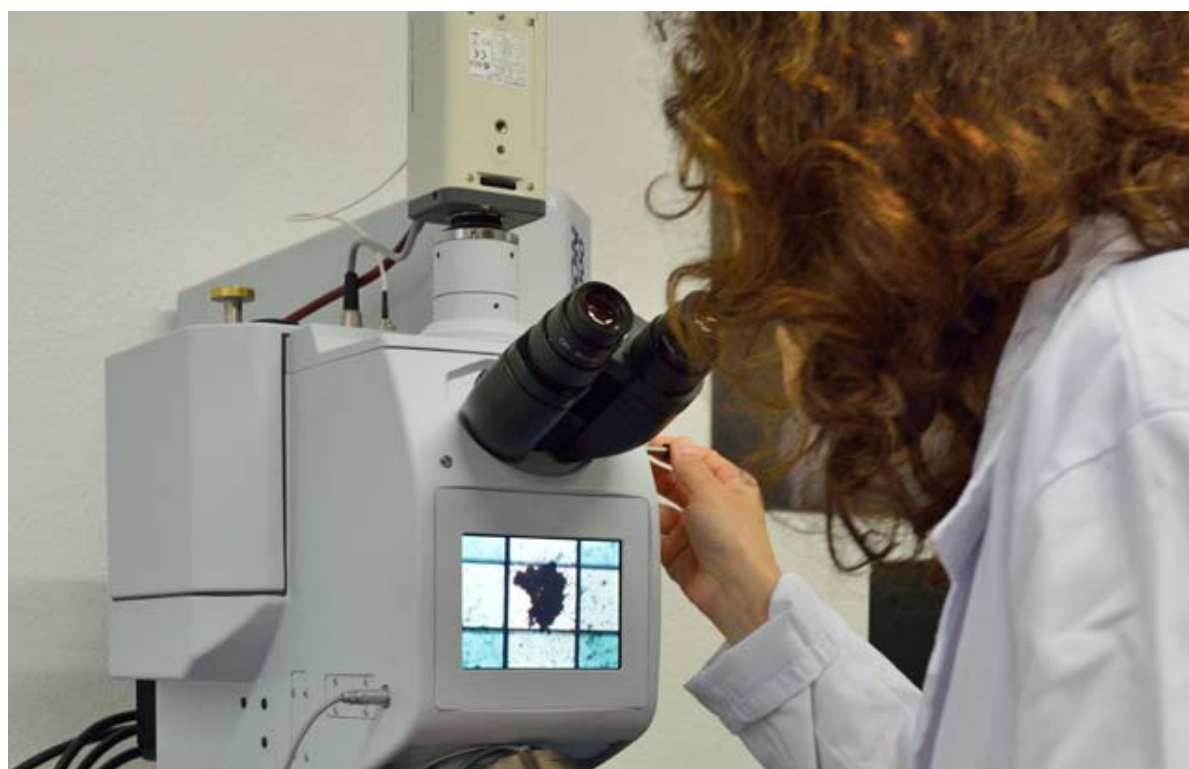
Assim, com o projeto Micra.lab pretendeu-se:

1. Fortalecer as competências microanalíticas do laboratório HERCULES, conferindo-lhe a capacidade de determinar a composição química e isotópica de qualquer microamostra de matéria sólida.
2. Consolidar a capacidade de identificar compostos e moléculas em microamostra.
3. Reforçar o potencial de recursos humanos do laboratório HERCULES, pelo incremento da atratividade da infraestrutura laboratorial à comunidade científica Europeia.
4. Melhorar o reconhecimento público e científico do laboratório HERCULES, em particular nas PME;
 - contribuindo para a formação técnica e disseminação de boas práticas entre as PME de conservação e restauro,
 - pela organização de workshops dedicados à temática da microanálise em contexto industrial,
 - ao contribuir para criar uma sociedade informada e exigente.
5. Reforçar o reconhecimento internacional do Laboratório HERCULES como um parceiro no espaço Europeu da Investigação para as questões do património cultural e microanálise. Pretendeu-se ainda obter o reforço das colaborações/protocolos existentes e o desenvolvimento de novos contactos de colaboração com centros de pesquisa europeus.

Atualmente, o filme conta já com o reconhecimento da sua qualidade e do contributo para a promoção turística do Alentejo através de vários prémios internacionais.

SISTEMA DE APOIO A INFRAESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

FOTOGRAFIAS



3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização do Espaço Regional

A Agenda Operacional Valorização do Território do QREN é uma estratégia comum ao Programa Operacional Valorização do Território (âmbito nacional) e os PO Regionais que assume como objetivo central a contribuição para um território mais sustentável e ordenado, mais equitativo para o desenvolvimento e bem estar e uma economia mais competitiva e integrada. No INALENTEJO esta agenda materializa-se nos eixos 2 e 3

A valorização do espaço/território Alentejo é assim prosseguida com a operacionalização de intervenções em áreas temáticas prioritárias, que contribuem para a sua afirmação como região ambientalmente sustentável e socialmente coesa.

Das áreas temáticas prioritárias decorrem os objetivos específicos definidos para o eixo os quais se materializam nas áreas de intervenção prioritária e operacionalizam através de regulamentos específicos.

Importa assim destacar as articulações e o contributo para os objetivos do INALENTEJO:

- gerir eficientemente os recursos hídricos;
- valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental;
- prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos;
- assegurar a dotação de serviços coletivos à população;

dos objetivos de eixo 2:

- preservar, valorizar e salvaguardar os recursos naturais, incluindo a melhoria da qualidade e quantidade da água para abastecimento;
- proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e ecoturismo;
- valorizar e ordenar a orla costeira;
- intensificar a redução, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos;
- melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços na área da saúde;
- promover a valorização do património cultural e sua fruição pública.

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Como se pode verificar pela natureza das áreas de intervenção, trata-se de um eixo em que se espera um maior impacto territorial e um maior efeito sobre a população residente do que a da mera abrangência específica de cada intervenção. Com efeito, é esperado um impacto mais alargado de cada intervenção, que se concretiza através:

- do efeito demonstrador de certas ações de valorização e qualificação ambiental, nomeadamente na área dos recursos hídricos e na sensibilização e educação ambiental;

- do efeito positivo sobre todo o território regional de ações muito concretas, mesmo que de reduzida dimensão financeira, na área da gestão e valorização do litoral, ou na área de valorização e redução de resíduos;
- do efeito mobilizador e pedagógico das ações relacionadas com a preservação e disponibilização do património edificado e do património imaterial e das ações que visam a criação e formação de públicos e de leitores;
- do efeito atrativo, quer do ponto de vista humano, quer económico da melhoria dos parâmetros das condições de saúde da região, propiciado pelas intervenções nesta área.

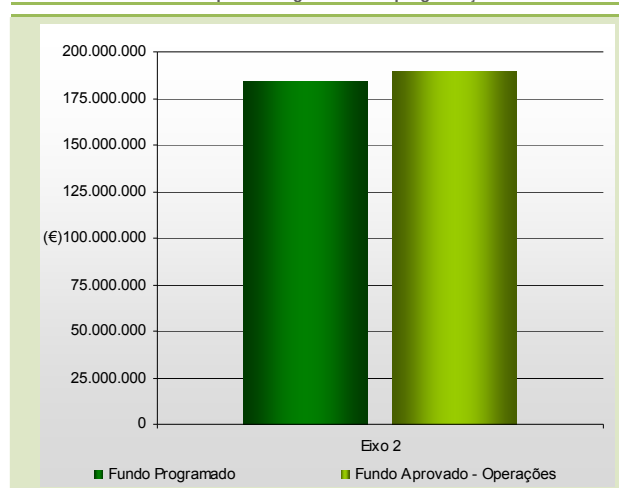
O overbooking no eixo encontra-se dentro do limite definido na deliberação da CMC do PO Regional, de 28-06-2013, para o overbooking não condicionado no eixo 2 (100%+14,06%).

Os níveis de compromisso atingidos podem ser verificados nos quadros que seguem:

Tabela 3.6: Eixo Prioritário 2 – Aprovação

	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.043.864.386	853.933.978	1.255.076.743	946.663.949	110,86%
FEDER		853.933.978		946.663.949	110,86%
Eixo Prioritário 1	333.507.496	250.130.622	456.937.773	295.194.323	118,02%
Eixo Prioritário 2	216.855.383	184.327.075	236.162.458	189.681.114	102,90%
Eixo Prioritário 3	465.972.096	396.076.281	535.470.418	438.384.883	110,68%
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	26.506.094	23.403.630	100,02%

Gráfico 3.2: Grau de compromisso global face à programação



Na figura 3.2 pode observar-se a incidência do eixo 2 ao nível das NUT III.

Figura 3.2: Eixo 2 - distribuição do FEDER executado por NUT III



Tabela 3.7: Eixo 2 - Aprovação por regulamento específico

Valorização do Espaço Regional/ Regulamento Específico	Aprovação	
	N.º	FEDER
Eixo Prioritário 2	300	189.681.114
Regulamento Específico Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	11	2.570.159
Regulamento Específico Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	122	97.972.968
Regulamento Específico Ações de Valorização do Litoral	4	2.061.013
Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (imateriais)	9	725.895
Regulamento Específico Património cultural	86	33.683.046
Regulamento Específico Saúde	54	46.083.876
Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais	14	6.584.158

O eixo 2 apresenta no final de 2014 uma taxa de compromisso de 102,90%. Os compromissos assumidos no decurso do ano 2014 foram-no no âmbito do regulamento específico das Ações de Valorização e Qualificação Ambiental e do Património Cultural. De realçar que o aviso aberto no âmbito do Regulamentos da Saúde foi em regime de overbooking, não tendo sido assumidos compromissos não condicionados relativos a esta tipologia.

No que se refere aos valores de execução temos:

Tabela 3.8: Eixo 2 - Tipologia de operação

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxas	
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total	execução (EX/IPR)	pagamento (PG/IAP)
Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	2.030.954	1.525.857	271.607	1.360.885	1.632.492	60,99%	59,37%
Ações de valorização e qualificação ambiental	42.488.181	34.298.897	3.224.146	29.209.190	32.433.335	35,82%	35,01%
Ações de valorização do litoral	693.627	522.066	56.590	494.409	550.999	26,02%	25,33%
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - Imateriais	135.822	115.449	177.096	111.343	288.439	16,34%	15,90%
Património cultural	16.906.546	13.725.500	3.870.415	13.218.228	17.088.643	42,78%	40,75%
Saúde	48.362.669	37.118.842	964.371	33.806.284	34.770.655	82,74%	80,55%
Rede de equipamentos culturais	4.871.034	4.125.084	854.125	3.961.691	4.815.816	64,36%	62,65%
Eixo Prioritário 2	115.488.832	91.431.693	9.418.349	82.162.029	91.580.379	59,55%	59,67%

Relativamente à execução financeira verificou-se, até ao final de 2014, um crescimento de aproximadamente 25M€ de FEDER validado, no entanto com o aumento da dotação do eixo a taxa de execução manteve-se nos 60%.

Na linha do que se passou com o compromisso, em termos globais do eixo 2, foram as operações contidas nos regulamentos saúde, ações de valorização e qualificação ambiental e património cultural que mais contribuíram para a sua execução.

Embora o número de operações encerradas e com saldo final pago seja ainda reduzido (21), o número de operações concluídas fisicamente é de 194 pelo que estes equipamentos já se encontram ao serviço da população.

Da leitura da tabela anterior importa analisar a diferença entre a taxa de execução e a taxa de pagamento, que para as tipologias de ação Património Cultural, Saúde e Rede de Equipamentos Culturais, apresenta um valor de cerca de 2%, superior na execução. Isto é resultante de nos encontrarmos numa fase avançada do programa em que existem já bastantes operações com relatórios finais apresentados e em análise, sendo que o saldo final só será libertado após as respetivas aprovações.

Tabela 3.9 : Realização Física do eixo prioritário 2

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006										
35 – Acréscimo do n.º visitantes às infraestruturas apoiadas	Realização Contratada		11.207	212.995	238.995	238.995	238.995	238.995		238.995
	Realização Executada							219.095		219.095
	Metas			40.000					150.000	150.000
	Valor de Referência									NA
36 – N.º de elementos patrimoniais apoiados	Realização Contratada	7	8	23	29	38	39	57		57
	Realização Executada				14	14	20	35		35
	Metas			4					30	30
	Valor de Referência									
62-População servida por unidades de saúde apoiadas	Realização Contratada		n.d.	n.d.	767.679	767.679	767.679	767.679		767.679
	Realização Executada						537.375	629.497		629.497
	Metas			n.a.					767.679	767.679
	Valor de Referência									NA
61-N.º unidades de saúde apoiadas	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	52	68	68	68		68
	Realização Executada				13	37	49	56		56
	Metas			n.a.					60	60
	Valor de Referência									
41-N.º de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas	Realização Contratada		52.540	59.540	152.340	152.340	152.340	152.340		152.340
	Realização Executada						99.900	137.340		137.340
	Metas			40.000					172.500	172.500
	Valor de Referência									
42-N.º equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados)	Realização Contratada		4	6	7	7	7	7		7
	Realização Executada				1	2	3	5		5
	Metas			8					10	10
	Valor de Referência									
44-N.º projetos de valorização de praias	Realização Contratada		5	5	5	5	8	8		8
	Realização Executada					2	2	3		3
	Metas			4					5	5
	Valor de Referência									
69-Nº de hectares irrigados (4)	Realização Contratada							16.998		16.998
	Realização Executada									
	Metas			n.a.					16.000	
	Valor de Referência									

Tabela 3.9 : Realização Física do eixo prioritário 2 (cont.)										
Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
1	Empregos criados	Realização Contratada	13	134	325	361	461	461		461
		Realização Executada					242	242		242
2	dos quais : homens	Realização Contratada	7	78	154	165	194	194		194
		Realização Executada					97	97		97
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada	6	56	171	196	267	267		267
		Realização Executada					145	145		145
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização Contratada	740	1.664	2.594	2.594	n.a	n.a		n.a
		Realização Executada								
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionadas	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a	n.a		n.a.
		Realização Executada								
27	N.º de projetos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	5	12	18	21	n.a	n.a		n.a
		Realização executada								
28	N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	1	1	1	1	1	2		2
		Realização executada						1		1
29	Área reabilitada (em Km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada	n.d	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	n.d		n.d.
		Realização executada								
31	N.º de projetos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada	5	8	14	14	9	9		9
		Realização executada			5	5	1	8		8
32	População que beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações	Realização Contratada	661.545	767.679	767.679	767.679	66.420	66.420		66.420
		Realização executada				541.499	54.780	66.420		66.420
33	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização Contratada	661.545	767.679	767.679	767.679	112.159	112.159		112.159
		Realização executada				541.499	88.019	112.159		112.159
34	N.º de projetos (Turismo) *	Realização Contratada	2	7	10	22	33	39		39
		Realização executada				12	16	27		27
35	N.º de empregos criados (em ETI) *	Realização Contratada	10	14	47	47	103	105		105
		Realização executada					25	87		87
38	N.º de projetos (saúde)	Realização Contratada	6	33	42	57	61	61		61
		Realização Executada				13	37	41		49

n.d. – não disponível

n.a.- não aplicável

(1) – Os indicadores de eixo 39 e 40 foram eliminados (reprogramação de 2012), na sequência da transição da elegibilidade da tipologia para o POVT.

(2) – A elegibilidade das tipologias enquadradas nos indicadores CORE n.º 25 e 27, transitaram para o POVT (n.a.) (reprogramação de 2012)

(3) – Os valores dos indicadores CORE n.º 31, 32 e 33 reduziram, na sequência da transição de operações para o POVT, concretizada em 2013 (reprogramação de 2012)

(4) Novo indicador (n.º 69) incluído na sequência da Reprogramação de 2014 do INALENTEJO

* - embora não esteja previsto no texto do PO, existem projetos nesta área, pelo que este indicador apresenta contributo do eixo 2

Analisando os indicadores de eixo enquadrados no eixo 2, regista-se em 2014, um progresso razoável relativamente aos anos anteriores.

Neste eixo destacam-se alguns indicadores pela sua evolução ou pelo seu desempenho em relação às metas previstas:

- o indicador “n.º de elementos patrimoniais apoiados” (indicador n.º 36) apresenta, em 2014, o valor de 57 operações contratados, dos quais 35 projetos se encontram executados fisicamente. Tendo em conta que a meta prevista era de 30 projetos, verifica-se quase uma duplicação do número de projetos contratados face à meta estabelecida. Este número revela o grande interesse que tem havido por parte dos diversos beneficiários na recuperação do património, o qual é um forte elemento potenciador da atração turística e consequente dinamização do tecido económico da região. O valor executado, representa cerca de 61% dos elementos patrimoniais apoiados até final de 2014. A taxa de execução não é ainda muito elevada, no entanto as intervenções desenvolvem-se de forma geral a bom ritmo, pelo que se perspectiva o cumprimento dos objetivos programados dentro dos prazos.
- de realçar a existência de 68 “unidades de saúde apoiadas”, sendo a meta fixada em 60 unidades para 2015. Encontram-se realizadas 56, pelo que a realização executada atinge, em 2014, cerca de 82%;

Tornou-se assim possível concluir as redes de equipamentos de saúde com a construção de novas unidades e promover a qualificação e diferenciação de unidades existentes, garantindo-se uma cobertura mais equilibrada e de maior qualidade da oferta de cuidados de saúde, no território. Ultrapassando-se em cerca de 26% a meta inicialmente programada.

As intervenções na área da saúde têm como principal desígnio o reforço da coesão social do Alentejo, como contributo para o desenvolvimento sustentável e a fixação das populações.

- o indicador “n.º de projetos de valorização de praias” (indicador n.º 44) apresenta, em 2014, o valor de 8 projetos contratados, dos quais 3 projetos se encontram executados fisicamente, o que significa cerca de 37,5%.
- Ao nível do contributo do eixo 2, para os indicadores Comuns (CE) será de registar um decréscimo verificado no que respeita ao “n.º de projetos de turismo”. Apesar do decréscimo relativo ao número de projetos apoiados, em termos de taxa de execução houve uma evolução muito favorável, tendo-se passado de uma taxa de execução de 11% em 2013 para um valor de 46% em 2014.

3.2.2. Análise qualitativa

O eixo 2 contribuiu como era esperado para o nível de compromisso atingido pelo INALENTEJO até 31-12-2014.

Com efeito o peso do eixo 2, quer no total do valor programado, quer no compromisso total do Programa representa cerca de 20%.

No âmbito deste eixo foram publicitados quatro avisos de concurso relativos aos seguintes regulamentos específicos:

- Ações de valorização e qualificação ambiental (dois avisos sendo um deles em overbooking)
- Saúde (em overbooking)
- Património cultural.

Situação dos Avisos Abertos de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

- Regulamento Específico – Ações de Valorização e Qualificação Ambiental

Tabela 3.10: Situação dos avisos – Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-31-2014-01	17-03-14	31-03-14			3	110.091	0	0	0	0	0	0
ALENT-31-2014-02	25-07-14	08-08-14	14-08-14	6	6	98.266.618	6	98.266.618	6	79.868.912	6	67.888.573

▪ Regulamento Específico – Património Cultural

Tabela 3.11: Situação dos avisos – Património Cultural

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-47-2014-01	17-03-14	31-03-14	29-05-14	59	27	20.333.320	18	16.420.782	18	13.242.467	17	9.308.983

▪ Regulamento Específico – Saúde

Tabela 3.12: Situação dos avisos – Saúde

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-48-2014-01	17-03-14	31-03-14			4	1.840.464	0	0	0	0	0	0

No total foram publicitados em 2014, quatro avisos de concurso, (dois em overbooking). Deram entrada 35 candidaturas com um investimento total proposto de cerca de 118 M€.

No que se refere ao regulamento específico Ações de Valorização e Qualificação Ambiental o aviso aberto acolheu 6 operações da conclusão do EFMA decorrentes da reprogramação ao PO e que representam um montante FEDER de 68M€.

Este eixo tem uma grande diversidade de potenciais beneficiários, sendo que até à data a maior procura tem sido por parte da administração local e central. As entidades sem fins lucrativos e de reconhecido interesse público têm também respondido à oferta de avisos, tendo-se verificado um aumento do investimento proposto por parte destas, concretamente na área do Património Cultural, apesar de neste regulamento se ter mantido a taxa de comparticipação de 70%, para estas entidades.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres não tem uma evidência direta e mensurável no âmbito de aplicação dos regulamentos específicos relativos ao eixo 2. Com efeito, trata-se de uma diretiva transversal que norteia a aplicação do FEDER no âmbito das diferentes áreas sem a possibilidade de uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita.

As operações apoiadas adequam-se aos objetivos preconizados para o eixo e refletem as principais preocupações e necessidades evidenciadas pelos promotores, que priorizaram a sua realização face ao momento de menor disponibilidade de recursos.

Apresentamos em seguida algumas considerações sobre as áreas de intervenção que registaram maiores dificuldades, ou que se destacaram mais positivamente.

- Ações de Valorização do Litoral – Tratam-se de ações prioritárias que pretendem a valorização do litoral alentejano, como recurso natural singular e único na sua diversidade e permitirão o seu usufruto através de atividades compatíveis e adequadas à sua dinâmica e fragilidade.

Nesta tipologia foram apenas aprovadas 4 candidaturas, as quais apresentam um taxa de execução média de 74%. Uma das operações que apresenta ainda uma baixa taxa de execução é

Conservação e Valorização do Litoral Alentejano no concelho de Odemira, de gestão do Polis Litoral Sudoeste. Esta operação ainda apresenta alguns condicionantes é sua execução, nomeadamente no que se refere ao visto do tribunal de contas referente à empreitada de maior peso dentro do total das componentes.

- Ações de valorização e qualificação ambiental - destacam-se nesta área as intervenções que se referem à preservação, valorização e salvaguarda dos recursos naturais e à qualificação urbana de pequenos aglomerados, para valorizar equipamentos, espaços públicos, ou valores patrimoniais, conforme previsto na regulamentação aplicável.

A execução das operações aprovadas registou algum atraso fruto das dificuldades iniciais que certa tipologia de beneficiários teve em se adaptar às exigências processuais dos financiamentos, tendo os restantes beneficiários enquadráveis na administração local, beneficiado de alteração das taxas de comparticipação. De uma forma geral esta tipologia de intervenção apresenta elevadas taxas de execução.

- Gestão ativa de espaços protegidos e classificados - apesar do interesse e necessidade de intervenção nestes espaços que permitam a sua salvaguarda e a criação de condições para a sua visitação, face aos constrangimentos orçamentais das entidades com competência na sua gestão não será possível incrementar esta dotação, estando a ação dos promotores focalizada na realização das operações já aprovadas e prioritárias. A taxa de execução média das operações é de cerca 72%
- Preservação e gestão de riscos naturais e tecnológicos (imateriais) - trata-se de apoio a estudos e planos de emergência municipais os quais se encontram em execução, carecendo ao longo da sua execução de pareceres das entidades intervenientes, nomeadamente da ANPC que conferem alguma morosidade à sua finalização. A taxa média de execução das 9 operações aprovadas é de 52,6%, sendo que se encontram concluídas 3.
- Saúde - as intervenções apoiadas nesta área vão contribuir significativamente para a conclusão das redes de equipamentos de saúde, através do apoio à construção de novas unidades. Para além da construção de novas unidades de saúde, foi feito um investimento significativo na aquisição de novos equipamentos de diagnóstico. Estes investimentos permitirão entre outros, a redução das taxas de mortalidade, a melhoria da qualidade de vida dos pacientes, bem como a redução de custos.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

Relevam-se os principais constrangimentos, no âmbito da implementação do eixo 2:

- dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, decorrentes da situação financeira global e dos principais potenciais beneficiários das intervenções previstas neste eixo – administração central e local;
- publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA) – administração local.

Com o objetivo de mitigar o impacto das dificuldades financeiras mencionadas, em 2014 o acesso ao financiamento de candidaturas ao Empréstimo Quadro do BEI, passou a decorrer de forma contínua, até ao limite das disponibilidades financeiras, como forma de financiar a contrapartida nacional.

Em termos de gestão foram reavaliadas, no âmbito da equipa conjunta de monitorização dos compromissos municipais e “Bolsa de Observação”, os compromissos de todas as entidades que apresentavam dificuldades de execução, dando origem a descompromisso parcial ou total.

3.2.4. Projeto demonstrativo

REGULAMENTO ESPECÍFICO SAÚDE

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação	<i>Aquisição de 1 mamógrafo para o Serviço de Imagiologia da ULSNA,</i>	
Beneficiário	<i>Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE</i>	
Investimento da operação		
	Investimento Total	336.000€
	Investimento Elegível	336.000€
	FEDER	235.200€

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

A operação intitulada "Aquisição de 1 mamógrafo para o Serviço de Imagiologia da ULSNA, E.P.E." visa a dotar o Hospital de Santa Luzia de Elvas com um mamógrafo digital, moderno, tecnologicamente evoluído, e que proporcione exames com uma elevada qualidade diagnóstica e com menor dose de radiação, contribuindo deste modo para melhoria de acesso aos cuidados de saúde,

Os indicadores de realização que se pretendem atingir com esta aquisição são:

- Possibilidade de tratamento do cancro mamário quando diagnosticado precocemente;
- Risco mínimo da radiação;
- Remoção do tumor detectado na fase inicial com a utilização de equipamento de tecnologia avançada;
- Maior rapidez dos procedimentos e menor dose de raio X relativamente à mamógrafia convencional
- Melhor qualidade de vida do paciente.

A utilização deste novo mamógrafo permitirá também:

- Maior qualidade diagnóstica;
- Menor número de repetições durante um exame;
- Realização de rastreios;
- Redução de deslocações dos doentes para realização de exames a outras instituições;
- Aumentar a satisfação do doente, evitando as deslocações ao exterior que resultam num desgaste do doente;
- Redução da taxa de mortalidade;
- Melhoria na recuperação precoce.

REGULAMENTO ESPECÍFICO SAÚDE

FOTOGRAFIAS



Valorização do Espaço Regional Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação **Valorização da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha**

Beneficiário **ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas**

Investimento da operação

Investimento Total	231.713€
Investimento Elegível	231.713€
FEDER	196.956€

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

A operação é constituída pelas seguintes componentes:

- Centro de interpretação (valorização de diferentes estruturas);
- Observatório de aves e torre de observação;
- Infraestruturas de informação e interpretação – percursos; totem informativo; sistema automático de tele-observação; placas de interpretação;
- Ações de comunicação e sensibilização.

A estratégia de visitação passa por uma rede de equipamentos e infra-estruturas de apoio ao visitante que obedecem a uma filosofia de roteiro por diferentes locais de interesse para a interpretação da paisagem. Com conteúdos específicos, estes espaços vão ao encontro da necessidade de comunicar a importância dos diferentes ecossistemas e habitats, sensibilizando a população para a importância de preservar e compatibilizar a sua existência com o Homem.

O desenvolvimento destes espaços permite ainda diversificar a oferta turística atual, promover o desenvolvimento sustentável nas suas componentes ambiental, económica e social. A gestão, coordenação e funcionamento desta rede de visitação será assegurada pelo ICNB.

A visitação será gerida a partir do Centro de Interpretação do Monte do Paio, o que permitirá uma eficiente uniformização do sistema de visitação com uma estrutura em rede apoiada na gestão da capacidade de suporte do território a fim de evitar sobrecargas de determinados núcleos ou percursos. Haverá percursos que pela sua especificidade apenas estarão disponíveis em determinadas alturas do ano (e.g., zonas de elevado risco ambiental, áreas de nidificação), bem como implicarão o acompanhamento por guias credenciados pelo ICNB.

Outro aspecto importante será a criação de uma imagem conjunta, destacando-se a produção de um postal informativo por percurso com um mapa e informação adicional, mantendo sempre a ligação com a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha.

Valorização do Espaço Regional
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

FOTOGRAFIAS



3.3. Eixo Prioritário 3 – Coesão Local e Urbana

O eixo 3 à semelhança do eixo 2, enquadra-se na Agenda Operacional da Valorização Territorial, e pretende-se garantir a manutenção dos níveis de coesão social e territorial já alcançados, pois apesar do expressivo investimento em equipamentos coletivos efetuado nos últimos quadros comunitários de apoio, importa concluir as redes ligadas à coesão social e territorial: rede escolar, rede social (em particular, os equipamentos potenciadores de uma melhor conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal) e rede de equipamentos desportivos.

Por outro lado, pretende-se assegurar o reforço da competitividade e atratividade das cidades e outros centros urbanos complementares como motores económicos do território, associando-os de forma inovadora e eficaz à região envolvente (complementaridade urbana/rural), como garante da coesão social e territorial.

Atendendo à análise dos principais desafios e oportunidades da região, a melhoria das acessibilidades inter e intrarregionais constitui uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional.

Dadas as especificidades do eixo 3, importa destacar as articulações e o contributo dos objetivos de eixo para os objetivos do PO.

Assim, são os seguintes objetivos específicos do INALENTEJO:

- assegurar a dotação de serviços coletivos à população;
- promover o desenvolvimento urbano sustentável;
- reforçar a competitividade e atratividade do sistema urbano;
- reforçar a mobilidade intrarregional, através da melhoria das infraestruturas e dos sistemas de transporte;

articulam-se com os seguintes objetivos específicos do eixo 3:

- melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais desportivos;
- reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar, básico e básico integrado;
- promover a regeneração urbana e requalificação de áreas específicas;
- dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação interurbana inovadoras;
- melhorar a articulação da rede viária regional;
- reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transporte de passageiros.

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Como se pode verificar pela natureza das áreas de intervenção prioritária, trata-se de um eixo em que se espera um forte impacto territorial, sobre a população residente e sobre as dinâmicas de desenvolvimento, pois consubstancia ações com impacto direto e indireto, na economia social, na atividade comercial e no turismo.

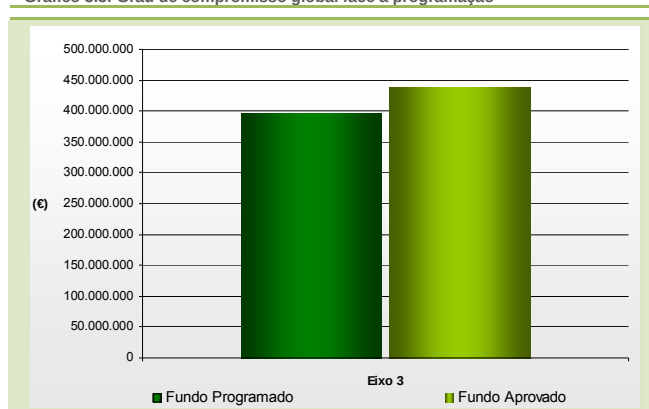
Foi comprometido até ao final de 2014 cerca de 110,68% da dotação programada total do FEDER para este eixo, o que representa cerca de 46,3% do total comprometido pelo PO. Continua a verificar-se que são os compromissos assumidos no âmbito dos regulamentos específicos associados à Reabilitação Urbana, à Rede de Escolar do Ensino Básico e Educação Pré-escolar, à Mobilidade Territorial e aos Equipamentos para a Coesão Local, os que mais contribuíram para este valor.

O overbooking no eixo encontra-se dentro do limite definido na deliberação da CMC do PO Regional, de 28-06-2013, para o overbooking não condicionado no eixo 3 (100%+10,57%).

Os níveis de compromisso atingidos pelo eixo 3 podem ser verificados nos quadros que seguem.

Tabela 3.13: Eixo prioritário 3 – Aprovação					
Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.043.864.386	853.933.978	1.255.076.743	946.663.949	110,86%
FEDER		853.933.978		946.663.949	110,86%
Eixo Prioritário 1	333.507.496	250.130.622	456.937.773	295.194.323	118,02%
Eixo Prioritário 2	216.855.383	184.327.075	236.162.458	189.681.114	102,90%
Eixo Prioritário 3	465.972.096	396.076.281	535.470.418	438.384.883	110,68%
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	26.506.094	23.403.630	100,02%

Gráfico 3.3: Grau de compromisso global face à programação



Na figura 3.3 pode observar-se a incidência do eixo 3 ao nível das NUT III, e na tabela 3.14 a distribuição da aprovação por regulamento específico.

Tabela 3.14: Eixo prioritário 3 – aprovação por regulamento específico

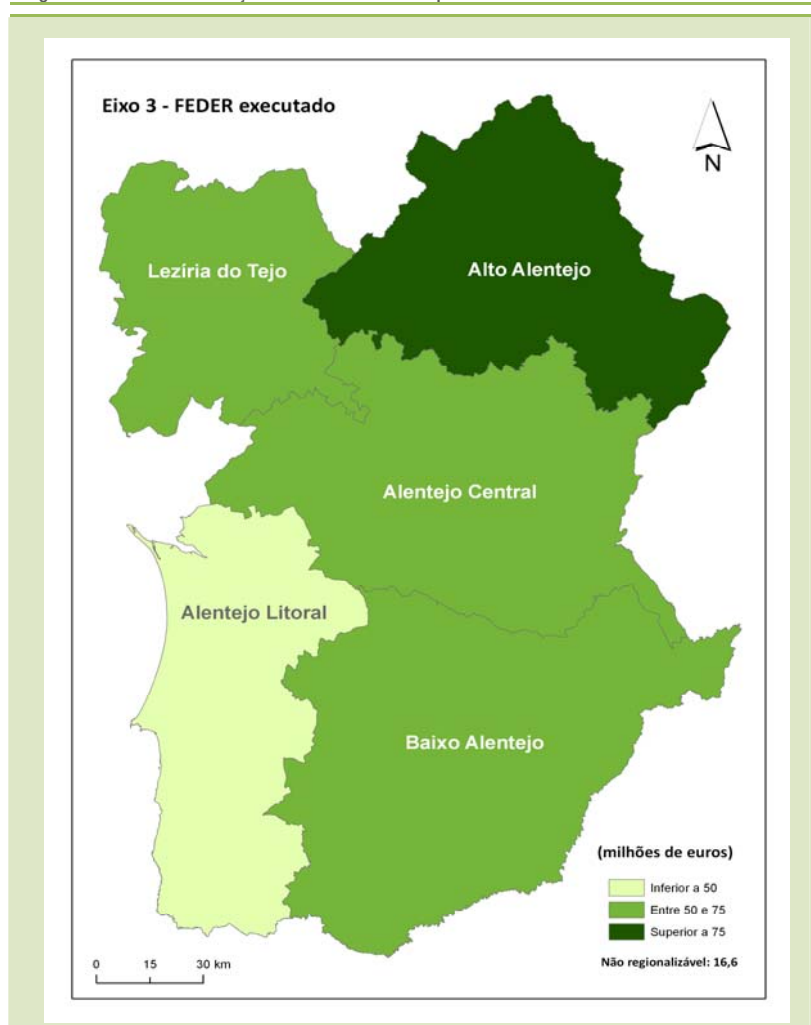
Designação de Eixo Prioritário Regulamento Específico	Aprovação	
	n.º	FEDER
Eixo Prioritário 3	629	438.384.883
Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	71	22.882.712
Regulamento Específico Reabilitação Urbana *	186	129.842.175
Regulamento Específico Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano	0	0
Regulamento Específico Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2.º e 3.º ciclo)	73	118.516.994
Regulamento Específico Mobilidade territorial	146	89.475.882
Regulamento Específico Infraestruturas e equipamentos desportivos	5	1.808.262
Regulamento Específico Equipamentos para a coesão local	148	75.858.858

* Inclui a Iniciativa JESSICA

No ano de 2014 foram aprovadas 68 candidaturas. Destas, cerca de 53% corresponde ao Regulamento específico Equipamentos para a Coesão Local o qual à semelhança do ano anterior apresenta a maior procura, seguindo-se a Mobilidade com cerca de 20%.

O número de operações deste eixo, encerradas e com saldo final pago é de 65, e o número de candidaturas com relatório final em apreciação é de 42. Apesar destes números serem ainda baixos, verifica-se que em termos físicos já se encontram concluídas 417 operações, as quais já se encontram de forma geral em funcionamento e à disposição da população.

Figura 3.3: Eixo 3 – distribuição do FEDER executado por NUT III



No que diz respeito à execução financeira verifica-se até 31-12-2014 uma taxa de execução de cerca de 88%, representando um acréscimo de 16 pontos percentuais face ao ano anterior, e representa cerca de 54% da execução global do programa.

Tabela 3.15: Eixo prioritário 3 – tipologia de operação

Tipologia de operação	Execução		Adiantamentos não certificáveis	Pagamentos		Taxas	
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado		Reembolso	Total	execução (EX/PRP)	pagamento (PG/AP)
Regulamento Específico Política de cidades – redes	21.036.025	17.266.220	2.811.423	16.175.306	18.986.730	82,39%	75,46%
Regulamento Específico Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana*	141.349.978	108.958.376	4.924.782	105.115.887	110.040.670	91,23%	81,62%
Regulamento Específico Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano	0	0	0	0	0		
Regulamento Específico Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2.º e 3.º ciclo)	111.457.271	94.738.680	6.441.056	93.449.773	99.890.829	88,68%	79,94%
Regulamento Específico Mobilidade territorial	89.265.053	74.253.759	5.255.464	72.069.769	77.325.233	92,43%	82,99%
Regulamento Específico Infraestruturas e equipamentos desportivos	188.172	141.129	196.270	141.129	337.399	8,67%	7,80%
Regulamento Específico Equipamentos para a coesão local	62.322.383	52.597.757	7.025.742	51.483.655	58.509.397	76,84%	69,34%
Eixo Prioritário	425.618.881	347.955.922	26.654.737	338.435.521	365.090.258	87,85%	79,37%

* Inclui a Iniciativa JESSICA

Na linha do compromisso, foram as operações contidas nos regulamentos específicos associados à Regeneração Urbana, à Rede de Escolar do Ensino Básico e Educação Pré-escolar, Mobilidade Territorial e Equipamentos para a Coesão Local, os que mais contribuíram para este valor.

Tabela 3.16: Realização física do eixo prioritário 3

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006									
33- Alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos do 1.º CEB	Realização Contratada	7.370	9.497	12.547	15.912	17.367	17.484	17.649	17.649
	Realização Executada				7.485	11.892	12.647	13.674	13.674
	Metas			1.420				15.000	15.000
	Valor de Referência								N.A.
57- Alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos	Realização Contratada	n.a	n.a	n.d.	2.207	4.197	4.329	4.329	4.329
	Realização Executada					391	891	2.207	2.207
	Metas			n.a				3.500	3.500
	Valor de Referência								
34- N.º estabelecimentos educativos apoiados do 1.º CEB	Realização Contratada	31	39	48	65	70	71	72	72
	Realização Executada				32	45	50	56	56
	Metas			11				65	65
	Valor de Referência								
59- N.º estabelecimentos educativos apoiados do 2.º e 3.º ciclos	Realização Contratada	n.a	n.a	n.d.	4	9	10	10	10
	Realização Executada					2	3	5	5
	Metas			n.a				5	5
	Valor de Referência								
27- N.º de passageiros (aéreos transportados)	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada				2.237	4.162	6.624	7.569	7.569
	Metas			235.000				2.500	2.500
	Valor de Referência								0
28- N.º infraestruturas aeroportuárias apoiadas	Realização Contratada		2	2	2	2	2		2
	Realização Executada				2	2	2		2
	Metas			1				2	2
	Valor de Referência								
21- População beneficiada (residentes e novos residentes) por operações de regeneração urbana	Realização Contratada	101.951	217.472	217.472	217.472	260.895	270.753		270.753
	Realização Executada					94.659	215.326		215.326
	Metas			90.000				225.000	225.000
	Valor de Referência								121.800
22- N.º protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização Contratada		16	16	16	16	16		16
	Realização Executada				2	2	12		12
	Metas			4				16	16
	Valor de Referência								--
23- N.º postos de trabalho beneficiados pelas redes urbanas para a competitividade	Realização Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada								
	Metas			600				600	600
	Valor de Referência								n.a.
24 –Programas Estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	Realização Contratada		2	6	6	6	5		5
	Realização Executada						2		2
	Metas			3				6	6
	Valor de Referência								--
30- N.º km rede rodoviária intervencionada	Realização Contratada		73,2	505,6	759,5	853,9	1.026,8	1.144,3	1.144,3
	Realização Executada				493	762,1	834,9	984,1	984,1
	Metas			25				800	800
	Valor de Referência								
25-População servida por sistemas de transportes coletivos apoiados	Realização Contratada		n.d.	2,2%	2,2%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
	Realização Executada						2,5%	2,5%	2,5%
	Metas			33%				33%	33%
	Valor de Referência								n.a.
26- N.º sistemas transportes apoiados	Realização Contratada		n.d.	n.d.	2	2	2		2
	Realização Executada						2		2
	Metas			2				2	2
	Valor de Referência	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a.	n.a.		n.a.

Tabela 3.16: Realização física do eixo prioritário 3 (cont.)

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
1	Empregos criados	Realização Contratada	79	317	1.283	1.659	1.750	1.750		1.750
		Realização Executada					918	918		918
2	dos quais : homens	Realização Contratada	21	126	481	598	619	619		619
		Realização Executada					380	380		380
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada	58	191	802	1.061	1.131	1.131		1.131
		Realização Executada					538	538		538
13	N.º de projetos (Transportes)	Realização Contratada	16	38	85	119	135	146		146
		Realização Executada					110	131		131
14	N.º de km de novas estradas	Realização Contratada	3,7	3,7	7,3	8,2	10,1	10,1		10,1
		Realização Executada					4,5	5,9		5,9
16	N.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada	69,5	501,9	752,2	845,7	1.016,7	1.134,2		1.134,2
		Realização Executada				493	762,1	830,4	978,1	978,1
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização Contratada	n.d.	2.700	19.423	19.423	19.423	19.423		19.423
		Realização Executada					19.423	19.423		19.423
36	N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada	29	37	46	67	74	77		77
		Realização Executada				32	47	58		58
37	N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	7.370	9.497	12.250	18.119	21.564	21.813	21.978	21.978
		Realização Executada				7.485	12.283	13.538	15.881	15.881
39	N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atratividade das cidades	Realização Contratada	6	13	116	126	128	150		150
		Realização Executada				16	53	105	134	134
40	N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	14	15	15		15
		Realização Executada				2	2	6	9	9
41	N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização Contratada	29	40	53	111	131	148	150	150
		Realização Executada				37	81	112	124	124

n.a. – não aplicável no INALENTEJO;
 n.d. – não disponível;

A tabela de indicadores de eixo evidencia que, do ponto de vista da realização contratada, se verifica um bom grau de realização das metas definidas para 2014, sendo de destacar os seguintes indicadores:

- n.º de km de rede rodoviária intervencionada (indicador n.º 30) – 1.144.3 km;

A meta definida para este indicador foi de 800 km de rede intervencionada, verificando-se um incremento de cerca de 43% relativamente ao valor programado. O facto desta tipologia de operação se constituir como uma prioridade negativa, no próximo período de programação, também terá contribuído para este incremento.

A melhoria da circulação de pessoas e de mercadorias, a promoção da coesão territorial, a qualificação e integração dos espaços regionais e o reforço da competitividade empresarial e da articulação urbana, são os desígnios deste tipo de intervenção, constituindo-se a melhoria das acessibilidades inter e intrarregionais – uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional. Sendo uma área de intervenção em que a ação municipal é relevante e em que são mobilizados recursos financeiros mais significativos a procura acompanha este desempenho.

A educação constituiu-se como um desígnio das políticas públicas neste período de programação tendo sido dada prioridade de intervenção nesta área, e acolhida pelos principais promotores potenciais – municípios, justificando assim, o acréscimo relativamente à meta programada. Situação que se pode visualizar nos indicadores de eixo n.º 34 e 59, bem como, nos indicadores comuns comunitários:

- “n.º de projetos de educação” (n.º 36) com a aprovação de 77 projetos, dos quais, 58 já se encontram concluídos (75% de execução);
- “n.º de alunos que beneficiam das intervenções” (n.º 37) com o registo de 21.978 alunos abrangidos.

Constata-se uma evolução positiva na taxa de realização física até 2014, que é consentânea com o empenhamento dos promotores no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos. Relativamente ao ano anterior esta taxa subiu cerca de 7,3%.

- n.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atratividade das cidades (indicador comum comunitário n.º 39) – 134, dos 150 contratados;
- n.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão (indicador comum comunitário n.º 41) – 124, dos 150 contratados.

Trata-se de intervenções em áreas prioritárias como a educação e a inclusão social, as quais são determinantes para se atingir os objetivos programados de garantir a manutenção dos níveis de coesão social e territorial, com impactos significativos, quer nos indicadores de desenvolvimento humano, quer nas condições de atratividade do território regional, para a fixação de população e atividades económicas complementares que podem induzir.

Existem indicadores que pela sua própria natureza apenas terão expressão quantitativa, aquando da entrada em funcionamento do equipamento/infraestrutura.

O diferencial existente entre o n.º de intervenções realizadas fisicamente (471) e o n.º de intervenções aprovadas (629) é ainda significativo, no entanto encontram-se em fase de conclusão física muitas operações. Alguns dos atrasos verificados, prenderam-se com situações de insolvência dos adjudicatários, o que obrigou a soluções de posse administrativa e abertura de novos procedimentos ou, cedências de posição contratual, sendo que estes procedimentos são pela sua natureza bastante morosos. Todas as situações foram entretanto solucionadas pelo que se prevê para breve a recuperação destes atrasos e consequente cumprimento dos objetivos programados.

3.3.2 Análise qualitativa

Tal como em 2013, o eixo 3 contribuiu significativamente para o nível de compromisso e de execução atingidos pelo INALENTEJO até 31-12-2014.

Foram publicitados avisos de concurso relativos aos seguintes regulamentos específicos que operacionalizam intervenções a apoiar no âmbito deste eixo:

- reabilitação urbana – 1 em regime de overbooking.
- requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2.º e 3.º ciclo) - 1 em regime de overbooking.

- infraestruturas e equipamentos desportivos – 2 , sendo um em overbooking e outro não
- equipamentos para a coesão local – 1 em regime de overbooking.

Situação dos Avisos Abertos de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

- Regulamento Específico – Reabilitação urbana

Tabela 3.17: Regulamento específico – Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana

Tabela 6.17: Regulamento específico – 1.ª Câmara de Estradas – parcerias para a regeneração urbana												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-41-2014-01	17-03-14	31-03-14			46	19 248,550	0	0	0	0	0	0

- Regulamento Específico – Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2.º e 3.º ciclo)

Tabela 3.18: Regulamento específico – Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2.º e 3.º ciclo)

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-44-2014-01	17-03-14	31-03-14			5	1.249.625	0	0	0	0	0	0

- Regulamento Específico – Infraestruturas e equipamentos desportivos

Tabela 3.19: Regulamento específico – Infraestruturas e equipamentos desportivos

Tabela 530: Regulamento Específico - Infraestruturas e Equipamentos Desportivos												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-53-2014-01	17-03-14	31-03-14	05-06-14	65	5	2.618.620	5	2.618.620	5	2.618.620	4	773.620
ALENT-53-2014-02	17-03-14	31-03-14			8	3.043.938	0	0	0	0	0	0

- Regulamento Específico – Equipamentos para a coesão local

Tabela 3.20: Regulamento específico – equipamentos para a coesão local

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
					Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
	Abertura	Encerramento	Decisão		N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-56-2014-01	17-03-2014	31-03-2014			10	3.213.944	0	0	0	0	0	0

No âmbito do eixo 3 foram publicitados 5 avisos de concurso (4 em *overbooking*), deram entrada cerca de 74 candidaturas com um investimento total proposto de cerca de 30M€, podendo concluir-se que a procura por parte dos potenciais beneficiários foi expressiva. A ausência de decisão dos avisos abertos em *overbooking* deveu-se à orientação dos esforços para a validação de despesa dos projetos em execução para atingir os objetivos definidos, assim como para a análise e decisão das operações entradas nos concursos abertos sem ser em *overboking*. No entanto todas as operações destes concursos encontram-se analisadas devendo a decisão final ocorrer em maio de 2015.

Trata-se de um eixo em que as principais áreas de intervenção são da competência da administração local, sendo os municípios os principais beneficiários. Salienta-se ainda, na reabilitação urbana (política de cidades), a participação de outras entidades públicas e não públicas com intervenção na área da regeneração urbana, e principalmente nos equipamentos para a coesão local, onde a maioria significativa de beneficiários são instituições particulares de solidariedade social, que desempenham um papel relevante na integração social de grupos mais fragilizados da sociedade civil, nomeadamente os idosos, os portadores de deficiência e as mulheres.

A complementaridade entre os apoios aprovados no âmbito dos programas operacionais regionais e no âmbito dos programas temáticos estão vertidas nas condições de acesso dos regulamentos específicos aplicáveis, como é o caso dos regulamentos específicos da mobilidade territorial e dos equipamentos para a coesão local.

Mantém-se a questão identificada nos relatórios de 2012 e 2013, relativamente aos equipamentos na área social, que tem originado uma dificuldade acrescida no processo de financiamento de algumas tipologias de intervenção.

Com efeito, foi cometido aos programas operacionais regionais o financiamento de equipamentos sociais, de âmbito supramunicipal, que demonstrem, em sede de candidatura ter uma procura mínima, exterior ao município que receberá o equipamento, de 25% da sua capacidade total.

Se esta situação pode ser exequível no caso de ofertas sociais dirigidas a pessoas portadoras de deficiência, ou dependentes, já no caso das ofertas sociais dirigidas à terceira idade, ou à infância, a apresentação de justificações e demonstração desta procura externa tem ocasionado demoras acrescidas na instrução de candidaturas e na sua aprovação, apesar da elevada procura que se tem verificado nesta área.

Até ao final de 2014 foram apoiados equipamentos, nesta área, dirigidos maioritariamente ao apoio à infância, a pessoas portadoras de deficiência e à terceira idade propiciando uma maior inclusão social destes grupos. Trata-se de equipamentos promovidos por instituições particulares de solidariedade social, ou por municípios, com impactos significativos quer nos indicadores de desenvolvimento humano, quer nas condições de atratividade do território regional, para a fixação de população e atividades económicas complementares que podem induzir.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres apenas tem uma incidência direta e eventualmente mensurável no âmbito de aplicação dos regulamentos específicos do eixo 3, relativamente aos equipamentos na área social, cujo impacto no favorecimento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho é particularmente relevante, pois são elas que asseguram na ausência de equipamentos de apoio para este efeito, o acompanhamento dos grupos sociais envolvidos nesta área – as crianças, os idosos e os portadores de deficiência.

Relativamente aos restantes regulamentos específicos, trata-se de uma diretiva transversal que norteia a aplicação do FEDER no âmbito das diferentes áreas sem uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita, como é o caso do regulamento específico, das escolas de ensino básico e

educação pré-escolar e dos regulamentos da reabilitação urbana e das infraestruturas desportivas que contribuem, ainda que de uma forma dificilmente mensurável, para a igualdade de oportunidades ao permitir e potenciar o acesso de todos, independentemente do género, em condições de equidade, à educação, à cultura ao desporto e à participação cívica.

As operações apoiadas adequam-se aos objetivos preconizados para o eixo e refletem as principais preocupações e necessidades evidenciadas pelos promotores, que priorizaram a sua realização face ao momento de menor disponibilidade de recursos.

Apresentamos em seguida algumas considerações sobre as áreas de intervenção que registaram maiores dificuldades, ou que se destacaram mais positivamente.

Redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial – são os equipamentos educativos – escolas de ensino básico e educação pré-escolar e escolas básicas integradas – e os equipamentos de apoio à proteção e inclusão social que constituem as intervenções apoiadas no âmbito desta área de intervenção, trata-se de equipamentos promovidos por IPSS ou entidades equiparadas, ou por municípios.

Enquanto que no caso dos equipamentos educativos e considerando a tipologia de beneficiários envolvidos – municípios – as taxas de execução são nesta data bastante razoáveis, pelas medidas de reforço de comparticipação ocorridas em 2012, no caso das IPSS ou entidades equiparadas, o arranque das operações e a tramitação necessária ao seu financiamento tem um calendário mais prolongado pois trata-se de entidades que requerem algum tempo prévio de capacitação. Considera-se contudo, nesta fase que na maior parte dos casos essa questão já foi ultrapassada, encontrando-se as operações em fase plena de realização física e financeira.

Reabilitação e requalificação urbana – são muito diversificados, quer as ações, quer os beneficiários incluídos nesta área de intervenção.

As ações vão desde intervenções de valorização e reabilitação de espaços públicos urbanos, de equipamentos culturais, sociais e patrimoniais associados, até ações de dinamização cultural e socioeconómica. Na sua grande maioria estas ações foram incluídas em planos e programas estratégicos com toda a morosidade e complexidade que presidiu à sua implementação.

Com efeito e como já referido anteriormente, o processo de implementação das intervenções enquadráveis na área prioritária foi, inicialmente, para além de moroso, muito exigente do ponto de vista organizacional – realização de acordos de parceria, de programas e planos estratégicos – o que ocasionou uma demora significativa no processo de apresentação de candidaturas e respetiva aprovação. Foram também sendo introduzidas diversas alterações ao longo deste processo que originou a necessidade de realização de diversas reprogramações e alterações de programas e planos.

Considera-se nesta fase que as situações e as intervenções estão consolidadas, encontrando-se a maioria das operações em fase de conclusão física e financeira, perspetivando-se o cumprimento os seus objetivos programados.

Mobilidade territorial – a melhoria das acessibilidades inter e intrarregionais – constitui uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conetividade do sistema urbano regional.

As ações realizadas no âmbito desta área de intervenção prioritária referem-se fundamentalmente à melhoria das condições de circulação e segurança das vias integradas na rede municipal de estradas e caminhos e à criação de ciclovias e de sistemas de transporte coletivo municipais e têm como principal beneficiário os municípios.

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

Relevam-se os principais constrangimentos no âmbito da implementação do eixo 3:

- dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, decorrentes da situação financeira global e dos principais potenciais beneficiários das intervenções previstas neste eixo – administração central e local;
- publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA) – administração local.

Com o objetivo de mitigar o impacto das dificuldades financeiras mencionadas, em 2014 o acesso ao financiamento de candidaturas ao Empréstimo Quadro do BEI, passou a decorrer de forma contínua, até ao limite das disponibilidades financeiras, como forma de financiar a contrapartida nacional.

Em termos de gestão foram reavaliadas, no âmbito da equipa conjunta de monitorização dos compromissos municipais e “Bolsa de Observação”, os compromissos de todas as entidades que apresentavam dificuldades de execução, dando origem a descompromisso parcial ou total.

3.3.4. Projeto demonstrativo

POLÍTICA DE CIDADES – REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E A INOVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação	BIOECOS - Valorização Integridade da Biomassa		
Beneficiário	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo		
Investimento da operação			
	Investimento Total		544.169€
	Investimento Elegível		544.169€
	FEDER		435.335€

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O projecto enquadra-se na rede ECOS – Energia e Construção Sustentáveis, que pretende dotar o País de um conjunto de centros de excelência no domínio da sustentabilidade e eficiência energéticas, com particular incidência na construção sustentável e na produção de energia a partir de fontes renováveis. O projecto BioEcos incide sobre a biomassa vegetal como fonte produtora de energia, na vertente de valorização. Tendo como objetivo final a utilização energética da biomassa, com este projecto é pretendido o desenvolvimento de estratégias de valorização, que permitam extrair valor acrescentado previamente à utilização energética da biomassa. O objetivo do projecto consiste no desenvolvimento de metodologias que permitam avaliar o potencial dos diferentes tipos de biomassa provenientes de culturas energéticas ou resíduos agro-florestais como geradores de produtos de alto valor acrescentado (compostos anti-oxidantes, bioativos, óleos essenciais, açúcares). Será também determinado o potencial energético da biomassa em termos caloríficos após a extração destes compostos com alto valor. O projecto BioEcos pretende assim adicionar valor às culturas energéticas e resíduos agro-florestais, sem retirar o potencial energético. Este estudo será realizado usando como espécies modelo o cardo (*Cynara cardunculus*) e a esteva (*Cistus ladanifer*) e as metodologias desenvolvidas podem ser aplicadas a qualquer tipo de biomassa vegetal.

Como objetivos pretende-se estabelecer, junto da Rede ECOS, as bases de uma iniciativa a longo prazo, que se destina a criar uma massa crítica de conhecimento e tecnologia tendo em perspectiva a criação de uma cadeia de valor e desenvolvimento de factores de atração de actividades inovadoras e competitivas. Este projecto irá contribuir para a identificação e caracterização do potencial energético e biológico da biomassa endógena, de todos os municípios envolvidos na Rede ECOS, fomentando a implantação de empresas baseadas em recursos renováveis e o consequente desenvolvimento sustentável. Uma das mais-valias para os restantes parceiros traduzir-se-á na transferência de conhecimento, partilha de tecnologia e criação de propriedade intelectual. A integração na Rede ECOS facilitará a disseminação do conhecimento e da tecnologia e a sua aplicação nos contextos urbanos das cidades participantes.

POLÍTICA DE CIDADES – REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E A INOVAÇÃO

FOTOGRAFIAS



MOBILIDADE

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação ***Rede de Transportes Coletivos Sustentáveis de Serpa***

Beneficiário ***Município de Serpa***

Investimento da operação

Investimento Total	480.090€
Investimento Elegível	436.270€
FEDER	370.829€

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O projeto consiste na implementação de um serviço urbano de transporte público na cidade de Serpa. A operação candidatada envolve dois estudos, o Plano setorial de transporte público na cidade de Serpa e o Plano setorial de circulação e estacionamento no centro histórico de Serpa; a aquisição de 1 mini autocarro de tração elétrica, de uma viatura de 9 lugares, de 1 pequeno veículo elétrico urbano; um sistema automático de gestão de bicicletas urbanas que envolve a aquisição de 40 bicicletas e parqueamento; e, abrigos de passageiros e sinalização

A intervenção incide no coração do centro urbano de Serpa (centro histórico) e na sua articulação com a envolvente urbana e com os territórios adjacentes, aumentando a fluidez do tráfego e as ligações a plataformas de conexão com meios de transporte público e privado e locais de interesse económico e social;

A utilização de meios de transporte amigos do ambiente como as bicicletas e os veículos elétricos contribuem para a valorização do centro histórico de Serpa, onde se inserem as “muralhas de Serpa” consideradas como imóvel de interesse público.

Enquanto o autocarro elétrico obedece a um circuito fixo, com acesso a lugares de interesse como escolas, administração pública, zonas comerciais, etc., o veículo elétrico de pequenas dimensões terá uma utilização em circuito livre dentro do centro histórico e o uso das bicicletas será autorizado até aos limites do espaço urbano. Este projeto será desenvolvido numa lógica de promoção e potenciação das interfaces, quer com a rede rodoviária nacional, quer com os estacionamentos destinados às viaturas particulares de forma a desviar o fluxo de trânsito do centro da cidade.

Um projeto integrado desta natureza, organizador da circulação rodoviária e do estacionamento, com a dinamização do transporte público de qualidade e pedonal e concomitante redução do fluxo automóvel contribui para a diminuição da sinistralidade. A sua principal característica, ao recorrer a meios de transporte elétricos e à bicicleta é precisamente a mais-valia ambiental e o contributo para a eficiência energética e para a mobilidade sustentável, mas também o seu carácter inovador, através da utilização de meios e formas de transporte ainda muito pouco utilizados pelas autarquias, considerando-se que esta operação poderá vir a ter efeito multiplicador noutros municípios da região Alentejo. O autocarro elétrico de Serpa será o primeiro no país dotado da mais avançada tecnologia de motores endotérmicos e alimentado por baterias de lítio.

MOBILIDADE

FOTOGRAFIAS



3.4. Eixo Prioritário 4 – Assistência Técnica

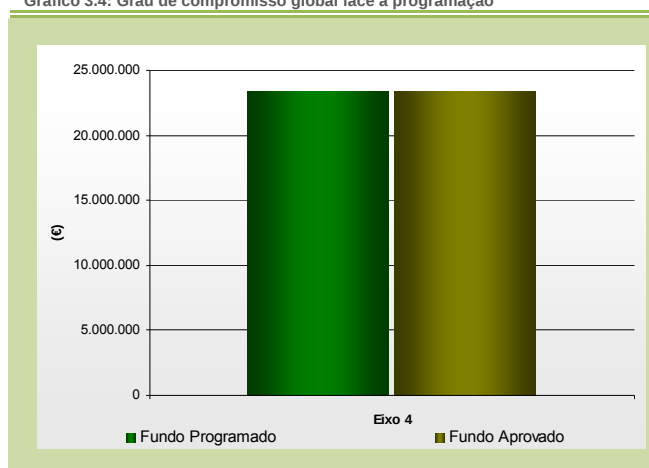
3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A evolução do eixo prioritário 4 – Assistência Técnica, está identificada nas tabelas seguintes, assim como o seu comportamento ao nível de indicadores de eixo, e ao nível de indicadores comuns comunitários:

Tabela 3.21: Eixo prioritário 4 – aprovação (€)					
Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR) Inv. Total
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.043.864.386	853.933.978	1.255.076.743	946.663.949	110,86%
FEDER		853.933.978		946.663.949	110,86%
Eixo Prioritário 1	333.507.496	250.130.622	456.937.773	295.194.323	118,02%
Eixo Prioritário 2	216.855.383	184.327.075	236.162.458	189.681.114	102,90%
Eixo Prioritário 3	465.972.096	396.076.281	535.470.418	438.384.883	110,68%
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	26.506.094	23.403.630	100,02%

Tabela 3.22: Eixo prioritário 4 – execução (€)							
Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxas	
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total	execução (EX/PR)	pagamento (PG/AP)
Ações de Assistência Técnica	16.484.434	14.333.951	797.856	14.139.052	14.936.908	61,26%	61,25%
Eixo 4	16.484.434	14.333.951	797.856	14.139.052	14.936.908	61,26%	61,25%

Gráfico 3.4: Grau de compromisso global face à programação



Na figura 3.4 pode observar-se a incidência do eixo 4 ao nível das NUT III. De salientar que as operações de assistência técnica da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermédios: Turismo de Portugal, IAPMEI e AICEP são de natureza não regionalizável.

Figura 3.4: Eixo 4 - distribuição do FEDER executado por NUT III

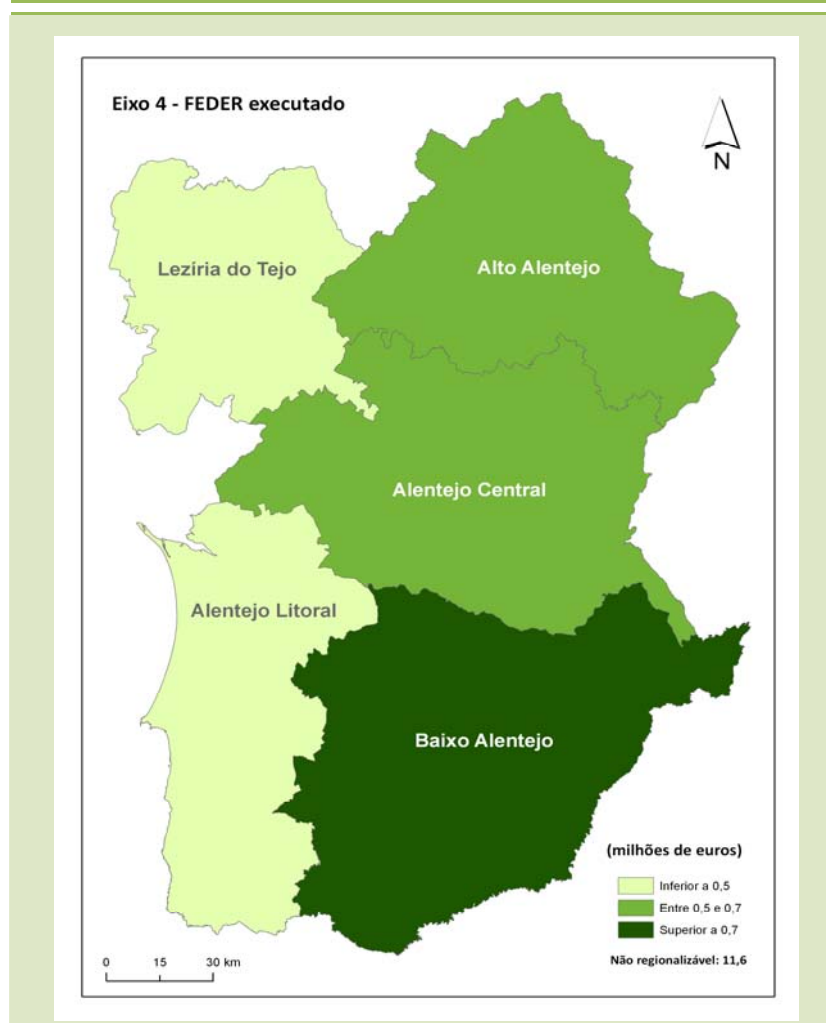


Tabela 3.23: Realização física do eixo 4

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006										
53 - % despesas validadas dos fundos estruturais coberta por ações de verificação no local pela estrutura segregada	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada	0,13%	6,9%	6,6%	8,7%	7,2%	5,4%	8,0%	5%	8,0%
	Metas			7,5%						5%
	Valor de Referência									12%
54 - N.º Visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada	50.248	176.277	314.121	485.588	603.194	952.628	1.182.503		1.182.503
	Metas			80.000					500.000	500.000
	Valor de Referência									58.000
55 - Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada			32%	65%	44%	61,2%	61,8%		61,8%
	Metas			60%					80%	80%
	Valor de Referência									
52 - N.º Ações de divulgação e informação do Programa	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada	160	453	1.206	2.295	3.447	4.796	6.108		6.108
	Metas			50					1.250	1.250
	Valor de Referência									---
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
1	Emprego criado	Realização Contratada		10	10	11	11	11		11
		Realização Executada				11	11	11		11
2	dos quais : homens	Realização Contratada		4	4	4	5	5	5	5
		Realização Executada				5	5	5		5
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		6	6	6	6	6	6	6
		Realização Executada				6	6	6		6

n.a. - não aplicável

Indicadores de eixo

- Percentagem de despesas dos fundos estruturais coberta por ações de verificação no local pela estrutura segregada - o valor para este indicador, no ano de 2014, situa-se em 8,0% refira-se que este valor se reporta exclusivamente às ações inteiramente concluídas com despacho de decisão no final de 2014, encontrando-se concluídas naquela data 60 ações no montante total de despesa objeto de verificação no local de 67,2 M€. Considera-se, assim, existir um bom cumprimento deste indicador, face à meta de 5 % definida para 2015, após reprogramação.
- Níveis de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas) – em 2014, globalmente registaram-se 170 recomendações resultantes de verificações no local, das quais 105 se encontravam satisfeitas no final do ano, representando um grau de satisfação de 61,8%.

3.4.2. Análise qualitativa

O objetivo do eixo 4 - assistência técnica, é capacitar as Autoridades de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências.

Assim, a execução física evidenciada na tabela anterior, e cuja análise já foi efetuada, permite realçar a totalidade da despesa pública coberta por verificações de gestão, o número de ações de divulgação e informação do PO, bem como comprovar o elevado número de visitantes anuais ao sitio da internet do INALENTEJO, que já ultrapassam as metas previstas, e que pode indiciar o elevado grau de interesse dos beneficiários e público em geral, na informação divulgada.

- Regulamento Específico - Assistência Técnica

Tabela 3.24: Situação dos avisos – Assistência Técnica												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
Aviso com decisão em 2014												
ALENT-73-2013-01	25-11-13	09-12-13	20-03-14	101	10	8.265.651	10	8.265.651	10	8.425.589	10	8.343.902

Atendendo ao facto de em 2013 ter sido aberto concurso e aprovadas candidaturas de natureza plurianual (2014/2015), em 2014 não se procedeu à abertura de qualquer aviso de concurso, sendo um ano de exclusiva execução.

3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

As referências neste ponto continuam a ser idênticas às do ano transato, isto é, no eixo 4 – assistência técnica, não se verificaram problemas significativos.

3.4.4. Projeto demonstrativo

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação	<i>Assistência Técnica Global do Programa Orçamental – Ano 2014/2015</i>	
Beneficiário	<i>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo</i>	
Investimento da operação		
	Investimento Total	5.823.000€
	Investimento Elegível	5.823.000€
	FEDER	5.823.000€

CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

A candidatura é apresentada pela CCDDR Alentejo, enquanto organismo público responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro do PO Alentejo, no âmbito do eixo 4 - Assistência Técnica.

A candidatura pretende capacitar a AG, para o eficaz desempenho das suas competências, designadamente as que respeitam à realização de atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do Programa e ainda à realização de estudos de suporte à tomada de decisão.

No ano 2014 assumiram ainda, especial relevo as atividades de preparação do PO 2014-2020.

O financiamento dos recursos e das atividades necessárias e adequadas à prossecução da missão e ao exercício das competências dos órgãos técnicos de governação do PO é assegurado pelos recursos financeiros para a Assistência Técnica do respetivo PO.

No âmbito da operação de assistência técnica em causa, foram realizados diversos eventos de divulgação dos resultados do PO e de disseminação de boas práticas, bem como de eventos de participação pública de preparação do PO 2014-2020.

No âmbito da sua concretização foram realizadas várias sessões públicas de divulgação e informação, com abrangência de toda a região Alentejo, e presença efetiva em todas as NUTIII.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

FOTOGRAFIAS



4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

4.1. Grandes projetos

No INALENTEJO não existe qualquer grande projeto aprovado.

4.2. Projetos ambientais

O INALENTEJO não inclui projetos ambientais com custos de investimento totais entre os 25 e os 50M€.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Após reprogramação, ao eixo 4 – assistência técnica foi atribuído 23,4 M€ de financiamento FEDER para o período 2007-2013, o que representa cerca de 2,7 % da dotação orçamental atribuída ao INALENTEJO.

A análise à execução acumulada deste eixo reflete que a taxa de compromisso é de 100% da dotação FEDER programada.

Os valores aprovados no âmbito da assistência técnica não ultrapassaram os limites regulamentares estabelecidos, nos termos do n.º 1 do artigo 46º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11-06-2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de abril:

- 4% do montante total afetado a título dos Objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego.

Tabela 5.1: Eixo 4 – Assistência Técnica (€)

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Execução (EX)		Taxa de compromisso	Taxa de execução
	Despesa Pública	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	(AP/PR)	(EX/PR)
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	26.506.094	23.403.630	16.484.434	14.333.951	100%	61%

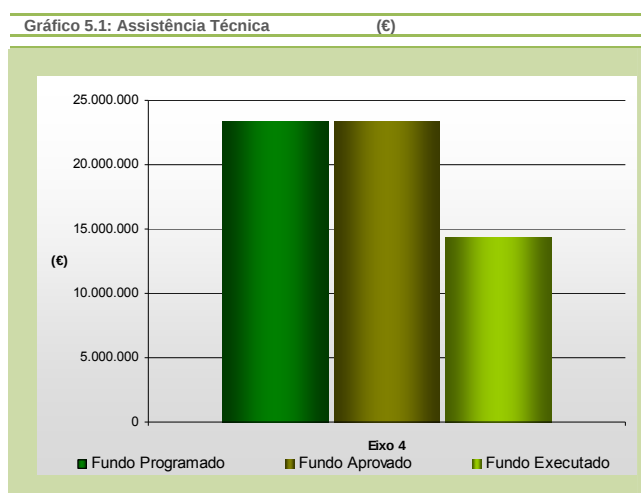


Tabela 5.2: Assistência técnica, aprovações e execução por tipologia de beneficiário (€)

Tipologia de Beneficiário	N.º de candidaturas apresentadas	N.º de projetos aprovados	Investimento elegível aprovado	FEDER Aprovado (AP)	% FEDER aprovado	FEDER Executado (EX)	Taxa de realização (EX/AP)
CCDR Alentejo	9	8	18.417.959	16.528.715	71%	10.394.898	62,89%
OI/CIM	30	30	4.910.644	4.174.047	18%	2.710.448	64,94%
OI/SI	19	15	3.177.491	2.700.867	12%	1.228.605	45,49%
Total PO	58	53	26.506.094	23.403.630	100%	14.333.951	61,25%

Tabela 5.3: Tipologia de despesa elegível aprovada							(€)	
Tipologia de despesa	Investimento elegível aprovado	FEDER aprovado	%	Investimento elegível Executado	FEDER Executado	%	FEDER aprovado em 2014	FEDER executado em 2014
Custos com pessoal	19.716.588	17.389.100	74	13.986.703	12.210.880	85	6.191.965	2.665.210
Equipamento informático e software	637.205	575.375	3	213.716	181.658	1	227.461	649
Informação e publicidade	1.158.759	1.017.195	4	409.497	348.073	2	300.900	71.625
Estudos e consultoria	1.439.240	1.278.104	5	750.457	637.888	5	365.000	4.023
Outros bens e serviços de apoio à gestão	3.554.300	3.143.855	14	1.116.237	955.452	7	880.440	135.028
Total	26.506.094	23.403.630	100	16.476.611	14.333.951	100	7.965.767	2.876.535

Ainda no que se refere ao eixo 4 – assistência técnica, conforme tabela anterior, no final de 2014, em termos de aplicação orçamental e considerando os valores aprovados por tipologia de despesas, bem como a correspondente estrutura de custos, verifica-se que o valor mais significativo, 85%, continua a pertencer à rubrica de custos com pessoal.

No âmbito da execução da assistência técnica, não se verificaram problemas de maior ou estrangulamentos na sua execução, conforme se pode verificar pelo nível de execução verificado, com excepção de ligeiros atrasos na apresentação da documentação comprovativa da execução das operações por parte de alguns beneficiários.

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O plano de comunicação do INALENTEJO foi apresentado à Comissão Europeia em 11-02-2008, de acordo com a regulamentação comunitária e nacional em vigor, tendo sido objeto de aprovação por parte desta, conforme ofício n.º 6146, de 10-07-2008, da DG REGIO.

Através do plano de comunicação aprovado, a AG propõe-se promover e coordenar um conjunto de ações, com o intuito de sensibilizar a opinião pública e informar os potenciais beneficiários, sobre os objetivos do FEDER e do empenho nacional no apoio ao desenvolvimento regional e à coesão económica e social.

Uma eficaz comunicação do programa constitui condição “sine qua non” para a dinamização e estímulo do investimento na Região Alentejo, em especial nas áreas de intervenção plasmadas nos eixos estratégicos do PO, contribuindo, em última análise, para o reforço da competitividade regional e sustentabilidade da coesão social e territorial.

A comunicação do INALENTEJO assenta em quatro grandes objetivos estratégicos, ligados à notoriedade/visibilidade, à transparência/equidade, à qualificação da procura e, não menos importante, ao papel da União Europeia e dos fundos estruturais. Trata-se de objetivos suficientemente fortes e integradores, podendo ser considerados como “elementos fundadores” da comunicação do Programa.

A implementação do plano de comunicação aprovado é constituída por 3 fases operacionais, que correspondem aos principais momentos do ciclo de vida do PO:

- 1.ª Fase (2007/2009) – promoção e implementação institucional
- 2.ª Fase (2010/2011) – consolidação e avaliação intercalar
- 3.ª Fase (2012/2013) – divulgação da execução e encerramento

No ano de 2014, no âmbito da 3.ª Fase, foi dada continuidade à “divulgação da execução e encerramento”, pelo que os esforços da AG se dirigiram para a divulgação da apoios concedidos e a transmissão da informação sobre a execução dos projetos, a divulgação dos mesmos e os resultados.

Tendo em consideração o previsto no plano de comunicação do INALENTEJO, para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, as principais atividades de informação e publicidade realizadas até final do ano de 2014, traduziram-se em:

Imagem – neste âmbito foram desenvolvidas três ações:

- a conceção da “*corporate image*” do PO – foi desenvolvido um concurso de ideias para a conceção da logomarca INALENTEJO. A logomarca foi selecionada e registada como marca nacional sob o n.º 435089, ainda em 2008;
- a conceção do manual de normas gráficas - ficou concluída em 2008, e está acessível no sítio da internet do INALENTEJO;
- a AG do INALENTEJO emitiu a orientação de gestão n.º 3/2013, de 06 de novembro, que altera e republica a orientação de gestão n.º 2/2008 – obrigações de informação e publicidade dos beneficiários, acessível no sítio do INALENTEJO.

Figura 6.1: Logomarca



O site da internet do INALENTEJO – www.inalentejo.qren.pt

Este instrumento constituiu-se, desde o início, como o meio preferencial de informação e divulgação, acessível aos principais grupos-alvo, nomeadamente referente a:

- apresentação do Programa Operacional Regional e da Comissão Diretiva;
- legislação comunitária e nacional;
- regulamentação comunitária, nacional e de gestão;
- avisos de concurso abertos por eixo e regulamento específico, com indicação do período de abertura, montante a concurso e possibilidade de acesso imediato ao regulamento, respetivos critérios de seleção e aviso de concurso;
- avisos de concurso encerrados;
- listagem de operações aprovadas, por eixo, com identificação dos respetivos beneficiários, investimento total e FEDER aprovados, com informação atualizada trimestralmente, de acordo com a orientação de gestão n.º 2/2008 - obrigações de informação e publicidade dos beneficiários;
- informação sobre os projetos aprovados, por eixo prioritário e regulamento específico, incluindo a sua georreferenciação;
- procedimentos de gestão, incluindo o Manual de Procedimentos do INALENTEJO e as orientações de gestão;

- plano anual de concursos;
- relatórios de execução e de avaliação;
- regras de publicitação, nomeadamente as normas de publicitação do INALENTEJO, e as normas gráficas do QREN e do INALENTEJO, bem como as especificações do emblema Europeu;
- sessões de divulgação dos apoios existentes, designadamente ao nível dos sistemas de incentivos;
- notícias dando conta dos principais aspetos e eventos relacionados com a atividade desenvolvida pela AG;
- newsletter;
- contactos;
- ligações úteis, designadamente ao website do QREN e dos sistemas de incentivos.

Em 2014, sob a designação 'O Alentejo mudou', lema do programa, manteve-se a atualização da componente de informação de divulgação de projetos co-financiados, por concelho, que inclui uma breve descrição do projeto, beneficiário, regulamento específico enquadrador e valores de investimento e co-financiamento FEDER, para além de fotografias dos projetos o realce da figura 6.2 evidencia a forma de acesso a esta informação.

Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO – O Alentejo mudou



O *site* do INALENTEJO apresenta-se assim como um meio privilegiado de informação e divulgação, como se pode confirmar pelo respectivo número de visitas ao mesmo, num total de 1.182.503 até 31-12-2014, dos quais 229.875 respeitam apenas ao ano de 2014, e que revela um acréscimo significativo de visitas, embora ligeiramente mais reduzido que no ano anterior, o que é compreensível dado que o programa está na sua fase final de execução. Na sua quase totalidade, estas visitas têm origem em Portugal. Neste contexto, recordamos que o exercício de avaliação da operacionalização do INALENTEJO, refere relativamente à utilização da internet, e mais concretamente do *site* do INALENTEJO, que “Quer o número de visitas ao *site*, quer a opinião perspetivada pelos beneficiários no inquérito realizado no âmbito da avaliação, confirma a importância deste meio de divulgação e informação (...)”.

O número de visitas ao *site* do INALENTEJO tem superado claramente a média anual inicialmente prevista (50.000 visitantes/ano).

Página de Facebook

No início de janeiro de 2013, foi criada a página de *facebook* do INALENTEJO, para efeitos de informação de interesse sobre o programa, o QREN, o ciclo de fundos comunitários 2014-2020, e informação variada sobre os fundos comunitários, a União Europeia e a região Alentejo. A página despertou o interesse de muitos visitantes e atingiu, no final do ano de 2014 – 1.363 *Like*, com um alcance de 5.363 visitantes.

Campanhas de Promoção e Divulgação do INALENTEJO

Em 2014, foram realizadas as seguintes campanhas de promoção e divulgação do INALENTEJO:

- Divulgação dos apoios concedidos às IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, em fevereiro de 2014;
- Divulgação dos dados de execução de 2013, em fevereiro de 2014;
- Comemoração do Dia da Europa 2014;
- Divulgação da Sessão da Iniciativa JESSICA “Oportunidades de Financiamento”, que se realizou em Sines a 11 de julho;
- Divulgação da Iniciativa JESSICA, em julho 2014;
- Divulgação da execução actualizada do INALENTEJO, em julho e agosto de 2014;
- Divulgação dos contratos de financiamento dos equipamentos desportivos celebrados, em setembro de 2014.

Figura 6.3: Campanhas de promoção e divulgação

INALENTEJO assinou novos contratos de equipamentos desportivos 774 mil euros de investimento, 580 mil euros de apoios

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO assinou 4 contratos de financiamento referentes a projectos de investimento em equipamentos desportivos, promovidos por associações sem fins lucrativos, inscritas em federações desportivas, com um investimento total de 774 mil euros e uma comparticipação financeira FEDER associado de 580 mil euros.

Os contratos de financiamento assinados referem-se a projectos que têm por objectivo a modernização e recuperação de equipamentos desportivos já existentes, para permitir a sua utilização para treino, formação desportiva e competição, facilitando a prática desportiva das camadas infantis e jovens, a realização de competições de âmbito regional e nacional, e o fomento da prática desportiva permanente.

Os projectos compreendem a modernização da Piscina Coberta da Aminata Évora Clube de Natação, a cobertura do Campo n.º 4 do Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, bem como a modernização e recuperação dos Campos de Futebol de Cabrela, no concelho de Montemor-o-Novo, e do Grupo Desportivo de Santo António, em Évora, e devem estar concluídos até 30 de Junho de 2015.

O Regulamento Específico 'Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos' que compreende estas aprovações, está enquadrado no Eixo Prioritário 3 – Coesão Local e Urbana do INALENTEJO. Este Regulamento destina-se a apoiar equipamentos de dimensões adequadas, quer ao treino e formação desportivos, quer à competição regional e local, e que devem ser concebidos para funções desportivas polivalentes permitindo flexibilidade na sua utilização.

Logos: INALENTEJO, QREN, União Europeia, CCDR Alentejo

- Divulgação da participação no OPEN DAYS 2014, em outubro de 2014;

Figura 6.4: Campanhas de promoção e divulgação

O Alentejo marcou presença em Bruxelas no Open DAYS

O Alentejo esteve presente na 12.ª edição do OPEN DAYS, o maior evento de Política Regional da União Europeia, que decorreu de 6 a 9 de Outubro, em Bruxelas, este ano sob o lema «Crescer em Conjunto - Investimento Inteligente ao Serviço dos Cidadãos».

Este evento reuniu cerca de 6 000 representantes das Regiões e das Cidades da Europa, para a 12.ª sessão anual do OPEN DAYS, para trocar pontos de vista sobre como transformar a Política de Coesão reformada da UE numa realidade para a criação de Emprego e Crescimento.

O OPEN DAYS - Semana Europeia das Regiões e das Cidades, é organizado conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo Comité das Regiões e constitui uma plataforma para a discussão e o debate sobre o contributo das estratégias de investimento dos Estados-Membros para o cumprimento dos objetivos europeus e o crescimento nas regiões.

A reforma da Política de Coesão da UE foi liderada pelo Comissário Europeu para a Política Regional, Johannes Hahn, e transformou a Política de Coesão num instrumento de investimento moderno e centrado nos resultados, aplicável a todas as regiões europeias, concentrando a maior parte dos recursos em setores fundamentais, como a inovação, a competitividade das PME, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e a transição para uma economia hipocarbónica.

No OPEN DAYS de 2014, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO participou, a convite da DG REGIO, no Workshop «Addressing the challenge of sustainable and secure supply of Raw Materials for Europe: how can Regions be in the front line?» (Enfrentar o desafio do fornecimento seguro e sustentável de matérias-primas à Europa: como colocar as Regiões na linha da frente?). O Vogal da Comissão Diretiva, António Costa da Silva, centrou a sua apresentação na Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

Face à temática, a representação do Alentejo incluiu também apresentações da responsabilidade do Director-Geral do CEVALOR, Nelson Cristo, e da representante da SOMINOR, Mafalda Oliveira, para além da representação da Associação ValorFeira.

O objetivo deste workshop, que se realizou no dia 7 de Outubro, foi apresentar algumas das melhores práticas regionais de inovação aplicadas à cadeia de valor das matérias-primas a apoiar pelos Programas Operacionais Regionais 2014-2020, no âmbito das prioridades para uma especialização inteligente. Foi uma oportunidade da maior importância para dar visibilidade aos processos competitivos e tecnologicamente inovadores desenvolvidos na Região nesta matéria, aliados à responsabilidade social, com garantia da sustentabilidade da biodiversidade e eco-eficiência.

Para além da Região Alentejo, estiveram igualmente representadas no workshop a Lombardia (Itália) e North Rhine-Westphalia (Alemanha).

No evento, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - CCORA, também participou no Workshop «Managing health inequalities - how to tackle the demographic challenges? (Gerir desigualdades na saúde - como lidar com os desafios demográficos?)», que se realizou também no dia 7 de Outubro, com o objetivo de troca de conhecimentos e boas práticas sobre a forma como as regiões podem enfrentar as desigualdades em matéria de saúde e aplicar os resultados da investigação e de outras intervenções em benefício do desenvolvimento local e como ferramenta para enfrentar os desafios demográficos a nível da UE.

O orador convidado para este workshop foi José Robalo, Presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo, que apresentou a intervenção sobre Gestão de recursos de saúde em contextos demográficos adversos, temática que procurou responder à pergunta-chave comum aos participantes no workshop. A delegação do Alentejo a este workshop foi coordenada pelo Vice-Presidente da CCORA, Roberto Gírio.

Esta temática assume particular importância para o Alentejo, dadas as suas características de território de baixa densidade que combina, negativamente, factores como um acentuado decréscimo e um forte envelhecimento populacional que colocam importantes problemas em termos de saúde pública.

Neste workshop, o Alentejo integrou um conglomerado composto também pelas regiões de Lodzkie (Polónia), que liderou, do Algarve (Portugal), da Extremadura (Espanha), da Sardenia (Itália) e de Vysočina (República Checa).

Sob o lema «Crescer em Conjunto - Investimento Inteligente ao Serviço dos Cidadãos», os representantes das autoridades locais e regionais da UE reuniram assim com especialistas, decisores políticos e profissionais dos setores público e privado.

Foto: D. Costa da Silva

Logos: INALENTEJO, QREN, União Europeia, CCDR Alentejo

- Saudação à aprovação do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade, cuja candidatura foi apoiada pelo INALENTEJO, em novembro de 2014;

Figura 6.5: Campanhas de promoção e divulgação



Para além destas campanhas, verificaram-se diversas colaborações de apoio à realização de eventos de natureza local ou regional, importantes para a região, ou em que o INALENTEJO se encontrou representado, como é o caso das feiras de âmbito regional, e de publicações sobre a região.

Considerando a existência de apenas um jornal de periodicidade diária na região, apresentando os restantes periodicidade semanal, quinzenal ou mesmo mensal, de modo a permitir uma mais adequada cobertura da região em termos de divulgação dos eventos em tempo útil, nestas campanhas foi igualmente efetuada a sua divulgação com recurso à inserção de spots nas rádios regionais. Esta forma de divulgação permite atingir outros segmentos de públicos-alvo.

Outros importantes meios de comunicação, focalizados no esclarecimento de dúvidas e informação aos beneficiários, foram utilizados:

- a conta de e-mail específico - inalentejo@ccdr-a.gov.pt - com 2.787 email respondidos até ao final de 2014, dos quais 1.025 ao longo do ano de 2014;
- a linha verde 800 205 238 – com 14.061 solicitações telefónicas até ao final de 2014, das quais 1.285 em 2014.

A produção de *newsletter* eletrónicas teve início no último trimestre de 2008, sendo de referir que até ao final de 2014 foram produzidas um total de 97, encontrando-se todas disponíveis no *site* do INALENTEJO. Em concreto, no ano de 2014, foram divulgadas 15 *newsletters*.

Figura 6.6: Newsletter



Meios Materiais

Durante o ano de 2014, foram produzidos os seguintes meios materiais:

- Produção de folheto “O INALENTEJO apoia o desenvolvimento da Região Alentejo”, apresentando dados de execução, em abril de 2014;

Figura 6.7: Meios materiais - folheto



- Produção de vídeo “Recursos minerais no Alentejo: da Biodiversidade à Competitividade”
- Produção de vídeo “Recursos Minerais no Alentejo: da Biodiversidade à Competitividade” gravado, para distribuição no OPEN DAYS 2014 no workshop “Addressing the challenge of sustainable and secure supply of Raw Materials for Europe: how can Regions be in the front line?”;
- Produção de vídeo “O Alentejo está a mudar”;

Eventos

Em matéria de eventos realizados ao longo do ano de 2014, há a registar os seguintes:

- Mostra de trabalhos dos utentes das IPSS da região Alentejo “Tradições e Saberes do Alentejo”, fevereiro de 2014;

Figura 6.8: Mostra de Trabalhos “Tradições e Saberes do Alentejo”



- Comemoração do Dia da Europa 2014. Esta comemoração desenvolveu-se ao longo de três meses, conforme informação desenvolvida no ponto.
- Roteiro do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional pelos Territórios de Baixa Densidade, de 2 a 5 de maio de 2014.
- Este roteiro abrangeu dez concelhos da região: Arraiolos, Évora, Montemor-o-Novo, Moura, Ferreira do Alentejo, Beja, Sines, Marvão, Castelo de Vide e Campo Maior e diversas entidades/empresas.

Foram visitados vários projetos de investimento, com enquadramento nas diversas tipologias, a maioria dos quais executados com apoio comunitário FEDER no âmbito do INALENTEJO.

Figura 6.9: Roteiro pelos territórios de baixa densidade



- Sessão da Iniciativa JESSICA “Oportunidades de Financiamento”, Sines, 11 de julho;
- Sessões públicas de assinatura de contratos de financiamento:
 - o 27-01-2014 - CCDRA, Projetos de Iniciativa Municipal – 12 contratos de financiamento, investimento elegível total de 13,4 M€, no âmbito de diversos regulamentos específicos;

Figura 6.10: Assinatura de contratos de financiamento de iniciativa municipal



- o 03-02-2014 – CCDRA, Equipamentos para a Coesão Local – 27 contratos de financiamento, investimento total de 8,9 M€;
- o 03-07-2014 – CCDRA, Património Cultural – Com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, do Secretário de Estado da Cultura e da Secretária de Estado da Defesa Nacional, 16 contratos de financiamento, investimento total de 12,8 M€. Esta assinatura de contratos contemplou dois dos projetos mais emblemáticos alvo de processos de requalificação nesta fase, a Igreja e Convento de S. Francisco, em Évora, com um valioso património histórico e religioso, e o Forte da Graça, em Elvas, classificado como monumento nacional e património mundial da UNESCO.

Figura 6.11: Assinatura de contratos de financiamento - Coesão Local



Figura 6.12: Assinatura de Contratos de financiamento - Património Cultural



Evento Anual

Em 2014, não se realizou o evento anual, devido ao intenso trabalho de preparação do novo ciclo de programação de fundos comunitários.

Comemoração do Dia da Europa

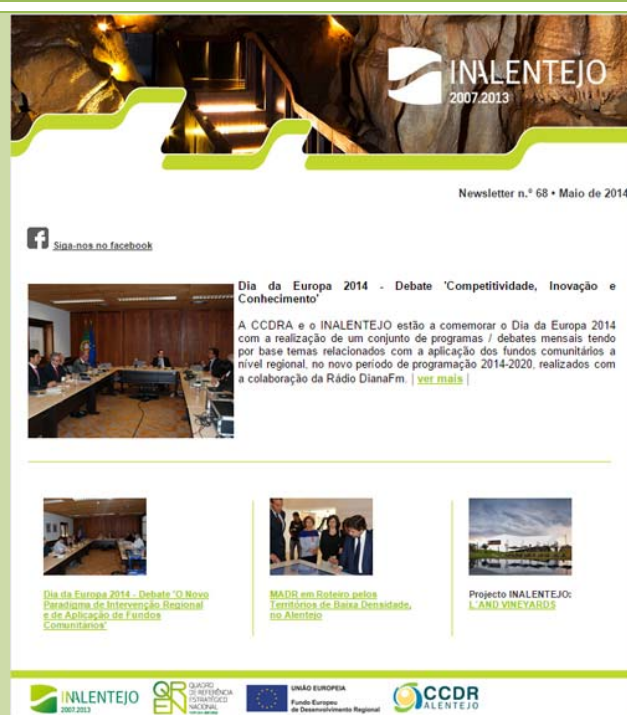
A comemoração do Dia da Europa foi assinalada com o hastear das bandeiras portuguesa e comunitária no edifício sede da CCDR Alentejo.

Para além disso, a comemoração foi assinalada com uma campanha de divulgação na comunicação social regional (jornais e rádios locais) e a emissão de uma newsletter Dia da Europa.

Figura 6.13: Campanha Dia da Europa



Figura 6.14: Newsletter Dia da Europa



Foram ainda realizados debates mensais, em abril, maio e junho de 2014, com gravação em direto nas instalações da CCDRA, e emissão na rádio, tendo por convidados figuras relevantes dos setores em debate. Os temas em debate foram os seguintes:

- O novo paradigma de intervenção regional e de aplicação de fundos comunitários;
- Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- Uma estratégia para os cidadãos.

OPEN DAYS 2014

O Alentejo esteve presente na 12.^a edição do OPEN DAYS - Semana Europeia das Regiões e Cidades, o evento de Política Regional da União Europeia, que decorreu de 6 a 9 de outubro de 2014, em Bruxelas, sob o lema «Crescer em Conjunto - Investimento Inteligente ao Serviço dos Cidadãos».

O OPEN DAYS é organizado conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo Comité das Regiões e constitui uma plataforma para a discussão e o debate sobre o contributo das estratégias de investimento dos Estados-Membros para o cumprimento dos objetivos europeus e o crescimento das regiões.

A AG do INALENTEJO participou, a convite da DG REGIO, no Workshop “*Addressing the challenge of sustainable and secure supply of Raw Materials for Europe: how can Regions be in the front line?*” (Enfrentar o desafio do fornecimento seguro e sustentável de matérias-primas à Europa: como colocar as Regiões na linha da frente?). O vogal da Comissão Diretiva, António Costa da Silva, centrou a sua apresentação na Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

Face à temática, a representação do Alentejo incluiu também apresentações da responsabilidade do Diretor-geral do CEVALOR – Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal, e da representante da SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, S.A., para além da representação da Associação ValorPedra - Cluster da Pedra Natural.

O objetivo deste workshop, que se realizou no dia 7 de outubro, foi apresentar algumas das melhores práticas regionais de inovação aplicadas à cadeia de valor das matérias-primas a apoiar pelos PO Regionais 2014-2020, no âmbito das prioridades para uma especialização inteligente. Foi uma oportunidade da maior importância para dar visibilidade aos processos competitivos e tecnologicamente inovadores desenvolvidos na região nesta matéria, aliados à responsabilidade social, com garantia da sustentabilidade da biodiversidade e eco-eficiência.

Para além da Região Alentejo, estiveram igualmente representadas no workshop a Lombardia (Itália) e North Rhine-Westphalia (Alemanha).

Figura 6.15: OPEN DAYS 2014 – Workshop Raw Materials



Feiras

No que se refere a feiras a nível regional em 2014, o INALENTEJO teve três participações, designadamente:

- 31.ª edição da OVIBEJA em Beja, de 30 de abril a 4 de maio;
- Feira de S. João 2014 – Mostra Institucional, em Évora, de 20 a 29 de junho;
- Feira do Montado 2014, em Portel, de 27 a 30 de novembro.

Figura 6.16: Feiras



Tratando-se de eventos de grande importância regional, a afluência de público ao stand do INALENTEJO é grande, revelando interesse pela informação disponibilizada, não só em termos de execução do PO mas também pelos de projetos concluídos.

Mediação e Publicidade

No campo da mediação e publicidade, contabilizou-se o ano de 2014, a publicação de 1.158 notícias relacionadas com o INALENTEJO, o que dá uma média mensal de cerca de 96 notícias, valor

bastante razoável, tendo em consideração a periodicidade dos meios de comunicação social a nível regional, apenas existe um jornal diário. Da análise efectuada às notícias publicadas, podemos afirmar que a informação foi maioritariamente positiva, com uma favorabilidade média de 3,4 pontos, igual à do QREN e superior à do FEDER (3,1 pontos).

O conteúdo de maior Net AVE¹⁰ de 2014 para o INALENTEJO sucedeu em novembro, quando da entrevista do Presidente da CCDR Alentejo/Comissão Diretiva do INALENTEJO, à Revista Pontos de Vista, na qual foi feito o balanço da execução do INALENTEJO e uma antevisão do Alentejo 2020.

Os meses de junho e julho de 2014 foram os que registaram o maior número de notícias sobre o INALENTEJO, com muitas referências à realização da Comissão de Acompanhamento, à visita a projetos de investimento com financiamento comunitário no âmbito do Programa pelo representante da Comissão Europeia na Comissão de Acompanhamento, à aprovação de projetos e assinatura dos respetivos contratos de financiamento no âmbito do Regulamento do Património Cultural, bem como ao evento do Fundo JESSICA realizado em Sines e à divulgação da Iniciativa JESSICA realizada a nível regional pelo INALENTEJO. No âmbito deste evento, o Presidente da Comissão Diretiva deu inclusivamente algumas entrevistas aos jornais regionais, para incentivar o aparecimento de candidaturas.

A notícia veiculada com maior impacto reportou-se à assinatura dos contratos de financiamento no âmbito do Regulamento do Património Cultural, devido à aprovação de dois projetos com grande relevância em termos culturais para o Alentejo, a requalificação/recuperação da Igreja e Convento de S. Francisco em Évora e a recuperação do Forte da Graça em Elvas, classificado como monumento nacional e património mundial da UNESCO. Esta sessão de assinatura de contratos de financiamento contou com a presença do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, do Senhor Secretário de Estado da Cultura e da Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional, comprovando o interesse e a importância destes investimentos para a região Alentejo, em que se tem verificado uma aposta no apoio às diversas entidades que promovam a melhoria, salvaguarda e valorização do património cultural seja ele material ou imaterial, e concluiu com a visita a estes dois projetos.

A taxa de acolhimento dos “press-releases” enviados para os media foi muito variável ao longo de 2014, em função do interesse despertado pelas temáticas divulgadas e seu impacto, sendo muito difícil obter cobertura dos media nacionais. Também há a considerar a periodicidade dos meios de comunicação escrita regionais que inviabiliza a divulgação de alguma informação por já ter perdido oportunidade. Assim, ao longo do ano, destacamos a taxa de acolhimento obtida a nível regional, pelos “press-releases” referentes aos postos de trabalho apoiados pelo INALENTEJO no âmbito do Sistema de Incentivos às Microempresas, à assinatura dos contratos de financiamento dos projetos de iniciativa municipal, ao balanço da execução do INALENTEJO em 2013 e ao evento “JESSICA – Oportunidades de Financiamento”, este potenciado pela campanha de divulgação publicitária.

¹⁰

Valor líquido do espaço editorial

O “press-release” referente à assinatura de contratos de financiamento do 'Património Cultural' mereceu cobertura nos media nacionais, face aos montantes de investimento envolvidos e aos projetos aprovados, entre os quais se contava os dois projetos anteriormente referidos.

Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários

Decorrente da orientação de gestão n.º 3/2013, salienta-se as seguintes obrigações dos beneficiários para efeitos de informação e publicidade:

- referência bem visível, em todas as aplicações de informação e divulgação da operação (ou a ela relativas), ao cofinanciamento comunitário, através da reprodução da logomarca QREN, da logomarca e da insígnia da União Europeia, bem como da logomarca INALENTEJO. No caso concreto de spots de rádio, através da menção áudio, precedida da expressão “cofinanciamento”;
- afixação bem visível no local de cada operação de uma placa descritiva permanente, no caso de um projeto infraestrutural, de construção ou de aquisição de um objecto físico, cujo montante de participação pública exceda 500 mil€.
- Informação de conclusão da candidatura na página informativa do Website da entidade beneficiária (se existente), ou no domínio de Internet específico, fazendo referência aos resultados finais da sua execução, durante um período temporal não inferior a 12 meses, acessível através da sua homepage ou estrutura de navegação principal.

O cumprimento das medidas acima descritas, independentemente do tipo da operação e da participação pública e comunitária atribuída à mesma, é confirmado em sede de verificação de execução física e referenciado no respetivo relatório de verificação de execução física.

Despesas com Informação e Publicidade do INALENTEJO

No ano de 2014, ao nível das despesas referentes à execução do plano de comunicação do INALENTEJO, foi validado, no âmbito da Assistência Técnica, despesa referente aos anos de 2013 e 2014, num montante financeiro total de 73.462,58€. Face às diferentes taxas de comparticipação FEDER, a despesa validada em 2013 no montante de 58.405,94 € representa um montante FEDER de 49.645,05 € e a despesa validada em 2014, no montante de 15.056,64€ representa idêntico montante FEDER.

Tabela 6.1: Tipologia de despesa / domínio (€)					
Domínios	Montante FEDER programado 2007-2013	Despesa total validada até 31-12-2014	FEDER Total validado até 31-12-2014	FEDER validado em 2014	% FEDER validada até 31-12-2014
Imagem e internet	93.000	58.482	49.710	5.228	53,45
Meios materiais	184.500	112.261	95.422	5.847	51,72
Eventos	235.500	51.026	43.372	7.215	18,42
Mediação e Publicidade	228.000	173.377	149.628	46.412	65,63
Avaliação	39.000	23.985	20.387	0	52,28
Total	780.000	419.131	358.519	64.702	45,96

De referir que, na área da informação e divulgação, a maioria dos suportes de comunicação e divulgação é produzida e/ou actualizada internamente com os recursos próprios (humanos e materiais), face à capacitação técnica adquirida na estrutura, cujos valores não são contabilizados diretamente, e sem qualquer recurso a fornecedores externos.

A aposta na divulgação dos resultados e nas boas práticas é uma constante na gestão do INALENTEJO. A aposta iniciada, a nível do QREN, pelo INALENTEJO, no convite a beneficiários, designadamente empresas, para nos eventos (incluindo sessões de esclarecimento e road-shows) apresentarem os seus projetos de investimento e transmitirem o seu testemunho, em termos de dificuldades sentidas com a apresentação da candidatura e a implementação do projeto, e a forma de ultrapassar os problemas, tem constituído uma boa prática e uma mais-valia dos eventos, que não envolve custos.

Em síntese, os quadros seguintes espelham as diversas ações realizadas em 2014, com o objetivo primordial de divulgação e promoção do programa junto dos principais públicos-alvo, bem como de informação e esclarecimento e de divulgação dos apoios concedidos pelo INALENTEJO, para além da apresentação do ponto de situação relativo à implementação do Plano de Comunicação do INALENTEJO até ao final de 2014.

Tabela 6.2: Ações de natureza diversa desenvolvidas em 2014

Indicadores	Tipo	Obj.	Segm.	Metas	Observações	Realizado em 2014	Realizado Acumulado a 31-12-2014
			alvo				
Internet	Acessibilidade ao sítio de Internet a cidadãos com necessidades especial (W3C)	Rs	T	T	100%	Cumprimento integral das regras W3C	Cumprimento regras W3C – conformidade A
	N.º visitantes ao sítio de Internet do Programa	Rs	T	T	700.000	Média anual: 100.000 visitantes	229,875
	N.º newsletters eletrónicas editadas	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	90	Média anual: 15 edições	15
	N.º newsletters eletrónicas emitidas	Rs	T	BD, BP, M, PI, CI	45.000	Média destinatários/edição: 500	1700
Meios materiais	N.º exemplares de material de “merchandising” editados	Rz	1	BD, BP, PI	50.000	N.º aproximado ao “porAlentejo”	3
	% exemplares de material de “merchandising” distribuídos em eventos	Rs	T	T	100%	Cumprimento integral das regras W3C	Cumprimento regras W3C – conformidade A
Eventos	N.º de “mega-eventos” (inclui evento de apresentação do Programa)	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	6	1 evento apres. + 5 “mega-eventos”	-
	N.º seminários/“workshops” realizados	Rz	T	BD, BP, M	40	Média anual: 6 eventos	-
	N.º participações em feiras e “road-shows”	Rz	T	BD, BP, M, OP, PI	18	Média anual: 3	3
	N.º anúncios de divulgação nos “media” – inserções (jornais, rádios, ...)	Rz	T	BD, BP, M, OP	60	Média anual: 10 anúncios	99
Mediação e publi.	Taxa de acolhimento dos “press-releases” enviados para os “media”	Rs	T	M	50%	Taxa= n.º press public. / n.º press enviados	75%
	N.º entidades envolvidas na rede regional de divulgação e informação	Rs	2	M	40	estimativa	100
	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	BD, BP	90%	A apurar através de fontes primárias	98,7%
Avaliação	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	OP	30%	A apurar através de fontes primárias	23,1%
	Grau de reconhecimento do papel da União Europeia e fundos estruturais	Rs	4	BD, BP, OP	90%	A apurar através de fontes primárias	99,0%
	Grau de avaliação positiva do Programa	Rs	T	BD, BP, M, OP	80%	A apurar através de fontes primárias	81,6%
	N.º de “mega-eventos” (inclui evento de apresentação do Programa)	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	6	1 evento apres. + 5 “mega-eventos”	-

Nota: A informação relativa aos indicadores da avaliação, resulta do exercício de “Avaliação Intercalar do Plano de Comunicação do INALENTEJO” e é reportada a 31-12-2010.

Plano de Comunicação – Execução

Tabela 6.3: Plano de Comunicação		
Plano de Comunicação	Ano de 2014	Acumulado a 31-12-2014
Sítio da Internet (www.inalentejo.qren.pt)		
Visitas ao site	229.875	1.182.503
Linha Verde (800 205 238)		
Solicitações por via telefónica	877	12.776
Conta de e-mail específico (inalentejo@ccdr-a.gov.pt)		
E-mails respondidos	1.025	2.787
E-newsletter		
N.º E-newsletter	15	98
Destinatários de envio da e-newsletter	1.700	1.700
Reuniões de esclarecimento		
Reuniões realizadas	a)	a)
Ações de Formação		
Ações de Formação realizadas	b)	35
Material de Promoção		
Materiais de Promoção produzidos	-	58
Peças Gráficas	4	17
N.º de Exemplares	6.000	191.400
Material de "Merchandising"		
Materiais de "Merchandising" produzidos	3	28
Eventos		
Sessões públicas de apresentação do PO	-	20
Das quais, com a presença de membros do Governo	-	3
Sessões públicas de assinaturas de contratos	3	28
Das quais, com a presença de membros do Governo	1	16
Outros Eventos Públicos (evento anual, sessões de esclarecimento)	1	49
Média Total de Participantes por Sessão	b)	-
Feiras		
Participações em Feiras, a nível regional	3	27
Mediação e Publicidade		
Anúncios nos meios de comunicação social	99	328
Comunicados de Imprensa/ Conferências de Imprensa	26	89
Notícias Publicadas	1.158	5.184

a) Informação não apurada; b) n.º de ações de formação com participação de elementos do secretariado técnico em 2014: 15; c) O n.º médio varia consoante o tipo de sessão, não é comparável;
 Nota: O n.º de destinatários de envio da e-newsletter regista algumas variações ao longo do período em análise, sendo que o n.º supra indicado corresponde à lista de distribuição existente no final do ano de 2014.

Rede de Comunicação QREN

A AG do INALENTEJO participa nos trabalhos da rede de comunicação do QREN e nas suas diversas iniciativas, o que tem vindo a revelar-se como uma oportunidade única de troca de experiências, racionalização de meios e potenciação de iniciativas junto dos beneficiários e do público em geral, que muito tem contribuído para a divulgação do QREN e dos PO.

Prémios RegioStars

Em 2013, o INALENTEJO apresentou duas candidaturas a estes prémios que visam identificar boas práticas no desenvolvimento regional e destacar projetos originais e inovadores, que possam inspirar outras regiões, e cujos resultados foram divulgados em 2014:

- Categoria 1 - Smart Growth: SME Innovation – STIRLING FOCUS + STORAGE, cujo promotor é a LÓGICA - Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M. – projeto de investigação para desenvolvimento de tecnologia em concentração solar e armazenagem de energia sobrança, desenvolvido no Laboratório Fotovoltaico do Parque Tecnológico de Moura.
- Categoria 4 – Citystar Category: Investment projects in sustainable urban public transport – transporte coletivo na freguesia de Ourique, cujo promotor é o Município de Ourique - disponibilização de dois serviços de transporte público, com percursos regulares planeados para responder a necessidades específicas da população, assegurando uma cobertura territorial da freguesia de Ourique de 100%.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2014

O ano de 2014 ficou marcado pela aprovação da Decisão C(2014) 7041, de 2 de outubro, que permitiu o cofinanciamento da rede secundária do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através do enquadramento da elegibilidade das despesas no FEDER no âmbito da “Proteção do ambiente e prevenção de riscos”, mais concretamente na tipologia 31 – “Ações de Valorização e Qualificação Ambiental”, no tema prioritário 49 – “Alterações climáticas: atenuação e adaptação”.

O compromisso global do PO ultrapassou o montante programado, em todos os eixos, ascendendo a 946,7M€, correspondendo a uma taxa de compromisso de 110,9%, através de aprovações em regime de *overbooking* não condicionado, o que permitiu a possibilidade de contratar, executar e proceder os pagamentos associados.

Relativamente à realização física, no ano de 2014, verificou-se um expressivo dinamismo no incremento da execução de operações, destacando-se, por eixo, algumas das áreas mais importantes, ao nível da sua evolução:

- no indicador n.º 39 – “N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades”, será de destacar o incremento na concretização de operações, passando para uma taxa de 89%, tendo sido já superada a meta definida;
- o indicador “n.º de elementos patrimoniais apoiados” (indicador n.º 36) apresenta, em 2014, o valor de 57 operações contratados, dos quais 35 projetos se encontram executados fisicamente. Tendo em conta que a meta prevista era de 30 projetos, verifica-se quase uma duplicação do número de projetos contratados face à meta estabelecida. Este número revela o grande interesse que tem havido por parte dos diversos beneficiários na recuperação do património, o qual é um forte elemento potenciador da atração turística e consequente dinamização do tecido económico da região. O valor executado, representa cerca de 61% dos elementos patrimoniais apoiados até final de 2014. A taxa de execução não é ainda muito elevada, no entanto as intervenções desenvolvem-se de forma geral a bom ritmo, pelo que se perspectiva o cumprimento dos objetivos programados dentro dos prazos.
- de realçar a existência de 68 “unidades de saúde apoiadas”, sendo a meta fixada em 60 unidades para 2015. Encontram-se realizadas 56, pelo que a realização executada atinge, em 2014, cerca de 82%;
- n.º de km de rede rodoviária intervencionada (indicador n.º 30) – 1.144.3 km;

No que concerne à execução financeira, o ano de 2014 representa um contributo para execução FEDER do INALENTEJO de cerca de 20,1%, com um montante FEDER validado de 642,02M€.

Como consequência desse desempenho foi superada a regra $n+2$ com uma taxa de cumprimento de 105,6%.

O ano de 2014 apresenta um contributo de 20,13% do valor FEDER executado, resultante tanto dos elevados níveis de execução das operações, como do esforço realizado pela estrutura técnica do INALENTEJO.

Foram efetuadas transferências de 676,3 M€ até ao final de 2014, correspondendo a 79,2% do programado.

Do total 2.168 das operações aprovadas no INALENTEJO, 321 encontram-se concluídas.

Os fatores identificados pela AG que consubstanciam dificuldades relacionadas com o processo de encerramento das operações variam de natureza e de origem, podemos assim salientar:

- A crise económica que teve consequências não só na execução financeira das operações pelos efeitos sentidos nos beneficiários, mas também ao nível dos fornecedores e empresas de empreitadas de construção e obras públicas.
- Dificuldades na compatibilização dos procedimentos de encerramento das operações e a produção da documentação a apresentar, são exemplo disso os processos de revisão de preços, a emissão dos autos de receção provisórias e a elaboração das contas finais das empreitadas.
- Dificuldades na correta instrução do processo de encerramento por parte dos beneficiários.
- Falta de capacidade técnica/operacional de alguns beneficiários para lidar com todos os procedimentos desenvolvidos ao longo da vida de uma operação, nomeadamente na utilização de sistemas informáticos e na instrução da candidatura/operação nas suas diferentes fases.
- O elevado número de reprogramações que ocorreram nas operações, muitas resultantes das dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
- Dimensão da estrutura técnica da AG que desempenha funções em todo o processo da vida de uma candidatura, o que implica um elevado número médio de processos a acompanhar em fase de candidatura/execução/encerramento.
- Alterações ocorridas ao longo do período de programação do PO, ao nível dos regulamentos específicos, normativos de enquadramento dos diferentes procedimentos, reprogramações de taxa de comparticipação e outras alterações decorrentes das reprogramações a que o PO foi sujeito.

Em suma, evidenciam-se os 3 grandes números que caraterizaram o ano de 2013 e 2014, de modo a permitir uma análise comparativa

Tabela 7.1: Taxas 2013 e 2014

	2013	2014
Taxa de compromisso	104,59%	110,86%
Taxa de execução (inclui adiantamentos certificáveis)	60,05%	75,18%
Taxa de pagamento	62,57%	71,44%

Para esta performance do INALENTEJO foi fundamental o esforço desenvolvido pelos promotores para vencer as condições adversas com que se debateram, tendo garantido ao longo do ano um fluxo muito significativo de despesa apresentada.

Para 2015 perspectiva-se a plena execução do programa, prevendo-se que até ao final do mês de julho de 2015 obter uma taxa de execução de 90%, correspondendo às metas definidas pela tutela em matéria de encerramento do QREN.

Glossário

Conceitos e notas explicativas no âmbito da monitorização Operacional FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do QREN

Tipologia de Operação: na identificação da tipologia deverá estar indicada a designação que consta da tabela Tipologia de Operação definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, e periodicamente atualizada na respetiva plataforma colaborativa. Esta classificação corresponde, regra geral, a um regulamento específico.

Concurso ou período de candidatura: Fase de apresentação, admissão e seleção de candidaturas que dá origem a uma decisão de atribuição de financiamento às operações que vierem a ser aprovadas e contratadas pelos beneficiários. Respeitam às tipologias elegíveis num regulamento específico ou a um subconjunto destas, enquadradas num programa operacional e num Eixo prioritário específico. No caso dos concursos existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida e uma dotação orçamental de fundo comunitário a atribuir na sequência do inerente processo de seleção. No caso dos períodos de candidatura fechados existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida. Por último, e não sendo a regra neste período de programação, existem ainda períodos de candidatura em contínuo (com ou sem dotação orçamental explicitada), ou seja, que vigoram durante todo o período do QREN ou até à execução financeira integral da(s) tipologia(s) em causa ou, caso exista, da respetiva dotação orçamental.

Data de publicação do aviso de Concurso ou período de candidatura: data que identifique de forma inequívoca o respetivo aviso de concurso ou período de candidatura.

Data de publicação de alterações ao aviso de Concurso ou período de candidatura: data que identifique de forma inequívoca quaisquer alterações introduzidas no aviso de concurso ou período de candidatura, as quais terão obrigatoriamente que ocorrer durante o prazo de vigência do mesmo.

Estado do Concurso ou período de candidatura¹¹: identificação da situação do concurso ou período de candidatura à data de reporte. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) em aberto, se o prazo para submissão de candidaturas estiver a decorrer. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) encerrado se o prazo para submissão de candidaturas estiver terminado. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) decidido quando pelo menos 75% do total de candidaturas apresentadas tiver sido objeto de comunicação da respetiva decisão pela autoridade de gestão. Quando se trate de um período de candidatura em contínuo, o mesmo deverá ser identificado com

11 Propõe-se a alteração da tabela Estado do Concurso definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, com cinco designações possíveis: Aberto/ Encerrado/ Decidido/ PC Contínuo/ Convite.

o estado “PC Contínuo”. Os períodos de candidatura que, pela sua especificidade, sejam considerados como “regime especial” serão identificados com o estado “Convite”.

Data de abertura de Concurso ou período de candidatura: data indicada no aviso de concurso ou período de candidatura a partir da qual as candidaturas poderão ser apresentadas à autoridade de gestão.

Data de encerramento: data indicada no aviso de abertura como constituindo o limite temporal para a apresentação de candidaturas.

Fundo comunitário a concurso: dotação de fundo prevista no aviso de abertura do concurso ou especificamente afeta a um período de candidatura, incluindo, quando aplicável, eventuais alterações ocorridas durante o período de apresentação de candidaturas. No caso do FEDER/ Fundo de Coesão e quando as candidaturas sejam submetidas a períodos de candidatura em contínuo, é considerado o montante de Fundo associado ao Eixo Prioritário/Área de Intervenção, quando este se encontra explicitado, nomeadamente, no respetivo aviso de abertura do período de candidatura.

Data prevista da decisão: data indicada no aviso de abertura do concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) como constituindo o limite temporal para a autoridade de gestão comunicar ao promotor de cada candidatura da decisão de cofinanciamento da mesma. Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, e caso esteja previsto um prazo de decisão (n.º de dias de calendário), em regulamento específico ou outro, deverá ser indicado o prazo previsto de decisão (período de tempo em dias). No caso de no mesmo Eixo serem aplicáveis prazos de decisão diferentes, deverá ser indicado o valor médio dos prazos aplicáveis para o conjunto das candidaturas apresentadas.

Data efetiva de decisão: data de comunicação formal pela autoridade de gestão da decisão de aprovação e consequente cofinanciamento das candidaturas aprovadas. Este campo será preenchido quando a autoridade de gestão tiver comunicado a decisão de cofinanciamento a, pelo menos, 75% das candidaturas apresentadas ao respetivo concurso ou período de candidatura (de tipo fechado). No caso dos sistemas de incentivos, será considerada a data de comunicação ao promotor da decisão (aprovação/ não aprovação) da Autoridade de Gestão, na sequência da proposta da Comissão de Seleção.

Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, deverá ser calculado um prazo efetivo de decisão (período de tempo em dias) correspondente ao tempo médio de comunicação formal pela autoridade de gestão, para o conjunto de candidaturas com decisão de aprovação e consequente cofinanciamento.

Entende-se como “tempo de comunicação”, o período (em n.º de dias) que decorre desde a data de entrada/apresentação da candidatura até à data do envio da (primeira) comunicação de decisão.

Tendo em conta que o processo de decisão final dos grandes projetos¹² poderá não depender exclusivamente da Autoridade de Gestão do PO, estes não deverão ser contabilizados no cálculo de tempos de decisão, quer sejam apresentados através de concurso quer em períodos de candidatura contínuos.

Candidatura apresentada: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo). Apenas são consideradas as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos avisos, quando aplicável. Todas as candidaturas apresentadas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (prévios à análise de mérito): admitida, não admitida, em análise de admissibilidade ou desistida.

Candidatura admitida: candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de seleção. Todas as candidaturas admitidas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (após a análise de mérito): aprovada, não aprovada, em análise de mérito ou desistida.

Candidatura não admitida: candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura, nos prazos estabelecidos, que não cumpre os requisitos formais de admissibilidade aplicáveis, e como tal, não aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de seleção. As candidaturas consideradas não elegíveis, por qualquer razão que não resulte da respetiva análise de mérito, serão contabilizadas como não admitidas.

Candidatura em análise de admissibilidade: candidatura apresentada cujo processo de verificação de requisitos não se encontra concluído. Caso não existam desistências, até e durante a fase de análise de admissibilidade, as candidaturas neste estado poderão ser apuradas pela diferença entre o total de candidaturas apresentadas e o somatório entre as candidaturas admitidas e não admitidas.

Candidatura aprovada: Candidatura admitida/ com parecer elegível e cuja decisão de aprovação e consequente cofinanciamento foi comunicada pela autoridade de gestão ao beneficiário.¹³

Candidatura não aprovada: Candidatura admitida e sobre a qual a autoridade de gestão emite uma decisão que não dá origem a cofinanciamento. A ausência do cofinanciamento pode resultar da falta de mérito da candidatura (reprovada) ou de dotação orçamental insuficiente. As candidaturas com parecer “não elegível” devido ao mérito do projeto serão contabilizadas como “não aprovadas”.

12 Operação (ou seja, projeto ou grupo de projetos coerentes) suscetível de financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, que engloba um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis com uma função técnica precisa e visa objetivos claramente identificados e cujo custo total, tomado em consideração para determinar o montante da participação dos fundos comunitários, seja superior a 25 M€ no domínio do ambiente e a 50 M€ noutros domínios.

Os grandes projetos são objeto de uma Decisão específica por parte da Comissão Europeia, o mais tardar três meses após a sua apresentação, desde que esta cumpra todos os requisitos regulamentares.

13 Inclui, quando aplicável, decisões comunicadas aos beneficiários em sede de audiência prévia.

Candidatura desistida: Candidatura apresentada e cujo processo de admissibilidade ou de aprovação não foi concluído por iniciativa do beneficiário, antes ou após a comunicação da decisão de cofinanciamento.

Candidatura em análise de mérito: Candidatura admitida cujo processo de apreciação não se encontra concluído. Caso não existam desistências até e durante a fase de análise de mérito, as candidaturas neste estado poderão ser apuradas pela diferença entre o total de candidaturas admitidas e o somatório entre as candidaturas aprovadas e não aprovadas.

Candidatura contratada: Candidatura aprovada que foi objeto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste, de termo de aceitação.

Candidatura rescindida: Candidatura aprovada com revogação da decisão de cofinanciamento após a celebração de contrato, independentemente de a rescisão ter sido promovida pelo beneficiário ou pela Autoridade de Gestão.

Variáveis financeiras:

Investimento ou custo total: Somatório da despesa elegível¹⁴ e da não elegível¹⁵ que seja considerada indispensável à prossecução dos objetivos da operação, no quadro da candidatura apresentada.

Investimento ou custo total elegível: total da despesa pública e privada, considerada para efeitos de cofinanciamento pelos fundos comunitários.

Despesa pública: qualquer participação pública no financiamento de operações e proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação no financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos.

Fundo comunitário: montante de participação do FEDER ou Fundo de Coesão atribuído a uma candidatura aprovada, e associado ao custo total elegível de acordo com a modalidade de financiamento definida para o Eixo prioritário que enquadra a candidatura.

Mecanismo Top-up: modalidade de pagamento que se traduz numa antecipação temporal do financiamento comunitário, correspondendo a um adiantamento FEDER, com o consequente adiamento do esforço de mobilização da contrapartida nacional por parte do beneficiário (Deliberação da CMC de 17-07-2012).

14 Despesa claramente associada à concretização de uma operação/projeto e cuja natureza e data de realização respeitam a regulamentação específica do programa e demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

15 Despesa associada a uma operação/projeto, cuja natureza ou data de realização não permitam o seu financiamento pelos fundos, sendo a sua cobertura assegurada pelo beneficiário.

Conceitos utilizados (orientação técnica CTC QREN n.º1/2009 de 21 de maio):

- são considerados aglomerados urbanos os concelhos:
 - o cuja população residente em freguesia classificadas como área predominantemente urbana (APU) seja igual ou superior a 50% do total;
 - o ou que sejam capital de Distrito;
 - o ou que integrem as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- são consideradas zonas de fraca e de muito fraca densidade populacional os concelhos que tenham uma densidade populacional inferior a 50 habitantes por km² (artigo 52.º, alínea f ponto ii do Regulamento CE n.º 1083/2006)
- são consideradas zonas rurais (que não montanhas, ilhas ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional) os concelhos que não integrem nenhuma das anteriores classificações;
- há ainda a considerar a classificação “não se aplica” onde se incluem os investimentos de incidência NUT II (Alentejo).

Glossário de siglas

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AC – Autoridade de Certificação

AdI – Agência de Inovação, S.A.

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP

AG – Autoridade de Gestão

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

ANPC – Associação Nacional de Proteção Civil

AP – Autorização de Pagamento

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

ARH – Administração Região Hidrográfica

AT – Autorização de Transferência

BEI – Banco Europeu de Investimento

CA – Comissão de Acompanhamento

CAE – Comissão de Aconselhamento Estratégico

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CCDR Alentejo – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCS - Comissão de Coordenação e Supervisão

CCP- Código dos Contratos Públicos

CD – Comissão Diretiva

CE – Comissão Europeia

CEB – Ciclo e Ensino Básico

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CIM – Comunidade Intermunicipal

CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

CMC – Comissão Ministerial de Coordenação

CPA – Código do Procedimento Administrativo

DR – Diário da República

DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças

EAT – Estrutura de Apoio Técnico

EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva

EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva

ERT – Entidade Regional de Turismo

FACI – Ferramenta de Análise de Cálculo de Incentivo

FC – Fundo de Coesão

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento

FEP - Fundo Europeu das Pescas

FDU - Fundos de Desenvolvimento Urbano

FSE - Fundo Social Europeu

GEE – Gases efeito de estufa

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação

ICNF – Instituto Conservação da Natureza e Florestas, IP

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas

IGAMAOT - Inspeção Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.

IGF – Inspeção-Geral de Finanças

INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

JESSICA - *Joint European for Support Sustainable Investment in City Areas*

ITI – Intervenção territorial Integrada

MAMAOT – Ministro da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MOF – Monitorização Operacional e Financeira

OI – Organismo Intermédio

PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira

PIB - Produto Interno Bruto

PGA – Plano Global de Avaliação

PME – Pequena e Média Empresa

PO – Programa Operacional

POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade

POR – Programa Operacional Regional

POVT - Programa Operacional Valorização do Território

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RGIC – Regulamento Geral de Isenção por Categoria

SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SI – Sistema de Incentivos

SIALM – Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas

SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas

SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas

SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação

SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

SIGAC – Sistem de Informação e Gestão da Autoridade de Certificação

SIEP – Siatema de Informação da Entidade Pagadora

SIGPOA – Sistema de Informação do Programa Operacional do Alentejo

ST – Secretariado Técnico

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Turismo de Portugal, I.P.

UCC – Unidade de Coordenação e Controlo

UFC – Unidade Fatores de Competitividade

UVT – Unidade Valorização do Território

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Anexo I – Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2014)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade							
FC-ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	161	839		→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	37	236		→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
FC- ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	70.343.018,26	367.967.987,97	A redução no valor contratado em relação ao ano anterior resulta da transição de operações para o POFC (no âmbito da reprogramação de 2014), bem como da rescisão de operações	→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	58.655.253,06	315.779.097,63		
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	9	30		→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	2	20		→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +
FC-ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		7.120.370,17		→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		84.253.897,41		
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável	31	85	A redução em relação ao anterior decorre do facto da aprovação de operações não compensar a transição de operações para o COMPETE, no âmbito da Reprogramação de 2014 (sectores de produção transaccionável e interbnacionalizável)	→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento NOTA: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2014)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto		22.441.073,34		→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto		196.413.515,30		
FC-ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		13.746.456,14		→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		244.867.729,80		
FC-ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto		1.109.470,75		→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto		89.047.799,89		
FC-ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		78.969.591,79		→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		424.706.106,50		
FC-ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME			Não Aplicável ao INALENTEJO	→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
FC-ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira			Não Aplicável ao INALENTEJO	
FC-ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco			Não Aplicável ao INALENTEJO	
FC-ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	4.464.376,30	37.368.204,28		→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	4.042.066,31	32.142.551,49		

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2014)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		1.913.847,01		→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + NOTA: A realização deste I
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação		1.799.348,05		
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Ações Colectivas	11	35		→ Regulamento Específico Sistema de Apoio a Ações Colectivas - SIAC → Regulamentação Específica do Intervir +
FC-ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Ações Colectivas	6.943.036,50	14.515.560,09		
			Investimento elegível nas Ações Colectivas	6.752.181,55	12.245.131,14		
FC-ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T		31.432,71		→ Regulamento Específico Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas		3.394,50		→ Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2)
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial		n.d.		→ Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulament
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética	63	72		→ Regulamento Específico "Energia"
FC-ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto				→ Regulamento Específico "Energia"
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto				
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	23	49		→ Regulamento Específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	253.649	539.678		→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência
ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas		n.d.		→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos		0,5		→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	20	28	A redução (-1) decorre do facto da "Rede Urbana Economias Criativas, rede inter-regional apresentada ao MaisCentro, que incluía o Alentejo, o Centro, Lisboa e o Norte", não teve concretização no Alentejo, pois o Município de Montemor-o-Novo desistiu da candidatura por falta de maturidade na fase de assinatura de contrato	→ Documento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2014)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada		
Agenda Valorização do Território							
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	984,1	1.144,3		→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamen
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada		n.d		→ Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Mobilidade Territorial
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta		n.a	(n.a) decorre da transição de operações para o POVT, na sequência da Reprogramação Estratégica de dezembro de 2012 (concretizada durante o ano de 2013)	→ Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado” → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Especi
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)		n.d.		→ Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado” → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCON
VT-ICN - Anual-018 (*****)	Realização	nº	ETARs construídas		n.d.		→ Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa - modelo não verticalizado” → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONV
VT-ICN - Anual-019 (*****)	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano		n.d.		→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d.		→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d.		→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados	9	11		→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados		n.d.		→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA
VT-ICN-Tri-013	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral		n.d.		→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Mater
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	8	9		
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental		n.d.		
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	32.203	236.736		→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa IN
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	12	16		→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parceria para a regeneração urbana	51	60		→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2014)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	215.326	270.753		→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	n.d.	n.d.		→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	2	5	A redução (-1) decorre do facto da "Rede Urbana Economias Criativas, rede inter-regional apresentada ao MaisCentro, que incluía o Alentejo, o Centro, Lisboa e o Norte", não teve concretização no Alentejo, pois o Município de Montemor-o-Novo desistiu da candidatura por falta de maturidade na fase de assinatura de contrato	→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	11	25		
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	2	8		
VT-ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais	82	116		→ Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT →
		nº	Equipamentos desportivos	35	35		
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	21	24		
		nº	Unidades de saúde	56	68		
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais	351.253	468.337		→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Esp
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos	222.092	222.092		
		nº	População abrangida abrangidas por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	177.749	201.987		
		nº	População abrangida por unidades de saúde	629.497	767.679		
ICN-AAE-018 (*****)	Resultado	%	Varição na taxa de desvio de RUB para aterro		n.d.		→ Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (POVT) → Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência
ICN-AAE-023 (*****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira		n.d.		→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-024 (*****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco		n.d.		→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	8,40%	30,83%		→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos (POVT) → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais e Imateriais (PO Regionais do Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamen

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2014)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada		
Agenda Potencial Humano							
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	56	72		→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	5	10		
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados			(*****)	
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados			(*****)	
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados			(*****)	
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	13.674	17.649		→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	2.207	4.329		
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados			(*****)	
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados			(*****)	
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados			(*****)	

Notas

(*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-001.

(**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-011.

(***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-013.

(****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

(*****) Não aplicável ao PO Alentejo

(*****) Afecto ao POVT

Anexo II – Programação Financeira, Aprovações e Execução por Eixo Prioritário até 31-12-14

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2014 (PR)			Aprovações (AP)					Execução* (EX)			Fundo pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	N.º operações	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	1.043.012.954	961.839.220	853.933.978	2.168	1.423.275.072	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	676.260.410	6.419.788	56.542.058	613.298.563	110,86%	75,18%	67,82%	71,44%	105,33%
FEDER			853.933.978					946.663.949			642.023.946	676.260.410	6.419.788	56.542.058	613.298.563	110,86%	75,18%	67,82%	71,44%	105,33%
(Fundo de Coesão)																				
Eixo Prioritário 1	333.507.496	263.482.493	250.130.622	1.182	527.298.110	456.937.773	312.301.198	295.194.323	288.707.187	200.228.562	188.302.379	204.652.865	6.419.788	19.671.115	178.561.961	118,02%	75,28%	63,79%	69,33%	108,68%
Eixo Prioritário 2	216.855.381	216.855.380	184.327.074	300	263.927.317	236.162.458	234.860.534	189.681.114	115.488.832	115.322.760	91.431.693	91.580.379	0	9.418.349	82.162.029	102,90%	49,60%	48,20%	48,28%	100,16%
Eixo Prioritário 3	465.972.097	454.823.366	396.076.282	629	604.886.643	535.470.418	533.064.158	438.384.883	425.618.881	424.290.047	347.955.922	365.090.258	0	26.654.737	338.435.521	110,68%	87,85%	79,37%	83,28%	104,92%
Eixo Prioritário 4 (Assistência Técnica)	26.677.981	26.677.981	23.400.000	57	27.163.001	26.506.094	26.506.094	23.403.630	16.484.434	16.484.434	14.333.951	14.936.908	0	797.856	14.139.052	100,02%	61,26%	61,25%	63,82%	104,21%

* Execução corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela AG e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na aceção do artigo 8º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa efetivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.

Anexo III – Aprovações e Execução por Regulamento Específico até 31-12-14

**Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.14
(valores acumulados)**

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004



unid: euro

Eixo Prioritário / Regulamento Específico	Aprovações				Execução *			
	Nº Projs	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	2.168	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	67,82%
FEDER	2.168	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	67,82%
Fundo de Coesão								
Eixo Prioritário 1 - Total	1.182	456.937.773	312.301.198	295.194.323	288.707.187	200.228.562	188.302.379	63,79%
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Inovação	94	230.476.847	130.868.045	130.868.045	157.854.171	90.146.525	90.146.525	68,88%
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	34	11.657.188	7.324.049	7.257.193	5.305.360	3.563.153	3.563.153	49,10%
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	616	67.096.699	35.679.822	35.679.822	29.529.625	15.517.340	15.517.340	43,49%
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas	98	3.028.373	2.207.220	2.207.220	1.061.005	788.702	788.702	35,73%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas	35	12.245.131	10.777.007	9.830.202	6.752.182	6.049.964	5.332.724	54,25%
Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	33	14.294.963	13.872.497	11.936.837	13.051.992	12.886.877	11.010.209	92,24%
Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	11	8.239.162	5.907.859	5.622.602	5.349.249	3.643.943	3.507.865	62,39%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional	9	6.059.668	5.862.968	5.150.718	2.435.067	2.376.755	2.069.807	0,00%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	21	11.734.299	11.382.431	9.831.145	7.141.400	6.963.650	6.000.076	61,03%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	27	28.925.445	28.744.446	24.543.762	19.831.627	19.748.567	16.815.415	68,51%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	8	8.770.221	7.985.459	7.092.289	1.485.338	1.482.238	1.262.537	0,00%
Regulamento Específico Energia	73	8.437.696	7.553.739	6.750.356	6.103.591	5.416.606	4.843.880	71,76%
Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional	91	27.864.832	26.028.406	23.165.307	17.909.854	16.747.516	14.904.505	64,34%
Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	32	18.107.248	18.107.248	15.258.824	14.896.726	14.896.726	12.539.640	82,18%
Eixo Prioritário 2 - Total	300	236.162.458	234.860.534	189.681.114	115.488.832	115.322.760	91.431.693	48,20%
Regulamento Específico Equipamentos Culturais	14	7.874.214	7.874.214	6.584.158	4.871.034	4.871.034	4.125.084	62,65%
Regulamento Específico Saúde	54	60.165.515	60.165.515	46.083.876	48.362.669	48.362.669	37.118.842	80,55%
Regulamento Específico Património Cultural	86	42.525.061	41.249.606	33.683.046	16.906.546	16.743.500	13.725.500	40,75%
Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral	4	2.886.082	2.886.082	2.061.013	693.627	693.627	522.066	25,33%
Regulamento Específico Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	122	118.572.933	118.546.463	97.972.968	42.488.181	42.485.155	34.298.897	35,01%
Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	11	3.284.661	3.284.661	2.570.159	2.030.954	2.030.954	1.525.857	59,37%
Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	9	853.994	853.994	725.895	135.822	135.822	115.449	15,90%
Eixo Prioritário 3 - Total	629	535.470.418	533.064.158	438.384.883	425.618.881	424.290.047	347.955.922	79,37%
Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar + 2º e 3º ciclo	73	139.431.758	139.431.758	118.516.994	111.457.271	111.457.271	94.738.680	79,94%
Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local	148	91.411.872	89.330.471	75.858.858	62.322.383	61.212.486	52.597.757	69,34%
Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	5	2.218.381	2.218.381	1.808.262	188.172	188.172	141.129	7,80%
Regulamento Específico Mobilidade Territorial	146	107.705.012	107.705.012	89.475.882	89.265.053	89.265.053	74.253.759	82,99%
Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	71	27.923.592	27.923.592	22.882.712	21.036.025	21.036.025	17.266.220	75,46%
Regulamento Específico Reabilitação Urbana	186	166.779.803	166.454.944	129.842.175	141.349.978	141.131.041	108.958.376	83,92%
Regulamento Específico Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Eixo Prioritário 4 - Total	57	26.506.094	26.506.094	23.403.630	16.484.434	16.484.434	14.333.951	61,25%
Regulamento Específico Assistência Técnica	57	26.506.094	26.506.094	23.403.630	16.484.434	16.484.434	14.333.951	61,25%

* Execução corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela AG e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na acção do artigo 8º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa

Anexo IV – Aprovações e Execução por NUT III até 31-12-14

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

NUTS	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	2.168	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	67,82%
FEDER	2.168	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	67,82%
Regiões Convergência	2.168	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	67,82%
ALENTEJO	2.168	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	846.299.334	756.325.803	642.023.946	67,82%
Alentejo Litoral	224	147.395.654	105.201.402	90.632.646	107.556.291	74.861.775	64.977.293	71,69%
Alto Alentejo	368	230.855.649	207.275.030	178.817.516	160.985.194	147.530.781	126.586.239	70,79%
Alentejo Central	568	314.872.715	263.269.757	234.854.582	203.374.607	175.936.399	155.946.630	66,40%
Baixo Alentejo	426	254.918.962	246.761.882	207.260.355	147.955.424	144.415.148	120.488.346	58,13%
Lezíria do Tejo	447	188.137.637	167.029.507	143.898.246	140.386.845	127.903.559	109.496.296	76,09%
Multi-região Convergência	2	2.105.028	2.029.045	2.029.045	1.065.452	1.056.975	1.056.975	52,09%
Não regionalizável	133	116.791.098	115.165.360	89.171.558	84.975.521	84.621.166	63.472.166	71,18%

Anexo V – Aprovações e Execução por Tema Prioritário

(contribuição da União)

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					unidade	
		Programado		Aprovação		Execução		
		Montante	Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP		
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo		204.019.697	926	232.238.385	141.287.476	60,84%		
1	Atividades de IDT em centros de investigação	5.180.665	12	6.471.431	2.844.952	43,96%		
2	Infraestruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	9.053.544	24	11.376.308	6.504.630	57,18%		
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e polos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	7.932.839	10	7.535.295	1.612.747	21,40%		
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	4.692.869	30	5.787.715	3.192.093	55,15%		
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	28.061.854	39	29.013.312	20.177.301	69,54%		
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adoção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	670.753	2	821.016	114.043			
7	Investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	113.396.066	95	131.131.695	90.335.180	68,89%		
8	Outros investimentos em empresas	35.031.107	714	40.101.613	16.506.531	41,16%		
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	0	0	0	0			
Sociedade da informação		33.820.912	86	33.940.808	27.828.748	81,99%		
10	Infraestruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	0	0	0	0			
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc)	0	0	0	0			
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	0	0	0	0			
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	32.902.624	76	32.818.263	27.057.715	82,45%		
14	Serviços e aplicações para PME (comércio eletrónico, educação e formação, redes, etc.)	454.991	4	556.918	345.145	61,97%		
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	463.297	6	565.627	425.888	75,29%		
Transportes		69.510.692	138	86.163.576	71.221.048	82,66%		
16	Transporte ferroviário	0	0	0	0			
17	Transporte ferroviário (RTE-T)	0	0	0	0			
18	Ativos ferroviários móveis	0	0	0	0			
19	Ativos ferroviários móveis (RTE-T)	0	0	0	0			
20	Autoestradas	0	0	0	0			
21	Autoestradas (RTE-T)	0	0	0	0			
22	Estradas nacionais	1.443.508	2	1.761.755	1.643.432	93,28%		
23	Estradas regionais/locais	53.808.719	129	66.496.567	54.996.198	82,71%		
24	Pistas para ciclistas	0	0	0	0			
25	Transportes urbanos	371.439	2	452.254	411.045	90,89%		
26	Transportes multimodais	0	0	0	0			
27	Transportes multimodais (RTE-T)	0	0	0	0			
28	Sistemas de transporte inteligentes	0	0	0	0			
29	Aeroportos	13.887.026	5	17.453.000	14.170.372	81,19%		
30	Portos	0	0	0	0			
31	Transporte por via navegável (regional e local)	0	0	0	0			
32	Transporte por via navegável (RTE-T)	0	0	0	0			
Energia		7.162.068	84	8.473.763	5.845.510	68,98%		
33	Eleticidade	0	0	0	0			
34	Eleticidade (RTE-E)	0	0	0	0			
35	Gás natural	200.620	1	245.563	240.197	97,81%		
36	Gás natural (RTE-E)	0	0	0	0			
37	Produtos petrolíferos	0	0	0	0			
38	Produtos petrolíferos (RTE-E)	0	0	0	0			
39	Energias renováveis: eólica	0	0	0	0			
40	Energias renováveis: solar	2.788.288	62	3.299.778	2.730.741	82,76%		
41	Energias renováveis: biomassa	355.660	1	435.335	236.182	54,25%		
42	Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras	259.996	1	318.240	193.514	60,81%		
43	Eficiência energética, cogeração, gestão da energia	3.557.504	19	4.174.846	2.444.875	58,56%		
Proteção do ambiente e prevenção de riscos		17.102.450	81	20.688.350	13.107.586	63,36%		
44	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	0	0	0	0			
45	Gestão e distribuição de água (potável)	0	0	0	0			
46	Tratamento de água (águas residuais)	0	0	0	0			
47	Qualidade do ar	0	0	0	0			
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	0	0	0	0			
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	280.245	2	343.026	0	0,00%		
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	0	0	0	0			
51	Promoção da biodiversidade e proteção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)	10.674.884	50	13.053.298	7.816.962	59,88%		
52	Promoção de transportes urbanos limpos	0	0	0	0			
53	Prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	6.147.321	29	7.292.027	5.290.624	72,55%		
54	Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	0	0	0	0			
Turismo		11.484.886	65	15.768.201	11.599.442	73,56%		
55	Promoção dos recursos naturais	0	0	0	0			
56	Proteção e desenvolvimento do património natural	11.484.886	65	15.768.201	11.599.442	73,56%		
57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	0	0	0	0			
Atividades culturais		28.561.504	102	45.026.967	23.593.701	52,40%		
58	Proteção e preservação do património cultural	17.543.838	78	31.312.902	12.804.130	40,89%		
59	Desenvolvimento das infraestruturas culturais	11.017.666	24	13.714.065	10.789.571	78,68%		
60	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais	0	0	0	0			
Reabilitação urbana e rural		225.856.197	272	221.453.560	139.789.678	63,12%		
61	Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	225.856.197	272	221.453.560	139.789.678	63,12%		
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		0	0	0	0	0,00%		
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	0	0	0	0			
63	Conceção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	0	0	0	0			
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	0	0	0	0			
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		0	0	0	0	0,00%		
65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	0	0	0	0			
66	Implementação de medidas ativas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	0	0	0	0			
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em atividade e ao prolongamento da vida ativa	0	0	0	0			
68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	0	0	0	0			

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo				
		Programado	Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	0	0	0	0	
70	Ações específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	0	0	0	0	
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos		0	0	0	0	0,00%
71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	0	0	0	0	
Melhorar o capital humano		0	0	0	0	0,00%
72	Conceção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação por forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial e profissional e atualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento	0	0	0	0	
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de ações destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	0	0	0	0	
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de atividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	0	0	0	0	
Investimento em infraestruturas sociais		218.654.570	281	241.611.400	183.342.971	75,88%
75	Infraestruturas de ensino	118.846.513	73	118.516.994	94.738.680	79,94%
76	Infraestruturas de saúde	39.712.007	54	46.083.876	37.118.842	80,55%
77	Infraestruturas de acolhimento à infância	4.494.168	14	5.401.200	3.901.298	72,23%
78	Infraestruturas de habitação	0	0	0	0	
79	Outras infraestruturas sociais	55.601.882	140	71.609.329	47.584.151	66,45%
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão		0	0	0	0	0,00%
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes	0	0	0	0	
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		13.643.746	67	16.797.374	9.504.870	56,59%
81	Mecanismos para melhorar a conceção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	13.643.746	67	16.797.374	9.504.870	56,59%
Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas		0	0	0	0	0,00%
82	Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território	0	0	0	0	
83	Ações específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	0	0	0	0	
84	Apoios para compensar sobrecustos decorrentes das condições climáticas e de dificuldades associadas ao relevo geográfico	0	0	0	0	
Assistência Técnica		24.117.256	66	24.501.566	14.902.916	60,82%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	23.315.000	56	23.318.630	14.318.198	61,40%
86	Avaliação e estudos: informação e comunicação	802.256	10	1.182.936	584.718	49,43%
TOTAL Temas Prioritários		853.933.978	2.168	946.663.949	642.023.946	67,82%
TOTAL Earmarking		609.539.114	1.474	639.122.973	428.710.890	67,08%

Notas de preenchimento:

■ Categorias de earmarking

Eliminar as linhas relativas aos Temas Prioritários não aplicáveis ao PO.

Anexo VI – Relatório de Acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira (Fundos de Participação)

Anexo VI - Template 1: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas com um Fundo de Participação



OP Alentejo 2007PT161PO004

PROGR

AMA: PA3 Urban and local cohesion

No.	Required information/data	Required format	Required format	Instruction
Question 1	Number of financial engineering instrument operations implemented with a holding fund	1		A FEI operation is constituted by the financial contributions from an OP to FEIs (including HFIs) and the subsequent investments made by the specific fund(s) to final recipients. Consequently, for financial engineering instrument operation implemented with
I. Description and identification of the entities which implement the financial engineering instrument(s) - level of holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////	////////////////////	////////////////////
I.1	Holding fund (name and registered place of business)	JESSICA Holding Fund Portugal - Luxembourg		Name: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
I.2	Legal status of holding fund	////////////////////	////////////////////	////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders			choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution	Separate block of finance		
I.2.1*	name and registered place of business of co-financing partners	MA Alentejo, DGTF		Official name, country and city where the holding fund co-financing partner(s) was/were officially registered. This section can be repeated as many times as many co-financing partner(s) holding fund has.
I.3	Holding fund manager	////////////////////	////////////////////	////////////////////
	European Investment Bank (EIB)	European Investment Bank (EIB)		Choice of only 1 option allowed
	European Investment Fund (EIF)			
	financial institution other than the EIB/EIF			
	other body			
I.3.1	name and registered place of other body	text	text	Official name, country and city where the financial institution other than EIB/EIF or other body was officially registered.
I.4	Procedure for selecting the holding fund manager	////////////////////	////////////////////	////////////////////
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law			Choice of only 1 option allowed
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)			
	award of a contract directly to the EIB or the EIF	Contract to EIB		
I.5	Date of signature of funding agreement with Managing Authority	20-07-2009		Date of signature of funding agreement between a Managing Authority and a holding fund.
I.6	Number of financial engineering instruments implemented under this specific holding fund	2		Number of specific funds (loan, guarantee, equity/venture capital or other funds) implemented through a holding fund. If there are several financial intermediaries implementing the same product (e.g. the same loan) they are considered to be distinct speci
II. Description and identification of the entities which implement financial engineering instrument - level of the specific financial engineering instrument implemented with a holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////	////////////////////	Sections II.1 – II.7 relate to a specific fund and should to be repeated accordingly for each specific fund implemented with the holding fund described previously in section I.
II.1	Financial engineering instrument (name and registered place of business)	BPI JESSICA Loans, Portugal (Contract 81249)	Caixa Geral de Depositos S.A., JESSICA Loans, Portugal (Contract 82608)	Official name of the specific fund implemented with a holding fund: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
II.2	Attributable to Article 44, first paragraph (a), (b) or (c) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)?	////////////////////	////////////////////	////////////////////
	(a) financial engineering instruments for enterprises			Choice of only 1 option allowed
	(b) urban development funds	UDF	UDF	
	(c) funds or other incentive schemes providing loans, guarantees for repayable investments, or equivalent instruments, for energy efficiency and use of renewable energy in buildings, including in existing housing			
II.3	Type of financial product offered by the financial engineering instrument to the final recipients	////////////////////	////////////////////	////////////////////
II.3.1	equity		Equity	Choice of min. 1 and max. 4 options allowed
II.3.2	loan	Loan	Loan	
II.3.3	guarantee			
II.3.4	other product (interest rate subsidies, guarantee fee subsidies and equivalent measures)			

Anexo VI - Template 1: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas com um Fundo de Participação

II.4	Financial engineering instrument manager (name and registered place of business)	Banco BPI, Porto, Portugal	Caixa Geral de Depositos S.A., Portugal	Official name of specific fund manager: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
II.7	Legal status of the financial engineering instrument	////////////////////	////////////////////	////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders			Choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution	Separate block of finance	Separate block of finance	
III. Operational Programme contributions paid to the financial engineering instrument (Article 67(2)(j)(iii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////	////////////////////	Sections III.2 - III. 4 relate to the contributions paid by the MA to the holding fund. Sections III.5 - III.6 relate to the contributions paid by the holding fund to the specific fund.
III.2	Operational Programme contributions paid to the holding fund	////////////////////	////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1	Amounts of assistance from the Structural Funds paid to the holding fund	////////////////////	////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1.1*	ERDF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	10.000.000,00	6.200.000,00	ERDF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund should be indicated in this section.
III.2.1.2	ERDF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)	10.000.000,00	6.200.000,00	ERDF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ERDF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the holding fund. If part of ERDF assistance has been withdrawn from the Holding fund then the MA should
III.2.1.3*	ESF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)			ESF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund should be indicated in this section.
III.2.1.4	ESF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)			ESF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ESF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the holding fund. If part of ESF assistance has been withdrawn from the holding fund then the MA should re
III.2.2	Amounts of national co-financing paid to the holding fund	////////////////////	////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.2.1*	National public co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	7.705.382,00	-	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund. Any other national public financing which do not constitute part of Operational Programm
III.2.2.2	National public co-financing paid to the holding fund (in EUR)	7.705.382,00	-	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement and paid into the account of the holding fund.
III.2.2.3*	National private co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)			National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between a Managing Authority and a holding fund. National private co-financing means only this part of national private financing which
III.2.2.4	National private co-financing paid to the holding fund (in EUR)			National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed to holding fund in the funding agreement and paid into the account of the holding fund [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national p
III.2.3	Other ERDF or ESF Operational Programme(s) providing contributions to the holding fund	OP Centro - 2007PT161PO003 - PA3 Urban and local cohesion; OP Norte - 2007PT161PO002 - PA4 Urban and local cohesion; OP Algarve - 2007PT161PO005 - PA3 - Territorial enhancement and urban development; OP Lisbon - 2007PT161PO004 - PA2 Urban develop	OP Centro - 2007PT161PO003 - PA3 Urban and local cohesion; OP Norte - 2007PT161PO002 - PA4 - Urban and local cohesion; OP Algarve - 2007PT161PO005 - PA3 - Territorial enhancement and urban development; OP Lisbon - 2007PT161PO004 - PA2 Urban develop	Titles and CCI numbers of other Operational Programme(s) contributing to the same holding fund should be reported in this section. If the reply is "Yes", the CCI numbers of other OPs should be filled in the comment box.
III.3*	Amounts of other assistance paid to the holding fund outside this Operational Programme (in EUR)	108.594.618		This section relates to funding paid to the holding fund which does not constitute part of the Operational Programme concerned. As the national/regional authorities or any other body or investor may decide to provide additional funding to a holding fund,
III.4	Management costs and fees paid to the holding fund (in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	882.666,37		Total amount of management costs and fees paid from Operational Programme contributions to the holding fund until 31 December 2013, in accordance with the conditions of the relevant funding agreement. Management costs and fees paid from other Operational
III.5	Operational Programme contributions paid from the holding fund to the specific fund	////////////////////	////////////////////	Sections III.5 –III.6 relate to the specific fund and have to be repeated accordingly for each funding agreement signed between a holding fund and a specific fund.
III.5.1*	Operational Programme contributions committed to the specific fund in the legal agreement with holding fund (in EUR)	17.705.382,00	8.860.705,00	This section relates to Operational Programme contributions (Structural Funds and national public and private co-financing) committed in the funding agreement signed between a holding fund and a specific fund. Resources committed from other Operational Pr
III.5.1.1*	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	10.000.000,00	6.200.000,00	This section relates only to this part of the amount indicated under III.5.1* which comes from the Structural Funds (ERDF or ESF resources).
III.5.2	Operational Programme contributions paid to the specific fund in line with the legal agreement with holding fund (in EUR)	7.900.000,00	5.005.033,04	Amount of operational programme assistance paid from the holding fund to specific fund, means the amount of assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the specific fund. This amount relates to the operational programme cont
III.5.3	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	4.461.920,11	3.503.453,06	This amount relates only to this part of the amount indicated under III.5.2 which comes from Structural Funds (ERDF and ESF resources)
III.5.4	out of which national public co-financing paid to the specific fund (in EUR)	3.438.079,89	1.501.579,98	This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national public co-financing of this particular Operational Programme.

Anexo VI - Template 1: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas com um Fundo de Participação



III.5.5	out of which national private co-financing paid to the specific fund (in EUR)			This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national private co-financing of this particular Operational Programme [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation].
III.6	Management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund (in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	533.645,37	-	Operational Programme contribution to management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund until 31 December 2013, in accordance with the conditions of the relevant agreement.
IV. Operational Programme contributions paid by financial engineering instrument(s) to final recipients (Article 67(2)(j)(iv) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////	////////////////////	////////////////////
IV.1	Operational Programme contributions paid to final recipients in loans	////////////////////	////////////////////	If the holding fund signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of loan product (for example: loans for SMEs and microloans), we suggest to group them together in one section IV.1. Example: in 2
IV.1.1	Name of loan product	BPI JESSICA Loans	Caixa Geral de Depositos JESSICA Loans	Name of loan product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of loan product(s) should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager. For
IV.1.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////	It should be reminded that a number of final recipients supported reported in sections IV.1.2.1*-IV.1.2.4* can be equal or lower (but not higher) to the number of loan contract reported in section IV.1.3*.
IV.1.2.1*	out of which large enterprises	number	number	Total number of large enterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for
IV.1.2.2*	out of which SMEs	number	number	Total number of small and medium-sized enterprises(SMEs) which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Definition of a " SME" according to Article 2.1 o
IV.1.2.2.1*	out of which microenterprises	number	number	Total number of microenterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. Definition of a "microenterprise(s)" according to Article 2.3 of the Comm
IV.1.2.3*	out of which individuals	number	number	Total number of individuals who signed a contract for loan product with the specific fund, and to whom the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2013. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterpri
IV.1.2.4*	out of which urban projects	5	4	Total number of urban projects supported with loan. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.1.2.5*	out of which other recipients supported	number	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with loan.
IV.1.3*	Number of loan contracts signed with final recipients	5	4	Number of loan contracts that the specific fund signed with final recipients (including the contracts for loans for which no disbursement took place).
IV.1.4*	Total value of loans committed in contracts signed with final recipients (in EUR)	34.787.000,00	8.654.961,46	Total value of loans in contracts signed with final recipients should be indicated. This amount should include Operational Programme contributions and other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not consti
IV.1.4.1*	out of which Operational Programme contributions	7.620.000,00	3.345.000,00	Operational Programme contributions assistance (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) committed in signed loans should be reported in this section. If the loans were also financed from other resources (e.g. commercial bank resources or
IV.1.5	Amounts of Operational Programme contributions paid to final recipients in loans (in EUR)	5.240.220,95	2.422.935,14	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this pro
IV.1.5.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	2.959.676,87	1.716.421,71	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.1.5, provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).
IV.1.6	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this loan product	11-10-2011	11-10-2011	Date of signature of funding agreement between a holding fund and a specific fund for the loan product.
IV.2	Operational Programme contributions paid to final recipients in guarantees	////////////////////	////////////////////	If the holding fund signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of guarantee product in relation to loans or to other risk-bearing instruments, we suggest to group them together in one section IV

Anexo VI - Template 1: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas com um Fundo de Participação



IV.2.1	Name of guarantee product	text	text	Name of guarantee product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of guarantee product should not be confused with the name of the specific fund or the fund manager
IV.2.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////	////////////////////
IV.2.2.1*	out of which large enterprises	number	number	Total number of large enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution was (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this doc
IV.2.2.2*	out of which SMEs	number	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were effectively (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the C
IV.2.2.2.1*	out of which micro-enterprises	number	number	Total number of micro-enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation
IV.2.2.3*	out of which individuals	number	number	Total number of individuals to whom the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission
IV.2.2.4*	out of which urban projects	number	number	Total number of urban projects to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development
IV.2.2.5*	out of which other recipients supported	number	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.2.2.1* -IV.2.2.5*, but to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2013.
IV.2.3*	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed with final recipients (in EUR)	number (amount)	number (amount)	Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should
IV.2.4	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts for loans paid to final recipients (in EUR)	number (amount)	number (amount)	Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should
IV.2.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	number (amount)	This section relates only to this part of the amount indicated under IV.2.4, which was provided from Structural funds (= ERDF or ESF resources)
IV.2.5*	Number of loans paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed with final recipients	number	number	Number of loans disbursed (fully or partially) until the end of 2013 in respect of which the guarantees supported from Operational Programme contributions have been committed/provided.
IV.2.6	Amount of loans actually paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed (in EUR)	number (amount)	number (amount)	Total amount of loans guaranteed with OP resources and actually disbursed to final recipients.
IV.2.7	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this guarantee product	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between a holding fund and a specific fund for the guarantee product.
IV.3	Operational Programme contributions paid to final recipients in equity/venture capital	////////////////////	////////////////////	If the holding fund signed with the specific fund (= financial intermediary) only one funding agreement for different types of equity/venture capital product, we suggest to group them together in one section IV.3. If the holding fund signed with the same
IV.3.1	Name of equity/venture capital product	text	text	Name of equity/venture capital product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients. The name of equity product should not be confused with the name of the specific fund or the
IV.3.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////	////////////////////
IV.3.2.1*	out of which large enterprises	number	number	Total number of large enterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2013. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003

Anexo VI - Template 1: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas com um Fundo de Participação

IV.3.2.2*	out of which SMEs	number	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2013. Definition of a "SME" according to Art
IV.3.2.2.1*	out of which microenterprises	number	number	Total number of microenterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment (or a part of it) until the end of 2013. Definition of a "microenterprises" according t
IV.3.2.3*	out of which urban projects	number	number	Total number of urban projects supported with equity/venture capital product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.3.2.4*	out of which other recipients supported	number	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the specific fund effectively made investment until the end of 2013.
IV.3.3*	Number of equity/venture capital investments made in line with agreements signed between holding fund and specific (equity/venture capital) fund	number	number	Number of agreements with final recipients for which investment was made by end of 2013.
IV.3.4	Amounts of Operational Programme contributions paid to investments made in line with agreements (in EUR)	number (amount)	number (amount)	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing), paid to final recipients should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) w
IV.3.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	number (amount)	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.3.4, which was provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).
IV.3.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this equity/venture capital product	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for the venture capital/equity product.
IV.4	Operational Programme contributions paid to final recipients in other financial products	////////////////////	////////////////////	"Other financial product" means the products other than those covered by the provisions under sections IV.1.1, IV.2.1, IV.3.1 of this template. Under section IV.4 the products like guarantee fee subsidies, interest rate subsidies and other products in lin
IV.4.1	Name of other financial product	text	text	Name of other financial product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (= financial intermediary) to final recipients or for the benefit of final recipients. The name of other product should not be confused with the na
IV.4.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////	////////////////////
IV.4.2.1*	out of which large enterprises	number	number	Total number of large enterprises supported with other financial product. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 em
IV.4.2.2*	out of which SMEs	number	number	Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) supported with other financial product. Definition of a "SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs)
IV.4.2.2.1*	out of which microenterprises	number	number	Total number of micro-enterprises supported with other financial product. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and who
IV.4.2.3*	out of which individuals	number	number	Total number of individuals supported with other financial product. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not c
IV.4.2.4*	out of which urban projects	number	number	Total number of urban projects supported with other financial product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.4.2.5*	out of which other recipients supported	number	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with other financial product.

Anexo VI - Template 1: Operações de Instrumentos de Engenharia Financeira implementadas com um Fundo de Participação

IV.4.3	Amounts of Operational Programme contributions paid to the final recipients (in EUR)	number (amount)	number (amount)	Amounts of Operational Programme contribution i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing, paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients (in a case when the subsidy is paid directly to the financial intermediary), should
IV.4.3.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	number (amount)	number (amount)	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.4.3, which was provided from Structural Funds (ERDF and ESF) and paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients until the end of 2013.
IV.4.4*	Number of other financial products provided to final recipients	number	number	Total number of final recipients supported with other financial product.
IV.4.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this (other) financial product	DD/MM/YYYY	DD/MM/YYYY	Date of signature of funding agreement between a holding fund and a specific fund for the other product.
IV.5	Indicators	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.5.1*	Number of jobs created	247	3	Core indicator n°1 for ERDF and CF at OP level (definition: gross direct jobs created, full time equivalents, Source: "Working Document No. 7. Indicative Guidelines on evaluation methods: Reporting on core indicators for the European Regional Development

Sections marked with "*" are optional, however we encourages Managing Authorities to complete these sections as well.

Anexo VII – Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refª Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2014)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.d.
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.d.
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	n.d.
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	539.678
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.d.
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	0,5
ICN-AAE-006 (****)	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	28
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	(***)
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.d.
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	236.736
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	270.753
ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	n.d.
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	767.679
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	19.423
CORE -025 (****)	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	(****)
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	n.d.
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	n.d.
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	(***)
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	(***)
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	(***)
ICN-AAE-025	km2	Grau de cobertura do território por planos de emergência	30,83%
CORE - 037	Nº	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	21.978
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	150

Notas

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

(***) Afecto ao POVT

(****) Tipologia transitou para o POVT, no âmbito da Reprogramação de 5 dezembro de 2012 (concretizada com a transição de operações em 2013)

(*****) A redução (-1) decorre do facto da "Rede Urbana Economias Criativas, rede inter-regional apresentada ao MaisCentro, que incluía o Alentejo, o Centro, Lisboa e o Norte", não teve concretização no Alentejo, pois o Município de Montemor-o-Novo desistiu da candidatura por falta de maturidade na fase de assinatura de contrato

Anexo VIII – Resumo Implementação Física – Indicadores de Eixo – Anexo VI do Regulamento (CE)
n.º 84/2009

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo Prioritário 1	2-N.º de Empresas criadas	Realização - Contratada			10	22	46	25	30	30		30
		Realização - Executada					1	1	7	9		9
		Metas				50					60	60
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	3-Empresas criadas nos sectores com potencial de crescimento (%)	Realização - Contratada			20%	32%	15%	12%	27%	33%		33%
		Realização - Executada							22%	23%		23%
		Metas				25%					30%	30%
		Valor de Referência / Situação de Partida										26%
	4-N.º Start-ups (tecnológicas) criadas (*****)	Realização - Contratada			0	3	7	12	18	20		20
		Realização - Executada							2	2		2
		Metas				12					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	5-N.º de PME envolvidas em acções de cooperação apoiadas	Realização - Contratada			0	1	4	4	4	4		4
		Realização - Executada						0	0	0		0
		Metas				40					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										NA
	6-Relevância das actividades I&D em consórcio	Realização - Contratada			0	22%	11%	8%	13%	17%		17%
		Realização - Executada						0%	0%	0%		0%
		Metas				7%					15%	15%
		Valor de Referência / Situação de Partida										19%
	7-N.º Acções de cooperação apoiadas	Realização - Contratada			0	1	2	2	2	3		3
		Realização - Executada						0				0
		Metas				4					8	8
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	8-Incentivo à inovação produtiva (*****)	Realização - Contratada			72%	90%	83%	78%	81%	77%		77%
		Realização - Executada						35%	78%	75%		75%
		Metas				45%					80%	80%
		Valor de Referência / Situação de Partida										41%
	9- VAB gerado em sectores com potencial de crescimento	Realização - Contratada			27,4%	11%	29%	13%	13%	17%		17%
		Realização - Executada						0	0			0%
		Metas				15%					20%	20%
		Valor de Referência / Situação de Partida										31% e 41%
	10-Orientação para a produção	Realização - Contratada			72%	80%	81%	93%	80%	87%		87%
		Realização - Executada						38%	81%	84%		84%

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	transaccionável e internacionalizável	Metas				50%					75%	75%
		Valor de Referência / Situação de Partida										46%
	11-Orientação para mercados internacionais	Realização - Contratada			3,7	3,6	11,8	3,9	6,4	7,3		7,3
		Realização - Executada										
		Metas				1,5					3,2	3,2
		Valor de Referência / Situação de Partida										NA
	12- N.º de Micro e pequenas empresas apoiadas	Realização - Contratada			125	226	285	339	633	839		839
		Realização - Executada						37	73	161		161
		Metas				140					350	350
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	13-N.º de PME envolvidas em acções colectivas apoiadas	Realização - Contratada			79	79	1305	1634	1701	1821		1821
		Realização - Executada						131	132	632		632
		Metas				80					1000	1000
		Valor de Referência / Situação de Partida										NA
	14-N.º Acções colectivas apoiadas	Realização - Contratada			4	9	17	19	31	35		35
		Realização - Executada					1	6	10	11		11
		Metas				4					25	25
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	15-N.º Patentes Registadas por 1.000.000 hab.	Realização - Contratada			0	0,000316	0,000506	0,000561	0,000687	0,000691		0,000691
		Realização - Executada										
		Metas				10					15	15
		Valor de Referência / Situação de Partida										6
	16-N.º Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	Realização - Contratada			0	0	3	28	30	30		30
		Realização - Executada							4	8		8
		Metas				2					4	4
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	18-N.º áreas de inovação empresarial apoiadas	Realização - Contratada			2	8	16	22	25	39		39
		Realização - Executada					5	10	16	20		20
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	19-% empresas apoiadas com presença na Internet e acesso à banda larga	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada										
		Metas				40%					50%	50%

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
		Valor de Referência / Situação de Partida									NA
	20-N.º Projectos apoiados de promoção da economia digital	Realização - Contratada		3	11	26	37	37	37		37
		Realização - Executada				11	15	22	28		28
		Metas			20					26	26
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	48-N.º de Projectos de modernização administrativa (serv. públicos) apoiados	Realização - Contratada	2	7	8	22	22	22	24		24
		Realização - Executada				3	7	9	18		18
		Metas			12					22	22
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	49-População servida por lojas do cidadão e centros multi-serviços	Realização - Contratada		70,3%	70,3%	70,3%	70,3%	70,3%	70,3%		70,3%
		Realização - Executada							33,0%		33,0%
		Metas			30%					70%	70%
		Valor de Referência / Situação de Partida									0%
	50-N.º de lojas do cidadão e centros multi-serviços apoiados	Realização - Contratada		40	40	49	49	49	49		49
		Realização - Executada					3	16	23		23
		Metas			15					45	45
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	52-N.º acções promocionais apoiadas	Realização - Contratada		n.d.	3	28	41	111	137		137
		Realização - Executada				6	10	61	72		72
		Metas			8					30	30
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	63 - N.º de estágios apoiados (****)	Realização - Contratada					n.d.	163	163		163
		Realização - Executada						42	147		147
		Metas			-					163	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	64- N.º estagiários integrados (****)	Realização - Contratada					n.d.	113	113		113
		Realização - Executada							0		0
		Metas			-					113	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	65 - N.º de activos abrangidos em acções de formação (****)	Realização - Contratada					n.d.		n.d.		n.d.
		Realização - Executada									
		Metas			-					10.204	

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	66 - Nº activos que concluíram acções de formação para a inovação e gestão (****)	Realização - Contratada					n.d.		n.d.		n.d.
		Realização - Executada									
		Metas			-					9.184	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	67 - Nº iniciativas de criação e emprego apoiadas (****)	Realização - Contratada					n.d.	72	96		96
		Realização - Executada						0	0		0
		Metas			-					1.686	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	68 - Pessoas abrangidas por iniciativas de criação de emprego apoiadas (****)	Realização - Contratada					n.d.	109	145		145
		Realização - Executada						48	130		130
		Metas			-					3.371	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	35-Acréscimo do nº visitantes às infra-estruturas apoiadas	Realização - Contratada			11.207	212.995	238.995	238.995	238.995	238.995	238.995
		Realização - Executada							219.095		219.095
		Metas				40.000				150.000	150.000
		Valor de Referência / Situação de Partida									NA
	36-Nº elementos patrimoniais apoiados	Realização - Contratada		7	8	23	29	38	39	57	57
		Realização - Executada					14	14	20	35	35
		Metas				4				30	30
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	62-População servida por unidades de saúde apoiadas (***)	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	767.679	767.679	767.679	767.679	767.679
		Realização - Executada						537.375	629.497		629.497
		Metas				n.d.				767.679	767.679
		Valor de Referência / Situação de Partida									NA
	61-Nº unidades de saúde apoiadas (***)	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	52	68	68	68	68
		Realização - Executada					13	37	49	56	56
		Metas				7				60	60
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	41-Nº de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas	Realização - Contratada			52.540	59.540	152.340	152.340	152.340	152.340	152.340
		Realização - Executada						99.900	137.340		137.340
		Metas				40.000				172.500	172.500

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	42-Nº equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados)	Valor de Referência / Situação de Partida									0
		Realização - Contratada			4	6	7	7	7	7	7
		Realização - Executada					1	2	3	5	5
		Metas				8				10	10
	44-Nº projectos de valorização de praias	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada			5	5	5	8	8		8
		Realização - Executada					2	2	3		3
		Metas				4				5	5
	69 - Nº de hectares irrigados (1)	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada							16.998		16.998
		Realização - Executada							0		0
		Metas				n.a				16.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada		7.370	9.497	12.547	15.912	17.367	17.484	17.649	17.649
		Realização - Executada					7.485	11.892	12.647	13.674	13.674
		Metas				1.420				15.000	15.000
	33-Alunos abrangidos por Centros Escolares do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada					2.207	4.197	4.329	4.329	4.329
		Realização - Executada						391	891	2.207	2.207
		Metas				n.a				3.500	3.500
Eixo Prioritário 3	57-Alunos abrangidos por escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada				n.a	n.a	n.a	n.a		n.a
		Realização - Executada									
		Metas				n.a					n.a
	58-Alunos abrangidos por escolas do Ensino Secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada									
		Realização - Executada									
		Metas									
	34- Centros Escolares do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada		31	39	48	65	70	71	72	72
		Realização - Executada					32	45	50	56	56
		Metas				11				65	65
	59- Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliadas/requalificadas	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada					4	9	10	10	10
		Realização - Executada						2	3	5	5
		Metas				n.d.				5	5

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	60- Escolas do Ensino Secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	Realização - Contratada				n.a	n.a	n.a	n.a		n.a
		Realização - Executada									
		Metas			n.a.						n.a
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	27-Nº de passageiros (aéreos) transportados	Realização - Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada				2.237	4.162	6.624	7.569		7.569
		Metas			235.000					2.500	2.500
		Valor de Referência / Situação de Partida									0
	28-Nº infra-estruturas aeroportuárias apoiadas	Realização - Contratada		2	2	2	2	2	2		2
		Realização - Executada				2	2	2	2		2
		Metas			1					2	2
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	21- População beneficiada (residentes e novos residentes) por operações de regeneração urbana (***)	Realização - Contratada		217.472	217.472	217.472	217.472	260.895	270.753		270.753
		Realização - Executada						94.659	215.326		215.326
		Metas			90.000					225.000	225.000
		Valor de Referência / Situação de Partida									121.800
	22-N.º protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização - Contratada		16	16	16	16	16	16		16
		Realização - Executada				2	2	2	12		12
		Metas			4					16	16
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	23-N.º postos de trabalho beneficiados pelas redes urbanas para a competitividade	Realização - Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada									
		Metas			600					600	600
		Valor de Referência / Situação de Partida									NA
	24- Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação) (****)	Realização - Contratada		2	6	6	6	6	5		5
		Realização - Executada							2		2
		Metas			3					6	6
		Valor de Referência / Situação de Partida									
	30-Nº km rede rodoviária intervencionada	Realização - Contratada		73,2	505,6	759,5	853,9	1.026,8	1.144,3		1.144,3
		Realização - Executada				493	762,1	834,9	984,1		984,1
		Metas			25					800	800

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	25-População servida por sistemas de transportes colectivos apoiados	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada			n.d.	2,2%	2,2%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
		Realização - Executada						2,5%	2,5%		2,5%
		Metas				33%				33%	33%
	26-N.º sistemas transportes apoiados (***)	Valor de Referência / Situação de Partida									NA
		Realização - Contratada			n.d.	n.d.	2	2	2	2	2
		Realização - Executada						2	2		2
		Metas				2				2	2
	Eixo prioritário 4	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Realização - Executada		0,13%	6,9%	6,6%	8,7%	7,2%	5,4%	8,0%	8%
		Metas				7,5%				5%	5%
	53 - % despesas dos fundos estruturais coberta por acções de verificação no local pela estrutura segregada (****)	Valor de Referência / Situação de Partida									12%
		Realização - Contratada		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Realização - Executada		50.248	176.277	314.121	485.588	603.194	952.628	1.182.503	1.182.503
		Metas				80.000				500.000	500.000
	54 - N.º Visitantes anuais ao sítio de internet do PO	Valor de Referência / Situação de Partida									58.000
		Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
		Realização - Executada		n.d.	n.d.	32%	65%	44%	61,2%	61,8%	61,8%
		Metas				60%				80%	80%
	55 - Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
		Realização - Executada		160	453	1.206	2.295	3.447	4.796	6.108	6.108
		Metas				50				1.250	1.250
	52 - N.º Acções de divulgação e informação do Programa	Valor de Referência / Situação de Partida									
		Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
		Realização - Executada									
		Metas									

n.d. - não disponível

n.a. - não aplicável

Foram retirados os indicadores nº 39 e 40 (Ciclo Urbano da água) em virtude da elegibilidade ter transitado para o POVT (oper. transitaram em 2013, no âmbito da Reprog. 2011).

(***) Indicador alterado no âmbito da reprogramação - 2011

(****) Indicador alterado no âmbito da reprogramação - 2012

(*****) No ano anterior, na execução, foram tidos em conta todos os projetos, quando devia ser só setores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, pelo que se alterou o valor do ano de 2013 (de 4 para 2)

(*****) A redução (-1) no ind. 24 do Eixo 3, decorre do facto da "Rede Urbana Economias Criativas, rede inter-regional apresentada ao MaisCentro, que incluía o Alentejo, o Centro, Lisboa e o Norte", não teve execução no Alentejo, pois o Município de Montemor desistiu da candidatura por falta de maturidade na fase de assinatura de contrato

(*****) No indicador 8, verificou-se um ligeiro decréscimo da taxa em relação a 2013. Tendo em conta a fórmula de cálculo que lhe está associada, contrariamente aos projetos enquadrados no sistema de incentivos à qualificação cuja aprovação aumentou (e, por consequente, os valores contratados e executados) os valores associados ao sistema de incentivos à inovação desceram. Com efeito, as aprovações no âmbito do sistema de incentivos à inovação não compensaram os projetos anulados ao longo de 2014 (os quais já contavam com pagamentos efetuados na ordem dos 2,2M € e com um incentivo associados acima dos 16,1 M€) e ainda com a transferência de projetos para o COMPETE os quais totalizavam um montante de incentivo na ordem dos 39M. Por estas razões, a estrutura do indicador foi afetada o que significou um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior

(1) Novo indicador (nº 69) incluído na sequência da Reprogramação de 2014 do INALENTEJO

Anexo IX – Resumo Implementação Física Indicadores Comuns Comunitários – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2006

[illegible]

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
	21- Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - Contratada			n.a *	n.a *	n.a *	n.a *	n.a *	n.a *		n.a *	
		Realização - Executada											
		Metas								n.a **			
	22- Acrecimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização - Contratada		n.d		2.700	19423	19423	19423	19423		19423	
		Realização - Executada							19423	19423		19423	
		Metas									18.000		
Energias Renováveis	23- Nº de projectos (energias renováveis)	Realização - Contratada		n.d		5	46	79	81	81		81	
		Realização - Executada					6	22	48	64		64	
		Metas									75		
	24- Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a			n.a	
		Realização - Executada											
		Metas									n.a		
	25- Acrecimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados (***)	Realização - Contratada			740	1.664	2.594	2594	n.a	n.a		n.a	
		Realização - Executada											
		Metas									n.a	n.a *	
	26- Acrecimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionadas	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a			n.a	
		Realização - Executada											
		Metas									n.a		
Ambiente	27- Nº de projectos de Resíduos Sólidos (***)	Realização - Contratada			5	12	18	21	n.a	n.a		n.a	
		Realização - Executada											
		Metas									n.a		
	28- Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - Contratada			1	1	1	1	1	2		2	
		Realização - Executada								1		1	
		Metas										1	
	29- Área reabilitada (em Km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d			n.d	
		Realização - Executada											
		Metas									n.a		
	30- Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, Kt)	Realização - Contratada		n.a *	n.a *	n.a *	n.a *	n.a *	n.a *			n.a *	
		Realização - Executada											
		Metas									n.a. **		
Prevenção de Riscos	31- Nº de projectos (Prevenção de riscos) (***)	Realização - Contratada			5	8	14	14	9	9		9	
		Realização - Executada						5	5	1	8		8
		Metas										7	
	32- População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações (****)	Realização - Contratada			661.545	767.679	767.679	767.679	66.420	66.420		66.420	
		Realização - Executada						541.499	54.780	66.420		66.420	
		Metas									65.420		
	33- População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações) (****)	Realização - Contratada			661.545	767.679	767.679	767.679	112.159	112.159		112.159	
		Realização - Executada						541.499	88.019	112.159		112.159	
		Metas									112.159		
Turismo	34- Nº de projectos (Turismo) (****)	Realização - Contratada		2	10	67	102	90	145	135		135	
		Realização - Executada					12	12	16	62		62	
		Metas									100		
	35- Nº de empregos criados (em ETI)	Realização - Contratada			24	208	1.596	1.097	1.112	903		903	
		Realização - Executada							25	384		384	
		Metas									n.d.		
Educação	36- Nº de projectos (Educação)	Realização - Contratada		29	37	46	67	74	76	77		77	
		Realização - Executada					32	47	53	58		58	
		Metas									70		
	37- Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		7.370	9.497	12.250	18.119	21564	21813	21978		21.978	
		Realização - Executada					7.485	12283	13538	15881		15.881	
		Metas		</									



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Competitividade das Cidades	40- Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	14	15	15	15	15
		Realização - Executada					2	2	6	9	9
		Metas								15	
Inclusão Social	41- Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão	Realização - Contratada		29	40	53	111	131	148	150	150
		Realização - Executada					37	81	112	124	124
		Metas								135	

n.a. - Não aplicável ao INALENTEJO

n.d. - Não disponível

* Metodologia de cálculo em consolidação

** indicador para o qual se propõe não se definir uma meta

*** elegibilidade da tipologia transitou para o POVT em 2013 (reprogramação estratégica dez/2012)

**** A redução em relação ao ano anterior resulta da transição de operações para o POFC (no âmbito da reprogramação de 2014), bem como da rescisão de operações

Anexo X – Operações Aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-14

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento									456.937.773	312.301.198	295.194.323	574.227
	ALENT-07-011A-FEDER-035715	MELHORIA DA CAPACIDADE DE FUNCIONAMENTO OPERACIONAL	4	4	182	205	508110670	AGENDA PADRÃO - CONSULTORIA E GESTÃO, LDA	33.763	23.107	23.107	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035739	BIZCENTER - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, MOBILIÁRIO E CONTRATAÇÃO	4	4	183	205	506995232	BIZCENTER - CONSULTORIA EM GESTÃO, LDA	37.297	24.874	24.874	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035743	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PRODUTIVO E INFORMÁTICO	4	4	185	205	505343304	AN TONIO JOSE ROSA UNIPESSOAL, LDA	17.450	14.951	14.951	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035754	VIVE - APLICAÇÃO TECNOLÓGICA ONLINE E MOBILE PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO REGIONAL AUTÓCTONE	4	4	183	205	509678033	CLOUD K - DESIGN FOR GOOD, LDA	30.718	21.584	21.584	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035770	MERCEARIA DE MARVÃO - CASTELO	4	4	182	205	510002846	INN MARVÃO DE CATARINA B. MACHADO UNIPESSOAL, LDA	17.446	14.948	14.948	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035797	RESTAURANTE ABANKA AKI	4	4	183	205	183259041	RUI MANUEL FIGUEIRAS ANDREZO	41.936	29.457	29.457	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035804	DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PARA DISPOSITIVOS MOVEIS.	4	4	183	205	509396410	MAIN SERVICE, LDA	33.285	20.793	20.793	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035807	RENOVAÇÃO DO BAR	4	4	182	205	508509734	GLORIA HONRA - BARES E EVENTOS, LDA	43.755	31.310	31.310	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035832	ALL SAFE	4	4	181	205	506228894	ALCAMO, CONSULTORIA EM GESTÃO, LDA	14.239	11.836	11.836	0
	ALENT-07-011A-FEDER-035875	CRIAÇÃO DE MARCA E LOJA DE VENDA DE VESTUÁRIO PARA ADULTOS	4	4	184	205	508232848	O PRIMEIRO SORRISO, LDA	37.438	24.944	24.944	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036274	RESTAURANTE E CERVEJARIA O TARRO	4	4	182	205	509793657	JOSÉ MAURICIO FILHOS, LDA	33.911	21.986	21.986	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036306	JORGE TAVARES CARRILHO - GANHO DE EFICIÊNCIA E RENTABILIDADE	4	4	182	205	509682286	JORGE TAVARES CARRILHO, DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE CEREAIS, UNIPESSOAL, LDA	16.155	13.737	13.737	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036743	CABEÇA DA CABRA CC	4	4	181	205	510232868	CASAS DA ESCOLA - TURISMO, LDA	37.419	24.935	24.935	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036744	RECICLAGEM DE ÉVORA	4	4	183	205	507322223	SRE - SOCIEDADE RECICLAGEM DE ÉVORA, UNIPESSOAL, LDA	46.383	34.133	34.133	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036754	BULLFARMA - PORTALEGRE	4	4	182	205	501661816	BULLFARMA - COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS, LDA	41.001	28.801	28.801	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036762	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS, DECORAÇÃO E INFORMÁTICA	4	4	184	205	509041183	ALIMENTARBIZ, LDA	33.300	20.800	20.800	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036804	SABORES DE BARRANCOS	4	4	184	205	508758220	SABORES DE BARRANCOS - TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DE PORCO PRETO,	29.877	27.389	27.389	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036806	ALARGAMENTO E EXPANSÃO DA ACTIVIDADE DA MYFARM.COM	4	4	184	205	510011209	MYFARM.COM	49.882	37.392	37.392	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036822	REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DE ALOJAMENTO LOCAL	4	4	183	205	502721650	RESIDENCIAL VILABORBA, LDA	14.402	11.917	11.917	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036839	TCC EXPANSÃO	4	4	182	205	509866972	TCC- TELMA CARREIRA CURADO, SROC, UNIPESSOAL, LDA	29.926	17.478	17.478	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036841	ESFERA DE REQUINTE	4	4	183	205	509950515	ESFERA DE REQUINTE, LDA	39.268	26.866	26.866	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036849	RADIO CASTRENSE	4	4	184	205	501921621	CORTIÇOL - COOPERATIVA DE INFORMAÇÃO E CULTURA CRL	11.188	8.738	8.738	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036851	CONTAMETRICA - INOVAÇÃO E CONTINUIDADE	4	4	183	205	504822950	CONTAMÉTRICA - CONTABILIDADE, FISCALIDADE E AUDITORIA, LDA	49.652	37.277	37.277	0
	ALENT-07-011A-FEDER-036865	RESTAURANTE PARREIRA MARQUES	4	4	183	205	503605034	PARREIRA MARQUES, SA	43.815	31.340	31.340	0
	ALENT-07-011A-FEDER-037654	FORTISGRAF: APOSTA NA IMPRESSÃO DIGITAL GRANDE FORMATO	4	4	182	205	510078826	FORTISGRAF - ARTES GRÁFICAS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	29.444	17.866	17.866	0
	ALENT-07-011A-FEDER-037801	DOCES CARMO	4	4	183	205	509664350	DOCES CARMO - FABRICO DE DOCES TRADICIONAIS, LDA	29.892	27.397	27.397	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038150	QUEIJARIA EIRA DA VILA	4	4	184	205	510391419	QUEIJARIA EIRA DA VILA, UNIPESSOAL, LDA	29.852	27.377	27.377	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038154	AQUISIÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE	4	4	184	205	510221866	BUSINESSEASON, LDA	11.138	8.713	8.713	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038155	PASTELARIA AMOROSA	4	4	184	205	510043224	PASTELARIA AMOROSA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	23.829	21.347	21.347	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038172	RESTAURANTE PENHA D'ÁGUIA	4	4	184	205	510182208	PENHA D'ÁGUIA - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	21.928	19.453	19.453	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038173	LOADING IDEAS - MARKETING E COMUNICAÇÃO	4	4	182	205	508304822	LOADING IDEAS, LDA	33.278	20.789	20.789	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038208	PIÇARRACA - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	500209391	PIÇARRACA, LDA	38.231	25.781	25.781	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038209	PIÇARRA MULTIMÉDIA - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	506701719	PIÇARRA - MULTIMÉDIA E GESTÃO DE CONTEÚDO, LDA	31.188	18.738	18.738	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038211	REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E DO EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO E ELECTRODOMÉSTICOS	4	4	183	205	505106949	FORTE DE LETRAS LIVRARIA UNIPESSOAL, LDA	34.432	21.932	21.932	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038244	ESTÉTICA COMPANHIA: SPA VITÓRIA HOTEL	4	4	183	205	504582488	ESTÉTICA E COMPANHIA - ESTÉTICA, UNIPESSOAL, LDA	31.354	19.827	19.827	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038247	SUPERMERCADO RUI SALOMÉ - PORTALEGRE	4	4	182	205	506146650	RUI SALOMÉ RAINHO, LDA	43.589	31.227	31.227	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-011A-FEDER-038275	CULPA TUA	4	4	183	205	509417132	PLURALTRIX-CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJECTOS, UNIPessoal, LDA	49.879	37.391	37.391	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038337	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PRODUTIVOS E MATERIAL PROMOCIONAL	4	4	182	205	510064817	STERRIUST AGRUPAMENTO DE PRODUTOS, C.R.L.	11.284	8.786	8.786	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038343	EQUIPAR A BOUTIQUE DO OURO EM EVORA	4	4	183	205	509094384	TROCAR MEMÓRIAS UNIPessoal, LDA	7.149	6.090	6.090	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038345	DIVULGAR SECOND LIFE	4	4	183	205	509094384	TROCAR MEMÓRIAS UNIPessoal, LDA	11.231	8.131	8.131	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038353	RESTAURANTE MEL E NOZ	4	4	183	205	509525750	PROJECTOS COOK SELF, UNIPessoal, LDA	29.899	17.465	17.465	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038354	CAFETARIA MEL E NOZ	4	4	183	205	509525750	PROJECTOS COOK SELF, UNIPessoal, LDA	31.176	18.732	18.732	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038366	PÃO QUENTE PITEIRA	4	4	183	205	510164110	PANIFICADORA PITEIRA LLL, LDA	46.671	34.277	34.277	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038372	IGAL - INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	4	4	183	205	502504498	IGAL - INVESTIMENTOS E GESTÃO AGRO-FLORESTAL, LDA	22.991	15.268	15.268	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038379	B3B	4	4	183	205	510358730	B3B - CONSULTADORIA ESPECIALIZADA, LDA	49.863	37.382	37.382	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038382	FRAGRÂNCIAS ÚNICAS	4	4	182	205	509865127	FRAGRÂNCIAS ÚNICAS - CULTIVO E EXPORTAÇÃO DE PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS, LDA	23.828	21.346	21.346	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038384	PADARIA PK	4	4	184	205	509936091	PK, UNIPessoal, LDA	23.765	21.315	21.315	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038386	CONFEITARIA ESPIGA	4	4	183	205	509172423	PADARIA E CONFEITARIA ESPIGA DA PLANÍCIE, UNIPessoal, LDA	23.855	21.360	21.360	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038679	COMERCIO INTERNACIONAL DE VINHO E LICORES	4	4	183	205	510064728	AGROVINAZ - SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA	18.326	15.829	15.829	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038762	RESTAURANTE MONTADO	4	4	183	205	183375963	FÁTIMA DA CONCEIÇÃO MARGALHO CALVO BELDROEGA	12.545	10.045	10.045	0
	ALENT-07-011A-FEDER-038895	ABERTURA DA LOJA - HORTA DO BISPO	4	4	183	205	510323162	SCALASTATUS, LDA	41.929	29.454	29.454	0
	ALENT-07-011A-FEDER-039855	EXPANSÃO COMERCIAL FINAO BIOTECH	4	4	182	205	509407145	FINAO BIOTECH, LDA	39.922	32.412	32.412	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040748	VALORIZAR	4	4	183	205	506762432	PARISPLAN SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	25.108	22.930	22.930	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040774	DOCES CANDEIAS	4	4	184	205	508418631	DOCES CANDEIAS - INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR, LDA	26.758	24.321	24.321	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040777	REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇO	4	4	183	205	197466460	VANDA CRISTINA DA VISITAÇÃO PATOLEIA CAEIRO	34.761	22.411	22.411	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040781	SAMUEL SALGADO CONSOLIDAR	4	4	184	205	509280412	SAMUEL SALGADO, UNIPessoal, LDA	42.411	29.946	29.946	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040792	CRESCIMENTO	4	4	184	205	509766331	LANÇA, PRAZERES E REBOCHO, LDA	21.659	14.980	14.980	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040821	REMODELAR A BOUTIQUE DO OURO EM BEJA	4	4	184	205	509094384	TROCAR MEMÓRIAS UNIPessoal, LDA	7.647	6.968	6.968	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040826	CHOURIÇARIA DA PRAÇA	4	4	183	205	509834752	TRUST ON EARTH, UNIPessoal, LDA	48.454	36.678	36.678	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040839	CIRCUITOS TURÍSTICOS AO MEGALITISMO NA REGIÃO DE ÉVORA	4	4	183	205	509022758	EBORA MEGALITHICA, LDA	46.535	35.718	35.718	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040842	F J ELIAS	4	4	183	205	509277942	F. J. ELIAS, LDA	20.671	18.196	18.196	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040843	CARTAZ D'ENCANTO	4	4	183	205	510089933	CARTAZ D'ENCANTO, LDA	36.484	25.536	25.536	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040851	MICHELLE BOUTIQUES	4	4	183	205	135201322	PRUDENCIA ROSA BARREIRA MARQUES	33.636	26.250	26.250	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040859	EBORCLIMA - MODERNIZAÇÃO	4	4	183	205	505512483	EBORCLIMA - AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO, LDA	31.282	18.785	18.785	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040860	CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES, OBRAS E PLANO DE NEGÓCIO	4	4	183	205	509893694	RITMOS FAVORITOS, LDA	48.902	36.902	36.902	0
	ALENT-07-011A-FEDER-040937	RUBISAR -PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	4	4	184	205	507160231	RUBISAR - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA	28.619	17.454	17.454	0
	ALENT-07-011A-FEDER-041006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E INFORMATICO E SERVIÇOS TECNICOS	4	4	184	205	218129165	PATRICIA GABRIELA NOGUEIRA GONÇALVES	37.092	24.771	24.771	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042156	CRIAÇÃO DE UMA SALA DE FORMAÇÃO	4	4	183	205	502451718	EQUIPGEST - CONSULTORIA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, LDA	29.902	27.402	27.402	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042836	CONSULTORIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PARA EMPRESAS	4	4	183	205	505840146	CONTASECIA, LDA	39.094	27.848	27.848	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação						Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)		Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-011A-FEDER-042860	INVESTIMENTOS EM HARDWARE E SOFTWARE - EXPANSÃO DA ATIVIDADE	4	4	183		205	502703652	VIDIGAL SILVA CARLOS SILVA - CONTABILIDADE E CONSULTADORIA FISCAL, LDA	25.758	17.595	17.595	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042873	REMODELAÇÃO DE LOJA	4	4	184		205	506154980	KITMAQUINAS, LDA	20.864	16.657	16.657	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042875	MOTO IDEAL CORUCHE	4	4	185		205	156461757	JOSÉ RIBEIRO TIMÓTEO	14.425	11.929	11.929	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042883	CENTRO DE DIGITALIZAÇÃO DOCUMENTAL E DE DADOS	4	4	183		205	509816045	ZTLM, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPRESARIAL, LDA	34.126	21.779	21.779	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042884	PANIFICADORA MOURALINHO	4	4	184		205	509812627	MOURALINHO MOURALINHO - PADARIA E PASTELARIA, LDA	23.815	21.340	21.340	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042885	100MLSTORE EVORA	4	4	183		205	509586236	CORDOVIL GAMERO, LDA	49.857	37.379	37.379	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042891	INOVAR PARA CRESCER (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PRODUTIVO E INFORMÁTICO)	4	4	183		205	509084613	SOMBRA DO GIRASSOL COMUNICAÇÃO, LDA	33.919	21.676	21.676	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042898	2B-ENERGY	4	4	184		205	510255388	2B - ENERGY, LDA	23.520	21.192	21.192	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042933	MAQUINA DE BORDAR RICOMA 12 CORES	4	4	182		205	505693933	AMS-CASA DAS BATAS VESTUARIO PROFISSIONAL, LDA	33.798	21.615	21.615	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042948	AGÊNCIA ARRAIANA	4	4	184		205	506263541	AGÊNCIA FUNERÁRIA ARRAIANA, LDA	23.769	21.317	21.317	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042959	EVORAFUNCY	4	4	183		205	510409261	EVORAFUNCY - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA	46.503	34.193	34.193	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042963	COMERCIO A RETALHO/ CRIAÇÃO DE MOBILIARIO	4	4	182		205	501296964	CONTAPOR - CENTRO DE CONTABILIDADE, LDA	31.791	20.612	20.612	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042966	ALENPROJECTOS REFORMA 2	4	4	183		205	506602141	ALENPROJECTOS - CONSULTADORIA DE GESTÃO, LDA	49.752	37.327	37.327	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042974	ACCESSPOINT - REBRANDING E MODERNIZAÇÃO COMERCIAL	4	4	183		205	508862396	ACCESSPOINT INFORMÁTICA UNIPESSOAL, LDA	28.880	18.590	18.590	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042975	HERDADE DO BATOQUINHO - ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA	4	4	183		205	508710235	HERDADE DO BATOQUINHO, UNIPESSOAL, LDA	13.381	9.835	9.835	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042976	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PRODUTIVO E OBRAS DE ADAPTAÇÃO DE ESPAÇO	4	4	182		205	509978894	SORTE AGRADÁVEL, LDA	30.574	20.003	20.003	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042980	REFORÇO DA CAPACIDADE ESTRATÉGICA DA SORTE AGRADÁVEL	4	4	182		205	509978894	SORTE AGRADÁVEL, LDA	18.965	14.199	14.199	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042982	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - ÁREA FINANCEIRA, COMERCIAL E STOCKS	4	4	183		205	507495888	FRESCOSCÓPIO - PRODUTOS ALIMENTARES, UNIPESSOAL, LDA	17.428	12.864	12.864	0
	ALENT-07-011A-FEDER-042998	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS PARA EMPRESAS	4	4	183		205	507165705	MÁRIO PAIS, UNIPESSOAL, LDA	20.940	15.186	15.186	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043003	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	4	4	184		205	509844405	JOÃO RUTE MATIAS - INFORMÁTICA COMUNICAÇÃO, LDA	13.906	11.669	11.669	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043010	MORDENIZAÇÃO E EXPANSÃO DO PROMOTOR	4	4	182		205	507969529	RETRATO FALADO - IMPRESA, COMUNICAÇÃO E EVENTOS, LDA	37.011	24.731	24.731	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043018	CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PAGINA WEB PARA VENDA DE PRODUTOS ON-LINE	4	4	183		205	506229394	L.F.FALEIRO - ALIMENTOS E ACESSÓRIOS PARA ANIMAIS, LDA	32.625	22.538	22.538	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043022	ALENPROJECTOS REFORMA 1	4	4	184		205	506602141	ALENPROJECTOS - CONSULTADORIA DE GESTÃO, LDA	49.732	37.317	37.317	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043031	DIVERSIFICAÇÃO BICIPALMA	4	4	184		205	505115247	BICIPALMA-COMÉRCIO DE ARTIGOS DESPORTIVOS UNIPESSOAL, LDA	25.751	19.101	19.101	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043049	VALORIZAR A LEITURA NO COMERCIO DE PORTALEGRE	4	4	182		205	109801075	MARIA TERESA CORREIA MARCHÃO TAVARES	44.923	32.460	32.460	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043067	DIVERSIFICAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL	4	4	184		205	506821854	CONSDEP II, SA	39.474	27.031	27.031	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043081	INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BIOGRAU	4	4	183		205	507530829	BIOGRAU, LDA	37.433	24.942	24.942	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043114	MODERNIZAÇÃO DA LOJA	4	4	183		205	506126749	ANTÓNIO MARQUES - TABACARIA, PAPELARIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	34.432	21.932	21.932	0
	ALENT-07-011A-FEDER-043118	MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇO COMERCIAL - LOJA	4	4	184		205	509492622	CLEVERMOMENT, LDA	26.033	16.790	16.790	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000087	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SQQ E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	9	185		204	501914935	ANTÓNIO FILIPE NETO, LDA	114.795	51.645	51.645	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000114	WWW.FILMINPORTUGAL.COM	4	9	184		205	507431146	BLACK MARIA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	175.150	78.818	78.818	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000188	CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE	4	9	183		205	506533590	EKAL - EXPLORAÇÃO DE KARTODROMOS, LDA	68.514	30.831	30.831	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000197	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DA FRIGORIFICOS BRIGIDO	4	9	185		205	502119586	FRIGORIFICOS BRIGIDO, LDA	136.460	61.199	61.199	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000478	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS	4	9	183		205	507685997	FABRIRÉS - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	393.258	176.966	176.966	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-000727	criação de portal para gestão de rede de escritórios associados e relacionamento com o cliente	4	9	184	205	504507150	PONTO ÓPTIMO CONSULTORES, LDA	210.281	94.627	94.627	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000787	EXCELENCIA - CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DA QUALIDADE, ACREDITAÇÃO PARA FORMAÇÃO INTERNACIONALIZAÇÃO E M	4	9	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	58.950	26.329	26.329	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003833	EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO TINCOMIL	4	9	182	205	502407832	TINCOMIL - SOC. TINTAS E COLAS MIGUEL ANGELO, LDA	171.361	76.799	76.799	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003918	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL	4	4	181	204	503979252	TERRAVAL - AVALIAÇÃO E CONSULTADORIA IMOBILIÁRIA, LDA	272.219	122.498	122.498	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003973	INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA PELA APOSTA EM FACTORES DINÁMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	9	185	205	507812085	OUPLAN - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MAQUINAS UNIPESSOAL, LDA	75.375	33.919	33.919	0
	ALENT-07-0201-FEDER-004156	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA E POTENCIAÇÃO COMERCIAL DO ACTUAL PORTFOLIO	4	9	182	205	507880331	ILUSTRATOWN - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, LDA	109.132	48.731	48.731	0
	ALENT-07-0201-FEDER-004210	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMIEIRA MARINA	4	9	183	204	506435180	NAUTIALQUEVA - SERVIÇOS NÁUTICOS, LDA	123.237	55.457	55.457	0
	ALENT-07-0201-FEDER-004417	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO ASSENTE NA ECO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	4	9	185	205	502455489	BASRIO METALONECÁNICA E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, SA	184.371	82.967	82.967	0
	ALENT-07-0201-FEDER-005798	PORTUGAL SEEDS	4	4	185	205	506790975	MARKTREE - CONSULTADORIA DE MARKETING, LDA	428.950	193.028	193.028	0
	ALENT-07-0201-FEDER-005873	IMAGENS 3D DE PORTUGAL NO MUNDO	4	4	181	204	503819786	PURA IMAGEM - PUBLICIDADE, DESIGN E ARQUITECTURA, LDA	357.050	160.673	160.673	0
	ALENT-07-0201-FEDER-006093	INTERNACIONALIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL EM TORNO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE	4	4	183	204	503173061	EUROSOLUZ - CARROÇARIAS E BASCULANTES, LDA	498.912	224.510	224.510	0
	ALENT-07-0201-FEDER-006306	REFORÇO DE INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	4	9	184	205	506193470	SUGO DESIGN , LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-011651	LUIS NEVES- QUALIDADE	4	9	184	204	502463694	LUIS NEVES - ESTRUTURAS METÁLICAS, LDA	13.580	10.185	10.185	0
	ALENT-07-0201-FEDER-012189	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	183	205	504034227	ECOBranco - REABILITAÇÃO E RESTAURO, LDA	258.176	118.629	118.629	5.600
	ALENT-07-0201-FEDER-012678	FOCUS GROUP INTERNACIONAL- OBJECTIVO INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	204	509232655	FOCUS GROUP INTERNACIONAL, LDA	410.961	184.932	184.932	0
	ALENT-07-0201-FEDER-012847	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA WORLD SKILLS, LDA	4	4	181	205	508957290	WORLD SKILLS -, LDA	315.727	142.077	142.077	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016123	WIN TO WIN	4	9	182	205	508071690	WINRESOURCES, LDA	135.855	61.135	61.135	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016124	PERFORMANCE INTERNACIONAL	4	9	182	205	509176232	WINPERFORMANCE, LDA	285.488	128.469	128.469	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016478	INTERNACIONALIZAÇÃO DO FRANCHISING MY CENTER	4	4	183	205	509467300	MAXPLENTY, LDA	580.908	261.409	261.409	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016480	PROJECTO DE SUSTENTABILIDADE INTERNACIONAL DA AMIEIRA MARINA	4	9	183	204	506435180	NAUTIALQUEVA - SERVIÇOS NÁUTICOS, LDA	59.507	26.778	26.778	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016591	CAPACITAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO E VALUE GALSI - GALTRAILER, SUSTENTABILIDADE INTERNACIONAL	4	4	181	204	506954412	E-VALUE- ESTUDOS E PROJECTOS DE AMBIENTE E ECONOMIA, SA	261.907	118.858	118.858	2.286
	ALENT-07-0201-FEDER-016680	EXPANSÃO EMPRESARIAL DA EASY PEOPLE POR VIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	507636570	GALTRAILER - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, LDA	285.524	128.486	128.486	0
	ALENT-07-0201-FEDER-017469	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - SOLUÇÕES A MEDIDA	4	9	183	205	508420920	EASY PEOPLE - UNIPESSOAL, LDA	266.290	116.728	116.728	0
	ALENT-07-0201-FEDER-017510	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO COM VISTA À PROMOÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EXTERNO	4	4	181	205	504087762	MIKE C8 - SERVIÇOS E PROJECTOS INFORMÁTICOS, LDA	172.650	77.693	77.693	0
	ALENT-07-0201-FEDER-017691	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181	204	508565243	EMIÁTOMO - PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	170.299	86.649	86.649	4.000
	ALENT-07-0201-FEDER-018398	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	9	183	204	508607299	ET-SOR, LDA	147.992	66.596	66.596	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018406	QUALI FINI	4	9	185	205	505571986	ELE - EMPRESA LUSITANA DE ENGARRAFAMENTOS, LDA	93.222	41.950	41.950	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018800	A MINHA CASA ONLINE	4	4	185	205	503831539	FINIPRAGA - SOC. DE DESINFESTAÇÃO, LDA	14.550	10.913	10.913	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018866	CROUDCARE INTERNATIONAL	4	4	183	205	506487199	SEGURANT, COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELECTRÓNICOS E DE SEGURANÇA, LDA	33.300	24.975	24.975	0
	ALENT-07-0201-FEDER-021679	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO E SISTEMAS EMPRESARIAIS, EXPANSÃO INTERNACIONAL	4	4	185	204	509840876	CROUDCARE, SA	424.248	212.124	212.124	0
	ALENT-07-0201-FEDER-021719	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS AO NÍVEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DA SUA PRESENÇA ACTIVA NO MERCADO GLOBAL	4	4	185	205	507411528	HIDROSWM - SISTEMAS PARA TRATAMENTO DE AGUAS, LDA	126.710	57.020	57.020	0
	ALENT-07-0201-FEDER-021852	IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA 2012 / 2014	4	4	183	204	501129626	AMITRONICA - INDUSTRIA ELECTRONICA AMIENSE, LDA	162.499	81.249	81.249	0
	ALENT-07-0201-FEDER-022016	DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ENERGIA EM PAISES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO	4	4	185	205	503771163	RUSTITUR, LDA	273.550	123.098	123.098	0
	ALENT-07-0201-FEDER-022037		4	4	185	205	509830331	WORLDWIDE ENERGY SOLUTIONS, LDA	306.918	155.286	155.286	4.872

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-023552	IMPLEMENTAÇÃO DE UM JOGO PARA DISPOSITIVOS MOVEIS	4	4	183	205	509984231	CODESPOON, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024306	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA IDPT	4	4	185	205	508994950	IDPT - PROJECTO, INTEGRAÇÃO E SISTEMAS, LDA	32.100	24.075	24.075	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024466	CONSULTORIA EM SISTEMA DE GESTÃO DE ACORDO COM AS NORMAS NP EN ISO/IEC 17025:2005 E NP EN ISO 9001:2008	4	4	183	205	508921945	LGR SOC. UNIPESSOAL, LDA	18.281	13.711	13.711	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024511	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA PARA A GESTÃO DINÂMICA DE ENERGIA NA INDÚSTRIA	4	9	185	205	509599362	VIVAPOWER - CONSULTING, LDA	35.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024512	criação de área 'ESCO' NA VIVAPOWER-SISTEMAS	4	9	185	205	509717683	VIVAPOWER - SISTEMAS, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024588	INTERNACIONALIZAÇÃO DIGITAL	4	4	185	205	509962246	IPP - SERVIÇOS INTERNACIONAIS, SA	441.527	234.927	234.927	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025022	BIOCOMPOSITO EXCIPIENTE	4	9	183	205	509923275	PHARMA73, SA	46.547	20.000	20.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025025	WIN TO WIN - CONSOLIDAR E INOVAR	4	9	182	205	508071690	WINRESOURCES, LDA	218.303	98.236	98.236	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025221	CAPACITAÇÃO DA EMPRESA, ATRAVES DA APOSTA EM INVESTIMENTOS EM FATORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE, COM VISTA A ASSEGURAR GANHOS MAIS RÁPIDOS NO MERCADO EXTERNO.	4	4	185	204	509607764	GTA SOLUTION, LDA	114.954	55.355	55.355	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025685	PLANO ESTRATÉGICO DE VALORIZAÇÃO, CRESCIMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	510175996	TCLAB - TECNOLOGIAS CELULARES PARA APLICAÇÃO MÉDICA, UNIPESSOAL, LDA	169.335	85.876	85.876	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025788	FORMAÇÃO AUDIOVISUAL	4	4	184	205	509157548	SPLITSREEN AUDIOVISUAIS, LDA	191.250	113.693	113.693	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025959	MYGON	4	4	184	205	510005420	MYGON - SERVIÇOS DE COMÉRCIO ELECTRONICO, LDA	449.844	202.430	202.430	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025974	CRIMINAL INVESTIGATION SOLUCIONS INTERNATIONAL	4	4	183	205	510243401	NOZOMI - CRIMINAL INVESTIGATION SOLUTIONS, LDA	242.219	132.158	132.158	0
	ALENT-07-0201-FEDER-026022	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA POR VIA DA APOSTA EM INVESTIMENTOS EM FATORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE COM VISTA A UMA MAIOR ISERCÇÃO NO MERCADO EXTERNO	4	4	185	205	507812085	OUPLAN - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS UNIPESSOAL, LDA	118.030	76.184	76.184	0
	ALENT-07-0201-FEDER-026226	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - GET2C	4	4	182	205	510055540	GET2C, LDA	219.637	104.721	104.721	13.450
	ALENT-07-0201-FEDER-026231	ABORDAGEM DE NOVOS MERCADOS ESTRATÉGICOS PARA A EXPORTAÇÃO DO SERVIÇO LAW FOR ALL	4	4	183	205	509728227	LAW FOR ALL - EDIÇÕES, LDA	116.545	52.445	52.445	0
	ALENT-07-0201-FEDER-026257	DELTATEC EXPORT	4	4	182	205	503906093	DELTATEC - TECNOLOGIA DE SISTEMAS, LDA	366.310	221.851	221.851	2.048
	ALENT-07-0201-FEDER-026461	ROTA DAS ARTES	4	4	184	205	509508782	ROTA DAS ARTES, LDA	127.100	59.115	59.115	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030115	ATLAS DE PEIXES DE PORTUGAL	4	4	181	205	509506087	MAR DE NEPTUNO, LDA	18.000	13.500	13.500	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030418	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	506819604	MATOS COELHO, CONTABILIDADE E CONSULTADORIA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030420	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	508184673	SMILE AT CULTURE - SERVIÇOS CULTURAIS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030421	ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DE MARKETING	4	4	183	205	509409814	J. FILIPE CRUZ - CONTABILIDADE E FISCALIDADE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030451	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	181	204	504780484	RENTOLITORAL - RENT-A-CAR, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030462	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	507062582	SEMCABO - SOLUÇÕES EM REDES INFORMÁTICAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030543	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	183	205	506752640	MANUEL MALHÃO - GABINETE DE CONTABILIDADE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030606	PLANO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADO	4	4	183	205	505242702	PAULO MOREIRA DIVERSÕES - FABRICO DE MAQUINAS DE DIVERSÃO, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030609	AGROASFERT QUALIDADE	4	9	185	205	510257895	ASFERTGLOBAL, LDA	10.650	7.988	7.988	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030652	ESTRATÉGIA COMERCIAL DIGITAL	4	4	181	205	510400566	MOXY EVENTS , LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030731	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EMPRESA RESULTA - PUBLICIDADE, LDA	4	4	185	205	508203430	RESULTA - PUBLICIDADE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030764	IMPLEMENTAÇÃO DO SGQ NA NOGUEIRA BENTOS, LDA.	4	4	185	205	505105314	NOGUEIRA BENTO-CONSULTORES EM ECONOMIA E GESTÃO, LDA	13.400	10.050	10.050	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030792	ESTRATÉGIA COMERCIAL	4	4	183	205	506662675	PRINTALENTEJO - REGENERAÇÃO DE CONSUMÍVEIS INFORMÁTICOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030808	ESTRATÉGIA DE MARKETING E DE COMUNICAÇÃO	4	4	184	205	504089528	ARQUISOL - ARQUITECTURA E PLANEAMENTO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030817	FINI SERVIÇOS	4	4	185	205	503831859	FINIPRAGA - SOC. DE DESINFESTAÇÃO, LDA	7.500	5.625	5.625	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030827	AQUISIÇÃO SERVIÇOS CONSULTADORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NP EN ISO 9001:2008	4	4	183	205	502703652	VIDIGAL SILVA CARLOS SILVA - CONTABILIDADE E CONSULTADORIA FISCAL, LDA	11.030	8.273	8.273	0
	ALENT-07-0201-FEDER-030918	IMPLEMENTAÇÃO DO SGQ NA QUALITESTE	4	4	185	205	508682428	QUALITESTE - ANÁLISE SENSORIAL, UNIPESSOAL, LDA	13.400	10.050	10.050	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-031003	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELA NORMA NP EN ISO 14001	4	4	181	204	500809080	LIMPECAL - SOCIEDADE DE LIMPEZA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-031013	THERMAL.TECH - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS E TÉCNICAS PARA MONITORIZAÇÃO POR TERMOGRAFIA DE UNIDADES INDUSTRIAIS	4	4	181	204	508565243	EMIATOMO - PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	19.850	14.888	14.888	0
	ALENT-07-0201-FEDER-031094	ORGGESTIC CAMPGEST - CONSULTORIA E GESTÃO DE EMPRESAS, LDA	4	4	185	204	502035030	CAMPGEST - CONSULTORIA E GESTÃO DE EMPRESAS, LDA	18.400	13.800	13.800	0
	ALENT-07-0201-FEDER-031233	REESTRUTURAÇÃO DE MODELO DE NEGÓCIO - CONTAS COMPANHIA	4	4	183	205	505840146	CONTASECIA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-031285	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE PELA NORMA NP EN ISO 9001	4	4	181	204	500809080	LIMPECAL - SOCIEDADE DE LIMPEZA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-031366	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA BENAMAQUINA UNIPESOAAL LDA	4	4	185	205	503455873	BENAMAQUINA - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E AGRICOLAS UNIPESOAAL, LDA	19.850	14.888	14.888	0
	ALENT-07-0201-FEDER-031505	REFORÇO DAS CAPACIDADES DE GESTÃO ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	4	4	183	205	510006523	PROBIMOR, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-032285	EXPANSÃO DA ACTIVIDADE INTERNACIONAL DA ZUVI NOVA	4	4	184	205	508993970	ZUVI NOVA, SA	297.986	180.159	180.159	0
	ALENT-07-0201-FEDER-032386	DIGITAL WKS WORLDWIDE	4	4	183	204	509429564	DIGITALWKS - PRODUÇÕES WEB E DIGITAIS, LDA	280.840	137.853	137.853	0
	ALENT-07-0201-FEDER-032406	VIVAPOWER CONSULTING - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	205	509599362	VIVAPOWER - CONSULTING, LDA	369.294	188.186	188.186	0
	ALENT-07-0201-FEDER-032429	ANGOLA NO RUMO DA AGRICERT	4	4	182	205	504667505	AGRICERT - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	122.788	58.210	58.210	0
	ALENT-07-0201-FEDER-032538	WATTGUARD METERING	4	4	183	205	510496091	FABRIWATT, LDA	255.576	131.009	131.009	5.508
	ALENT-07-0201-FEDER-032539	APOSTA NA INOVAÇÃO E REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO FATOR DINÂMICO DE COMPETITIVIDADE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA INCREMENTO DA PRESENÇA ATIVA NO MERCADO GLOBAL E MAIOR ORIENTAÇÃO PARA OS MERCADO	4	4	181	205	502855576	MANUAL - ESTUDOS DE HABITAÇÃO, URBANISMO E ARQUITETURA, LDA	61.179	27.531	27.531	0
	ALENT-07-0201-FEDER-032548	PROJECTO INTERNACIONALIZAÇÃO OUTMARKETING	4	4	183	205	508244595	OUTMARKETING, LDA	229.234	123.973	123.973	1.024
	ALENT-07-0201-FEDER-032625	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CARLOS LOUZEIRO, LDA	4	4	184	205	507066260	CARLOS LOUZEIRO, SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, LDA	333.164	187.000	187.000	2.048
	ALENT-07-0201-FEDER-032859	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	185	205	510427448	TECNIVISA, LDA	16.900	12.675	12.675	0
	ALENT-07-0201-FEDER-032888	NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA A JORTEJO	4	4	185	204	501636110	JORTEJO - JORNAIS, RÁDIO E TELEVISÃO, LDA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033055	CONSULTORIA PARA DESENVOLVIMENTO DE REQUISITOS DE APLICAÇÃO	4	4	184	205	508477360	GEOFLICKS - AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA, UNIPESOAAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033098	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA INFORMÁTICA DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM RESTAURANTES, PASTELARIAS E INDÚSTRIA ALIMENTAR	4	4	182	205	510185924	RUTE NICAU CASSAPO	26.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033276	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - TRAVER	4	4	185	204	507640381	TRAVER - TRABALHOS VERTICAIS, LDA	282.320	157.350	157.350	36.116
	ALENT-07-0201-FEDER-033446	ENERGY MONEY NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510111831	ENERGY MONEY, LDA	22.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033526	DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÃO DE SEPARAÇÃO DE BOVINOS	4	4	182	205	507915615	PEC-PLUS - GESTÃO PECUÁRIA AVANÇADA, LDA	18.500	13.875	13.875	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033569	ESTUDO DE MERCADO NA REGIÃO DO ALGARVE	4	4	183	205	508343879	IMKT - COMÉRCIO, MARKETING E COMUNICAÇÃO, LDA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033623	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO PELA QUALIDADE SEGUNDO A NORMA ISO 9001:2008	4	4	182	205	508101867	RC- RURAL CONSULTING, GESTÃO E CONSULTADORIA AGRÍCOLA, LDA	8.700	6.525	6.525	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033643	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	509454895	WAVE MARINE - LIFEBOATS AND DAVITS SERVICES, UNIPESOAAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033647	PLATAFORMA DE APOIO A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS FUNDADAS POR MULHERES	4	4	181	205	510583849	YELLOW SWING, UNIPESOAAL, LDA	23.123	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033665	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS E MARKETING	4	4	185	205	510431160	CONNECT ENERGY - NEGÓCIOS DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA	18.000	13.500	13.500	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033711	ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS PARA A EMPRESA RENT ? RENEWABLE ENERGY NEW TECHNOLOGIES, LDA	4	4	181	205	510483640	RENT ? RENEWABLE ENERGY NEW TECHNOLOGIES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033733	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	509503870	INTEGRVARIUS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-033917	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA ONLINE DE CONTACTO COM CLIENTES	4	4	185	205	510554580	PRTOAGRO ELECTRÓNICA E AUTOMAÇÃO, UNIPESOAAL, LDA	18.700	14.025	14.025	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-034189	ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DE MARKETING	4	4	184	205	502532327	CARTUCHOS SULBEJA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034198	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DE ACORDO COM REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	184	205	500049963	AGENCIA DE CONTABILIDADE IDEAL DE BEJA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034201	OGTIC - MAESTAD	4	4	185	205	508019427	MAESTAD, SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, LDA	18.500	13.875	13.875	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034267	ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DE MARKETING	4	4	184	205	507838750	AQUASPACE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034309	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	184	205	509983413	MOREIRA SERRANO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034354	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	4	4	184	204	502558750	FISCOPAX-GABINETE TECNICO DE CONTABILIDADE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034399	ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DE MARKETING	4	4	184	205	506673715	EUROSOLAR - ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034514	TELESANTA CONTABILIDADE - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	4	185	205	504962027	TELESANTA CONTABILIDADE, AUDITORIA E PROJECTOS DE INVESTIMENTOS, LDA	18.500	13.875	13.875	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034572	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE - ISO 9001	4	4	184	205	506173399	SULACCOUNT-CONSULTORIA EM GESTÃO E CONTABILIDADE, LDA	13.350	10.013	10.013	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034575	DESENVOLVER A AÇÃO COMERCIAL E MARKETING	4	4	183	205	508921945	LGR SOC. UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034576	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	4	4	184	204	501885340	CONGESTAGRI, CONTABILIDADE E GESTÃO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034591	CAZULO BALANCED SCORECARD	4	4	183	205	506949702	GIL PORTO LUÍS VEDORIAS DESIGN, LDA	14.750	11.063	11.063	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034597	CLOUDK - BALANCED SCORECARD	4	4	183	205	509678033	CLOUD K - DESIGN FOR GOOD, LDA	12.500	9.375	9.375	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034659	MODELMAK - ONLINE	4	4	185	205	509177034	MODELMAK, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034691	DINAMIZAÇÃO DA ÁREA COMERCIAL E DE COMUNICAÇÃO	4	4	184	205	506426351	J.B. - CONTABILIDADE E SERVIÇOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034774	SISTEMA DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE LEGIONELLA EM EDIFÍCIOS - 'LEGIONELLA SAFE BUILDING'	4	9	184	205	502790300	AQUATESTE - ANÁLISES E TRATAMENTO DE ÁGUAS, LDA	16.740	12.555	12.555	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034779	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	508906008	TECNOSINES - ELECTRICIDADE, ELECTRONICA E SISTEMAS DE SEGURANÇA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034911	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DA EMPRESA RIMOL-INDUSTRIA METALOMECANICA, LDA	4	4	185	204	500718539	RIMOL-INDUSTRIA METALOMECANICA, LDA	16.400	12.300	12.300	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034966	TRIPVOY - PLATAFORMA DE EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS	4	4	183	205	510496466	SIGMAPUZZLE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-034960	AMBIQUIMI	4	4	185	205	502877359	EDUARDO PEREIRA - COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	7.500	5.025	5.025	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035008	DIGIMS - ONLINE	4	4	183	205	510497411	DIGIMS, CONSULTING AND SERVICES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035093	OGTIC: CROQUIMAPA	4	4	185	205	508652855	CROQUIMAPA, ENGENHARIA E PROJECTOS UNIPESSOAL, LDA	18.000	13.500	13.500	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035102	PLATAFORMA COLABORATIVA - I-GCE	4	4	183	205	506785483	GCE NEGÓCIOS, LDA	11.000	8.250	8.250	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035131	SEVENMUSES MUSICBOOKS- SUPORTE ONLINE TECNICO COMERCIAL	4	4	183	205	509282393	SEVENMUSES MUSICBOOKS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035145	CONSULTORIA NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO, DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 9001:2008; ISO 14001	4	4	183	205	507281080	RUI SILVA RUSSO ATELIER DE ARQUITECTURA, LDA	13.300	9.975	9.975	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035241	PLANO DE MARKETING - TS	4	4	181	205	510543677	TAKESOUND PRODUÇÕES, LDA	14.500	10.875	10.875	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035400	POTENCIAÇÃO INTERNACIONAL DA CLOSER	4	4	183	204	507248152	CLOSER - CONSULTORIA, LDA	475.230	253.874	253.874	0
	ALENT-07-0201-FEDER-035471	PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CATETOS HIPOTENUSAS	4	4	184	205	509038930	CATETOS HIPOTENUSAS	146.470	67.382	67.382	3.360
	ALENT-07-0201-FEDER-035641	ESTRATÉGIA INTERNACIONALIZAÇÃO 2013-2015	4	4	182	205	510493327	ADWINPUB, LDA	141.934	70.523	70.523	0
	ALENT-07-0201-FEDER-036291	ENGENHARIA E ARQUITECTURA TÍPICA PORTUGUESA	4	4	183	205	502077883	PROCALE - GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS DE ENGENHARIA, LDA	94.700	47.220	47.220	0
	ALENT-07-0201-FEDER-036374	* NEGÓCIOS E MELHOR COMUNICAÇÃO COM O MERCADO	4	4	184	205	510365698	SAFEACCOUNT, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-036657	ORGANIZAÇÃO E TIC DA EMPRESA NUMERFANTASTIK UNIPESSOAL, LDA	4	4	185	204	510250556	NUMERFANTASTIK - UNIPESSOAL, LDA	19.950	14.963	14.963	0
	ALENT-07-0201-FEDER-036713	IMPLEMENTAÇÃO DE PLATAFORMA ONLINE PARA DINAMIZAÇÃO DE PRESENÇA NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510645160	NEWPROCESS - INOVAÇÃO E CONSULTORIA, UNIPESSOAL, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0201-FEDER-037004	A PONTE ENTRE OS VINHOS E OS MEDIA	4	4	185	205	506790975	MARKTREE - CONSULTADORIA DE MARKETING, LDA	218.260	104.307	104.307	0
	ALENT-07-0201-FEDER-037204	INTERRENT - PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA RENT	4	4	181	205	510483640	RENT ? RENEWABLE ENERGY NEW TECHNOLOGIES, LDA	205.350	92.408	92.408	0
	ALENT-07-0201-FEDER-037598	PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOBILWAVE	4	4	185	205	506929183	MOBILWAVE - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA	192.513	99.439	99.439	0
	ALENT-07-0201-FEDER-037842	RED KIWI - PHASE I	4	4	184	205	510738737	RED KIWI UNIPESSOAL, LDA	19.300	14.475	14.475	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-037911	ESTUDO DE MERCADO, CRIAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS E PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM JOGO DE ESTRATÉGIA NA PLATAFORMA WEB	4	4	185	204	510744303	ABSOLUTSCORE - UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-037946	E-OPUNTIA	4	4	181	205	510359124	OPUNTIA TEC CONSULTORIA AGRONÓMICA, UNIPESSOAL, LDA	14.300	10.725	10.725	0
	ALENT-07-0201-FEDER-038432	FORWARD (FW)	4	4	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	71.050	31.973	31.973	0
	ALENT-07-0201-FEDER-038467	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO WIDESYS 2013-2015	4	4	183	204	507029402	WIDESYS, SOLUÇÕES INFORMÁTICAS, LDA	294.395	158.733	158.733	4.388
	ALENT-07-0201-FEDER-039717	PERFORMANCE GLOBAL	4	4	182	205	509176232	WINPERFORMANCE, LDA	153.550	77.963	77.963	0
	ALENT-07-0201-FEDER-039830	SPT CONNECT - WORKPLACE INNOVATION	4	4	184	205	510808743	CONNECTING PLACE, UNIPESSOAL, LDA	20.180	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-039866	COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING	4	4	181	204	510795102	NATURA CONSULT, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-039929	PROJECTO INTERNACIONALIZAÇÃO FACTIS	4	4	185	204	503572292	FACTIS - ENGENHARIA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	170.107	91.576	91.576	1.024
	ALENT-07-0201-FEDER-040022	BIOADESIVOS DE ÁCIDO LÁCTICO PARA APLICAÇÕES BIOMÉDICAS	4	4	183	205	507805135	73100, LDA	21.943	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040048	AUTOMATIZAÇÃO DE MÁQUINA DE DESEMPENHO DE JANTES	4	4	181	204	504373609	PNEUS SINES COMERCIO DE PNEUS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040053	IMPLEMENTAÇÃO DE PRESENÇA NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	183	205	510565565	FTVC, LDA	18.900	14.175	14.175	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040060	INSPIRING VISION - CRIAÇÃO SISTEMA CRM DE GESTÃO DE CLIENTES E FORNECEDORES	4	4	181	205	510727166	INSPIRING VISION, LDA	17.100	12.825	12.825	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040076	LEGENDA PLANETA - ONLINE 24/7	4	4	183	205	510448640	LEGENDAPLANETA UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040105	BRIGHTGREY LDA - ONLINE 7/24	4	4	183	205	510630634	BRIGHTGREY, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040108	CONFIDENTIA GLOBAL	4	4	185	204	504654128	CONFIDENTIA- TECNOLOGIAS INFORMATICAS APLICADAS, LDA	145.385	70.324	70.324	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040188	ENERGY MONEY - INTERNACIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO	4	4	185	205	510111831	ENERGY MONEY, LDA	171.759	77.291	77.291	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040247	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE ENGENHARIA INDUSTRIAL	4	4	183	205	510748023	CRAWTECH - CRANES WORLD TECHNOLOGY, LDA	195.166	95.535	95.535	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040301	APT GLOB - APTOIDE PARTNERS AND PUBLISHERS GLOBAL NETWORK	4	4	183	204	509987184	APT OIDE, LDA	217.713	134.349	134.349	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040505	FOLLOW PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	510791794	FOLLOW KNOWLEDGE TRAINING AND SYSTEMS, LDA	203.980	102.227	102.227	1.020
	ALENT-07-0201-FEDER-040571	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CONFISEG INTERNATIONAL	4	4	185	205	510813593	CONFISEG INTERNATIONAL, LDA	176.834	84.555	84.555	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040597	QUIMITESTE INTERNACIONAL	4	4	184	204	502835966	QUIMITESTE - ENGENHARIA E TECNOLOGIA, LDA	110.125	49.556	49.556	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040672	INTERNACIONALIZAÇÃO XTOUTMAKER	4	4	184	205	510804519	WEDELIVERAWESOMEAPPS, LDA	169.015	84.247	84.247	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040693	COMERCIALIZAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA GESTÃO CENTRALIZADA DE ACESSOS A INFRA-ESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	4	4	181	205	510810764	APPS4MOBILITY - INTERNACIONAL, LDA	147.438	66.347	66.347	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040888	INNOVATIO SENSUM - PLANO DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMERCIAL	4	4	181	205	510749399	INNOVATIO SENSUM CONSULTORIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0201-FEDER-040955	CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	4	4	184	205	510810985	DIFFERENT LANDSCAPE UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042045	ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICA-FINANCEIRA E PLANO DE MARKETING E COMERCIAL	4	4	182	205	510806317	ACERTADECLIVE - UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042058	APOIO AO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO	4	4	185	205	510667465	FINANCEBIT- CONSULTORIA FINANCEIRA E GESTÃO, LDA	6.000	4.500	4.500	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042072	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE ANONIMIZAÇÃO DE TEXTOS	4	4	185	205	510852254	STATUSDIALOGUE -, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042109	PRICELESS - PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	181	205	510464394	PRICELESSBIZ - CONSULTADORIA DE GESTÃO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042132	ESTUDO DE MERCADO, CRIAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS E PLANO DE COMERCIALIZAÇÃO DE UMA PLATAFORMA WEB CAPAZ DE CONTABILIZAR EM TERMOS ECONÓMICOS O VALOR DOS RECURSOS NATURAIS	4	4	185	205	510859410	EARTHINDICATORS B4NR - BUSINESS INTELLIGENCE FOR NATURAL RESOURCES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042166	DESENHO DE UM PLANO DE MARKETING	4	4	184	205	510619983	IDEUP, LDA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042184	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	184	205	510554695	CLOUDALENTEJO-CONSULTORIA INFORMATICA, LDA	9.000	6.750	6.750	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042222	WFBS LDA	4	4	183	205	510880924	WFBS, LDA	20.170	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042268	GOGOFUN-SENSATIONS LDA	4	4	185	205	510796907	GOGOFUN - SENSATIONS, LDA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042293	PLANO DE NEGÓCIOS WIZARD DREAM	4	4	185	205	510659756	WIZARD DREAM UNIPESSOAL, LDA	18.900	14.175	14.175	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042304	FOR CONSULTORES DIGITAL	4	4	185	205	510752101	FRANCISCO GODINHO RIBEIRO - CONSULTORIA, FISCALIDADE E CONTABILIDADE, UNIPESSOAL, LDA	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042308	GRATITUDE ? GESTÃO DE RH	4	4	181	205	510881068	TOPTABLES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042324	NOVOS TRILHOS	4	4	182	205	510560059	TRILHOS PETISCOS - ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	20.000	15.000	15.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-042495	ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL PARA COMPOSTOS BIOLÓGICOS DESENVOLVIDOS PELA BIOMIMETX	4	4	183	205	510877893	BIOMIMETX, LDA	14.000	10.500	10.500	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042498	GLOBAL EM EXPANSÃO	4	4	184	205	510707157	GLOBAL CHARTER, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042499	CRUZADESTAQUE - PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	181	205	510886892	CRUZADESTAQUE - SOLUÇÕES E SISTEMAS AUTO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042556	PLANO DE NEGÓCIOS BIOVOLUTION	4	4	185	205	510845940	BIOVOLUTION, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042585	IMPLEMENTAÇÃO DE WEBSITE	4	4	185	205	510482660	LIMPMAGOS - LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS, UNIPESSOAL, LDA	12.500	9.375	9.375	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042643	THE SANCTUARY PORTUGAL	4	4	182	205	510788742	SANDRA JANEIRO, UNIPESSOAL, LDA	14.000	10.500	10.500	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042666	PLANO DE NEGÓCIOS - IZIMOOVE	4	4	181	205	510631770	IZIMOOVE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042712	GEOFIND - BUSINESS PLAN	4	4	185	205	510892515	GEOFIND, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042723	PLANO DE NEGÓCIO PARA UMA PLATAFORMA DIGITAL REVOLUCIONÁRIA PARA O RECRUTAMENTO TIC	4	4	185	205	510800467	BRIGHTWIZARD UNIPESSOAL, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042724	PLATINUMWALK - BUSINESS PLAN	4	4	183	205	510857108	PLATINUMWALK- UNIPESSOAL, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042737	CODE FOR ALL	4	4	185	205	510894160	CODE FOR ALL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042761	PORTAL - SOLUÇÕES GLOBAIS DE SAUDE, BEM ESTAR, ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTO	4	4	185	205	510643795	KINETIKDIALOGUE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042772	HUMANIOS ON	4	4	181	205	510890806	HUMANIOS ON, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-042822	ROTA ZERO - COMUNICAÇÃO NA WEB	4	4	185	205	214631869	PEDRO MIGUEL MARQUES INÉS	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000161	AGRUPAR E INTERNACIONALIZAR PRODUTOS DE QUINTA DE EXCELENCIA	4	9	182	205	508423759	RG - HERDADES DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO ACE	155.660	70.047	70.047	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000186	PLANO ESTRATÉGICO DE COMERCIALIZAÇÃO, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR	4	4		204	503842869	SOC. AGRÍCOLA JOÃO TEODÓSIO MATOS BARBOSA FILHOS, LDA	54.270	24.422	24.422	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000349	INTERNACIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	4	4	185	204	501927069	RIBATEL, EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	179.434	80.746	80.746	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000396	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONSOLIDAÇÃO E DE RESEVAS ONLINE NA INDÚSTRIA DO TURISMO PARA AGENTES E OPERADORES/AVIAÇÃO	4	9	185	205	508448913	BOOK SOFT - UNIPESSOAL, LDA	193.009	86.854	86.854	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000403	NUNES SEQUEIRA: MAIS COMPETITIVIDADE NO SEGMENTO ALIMENTAR	4	9	182	204	500115940	NUNES SEQUEIRA, SA	166.013	74.706	74.706	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000513	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES (CHINA,BRASIL,RÚSSIA E ANGOLA), E CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA PRESENÇA NO MERCADO EUROPEU	4	9	185	204	503332496	FIUZA BRIGHT - SOC. VITIVINICOLA, LDA	115.598	52.019	52.019	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000521	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALENTEJO	4	9	183	205	507012160	ENOFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA	210.664	94.799	94.799	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000851	DINAMIZAÇÃO DA HELENA LAVORES NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL	4	9	182	205	503811262	HELENA LAVORES - DECORAÇÃO E ARTESANATO, LDA	25.967	11.685	11.685	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000876	ALENTEJOTOURS	4	9	184	205	507437560	ESCAPA-TE COMIGO - VIAGENS E TURISMO, LDA	95.245	42.860	42.860	0
	ALENT-07-0401-FEDER-002055	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA TELA BAGS	4	9	185	205	506854779	BIDINÁMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	90.369	40.666	40.666	0
	ALENT-07-0401-FEDER-002122	QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS ALTAS QUINTAS - IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO DA QUALIDADE ALIMENTAR	4	4	182	204	506764770	ALTAS QUINTAS - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E VINÍCOLA, LDA	172.178	77.480	77.480	0
	ALENT-07-0401-FEDER-002265	HERDADE DO TOURIL DE BAIXO	4	9	181	205	504031244	TOURIL - AGROTURISMO, LDA	65.663	29.548	29.548	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003755	INTERNACIONALIZAÇÃO DA BOOK SOFT PARA ESPANHA	4	9	185	205	508448913	BOOK SOFT - UNIPESSOAL, LDA	172.873	77.793	77.793	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003791	SOLUÇÕES DE CORTIÇA	4	9	184	205	506420108	FIGUEIRAS DOS SANTOS, HERDEIROS DE JOÃO JOSÉ FIGUEIRAS DOS SANTOS, LDA	290.547	130.746	130.746	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003807	INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS E AZEITES ORGÂNICOS E VERDES	4	9	184	204	500253099	SOC. AGRÍCOLA HERDADE DOS LAGOS, LDA	359.511	161.780	161.780	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003835	ENQUADRAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO DE AREIA	4	9	181	205	506471276	MUDAREIAS - EXTRACÇÃO E LAVAGEM DE INERTES UNIPESSOAL, LDA	40.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003906	CONSOLIDAR A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS E AZEITES DA HERDADE DA CALADA	4	9	183	204	504450115	BCH - COMÉRCIO DE VINHOS SA	296.823	133.570	133.570	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003908	VINHOS COM CORPO E ALMA	4	9	183	204	504471554	SERRANO MIRA, SOC. VINÍCOLA SA	200.338	90.152	90.152	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003928	CASA DO TERREIRO DO POÇO	4	9	183	205	500758220	SOC. AGRO-TURÍSTICA DA VINHA DO CAMPO, LDA	31.325	14.096	14.096	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003936	VALE DO GAIO COM ENERGIA VERDE	4	9	181	205	508426359	VALE DO GAIO - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	98.174	44.178	44.178	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-004049	FIRSTSIGHT	4	4	183	205	507379390	VISTA DESTINATION MANAGEMENT COMPANY, LDA	219.979	98.990	98.990	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004083	HIS - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE, CERTIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	9	185	205	502710381	HUBEL IRRIGATION SYSTEMS S.A	169.553	76.299	76.299	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004111	CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DE PORMENOR	4	9	183	205	501232117	PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA	16.000	12.000	12.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004322	WINE BRAND	4	4	185	204	500150850	ENOPORT - PRODUÇÃO DE BEBIDAS, SA	595.510	250.000	250.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004498	DAVICOL - MARCAÇÃO CE	4	9	185	205	503030457	DAVICOL - FABRICO E MONTAGEM DE CAIXILHARIA, LDA	5.100	3.825	3.825	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004512	ACOMPANHAMENTO E PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DE EXPLORAÇÃO DE GRANITO	4	9	183	205	504040170	VIMIGRANITOS - EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA	26.480	19.860	19.860	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004547	GESTÃO AMBIENTAL - MELHORIA DE EFICIÊNCIAS	4	9	185	204	502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA FERREIRA, LDA	12.069	9.052	9.052	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004564	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL	4	9	183	204	503625426	ROSAPOR ALENTEJO - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÁRMORES ALENTEJANOS, LDA	28.667	21.500	21.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004603	PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DA EXPLORAÇÃO	4	9	185	205	102127239	FRANCISCO DO ROSÁRIO FRAZÃO	33.500	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004604	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO A NP EN ISO 9001:2008	4	9	185	204	503310867	FRAZÃO - ROCHAS, SA	34.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004624	APLICAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROCESSOS AO SISTEMA DE CONTROLO DA PRODUÇÃO	4	4	185	204	500855021	PARAPEDRA - SOC. TRANSFORMADORA DE PEDRAS, SA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004645	IMPLEMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS (MTDS) NA GESTÃO AMBIENTAL	4	9	185	204	500659400	M. A. LOPES D' AVÓ, LDA	10.000	7.500	7.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004648	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	4	4	182	204	506254631	CORTICEIRA AJT, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004687	BRIGIQUAL	4	4	185	205	505175800	BRIGIPEDEIRA - SOC. UNIPESSOAL, LDA	24.750	18.563	18.563	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004728	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE E DE CARACTERIZAÇÃO DE PRODUTOS	4	4	183	204	500941858	MARBOSSERRA - SERRAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO MÁRMORES, LDA	22.188	16.641	16.641	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004731	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	183	204	501794239	J. MENDES NOBRE, LDA	20.966	15.725	15.725	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005793	TIGAPELE- QUAL	4	4	182	205	504347632	TIGAPELE - SOC. DE CURTUMES, LDA	28.800	21.600	21.600	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005835	DLB - QUAL	4	9	185	204	507206770	DLB TRANSPORTES, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005854	EXPORT SABORES E HISTÓRIAS DE AZEITE	4	9	182	205	506243273	DITERRA - COMÉRCIO AGRO-INDUSTRIAL, LDA	44.657	20.166	20.166	1.520
	ALENT-07-0401-FEDER-005872	VINHOS COM ARTE E TRADIÇÃO	4	4	182	205	505330520	JULIAN CUELLAR REYNOLDS, LDA	313.750	141.188	141.188	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005874	VINHOS DE COLOMBO	4	9	185	205	501767711	SOC. AGRÍCOLA VALE DE FORNOS SA	143.586	64.563	64.563	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005893	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES; CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA POSIÇÃO NO MERCADO EUROPEU	4	9	185	204	50332496	FIUZA BRIGHT - SOC. VITIVINÍCOLA, LDA	159.102	71.596	71.596	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005976	PROJECTO BRATUN DE INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	4	9	185	204	501353828	BRAS ANTUNES, LDA	104.994	47.247	47.247	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005999	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DE PEDREIRA DE MÁRMORES	4	9	183	205	503154458	NOBLE MINERAL, THE ORIGINAL PORTUGUESE MARBLE, LDA	27.400	20.550	20.550	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006033	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALENTEJO	4	9	183	205	507012160	ENOFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA	111.586	45.417	45.417	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006102	CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO INTERNACIONAL	4	9	185	204	503378291	GEPACK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA	232.043	104.420	104.420	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006163	NOBRE DESENVOLVIMENTO	4	4	185	205	121113922	JOSÉ BRIGIDA PEREIRA NOBRE, SALSICHARIA E TALHO	6.414	4.811	4.811	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006192	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRACÇÃO DE MÁRMORES	4	4	183	205	502215135	LOBO, GALEGO LOBO, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006305	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS E DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	9	185	204	504299590	ICEBLOCK - SOC. DE CONSTRUÇÕES, SA	60.041	27.018	27.018	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006380	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRACÇÃO DE CALCÁRIO	4	4	185	205	506061590	FILSTONE, SA	35.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-008374	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	9	181	204	503689092	JMFF SERRALHARIA CIVIL DE SINES, LDA	6.740	5.055	5.055	0
	ALENT-07-0401-FEDER-008375	IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO INTERNACIONAL DAS PRÁTICAS ROLHEIRAS	4	4	183	205	508436001	A. L. CASTRO - CORK, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011460	MATAMOUROS-QUAL	4	4	184	205	180102095	ISIDRO MATAMOUROS GASPAR	5.230	3.923	3.923	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011461	HENRIQUAL	4	4	185	204	502699175	HENRICARNES - SALSICHARIA TRADICIONAL PORTUGUESA, COM. E INDÚSTRIA, LDA	8.054	6.040	6.040	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011577	AFNEVES - EFICIÊNCIA	4	9	185	204	504485237	ANTÓNIO FERNANDO NEVES - ELECTRICIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	11.210	8.408	8.408	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011607	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	183	205	501870350	BALHICO FILHOS, LDA	32.800	24.600	24.600	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011611	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA DE MÁRMORE	4	9	183	204	502015900	FLORIVAL ROCHA-MÁRMORES, LDA	12.300	9.225	9.225	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-011618	ENQUADRAMENTO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	185	205	153590637	JOSE MANUEL RIBEIRO RODRIGUES	22.300	16.725	16.725	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011626	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	4	9	183	205	503481955	ROCHA FILHOS, LDA	7.000	5.250	5.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011627	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXPLORAÇÃO	4	4	181	205	503236187	TRANSBRISUL - CENTRAIS DE BRITAGEM, LDA	32.600	24.450	24.450	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011678	SERRALHARIA NOVA - QUALIDADE	4	4	185	204	501887334	SERRALHARIA NOVA, LDA	11.980	8.985	8.985	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011728	PÃO COM QUALIDADE	4	9	185	204	502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA FERREIRA, LDA	23.860	17.895	17.895	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011775	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	185	205	501319344	MOCAMAR-MARMORES DE ALCANEDE, LDA	11.000	8.250	8.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011863	PORTUGUESE TOP WINES IN ASIA	4	9	183	205	508698391	TOPWINES, LDA	534.568	240.556	240.556	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011914	VINHOS COM NOME	4	4	183	204	504351540	PAULO LAUREANO, VINUS, LDA	329.400	148.230	148.230	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011991	CONSOLIDAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GUZTO	4	4	185	205	508505224	GUZTO, LDA	170.849	84.480	84.480	17.367
	ALENT-07-0401-FEDER-012104	DREAM WINES	4	9	183	205	508108306	MIGUEL LOURO, LDA	104.843	47.179	47.179	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012116	VINHOS COM TRADIÇÃO	4	9	183	204	507178491	QUINTA DA PLANSEL, SA	110.352	49.658	49.658	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012221	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	9	182	204	506947769	TERRAS DE ALTER - COMPANHIA DE VINHOS, LDA	326.820	147.069	147.069	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012316	INTERNACIONALIZA??O DA TAPECARIA DE PORTALEGRE	4	4	182	204	500181462	MANUFACTURA DE TAPECARIAS DE PORTALEGRE, UNIPESSOAL, LDA	251.890	113.351	113.351	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012333	VINHOS E AZEITES ALENTEJANOS DE EXCELÊNCIA	4	4	182	205	508423759	RG - HERDADES DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO ACE	239.275	107.674	107.674	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012481	TELA BAGS	4	9	185	205	506854779	BIDINÁMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	266.676	120.004	120.004	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012521	TRANSPORTES FÁTIMA BRÍGIDA: COMPETITIVIDADE, EFICIÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	9	185	204	506994333	TRANSPORTES FÁTIMA BRÍGIDA, LDA	65.349	29.407	29.407	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012718	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIOLOS	4	4	183	204	507176464	ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIOLOS, LDA	472.615	212.677	212.677	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012775	STYLE WINES	4	4	183	205	227168461	TIAGO MATEUS CABAÇO E CABAÇO	235.900	106.155	106.155	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016126	INTERNACIONALIZAÇÃO ESPECIALIZADA	4	9	185	204	504371827	TECNIPEC, SERVIÇOS PECUÁRIOS, LDA	143.543	64.595	64.595	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016157	TRPMA RIJA INTERNACIONAL	4	4	185	204	509408460	TR7, SA	644.200	289.890	289.890	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016169	VINHOS COM MODERNIDADE	4	9	182	205	508175003	ILEX VINHOS ENOLOGIA GASTRONOMIA E TURISMO, LDA	835.478	375.965	375.965	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016172	HAND CRAFTED PORTUGUESE WINES	4	4	185	204	508465494	PINHAL DA TORRE VINHOS, SA	197.309	88.789	88.789	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016178	MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS, DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	9	181	205	502582588	MILFONTOM - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	22.153	9.969	9.969	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016182	EMABALAGENS INTERNACIONAIS	4	4	185	204	504605399	INDUMEL - INDUSTRIA PLASTICOS DUARTE MENDES, LDA	169.600	76.320	76.320	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016253	VINHO DE AUTOR	4	9	183	204	505102048	GRANACER-ADMINISTRAÇÃO DE BENS, SA	96.029	43.213	43.213	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016309	INTERNACIONALIZAÇÃO DA GLOBALCOOP	4	9	185	205	509129749	GLOBALCOOP - COOPERATIVA AGRÍCOLA TRANSNACIONAL, CRL	243.865	109.739	109.739	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016397	EXPERIENCE THE TRUE ALENTEJO FEELING	4	4	184	204	506893332	HERDADE DO GIZO- GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS E AGRÍCOLAS, SA	292.850	131.783	131.783	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016426	INTERNACIONALIZAÇÃO E CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS COBERTURAS PARA MERCADO INTERNACIONAL	4	4	185	205	507464532	EUROCOVER - F E C DE COBERTURAS TEXTEIS UNIPESSOAL, LDA	137.485	61.868	61.868	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016581	INTERNACIONALIZAÇÃO DA OLIDAL	4	4	182	204	502261161	OLIDAL - OLIVICULTORES DO ALENTEJO, CRL	225.781	101.602	101.602	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016637	INTERNACIONALIZAÇÃO DA RUIPEDRA	4	9	185	204	503319961	RUIPEDRA, LDA	291.154	145.577	145.577	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016854	POTENCIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ALENTEJO	4	4		215	506829987	AGÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO ? TURISMO DO ALENTEJO	598.673	318.152	318.152	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017147	INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM RESTAURAÇÃO	4	9	181	205	163538166	MARIA DA LUZ DE JESUS CUNHA	13.920	6.264	6.264	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017203	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA 'SOLAR TÉRMICO'	4	9	182	205	501955739	ALÇAÇOVAS-PROJECTOS E CONSTRUÇÕES S.A	11.100	4.995	4.995	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017212	INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TÉRMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM TURISMO RURAL	4	9	181	205	124512690	ALFREDO ROCHA MOREIRA DA SILVA	15.604	7.022	7.022	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017373	MKARIN - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	205	506183726	MKARIN INTERNATIONAL COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E TEXTEIS, LDA	716.791	322.556	322.556	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017427	BIOSOL - GENESIS INTERNACIONAL	4	4	183	205	508587123	LIO - DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS, LDA	449.889	202.450	202.450	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017511	AZEITES COM CLASSE	4	9	182	205	503604402	POLISTOCK - SOC. AGRO-PECUÁRIA TURÍSTICA E IMOBILIÁRIA SA	354.203	156.777	156.777	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017623	DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA DFJ VINHOS	4	9	185	204	504352202	DFJ VINHOS, SA	345.561	154.920	154.920	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017698	VINHOS PORTUGUESES DE EXCELÊNCIA	4	4	183	204	500253080	HERDADE DE COELHOIROS, SOC. AGRÍCOLA, SA	432.800	194.760	194.760	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018155	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DESTINADA AO COMÉRCIO EXTERNO DE AZEITE E AZEITONA DE MESA DE ORIGEM NACIONAL.	4	4	184	204	509603491	DPAQ, LDA	256.440	115.398	115.398	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação						Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)		Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-018258	DINAMIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	9	185		205	501319344	MOCAMAR-MARMORES DE ALCANEDE, LDA	94.498	41.199	41.199	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018293	E XAMPLE	4	4	185		205	509580173	ITEXAMPLE, A.C.E.	828.490	372.821	372.821	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018702	PEREIRA NOBRE DESENVOLVIMENTO	4	9	185		205	121113922	JOSÉ BRIGIDA PEREIRA NOBRE, SALSICHARIA E TALHO	12.000	9.000	9.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018704	SABALAR-DESENVOLVIMENTO	4	4	185		204	501526161	SABALAR - SOC. INDUSTRIAL DE ALIMENTOS, LDA	15.300	11.475	11.475	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018773	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E NOVAS FERRAMENTAS DE MELHORIA	4	9	185		204	500855021	PARAPEDRA - SOC. TRANSFORMADORA DE PEDRAS, SA	25.000	18.750	18.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018817	PRODHENRICARNES	4	9	185		204	502699175	HENRICARNES - SALSICHARIA TRADICIONAL PORTUGUESA, COM. E INDÚSTRIA, LDA	14.500	10.875	10.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018847	SCALREGIONAL QUALI	4	4	185		204	506320995	SCALREGIONAL - DOCES E OUTROS PRODUTOS REGIONAIS DO RIBATEJO, LDA	21.800	16.350	16.350	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018853	QUALIBIOGOMA	4	9	185		204	508038090	BIOGOMA - SOC. DE RECICLAGEM DE PNEUS, LDA	23.500	17.625	17.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018908	ENQUADRAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL DA EMPRESA.	4	9	185		204	503551813	FRAZÃO ROSÁRIO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018920	OPTIMIZAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO DE PRODUÇÃO E MARCAÇÃO CE	4	4	185		204	504033557	DANBANHO-EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	5.000	3.750	3.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018938	DIAGNÓSTICO E IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS NA PEDREIRA	4	9	183		205	501963901	COMÁRMORE - COMÉRCIO E EXTRACÇÃO DE MARMORE, LDA	16.400	12.300	12.300	0
	ALENT-07-0401-FEDER-019121	MAQUINA DE SELFSERVICE PARA GARRAFAS DE GÁS E ACESSÓRIOS	4	4	184		204	507086171	INOGÁS - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-019129	ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PARA MELHORIA DE PROCESSOS	4	4	183		204	501232117	PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA	23.150	17.363	17.363	0
	ALENT-07-0401-FEDER-019243	ESTUDO AMBIENTAL	4	4	183		205	503625426	ROSAPOR ALENTEJO - COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MARMORES ALENTEJANOS, LDA	26.350	19.763	19.763	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021695	QUINTA DA RIBEIRINHA - WINES FROM PORTUGAL	4	9	185		204	503758884	SOC. AGRÍCOLA DA QUINTA DA RIBEIRINHA, LDA	220.611	98.684	98.684	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021696	SABORES DO CAMPO PARA O MUNDO	4	4	183		205	505200457	SABORES DO CAMPO, LDA	345.970	155.687	155.687	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021705	AZEITE E VINHOS COM TRADIÇÃO	4	9	184		204	503409987	CORTES DE CIMA, SA	187.563	85.558	85.558	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021715	WINE FOR YOU	4	9	182		205	509830025	WINTRADING, LDA	472.613	225.927	225.927	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021844	INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS DO ALENTEJO	4	9	183		205	507012160	ENOFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA	140.002	60.101	60.101	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021950	QUINTA DO QUETZAL - SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA	4	4	184		205	505555654	QUINTA DO QUETZAL - SOC. AGRÍCOLA, LDA	85.428	38.443	38.443	0
	ALENT-07-0401-FEDER-022075	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DE ECONOMIA DIGITAL DA ADEGA DO MOUCHÃO	4	4	182		205	506179559	VINHOS DA CAVACA DOURADA SA	57.334	25.800	25.800	0
	ALENT-07-0401-FEDER-022100	TM - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181		204	504036386	TRAÇOS DE MIM - DECORAÇÕES, LDA	639.079	290.852	290.852	7.467
	ALENT-07-0401-FEDER-022746	CONSOLIDAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ALENTEJO	4	4			215	506829987	AGÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO ? TURISMO DO ALENTEJO	613.966	315.373	315.373	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023370	ARMIAMB	4	9	185		205	149032692	ARMINDO DA PIEDADE JOAQUIM	12.000	9.000	9.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023486	ESTRATEGIA DE MARKETING	4	4	185		205	500708053	TRANSPORTES BRILHA BRILHA, LDA	25.000	18.750	18.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023515	MAQUINA DE PRODUÇÃO DE SEGMENTOS MULTI-CAMADA	4	4	183		204	502348445	DIAMOND SERVICE PORTUGUESA - FERRAMENTAS DIAMANTADAS, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023618	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DA QUALIDADE	4	4	182		205	509662277	J.A.SALGUEIRO, ELECTRICIDADE E MECÂNICA, UNIPESSOAL, LDA	7.500	5.625	5.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023624	INOVAÇÃO: A CASA DO IOGURTE ARTESANAL	4	9	185		205	510152430	YONEST, TRUE YOGURT, UNIPESSOAL, LDA	33.230	24.923	24.923	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023629	PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROCESSO PRODUTIVO	4	9	185		204	506855422	GRUPO FRAZÃO, LDA	25.250	18.938	18.938	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023634	QUALISOR	4	9	182		204	504884069	PIMENSOR - SOC. COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023668	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE EXPLORAÇÃO DE MARMORE	4	4	183		204	501382127	ANTÓNIO MOCHO, LDA	32.000	24.000	24.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023729	ENGIAPNEVES	4	9	185		204	504485237	ANTONIO FERNANDO NEVES - ELECTRICIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	15.441	11.581	11.581	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023869	DESENVOLVIMENTO DE MICROCAPSULAS DE AZEITE	4	4	183		204	503593320	SOC. AGRÍCOLA DO FREIXO DO MEIO, SA	33.333	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023987	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DO CIPR 2011, VERSÃO 6	4	4	183		205	504188801	MATCORK, INDÚSTRIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CORTIÇAS, SA	10.000	7.500	7.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024006	PORTAL DE SOCIAL E-COMMERCE DE VENDA DE PRODUTOS REGIONAIS A ESCALA GLOBAL	4	4	182		205	508899931	LOJA DO MONTE DA COLÓNIA, LDA	32.750	24.563	24.563	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024088	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE EXPLORAÇÃO DE MARMORE	4	4	183		204	501232117	PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA	25.000	18.750	18.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024314	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CASAL DO CONDE	4	4	185		205	508726921	SOC. AGRÍCOLA CASAL DO CONDE, SA.	29.800	22.350	22.350	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024333	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGROLEX	4	4	185		204	503418382	AGROLEX II RAÇÕES, LDA	32.500	24.375	24.375	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024409	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA RODALGÊS	4	4	185		205	504260294	RODALGÊS - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	29.500	22.125	22.125	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024441	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CABENA	4	4	185		204	501142290	CABENA - CABINAS DE BENAVENTE, LDA	32.750	24.563	24.563	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-024475	MELHORAMENTO SUBSTANCIAL AOS SISTEMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA BASE DE DADOS DE PRODUTOS E DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE NA EMPRESA	4	9	185	204	503378291	GEPACK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024480	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DE ACORDO COM A NORMA NP EN ISO 9001:2008	4	4	183	205	508651352	ENDOWAVE, UNIPESOAL, LDA	14.853	11.140	11.140	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024624	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DA EMPRESA PARA CONSOLIDAÇÃO DA PRESENÇA ATIVA DA EMPRESA NO MERCADO GLOBAL, MEDIANTE A APOSTA NOS FATORES DINÁMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	4	184	205	508273080	VALE DA ROSA - SOC. AGRÍCOLA, LDA	292.960	131.832	131.832	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025076	INTERNACIONALIZAÇÃO DA HVA	4	4	181	204	503462497	HVA - AGRICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E TURISMO RURAL DO ALENTEJO, LDA	609.353	317.556	317.556	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025179	INTERNACIONALIZAÇÃO DA CJC	4	4	185	205	506103412	CRISTINA JORGE DE CARVALHO - DESIGN E DECORAÇÃO DE INTERIORES, LDA	317.043	183.829	183.829	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025185	INCREMENTO INTERNACIONAL DA ACTIVIDADE	4	4	182	204	503372943	ADEGA HERDADE DAS ALDEIAS DE JUROMENHA, LDA	57.100	33.595	33.595	5.120
	ALENT-07-0401-FEDER-025224	FOODEX - ESTRATÉGIA DE PRESENÇA INTENSIVA NOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	182	205	509941249	FOODEX, UNIPESOAL, LDA	484.450	285.073	285.073	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025397	INTERNACIONALIZAÇÃO MONTE DA RAPOSIÑA	4	4	182	205	507768116	RAP 5 WINES, LDA	146.820	66.069	66.069	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025405	NATUREA PETFOODS	4	4	185	205	510052525	GFC - THE GRAIN FREE COMPANY, LDA	513.220	287.454	287.454	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025432	X-PREMIUM INTERNACIONAL	4	4	183	205	509685633	X-PREMIUM, LDA	173.150	104.183	104.183	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025451	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA FRAZÃO - MÁRMORES E ROCHAS DE ALCANEDE, LDA	4	4	185	204	503310667	FRAZÃO - ROCHAS, SA	574.390	285.344	285.344	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025476	VINHOS E AZEITES BIOLÓGICOS DO ALENTEJO	4	4	184	204	500253099	SOC. AGRÍCOLA HERDADE DOS LAGOS, LDA	232.950	118.703	118.703	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025478	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES; CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA POSIÇÃO NO MERCADO EUROPEU	4	4	185	204	503332496	FIUZA BRIGHT - SOC. VITIVINÍCOLA, LDA	239.775	112.939	112.939	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025596	AMIGO DO TURISTA	4	4	181	205	510243428	TRAVELERS FRIENDS, LDA	145.708	69.423	69.423	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025600	MARCOLINO SEBO - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	204	128823534	MARCOLINO INÁCIO CHICHARO SEBO	125.200	72.810	72.810	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025739	FIGUEIRAS DOS SANTOS - NOVOS MERCADOS INTERNAIONAIS	4	4	184	205	506420108	FIGUEIRAS DOS SANTOS, HERDEIROS DE JOÃO JOSÉ FIGUEIRAS DOS SANTOS, LDA	285.750	128.588	128.588	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025762	INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS DO MONTE DO ALAMO	4	4	183	205	107951819	MARIA DA GRAÇA DE NORONHA MENDES DE ALMEIDA	36.000	16.200	16.200	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025971	ECO-TURISMO DE TORRE DE PALMA	4	4	182	205	509290817	TORRE DE PALMA, LDA	231.003	116.971	116.971	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026016	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	501063110	ZOOPAN PRODUTOS PECUARIOS, LDA	67.625	50.719	50.719	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026027	CRESCER VIA INTERNACIONALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA GEPACK	4	4	185	204	503378291	GEPACK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA	272.217	156.280	156.280	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026080	PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA HERDADE DA MINGORRA [2012-2014]	4	4	184	204	119157055	HENRIQUE P. SANCHO UVA	230.700	106.695	106.695	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026197	MOÇAMBIMÓVEL	4	4	181	204	501521178	MÓVEIS FERNANDES, LDA	60.351	27.158	27.158	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026208	PROJETO FUTURO - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181	205	503716510	MARQUES MARQUES SALSICHARIA REGIONAL ALENTEJANA, LDA	142.120	67.913	67.913	9.048
	ALENT-07-0401-FEDER-026281	VIVAPOWER SISTEMAS - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	205	509717683	VIVAPOWER - SISTEMAS, LDA	226.151	111.928	111.928	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026401	RIBATEL - QUALIFICAÇÃO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	508451388	RIBATEL CONNECT, NEGÓCIOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, LDA	190.883	85.897	85.897	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030052	POSICIONAR O ALENTEJO DE FORMA IRREVERSÍVEL NO MERCADO INTERNACIONAL	4	4	181	215	506829987	AGÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO ? TURISMO DO ALENTEJO	532.498	272.687	272.687	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030127	GESTÃO AMBIENTAL	4	4	182	204	500168390	LUBRIPOR - LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS DE PORTALEGRE, LDA	14.500	10.875	10.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030415	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	204	503200360	STAND OS PUTOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030416	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	502000414	BAZAR-COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030417	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	507853482	AUTOMOVEIS DEIXA-O-RETO - REPARAÇÃO E VENDA DE AUTOMOVEIS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030423	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	234511265	EMERSON RODRIGUES CAETANO	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030426	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	175388385	ADRIANO JOSE QUEIJO FRAGOSO	20.000	15.000	15.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-030427	ESTRATÉGIA COMERCIAL DIGITAL	4	4	181	204	503272558	BOTELHOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030449	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	500811067	JOSÉ VENTURA RODRIGUES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030457	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	181	205	506443680	ELECTRO LIMÃO, INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030476	QUALI FIO DOURADO	4	9	185	204	508638496	FIO DOURADO - TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS OLIVICOLAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030483	DO ALENTEJO PARA O MUNDO VIA WEB	4	4	183	204	501473459	FERNANDO ANTUNES DOURADO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030498	PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO NO ÂMBITO DA ECONOMIA DIGITAL	4	9	183	205	509929494	MANOBRAS DE BRINCADEIRA, LDA	9.000	6.750	6.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030506	INTERNACIONALIZAÇÃO DE NOVO PRODUTO	4	4	182	205	506588246	ARTEVIDA - PRODUTOS ARTESANAIS DECORATIVOS, LDA	9.500	7.125	7.125	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030514	RML PRODUTO	4	4	182	204	501317382	RAUL MARTINS LOBATO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030518	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	4	9	185	204	500612579	MARQUES MONTÊS, LDA	19.850	14.888	14.888	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030521	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA EMPRESA XAVIERES	4	4	185	204	501274812	XAVIERES, LDA	15.600	11.700	11.700	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030525	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	9	185	204	500612579	MARQUES MONTÊS, LDA	19.900	14.925	14.925	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030546	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	181	205	505714671	NOBRE GARVAO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030547	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	204	506768163	LUIS MANUEL DA SILVA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030562	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	501690174	FRUTOLEGUMES ERMIDENSE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030565	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SSITEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	4	9	185	204	504007866	EL GALEGO SCALABITANO - HOTELARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES, LDA	19.900	14.925	14.925	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030573	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SSITEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	9	185	204	504007866	EL GALEGO SCALABITANO - HOTELARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES, LDA	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030574	INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	113594160	JOAQUIM ALBERTO SERRA PORFIRIO	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030633	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	204	509814972	OCEANIC, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030660	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA EMPRESA RIBATUBOS	4	4	185	205	503913049	RIBATUBOS-TUBAGENS E ACESSÓRIOS, LDA	13.400	10.050	10.050	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030669	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CARACTERIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA PARA PRENSAGEM A FRIO	4	4	183	204	505404010	TOOLPRESSE, PEÇAS METÁLICAS POR PRENSAGEM, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030681	DESENVOLVIMENTO DO BUSINESS PLAN DA EMPRESA E DESENHO E ESPECIFICAÇÕES DA ESTRUTURA TECNOLÓGICA DA PLATAFORMA DE VENDAS DA EMPRESA	4	9	185	204	509667538	GRASS4YOU - COMERCIALIZAÇÃO DE RELVA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030684	MAPEAMENTO DE FUNÇÕES E AUMENTO DE NÍVEIS DE CONTROLO INTERNO.	4	4	181	205	508398088	MARQUÊS DAS MADEIRAS - COMÉRCIO DE MADEIRAS, LDA	14.820	11.115	11.115	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030721	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCESSOS DE ORÇAMENTAÇÃO	4	4	184	204	502881410	F.V.M.C.- COMERCIO DE MATERIAIS ELECTRICOS E INSTALAÇÕES ELECTRICAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030798	ESTRATÉGIA DE MARKETING E DE COMUNICAÇÃO	4	4	184	204	506851133	BETÃO E TAIPA, CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EDÍFÍCIOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030803	RENASCER EM 2013	4	4	183	205	505201453	INTERAGÊNCIA - AGENCIAMENTO COMERCIAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030879	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	183	204	508272840	ÂNCORA PRATEADA - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030888	ESTRATÉGIA COMERCIAL 2013	4	4	183	204	500249989	J. SARAGOÇA LIMITADA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030907	CONSULTORIA EM COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING TURÍSTICO	4	9	183	205	504036092	SAVATUR - TURISMO EM ESPAÇO RURAL, LDA	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030908	INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	507275772	A.J. E M. PASTELARIAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030921	ESTRATÉGIA COMERCIAL	4	4	183	205	502267313	CAPRI - REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030964	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SGSA NA AGROLEX	4	4	185	204	503418382	AGROLEX II RAÇÕES, LDA	15.600	11.700	11.700	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030986	REORGANIZAÇÃO INTERNA 2013	4	4	183	204	506805999	JJPS - SISTEMAS DE FLÚIDOS E CLIMATIZAÇÃO SA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-030997	IMPLEMENTAÇÃO DO SGQ NA NOVA GRAFICA DO CARTAXO	4	4	185	203	500285047	TIPOGRAFIA NOVAGRAFICA DO CARTAXO, LDA	15.600	11.700	11.700	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031067	OGTIC BENAEMP - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	4	4	185	205	508464404	BENAEMP - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031099	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA CUBISTRAL II - TECNOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO, LDA.	4	4	185	205	505154366	CUBISTRAL II - TECNOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO, LDA	19.800	14.850	14.850	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-031142	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA DANBANHO, EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SA	4	4	185	204	504033557	DANBANHO-EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031154	ALUGREEN SGI	4	4	185	205	510250564	ALUGREEN, SA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031207	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA EMPRESA E CONSTITUIÇÃO DA SUA PRESENÇA DIGITAL.	4	9	182	205	505412713	PORTO DA BOUGA VINHOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031224	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SSITEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	182	204	500418217	SODREL SA	19.900	14.925	14.925	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031238	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA IMPORGO, LDA	4	4	185	205	508043883	IMPORGO, LDA	19.200	14.400	14.400	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031268	CABENA - COMPETITIVA	4	4	185	204	501142290	CABENA - CABINAS DE BENAVENTE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031290	GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	182	204	500728011	TABACARIA PINHO, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031441	GLOBALMAIS SOLUTIONS	4	4	185	205	507616650	GLOBALMAIS, LDA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031485	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE QUALIDADE	4	4	184	205	507840976	WEBAVANT - CONSULTORIA E SOLUÇÕES INFORMÁTICAS, LDA	9.600	7.200	7.200	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031495	CONSULTADORIA GESTÃO - INICIATIVAS PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE	4	4	181	205	506549658	MICOFLORA - MICOLOGIA FLORESTAL APLICADA, SA	10.000	7.500	7.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031510	ENQUADRAMENTO AMBIENTAL DA PEDREIRA	4	4	183	204	501232117	PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031544	SUDESTE AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO, LDA.	4	4	181	205	506955311	FORMULTI CONSULTING AND INVESTMENT, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031590	AGROCAL - ESCALONAMENTO DE VISITAS DE CAMPO	4	4	185	204	500046794	BORREGO LEONOR E IRMÃO SA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031648	IMPLEMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 14001 NA RECOVERDE - GESTAO DE RESIDUOS UNIPESOA, LDA	4	4	185	204	505595141	RECOVERDE - GESTÃO DE RESÍDUOS, UNIPESOA, LDA	19.840	14.880	14.880	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031676	IMPLEMENTAÇÃO DE ACÇÕES DE ECONOMIA DIGITAL E CONSULTORIA PARA O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO NOS MERCADOS	4	4	185	205	504355686	ESTORES LEÃO - INDUSTRIA DE TOLDOS E ESTORES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031677	CHOCALHO DESIGN	4	9	183	205	509144535	CHOCALHOS PARDALINHO, LDA	13.000	9.750	9.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-031680	IMPLEMENTAÇÃO DE ACÇÕES DE ECONOMIA DIGITAL E CONSULTORIA PARA O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO NOS MERCADOS	4	9	181	205	510039553	TORANJIDEIA, LDA	20.150	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032013	A CASA DO IOGURTE ARTESANAL - PLANO DE NEGÓCIOS, MODELO FINANCEIRO E ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	4	4	185	205	510152430	YONEST, TRUE YOGURT, UNIPESOA, LDA	25.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032095	MIGUEL LOURO WINES - INTERNATIONAL MARKET	4	4	183	205	508108306	MIGUEL LOURO, LDA	84.450	38.003	38.003	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032141	VINHOS ALENTEJANOS DE ORIGEM - SOCIEDADE AGRÍCOLA D. DINIZ	4	4	183	204	500253013	SOCIEDADE AGRÍCOLA D. DINIZ SA	378.725	214.991	214.991	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032143	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - PAULO LAUREANO VINUS, LDA	4	4	184	204	504351540	PAULO LAUREANO, VINUS, LDA	259.250	120.518	120.518	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032147	VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO	4	4	184	204	504329197	SOC. AGRÍCOLA DO MONTE NOVO E FIGUEIRINHA, LDA	334.411	175.985	175.985	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032150	PROJECTO QREN - VINHOS PORTUGUESES DE TOPO NA TOPO DA ÁSIA	4	4	183	205	508698391	TOPWINES, LDA	514.303	287.436	287.436	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032180	RIBAFREIXO - MISSÃO EXPORTAR	4	4	184	204	508191181	RIBAFREIXO - SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA	378.439	191.268	191.268	1.919
	ALENT-07-0401-FEDER-032219	CONQUISTA DE UMA PRESENÇA ATIVA NO MERCADO GLOBAL, APOSTANDO NO INCREMENTO DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DOS FATORES DINÁMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	4	185	204	502846356	CORES DOCES - SOCIEDADE DE COMÉRCIO DE DOÇARIA, LDA	428.328	234.156	234.156	65.438
	ALENT-07-0401-FEDER-032258	TELETRADE - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	507011180	TELETRADE - DISTRIBUIÇÃO, EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, LDA	272.010	128.461	128.461	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032302	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - A EXCELENÇA DOS VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO	4	4	182	205	508423759	RG - HERDADES DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO ACE	124.450	56.003	56.003	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032464	ENTRADA EM NOVOS MERCADOS ATRAVÉS DO LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS PREMIUM	4	4	183	204	503154458	NOBLE MINERAL, THE ORIGINAL PORTUGUESE MARBLE, LDA	470.656	245.207	245.207	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032510	PROJECTO INTERNACIONALIZAÇÃO AVB ALUMINIOS	4	4	184	205	505577747	A.V.B. - ANTÓNIO VELHO BRAVO - ALUMINIOS, LDA	372.259	208.645	208.645	1.024
	ALENT-07-0401-FEDER-032535	BESTTABLES - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181	205	509614477	BESTTABLES - MARKETING E SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO, SA	246.300	119.565	119.565	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032555	CHRISTOPHE SAUVAT GLOBAL	4	4	181	205	508190479	ABREU SAUVAT, LDA	442.822	266.143	266.143	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032560	PROETO INTERNACIONALIZAÇÃO LITORALCOR	4	4	181	205	506156761	LITORALCOR, COMÉRCIO DE TINTAS, LDA	480.656	282.621	282.621	2.048
	ALENT-07-0401-FEDER-032570	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS AO NÍVEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA SUA PRESENÇA ATIVA NO MERCADO GLOBAL	4	4	185	205	509278361	TRIGNOLÁXIA, LDA	287.100	174.165	174.165	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032580	INTERNACIONALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA STERRIUST AGRUPAMENTO DE PRODUTOS, C.R.L.	4	4	182	205	510064817	STERRIUST AGRUPAMENTO DE PRODUTOS, C.R.L.	137.205	61.742	61.742	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-032603	LANÇAMENTO E QUALIFICAÇÃO SUSTENTADA DA FUSCHIAFUSION NUMA DINÂMICA INTERNACIONAL	4	4	182	204	510458815	FUSCHIAFUSION, LDA	315.907	152.463	152.463	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032636	LCPS - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	184	205	505924897	LCPS - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, LDA	100.715	45.322	45.322	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032649	ACCELERAR E DIVERSIFICAR A INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	184	204	504883100	MONTE DA CAPELA SOCIEDADE AGRÍCOLA E COMERCIAL, LDA	103.405	49.720	49.720	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032717	TERRAS DE ALTER NO MUNDO	4	4	182	204	509138144	TERRAS DE ALTER II, DISTRIBUIÇÃO, LDA	372.098	191.549	191.549	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032740	INTERNACIONALIZAÇÃO DA VAC	4	4	185	204	501150609	VITALIANO ADRIÃO CASINHAS, LDA	607.349	334.558	334.558	31.488
	ALENT-07-0401-FEDER-032800	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA MELIMAR	4	4	183	205	507454316	CASBI, LDA	328.440	182.298	182.298	0
	ALENT-07-0401-FEDER-032857	PROJECTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EXPANSÃO DA CASAGRÍCOLA LDA.	4	4	183	205	510180019	CASAGRÍCOLA - MONTE DA MAIA - COMERCIO E SERVIÇOS, LDA	14.000	10.500	10.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033036	QUALIDE PARA O FUTURO	4	4	185	205	506728544	RIBAMASTER - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E RECOLHA AUTOMÓVEL, LDA	18.750	14.063	14.063	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033037	RACIONALIZAÇÃO DE CONSUMOS	4	4	185	205	506728544	RIBAMASTER - LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E RECOLHA AUTOMÓVEL, LDA	18.500	13.875	13.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033045	MÁRMORE E GRANITO DE PORTUGAL	4	4	183	205	509029191	AUTENTIPERFECT SOCIEDADE IMOBILIÁRIA S. A.	323.870	161.806	161.806	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033083	CLEANQUALITY - QUALIDADE, COMPETENCIA E TRANSPARENCIA	4	4	183	204	505233673	TIAGO MORGADO, LDA	10.830	8.123	8.123	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033457	CCAR - OPTIMIZAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS	4	9	183	204	504002082	CASA AGRÍCOLA ALEXANDRE RELVAS, LDA	12.500	9.375	9.375	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033458	LOGOWINES - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	9	183	204	507490720	LOGOWINES, LDA	14.700	11.025	11.025	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033461	IMPLEMENTAÇÃO DO SGQ NA EMPRESA ARCOFRIGO	4	4	185	204	504430785	ARCOFRIGO - AR CONDICIONADO E VENTILAÇÃO, LDA	13.400	10.050	10.050	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033474	FIO DOURADO - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	4	185	204	508638496	FIO DOURADO - TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS OLIVÍCOLAS, LDA	14.260	10.695	10.695	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033486	TECNIFAX - AMBIENTE	4	4	185	205	504403311	TECNIFAX - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, SOC. UNIPESSOAL, LDA	19.350	14.513	14.513	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033497	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA HENRICARNES	4	4	185	204	502699175	HENRICARNES - SALSICHARIA TRADICIONAL PORTUGUESA, COM. E INDÚSTRIA, LDA	16.400	12.300	12.300	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033528	OGTIC - GREEN FACTORY	4	4	185	205	506782115	GREENFACTORY, REPRESENTAÇÕES, LDA	18.500	13.875	13.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033540	INTERNACIONALIZAÇÃO DA M.C.PAZ	4	4	185	204	501979808	MCPAZ, LDA	19.950	14.963	14.963	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033551	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	503855375	HORÁCIO CATARINO - COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA O LAR, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033591	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	501845127	CENTRO CICLISTA SINEENSE - COMÉRCIO DE MOTOCICLOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033598	POTENCIAÇÃO INTERNACIONAL DA SECIS	4	4	185	204	502271817	SECIS INFORMATICA, LDA	11.000	8.250	8.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033632	FERTIPRADO - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	4	182	204	502368969	FERTIPRADO SEMENTES E NUTRIENTES, LDA	18.950	14.213	14.213	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033633	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA HIDROCAMPO	4	4	185	205	503481300	HIDROCAMPO, COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE TUBAGENS, LDA	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033636	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO NEGÓCIOS/ MARKETING	4	4	185	205	510445497	RIBAPOWER - NEGOCIOS E COMERCIO DE TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA, LDA	18.000	13.500	13.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033659	IMPLEMENTAÇÃO DO SGSO	4	4	185	205	503629502	RTR - TORNEARIA E FREZAGEM, LDA	13.500	10.125	10.125	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033730	MERCADO WEB	4	4	183	205	502222832	NABO NABO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033790	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	183	205	504374257	MOUQUINHO E LOPES TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033825	COLOQUE A SUA CASA NO MAPA: MAIS ALENTEJO, MAIS CLIENTES	4	4	183	205	193917645	MARIA DO ROSÁRIO MEALHA MATEUS MENDONÇA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-033903	IMPLEMENTAÇÃO DO SGQ - SOCIEDADE AGRÍCOLA CASAL DO CONDE, SA	4	4	185	204	508726921	SOC. AGRÍCOLA CASAL DO CONDE, SA	14.000	10.500	10.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034067	MOTOFOLE - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	4	185	205	502626780	MOTO-FOLE, LIMITADO	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034099	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	181	205	510300065	TERESA PAULA CORREIA, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034196	ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DE MARKETING	4	4	184	205	508627087	MOMENTOS FANTÁSTICOS, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034208	ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DE MARKETING	4	4	184	204	506683362	JOÃO FIGUEIRA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034211	PLANEAMENTO, ESTUDO E PROSPECÇÃO DE MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	183	205	507269845	ADEGA FAMILIAR ELADIO PIÑEIRO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034247	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181	205	503009695	CENTRO OPTICO DE SANTO ANDRE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034265	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DE ACORDO COM A NORMA NP EN ISO 9001E ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ACORDO COM NP 17025.	4	4	185	204	503420115	DEPSIEXTRACTA TÉCNOLOGIAS BIOLÓGICAS, LDA	25.000	15.000	15.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação						Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)		Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-034284	BAREND PETERS MOTORISED SPORT LEISURE - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183		205	509035310	BAREND PETERS MOTORISED SPORT LEISURE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034296	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	9	181		205	203192150	MARIA JOSE AZEVEDO SCHEIBNER	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034326	E-DIVPAX	4	4	184		205	507509170	DIVPAX - COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034331	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA RECTAPEÇAS	4	4	185		205	508118808	RECTAPEÇAS - COMÉRCIO DE AUTOMOVEIS, UNIPESSOAL, LDA	14.000	10.500	10.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034363	HERDADE DO CARVALHAL - CONSULTADORIA NA QUALIDADE DA ADEGA	4	4	182		205	504262483	HERDADE DO CARVALHAL -SOCIEDADE VITIVINICOLA DE PORTALEGRE UNIPESSOAL, LDA	9.750	7.313	7.313	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034365	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	185		204	503341614	PAULUS CÓPIA - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034368	ESTRATÉGIA COMERCIAL 2013/14	4	4	184		205	505203570	TRANSPORTES FLÔR DO ALENTEJO,LLDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034374	ESTRATÉGIA COMERCIAL 2013/14	4	4	184		204	504883372	MAXIBEJA, COZINHAS E EQUIPAMENTOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034402	ESTUDO APROFUNDADO PARA IMPLEMENTAÇÃO TURISMO RURAL.	4	9	183		205	509906036	LIÇAOBREVE UNIPESSOAL, LDA	15.850	11.888	11.888	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034436	ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	182		205	510597068	BRAINFRONTIER -, LDA	18.675	14.006	14.006	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034484	UM HOTEL NO CORAÇÃO DE UMA REGIÃO: MAIS ALENTEJO, MAIS CLIENTES	4	4	184		204	502165383	JB SOC. IMOBILIÁRIA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034524	IMPLEMENTAÇÃO DO BRC E AS NORMAS NP EN ISO 22000:2005 E NP EN ISO 9001:2008	4	4	183		204	502670690	FERCARNES-FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE CARNES REGIONAIS, LDA	19.170	14.378	14.378	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034540	COLOQUE A SUA CASA NO MAPA: MAIS ALENTEJO, MAIS CLIENTES	4	4	183		205	209944412	RUI MANUEL DA SILVA CAEIRO	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034558	ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DE MARKETING	4	4	183		205	506716635	MONTE DA PREGUIÇA - TURISMO RURAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034560	ISOLCONFORT 2.0	4	4	183		205	509867090	ISOLCONFORT, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034592	INOVAR NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	4	4	184		204	501714928	TREVO-FLORESTA, AGRICULTURA E AMBIENTE, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034595	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS CAVES D'ALAGOA	4	4	185		204	503277908	CAVES D'ALAGOA - SOCIEDADE AGRO-INDUSTRIAL, LDA	18.900	14.175	14.175	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034599	CAVES ALAGOA DIGITAL	4	9	185		204	503277908	CAVES D'ALAGOA - SOCIEDADE AGRO-INDUSTRIAL, LDA	19.300	14.475	14.475	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034614	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	181		205	502992891	ARMANDO J.PEREIRA FILHOS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034623	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA PEÇAMAPE	4	4	185		204	506594882	PEÇAMAPE - VENDA DE PEÇAS AUTO, LD.ª	16.400	12.300	12.300	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034643	ESTRATÉGIA COMERCIAL 2013/14	4	4	183		204	507654056	ENREPO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034696	ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA MARCA ASSENTES EM CONCEITOS DE DESIGN PARA MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	182		205	504262483	HERDADE DO CARVALHAL -SOCIEDADE VITIVINICOLA DE PORTALEGRE UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034698	ALENTUBO AMBIENTE	4	4	184		204	509065678	ALENTUBO ? FABRICAÇÃO DE TUBOS, SA	7.700	5.775	5.775	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034712	ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183		205	508185971	SOLDIRECTO - SISTEMAS SOLARES, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034713	COLOQUE A SUA CASA NO MAPA: MAIS ALENTEJO, MAIS CLIENTES	4	4	181		205	506733432	CASA DA SEICEIRA TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034717	ESTUDO E AVALIAÇÃO DE NOVOS REQUISITOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MTD - MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS NA ÁREA AMBIENTAL	4	4	185		204	500659400	M. A. LOPES D' AVO, LDA	6.770	5.078	5.078	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034752	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NP EN ISO 9001:2008	4	4	181		205	503342769	TURISVERDE - HOTELARIA E TURISMO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034820	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NA EMPRESA REBOQUES MONTEJUNTO II	4	4	185		205	508640849	REBOQUES MONTEJUNTO II, LD.ª	14.000	10.500	10.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034821	ESTRATÉGIA COMERCIAL 2013/14	4	4	183		205	509867561	INOMEFATEC - ESTRUTURAS METÁLICAS, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034823	IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS AMBIENTAIS	4	4	183		204	501226028	COCHICHO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034824	IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS NP EN ISO 22000:2005.	4	4	184		204	505841827	MONTARAZ DE GARVÃO - TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DE PORCO ALENTEJANO, LDA	14.510	10.883	10.883	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034825	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - PELARIGO E FILHOS LDA	4	4	185		204	505135388	PELARIGO E FILHOS, LDA	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034838	ENQUADRAMENTO AMBIENTAL DA PEDREIRA	4	4	183		204	501226028	COCHICHO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034871	DINAMIZAÇÃO COMERCIAL E DESENVOLVIMENTO DA MARCA	4	4	184		205	509253792	HORTO PALMEIRAS SOCIEDADES AGRICOLAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034896	CONSULTORIA NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, DE ACORDO COM A NORMA ISO 9001:2008	4	4	183		205	176046399	JACINTO MANUEL COELHO QUINTAL	7.975	5.981	5.981	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034914	SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE NP EN ISO 9001:2008 DA FARMAPAX, LDA	4	4	184		205	508403871	FARMAPAX, LDA	6.670	5.003	5.003	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-034990	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE NA EMPRESA TECNEL- ELECTRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES, LDA	4	4	185	204	500933340	TECNEL - ELECTRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES, LDA	16.400	12.300	12.300	0
	ALENT-07-0401-FEDER-034993	FRA - APOIO AO CRESCIMENTO	4	4	183	205	502920050	FRANCISCA RATO AMARO, LDA	12.250	9.188	9.188	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035027	IMPLEMENTAÇÃO DO REFERENCIAL BRC ? VERSÃO 6	4	4	184	204	503802344	MIGUEL MIGUEL, LDA	15.500	11.625	11.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035053	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE NA EMPRESA - TECNOREDES	4	4	185	204	502333963	TECNOREDES - REDES E VEDAÇÕES, SA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035065	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA BMW DE SANTARÉM	4	4	185	204	502081775	ANIBAL CARVALHO E FILHOS, SA	18.450	13.838	13.838	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035074	ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA COMERCIAL E CRIAÇÃO DE MARCA	4	4	184	205	509065309	RETRATO DA MEMÓRIA - ACTIVIDADES TURISTICAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035098	OGTIC - TRANSMOSENSE	4	4	185	204	504142585	TRANSMOSENSE - TRANSPORTADORA, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035107	ÓPTICA DAS FIGUEIRAS: PROPRIEDADE INDUSTRIAL	4	4	183	205	508497469	ÓPTICA DAS FIGUEIRAS, LDA	12.250	9.188	9.188	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035113	OGTIC - LUIS FILIPE RAMOS MANSO	4	4	185	205	200822861	LUIS FILIPE RAMOS MANSO	18.500	13.875	13.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035128	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EMPRESA TRANSLOAD, SA	4	4	185	205	510199089	TRANSLOAD, SA	18.500	13.875	13.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035181	CONSULTORIA NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO, DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 9001:2008; OHSAS 18001	4	4	184	204	507275462	BIQUÍMICOS - COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, UNIPESSOAL, LDA	8.750	6.563	6.563	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035200	CONSULTORIA NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO, DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 9001:2008; ISO 14001	4	4	184	204	509634907	BERRAPACK, LDA	13.750	10.313	10.313	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035205	VINISOL ENERGÉTICAMENTE EFICIENTE	4	4	185	205	501258094	VINISOL-SOCIEDADE VINICOLA DO RIBATEJO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035252	PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO E FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4	4	185	205	510223923	LUZERIC, MAQUINAS EQUIPAMENTOS, LDA	19.300	14.475	14.475	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035321	FITA PRETA WINES	4	4	183	205	507103491	FITA PRETA VINHOS, LDA	312.500	147.135	147.135	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035322	AGRO-TURISMO DO ARREDÃO	4	4	181	205	506250571	QUINTA DO ARREDÃO - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA FLORESTAL E TURÍSTICA, LDA	189.880	95.736	95.736	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035327	GARRICI - UMA APOSTA NA INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	182	204	507960459	GARRICI	147.135	89.731	89.731	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035348	INTERNACIONALIZAÇÃO SANUSCHOICE - EXPORTAÇÃO PRODUTOS ALIMENTARES PORTUGUESES	4	4	183	205	508267889	SANUSCHOICE, UNIPESSOAL, LDA	175.549	116.002	116.002	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035405	A EXCELENCIA DOS VINHOS PORTUGUESES	4	4	183	204	500253080	HERDADE DE COELHOIS, SOC. AGRÍCOLA, SA	418.638	188.387	188.387	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035443	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PLACIDO JOSE SIMÕES SA	4	4	183	204	501232117	PLACIDO JOSE SIMÕES, SA	33.596	21.957	21.957	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035470	ATLANTICREVELATION: GOOD VALUE FOR THE MONEY	4	4	182	205	510480268	ATLANTICREVELATION UNIPESSOAL, LDA	76.280	40.800	40.800	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035527	ROSE PROJECT A.C.E.	4	4	183	204	510476007	ROSE PROJECT A.C.E.	169.728	85.704	85.704	0
	ALENT-07-0401-FEDER-035636	INTERNACIONALIZAÇÃO DO AZEITE OLIVAIIS DO SUL	4	4	183	204	507537092	OLIVAIIS DO SUL - SOC. AGRO-PECUÁRIA, LDA	226.553	112.674	112.674	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036277	CRIAÇÃO DE FERRAMENTA ONLINE COM VISTA A INSERÇÃO DA EMPRESA NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510664490	BAINHA COM RITMO, UNIPESSOAL, LDA	14.200	10.650	10.650	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036288	BRAINBUTTONWEB	4	4	184	205	510559476	BRAINBUTTON, LDA	20.275	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036367	WEBSITE DE ECOMMERCE PARA MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL	4	4	182	205	510444482	NJB COSMÉTICOS UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036388	AZARUJINHA, A WAY OF LIVING - PRESENÇA WEB E APOSTA NA ECONOMIA DIGITAL	4	9	183	205	510558585	AZARUJINHA - AWAY OF LIVING, LDA	14.850	11.138	11.138	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036447	OBTENÇÃO DE BAGOS DE UVA SEMI-FRESCA COM REVESTIMENTO COMESTÍVEL	4	4	184	205	508273080	VALE DA ROSA - SOC. AGRÍCOLA, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036448	PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	183	205	510563287	MEDIVOLT - SERVIÇOS ELÉCTRICOS E MANUTENÇÃO, LDA	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036507	ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E TIC PARA A MAYMONE	4	4	185	205	510465609	MAYMONE, MARINHAIS UNIPESSOAL, LDA	19.900	14.925	14.925	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036581	IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTA DE PRESENÇA NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510538533	TRIUMTERMICA - SOLUÇÕES DE FRIO E CLIMATIZAÇÃO, LDA	17.250	12.938	12.938	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036594	ESTRATÉGIA DE VENDAS: COMUNICAÇÃO E MARKETING	4	4	184	205	510370551	SENIMAX - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036701	CRIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INTERNA PARA INSERÇÃO DA PME NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510392695	EFICDUARTE, UNIPESSOAL, LDA	9.900	7.425	7.425	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036882	NOVOS MUNDOS - COMPLAI	4	4	181	204	504447858	COMPLAI - CONSTRUÇÃO SA	188.538	93.992	93.992	2.400
	ALENT-07-0401-FEDER-036949	INTERNACIONALIZAÇÃO DE AROMAS PORTUGUESES	4	4	182	205	510431410	IMPLACÁVEL AROMA UNIPESSOAL, LDA	272.741	141.886	141.886	9.920
	ALENT-07-0401-FEDER-036977	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NAS TRÊS ÁREAS - INDUSTRIALIZAÇÃO; INOVAÇÃO; INTERNACIONALIZAÇÃO.	4	4	YYY	215	502280280	NERSANT - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE SANTARÉM	1.478.658	1.429.382	1.429.382	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036979	ESTÁGIOS 3I?S	4	4	YYY	215	500032335	AIP - ASSOC. INDUSTRIAL PORTUGUESA	626.370	599.662	599.662	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-036992	AZEITES E VINHOS TÍPICOS PORTUGUESES	4	4	182	205	503604402	POLISTOCK - SOC. AGRO-PECUÁRIA TURÍSTICA E IMOBILIÁRIA SA	322.500	172.125	172.125	0
	ALENT-07-0401-FEDER-036994	VINHOS D'ALQUEVA	4	4	184	205	504377833	ENCOSTAS D'ALQUEVA	223.628	123.538	123.538	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037008	REFORÇO DA ACTIVIDADE NOS ACTUAIS MERCADOS INTERNACIONAIS, EXPANSÃO PARA NOVOS MERCADOS E MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	4	4	185	204	503214159	REFORME - RECURSOS HUMANOS, LDA	204.111	91.850	91.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037029	A TRADIÇÃO DOS VINHOS	4	4	183	204	507178491	QUINTA DA PLANSEL, SA	83.900	46.335	46.335	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037128	COMERCIALIZAÇÃO, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROJETO DE ENOTURISMO HACIENDA BRANCA	4	4	184	205	508811880	HACIENDA BRANCA, LDA	75.609	43.411	43.411	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037132	NOVAS FRONTEIRAS 13/15	4	4	184	205	504146190	TRADIFOODS - COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	156.030	95.020	95.020	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037189	INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUINTA DO ARREPIADO DESIGNAÇÃO: INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUINTA DO ARREPIADO O PROJECTO DE INVESTIMENTO DA QUINTA DO ARREPIADO VISA DESENVOLVER UM NOVO MODELO DE ACTUAÇÃO EM MERCAD	4	4	182	205	506273962	SOCIEDADE AGRICOLA DA HERDADE DO ARREPIADO VELHO SA	231.124	128.006	128.006	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037324	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA A LOBOSOLAR LDA	4	4	183	205	504892711	LOBOSOLAR, ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	105.283	73.885	73.885	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037485	MKARIN - INTERNACIONALIZAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO E NOVOS MERCADOS	4	4	185	205	506183726	MKARIN INTERNATIONAL COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E TEXTEIS, LDA	521.120	297.007	297.007	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037528	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - VINHOS DA COMENDA GRANDE	4	4	183	205	502087404	MONTE DA COMENDA AGROTURISMO, LDA	67.450	37.733	37.733	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037553	PROJEÇÃO INTERNACIONAL DA CJC	4	4	185	205	506103412	CRISTINA JORGE DE CARVALHO - DESIGN E DECORAÇÃO DE INTERIORES, LDA	396.849	205.196	205.196	9.684
	ALENT-07-0401-FEDER-037561	ACJJ - INTERNACIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO	4	4	183	204	508455332	ACJJ - CONSTRUÇÕES, SA	344.894	168.096	168.096	5.333
	ALENT-07-0401-FEDER-037573	DUCAFE - EXPORTAÇÃO	4	4	183	205	505775239	A Z DO CAFE - TORREFAÇÃO DE CAFE, LDA	170.723	100.316	100.316	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037662	INOVAÇÃO: O SORO DO IOGURTE NA CADEIA ALIMENTAR	4	4	185	205	510152430	YONEST, TRUE YOGURT, UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037811	KALCULMERIDIAN ONLINE 7/24	4	4	185	205	510634257	KALCULMERIDIAN - UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037858	LOJA ONLINE COKIDY NO ÂMBITO DA ECONOMIA DIGITAL	4	4	181	205	510522882	UCKD-UNIQUE COLOURS FOR KIDS, LDA	22.841	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037885	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	181	205	510637035	FIXABALANÇO - UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037887	DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE IMPLEMENTAÇÃO DA DC ? DESTINATION CLUBS, LDA	4	9	183	205	510751890	DC - DESTINATION CLUBS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-037995	INTERNACIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO	4	4		215	506829987	AGENCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO ? TURISMO DO ALENTEJO	410.374	242.454	242.454	0
	ALENT-07-0401-FEDER-038163	ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA E PLANO DE MARKETING E COMERCIAL	4	4	182	205	510404820	CARTAZ DE PETALAS, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-038686	LOJA B2C/B2B -PARA APOIO Á INTERNACIONALIZAÇÃO DA PASSARELL EUNIVERSAL	4	4	183	205	510304265	PASSERELLE DO UNIVERSO UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-038705	INTERNACIONALIZAÇÃO DA TRADE MARK DA PASSRELLE UNIVERSAL	4	4	183	205	510304265	PASSERELLE DO UNIVERSO UNIPESSOAL, LDA	277.963	144.816	144.816	5.400
	ALENT-07-0401-FEDER-038741	criação de empresa orientada para a oferta turística nacional dirigida a mercados internacionais.	4	4	183	205	510601073	DANIEL PEQUERRUCHO AGÊNCIA DE VIAGENS E SERVIÇOS, UNIPESSOAL, LDA	59.420	26.739	26.739	0
	ALENT-07-0401-FEDER-038747	CERTIFICAÇÃO DA HERDADE DAS MOURAS DE ARRAIOLOS, NO ÂMBITO DO SISTEMA PORTUGUÊS DE QUALIDADE	4	4	183	204	505560003	SOC. AGRICOLA DA HERDADE DAS MOURAS DE ARRAIOLOS, SA	237.853	120.364	120.364	8.800
	ALENT-07-0401-FEDER-039748	WINES FROM THE WORLD	4	4	182	205	509830625	WINTRADING, LDA	246.800	121.740	121.740	0
	ALENT-07-0401-FEDER-039753	G PRODUCTS	4	4	185	205	509129749	GLOBALCOOP - COOPERATIVA AGRICOLA TRANSNACIONAL, CRL	246.550	131.633	131.633	0
	ALENT-07-0401-FEDER-039771	A PRESENÇA NA WEB COMO SUPORTE Á LOGÍSTICA DE VINHOS	4	4	183	205	510564445	LIV - LOGÍSTICA E VINHOS, LDA	13.374	10.031	10.031	0
	ALENT-07-0401-FEDER-039799	RELEVO CRIATIVO ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510769349	RELEVO CRIATIVO UNIPESSOAL, LDA	20.035	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-039812	DAE - PHASE I	4	4	183	205	510738567	DAE EXPRESS, UNIPESSOAL, LDA	19.200	14.400	14.400	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040056	APOIO À APLICAÇÃO DE ECOTECNOLOGIAS NA GESTÃO SUSTENTÁVEL E INTEGRADA DE UMA EXPLORAÇÃO AGROALIMENTAR PRODUTORA DE LEITE DE BURRA	4	4	184	205	510530508	JOSÉ DE MATOS ATAIDE FERREIRA UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040084	INTERNACIONALIZAÇÃO DA VCLN SUPORTADA POR PLATAFORMA TECNOLÓGICA AVANÇADA (B2B/B2C)	4	4	183	205	510721044	VCNL CONSTRUÇÕES SA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040094	NAILS FASHION - UNHAS DE GEL ONLINE	4	4	183	205	510480624	DOCEVEDETA-UNIPESSOAL, LDA	20.000	15.000	15.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-040103	SUSANA ROSÁRIO - COMUNICAÇÃO	4	4	185	205	510680488	SUSANA ROSÁRIO UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040110	LATITUDEVASION, LDA - AGÊNCIA DE VIAGENS	4	4	184	205	510683029	LATITUDEVASION, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040111	LOUNGE ZONA NORTE - SUPORTE ONLINE 7/24	4	4	185	205	510620671	LOUNGE ZONA NORTE, UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040124	GROWING HEALTHY HABITATS	4	4	181	205	510662420	ORGANISOLUTIONS - CONSULTORIA SERVIÇOS AGROINDUSTRIAS, SA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040169	INTERNACIONALIZAÇÃO PAINEIS HTECH	4	4	184	204	510477186	HOMTE - INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS, LDA	730.719	325.963	325.963	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040293	CLUBE FASHION	4	4	181	204	510796516	MGH CLUBEFASHION INTERNACIONAL, UNIPessoal, LDA	278.561	125.352	125.352	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040294	IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CAAR	4	4	183	204	504002082	CASA AGRÍCOLA ALEXANDRE RELVAS, LDA	112.814	50.766	50.766	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040372	CAPACITAÇÃO PARA O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE SOBREMESAS NACIONAIS	4	4	181	205	504834525	MAXIPRIMUS, LDA	299.642	145.006	145.006	2.667
	ALENT-07-0401-FEDER-040409	INTERNACIONALIZAÇÃO DA DC - DESTINATIONS CLUB, LDA	4	4	183	205	510751890	DC - DESTINATION CLUBS, LDA	351.938	159.737	159.737	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040495	RBEIRINHA WINES	4	4	185	204	503758884	SOC. AGRÍCOLA DA QUINTA DA RIBEIRINHA, LDA	219.650	83.963	83.963	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040513	CASAL BRANCO WINES	4	4	185	204	503944378	CASAL BRANCO - SOC. DE VINHOS, SA	271.295	141.733	141.733	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040605	AMBIÇOSA	4	4	183	204	505102048	GRANACER-ADMINISTRAÇÃO DE BENS, SA	101.150	45.968	45.968	0
	ALENT-07-0401-FEDER-040615	NUNES BARATA VINHOS - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	506845753	NUNES BARATA, VINHOS, SA	141.020	73.689	73.689	0
	ALENT-07-0401-FEDER-041027	CHIPPERS ONLINE	4	4	185	204	510683240	CHIPPERS, LDA	19.500	14.625	14.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042015	PLANO ESTRATEGICO DE NEGÓCIOS	4	4	183	205	510555438	TALENTGADGET - ASSISTÊNCIA INFORMÁTICA, LDA	7.000	5.250	5.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042052	ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICA-FINANCEIRA E PLANO DE MARKETING E COMERCIAL	4	4	182	205	510856110	CAPRICHOS SEM FRONTEIRAS - UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042152	KIT PHARMA ? PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	184	205	510873111	KOTM PHARMA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042183	CONSULTORIA DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO VBB SUNGLASSES	4	4	184	205	510879500	VBB, LDA	20.205	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042236	PLATAFORMA DIGITAL PARA DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE PAPELARIA	4	4	185	205	510773826	CATIA CONDESSO MENDES, UNIP, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042244	GENTA DA MINHA TERRA 'ON-LINE	4	4	183	205	510640168	GENTE DA MINHA TERRA, UNIPessoal, LDA	15.440	11.580	11.580	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042258	BSC EBORTECNO	4	4	183	205	510680631	EBORTECNO, LDA	15.200	11.400	11.400	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042262	CRIAÇÃO DA VANGUARDABSOLUTA WEB ? PLATAFORMA DIGITAL	4	4	183	205	510846319	VANGUARDABSOLUTA - UNIPessoal, LDA	20.090	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042274	CLEVERMERIDIAN - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4	4	185	205	510848613	CLEVERMERIDIAN UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042279	BAUPRIME - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	4	4	185	205	510814620	BAUPRIME, UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042305	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA ELETRONICA DA PARCELMIX	4	4	185	205	510585469	PARCELMIX, LDA	18.280	13.710	13.710	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042312	PLANO DE MARKETING E DE DINAMIZAÇÃO COMERCIAL	4	4	183	205	510875521	ECOSPOL - GESTÃO DE RESÍDUOS, LDA	6.400	4.800	4.800	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042325	CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	185	205	510683690	RIBACONNECT, LDA	19.800	14.850	14.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042380	WATERSTATE - COMUNICAÇÃO DIGITAL	4	4	185	205	510811955	WATERSTATE, UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042414	AValiação das potencialidades de utilização de resíduos e subprodutos agroindustriais como substrato para o crescimento de cogumelos gourmet prontos-a-crescer.	4	4	185	205	510130640	GUMELO, LDA	14.500	10.875	10.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042471	IMPLEMENTAÇÃO DE PRESEÇA NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510692176	RIBASPEED, UNIPessoal, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042491	IMPLEMENTAÇÃO DE PRESEÇA NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510805957	MAKEOFFICE - EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS DE ESCRITÓRIO, UNIPessoal, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042564	ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	181	205	510859119	NARRATIVAS AVENTURAS, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042565	ESK - ENERGY SAVING KIT	4	4	181	205	510871739	ENERGETOUCH, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042566	IMPLEMENTAÇÃO DE WEBSITE	4	4	185	205	510804632	SCALDRIVE, LDA	12.500	9.375	9.375	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042596	JOANA VERÍSSIMO - TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO NA INTERNET	4	4	185	205	510810098	JOANA VERÍSSIMO, UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042621	IMPLEMENTAÇÃO DE PRESEÇA NA ECONOMIA DIGITAL	4	4	185	205	510701906	LUDISTONES, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042637	EDGAR MIGUEL VICENTE FONTES - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4	4	181	205	225973421	EDGAR MIGUEL VICENTE FONTE	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042642	ELABORAÇÃO DE PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	185	205	209691786	PEDRO MIGUEL FERREIRA PERALTA GUIMAR	14.500	10.875	10.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042660	ELABORAÇÃO DE WEBSITE	4	4	185	205	510625428	LIBERATO, MORAIS PAULO, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042661	TPCO SOLUTIONS - PLANO DE NEGÓCIOS	4	4	182	205	510602908	TPCO SOLUTIONS, LDA	20.000	15.000	15.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-042682	NARRATIVAS VIVAS UNIP. LDA - OPERADOR TURÍSTICO - PROJETO DE COMERCIALIZAÇÃO E DE MARKETING	4	4	184	205	510716644	NARRATIVAS VIVAS - UNIPessoal, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042744	AZEITAROMA - DESENVOLVIMENTO DE NOVOS AZEITES E AZEITONAS POTENCIADOS E DIFERENCIADOS COM PLANTAS AROMÁTICAS	4	4	183	205	501193154	REGADIA - SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-042763	O SNACK DA VILA - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PORTAL WEB	4	4	181	205	217175090	RUI PEDRO DAS NEVES DIAS	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0202-FEDER-001417	PROTOOL - PROFESSIONAL ADAPTIVE CONTROLLING TOOL	4	9	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORA, SA	181.008	116.295	116.295	0
	ALENT-07-0202-FEDER-007946	TV.COM - TV.COMMUNITY	4	4	183	204	503468681	VIA TECLA, SOLUÇÕES INFORMÁTICAS E COMUNICAÇÕES, SA	687.571	411.913	411.913	0
	ALENT-07-0202-FEDER-011629	GLOBALGEST- DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE GESTÃO VIA WEB	4	4	181	205	508565243	EMIATOMO - PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	33.200	24.900	24.900	0
	ALENT-07-0202-FEDER-013760	MEDIALOC - PLATAFORMA DE LOCALIZAÇÃO EM ESPAÇOS PARA GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4	4		205	508660513	MODIPLACE, LDA	549.155	407.604	383.024	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018416	DLMF DIAMANTADO - DESENVOLVIMENTO DE LINHA DE MÁQUINAS DE CORTE POR MULTI-FIO DIAMANTADO	4	9	183	204	501566066	POEIRAS - MÁQUINAS E FERRAMENTAS, LDA	448.477	201.629	201.629	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018599	ENKI - PLATAFORMA DE SERVIÇOS DE BUSINESS INTELLIGENCE COM INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÃO EXTERNA E INTERFACE DE LINGUAGEM NATURAL	4	9	183	205	509739490	CORTEX INTELLIGENCE TECNOLOGIA, LDA	165.876	89.821	89.821	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018602	BYPHONE - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PARA PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO EM AMBIENTE MÓVEL.	4	4	181	205	508515068	BIN - BUY IT NOW, LDA	408.986	283.216	283.216	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018627	INSPIREBIZ - PLATAFORMA DE ELECTRÓNICA SOA DE SUPORTE A NEGÓCIOS	4	4	185	205	509317006	INSPIRENNOVIT, LDA	609.868	426.908	426.908	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018864	DOMOTICA CENTRALIZADA	4	4	185	205	506487199	SEGURANT, COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELECTRONICOS E DE SEGURANÇA, LDA	33.300	24.975	24.975	0
	ALENT-07-0202-FEDER-019198	TRACK TRACE PARA MEDICINA DENTÁRIA	4	4	185	205	509414320	SIVMV - INVESTIMENTOS, LDA	34.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0202-FEDER-021594	AKAPULCO - AKAPULCO - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE MANEIO E GESTÃO ANIMAL	4	4	182	205	507915615	PEC-PLUS - GESTÃO PECUÁRIA AVANÇADA, LDA	552.746	372.469	372.469	0
	ALENT-07-0202-FEDER-022850	ADENSI - PLATAFORMA AVANÇADA DE SIMULAÇÃO DE GESTÃO EMPRESARIAL	4	4	183	205	509739490	CORTEX INTELLIGENCE TECNOLOGIA, LDA	646.224	484.829	484.829	0
	ALENT-07-0202-FEDER-022942	360 DIGITAL BUSINESS ANALYTICS - PLATAFORMA ONLINE DE BUSINESS ANALYTICS QUE AGREGA MÉTRICAS DE SERVIÇOS WEB 2.0	4	4	185	205	504924907	INESTING - MARKETING TECNOLÓGICO, S.A	286.747	186.271	186.271	0
	ALENT-07-0202-FEDER-024541	TCLAB - IPSCS - NÚCLEO PARA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEIOS DE CULTURA PARA REPROGRAMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DE IPSCS	4	4	183	205	510175996	TCLAB - TECNOLOGIAS CELULARES PARA APLICAÇÃO MÉDICA, UNIPessoal, LDA	527.299	263.649	263.649	0
	ALENT-07-0202-FEDER-024578	COGNITIVEOBJECTS - PLATAFORMA WEB PARA SUPORTE E DESENVOLVIMENTO DE DASHBOARD'S DINÁMICOS PARA REAL TIME BI	4	4	183	204	507246152	CLOSER - CONSULTORIA, LDA	469.539	330.710	330.710	0
	ALENT-07-0202-FEDER-024684	EASYRETRACTOR - AFASTADOR INTRA-ABDOMINAL PARA LAPAROSCOPIA CONVENCIONAL E DE PORTA ÚNICA	4	4	183	205	508651352	ENDOWAVE, UNIPessoal, LDA	272.141	185.457	185.457	0
	ALENT-07-0202-FEDER-024806	SOCIAL2LIFE-5G - SOCIAL NETWORKS BROUGHT TO LIFE THE FIFTH GENERATION	4	4	183	204	507246152	CLOSER - CONSULTORIA, LDA	685.935	365.464	365.464	0
	ALENT-07-0202-FEDER-030116	ELIP - DESENVOLVIMENTO DE BICICLETA DE RODAS ELÍPTICAS	4	4	182	204	504029096	AUTOFORESE PROTECÇÃO ANTI CORROSIVA, LDA	440.413	319.917	319.917	0
	ALENT-07-0202-FEDER-030363	EVM - EVALYZE VOICE MINING	4	4	183	204	507246152	CLOSER - CONSULTORIA, LDA	395.922	306.635	306.635	0
	ALENT-07-0202-FEDER-030369	STONESCAN - NOVA TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO COM RECURSO A SISTEMAS DE VISÃO.	4	4	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORA, SA	253.495	185.763	185.763	0
	ALENT-07-0202-FEDER-034003	GREEN LUX - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÃO MULTIFUNCIONAL PARA A ÁREA DA ILUMINAÇÃO	4	4	181	205	510002455	GREEN WORLD, UNIPessoal, LDA	206.493	141.077	141.077	0
	ALENT-07-0202-FEDER-034039	SIMBODY - SIMULADOR DE PATOLOGIAS PERSONALIZADO DO CORPO-HUMANO	4	4	185	205	508699070	ZONA PARADOXAL, LDA	222.756	136.171	136.171	0
	ALENT-07-0202-FEDER-034043	TREEMOVER - CONSTRUÇÃO DE PROTÓTIPO E ESTUDO DE METODOLOGIA CERTIFICADA ASSOCIADA À TRANSPLANTAÇÃO DE ÁRVORES ADULTAS	4	4	183	205	510588840	MAQUINARTE-INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MÁQUINAS, LDA	697.447	492.612	450.336	0
	ALENT-07-0202-FEDER-038137	DATAPORT - DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA AUTOMÁTICA DE RECONHECIMENTO DE PADRÕES DE CONSUMO	4	4	183	205	510704441	AMRA CONSULTING, LDA	426.390	266.965	266.965	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0202-FEDER-038171	LEDING - INCORPORAÇÃO DA ILUMINAÇÃO LED EM CÂMARAS CLIMÁTICAS PARA A CULTURA DE ESPÉCIES VEGETAIS EM AMBIENTE CONTROLADO	4	4	183	204	501516590	ARALAB - EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E ELECTROMECÂNICA GERAL, LDA	232.253	104.514	104.514	0
	ALENT-07-0202-FEDER-038433	IVO SENSING - INTRODUÇÃO DE NOVAS CAPACIDADES DE SENSORIAMENTO NA PLATAFORMA IVO	4	4	182	205	507880331	ILUSTRATOWN - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, LDA	124.958	56.231	56.231	0
	ALENT-07-0202-FEDER-038604	DELTA ONE THERAPEUTICS	4	4	183	205	510695833	LYMPHACT - LYMPHOCYTE ACTIVATION TECHNOLOGIES, SA	220.397	121.346	121.346	0
	ALENT-07-0202-FEDER-038605	SOBEKATON - SISTEMA SOLAR PARA DESSALINIZAÇÃO/DESCONTAMINAÇÃO DE ÁGUAS E SISTEMA INTEGRADO DE REFRIGERAÇÃO TÉRMICA SOLAR POR VIA DA INTEGRAÇÃO DE UM INOVADOR SISTEMA HÍBRIDO DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA	4	4	183	205	510005044	SUNFISH PORTUGAL, LDA	1.082.427	500.000	500.000	0
	ALENT-07-0202-FEDER-038606	WISED - PLATAFORMA WEB PARA A CRIAÇÃO DE MODELOS DE AVALIAÇÃO MULTICRITÉRIO	4	4	185	204	509478832	LISCONGRO, SA	149.417	85.374	85.374	0
	ALENT-07-0202-FEDER-038618	SMART M - SMART MAIL	4	4	183	204	503468681	VIATECLA, SOLUÇÕES INFORMÁTICAS E COMUNICAÇÕES, SA	515.585	333.488	333.488	0
	ALENT-07-0402-FEDER-004633	FORMULAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO DE COMPOSIÇÃO CERÂMICA	4	9	185	204	508278449	FACERIL - FÁBRICA DE CERÂMICA DO RIBATEJO, SA	6.913	5.184	5.184	0
	ALENT-07-0402-FEDER-004727	DESENVOLVIMENTO DE FATIADORA	4	4	185	204	502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA FERREIRA, LDA	33.333	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0402-FEDER-018796	MICROALTER - MICROFILTRAÇÃO TANGENCIAL NA FILTRAÇÃO DE VINHOS	4	9	182	204	506947769	TERRAS DE ALTER - COMPANHIA DE VINHOS, LDA	23.550	17.663	17.663	0
	ALENT-07-0402-FEDER-019118	PRODUÇÃO DE TRUFAS: VALIDAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA O CULTIVO COMERCIAL DE TUBER BORCHII	4	9	181	205	506549658	MICOFLORA - MICOLOGIA FLORESTAL APLICADA, SA	33.366	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0203-FEDER-000191	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA UNIDADE FÁBRIL PARA FABRICAÇÃO DE LAMINADOS DE FIBRA DE CARBONO	4	9	182	204	507128249	CLEVER REINFORCEMENT IBERICA - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	612.191	336.705	336.705	0
	ALENT-07-0203-FEDER-001056	CRIAÇÃO DE EMPRESA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS	4	9	183	205	508422701	ESTEREOBATO, LDA	1.482.274	963.478	963.478	0
	ALENT-07-0203-FEDER-001153	INTERNACIONAL TOOL-PROCESS RANKING - ITP RANK	4	9	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	146.792	80.736	80.736	0
	ALENT-07-0203-FEDER-002772	TURISMO EQUESTRE NA REGIÃO DO RIBATEJO EM CAVALOS DE RAÇA PURO SANGUE LUSITANO, INTEGRADO NA EMPRESA PROMOTORA EM ARTICULAÇÃO COM A CRIAÇÃO E ENSINO DOS CAVALOS E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE FORRAGENS, EM	4	9	185	205	507925360	COUDELARIA HENRIQUE ABECAZIS, LDA	141.127	91.733	91.733	0
	ALENT-07-0203-FEDER-002785	NOVA UNIDADE FÁBRIL VETLIMA	4	9	185	204	500297096	VETLIMA - SOC. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRO PECUÁRIOS, SA	2.301.415	1.263.192	1.263.192	0
	ALENT-07-0203-FEDER-006918	TTR - TRANSACCIONAL TRACK RECORD	4	9	184	205	508993970	ZUVI NOVA, SA	326.550	244.913	244.913	0
	ALENT-07-0203-FEDER-007686	MELHORIA DOS MÉTODOS DE PRODUÇÃO	4	9	182	205	503411132	PUBLIVITRINA - PUBLICIDADE, LDA	243.000	157.950	157.950	0
	ALENT-07-0203-FEDER-012044	CENTRO HÍPICO COM RESTAURANTE	4	4	183	205	508695678	ESPAÇO EQUESTRE - ANIMAÇÃO TURÍSTICA E ACTIVIDADES HÍPICAS DE ESTREMOZ, LDA	400.000	300.000	300.000	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013251	PLATAFORMA PUMPKIN	4	4	181	205	509300855	PUMPKIN ENTERPRISES - CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	255.566	191.675	191.675	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013281	ACTIVIDADES TURÍSTICAS DESPORTIVAS: AÉREAS E NÁUTICAS	4	9	183	205	506803120	GET HIGH - SERVIÇOS AÉREOS, UNIPESSOAL, LDA	1.635.072	1.226.304	1.226.304	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013624	M-TIC: TECNOLOGIAS PARA A GERAÇÃO MOVEL	4	4	185	205	504642022	ANKIX SYSTEMS, LDA	66.786	51.091	51.091	16.029
	ALENT-07-0203-FEDER-017792	PROJECTO 3W DYNAMICS	4	4	183	205	509695825	3W DYNAMICS, UNIPESSOAL, LDA	376.180	244.517	244.517	0
	ALENT-07-0203-FEDER-019289	PRODUÇÃO DE PRODUTO PIONEIRO NO PAÍS- PECTINAS DE FRUTA UTILIZANDO TECNOLOGIA DE PONTA	4	4	183	205	509722210	PEKTIKOS, LDA	24.407.750	13.424.263	13.424.263	0
	ALENT-07-0203-FEDER-022216	REFORÇO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DA EMPRESA ATRAVÉS DE PROCESSOS INOVADORES, PARA A MELHORIA DE POSICIONAMENTO NO MERCADO	4	9	185	204	504595440	GADSA - ARQUIVO E DEPÓSITO, SA	711.968	462.279	462.279	0
	ALENT-07-0203-FEDER-022541	HOLE19GOLF	4	4	183	205	509866077	STAT TRACK TECHNOLOGIES - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS PARA O DESPORTO, LDA	669.514	502.135	502.135	0
	ALENT-07-0203-FEDER-026633	LINKDCARE	4	4	183	204	509840876	CROUDCARE, SA	916.762	687.572	687.572	0
	ALENT-07-0203-FEDER-026874	RUBIFIL@HEPA - INVESTIMENTO PARA PRODUÇÃO DE FILTROS ABSOLUTOS E FILTROS DE FLUXO LAMINAR HEPA - HIGH EFFICIENCY PARTICULATE AIR	4	4	185	204	503173428	RUBIFIL ? FILTROS PARA AR CONDICIONADO E VENTILAÇÃO, LDA	843.711	632.783	632.783	0
	ALENT-07-0203-FEDER-027043	SILVERDISTANCE - QUALIFICAÇÃO INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181	204	510249205	SILVERDISTANCE - UNIPESSOAL, LDA	445.298	289.444	289.444	0
	ALENT-07-0203-FEDER-027088	ABATABS	4	4	181	205	510228310	SOLID CHOISE - SOLUÇÕES DIGITAIS UNIPESSOAL, LDA	269.026	201.770	201.770	0
	ALENT-07-0203-FEDER-031986	MYGON	4	4	184	205	510005420	MYGON - SERVIÇOS DE COMÉRCIO ELECTRONICO, LDA	277.000	180.050	180.050	0
	ALENT-07-0203-FEDER-032006	METALO-NICHO - ADOÇÃO DE NOVOS PROCESSOS	4	9	183	204	501723943	METALO-NICHO, SA	564.868	367.150	367.150	0
	ALENT-07-0203-FEDER-032067	INSTALAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL	4	4	185	204	509742815	VERTEQUIP - EQUIPAMENTOS E TRABALHOS VERTICAIS, LDA	507.569	337.315	337.315	39.438
	ALENT-07-0203-FEDER-033253	SURFIMPORTUGAL	4	4	181	205	510467539	SUMMERTENDENCY, LDA	141.500	106.125	106.125	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0203-FEDER-033328	AGRONEW - EFICIÊNCIA E ECOLOGIA NA PRODUÇÃO DE NOVOS FERTILIZANTES	4	4	185	205	510257895	ASFERTGLOBAL, LDA	289.548	188.206	188.206	0
	ALENT-07-0203-FEDER-033407	GRAVITYFRONTIER - PERFORMANCE MARKETING	4	4	181	204	510527205	GRAVITYFRONTIER, LDA	411.701	268.356	268.356	4.000
	ALENT-07-0203-FEDER-035922	criação de espaço de ENOTURISMO E ESPAÇO DE EXPOSIÇÃO DE ARTE MODERNA	4	4	184	205	505555654	QUINTA DO QUETZAL - SOC. AGRÍCOLA, LDA	835.520	543.088	543.088	0
	ALENT-07-0203-FEDER-036191	IUNGO SOLAR	4	4	183	205	510669883	IUNGO - ENERGY SOLUTIONS, UNIPESSOAL, LDA	406.540	266.501	266.501	12.000
	ALENT-07-0203-FEDER-038140	INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS PLATAFORMAS WEB ASSOCIADAS À PLATAFORMA-MÃE	4	4	185	205	510120920	NÚCLEONSO - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	460.119	289.077	289.077	22.500
	ALENT-07-0203-FEDER-039225	DYCEGRIA - INOVAÇÃO EM BIODIESEL	4	4	185	205	509359167	DYCEGRIA, EQUIPAMENTOS POOL WELLNESS SPA, LDA	4.723.215	3.073.652	3.073.652	19.000
	ALENT-07-0203-FEDER-039329	criação, comercialização e exportação da PLATAFORMA XTOURMAKER, PLATAFORMA ONLINE B2B NA ÁREA DE TURISMO	4	4	184	205	510804519	WEDELIVERAWESOMEAPPS, LDA	101.250	75.938	75.938	0
	ALENT-07-0203-FEDER-039414	TOPGRID - CONSULTADORIA EM REDES INTELIGENTES	4	4	183	204	510806376	TOPGRID - ENERGY SOLUTIONS, LDA	560.800	364.520	364.520	0
	ALENT-07-0203-FEDER-039461	BIKE IN PORTUGAL	4	4	181	205	510795811	JPTO - BIKE IN PORTUGAL, LDA	251.961	188.971	188.971	0
	ALENT-07-0203-FEDER-039527	WATTGUARD - PRODUÇÃO	4	4	183	205	510609007	WATTGUARD PORTUGAL, SA	403.350	264.240	264.240	11.000
	ALENT-07-0403-FEDER-000664	criação de HOTEL E CENTRO INTERNACIONAL DE ESTÁGIO	4	9	182	205	507215990	AVIZAQUA TEAM CENTER - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	2.829.029	1.555.966	1.555.966	0
	ALENT-07-0403-FEDER-001279	CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL DE 5 ESTRELAS EM VILA VIÇOSA	4	9	183	205	508426952	JARDIMAJESTIC, LDA	6.487.938	4.217.160	4.217.160	0
	ALENT-07-0403-FEDER-002730	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS TÉCNICOS, DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS	4	9	185	204	500150648	J. S. GOUVEIA - METALOMECÂNICA, LDA	315.515	161.158	161.158	0
	ALENT-07-0403-FEDER-003526	ZMAR ECO CAMPING RESORT	4	4	181	205	507642260	MULTIPARQUES A CÉU ABERTO - CAMPISMO E CARAVANISMO EM PARQUES, SA	35.659.104	7.131.821	7.131.821	0
	ALENT-07-0403-FEDER-003699	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS, TÉCNICOS, ENGENHARIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	4	9	185	204	500331251	CÉSAR CASTELÃO FILHOS, LDA	589.457	383.147	383.147	0
	ALENT-07-0403-FEDER-004845	HOTEL RURAL QUINTA DOS BASTOS	4	9	183	205	507741161	QUINTAS DOS BASTOS, LDA	794.619	516.502	516.502	0
	ALENT-07-0403-FEDER-004941	LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS SUSTENTADOS EM MARCA PRÓPRIA	4	9	182	204	501265791	ARMAZENS DE MERCEARIA E AVÍCOLA MARVANEJO, LDA	657.203	427.182	427.182	0
	ALENT-07-0403-FEDER-005135	ALDEAMENTO TURÍSTICO DAS VALADAS - L'AND VINEYARDS	4	4	183	204	505185938	SOUZA CUNHAL - TURISMO SA	6.624.369	4.305.840	4.305.840	0
	ALENT-07-0403-FEDER-005672	EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA EM BENCATEL, CONCELHO DE VILA VIÇOSA.	4	9	183	205	508700000	MARMONGELA, LDA	918.715	689.036	689.036	0
	ALENT-07-0403-FEDER-006891	SOLAR DE SÃO MAMEDE	4	4	182	205	508450373	JARDIM PINTADO - SOC. UNIPESSOAL, LDA	426.883	320.162	320.162	0
	ALENT-07-0403-FEDER-006943	QUINTA VAL D'ORNAS	4	9	182	205	508990297	DESFRUTA A NATUREZA - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	505.417	379.063	379.063	0
	ALENT-07-0403-FEDER-006970	criação da PRIMEIRA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE COMPOSITE SANDWICH PANELS EM PORTUGAL	4	4	185	204	508862434	AQUA HOUSE IBÉRIA, LDA	4.347.880	2.826.122	2.826.122	0
	ALENT-07-0403-FEDER-007574	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS COM VISTA AO REFORÇO DA ACTUAÇÃO COMPETITIVA DA EMPRESA NO MERCADO GLOBAL	4	9	185	204	508092558	PEDRA DE TOQUE - SOC. UNIPESSOAL, LDA	432.488	281.117	281.117	0
	ALENT-07-0403-FEDER-007610	TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE CORTIÇAS PARA FABRICO DE AGLOMERADOS PUROS E COMPOSITOS, EM CORTIÇA, PARA SOLUÇÕES DE ISOLAMENTO, REVESTIMENTO E UNDERLAYMENT REVE	4	4	182	204	508949246	ROBSCORK - VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS DE CORTIÇA, SA	3.703.183	2.407.069	2.407.069	0
	ALENT-07-0403-FEDER-007771	ALUEXPORT	4	9	185	205	504766597	ALU-M - ALUMINIOS E PVC, LDA	242.306	157.499	157.499	0
	ALENT-07-0403-FEDER-008115	DINAMIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO COMERCIAL A LOCALIZAR-SE NO CENTRO HISTÓRICO DE ELVAS	4	4	182	205	503811262	HELENA LAVORES - DECORAÇÃO E ARTESANATO, LDA	299.922	224.942	224.942	0
	ALENT-07-0403-FEDER-008134	ALTERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA PASTELARIA	4	9	182	205	500349401	FARINHAS GUEIFÃO, LDA	32.403	24.302	24.302	0
	ALENT-07-0403-FEDER-011974	HOTEL DE 4 ESTRELAS	4	9	182	204	501415017	SECONFRAL - SOC. DE EMPREITADAS DE COFRAGENS E CONSTRUÇÕES, LDA	1.364.443	1.023.332	1.023.332	0
	ALENT-07-0403-FEDER-012079	MONTE FILIPE - HOTEL E SPA	4	9	182	205	509105777	R.G.LOPES, LDA	3.424.547	2.566.918	2.566.918	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013096	criação e desenvolvimento de NOVO PRODUTO E SERVIÇO - RECICLAGEM DE SLOPS/SLUDGES	4	4	181	204	508816777	ECOSLOPS PORTUGAL, SA	11.322.875	6.227.581	6.227.581	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013109	criação de EMPRESA DOTADA DE RECURSOS FÍSICOS, TÉCNICOS E HUMANOS QUALIFICADOS	4	4	181	205	508580510	DIAS DISTINTOS TURISMO RURAL, LDA	590.103	383.567	383.567	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013112	criação de EMPRESA DOTADA DE RECURSOS FÍSICOS, TÉCNICOS E HUMANOS QUALIFICADOS	4	9	181	205	509188176	LUIS AMARO FIGUEIRA, UNIPESSOAL, LDA	671.995	436.797	436.797	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0403-FEDER-013161	START-UP PARA A PRODUÇÃO DE INOVADORES MEIOS DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA A PARTIR DE MATÉRIA-PRIMA 100% RECICLADA	4	9	182	204	509278361	TRIGNOLÁXIA, LDA	3.822.650	2.484.723	2.484.723	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013266	TAPADA DA MATA ECO-RESORT, HOTEL SPA, 4*	4	9	183	205	506647153	TAPADA DA MATA, INVESTIMENTOS HOTELEIROS E TURÍSTICOS, LDA	4.757.424	3.568.068	3.568.068	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013293	HOTEL RURAL DE 4 ESTRELAS ESTÁBULOS DE SÃO LEONARDO	4	4	183	205	508957516	LUNION, LDA	1.532.783	1.149.587	1.149.587	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013519	CRIAÇÃO DA EMPRESA SIR - SOCIEDADE IBÉRICA DE RENOVACÃO DE BARRICAS	4	4	183	205	509197701	SIR - SOC. IBÉRICA DE RENOVACÃO DE BARRICAS, LDA	117.735	76.528	76.528	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013784	UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS	4	9	183	204	503597155	FRANCISCO PATROCÍNIO - SERVIÇOS PECUÁRIOS, LDA	747.766	486.048	486.048	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017503	CRIAÇÃO DE HOTEL DE 3 ESTRELAS	4	9	184	205	508705207	ALENTREL, SA	1.895.100	1.230.996	1.230.996	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017602	QUINTA DAS CABEÇAS DO REGUENGO	4	4	182	205	504906186	CABEÇAS DO REGUENGO, LDA	1.135.500	851.625	851.625	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017735	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE COMÉRCIO ELECTRÓNICO INOVADORA, DE PROMOÇÃO E VENDA DO DESTINO TURÍSTICO PORTUGAL NOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	9	183	204	509457037	PORTUGALRES, LDA	1.187.289	752.089	752.089	42.692
	ALENT-07-0403-FEDER-017786	LIFECOOLER-TRAVEL.COM: A 1ª ONLINE TRAVEL AGENCY (OTA) DO DESTINO PORTUGAL	4	9	183	204	504731998	SÍTIOS - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA, SA	350.719	224.266	224.266	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017842	HOTEL RURAL TORRE DE PALMA	4	4	182	205	509290817	TORRE DE PALMA, LDA	2.687.978	2.015.984	2.015.984	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017978	PRODUÇÃO DE CARBONATO DE CÁLCIO ULTRA-FINO (CORTES INFERIORES A 5 MICRONS)	4	4	185	204	501150609	VITALIANO ADRIÃO CASINHAS, LDA	2.757.856	1.792.606	1.792.606	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017991	DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DA EMPRESA BLOCO B - MÁRMORES, INERTES E CONSTRUÇÃO, LDA	4	9	183	205	509173160	BLOCO B - MÁRMORES, INERTES E CONSTRUÇÃO, LDA	241.037	180.777	180.777	0
	ALENT-07-0403-FEDER-018060	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA MASTER CARGO	4	9	185	204	507895045	MASTER CARGO - TRANSPORTES UNIPESSOAL, LDA	801.552	336.722	336.722	14.336
	ALENT-07-0403-FEDER-022347	RESORT L'AND RESERVE	4	4	183	205	509232329	LAND RESERVE, SA	21.889.709	14.228.311	14.228.311	0
	ALENT-07-0403-FEDER-022445	REESTRUTURAÇÃO PÁTEO DOS SOLARES	4	4	183	204	503583219	CRIVA - INVESTIMENTO - TURÍSTICO, IMOBILIÁRIO, LDA	1.780.067	1.335.051	1.335.051	0
	ALENT-07-0403-FEDER-024521	STARCORK 2011-2012 - MERCADO EXTERNO	4	9	183	203	505000512	STARCORK, REVESTIMENTOS DE CORTIÇA, LDA	374.560	243.464	243.464	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026535	CRIAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DO CONJUNTO TURÍSTICO SÃO LOURENÇO DO BARROCAL	4	4	183	205	508426472	SÃO LOURENÇO DO BARROCAL - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS, SA	8.695.651	5.652.173	5.652.173	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026563	VITÓRIA HOTEL DESIGN	4	4	183	204	500811229	BERNARDINO A CABEÇA, SA	2.547.719	1.910.789	1.910.789	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026675	CRIAÇÃO DE UM OPERADOR TURÍSTICO ONLINE	4	4	184	204	509841813	AMO VIAGENS, SA	312.943	234.707	234.707	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026782	HOTEL JOSÉ RÉGIO	4	4	182	205	508375827	LUSAGRADES HOTTELS - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	1.770.805	1.328.104	1.328.104	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026855	GLOWOOD INVEST	4	4	181	204	509858961	GLOWOOD - INDÚSTRIA SA	5.323.180	2.927.749	2.927.749	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026860	REQUALIFICAÇÃO DE EMPREENHIMENTO, EQUIPAMENTO E SERVIÇOS POR VIA DA INTRODUÇÃO DE FACTORES DE INOVAÇÃO	4	4	183	204	500926239	SIVO, SOC. IMOBILIÁRIA DA VARZEA DA OURADA, LDA	448.784	336.588	336.588	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026894	IMPROVE CUT DEVELOPMENT	4	4	185	204	503310867	FRAZÃO - ROCHAS, SA	485.200	363.900	363.900	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027067	EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁRMORES PORTUGUESES	4	4	183	205	508630614	GRANOGULI, LDA	1.542.276	1.156.707	1.156.707	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027190	INNOVATIVE WALL	4	4	182	204	501948821	FENESTEVES - PAVIMENTOS E REVESTIMENTOS, LDA	2.437.495	1.596.176	1.596.176	62.958
	ALENT-07-0403-FEDER-031759	CRIAÇÃO DO HOTEL RURAL MONTE DA PROVENÇA 4 ESTRELAS	4	4	182	205	508981859	PROVENTUR, LDA	1.469.018	954.862	954.862	0
	ALENT-07-0403-FEDER-031922	CRIAÇÃO DE HOTEL DE 4 ESTRELAS (HOTEL QUINTA DOS LAGOS)	4	4	181	205	508994853	DOMINANT FORCE, LDA	2.341.224	1.521.796	1.521.796	0
	ALENT-07-0403-FEDER-031936	PRODUÇÃO DE DIESEL POR RECICLAGEM TERMOQUÍMICA DE PLÁSTICOS	4	4	185	205	510239439	FINERTEC FUELS, LDA	2.953.000	1.919.450	1.919.450	0
	ALENT-07-0403-FEDER-031990	LANÇAMENTO DE PRODUTOS PREMIUM PARA NOVOS MERCADOS	4	4	183	204	503154458	NOBLE MINERAL, THE ORIGINAL PORTUGUESE MARBLE, LDA	2.417.834	1.571.592	1.571.592	0
	ALENT-07-0403-FEDER-033345	SIO ? SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA INOVAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO	4	4	185	204	503378291	GEPAK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA	1.940.774	1.261.979	1.261.979	2.539
	ALENT-07-0403-FEDER-033379	INVENTIVE MATERIALS	4	4	185	204	510577512	INVENTIVEMATL, LDA	1.279.534	832.497	832.497	4.267
	ALENT-07-0403-FEDER-035976	TECNOTRONICA 2020	4	4	185	204	500777667	TECNOTRONICA INDUSTRIAS E COMERCIO COMPONENTES, LDA	427.046	277.580	277.580	0
	ALENT-07-0403-FEDER-036025	CRIAÇÃO E LANÇAMENTO NO MERCADO GLOBAL DE UNIDADE DE NEGÓCIO PIONEIRA `PRODELIX`	4	4	182	204	510458815	FUSCHIAFUSION, LDA	11.890.185	6.555.252	6.555.252	50.080
	ALENT-07-0403-FEDER-036064	INOVAÇÃO - PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS LÍQUIDOS DE USO VETERINÁRIO	4	4	185	204	501063110	ZOOPAN PRODUTOS PECUÁRIOS, LDA	483.726	314.422	314.422	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0403-FEDER-039204	INDUSTRIALIZAÇÃO DA FAPACO COM DESLOCALIZAÇÃO DA EMPRESA DE LISBOA PARA A AZAMBUJA, COM A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL TECNOLÓGICAMENTE EVOLUÍDA QUE PERMITIRÁ A FABRICAÇÃO DE NOVOS E I	4	4	185	205	507185447	FAPACO, LDA	744.393	483.855	483.855	0
	ALENT-07-0403-FEDER-039370	CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE PRODUTIVA DE PASTEIS DE NATA CONVENCIONAIS E ULTRACONGELADOS	4	4	181	205	506430677	SANDRE NATA, LDA	450.265	292.672	292.672	0
	ALENT-07-0403-FEDER-039452	CRIAÇÃO DO HOTEL EBORIM 4 ESTRELAS	4	4	183	204	502113928	LUX MUNDI - EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS, LDA	4.840.115	3.146.075	3.146.075	0
	ALENT-07-0403-FEDER-039533	PRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS PERSONALIZADOS DE MAIOR VALOR ACRESCENTADO E ADOÇÃO DE NOVOS PROCESSO PRODUTIVOS	4	4	183	205	504584375	ITALCHRONO-MÁRMORES E GRANITOS, LDA	985.682	640.693	640.693	0
	ALENT-07-0403-FEDER-039584	REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADE HOTELEIRA PARA AUMENTO DE CATEGORIA E CLASSIFICAÇÃO E OFERTA DE SERVIÇOS INOVADORES	4	4	182	204	501993576	SEVER EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	183.959	119.573	119.573	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001742	PROGRAMA INTEGRADO DE ICDT: Novas tecnologias de monitorização do solo e da cultura da vinha para a melhoria da competitividade agrícola do Alentejo	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	185.483	185.483	157.661	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001743	INMOLFARM Inovação Molecular e Descoberta de Fármacos - Novas Estratégias para a Descoberta de Novos Fármacos	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	691.621	691.621	587.878	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001744	PROGRAMA INTEGRADO DE ICDT: A Gestão da Intensidade de Pastoreio face à valorização do Montado como Sistema de Elevado Valor Natural	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	198.388	198.388	168.630	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001754	GenoSuber	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	1.132.423	962.559	962.559	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001755	CIBIO-UE: Biodiversidade e Alterações climáticas - Conservação da Biodiversidade num Mundo em Mudança.	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	1.043.627	1.043.627	887.083	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001756	WaterTreVal	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	178.911	152.074	152.074	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001760	IMAGOS - Innovative Methodologies in Archaeology, Archaeometry and Geophysics - Optimizing Strategies X APOLLO - Archaeological and Physical On-site Laboratory - Lifting Outputs	1	4		109	501201920	Universidade de Evora	1.249.064	1.249.064	1.061.704	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001761	IMAGOS - Innovative Methodologies in Archaeology, Archaeometry and Geophysics - Optimizing Strategies X LARES - Laboratorial Archaeometric and Archaeological Research - Engaging Sciences	1	4		109	501201920	Universidade de Evora	1.255.090	1.255.090	1.066.827	0
	ALENT-07-0324-FEDER-001747	PROGRAMA INTEGRADO DE ICDT: Gestão Integrada da Protecção do Olival Alentejano, contributos para o seu desenvolvimento e implementação	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	125.062	125.062	106.302	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000500	Parque de Ciências de Fronteira	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	97.750	97.750	83.088	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000506	EXPERIMENTA ENERGIA	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	225.787	225.787	191.919	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000530	Casa José Mattoso - Centro de Documentação e de Investigação	1	9	184	214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	24.440	14.664	14.664	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000531	CCVEstremoz CiénciaAlentejo - Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação no Alentejo (CITEAlentejo)	1	4	183	108	504374400	Centro Ciência Viva de Estremoz	839.415	805.838	713.503	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000538	Mina de Ciência - Centro Ciência Viva do Lousal: Inovação, Desenvolvimento e Divulgação	3	4	181	211	504229281	FUNDAÇÃO FRÉDÉRIC VELGE	462.915	393.478	393.478	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000540	TORNAR VISÍVEL O QUE NÃO SE VÊ	1	4	183	217	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	243.486	146.092	146.092	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001549	CCVEstremoz Renova 2011, Exposição Interactiva	3	4	183	108	504374400	Centro Ciência Viva de Estremoz	248.375	238.440	211.119	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001554	AMPERE - Memória Ciência Viva: Arqueologia Mineira e Património Eléctrico como Recursos Educativos	1	4	181	214	509699650	Associação Centro Ciência Viva do Lousal	396.922	396.922	337.384	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001555	ESPAÇO ÁGUA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1	4	183	212	503418811	AJPRA - Associação para o Desenvolvimento Comunitário, Cultural e Educativo	502.141	452.713	401.713	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001567	Museu do Café Delta - Centro de Interpretação, Divulgação Científica e Tecnológica e Promoção Turística	3	4	182	212	508731593	Delta Ciência e Desenvolvimento	5.154.390	3.092.634	3.092.634	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001572	SUBERMAN - Manual de Boas Práticas de Gestão do Montado Para Aves	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	43.542	43.542	37.011	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000017	Implementação de Sistema de Gestão Documental	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	96.745	96.745	82.233	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000229	Operação de Introdução de Tecnologias de Informação para a Disseminação de Informação sobre a Região, para a Melhoria da Gestão de Relacionamento com o Município e para a Modernização dos Processos Adm	1	4		107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	2.646.740	2.646.740	2.117.392	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0726-FEDER-000230	Modernização, qualificação e simplificação do atendimento aos cidadãos	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	1.420.171	1.420.171	1.207.146	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000231	Programa Modernização Administrativa do Baixo Alentejo	1	4	184	107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	1.297.494	1.297.494	1.102.870	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000273	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Santarém	1	4	185	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	1.235.000	1.235.000	1.049.750	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000274	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Campo Maior	1	4	182	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	374.732	374.732	318.522	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000275	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Serpa	1	4	184	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	297.169	297.169	252.594	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000276	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Borba	1	4	183	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	249.403	249.403	211.993	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000334	eBusiness da ARH do Alentejo, I.P.	1	9		101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	404.739	404.739	344.028	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000336	Desenvolvimento da Sociedade de Informação - Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	1	9	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	245.729	245.729	208.870	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000680	eModernização ADRA 2010	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	440.415	440.415	374.353	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000685	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO GOVERNO CIVIL DE EVORA	1	4	183	102	600017311	Governo Civil de Évora	52.801	52.801	44.881	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000689	Reengenharia de Processos na ARSA	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.040.058	1.040.058	884.049	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001054	Projecto de Modernização Administrativa do Município de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	210.032	210.032	178.527	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001080	Modernização Administrativa de Ferreira do Alentejo - SAMA II	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	131.350	131.350	111.647	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001086	Modernização Administrativa - Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	293.201	293.201	249.220	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001090	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - FASE II	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	160.698	160.698	136.593	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001091	Promoção da Inovação Organizacional e de Gestão do Município de Vidigueira	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	224.634	224.634	190.939	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001094	SAMA II - Modernização administrativa do Município de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	437.706	437.706	372.050	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001116	Ribatejo Digital II - 1ª Fase	1	9	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	801.220	801.220	681.037	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001118	Modernização Administrativa	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	523.342	523.342	444.841	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001139	Criação do balcão único, desmaterialização, integração de informação e simplificação organizacional	1	4	184	107	501288120	Município do Alvão	347.346	347.346	295.244	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001142	Modernização Administrativa do Município de Beja - Fase II	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	1.123.514	1.123.514	954.987	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001181	Liberdade para Modernizar	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	1.180.718	1.180.718	1.003.610	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001222	eGOVAC 2010 - Modernização Administrativa	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	592.638	592.638	503.742	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001231	Modernização Administrativa da AMBAAL	1	4	184	107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	119.265	119.265	101.375	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001251	Modernização Administrativa 2 de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	788.391	788.391	670.132	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001281	Governança e Modernização Administrativa	1	4	185	107	506780902	MUNICIPIO DO CARTAXO	389.275	389.275	330.884	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001293	Modernização Administrativa	1	9	185	107	506563774	Município da Golegã	147.477	147.477	125.355	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001403	Modernização Administrativa no Município de Almodôvar - Fase II	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	232.465	232.465	197.595	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001469	Execução, Fiscalização e Homologação de Cartografia e Ortofoto-cartografia à Escala 1:2.000	1	4	184	107	501081216	Município de Barrancos	10.225	10.225	8.692	0
	ALENT-07-0826-FEDER-000981	Modernização Administrativa	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	592.557	592.557	503.673	0
	ALENT-07-0127-FEDER-002151	Centro de Inovação, Divulgação e Promoção do Pão e Doçaria Alentejana	1	4	183	212	502605367	Terras Dentro - Associaçao Para o Desenvolvimento Integrado	136.635	122.972	116.140	0
	ALENT-07-0227-FEDER-001937	Vidigueira - Cidade do Vinho 2013	1	9	184	216	504343084	Vitífrades - Associação de Desenvolvimento Local	530.628	451.034	451.034	0
	ALENT-07-0227-FEDER-001954	Agrocompet - Estratégia para a competitividade do sector agro industrial	1	4	185	215	508708958	Animaforum - Associação Para o Desenvolvimento da Agro- Indústria	292.624	292.624	204.836	0
	ALENT-07-0327-FEDER-002120	FIOS: Fibras Naturais: Inovação e sustentabilidade	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	186.788	130.752	130.752	0
	ALENT-07-0427-FEDER-001931	Recursos Silvestres do Alentejo - da promoção das fileiras à afirmação da região	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	856.890	736.925	728.356	0
	ALENT-07-0427-FEDER-002190	Casas Brancas - Rede de Turismo Criativo	1	4	181	212	505944162	Casas Brancas - Associação de Turismo do Litoral Alentejano e Costa Vicentina	130.722	117.650	111.114	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001514	Projecto integrado de modernização e capacitação do Registo Nacional de Equinos da Fundação Alter Real	1	4	182	211	507860616	Fundação Alter Real	226.774	181.419	181.419	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001520	StarNet-Alentejo : Rede Colaborativa do Alentejo	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	338.025	304.223	287.321	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001762	Concepção e desenvolvimento de um filme turístico promocional sobre o Alentejo	1	9	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	92.234	92.234	78.399	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0727-FEDER-001763	Concepção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alqueva	1	4	183	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	146.302	146.302	124.357	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001764	Promoção Turística do Pólo de Desenvolvimento Turístico de Alqueva	1	4	183	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	52.065	52.065	44.255	0
	ALENT-07-0727-FEDER-002203	SIRAD – Sistema Integrado Regional de Apoio à Decisão	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	200.765	170.650	170.650	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000135	Elaboração de Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção PROVERE da Zona dos Mármore	1	4		107	503956546	Município de Borba	45.000	45.000	38.250	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000136	Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - uma estratégia para as áreas de baixa densidade do Sul de Portugal	1	4		107	506816184	Município de Almodôvar	44.907	44.907	38.171	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000137	Slow Motion: A descoberta do território ao ritmo dos sentidos	1	9		107	501162941	Município de Fronteira	55.841	55.841	47.465	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000144	EneRural - Eficiência Energética e Energias Renováveis em Espaço Rural	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	56.425	56.425	39.498	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000145	Projecto dos Avieiros do Tejo e do Sado	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	30.639	30.639	26.043	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000148	Territorium Uádi Ana	1	4		216	502817585	Rota da Guadiana - Associação de desenvolvimento Integrado	42.723	42.723	29.906	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000160	Acção preparatória-	1	4		103	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	46.963	46.963	39.918	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000439	VALQUIRIA ENXOVAL	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	80.000	80.000	68.000	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000626	Estratégia de Desenvolvimento e Articulação - Área Adjacente à Plataforma Transfronteiriça Elvas - Caia	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	74.330	74.330	63.181	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000657	Carta Desportiva da Lezíria do Tejo	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	74.990	74.990	63.742	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000659	Cartas de Equipamentos Sociais da Lezíria do Tejo	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	86.652	86.652	73.654	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000662	Projecto de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	86.400	86.400	73.440	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000664	Estrutura de Dinamização, Coordenação e Gestão da Parceria	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	499.927	499.927	424.938	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000665	O Desenvolvimento Turístico e a Sustentabilidade no Baixo Guadiana - Uma Análise Prospectiva para o ano de 2025	1	9	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	119.198	71.519	71.519	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000681	Plano de Comunicação para a Dinamização Turística do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	890.934	890.934	757.294	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000682	Alentejo Empreende - Acções de prospecção e promoção do empreendedorismo	1	4	183	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	319.351	271.449	271.449	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000684	Matriz Input-Output da Região Alentejo	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	68.065	68.065	57.855	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000686	INOVICEJA	1	9	184	215	501523227	AGOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	272.875	163.725	163.725	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000691	Estudo do Plano Operacional de Turismo do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	89.400	89.400	75.990	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000717	Acções estratégicas para a Valorização, Promoção e Internacionalização dos recursos silvestres do sul de Portugal	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	1.363.266	1.213.384	1.158.776	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000718	Rede Cultural (Promoção e Valorização de Patrimónios)	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	225.694	225.694	191.840	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000719	Rota dos Recursos Silvestres	1	4	184	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	200.000	170.000	170.000	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000720	Rota dos Sabores - Acções de animação, dinamização e diversificação dos produtos tradicionais qualificados	1	4	182	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	205.641	174.795	174.795	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000722	Rota Vicentina	1	9	181	212	505944162	Casas Brancas - Associação de Turismo do Litoral Alentejano e Costa Vicentina	347.708	347.708	295.552	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000747	DINAMIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E GESTÃO DA EEC O MONTADO DE SOBRO E DA CORTIÇA	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	301.596	301.596	256.356	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000955	Projecto de Dinamização, Coordenação, Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria	1	4	182	107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	330.460	330.460	280.891	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000986	SECRETARIADO TÉCNICO DO PROVERE DA ZONA DOS MÁRMORES	1	4		107	503956546	Município de Borba	311.469	311.469	264.749	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001002	Alentejo - Promoção e marketing Territorial	1	9	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	126.864	126.864	107.834	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001005	Projecto Ancora 10 - A Cultura Avieira a Património Nacional - Gestão, Coordenação e Execução da Estratégia de Eficiência Colectiva	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	403.651	403.651	343.103	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001049	Festival Islâmico de Mértola - Plano Estratégico de Acção	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	329.559	329.559	280.125	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001250	Dinamização, Coordenação e Gestão da Parceria do PROVERE do ALCV	1	4		107	509075541	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	109.989	109.989	93.491	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001474	Estudos prévios de preparação à elaboração do Programa de Acção	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	30.213	30.213	24.170	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001475	Concepção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	1.123.860	1.123.860	955.281	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0827-FEDER-001498	Rede de Informação Turística do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	671.857	671.857	571.079	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001499	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA CORTIÇA NO ALENTEJO	1	4	185	215	510118941	FILCORK - Associação Interprofissional da Fileira da Cortiça	301.353	210.947	210.947	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001502	Promoção e investigação sobre novos produtos no sector extractivo da Zona dos Mármore	1	4	183	105	506035972	EDC MÁRMORES - EMPRESA GESTORA DAS ÁREAS DE DEPOSIÇÃO COMUNS, SA	112.000	78.400	78.400	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001505	MITT - Mediadores para a Inovação e Transferência Tecnológica	1	9	183	212	502605367	Terras Dentro - Associao Para o Desenvolvimento Integrado	77.306	66.210	65.710	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001508	Programa de Valorização da Fileira da Pinha/Pinhão	1	9	185	212	502441895	UNAC - União da Floresta Mediterrânea	110.029	77.020	77.020	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001515	Alentejo Eventos	1	4		103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	390.649	371.116	332.051	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001519	Alentejo INVEST	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	137.237	116.652	116.652	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001521	FloriVal - Valorização da Floresta e do Olival	1	9	184	215	501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	131.498	105.198	105.198	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001526	Dinamização do Montado como Paisagem Cultural	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	476.435	476.435	404.970	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001586	Concepção e desenvolvimento de uma linha de conteúdos de apoio à dinamização do investimento empresarial - PROMOALENTEJO	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	200.000	170.000	170.000	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001593	Elaboração dos programas estratégicos das ARU dos municípios da Lezíria	1	4	185	105	509226426	LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	336.800	336.800	286.280	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001667	O Encontro do Grande Rio do Sul	1	9	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	224.852	179.882	179.882	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001689	7 Maravilhas da Gastronomia	3	4	185	103	508821509	Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa	593.689	593.689	474.951	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001690	Estratégia para o Desenvolvimento e Promoção da Fileira dos Recursos Micológicos no Baixo Alentejo	1	9	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	241.710	193.368	193.368	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001691	Reforço da Promoção do Alentejo nos mercados internacionais	1	4	181	216	506829987	Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo	483.524	483.524	410.995	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001692	Intensificação da Promoção Turística Internacional em Mercados de Elevado Potencial	1	4	181	216	506829987	Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo	1.230.000	1.046.760	1.045.500	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001693	Dinamização e promoção turística dos Parques Temáticos e de outros pólos de animação do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	510.972	510.972	434.326	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001694	Preparação e promoção da candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	421.902	421.902	358.617	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001727	Plano de web-marketing associado à concepção da estratégia de search engine optimization a ser utilizada no portal turístico da Costa Alentejana	1	4	181	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	287.747	287.747	244.585	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001849	Parceria Geoestratégica dos Municípios de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	206.994	206.994	175.945	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001851	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico e do Plano de Marketing Territorial do Concelho de Alvito	1	4	184	107	501288120	Município do Alvito	49.970	49.970	42.475	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001888	ORGANIZAÇÃO, PROMOÇÃO E GESTÃO DA REALIZAÇÃO DO EVENTO "7 MARAVILHAS – PRAIAS DE PORTUGAL®", NA COSTA ALENTEJANA, A 8 DE SETEMBRO DE 2012"	3	4	181	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	760.154	760.154	646.131	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001906	Elaboração dos Programas Estratégicos das ARU dos municípios da Lezíria - 2ª Fase	1	4	185	105	509226426	LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	199.312	199.312	169.415	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001927	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DA LEZÍRIA DO TEJO	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	276.750	276.750	235.238	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001984	Plataforma Alentejo 2020	3	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	412.734	412.734	350.824	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001987	Plano de Promoção 2013-2014 - Ações de Promoção Integrada do Território	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	823.529	823.529	700.000	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001990	Capacitação e Promoção do Complexo Desportivo Rio Maior 2016	1	4	185	105	504748114	Desmor - Empresa Pública Municipal de Gestão Desportiva de Rio Maior	237.542	237.542	201.911	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001992	RADIOgrafias - conhecer, capacitar e empreender no baixo alentejo	1	4	184	216	502817585	Rota do Guadiana - Associação de desenvolvimento Integrado	191.807	134.265	134.265	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001999	VAL - OVIBEJA - Valorização das Fileiras do Azeite e do Vinho, dos Produtos Nacionais e do Regadio	3	4	184	215	501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	327.333	229.133	229.133	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002001	Programa de Eventos Alentejo Tempo para Ser Feliz - 2012-2013	1	4		103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	823.520	823.520	699.992	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002002	Terras Sem Sombra	1	4		212	501182446	Diocese de Beja-Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja	505.459	505.459	429.640	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002110	Plataforma para a Coesão e para a Inovação Social em Évora	4	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	133.104	93.173	93.173	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002116	Promoção da Fileira do Azeite do Alentejo	1	4	184	212	504689240	Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo	164.973	141.877	140.227	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002125	Alentejo - Região Exportadora	1	4	184	103	502149248	Esdime - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL	599.300		509.405	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002128	Candidatura da Cultura Aveíra a Património Nacional	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	331.993	331.993	282.194	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0827-FEDER-002131	ANDANDO	1	4	183	212	503418811	AJPRA - Associação para o Desenvolvimento Comunitário, Cultural e Educativo	190.432	133.302	133.302	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002157	Campanha de Promoção dos Produtos Nicho do Alentejo e Captação de Investimento nos Mercados Internacionais	1	4	181	216	506829987	Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo	705.029	705.029	599.275	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002160	Serviços Integrados para a Consolidação do Parque Tecnológico de Moura: Inovação, Apoio às Empresas, Promoção do Território	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	16.675	14.174	14.174	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002162	Promoção Internacional do CEVALOR e do Sector da Pedra Natural da Região Alentejo	1	4	183	214	502427035	CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industri	224.047	156.833	156.833	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002173	Naturalmente, Alentejo!	1	4	184	105	506888460	Merturis Empresa Municipal de Turismo, E.M.	66.900	62.217	56.865	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002183	FICA	1	4	182	215	510703984	FICA - Associação da Fileira da Carne do Alentejo	91.491	91.491	77.768	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002184	Alentejo para Todos (AL4ALL)	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	769.888	769.888	654.405	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002197	Trienal no Alentejo: Circuitos turísticos de Arte e Gastronomia	1	4		217	510797334	ASPAS E PARÊNTESSES - ASSOCIAÇÃO	160.300	112.210	112.210	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002201	Promoção e Valorização Turística das Manifestações Culturais e Identitárias do Alentejo e do Ribatejo	1	4		103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	684.035	684.035	581.429	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002279	Unidade de Monitorização de Políticas Públicas (UMPP)	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	153.414	153.414	130.402	0
	ALENT-07-0827-FEDER-002316	Mapeamento da radiação solar direta normal no Alentejo/ Definição dos locais de excelência para a instalação de centrais solares de alta concentração	1	4		109	501201920	Universidade de Evora	233.543	233.543	198.512	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000259	Ecocentro Comercial de Moura	1	9	184	215	501069380	Associação Comercial do Distrito de Beja	157.026	94.215	94.215	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000260	Mértola Mercantil	1	9	184	215	501069380	Associação Comercial do Distrito de Beja	232.671	139.603	139.603	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000261	Promoção do comércio e serviços do Centro Histórico de Santiago do Cacém e Quinta do Barroso	1	9	181	215	500878854	Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal	221.261	132.757	132.757	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000668	Melhor Energia	1	4		215	502280336	NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre	196.280	127.582	127.582	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000675	Rede de Apoios ao Investimento e Iniciativa Turística	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	341.299	341.299	290.104	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000688	PromoNegocios - Rede de Animação Empresarial	1	4	182	215	502280336	NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre	447.498	290.874	290.874	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000715	Promoção do Porco de Raça Alentejana	1	9	184	215	502487771	Associação de Criadores de Porco Alentejano	104.180	88.553	72.926	0
	ALENT-07-0128-FEDER-001157	Lezíria do Tejo Empreendedora	1	9	185	215	502280280	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	801.548	801.548	601.161	0
	ALENT-07-0128-FEDER-001981	STONE NETWORK - Natural Stone Cluster Network Alentejo - Promoção da actuação internacional em redes de Excelência	1	4	183	215	508976790	Associação Valorpedra	148.232	111.174	111.174	0
	ALENT-07-0128-FEDER-002020	COOPJOVEM - Programa de Apoio ao Empreendedorismo	1	4		212	509266614	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	559.640	559.640	559.640	0
	ALENT-07-0128-FEDER-002021	Passaporte para o empreendedorismo	1	4		103	501373357	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	947.330	947.330	947.330	0
	ALENT-07-0128-FEDER-002022	Rede de Percepção e Gestão de Negócios do Plano Estratégico Impulso Jovem	1	4		103	510089224	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	259.810	259.810	259.810	0
	ALENT-07-0128-FEDER-002143	NORTE ALENTEJO TOUR - Produzir Conteúdos Promover Experiências	4	4	182	215	502280336	NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre	244.656	183.492	183.492	0
	ALENT-07-0128-FEDER-002195	Inovação e Cooperação no Distrito de Évora	1	4	183	215	501083758	Associação Comercial do Distrito de Évora	113.775	85.331	85.331	0
	ALENT-07-0228-FEDER-001930	Stone Intelligent Tools - Ferramentas para a competitividade inteligente (Valorização e desenvolvimento sustentável das Empresas de Pedra Natural no Alentejo)	1	4	183	214	502427035	CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industri	784.805	588.604	588.604	0
	ALENT-07-0228-FEDER-002034	marble project	1	4		215	500834938	ASSIMAGRA	212.500	159.375	159.375	0
	ALENT-07-0228-FEDER-002179	INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NO SECTOR DA PEDRA NATURAL	1	4	183	214	503943053	ESTER - Associação para a Formação Tec. no Sector das Rochas O. e I.	117.514	88.135	88.135	0
	ALENT-07-0328-FEDER-001558	Relatórios de Sustentabilidade - uma via para a promoção do crescimento e da responsabilidade social das empresas	1	4	182	215	502280336	NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre	176.773	132.579	132.579	0
	ALENT-07-0328-FEDER-001560	infocompete - Sistema Integrado de Informação para PME	1	9	183	214	503943053	ESTER - Associação para a Formação Tec. no Sector das Rochas O. e I.	297.491	223.119	223.119	0
	ALENT-07-0328-FEDER-001982	Recursos de Competitividade	1	4	183	214	503943053	ESTER - Associação para a Formação Tec. no Sector das Rochas O. e I.	179.400	134.550	134.550	0
	ALENT-07-0328-FEDER-002019	Ecosistema Sines (Etapa II) - Rede de Cooperação e Aceleração Empresarial para a Internacionalização	1	4		215	509650449	Associação Empresarial de Sines	125.558	94.169	94.169	0
	ALENT-07-0328-FEDER-002202	INSIDE E - Rede de Cooperação Empresarial do Alentejo Central	4	4	183	215	502280298	NERE AE - Núcleo Empresarial da Região de Evora Associação Empresarial	112.767	84.576	84.576	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000304	Plano de Estímulo ao Mercado Interno Alargado (Portugal e Espanha)	1	9		103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	393.345	393.345	334.343	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000312	Observatório Regional do Turismo do Alentejo	1	4	183	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	1.134.953	1.134.953	964.710	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000674	Alentejo das Gastronómicas Mediterrânicas	1	4	183	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	393.423	385.554	334.409	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000677	Promoção do Turismo Industrial - Rota dos Mármore	1	4		103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	381.777	381.777	324.510	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0428-FEDER-001556	Competitividade e Internacionalização do Porco de Raça Alentejana	1	4	184	215	502487771	Associação de Criadores de Porco Alentejano	207.860	180.838	155.895	0
	ALENT-07-0428-FEDER-001564	Desenvolvimento do Produto Gastronomia e Vinhos - Alentejo Bom Gosto	1	4		103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	1.014.090	1.014.090	861.977	0
	ALENT-07-0428-FEDER-001566	Organização do Congresso GLOBAL STONE CONGRESS 2012	3	9	183	215	508976790	Associação Valorpedra	228.091	171.068	171.068	0
	ALENT-07-0828-FEDER-001943	ALENTEJO 2015 EXPORTAR +	1	4		215	502280301	NERBE/AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral	624.132	468.099	468.099	0
	ALENT-07-0828-FEDER-001958	RibatejoExport - Promover a Competitividade e a Internacionalização das PME	1	4	185	215	502280280	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	470.556	470.556	352.917	0
	ALENT-07-0828-FEDER-002101	Promoção dos Produtos Alimentares derivados do Porco Alentejano	1	4	184	215	502487771	Associação de Criadores de Porco Alentejano	122.833	105.513	92.124	0
	ALENT-07-0828-FEDER-002109	Estratégia de Comunicação para a Região de Alqueva	1	4		215	502280301	NERBE/AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral	255.300	191.475	191.475	0
	ALENT-07-0828-FEDER-002155	InovAgro - Inovação no setor Agro-Industrial	1	4	185	215	508708958	Animaforum - Associação Para o Desenvolvimento da Agro- Indústria	135.425	135.425	101.569	0
	ALENT-07-0828-FEDER-002199	Comércio ConVida	4	4	185	215	50098361	Associação Comercial e Empresarial de Santarém	101.333	76.000	76.000	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001570	LABALENTEJO - Laboratorio de Análises de Azeite e Azeitona do Alentejo	3	4	184	215	501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	385.115	308.092	308.092	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001741	LABORATÓRIO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	3	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	401.079	401.079	340.917	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001790	Laboratório Comunicacional Hipermédia: da Real Life (RL) a Second Life (SL)	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	126.188	126.188	107.260	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001803	Laboratório de Materiais e de Tecnologias de Produção - Upgrade do Laboratório de Ensaios Mecânicos (LEM)	3	4	183	214	502427035	CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industri	94.866	66.406	66.406	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001805	Laboratório de Novas Tecnologias e Produtos da Pedra Natural NEWTECHSTONE	1	4	183	214	502427035	CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industri	260.000	182.000	182.000	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001834	Unidade de Sistemas de Agricultura e Sustentabilidade	3	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	623.453	623.453	529.935	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001860	UnValBio - Unidade de Valorização de Resíduos e Matérias-Primas de Origem Biológica	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	209.100	146.370	146.370	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001867	Unidade da Água e Biogeoquímica Ambiental	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	385.884	385.884	328.002	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001868	MICRAlab	3	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	914.041	914.041	776.935	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001870	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT - SAICT) - IPBeja - Junho de 2012	3	4	184	109	680038671	Instituto Politécnico de Beja	1.263.744	1.263.744	1.074.183	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001871	Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agro-Ambientais	3	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	1.480.682	1.480.682	1.258.580	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001872	Laboratório de materiais e Tecnologias de Produção - Unidade de Inter-operabilidade (Labinterop)	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	113.426	113.426	96.412	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001876	Laboratório de Ciências e Tecnologia da Terra, Atmosfera e Energia (LCTTAE)	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	2.156.001	2.156.001	1.832.601	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001878	Laboratório de Desenvolvimento e Caracterização Físico-Química (LADECA)	3	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	617.507	617.507	524.881	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001879	Laboratório de materiais e Tecnologias de Produção - Unidade LAMEC: Lab. de Automação, Mecânica Experimental e Computacional (LAMEC)	3	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	947.250	947.250	805.163	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001881	Centro de Atendimento Veterinário Escolar/Análises Clínicas Veterinárias	3	4	182	109	600028348	Instituto Politécnico de Portalegre	50.407	50.407	42.846	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001883	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO EM DESPORTO E SAÚDE	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	523.029	523.029	444.575	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001884	CEGMA - Centro de Estudos Geológicos e Mineiros do Alentejo	1	4	184	110	508424780	Laboratório Nacional de Energia e Geologia	739.213	739.213	628.331	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001885	Unidade de Regadio	1	4	184	212	504777181	Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio	68.414	47.890	47.890	0
	ALENT-07-0262-FEDER-002164	UnValHortFrut - Unidade de Valorização de Produtos Hortofrutícolas	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	182.256	154.917	154.917	0
	ALENT-07-0262-FEDER-002193	ACOS-LAB - Laboratorio Veterinários da ACOS	3	4	184	215	501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	192.643	134.850	134.850	0
	ALENT-07-0163-FEDER-000349	Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	3	9	183	107	506805563	Município de Montemor-o-Novo	625.865	625.865	531.985	0
	ALENT-07-0163-FEDER-000896	Empreitada de Construção do Loteamento Industrial de Castelo Cernado - Comenda - Gavião	1	4	182	107	506865517	Município de Gavião	225.527	225.527	191.698	0
	ALENT-07-0163-FEDER-000900	Infraestruturas da Área de Acolhimento Empresarial da Boavista dos Pinheiros	3	4	181	107	505311313	Município de Odemira	679.970	679.970	577.975	0
	ALENT-07-0163-FEDER-001850	Zona Industrial de Redondo - 2ª Fase	3	4	183	107	501834117	Município do Redondo	472.676	472.676	401.774	0
	ALENT-07-0163-FEDER-002097	Centro de Apoio a Microempresas - ZI Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	527.754	527.754	448.591	0
	ALENT-07-0163-FEDER-002118	Centro de Inovação Empresarial de Santarém	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	349.000	296.650	296.650	0
	ALENT-07-0163-FEDER-002219	SIRAE@AC - Sistema Integrado Regional de Acolhimento Empresarial do Alentejo Central	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	624.600	624.600	530.910	0
	ALENT-07-0463-FEDER-000351	Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora	3	4	183	107	504828576	Município de Évora	5.975.152	5.975.152	5.078.879	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0563-FEDER-000559	Obras de urbanização do Espaço Industrial da Vila de Almodôvar	3	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	423.395	423.395	359.885	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000455	Projecto de construção da 1.ª Fase do Parque Empresarial de Cuba	3	4	184	107	500832935	Município de Cuba	1.589.749	1.589.749	1.351.287	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000479	PARQUE EMPRESARIAL DE BARRANCOS - 1.º FASE	3	4	184	107	501081216	Município de Barrancos	1.405.888	1.405.888	1.195.005	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000625	Construção de Pavilhão Industrial (criação de Microempresas) em Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	857.330	857.330	685.864	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000648	Zona Industrial de Sousel 2ª Fase	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	93.274	93.274	79.282	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001027	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL UP1_MOURA	3	4	184	107	502174153	Município de Moura	211.313	211.313	179.616	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001070	Parque Empresarial / Ninho de Empresas	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	791.156	791.156	672.482	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001111	Infra-estruturas e arruamentos de expansão da Zona Industrial de Campo Maior	3	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	502.243	502.243	426.907	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001120	Parque Empresarial e Industrial de Vidigueira (fase I) e Criação de Ninho de Empresas	3	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	1.312.186	1.312.186	1.115.358	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001130	Construção da área de Localização Empresarial/Loteamento Industrial de Santo António das Areias - 1.ª Fase	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	317.150	317.150	269.577	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001178	LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE NISA	3	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1.792.116	1.792.116	1.523.299	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001268	Urbanização e Infra-Estruturação da Zona Industrial do Monte da Barca (ZIMB)	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	409.609	409.609	348.167	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001272	Parque de Negócios do Falcão - Infra-estrutura da Área de Ciência e Tecnologia do ValleyPark	3	4	185	107	506780902	MUNICÍPIO DO CARTAXO	3.150.000	3.150.000	2.677.500	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001467	Expansão e Qualificação do Parque Industrial de Vendas Novas	3	4	183	105	503078727	Soc. Parque Industrial de Vendas Novas-Urbanização, Gestão e Formação Lda	857.656	729.007	729.007	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001471	Eco-Parque do Relvão 2ª Fase	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	1.565.523	1.565.523	1.330.695	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001767	Infraestruturas da Zona Industrial de Fronteira - II Fase	3	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	566.662	566.662	481.663	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001892	Ninho de Empresas de Ponte de Sor	1	4	182	107	506806456	MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR	1.892.086	1.892.086	1.608.273	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001893	Infraestruturas e arruamentos de expansão da zona industrial de Campo Maior fase II	3	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	311.567	311.567	264.832	0
	ALENT-07-0863-FEDER-001905	CIEBAL - Centro de Iniciativas Empresariais do Baixo Alentejo	3	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	1.396.000	1.396.000	1.186.600	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001835	Infraestruturas do Parque Tecnológico de Moura	1	9	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	572.929	572.929	486.990	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001869	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT - SAPCTIEBT) - IPBeja	3	4	184	109	680038671	Instituto Politécnico de Beja	97.528	97.528	82.899	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001873	BioEnergia	1	4	182	109	600028348	Instituto Politécnico de Portalegre	1.775.935	1.775.935	1.509.545	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001874	Candidatura Unica: Governação e Infraestruturas Centrais Comuns, Espaço de Localização de Empresas e Espaços Exteriores do PCTA Évora	3	4	183	216	510055710	PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo SA	3.508.075	3.508.075	2.981.864	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001875	Centro IDEA - Centro de Inovação e Desenvolvimento Económico do Alentejo	3	4	183	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	399.760	339.796	339.796	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001877	Centro de Negócios do Alentejo	3	4	183	215	502280298	NERE AE - Núcleo Empresarial da Região de Évora Associação Empresarial	490.793	343.555	343.555	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001880	Incubadora Brain Link	3	4	183	215	501775501	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	1.026.253	718.377	718.377	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001882	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica	3	4	185	215	504349660	IDERSANT - Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região de Santarém	898.948	629.264	629.264	0
	ALENT-07-0265-FEDER-000508	Modernização dos Sistemas de Aquecimento em Equipamentos Públicos	1	9	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	150.888	150.888	128.255	0
	ALENT-07-0265-FEDER-000693	Renovação do Sistema de Aquecimento de Águas Sanitárias do Campo de Futebol de Castelo de Vide	1	9	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	45.772	45.772	38.906	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001146	Instalação de Sistemas de Energias Renováveis na Piscina Municipal Coberta de Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	86.620	86.620	73.627	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001225	Implementação/Reestruturação de sistemas de aquecimento de equipamentos desportivos - Solar Térmico	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	82.788	82.788	70.370	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001786	Piscina Coberta - Solar Térmico	1	9	183	107	501834117	Município do Redondo	79.394	79.394	67.485	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001844	Beneficiação da Piscina Coberta de Portel - Solar Térmico	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	74.900	74.900	63.665	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000426	UAG de ALPIARÇA	1	4	185	202	503956538	TAGUSGÁS - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	613.908	245.563	245.563	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000463	Desporto Energia	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	83.122	83.122	70.654	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000729	Sistema de Aproveitamento Energético Integrado de Carácter Demonstrativo	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	374.400	318.240	318.240	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000730	STIRLING FOCUS + STORAGE	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	85.000	85.000	72.250	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000875	Instalação de Sistemas de Aquecimento de Águas por Energia Solar em Equipamentos Municipais	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	69.924	69.924	59.435	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0365-FEDER-000954	Instalação de Sistemas de Aquecimento de Águas por Energia Solar em Equipamentos Municipais - Piscina Coberta	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	169.361	169.361	143.957	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000983	Sistema de Aquecimento Solar da Piscina Municipal	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	46.771	46.771	39.755	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001006	Medidas de Eficiência Energética nas Infra-Estruturas Escolares no Concelho de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	90.570	90.570	76.984	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001059	Requalificação e Modernização das Piscinas Municipais de Vidigueira	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	173.715	173.715	147.658	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001112	Implementação de Sistema Solar Térmico para a Piscina e Pavilhão Municipal do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	79.182	79.182	67.305	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001279	Instalação de Sistema solar térmico na Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	1	4	181	212	501111867	Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	36.097	30.683	30.683	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001283	Centro Social Paroquial da Ereira - Sistema Solar Térmico, Iluminação e Vãos Envidraçados	1	4	185	212	501396373	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA EREIRA	34.944	29.703	29.703	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001284	Instalação de Sistema solar termico na CPAM - Casa do Pombal A Mãe	1	9	185	212	504375504	Casa do Pombal - A Mãe	21.968	15.378	15.378	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001286	SCM - Santiago do Cacém Residências	1	4	181	212	501111867	Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	36.097	30.683	30.683	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001294	SCMM - Santa Casa da Misericórdia de Montargil - Sistema Solar Térmico	1	4	182	212	501057137	Santa Casa da Misericórdia de Montargil	33.297	28.303	28.303	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001295	Centro Social e Interparoquial Centro Social e Interparoquial de Santarém Unidade D. António Francisco Lar	1	4	185	212	501529640	Centro Social Interparoquial de Santarém	35.556	30.222	30.222	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001297	Centro Infantil Coronel Sousa Tavares - instalação de Sistema Solar Térmico	1	4	184	212	501400664	Centro Infantil Coroel Sousa Tavares	44.444	37.778	37.778	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001300	Fundação Nossa Senhora da Esperança - Lar do Convento de S. Francisco - Sistema Solar Térmico	1	4	182	211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	40.471	34.400	34.400	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001302	Instalação de Sistema Solar Térmico na Santa Casa da Misericórdia de Mértola	1	9	184	212	501155481	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MERTOLA	57.342	48.740	48.740	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001303	Assoc. de Amigos da Terceira Idade Carreiras	1	4	182	212	501874755	Associação de Amigos da Terceira Idade das Carreiras	41.102	34.937	34.937	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001311	Centro Social e Interparoquial de Santarém Unidade João Arruda Creche, Jardim de Infância, Apoio Domiciliário e Centro de Dia	1	4	185	212	501529640	Centro Social Interparoquial de Santarém	30.556	25.972	25.972	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001313	Fundação Luiza Andaluz - Balneários - Sistema Solar Térmico.	1	9	185	211	500928983	Fundação Luiza Andaluz	19.444	16.528	16.528	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001314	Fundação Luiza Andaluz - Instalação de Sistema Solar Térmico	1	9	185	211	500928983	Fundação Luiza Andaluz	19.449	16.532	16.532	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001317	Casa do Povo de Azinheira de Barros - Iluminação e Sistema Solar Térmico	1	4	181	212	501065210	Casa do Povo de Azinheira dos Barros	21.681	15.177	15.177	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001318	Centro Comunitário do Lousal	1	4	181	212	501065210	Casa do Povo de Azinheira dos Barros	74.180	51.926	51.926	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001319	Centro Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz - Iluminação, Caldeira de condensação, Envolvente passiva.	1	4	185	212	502920939	Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz	17.837	15.162	15.162	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001321	Instalação do Projecto Solar Térmico	1	4	183	212	501195815	Centro Social e Paroquial de Arraiolos	17.835	17.835	15.160	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001326	Racionalização do Uso da Energia na Assoc. de S. S. 25 de Abril de Vendas Novas	1	9	183	212	501905383	Associação de Solidariedade Social 25 de Abril de Vendas Novas	35.055	24.539	24.539	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001329	Energia - Sistema Colectores Solares Térmicos - CSPVP	1	4	185	212	503247456	Centro Social Paroquial Vale Pinta	25.047	25.047	21.290	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001333	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	9	183	212	502901039	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Boa Fé	26.446	22.479	22.479	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001336	Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo - Iluminação, Caldeira de condensação.	1	4	185	212	501118888	Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo	32.422	27.559	27.559	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001342	Eficiência energética no lar HSF	1	4	183	212	500848572	Santa Casa da Misericórdia de Borba	116.785	99.267	99.267	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001344	Fundação INATEL - Edifício S. Paulo-Castelo de Vide	1	4	182	211	500122237	Fundação Inatel	36.345	25.441	25.441	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001345	Fundação INATEL - Edifício Jardim - Castelo de Vide	1	4	182	211	500122237	Fundação Inatel	60.175	42.122	42.122	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001346	Santa Casa da Misericórdia de Serpa	1	4	184	212	500852219	Santa Casa da Misericórdia de Serpa	16.678	14.176	14.176	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001347	Energia em REDE	1	9	184	212	500988552	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntário de Moura	106.200	74.340	74.340	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001348	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	9	185	212	50298563	Centro Social da Freguesia de Moçaria	54.140	37.898	37.898	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001351	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	4	183	212	502673192	Centro Social Paroquial de Torre de Coelheiros	52.540	36.778	36.778	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001352	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	4	182	212	501381724	Santa Casa da Misericórdia de Alegrete	105.515	89.687	89.687	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001688	Eficiência Energética na Iluminação Pública - Concelho Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	316.147	316.147	268.725	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0365-FEDER-001699	Instalação de sistemas de produção de energia térmica e de electricidade para consumo próprio	1	4	183	212	500826277	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão	155.848	109.094	109.094	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001700	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	500969264	Casa do Povo de Alagoa	29.114	20.380	20.380	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001701	Aquisição e instalação de colectores solares térmicos e produção de electricidade para consumo próprio	1	4	183	212	500981825	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alandroal	89.238	62.466	62.466	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001702	Instalação de sistema de produção de electricidade	1	4	183	212	501091750	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Arraiolos	131.610	131.610	111.869	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001703	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	9	185	212	501720081	Centro Social Paroquial de Santo António do Couço	42.326	35.977	35.977	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001704	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	504380974	Centro Social dos Bombeiros de Gavião	25.280	22.803	20.224	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001705	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	9	183	212	501128468	Associação dos Bombeiros Voluntários de Estremoz	16.490	15.006	13.192	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001706	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	9	183	212	501064761	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora	17.958	12.571	12.571	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001707	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	183	212	500976104	ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PORTEL	11.598	8.118	8.118	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001708	Energia - Utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	183	212	501306390	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA VIÇOSA	18.294	12.806	12.806	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001711	Aquisição e instalação de equipamento de produção de electricidade para consumo próprio	1	9	183	212	502577967	Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Igreja	110.264	93.725	93.725	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001713	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	184	212	501422587	Centro Social e Paroquial de Brinches	57.375	40.162	40.162	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001714	Instalação de Sistema Solar Térmico para consumo próprio no Centro Social e Paroquial de Santo António, Lavre.	1	9	183	212	501441450	Centro Social Paroquial de Santo António	41.773	35.507	35.507	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001716	Instalação de Sistema Solar Fotovoltaico na Santa Casa da Misericórdia de Mértola	1	9	184	212	501155481	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÉRTOLA	66.183	56.256	56.256	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001717	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	183	212	501116222	Associação Humanitária - Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz	94.797	66.358	66.358	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001718	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	9	183	212	501091912	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Mora - Cruz Roxa	12.349	8.644	8.644	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001719	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	501091645	Associação dos Bombeiros Voluntários de Elvas	14.255	11.404	11.404	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001721	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	501078533	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sousel	5.949	5.354	4.759	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001722	Instalação de Painéis Fotovoltaicos no Centro de Noite da Santa Casa da Misericórdia de Alcaçovas	1	4	183	212	500960330	Santa Casa Misericórdia Alcaçovas	110.897	94.262	94.262	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001728	Reformulação da Iluminação Pública	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	574.016	574.016	487.914	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001730	SUBSTITUIÇÃO DAS FONTES LUMINOSAS NOS SISTEMAS DE CONTROLO DE TRÁFEGO DE PEÕES POR TECNOLOGIA LED	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	100.653	100.653	85.555	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001732	Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública do Concelho de Almodôvar I	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	25.548	25.548	21.715	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001733	Eficiência Energética na Iluminação Pública no Alentejo Central	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	287.696	287.696	244.542	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001734	ILUPub – Melhoria da Eficiência Energética da Iluminação Pública	1	4	182	107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	1.954.869	1.954.869	1.661.639	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001819	Aquecimento Solar Térmico e Melhoria da Eficiência Energética das Piscinas Municipais no Complexo Desportivo	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	118.455	118.455	100.687	0
	ALENT-07-0765-FEDER-000703	Produção de Águas Quentes com Energia Solar - Pav. Municipal, Estádio Municipal e Piscinas Municipais	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	205.486	205.486	174.663	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0765-FEDER-000992	Equipamentos Sociais Colectivos - Eficácia Energética	1	9	185	107	506563774	Município da Golegã	247.264	247.264	210.174	0
	ALENT-07-0166-FEDER-000882	Implementação de Sistema de Informação Municipal	1	9	184	107	504884620	Município de Beja	267.288	267.288	227.195	0
	ALENT-07-0166-FEDER-001674	Sensibilizar para Integrar	1	4		214	508960134	ALC - Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento	103.358	72.351	72.351	0
	ALENT-07-0166-FEDER-001681	Tudo a Monte	1	9	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	72.356	50.650	50.650	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000201	Operação - Sistema Electrónico de Segurança	1	4		103	600053008	DGEEC - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	2.364.853	2.364.853	2.010.125	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000203	Operação - Escola em Rede	1	4		103	600053008	DGEEC - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	5.560.621	5.560.621	4.726.528	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000369	Operação - Computadores na sala de aula	1	4		103	600053008	DGEEC - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	2.320.443	2.320.443	1.972.376	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000430	Plano Tecnológico para o Ensino Básico - Aquisição de Quadros Interactivos	1	9	185	107	501273433	Município de Almerim	73.490	73.490	62.467	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000482	Quadros Interactivos na Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	63.375	63.375	53.869	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000511	Plano Tecnológico da Educação - Baixo Alentejo	1	9	184	107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	118.910	118.910	101.073	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000512	Apetreçamento Tecnológico de Escolas com 1º Ciclo do Ensino Básico no Distrito de Évora	1	9	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	169.560	169.560	144.126	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000514	Escolas 2.0 - Um Ensino Interactivo	1	9	182	107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	77.362	77.362	65.758	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000619	Aquisição de Quadros Interactivos para a EB1 de Golegã e EB1 de Azinhaga	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	22.960	22.960	19.516	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000630	Espaço Internet de Vila Verde de Ficalho	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	70.487	70.487	59.914	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000725	Plano Tecnológico para o Ensino Básico	1	9	185	107	506821480	Município de Azambuja	89.700	89.700	76.245	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000878	Modernização de Processos e Serviços da Biblioteca Municipal de Ourique	1	9	184	107	506876330	Município de Ourique	79.839	79.839	67.863	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000879	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento à distância de um toque - IIFA	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	188.678	188.678	160.376	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000884	BEJA FORA DE PORTAS	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	228.280	228.280	194.038	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000885	O PORTALEGRE DIGITAL AO SERVIÇO DA PROMOÇÃO E MASSIFICAÇÃO DOS CONTEÚDOS E DA LITERACIA DIGITAL	1	4	182	216	505234580	Associação Para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital	517.963	362.574	362.574	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000982	Quadros Interactivos para Escolas do 1º Ciclo	1	9	185	107	505941350	Município de Santarém	372.756	372.756	316.843	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000999	Aquisição de Quadros Interactivos e Equipamentos Acessórios EB1's do Concelho da Chamusca e Centro de Recursos Educativos	1	9	185	107	501305564	Município de Chamusca	48.482	48.482	41.210	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001029	Quadros Interactivos	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	82.575	82.575	70.189	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001259	Quadros Interactivos	1	9	185	107	506678056	Município de Benavente	90.635	90.635	77.040	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001269	E-Ferreir@	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	42.926	42.926	36.487	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001495	Infraestruturas TIC - Itinerância do Posto Móvel de Acesso à Internet	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	70.330	70.330	59.781	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001496	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	1	4	181	212	509067336	ASSOCIAÇÃO PROSAS , PROJECTO SÉNIOR DE ARTES E SABERES DE SINES	6.285	5.091	4.400	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001500	3ª Edição do projecto A Escola e o Rio - Educação Digital	1	4	183	212	503901490	Oficinas do Convento - associação cultural de arte e comunicação	12.900	12.900	9.881	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001501	Candidatura Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	1	4	181	214	508960134	ALC - Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento	38.141	26.699	26.699	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001504	LOGin - Localidades Rurais On-line	1	4	183	212	502605367	Terras Dentro - Associaçao Para o Desenvolvimento Integrado	60.959	57.302	48.767	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001513	DO CAMINHO	1	4	184	212	503581909	arte pública - Associação Artes Performativas de Beja	275.937	193.156	193.156	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001517	APORTAR SINES - Plataforma Multimédia de preservação da memória, descoberta do presente e projecção do futuro	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	281.461	281.461	239.242	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001522	À Descoberta de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	137.760	137.760	117.096	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001671	COMINGUA - Plataforma Digital de Conhecimento e Comunidade de Investigadores da Bacia Hidrográfica Portuguesa do Rio Guadiana	1	9		217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	188.408	131.885	131.885	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001687	Alentejo Sustentavel	1	4	183	217	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	195.885	137.119	137.119	0
EP 2 - Valorização do Espaço Regional									236.162.458	234.860.534	189.681.114	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000280	Entre Loendros e Águas Santas - Requalificação Ambiental e Paisagística da Ribeira de Oeiras - Água Santa da Herdade	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	39.300	39.300	23.580	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000283	Mosaicos Mediterrânicos: Modelo de Resiliência dos Ecossistemas Mediterrânicos	1	9	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	390.961	390.961	234.577	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000286	Avaliação e mitigação da tuberculose bovina em herbívoros selvagens na região Moura-Barrancos	1	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	300.488	300.488	180.293	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0230-FEDER-000290	Requalificação e Valorização do Centro de Interpretação Subterrâneo - Algar do Pena, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	3	4	185	103	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	108.222	108.222	91.988	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000292	Valorização da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha	1	4	181	103	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	231.713	231.713	196.956	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000293	TRILHOS - Visitação e Conservação no Vale do Guadiana	1	4	184	211	507080769	Fundação Serrão Martins	156.463	156.463	93.878	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000732	Rede de Percursos, Promoção e Divulgação das Áreas Classificadas do Alto Alentejo	1	4	182	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	302.668	302.668	257.268	0
	ALENT-08-0230-FEDER-001064	Centro de Interpretação Ambiental do Gameiro	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	305.714	305.714	259.857	0
	ALENT-08-0230-FEDER-001842	Centro de Interpretação da Natureza e do Montado	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	433.049	433.049	368.092	0
	ALENT-08-0230-FEDER-002167	Alentejo Feel Nature-Rede de percursos em natureza	1	4		107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	635.608	635.608	540.266	0
	ALENT-08-0530-FEDER-000515	Rede de Corredores Ecológicos de S. Mamede	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	380.475	380.475	323.404	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000197	Ações Demonstrativas de Reabilitação Ecológica em Linhas de Água Mediterrâneas	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	42.000	42.000	25.200	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000199	Conservar a biodiversidade da ribeira do Vascão sob um novo olhar	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	132.097	132.097	79.258	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000200	Valorização ambiental dos recursos hídricos do Município de Santarém	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	442.495	442.495	376.121	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000202	Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Ambiental do Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	276.000	276.000	234.600	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000209	Elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana	1	4		101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente,I.P.	2.136.852	2.136.852	1.816.325	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000213	Reconstrução da Cascata do Mouchão Parque, em Pernes	1	4	185	101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente,I.P.	914.103	914.103	776.988	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000215	Ações de Reabilitação, Sensibilização e Educação Ambiental no Concelho de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	141.490	141.490	113.192	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000218	Ambisul/UE	1	4		109	501201920	Universidade de Évora	249.156	249.156	149.493	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000220	Elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo	1	4		103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	1.681.250	1.681.250	1.429.063	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000224	Valorização e Qualificação Ambiental da Serra d'Ossa	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	70.000	70.000	59.500	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000328	Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo	1	4	185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	54.810	54.810	46.589	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000330	Ações de Gestão e Valorização de Albufeiras	1	4		101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente,I.P.	162.036	162.036	137.731	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000331	Implementação do Centro Operativo de Monitorização de Recursos Hídricos da ARH do Alentejo I.P	1	4		101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente,I.P.	415.874	415.874	353.492	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000332	Consolidação e Extensão do Processo de Acreditação do Laboratório de Águas da ARH do Alentejo I.P.	1	4		101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente,I.P.	461.209	461.209	392.028	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000335	Vala das Braquenizes e Zona envolvente - Reabilitação e Requalificação	1	4	185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	294.080	294.080	249.968	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000629	ACUDE DO RIO SORRAIA	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	2.469.902	2.469.902	2.099.416	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000745	Gestão de Recursos Hídricos - Barragem do Zambujo	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	88.680	88.680	75.378	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000765	Regularização e Revitalização Ambiental dos Troços das Bacias Hidrográficas da Vala do Chouto, Ribeira da Gamelinha Chamusca e Vala da Várzea - Vale de Cavalos	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	427.501	427.501	363.376	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000803	Limpeza Desobstrução do Rio Sado no Troço São Romão - Vale de Guiso	1	9	181	216	500032157	Associação de Beneficiários do Vale do Sado	250.273	250.273	175.191	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000808	Reabilitação da Ribeira do Poço dos Frangos	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	380.741	380.741	323.630	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000822	Requalificação do Laboratório de Águas Municipal	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	308.829	308.829	262.504	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000853	Execução da Altimetria e Hidrografia à escala 1:10.000 para a Lezíria do Tejo	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	126.000	126.000	107.100	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000872	Intervenção de Requalificação da Albufeira do Monte Novo - Remoção do Depósito de Lamas	1	4	183	105	506306143	Águas do Centro Alentejo, SA	399.000	399.000	319.200	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000898	Sistema de Valorização das Águas das Piscinas Municipais	1	9	185	107	506722422	Município de Coruche	240.635	240.635	204.540	0
	ALENT-08-0131-FEDER-001073	Estudo hidrogeológico e definição dos perímetros de protecção das captações de águas subterrâneas	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	27.514	27.514	23.387	0
	ALENT-08-0131-FEDER-001383	Sinalização de Segurança das Albufeiras Integradas no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	1	9		105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	332.775	332.775	199.665	0
	ALENT-08-0131-FEDER-002059	Reabilitação de Linhas de Água no Subsistema de Rega do Ardila	1	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	190.000	190.000	142.500	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000006	Educação Ambiental e Cidadania - um plano integrado para o Vale do Guadiana	1	9	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	64.340	64.340	38.604	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0231-FEDER-000008	Caracterização e Valorização Ambiental dos Recursos Geológicos, Hidrogeológicos, Minerais e Hidrominerais do Concelho de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	204.979	204.979	174.232	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000036	Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo	1	9	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	21.000	21.000	17.850	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000196	Elaboração e Implementação da Agenda 21 Local no Alentejo Central	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	494.291	494.291	420.147	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000204	Contributos para a Identificação da procura social das paisagens do Alentejo	1	4		109	501201920	Universidade de Evora	84.200	84.200	71.570	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000205	Ecomedbirds	1	4		109	501201920	Universidade de Evora	162.675	162.675	138.274	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000207	NISA ECOEFICIENTE	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	261.334	261.334	222.134	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000210	Distribuição do Coelho-bravo no Vale do Guadiana - uma ferramenta de gestão e conservação	1	4	184	103	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	21.202	21.202	18.022	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000214	FALCOARIA DA COUDELARIA ALTER - Conservar Educar	1	4	182	211	507860616	Fundação Alter Real	336.000	336.000	201.600	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000217	Estudo para Resolução da Problemática das Aves no Aterro Sanitário Intermunicipal do Distrito de Evora	1	9		107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	49.720	49.720	42.262	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000219	Norte Alentejo Sustentável	1	4		216	505839067	Areanatejo- Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	201.486	201.486	120.892	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000223	Conservação e reforço populacional do Francelho (Falco naumanni) na região de Evora.	1	4	183	217	501604693	Liga para a Protecção da Natureza	239.594	239.594	143.756	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000329	Valorização e Qualificação do Habitat do lince ibérico no Alentejo	1	4	184	103	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	112.924	112.924	95.986	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000333	Reabilitação e Apetrechamento de Edifícios para Valorização e Qualificação Ambiental - 1ª Fase: Estações de Monitorização do Ar de Santiago do Cacém e de Monte Chãos em Sines, Alentejo Litoral	1	4		102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	150.000	150.000	90.000	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000580	Ferreira Sustentável - Energia	1	4	184	110	507006127	Centro de Estudos e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Beja - Vasco da Gama	162.648	162.648	97.589	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000582	Estação Biológica do Garducho - 2ª Fase	3	4	183	217	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	187.070	187.070	112.242	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000628	Agenda 21 Local de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	70.285	70.285	59.742	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000698	Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Mora	1	9	183	107	501129103	Município de Mora	20.457	20.457	17.389	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000758	Ampliação do Fluvial de Mora	3	4	183	107	501129103	Município de Mora	514.939	514.939	437.698	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000776	Aldeias do Sul, Aldeias de Sol: Requalificação Urbana e Ambiental no Ervedal	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	257.211	257.211	218.629	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000787	Aldeias do Sul, Aldeias de Sol: Requalificação Urbana e Ambiental em Benavila	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	287.295	287.295	244.200	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000812	Valorização e Requalização Ambiental do Campo Experimental de Vale Formoso	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	116.850	116.850	70.110	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000814	DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA AMBIENTAL DO ALENTEJO CENTRAL (SMIGA_AC)	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	499.784	499.784	424.816	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000820	Estratégia para a Conservação e Valorização de Ilhas e Penínsulas de Alqueva	1	4		105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	339.459	339.459	203.675	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000828	Dispositivo de Passagem para Peixes da Barragem de Pedrógão	1	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	256.849	256.849	154.109	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000835	Diversidade e abundância de mamíferos na Companhia das Lezírias - resposta ao multi-uso e às práticas de gestão	1	4	185	105	500068054	Companhia das Lezírias, S.A.	266.512	266.512	159.907	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000841	Centro Interpretativo da Identidade Local	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	592.082	592.082	503.270	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000843	Construção de uma piscina na Esperança	3	4	182	107	501155996	Município de Arronches	265.974	265.974	226.078	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000874	Avaliação, Monitorização e Qualificação Ambiental	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	79.099	79.099	67.234	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001051	Agenda 21 Local de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	142.516	142.516	121.138	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001060	Requalificação, Recuperação e Reconhecimento das Margens do Rio Sever	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	916.667	916.667	779.167	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001177	Reabilitação de acessos ao plano de água da albufeira de Alqueva em Juromenha	1	9	183	107	506772527	Município de Alandroal	146.294	146.294	124.350	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001248	Requalificação da Zona da Fateixa - Benavente	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	186.079	186.079	158.167	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001258	PAMEFA - Plano de Acção Municipal para a Energia	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	99.150	99.150	84.278	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001276	Reordenamento Urbano Rua 25 de Abril (Maçussa)	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	430.360	430.360	365.806	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001277	Reordenamento Urbano Avenida 25 de Dezembro (Casais de Vale Brejo)	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	381.600	381.600	324.360	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001278	Anfiteatro Municipal e Arranjos Exteriores	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	763.311	763.311	571.287	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0231-FEDER-001282	ZONA VERDE DO LARANJAL EM MONTARGIL	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	427.578	427.578	228.652	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001328	PEGADA GEOLOGICA NO JARDIM PUBLICO DE BEJA	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	33.272	33.272	28.281	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001455	Elaboração da Agenda 21 Local e Bases Estratégicas de Desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo	1	9	183	107	506151174	Município de Viana do Alentejo	64.942	64.942	55.201	0
	ALENT-08-0231-FEDER-002062	Património em Rede no Desenvolvimento Sustentável	1	4	181	107	509075541	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	531.889	531.889	452.106	0
	ALENT-08-0231-FEDER-002106	Melhorias no CAT do Cantinho dos Animais	1	4	183	212	501972412	Cantinho dos Animais	10.999	10.999	8.249	0
	ALENT-08-0231-FEDER-002178	Valorização das actividades associadas aos valores naturais de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	92.865	92.865	78.935	0
	ALENT-08-0431-FEDER-000829	Silvestres- Sensibilização e valorização dos recursos Silvestres Endógenos	3	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	92.160	92.160	78.336	0
	ALENT-08-0431-FEDER-001382	Construção Sustentável	1	4	183	212	502605367	Terras Dentro - Associao Para o Desenvolvimento Integrado	66.174	39.704	39.704	0
	ALENT-08-0431-FEDER-002166	"Plano de Monitorização Ambiental da Zona Industrial e Logística de Sines (PMAZILS)"	1	4	181	105	503580929	aicep Global Parques, Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA	470.024	470.024	352.518	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000757	Requalificação e Desenvolvimento de Arés / Aquisição de Equipamentos para o Novo Balneário Termal	3	4	182	107	506612287	Município de Nisa	901.168	901.168	499.968	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000760	Enquadramento Paisagístico do Novo Balneário Termal	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1.333.375	1.333.375	300.009	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000777	Requalificação Urbana do Bairro Novo da Portagem	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	438.071	438.071	372.361	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000778	Requalificação Paisagística do Largo da Choça e antigo Parque Infantil	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	76.535	76.535	65.055	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000779	Educar para os valores naturais do Vale do Guadiana	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	122.237	122.237	73.342	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000791	Arranjo Urbano do Largo da Eira da Lagoa em Colos	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	598.051	598.051	508.223	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000801	VARUP - Valorização Ambiental e Requalificação Urbano-Funcional de Alfundão	3	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	305.827	305.827	259.953	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000804	Pavimentação de Arruamentos em Corte Sines	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	713.684	713.684	499.579	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000806	Pavimentação de Arruamentos em Penedos	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	416.940	416.940	300.405	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000809	Qualificação de S. Francisco	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	415.831	415.831	353.456	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000816	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM AMARELEJA	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	347.660	347.660	295.511	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000819	REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE VALE DE JUNCOS	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	571.423	571.423	485.710	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000825	Execução de arranjos exteriores da Urbanização Vale Bispo - 1ª fase, na Barrosa	1	9	185	107	506676056	Município de Benavente	208.063	208.063	176.854	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000827	Programa de Valorização Ambiental e Urbanística de Aldeia de Ruins e Olhas	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	246.755	246.755	209.742	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000832	REGENERAÇÃO URBANA DA ZONA HISTORICA DE MESSEJANA - FASE I	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	454.123	454.123	363.299	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000833	Requalificação urbana e ambiental do Carregueiro	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	308.098	308.098	261.883	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000836	VALORIZAÇÃO DE ESPAÇO RURAL NA FREGUESIA DE RAPOSA	1	9	185	107	501273433	Município de Almeirim	39.158	39.158	33.284	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000837	VALORIZAÇÃO DE ESPAÇO RURAL EM FAZENDAS DE ALMEIRIM	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	271.786	271.786	231.018	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000838	Requalificação de Troço da Ribeira de Santana	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	230.446	230.446	195.879	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000845	Operação Integrada de Qualificação do Centro Histórico de Entradas	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	426.900	426.900	362.865	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000851	Requalificação Urbana da Aldeia da Serra d' Ossa - 2ª Fase	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	282.142	282.142	239.821	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000854	Arranjo Urbanístico do Rossio de Muge/Requalificação da Vala do Rio Muge	1	4	185	107	506755150	MUNICIPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	887.627	887.627	599.947	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000855	Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	245.284	245.284	208.491	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000857	Zona Verde de Lazer do Rossio de Cima (Montoiito)	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	159.036	159.036	135.180	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000870	SerAgenda Alqueva - Criação de Reserva Dark Sky	1	4		212	508060346	Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo	791.136	791.136	474.682	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001306	Pavimentação e Repavimentação no Rosário	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	108.328	108.328	92.079	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001307	Requalificação Urbanística e Repavimentação de Arruamentos em Gomes Aires	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	299.366	299.366	254.461	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001309	Repavimentação em Corte Figueira Mendonça, Monte João Silvestre e Almeijafra	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	271.663	271.663	230.913	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001358	Qualificação Urbana do Aglomerado de Cunheira	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	290.816	290.816	247.194	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001359	Levantamentos Topográficos no Concelho do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	90.528	90.528	76.949	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001360	Qualificação Urbana e Valorização de Espaços Públicos em Marmelar	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	70.678	70.678	60.076	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001361	REQUALIFICAÇÃO URBANA DE MONTES VELHOS	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	226.907	226.907	174.719	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001364	Beneficiação do Largo do Rio da Fonte em Pontével	1	4	185	107	506780902	MUNICIPIO DO CARTAXO	146.766	146.766	124.751	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0531-FEDER-001366	Revitalização Ambiental da Aldeia de Flor da Rosa	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	794.425	794.425	675.261	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001369	Qualificação Urbana do Aglomerado de Seda	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	426.858	426.858	362.830	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001373	Requalificação da Zona Envolvente ao Campo de Futebol dos Foros da Fonte Seca	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	67.456	67.456	57.337	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001374	Qualificação do Largo da Liberdade - Branca	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	170.113	170.113	144.596	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001375	Requalificação de Pequenos Aglomerados do Concelho Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	306.558	306.558	260.574	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001377	Qualificação da E.M. 515 - Troço Junta da Freguesia / Rua Santo António - Biscainho	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	181.208	181.208	154.027	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001378	Requalificação da Circulação Pedonal em Aldeias de Montoito	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	67.723	67.723	57.565	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001388	Regeneração Urbana da Parcela I do Lousal - L7 Bairro dos Quarteis	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	250.101	250.101	212.586	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001389	Regeneração Urbana da Parcela I do Lousal - L5 Bairro de São Jorge	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	69.263	69.263	58.873	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001390	Regeneração Urbana do Carvalhal / Lagoas - L2 Lagoa Travessa	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	182.466	182.466	155.096	0
	ALENT-08-0531-FEDER-002336	Bloco de Moura Gravítico	3	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	7.639.556	7.639.556	6.493.623	0
	ALENT-08-0531-FEDER-002337	Blocos de Beringel e Álamo	3	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	8.899.431	8.899.431	7.564.516	0
	ALENT-08-0531-FEDER-002338	Blocos 1 e 2 de São Matias	3	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	11.534.317	11.534.317	9.804.170	0
	ALENT-08-0531-FEDER-002339	Blocos 3 e 4 de São Matias	3	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	18.637.721	18.637.721	15.842.063	0
	ALENT-08-0531-FEDER-002340	Bloco de Plas	3	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	25.063.197	25.063.197	21.303.718	0
	ALENT-08-0531-FEDER-002341	Blocos de Barras, Torrão e Baronia Baixo	3	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	8.094.689	8.094.689	6.880.486	0
	ALENT-08-0232-FEDER-000018	Plano de Intervenções da UOPG da Galé Fontainhas	1	4	181	101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	47.726	47.726	40.567	0
	ALENT-08-0232-FEDER-000307	PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DA LAGOA DE MELIDES (3ª Fase)	1	4	181	101	510306624	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.	129.047	129.047	109.690	0
	ALENT-08-0232-FEDER-000733	Implantação de Passadiços de Praia - UNOP2, Tróia	1	4	181	105	505263963	INFRA-ESTRUTURAS DE TRÓIA, E.M.	94.933	94.933	80.693	0
	ALENT-08-0232-FEDER-001945	Conservação e Valorização do Litoral Alentejano no concelho de Odemira	1	4	181	105	509264514	Polis Litoral Sudoeste	2.614.376	2.614.376	1.830.063	0
	ALENT-08-0437-FEDER-000282	BOMBEIROS (DE) TODOS NÓS!	1	4	184	101	600014665	Secretaria Geral do MAI	86.052	86.052	73.144	0
	ALENT-08-0437-FEDER-000707	PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA PARA O BAIXO ALENTEJO	1	4	184	107	509761534	Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	591.273	591.273	502.582	0
	ALENT-08-0437-FEDER-000932	Elaboração do Plano de Emergência Municipal de Protecção Civil	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	17.504	17.504	14.878	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001036	Plano Municipal de Emergência do Concelho de Portalegre	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	73.800	73.800	62.730	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001044	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	20.825	20.825	17.701	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001097	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Monforte	1	9	182	107	506873412	Município de Monforte	9.680	9.680	8.228	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001202	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Évora	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	23.925	23.925	20.336	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001450	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Vendas Novas	1	4	183	107	501177256	Município de Vendas Novas	20.295	20.295	17.251	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001452	Elaboração do Plano Municipal de Emergência	1	9	183	107	501206639	Município de Mourão	10.640	10.640	9.044	0
	ALENT-08-0247-FEDER-001815	Preservação da Memória Colectiva de Coruche - Acervo Documental Histórico	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	24.496	24.496	20.822	0
	ALENT-08-0247-FEDER-002036	Reabilitação da Igreja Matriz de Samora Correia	1	4	185	212	501546200	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Samora Correia	664.280	594.996	464.996	0
	ALENT-08-0247-FEDER-002084	Reabilitação da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém	1	4	185	212	500918236	Diocese de Santarém	171.298	171.298	119.908	0
	ALENT-08-0247-FEDER-002088	Restauro da Igreja de Nossa Senhora ao Pé da Cruz - fase II	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	168.275	117.793	117.793	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000052	Atlas do Património Religioso do Baixo Alentejo	1	4	184	212	501182446	Diocese de Beja-Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja	1.001.759	1.001.759	801.408	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000057	Roteiro Museológico do Norte Alentejano	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	114.746	114.746	97.534	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000060	Tradições Oraís e Cultura Popular do Baixo Alentejo: Memórias Locais - Aprendizagens Globais	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	98.991	98.991	54.445	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000061	Rede de Património de Portalegre - Edificado, Móvel e Imaterial	3	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1.839.812	1.839.812	1.563.840	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000062	Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco- Castelo de Vide	1	4	182	211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	142.398	142.398	78.319	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000068	Instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis - 1ª Fase	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	927.986	927.986	788.788	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000087	Musica Tradição e Contemporaneidade	1	4	182	212	507327950	Oficina da Courela Associação	351.874	351.874	193.531	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0347-FEDER-000386	BIME 2009 - 11ª Edição da Bial Internacional de Marionetas de Évora	3	4	183	212	504774360	CENDREV - Centro Dramático de Évora Associação	172.244	172.244	120.571	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000389	Projecto de Recuperação, Conservação e Valorização do Castelo de Viana do Alentejo	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	504.558	504.558	428.874	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000390	Obras de Adaptação e Requalificação das Condições de Acolhimento Público do Castelo de Belver	1	4	182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	164.637	164.637	139.942	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000393	Gruta do Escoural - Requalificação do Circuito de Visita	3	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	330.620	330.620	281.027	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000394	Castelo da Amieira do Tejo: Recuperação das estruturas construídas/ Requalificação da Torre de Menagem	1	4	182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	359.323	359.323	305.425	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000395	Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Alentejo	1	4		212	501295097	União das Misericórdias Portuguesas	188.854	188.854	132.198	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000396	Restauração dos Frescos das Casas Pintadas	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	373.875	373.875	261.712	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000399	Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora - Divulgação	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	234.430	234.430	164.101	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000401	Espaço de Memória - Tempo de Futuro: Projecto Integrado do Campo Arqueológico de Mértola	1	4		214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	428.744	428.744	300.121	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000403	De Castelo em Castelo - Descobrir, Conhecer, Aprender	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	108.300	108.300	75.810	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000404	XII Jornadas Internacionais - Escola de Musica da Sé de Évora	1	4	183	212	502302402	Eborae Musica	179.774	179.774	125.842	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000406	Hercules Mobile	1	4		109	501201920	Universidade de Evora	165.833	165.833	140.958	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000409	Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco - 2ª Fase	1	4		211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	147.984	147.984	103.589	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000411	Intervenção prioritária na Fachada do Palácio de Manique do Intendente	1	4	185	101	600084914	DGPC- Direção Geral do Património Cultural	45.023	45.023	38.270	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000413	Reabilitação da cobertura do Hospital de N.ª S.ª da Piedade - Santa Casa da Misericórdia de Beja	1	9	184	212	501607064	Santa Casa da Misericórdia de Beja	376.548	376.548	263.584	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000417	Montagem da Exposição Permanente do Museu de Évora	1	4	183	101	600084914	DGPC- Direção Geral do Património Cultural	1.276.642	1.276.642	1.085.146	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000489	Casa Museu dos Patudos	1	4	185	107	501133097	Município de Alpiarça	2.299.995	2.299.995	1.954.996	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000611	GALERIA DE ARTES DA IGREJA DO ESPIRITO SANTO	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	317.542	317.542	269.910	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000616	Requalificação do MMFA - Instalação do Núcleo de Arte Sacra	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	576.450	576.450	489.983	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000740	MEMÓRIAS D'ODIANA - Estudos Arqueológicos do Alqueva- 2.ª série	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	233.700	233.700	198.645	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000742	PIP - Projecto Integrado de Valorização do Património de Mértola	1	4	184	211	507080769	Fundação Serrão Martins	1.375.314	962.720	962.720	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000744	BUTES...Celebrar e Valorizar as Memórias dos Sapateiros de Almodôvar	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	194.930	194.930	155.944	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000746	Rumando pelo Património de Mértola à Descoberta do Passado	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	87.023	60.916	60.916	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000749	ENTRE ROMA E O ISLÃO - projecto de estudo e valorização do património da Antiguidade Tardia no Alentejo	1	4		214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	121.393	121.393	84.975	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000751	Requalificação das Coberturas do Convento de S. Bento de Castrol/ Futuro Museu da Música - 1ª Fase	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	346.387	346.387	294.429	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000752	Valorização e divulgação do património da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	1	4	183	212	501116265	FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA SÉ DE EVORA	120.679	120.679	84.475	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000753	Requalificação da Muralha do castelo de Castelo de Vide - 1ª Fase	1	4	182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	213.487	213.487	181.464	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000755	Rede Património de Portalegre: edificado, móvel e imaterial - 2ª fase	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	937.759	750.207	750.207	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001010	Requalificação do Museu de Arqueologia de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	866.745	866.745	736.733	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001016	Remodelação e Instalação de Serviços de Apoio ao Visitante na Casa do Álamo	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	344.435	344.435	292.770	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001046	Edifício Varanda do Prior do Crato - Arquivo Historico e Documental do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	568.215	568.215	482.983	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001078	Valorização da Fortaleza de Arronches	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	99.186	99.186	84.308	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001098	VIA HADRINA - 1ª Fase	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	93.970	93.970	79.874	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001137	Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos	3	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	1.780.179	1.780.179	1.513.152	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001394	Requalificação das Estações Arqueológicas DOLMEN da Pedra Branca e Necrópole das Cistas das Casas Velhas	1	9	181	107	506823318	Município de Grândola	68.381	68.381	58.124	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0347-FEDER-001804	Requalificação da Exposição de Longa Duração do Museu Municipal de Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	106.111	106.111	90.194	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001840	Instalação do Núcleo Tauromáquico de Coruche e Respectiva Exposição – Tauromaquia de Coruche: História, Arte, Tradição	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	84.706	84.706	72.000	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001847	Património Agrícola - artes, ofícios e saberes tradicionais	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	176.117	176.117	149.699	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001925	Castelo de Belver - Estratégia de Interpretação e Comunicação.	1	4	182	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	74.993	74.993	63.744	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001944	Escrita na Paisagem 2013	1	4	183	212	505128403	Colecção B, Associação Cultural	103.111	72.178	72.178	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001959	Bonecos de Santo Aleixo - Um Património a Preservar	3	4	183	212	504774360	CENDREV - Centro Dramático de Évora Associação	403.193	403.193	282.235	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002010	Forum Eugénio de Almeida - programação 2013-2014	3	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	276.004	276.004	193.203	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002012	Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora - consolidação e valorização	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	196.382	196.382	137.467	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002035	Conservação, valorização e divulgação do património arqueológico da Encosta do Castelo de Mértola	1	4	184	214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	132.397	92.678	92.678	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002065	Jornadas Internacionais-Escola de Música da Sé de Évora	1	4	183	212	502302402	Eborae Musica	88.857	88.857	62.200	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002067	Festa da Animação em Montemor-o-Novo 2013	1	4	183	212	505229919	O ESPAÇO DO TEMPO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	38.271	38.271	26.790	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002079	Imagínarios a Sul Vivências do Património	1	4		212	504835718	Associação Lendias d' Encantar	216.416	216.416	151.491	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002083	Arte Azulejar de Beja	1	4	184	212	502054808	Associação de Defesa do Património C Beja	102.545	102.545	71.782	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002102	Recuperação e Reutilização do Conjunto do Paço dos Henriques em Alcáçovas	3	4	183	107	506151174	Município de Viana do Alentejo	2.015.078	2.015.078	1.712.817	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002121	Valorização do Património Cultural de Mértola	3	4	184	107	503279765	Município de Mértola	928.176	928.176	788.950	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002134	MÉRTOLA MINA DE S. DOMINGOS: Todas as histórias num lugar só!	1	4	184	211	507080769	Fundação Serrão Martins	55.965	39.176	39.176	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002144	Arquitetura tradicional da vila e o termo de Mértola: Património Construído e Turismo Cultural	1	4	184	214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	123.984	86.789	86.789	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002171	Reabilitação do Edifício da Sé Catedral de Beja	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	1.483.626	1.483.626	1.038.538	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002192	Pedras Vivas	1	4	183	212	505229919	O ESPAÇO DO TEMPO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	112.596	112.596	78.817	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002207	Criação de centros interpretativos de património cultural e criação e instalação de serviços de apoio aos visitantes	3	4	181	212	510719309	Atlanticelebration - Associação Cultural	1.103.165	1.103.165	772.216	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002228	Estação Arqueológica de Alter do Chão - Cobertura da Casa da Medusa	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	416.876	416.876	354.345	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002233	Valorização e Divulgação da Música Coral	1	4	183	212	501429581	Associação Coral Évora	4.900	4.900	3.430	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002234	Requalificação da Torre do Relógio das muralhas do Castelo de Alcácer do Sal	1	4	181	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	94.067	94.067	79.957	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002238	Conservação e Restauro dos Órgãos Históricos da Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Elvas - Antiga Sé	1	4	182	212	501142452	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nª Sra da Assunção	150.060	150.060	105.042	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002259	Recuperação e Adaptação do Forte da Graça para Desenvolvimento de Atividades Culturais	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	5.631.006	5.631.006	4.786.355	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002261	Forum Eugénio de Almeida - Programação - II Fase	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	236.701	236.701	165.691	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002265	Recuperação/Requalificação da Igreja e Convento de S. Francisco - Évora	3	4	183	217	501450203	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro	3.489.705	3.489.705	2.442.794	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002282	Espaço Robinson - Infra-estruturas exteriores - Fase A1	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	1.391.250	1.182.563	1.182.563	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002284	Conservação e Restauro da Igreja da Misericórdia de Pernes	1	4	185	212	500851549	Santa Casa da Misericórdia de Pernes	238.443	166.910	166.910	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002293	Gentes e Terras - Expressões de Património	1	4		212	503193020	Companhia de Dança Contemporânea de Évora	196.621	196.621	137.634	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002301	Reabilitação da Torre de Menagem e Envolvente	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	120.225	120.225	102.191	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002306	Reabilitação e Conservação da Igreja Matriz de São Salvador de Alcáçovas	1	4	183	212	501120734	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alcáçovas	184.007	184.007	128.805	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002317	Vivências do Património	1	4		212	504835718	Associação Lendias d' Encantar	215.263	150.684	150.684	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002329	Património e História da Indústria dos Mármore	1	4	183	212	509816576	CECHAP - Associação de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios	199.996	139.997	139.997	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002330	Ciclos de Animação e Promoção do Património Cultural de Montemor-o-Novo	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	111.202	111.202	94.522	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002332	Cenas ao Sul - Encontros com Luz, Formas, Sons e Afectos	1	4	183	217	504488619	Associarte	181.311	181.311	126.918	0
	ALENT-08-0347-FEDER-002334	Valorização e Salvaguarda dos Bonecos de Estremoz	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	201.042	201.042	170.886	0
	ALENT-08-0547-FEDER-002014	Andanças	1	4	182	212	504447971	PédeXumbo	71.166	71.166	49.816	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0547-FEDER-002174	Valorização e Conservação do Sítio Arqueológico de S. Cucufate	1	4	184	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	180.660	180.660	153.561	0
	ALENT-08-0547-FEDER-002328	Valorização das Muralhas de Serpa e do Caminho de Ronda	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	179.790	179.790	152.822	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000064	Requalificação da Urgência para preenchimento dos requisitos de urgência polivalente	1	4		105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	3.776.632	3.776.632	3.021.305	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000070	Unidade Móvel para a Intervenção Precoce na Região Alentejo	1	9		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	179.092	179.092	152.228	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000073	Requalificação dos Serviços de Urgência no Alentejo - Serviços de Urgência Básica	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.864.931	1.864.931	1.585.191	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000074	Construção da Extensão de Saúde de São Teotónio	1	4	181	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	569.164	569.164	483.789	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000076	Construção do Centro de Saúde de Mourão	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	831.992	831.992	707.193	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000078	Equipamento para o Laboratório de Saúde Pública de Évora e Centro Regional de Saúde Pública do Alentejo	1	9	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	244.241	244.241	207.605	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000082	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde de Caia e Urra	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	324.686	324.686	227.280	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000181	Constituição do Novo Hospital de Dia Polivalente	1	4	184	105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	1.356.479	1.356.479	949.535	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000182	Equipamentos para Centros de Saúde da Região do Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	378.306	378.306	321.560	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000183	Arquitectura SITI - Ambientes Corporativos e Reorganização Informacional	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	487.497	487.497	414.372	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000184	Reforço da Diferenciação e Complementaridade de Serviços	1	4		105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	4.545.246	4.545.246	3.181.672	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000185	Reorganização do Internamento Hospitalar e Reforço da Diferenciação de Serviços: Internamento e Consultas Externas do DPSM, Internamento de Especialidades Médicas, Cirurgia de Ambulatório	1	4		105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	1.025.240	1.025.240	717.668	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000186	Projecto de Requalificação do Serviço de Urgência do Hospital de Santarém	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém,EPE	6.154.411	6.154.411	4.308.087	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000187	Unidades Móveis para a Prevenção da Doença e para a Prestação de Cuidados de Saúde de Rio Maior	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	200.922	200.922	170.784	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000188	Requalificação do Serviço de Urgência da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano,EPE/HDJMG-Portalegre	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	599.430	599.430	419.601	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000189	Reequipamento do Serviço de Obstetrícia/Ginecologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano,EPE/HDJMG-Portalegre	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	239.130	239.130	167.391	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000190	Renovação da Infra-estrutura Tecnológica da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano-EPE	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1.230.892	1.230.892	861.624	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000192	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde de Cano e Casa Branca	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	341.922	341.922	239.346	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000193	Requalificação da Esterilização com a Criação da Barreira de Lavagem e Descontaminação	1	4		105	509253369	Hospital do Litoral Alentejano E.P.E.	206.572	206.572	144.600	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000314	Construção do Centro de Saúde de Nisa	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1.476.137	1.476.137	1.033.296	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000315	Aquisição de 1 mamógrafo para o Serviço de Imagiologia da ULSNA, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	336.000	336.000	235.200	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000317	Concepção e Construção do Centro de Saúde de Montargil	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	532.962	532.962	373.073	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000318	AMPLIAÇÃO DO HJF - DEPARTAMENTO DE PSIQUIATRIA E SAÚDE MENNTAL	1	4		105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	3.202.742	3.202.742	2.241.920	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000319	Modernização e Reequipamento do Serviço de Oftalmologia da ULSNA,EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	451.200	451.200	315.840	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000320	Construção do Centro de Saúde de Redondo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2.106.910	2.106.910	1.790.873	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000321	Construção do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	3.453.084	3.453.084	2.935.121	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000322	Construção do Centro de Saúde de Arraiolos	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.687.792	1.687.792	1.434.623	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000323	Construção do Centro de Saúde de Barrancos	1	4	184	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	741.159	741.159	629.985	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000324	Construção do Centro de Saúde de Portel	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.883.201	1.883.201	1.600.721	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000325	Construção do Centro de Saúde de Vila Viçosa	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2.396.734	2.396.734	2.037.224	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000326	Unidades Móveis para a Prestação de Cuidados de Saúde	1	9		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	210.051	210.051	178.543	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000543	Aquisição de equipamento Médico para o Serviço de Imagiologia do Hospital Distrital de Santarém, EPE	1	9	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém,EPE	468.104	468.104	327.673	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0348-FEDER-000565	Aquisição de Equipamento para os serviços de Internamento e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica das Unidades Hospitalares da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	581.329	581.329	406.930	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000579	Aquisição de Equipamento p/a Implementação de Um Sistema de Informação Digital p/a Unidade Funcional de Cardiologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	328.933	328.933	230.253	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000590	Humanização, Diferenciação Técnica e Organizacional	1	4	183	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	2.928.327	2.928.327	2.049.829	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000609	Telemedicina na Região Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	409.124	409.124	347.755	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000610	Intervenção Precoce na Infância na Região Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	171.553	171.553	145.820	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000612	Modernização da Rede de Emergência Médica do Alentejo (MREMA)	1	4		103	501356126	Instituto Nacional de Emergência Médica	1.589.319	1.589.319	1.350.921	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000899	Beneficiação dos Centros de Saúde de Mértola e Moura	1	4	184	105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	25.036	25.036	17.525	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000910	Requalificação do Serviço de Urgência Pediátrica do Hospital de Santarém, EPE	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém, EPE	798.545	798.545	558.982	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000912	Construção das novas Extensões de Saúde de Oriola e S. Bartolomeu do Outeiro	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	318.556	318.556	270.773	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000913	Renovação e Apetrechamento do Ambulatório Programado de Alta Resolução do Hospital Distrital de Santarém, EPE	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém, EPE	631.894	631.894	442.326	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000914	Beneficiação de edifício para instalação de 4 Unidades de Saúde em Santarém	1	4	185	103	503148776	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	1.106.421	1.106.421	940.458	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000918	Extensões de Saúde do Concelho de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	450.296	450.296	382.752	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000919	Reforço da Diferenciação e Complementaridade de Serviços da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	269.407	269.407	188.585	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000920	Beneficiação e Modernização do Serviço de Cirurgia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE/Unidade Hospitalar de Portalegre	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	2.036.984	2.036.984	1.425.889	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000921	Implementação do Processo Clínico Electrónico da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	2.078.693	2.078.693	1.455.085	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000922	Melhoria das Condições de Saúde - Rastreio Organizado da Retinopatia Diabética na Região Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	399.394	399.394	339.485	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001533	Extensão de Saúde de Bencatel - Concelho de Vila Viçosa	1	4	183	107	506613461	Município de Vila Viçosa	256.753	256.753	218.240	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001534	UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE DE ALJUSTREL, BEJA, CORUCHE, GRÂNDOLA E MÉRTOLA	1	4		107	501122486	Município de Aljustrel	286.592	286.592	243.603	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001535	Aquisição de 1 Tomografia Axial Computorizada (TAC) e 1 Intensificador de Imagem	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	282.900	282.900	198.030	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001536	Melhoria dos Cuidados de Saúde Primários - Intervenções nas Extensões de Saúde	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	362.609	362.609	308.217	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001538	Projecto e Construção de Unidade de Saúde de Foros de Salvaterra	1	4	185	103	503148776	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	669.835	669.835	569.360	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001541	Unidade de Saúde da Golegã	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	680.159	680.159	578.135	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000342	Cidades Encenadas	1	4		212	507174615	Artemrede - Teatros Associados	203.969	203.969	163.175	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000361	ArteSul - Programação Cultural 2009/2011	3	4		107	501143718	Município de Portalegre	601.092	601.092	510.928	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000362	Rede Intermunicipal	1	4		107	501112049	Município de Serpa	490.960	490.960	392.768	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000366	Biblioteca Pública Municipal de Portel	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	516.434	516.434	438.969	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000502	PÓLO DA BIBLIOTECA NO SOBRAL DA ADIÇA	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	117.223	117.223	99.639	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000696	Territórios de Pertença	3	4		212	507174615	Artemrede - Teatros Associados	79.499	79.499	63.599	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000708	Teias- Rede Cultural do Alentejo	1	4		107	504828576	Município de Évora	767.162	767.162	613.729	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000815	Aquisição e Apetrechamento de Biblioteca Itinerante	1	9	181	107	506823318	Município de Grândola	54.250	54.250	46.113	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000823	CULTREDE	3	4		107	505181266	Município de Leiria	354.235	354.235	283.388	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000996	Ampliação da Biblioteca Municipal de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	647.464	647.464	550.344	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001084	Remodelação e Ampliação do Antigo Edifício do Celeiro da EPAC - Instalação da Biblioteca Municipal de Avis	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	1.302.872	1.302.872	1.107.441	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001117	Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.297.282	1.297.282	1.102.690	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001237	Recuperação do Cine-Oriental de Aljustrel	3	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	1.159.123	1.159.123	985.255	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001865	Culturge - componente Alentejo	3	4	183	212	502780339	A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra	282.649	282.649	226.119	0

Anexo XI – Regulamentação Específica/Calendário de Concursos por Eixo Prioritário

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

[illegible]

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-08	14-04-2009	18-05-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-09	14-04-2009	18-05-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-10	14-04-2009	18-05-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-15	27-05-2009	15-07-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-16	15-06-2009	15-09-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-25	15-09-2009	13-10-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-27	23-09-2009	21-10-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-28	23-09-2009	21-10-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-31	25-09-2009	20-11-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-32	25-09-2009	06-11-2009
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2009-35	03-12-2009	01-02-2010
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2010-06	15-11-2010	11-02-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-01	25-01-2011	09-03-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-03	01-02-2011	04-04-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-04	16-02-2011	21-04-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-12	06-06-2011	15-09-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-13	21-07-2011	30-09-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-17	23-12-2011	26-03-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-18	23-12-2011	17-02-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-01	30-01-2012	20-02-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-02	24-10-2012	15-11-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-03	12-10-2012	15-11-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-04	12-10-2012	15-11-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-05	16-11-2012	15-03-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-06	16-11-2012	12-03-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-07	16-11-2012	12-03-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2013-01	13-03-2013	30-08-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2013-02	13-03-2013	30-08-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2013-03	13-03-2013	20-08-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2007-03	15-11-2007	29-01-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2007-04	15-11-2007	30-01-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação) regime especial	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-01		
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-05	10-03-2008	23-05-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-06	10-03-2008	23-05-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-19	15-10-2008	31-12-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-20	15-10-2008	31-12-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-24	02-12-2008	02-03-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-01	10-02-2009	10-03-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-11	15-04-2009	21-05-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-12	15-04-2009	21-05-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-14	27-05-2009	15-07-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-18	24-06-2009	30-09-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-19	03-07-2009	30-09-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-21	12-08-2009	09-11-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-22	12-08-2009	12-08-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-33	27-11-2009	31-01-2010
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-34	27-11-2009	31-01-2010
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2010-04	15-11-2010	10-01-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2010-05	15-11-2010	10-01-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-05	01-03-2011	04-05-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-06	01-03-2011	04-05-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-11	26-05-2011	22-08-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-15	23-12-2011	11-04-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-02	27-02-2012	26-04-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-03	27-02-2012	26-04-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-04	24-10-2012	29-11-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-05	24-10-2012	29-11-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-06	30-11-2012	18-02-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-07	30-11-2012	18-02-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2013-01	19-02-2013	22-04-2013

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2013-02	23-04-2013	05-09-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2013-03	19-02-2013	22-04-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2013-04	22-04-2013	05-09-2013
	Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas (SIALM)	Portaria 68/2013 de 15-02-2013	ALENT-1A-2013-01	18-02-2013	01-04-2013
	Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas (SIALM)	Portaria 68/2013 de 15-02-2014	ALENT-1A-2013-02	02-04-2013	03-06-2013
	Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas (SIALM)	Portaria 68/2013 de 15-02-2015	ALENT-1A-2013-03	04-06-2013	05-08-2013
	Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas (SIALM)	Portaria 68/2013 de 15-02-2016	ALENT-1A-2013-04	06-08-2013	07-10-2013
	Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas (SIALM)	Portaria 68/2013 de 15-02-2017	ALENT-1A-2013-05	08-10-2013	09-12-2013
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	consulta escrita 25-03-2011	ALENT-24-2011-01	15-06-2011	30-09-2011
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-25-2009-01	15-09-2009	23-11-2009
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-25-2011-01	16-02-2011	18-04-2011
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2007-01	21-12-2007	17-03-2008
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-01	06-10-2008	06-10-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-02	12-12-2008	31-12-2008
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2009-01	17-03-2009	20-04-2009
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-01	12-01-2010	15-03-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-02	21-05-2010	31-08-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-03	01-07-2010	21-09-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-04	15-09-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-05	22-09-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-06	23-09-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-07	13-10-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-08	15-12-2010	15-02-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2008-01	15-05-2008	11-07-2008
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-01	20-03-2009	30-04-2009
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-02	15-04-2009	31-12-2009
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-03	20-04-2009	31-12-2009
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-01	12-01-2010	15-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-02	12-01-2010	15-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-03	14-01-2010	07-07-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-04	08-02-2010	20-10-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-05	15-02-2010	01-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-06	01-03-2010	18-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-07	03-03-2010	19-04-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-08	07-07-2010	31-12-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-09	17-08-2010	20-08-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-10	01-09-2010	31-12-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-11	13-10-2010	31-12-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-12	28-10-2010	28-10-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-13	15-12-2010	15-02-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2011-01	25-05-2011	11-07-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2011-02	19-10-2011	30-12-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2013-01	15-07-2013	09-09-2013
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2013-02	02-12-2013	10-12-2013
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2008-01	15-12-2008	04-02-2009
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2009-01	12-02-2009	06-04-2009
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2010-01	12-01-2010	15-03-2010
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2010-02	03-03-2010	19-04-2010
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2009	ALENT-28-2011-01	16-02-2011	18-04-2011
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2010	ALENT-28-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2011	ALENT-28-2012-02	07-12-2012	14-01-2013
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2011	ALENT-28-2013-01	15-07-2013	09-09-2013
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2008-01	25-09-2008	24-10-2008
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2009-01	01-06-2009	30-09-2009

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2011-01	02-02-2011	30-06-2012
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2011-02	16-02-2011	18-04-2011
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2013-01	15-07-2013	09-09-2013
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-01	15-04-2009	30-04-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-02	15-04-2009	31-12-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-03	20-04-2009	31-12-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-04	22-04-2009	31-12-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-02	14-01-2010	07-07-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-03	01-04-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-04	16-06-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-05	07-07-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-06	17-08-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2013-03	02-12-2013	10-12-2013
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-64-2009-01	01-06-2009	30-09-2009
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Consulta escrita 03-06-2010	ALENT-64-2011-01	02-02-2011	30-06-2012
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-01	20-04-2009	31-12-2009
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-02	12-05-2009	13-07-2009
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-03	01-06-2009	31-12-2009
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-01	14-01-2010	12-10-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-02	03-02-2010	31-12-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-03	04-03-2010	18-03-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-04	17-03-2010	03-05-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-05	16-06-2010	12-10-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-06	19-07-2010	30-11-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-07	13-10-2010	31-12-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-08	13-10-2010	31-12-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-09	13-10-2010	31-10-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2011-01	25-03-2011	29-07-2011
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2011-02	18-05-2011	18-07-2011
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2008-01	25-09-2008	24-10-2008
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-01	15-04-2009	15-05-2009
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-02	22-04-2009	31-12-2009
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-03	17-08-2009	06-11-2009
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-04	28-09-2009	07-07-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-02	15-04-2010	14-06-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-03	07-07-2010	31-12-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-04	17-08-2010	31-12-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-05	13-10-2010	31-12-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-06	15-12-2010	15-02-2011
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2011-01	25-05-2011	20-06-2011
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2011-02	20-10-2011	30-12-2011
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-01	20-01-2009	31-03-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-03	18-06-2009	31-12-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-04	19-06-2009	31-12-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-01	14-01-2010	07-07-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-02	17-03-2010	03-05-2010

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP 2 - Valorização do Espaço Regional	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-03	08-07-2010	31-12-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-04	13-10-2010	31-12-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2007-01	21-12-2007	17-03-2008
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2008-01	19-09-2008	24-10-2008
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-01	17-03-2009	20-04-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-03	22-04-2009	31-12-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-04	19-06-2009	31-12-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-06	22-09-2009	29-11-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-02	14-01-2010	07-07-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-03	10-03-2010	31-05-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-04	15-06-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-05	08-07-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-06	17-08-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-07	13-10-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-08	03-11-2010	02-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2014-02	25-07-2014	08-08-2014
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2007-01	21-12-2007	17-03-2008
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2009-01	02-03-2009	06-04-2009
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2009-02	01-04-2009	01-06-2009
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2010-01	17-03-2010	03-05-2010
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-01	20-01-2009	31-03-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-03	01-06-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-04	03-08-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-01	12-01-2010	03-05-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-02	15-06-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-03	13-10-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-04	03-11-2010	31-01-2011
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2011-01	16-03-2011	16-05-2011
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-01	20-01-2009	31-03-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-03	03-08-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-02	12-01-2010	12-04-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-03	15-06-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-04	01-07-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-05	17-08-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-06	13-10-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-38-2009-01	15-09-2009	30-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2007-01	21-12-2007	31-03-2008
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-01	13-04-2009	15-06-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-03	23-04-2009	06-05-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-04	01-06-2009	31-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-05	01-06-2009	31-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-06	15-07-2009	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-02	14-01-2010	07-07-2010

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
Valorização e Animação do Património Cultural	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-03	17-02-2010	15-09-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-04	17-03-2010	10-05-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-05	15-06-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-06	08-07-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-07	17-08-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-08	15-09-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2007-01	21-12-2007	31-03-2008
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2008-01	31-07-2008	15-10-2008
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2009-01	16-02-2009	15-04-2009
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2009-02	15-09-2009	09-12-2009
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2010-01	09-03-2010	25-06-2010
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2010-02	15-12-2010	15-03-2011
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-01	16-03-2009	30-04-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-02	22-04-2009	06-05-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-03	12-05-2009	20-07-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-04	19-06-2009	31-12-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-01	14-01-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-02	09-02-2010	16-01-2012
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-03	17-02-2010	15-09-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-04	17-02-2010	15-09-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-05	15-06-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-06	08-07-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-07	15-09-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-01	19-05-2009	31-12-2009
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-02	18-06-2009	31-12-2009
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-03	15-07-2009	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-01	14-01-2010	07-07-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-02	17-02-2010	15-09-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-03	08-07-2010	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-04	15-09-2010	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-05	22-09-2010	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-01	18-05-2011	13-06-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-02	20-05-2011	13-06-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-03	01-06-2011	13-06-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-04	01-06-2011	13-06-2011
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-60-2008-01	03-11-2008	20-01-2009
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-60-2010-01	09-03-2010	17-05-2010
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2008-01	02-04-2008	17-10-2008
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2009-01	27-04-2009	29-05-2009
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2011-02	10-08-2011	29-08-2011
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2007-01	28-12-2007	28-07-2008
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2008-01	30-05-2008	19-09-2008
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2008-03	31-12-2008	31-03-2009
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2009-01	12-05-2009	20-07-2009
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2010-01	20-10-2010	02-11-2010
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2013-03	11-12-2013	20-12-2013
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-01	15-01-2008	08-04-2008

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP 3 - Coesão Local e Urbana	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-02	08-04-2008	02-05-2008
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-03	12-05-2008	11-06-2008
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-04	12-06-2008	14-07-2008
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-01	21-01-2009	31-03-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-02	22-04-2009	31-12-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-03	20-05-2009	31-08-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-04	18-06-2009	31-12-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-06	28-07-2009	31-12-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-02	19-03-2010	30-09-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-03	17-08-2010	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-04	15-09-2010	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-06	22-12-2010	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2011-01	06-10-2011	30-12-2011
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2011-02	20-10-2011	30-12-2011
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2008-01	08-08-2008	22-09-2008
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-01	20-03-2009	30-04-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-02	20-03-2009	30-04-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-03	06-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-04	06-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-05	20-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-06	20-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-07	22-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-08	22-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-09	12-05-2009	30-10-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-10	18-06-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-11	18-06-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-12	15-07-2009	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-13	15-07-2009	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-02	04-01-2010	16-08-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-03	14-01-2010	07-07-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-04	14-01-2010	07-07-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-05	17-02-2010	15-09-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-06	17-02-2010	15-09-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-07	17-02-2010	15-09-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-08	01-03-2010	05-04-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-09	04-03-2010	05-04-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-10	18-03-2010	30-07-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-11	15-06-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-12	15-06-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-13	08-07-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-14	08-07-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-15	17-08-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-16	17-08-2010	31-12-2010

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-17	15-09-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-18	15-09-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-19	03-11-2010	30-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2011-01	18-05-2011	30-12-2011
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2011-02	20-10-2011	30-12-2011
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos	CMC POVT de 15-10-2007/ Consulta escrita de 31-05-2001; 30-01-2012; 08-08-2012; 20-02-2014	ALENT-53-2013-01	15-07-2013	09-09-2013
	Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos	CMC POVT de 15-10-2007/ Consulta escrita de 31-05-2001; 30-01-2012; 08-08-2012; 20-02-2014	ALENT-53-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos	CMC POVT de 15-10-2007/ Consulta escrita de 31-05-2001; 30-01-2012; 08-08-2012; 20-02-2014	ALENT-53-2014-02	17-03-2014	31-03-2014
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-01	30-03-2009	30-04-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-02	22-04-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-03	22-04-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-04	19-05-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-05	22-05-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-06	18-06-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-07	15-07-2009	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-08	15-09-2009	16-11-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-01	04-01-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-02	04-01-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-03	14-01-2010	07-07-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-04	17-02-2010	15-09-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-05	19-03-2010	30-07-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-06	16-06-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-07	08-07-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-08	15-09-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2011-01	18-05-2011	20-06-2011
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2011-02	01-06-2011	31-12-2011
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2012-02	19-11-2012	25-02-2013
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2013-01	15-07-2013	14-08-2013
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2013-02	15-08-2013	09-09-2013
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2014-01	17-03-2014	31-03-2014
	Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-97-2010-01	22-12-2010	12-09-2011
	Iniciativa Comunitária Jessica	Consulta escrita 21-10-2010	ALENT-98-2009-01	13-07-2009	06-08-2010
EP 4 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2008-01	13-05-2008	16-05-2008
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-01	07-01-2009	07-02-2009
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-02	02-11-2009	02-12-2009
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-01	12-01-2010	08-02-2010
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-02	09-03-2010	09-04-2010
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-03	03-11-2010	30-11-2010
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2011-01	02-11-2011	30-11-2011
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2012-01	02-11-2012	30-11-2012
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2013-01	25-11-2013	09-12-2013

Anexo XII – Processo de Seleção por Eixo Prioritário até 31-12-14

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura											Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas		
		Total até 31-12-2014			Em aberto a 31-12-2014		Encerrados a 31-12-2014			Tempos médios de decisão								
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos		Dias previstos (**)	Dias efetivos (***)	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura
			Montante	% do PO					Nº	Fundo em candidaturas aprovadas								
Total (*)	853.933.978	449	1.286.971.317	151%	1	0	448	1.286.971.317	442	946.663.949	68	113	4.412	3.450.509.639	782.074	3.102	2.254.521.460	726.796
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	250.130.622	226	496.879.033	199%	1	0	225	496.879.033	225	295.194.323	66	96	2.695	1.942.696.834	720.852	1.813	1.176.942.033	649.168
EP 2 - Valorização do Espaço Regional	184.327.075	112	302.136.400	164%	0	0	112	302.136.400	110	189.681.114	75	170	663	482.006.731	727.009	452	334.360.439	739.735
EP 3 - Coesão Local e Urbana	396.076.281	102	451.155.884	114%	0	0	102	451.155.884	98	438.384.883	71	127	996	997.893.758	1.001.901	779	716.652.894	919.965
EP 4 - Assistência Técnica	23.400.000	9	36.800.000	157%	0	0	9	36.800.000	9	23.403.630	36	57	58	27.912.316	481.247	58	26.566.094	458.036

(Continua)

Notas

(*) No caso do PO Valorização do Território apresentar totalizadores por Fundo.

(**) Tempos médios previstos de decisão aferidos entre a data de encerramento dos avisos e a data prevista de decisão.

(***) Tempos médios aferidos entre a data de encerramento do aviso e a 1ª decisão da candidatura, e em pc entre a data de entrada da candidatura e a 1ª decisão da mesma.

Especificação de conceitos

Candidaturas apresentadas = Total de candidaturas submetidas a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo/aberto). Nos casos de concursos ou períodos de candidatura fechados apenas se consideram as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos avisos.

Candidaturas admitidas = Total de candidaturas apresentadas que cumprem os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, são aceites pela autoridade de gestão para integrar o processo de seleção. (em análise técnica, aprovadas, não aprovadas, anuladas, rescindidas)

Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas) = Taxas calculadas com informação relativa às candidaturas admitidas/candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) = Taxas calculadas com informação relativa às candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) = Taxas calculadas com informação relativa às candidaturas aprovadas/candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de contratação (contratos/aprovadas) = Taxas calculadas com informação relativa a contratos celebrados/operações aprovadas. Estas taxas refletem, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação (decisão final) e o momento da contratação.

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.14 (valores acumulados)



PROGRAMA:

(continuação)

unid: euro

Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento elegível médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
Total	2.168	1.423.275.072	1.255.076.743	1.106.731.983	946.663.949	578.910	70%	65%	49%	36%	70%	56%	2.160	942.495.475	99,6%	100%
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	1.182	527.298.110	456.937.773	312.301.198	295.194.323	386.580	67%	61%	44%	24%	65%	39%	1.179	295.141.667	99,7%	100%
EP 2 - Valorização do Espaço Regional	300	263.927.317	236.162.458	234.860.534	189.681.114	787.208	68%	69%	45%	49%	66%	71%	297	187.186.069	99,0%	99%
EP 3 - Coesão Local e Urbana	629	604.886.643	535.470.418	533.064.158	438.384.883	851.304	78%	72%	63%	54%	81%	75%	627	436.764.109	99,7%	100%
EP 4 - Assistência Técnica	57	27.163.001	26.506.094	26.506.094	23.403.630	465.019	100%	95%	98%	95%	98%	100%	57	23.403.630	100,0%	100%

Anexo XIII – Ficha de Grande Projeto

Anexo XIV – Processo Ficha de Projeto Ambiental

(não se aplicam ao Programa Operacional Regional Alentejo)

Anexo XV – Quadro Auxiliares

- Mapa NUT III
- Mapa concelhos Alentejo
- Tabela de Classificação NUT de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003
- Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDPP) enviados à CE em 2014 e acumulados
- Previsões de Pedidos de Pagamento para 2014 e 2015– Programa Operacional Alentejo
- Entidade Pagadora FEDER e Fundo de Coesão (QREN) em 2014 e acumulado

Região do Alentejo - NUTS III



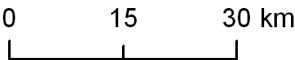
Lezíria do Tejo

Alto Alentejo

Alentejo Central

Alentejo Litoral

Baixo Alentejo



Região do Alentejo - concelhos



0 15 30 km

Informação para Quadro 2 - NUTS

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)

Código	Designação
PT	PORTUGAL
PT1	CONTINENTE
PT18	Alentejo
PT181	Alentejo Litoral
PT182	Alto Alentejo
PT183	Alentejo Central
PT184	Baixo Alentejo
PT185	Lezíria do Tejo

Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDPP) enviados à CE em 2014 e acumulados
Programa Operacional Alentejo



Unid: euros

Programa Operacional	CCI Programa	Fundo	Código Eixo Prioritário	2014			Total Acumulado		
				Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE	Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE
Alentejo	2007PT161PO004	FEDER	ALENT-07	47.468.792,59	34.877.474,43	34.877.474,43	248.142.063,05	174.210.757,56	174.210.757,56
			ALENT-08	16.464.660,80	16.316.652,60	15.641.427,92	95.917.068,84	95.769.060,64	89.825.899,81
			ALENT-09	77.251.390,74	76.990.560,56	73.388.820,92	403.909.819,24	402.707.217,16	379.326.326,01
			ALENT-10	2.573.062,98	2.573.062,98	2.860.782,19	15.348.500,90	15.348.500,90	14.748.676,84
			Total	143.757.907,11	130.757.750,57	126.768.505,46	763.317.452,03	688.035.536,26	658.111.660,22

Previsões de Pedidos de Pagamento para 2014 e 2015

Programa Operacional Alentejo



Unid: euros

Programa Operacional	CCI Programa	Fundo	Previsões Abril de 2014	
			2014	2015
Alentejo	2007PT161PO004	FEDER	156.045.075,00	58.679.000,99

Entidade Pagadora FEDER e Fundo de Coesão (QREN) em 2014 e acumulado
Programa Operacional Alentejo



Programa Operacional	CCI Programa	Fundo	2014							Total Acumulado											
			Recebimentos da CE			Transição de Operações	Transferências para as AG e OI e Pagamentos aos Beneficiários	Devoluções a outros POI/QCA	Recuperações e Devoluções no final do ano	Recebimentos da CE				Juros obtidos pelo pré-financiamento	Transição de Operações	Transferências e pagamentos				Recuperações e Devoluções no final do ano	Saldo da conta do PO
			Total	Reembolsos da CE	Top-up					Total	Pré-financiamento	Reembolsos da CE	Top-up			Total	PO Regiões Autônomas e Organismos Intermediários	Beneficiários	Devoluções a outros POI/QCA		
Alentejo	2007PT161PO004	FEDER	145.990.213,97	137.087.947,16	8.902.266,81		122.845.792,93	269.541,89	630.159,50	723.281.708,57	65.170.048,35	614.393.322,57	43.718.337,65	1.158.007,45	15.980.828,48	708.785.988,86	127.779.970,93	580.714.860,56	291.157,37	5.837.481,96	37.472.037,60

